UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANA CAROLINA GONÇALVES LEITE

**O campesinato no Vale do Jequitinhonha:
da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da
(sua) reprodução capitalista**

V. 1

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

ANA CAROLINA GONÇALVES LEITE

**O campesinato no Vale do Jequitinhonha:
da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua)
reprodução capitalista**

V. 1

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L533c Leite, Ana Carolina Gonçalves
 O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua
 formação no processo de imposição do trabalho à crise
 da (sua) reprodução capitalista / Ana Carolina
 Gonçalves Leite ; orientador Heinz Dieter Heidemann. -
 São Paulo, 2015.
 762 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Vale do Jequitinhonha. 2. territorialização do
 capital. 3. mobilização e mobilidade do trabalho. 4.
 acumulação primitiva. 5. crise. I. Heidemann, Heinz
 Dieter, orient. II. Título.

*Para todo nosso pessoal do grupo de sexta.
Pelos muitos anos compartilhando inquietações,
boa prosa e caráter destrutivo.*

Agradecimentos

A formalização desses agradecimentos incomoda por carregar consigo certa objetivação da importância que tiveram todos os que me ajudaram na feitura dessa investigação bem como me permitiram compartilhar aquele tanto mais de vida que ultrapassou a mesma nesses últimos quase quatro anos e meio dedicados ao trabalho apresentado. Injustiças que são próprias das listagens e dos esquecimentos que as acompanham também aborrecem bastante. Isso para não falar do constrangimento experimentado ao apresentar do ponto de vista da sua funcionalidade, interlocuções significativas precisamente por extrapolarem utilidade e serventia. Considerados tais problemas, não poderia deixar de dizer que esse trabalho resultou de inumeráveis contribuições que agora menciono buscando evidenciar dimensões das mesmas que os escritos acabados insistem em apagar.

Começo agradecendo aos amigos que fiz nos dez últimos anos em que fui estabelecendo relações no Vale do Jequitinhonha. Convidada por Irmã Sandra, fui ao município de Araçuaí a minha primeira vez no ano de 2004. Só isso já me daria um importante motivo para agradecê-la, posto que esse ocorrido desencadeou algumas experiências que fizeram mudar decisivamente minha forma de ver o mundo e nele me engajar. Há ainda muitas outras razões para ser grata a Irmã Sandra, que me foram proporcionadas na relação amiga e estimulante que travamos em muitas formações mobilizadas no âmbito da atuação do Serviço Pastoral dos Migrantes, em bate-papos animados sobre história do Brasil e seu mundo rural, em conversas sérias sobre os descaminhos da política, em todas as chances que tivemos de partilhar importantes construções. Talvez a maior delas seja a oportunidade que me deu de ficar perto e aprender.

Além de Irmã Sandra, agradeço igualmente a Irmã Ana e Teka que com ela compuseram a equipe que nunca permitiu que a peteca caísse no trabalho pastoral desenvolvido nesses últimos dez anos no Vale do Jequitinhonha. Ambas chegaram ao município de Araçuaí quase na mesma época que eu, Teka de volta para casa e Irmã Ana vinda do Maranhão, e me permitiram descobrir junto delas muito do que aprendi naquelas bandas. Agradeço ainda a Paulo André, que mora em Medina, mas integra a equipe, pela disponibilidade sempre entusiasmada para com as minhas questões, para andanças e conversas, para me contar “casos” e me ajudar a carregar meu embornal pesado de encomendas de cachaça, farinha, rapadura, pequi, mel e por aí vai, que todas às vezes eu levava voltando para casa.

Puxando pelo fio das relações que estabeleci a partir da minha convivência e participação no Serviço Pastoral dos Migrantes, agradeço também às mulheres das associações de Araçuaí e Itinga vinculadas à AMOVAJE, não apenas porque foram as primeiras a conversarem comigo sobre suas vidas e das suas famílias no Vale do Jequitinhonha, me oferecendo condições para começar a fazer perguntas que até hoje mantenho e que me acompanharam durante toda a redação desse trabalho, mas, fundamentalmente, por terem me mostrado caminhos distintos dos que eu havia experimentado, mas nos quais a luta feminista também não se circunscrevia a uma reivindicação estrita da igualdade, sempre mesquinha em um mundo no qual o seu fundamento unicamente pode ser abstrato. Qualquer lista seria insuficiente e excluiria mulheres com quem me relacionei e aprendi. Peço que todas do Jacaré aceitem o agradecimento oferecido para Salene. O mesmo para todas da AMAI, que agradeço me referindo à Marlene. Para agradecer às mulheres da ACOBAPA faço uma listagem aumentada, buscando evitar que elas me matem. Obrigada Rosa, Maura, Zilda, Regina, Vanuza, Nilza, Val, Zelita, Marlene e Estela. A Eliana e seus familiares, Kennedy, Alessandra, Clayton, Elias e Ducha, agradeço ainda por terem sido minha casa nas caminhadas por Itinga. Peço também que todas da Vargem de João Alves aceitem agradecimentos que ofereço para Lina, Edna, Adaltiva, Clemência, Antônia, Marisa e Teresinha. A Dilma, agradeço também por ter me emprestado, mal sabia ela, o primeiro cavalo que usei naqueles caminhos e a seu menino menor, por ter me ensinado a abrir porteiras sem desmontar do animal. A Rita e seu João porque foram minha casa na comunidade.

Puxando ainda pelo fio antes mencionado, agradeço referindo-me à família de Conceição, Helena, Aline e Julia e à de Neusa e Valdívia, a todos os moradores, respectivamente, do Arraial dos Crioulos e do bairro Pipoca, nos quais tive minha aproximação da luta quilombola, das folias, dos batuques e outras artes. Agradeço as inúmeras histórias que me foram contadas e a companhia que me proporcionaram nos intervalos que passei na cidade de Araçuaí. Companhia constante também fizeram as mulheres da farmacinha de medicina popular, para as quais agradeço, mencionando Teresinha. Obrigada pelos convites para participar dos cursos em que aprendi a fazer remédios caseiros, por me deixarem visitar sua horta não só para observá-la, pelos medicamentos que conquistaram meu povo de São Paulo e por terem me livrado de inumeráveis bichos-de-pé, mesmo eu fazendo cena feia com essas coisas.

Minha convivência no âmbito do Serviço Pastoral dos Migrantes no Vale do Jequitinhonha acabou por integrar gentes de muitas partes que se juntavam por ali especialmente nas Missões dos Migrantes. Das relações que estabeleci naquelas circunstâncias, acabamos por formar uma espécie de “grupinho” para o qual devo agradecimentos especiais não apenas por tudo aquilo que pudemos compartilhar nas experiências de formação nas comunidades, mas também por terem contribuído muito diretamente nessa investigação, discutindo comigo suas questões e dividindo inclusive momentos de visitas, bate-papos e realização de entrevistas. Agradeço a Claudilene, Leonardo, Fábio, Aline, Paulo André, Juliana Guanais, Verena, Daniel de Paula, Teresa, Cecília e Bernardo. Por fim, cabe mencionar que a atuação desse “grupinho” acabou aprofundando minha relação com os participantes do Serviço Pastoral dos Migrantes igualmente em São Paulo, fazendo surgir importantes amizades. Agradeço Roberval, Carlinhos e Roberto pela oportunidade de aproximação.

Em Araçuaí, quero agradecer também a algumas pessoas que marcaram muito especialmente minhas estadias na cidade oferecendo ajudas, companhia e conversas importantes para que eu fosse entendendo o lugar. Gô me hospedou em sua casa carinhosamente durante um intervalo de mais de quatro meses em 2009. Tornamo-nos companheiras de prosa sobre as histórias da cidade e sobre as nossas próprias histórias. Josino, Márcia e Ana Terra também se tornaram muito bons amigos. Obrigada pelos cafezinhos noturnos com muita conversa, Márcia superentendida do meu universo de questionamentos por seu trabalho com roças, mulheres e camponeses em inúmeras comunidades rurais, Josino superentendido também, pelo trabalho que realiza hoje como tocador, compositor e pesquisador de música regional e pelo que fazia mais antigamente, como vaqueiro no Mucuri.

Finalmente falta agradecer em Araçuaí a Antônio Gomes, Lúcia e os meninos. Receberam-me ao longo dos anos cada vez mais como gente de casa. Sem as muitas conversas que compartilhamos, nem me teriam passado pela cabeça muitos dos desenvolvimentos que pude ensaiar nesse trabalho. Além disso, me apresentaram a Zé Baixinho, Dôra, Zezé das Tesouras e João Eudes aos quais agradeço também por terem dividido comigo as lutas contra as grilagens que se sucedem na Chapada do Lagoão, organizadas em torno da APA que defendem corajosamente. João Eudes ajudou ainda coletando algumas informações que precisei para compor o trabalho e me esqueci de perguntar todas as vezes que estive em Araçuaí.

Em Minas Novas, agradeço primeiramente a Gilson, professor de filosofia no secundário da rede municipal de educação. Além de ter sido ele a me convidar para ir ao Alagadiço me apresentando todos os seus amigos, vizinhos e familiares, pudemos compartilhar muitas conversas e brigas ótimas nos botecos da cidade e nos percursos poeirentos das estradas em que viajávamos de moto para a roça. Gilson me tirou muitas dúvidas banais, ajudou com toda qualidade de coisa prática que se possa imaginar e longamente me explicou histórias da família e a sua própria me fazendo perceber a importância de muitos dos problemas que se tornaram assunto nesse trabalho. Nas comunidades rurais do Alagadiço, agradeço a todos que compartilharam comigo suas perspectivas sobre as condições de vida do passado até hoje. Peço que todos aceitem o agradecimento que dirijo a Marciano, Beota, Lourença, Fabiano, Jonas, Marli e Zé Maria. Especialmente agradeço a Simeão para além das prosas imprescindíveis, por aquelas flautinhas com que pude presentear Josino em Araçuaí e Renatinha em São Paulo, e, finalmente, a Vitor e Lourdes, os pais de Gilson, que foram minha casa nas muitas caminhadas pelo Alagadiço, sempre com acolhida carinhosa em torno do velho fogão.

Contribuíram com conversas decisivas para o desenvolvimento desse trabalho igualmente Domingos, Henrique, Rosa e José Walter, todos trabalhando em torno do sindicato e da Confrascom. Assim também Viviane, assistente social do CRAS, Murilo, funcionário do corpo técnico do IEF e Jaqueline, da Prefeitura. Nizão e Itamar Alves compartilharam comigo importantes reflexões, respectivamente, sobre o processo de urbanização de Minas Novas e a emergência de um movimento cultural no Vale do Jequitinhonha que permitiram que eu aprofundasse minha forma de pensar algumas problemáticas embora não tenha podido me dedicar mais detidamente a elas. Por fim, agradeço muitíssimo a Álvaro Freire, primeiro funcionário do IBGE naquelas bandas, historiador local, tocador, compositor e pesquisador de cultura regional, pelas infindáveis conversas e pela dedicada atenção para minhas questões, além de ter me apresentado Taquinho, que se tornou outro bom amigo também interessado em história e política local.

Saindo agora do Vale do Jequitinhonha, mas ainda fazendo referência aos que contribuíram diretamente para o desenvolvimento dessa investigação, agradeço a Beatriz, Leonardo, Juliana Bueno, Lúcio, Alice, Tainá, Juliana Guanais e Carmem, todos eles participantes do grupo Terra, Trabalho, Migração e Memória (TRAMA), que ocorre na Universidade Federal de São Carlos sob a coordenação da Prof.^a Maria Aparecida de Moraes Silva. Acolheram-me carinhosamente nos seus debates desde 2011, incorporando meus questionamentos no processo de estudos conduzido em conjunto, além de terem me

provocado a considerar abordagens diferentes para problemas de pesquisa que me acompanham há muito. Muitos caminhos enfrentei em minha exposição procurando estabelecer um diálogo com pontos de vista discutidos nesse grupo.

A Maria Aparecida de Moraes Silva, devo outro agradecimento, dessa vez conjuntamente com a Prof.^a Amélia Luisa Damiani, pela arguição que fizeram do meu relatório de qualificação. Seria o bastante, para agradecer às professoras, a leitura comprometida com a discussão crítica do mundo e, ao mesmo passo, detida aos questionamentos que sugeri e me convidando para voos mais adiante. Mais que isso, entretanto, ajudaram-me a encontrar o eixo que então agarrei como cerne da exposição, desdobrando-o ao longo de todo o trabalho, por ter dado muito sentido às minhas inquietações.

Ao pessoal do grupo de sexta e do grupo do barba fica difícil decidir pelo que agradecer. Qualquer menção, longa que fosse, seria insuficiente para dar conta dessas convivências, mais que intelectualmente desafiadoras, exigentes e estimulantes da negatividade crítica para com a violência que diariamente experimentamos e nos acostumamos a chamar “sociedade”. Não que eu queira responsabiliza-los, mas o tamanho invulgar que esse trabalho assumiu se relaciona bastante com as mil e uma discussões infundáveis que levamos em grupo. Minha imaginação como pesquisadora deve definitivamente a vocês, mesmo sabendo que o que pretendemos em conjunto fica completamente para além da miséria que a divisão do trabalho tem para oferecer.

Agradecer ao Dieter passa por tudo isso que disse por último. Nem teria como distinguir só alguns aspectos da sua dedicação para nossa relação. Tenho mesmo é que agradecê-lo porque soube criticar radicalmente sua posição de professor e orientador, ajudando-me a criticar a minha. Apesar disso, o que não espantaria a ninguém que compartilha com ele a experiência universitária, meu trabalho e para além dele minha formação foram profundamente informados pelo convívio que travamos, por seus questionamentos para lá de provocativos, por sua reivindicação constante da crítica na interlocução. Acaba esse trajeto, Dieter, e fico feliz que nos livremos dele. Construímos muitos caminhos e continuaremos a percorrê-los juntos. Que bom que alguns deles nos conduzem para o sertão.

Agradeço, agora, ajudas muito importantes que me foram dadas diretamente no difícil trabalho de fazer emergir um texto final. A estrutura pensei junto com Fábio, Cássio, Carlão, Erick e Daniel. Leram o texto quase na íntegra, acompanhando o desenvolvimento da redação, Erick e Daniel. Minha mãe também leu o texto quase

integralmente, mas depois que a redação já tinha finalizado. Renatinha, Cássio e Fábio igualmente corrigiram algumas partes do trabalho. Ewerton me ajudou com a produção dos mapas. Paulinha com a feitura da tabela. Mamá com o tratamento e a diagramação das fotografias. Mônica me deu ajudas com a prestação de contas, com a formatação dos relatórios e do pedido de prorrogação, sem as quais eu não teria conseguido terminar o trabalho. Conversas constantes com Erick, Fábio, Carlão, Renatinha e Daniel foram fundamentais para que eu conseguisse ultrapassar as dificuldades que encontrei na argumentação. Na finalização da tese, Carolina Zuben foi a parteira, montou comigo pacientemente um quebra-cabeças de arquivos, diagramou tudo, corrigiu meus erros insistentes na apresentação das referências bibliográficas e fez questão de deixar tudo bonitinho. Agradeço enormemente a todos. Quem tem amigos não morre pagão, conforme o provérbio que repetia minha velha avó.

Agora agradeço aos que ficaram bem perto, permitindo que eu sobrevivesse ao processo mesmo que aos trancos e barrancos. Renatinha, Teresa, Fábio e Daniel me ampararam decisivamente no dia-a-dia que levamos juntos e seguraram todas as minhas barras, garantindo que eu não perdesse o prumo. Mamá, Mônica, Erick, Luis, Artur, Sil, Paulinha Camargo, Julia, Cássio, Paulinha Bellaguarda, Carol Catini, Renato e Vivi também ajudaram cotidianamente a enfrentar dificuldades de toda ordem. Minha mãe, meu pai e meu irmão, Lucas, ainda que morem mais distante, se mantiveram igualmente muito próximos, me estimulando, acalentado, interessados e disponíveis para saber dessa investigação e ajudar com ela. O que eu tenho para agradecer a todos vocês ultrapassa certamente o marco do que deve vir a público. O importante é que saibam que são fundamentais.

Igualmente, fica muito difícil fazer um agradecimento para Daniel. Importante interlocutor há muitos anos, se dedicou de maneira sem igual a me acompanhar nesse processo de pesquisa que foi a redação do texto final. Durante esse ano inteiro em que trabalhei na escrita, esteve comigo discutindo parte a parte os caminhos do raciocínio, criticando as formulações e me ajudando a reelaborá-las, lendo, relendo e lendo de novo minha produção. Foi também colo, bronca, passada de mão na cabeça, bons conselhos, lembrança de que a vida não se limita a trabalhar, um sopro que afastava os medos e acalentava o peito. Dizer mais não convém. Espero poder tê-lo agradecido e continuar agradecendo no bom da vida que levamos juntos.

*

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. [...] Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela”

em Sobre o conceito da história, de Walter Benjamin.

“Nisso que estou lhe dizendo aí tem a quase-verdade, a às-vezes-verdade, e a verdade pela metade. Contar uma vida é isso, trançar tudo isso como a gente trança as curvas da pindoba para levantar um barraco. E a verdade-verdade nasce desse trançado. E tem mais, Sophie, a gente não deve ter medo de mentir, se você quiser saber de tudo”

em Texaco, de Patrick Chamoiseau.

“O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser um conhecimento de que a concepção de história em que se origina é insustentável”
em Sobre o conceito da história, de Walter Benjamin.

Resumo

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. 2015. 762 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 2 v.

Nesse trabalho, abordamos as condições de reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha mineiro, da sua formação até os dias atuais, tomando-as como momento da territorialização do capital e da mobilização do trabalho, observadas sempre nas transformações que sofreram no curso contraditório do processo de modernização. Investigamos a formação regional do campesinato no bojo da transição do escravismo colonial para o trabalho livre, relação engendrada como desdobramento da mineração ocorrida em muitos afluentes da bacia do rio Jequitinhonha e do estabelecimento e da expansão das fazendas pecuárias no que outrora fora considerado “sertão”. Analisamos também a forma de reprodução desse campesinato, tomando-a como uma relação social de produção na qual se assentou a reprodução do capital, quando a mesma ainda não podia prescindir do domínio fundiário e recurso ao exercício da violência por parte daqueles que personificavam o capital e da produção direta dos meios de vida por parte daqueles que personificavam o trabalho. Apresentamos ainda a acumulação das condições para o rompimento daquela relação social de produção como resultado central da própria territorialização do capital responsável por engendrá-la, entre elas, inclusive, a institucionalização do Estado e a formação da sua tecnocracia, ocorridas, ambas, em meio ao processo de autonomização das categorias terra, trabalho e capital, o qual investigamos a partir da intervenção do planejamento regional estatal no Vale do Jequitinhonha e das invasões e expulsões de agregados, posseiros e situantes que foram desencadeadas especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Na análise dos desdobramentos dessa ruptura enfatizamos a permanência do campesinato no Vale do Jequitinhonha, porém, em meio a uma profunda transformação nas relações sociais de produção em que o mesmo se encontrava engajado, as quais passaram a se assentar na generalização da mobilidade do trabalho. Por fim, as condições atuais de reprodução do campesinato, interpretamos como momento da reprodução do capital em sua crise fundamental. Articulamos a exposição dos processos apontados com uma discussão sobre o papel da acumulação primitiva na reprodução do capital e as limitações para sua reiteração continuada; sobre a homogeneização e a diferenciação das relações sociais de produção; sobre o caráter contraditório e fundamentalmente crítico do desenvolvimento capitalista e o caráter da sua crise atual. Conduzimos a mesma a partir da problematização de inúmeros estudos dedicados ao problema da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha, criticando a apreensão que faziam dessa última como totalidade apartada por não reconhecerem ser essa aparência resultante do processo de autonomização. Analisamos ainda um farto conjunto de depoimentos de lavradores e lavradoras no qual os mesmos discutiam transformações experimentadas em suas condições de reprodução, buscando articular, igualmente, os planos da história e da experiência, a partir de uma crítica do processo de sujeição dos sujeitos sociais a uma dominação abstrata, fetichista e tautológica da mercadoria enquanto forma de mediação e do capital enquanto sujeito automático.

Palavras-chave: reprodução camponesa; Vale do Jequitinhonha; territorialização do capital; mobilização e mobilidade do trabalho; acumulação primitiva; crise.

Abstract

The peasantry on the Jequitinhonha Valley: from its formation by the labor imposition process to the crisis of (its) capitalistic reproduction.

On this thesis we approached the reproduction conditions of peasants from Jequitinhonha Valley, in Minas Gerais, Brazil, from its formation until nowadays. We grasped those reproduction conditions as territorialization of capital and labor mobilization moments, moments that we observed always on the transformations that had occurred on the contradictory process of modernization. We researched regional peasantry formation from the enslavement transition to free labor, a relation that was engendered as the unfold of mining in affluent rivers of Jequitinhonha river and of cattle farming establishment and expansion in what was once considered “sertão”. We also analyzed the reproduction form of this peasantry as a social relation of production which was the basis of capital reproduction in a moment that personified capital could not prescind from land domination and from violence exercise. After that, we present the accumulation of conditions that ruptured that social relation of production as a central result of territorialization of capital itself, conditions such as State institutionalization and the formation of its technocracy, both occurred throughout autonomization process of land, labor and capital categories. We researched that process from the intervention of regional State planning on the Jequitinhonha Valley and from invasions and expulsions of ‘agregados’, ‘posseiros’ e ‘situantes’ that occurred specially on the decades of 1960, 1970 and 1980. While analyzing the unfolding of that rupture we give emphasis on the permanence of peasants on the Jequitinhonha Valley, although, in the middle of a deep transformation of social relations of production that these peasants were engaged, which passed to be embedded on the generalization of labor mobilization. Finally, we interpreted actual peasantry reproduction conditions as the reproduction of capital in its fundamental crisis. We articulated the exposition of the processes already mentioned with a discussion of the role of primitive accumulation for capital accumulation and the limits to its continuous reiteration; on the homogenization and differentiation of social relations of production; and on the contradictory and fundamentally critical character of capitalistic development and its actual crisis character. We conducted such issue questioning numerous researches that were dedicated to the peasantry reproduction problem on the Jequitinhonha Valley, and we criticized the grasping of that social reproduction as a separated totality as those researches didn’t recognized that as an appearance of autonomization process. We also analyzed a big amount of testimonials of ‘lavradores’ and ‘lavradoras’, in which they discussed transformations experienced on their conditions of reproduction, as we tried to articulate historical and experience plans, from a critique of the process of social subjects subjection by an abstract, fetishistic and tautological domination of merchandise form as an automatic subject mediation and capital form.

Keywords: peasant reproduction; Jequitinhonha Valley; capital territorialization; labor mobilization; primitive accumulation; crisis.

Lista de abreviaturas e siglas

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ACESITA – Companhia de Aços Especiais Itabira

ACHANTI – Associação Chapadense de Assistência às Necessidades do Trabalhador e da Infância

ACOBAPA – Associação Comunitária do Bairro Porto Alegre

AIA – American International Association for Economic e Social Development

AJUP – Instituto Jurídico Popular

APA – Área de Proteção Ambiental

APAE – Associação Pais e Amigos dos Excepcionais

ASSOCIAR – Associação Comunitária de Araçuaí

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CAI – Complexo Agroindustrial

CAD ÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEASAMINAS – Centrais Abastecimento de Minas Gerais S. A.

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CESIT – Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho

CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

CODEVALE – Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONFRASCOM – Micro-confederação de Associações Comunitárias de Minas Novas

CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DAE-MG – Departamento de Águas e Energia de Minas Gerais

DAIA – Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DCC – Documento de Corte e Colheita

DER– Departamento de Estradas de Rodagem

DFVJ – Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha
DNERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
ESAL – Escola Superior de Agricultura de Lavras
ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária
ET – Estatuto da Terra
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCC – Fundo Cristão para Crianças
FECAJE – Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP
FISSET – Fundo de Investimentos Setoriais
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de segurança e medicina do trabalho
GPS – Sistema Global de Posições
GTJ – Grupo de Trabalho do Jequitinhonha
GTP – Grupo de Trabalho para a Pecuária
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IESA – Instituto Estadual de Saúde Animal
IFNMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMG – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
MLT – Movimento de Luta pela Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG – Organização Não Governamental
PIMC – Programa Um Milhão de Cisternas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PBF – Programa Bolsa Família
PDRI – Programas de Desenvolvimento Rural Integrado
PET – Programa de Educação Tutorial
PLT – Programa Luz para Todos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPV – Programa Nacional de Papel e Celulose
PRM – Partido Republicano Mineiro
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSNCV – Plano Siderúrgico Nacional à Carvão Vegetal
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partidos dos Trabalhadores
REFLORALJE – Reflorestadora do Alto Jequitinhonha
RL – Reserva Legal
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário
SIA – Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SOAPA – Sistema Operacional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUC – Sociedade Unidos de Cachoeira
STJ – Superior Tribunal de Justiça
STRA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí
STRMN – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Minas Novas
TVA – Tennessee Valley Authorit
UC – Unidade de Conservação
UDN – União Democrática Nacional
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UREMG – Universidade Rural de Minas Gerais

Nomes atuais e antigos de cidades e vilas citadas nesse trabalho

Água Suja – **Berilo**

Água Boa – Água Boa

Araçuaí – Calhau

Arraial da Chapada – **Chapada do Norte**

Chapada do Norte – Arraial da Chapada

Colônia da Filadélfia – **Teófilo Otoni**

Berilo – Água Suja

Francisco Badaró – Sucuriú

Santa Rita de Malacacheta – **Malacacheta**

Ouro Preto – Vila Rica

São Domingos – **Virgem da Lapa**

Sucuriú – **Francisco Badaró**

Teófilo Otoni – Colônia de Filadélfia

Vila Rica – **Ouro Preto**

Virgem da Lapa – São Domingos

(**Nomes atuais** / Nomes antigos)

Sumário

VOLUME 1

INTRODUÇÃO	1
1. O problema enfrentado nessa investigação	1
2. Desdobrando o modo como investigamos o problema.....	6
3. A exposição do problema nos capítulos que compõe o trabalho	12
 CAPÍTULO 1 – UMA QUESTÃO DE TERRA.....	20
1.1. Notícias de uma região anunciada	21
1.2. A chegada do estranho	32
1.3. Crise de um sistema	47
1.4. A luta de Vicente Nica e dos posseiros de Mato Grande e São Miguel	66
1.5. Os conflitos provocados pela chegada da Acesita em Jabuticaba.....	83
1.6. A formação da Fazenda Alagadiço	92
1.7. Conflitos fundiários na Chapada do Lagoão	104
 CAPÍTULO 2 – QUEM ERAM E COMO SE REPRODUZIAM OS CAMPONESES REGIONAIS	118
2.1. O paradigma da reprodução camponesa	118
2.2. Reprodução camponesa ou reprodução regional?	156
2.3. O campesinato regional em seu processo de formação	183
2.4. A reprodução camponesa das relações regionais de produção	244
2.5. A reprodução camponesa das relações regionais de produção numa perspectiva de gênero	286
 CAPÍTULO 3 – DE COMO A FORMAÇÃO DA “REGIÃO” PÔS FIM AOS CAMPONESES REGIONAIS ...	307
3.1. Crise da reprodução regional ou emergência de uma “região”?	307
3.2. Modernização como perspectiva	317
3.3. Conservadorismo como perspectiva e modernização como processo	328
3.4. Reprodução regional, bacharelismo e autonomização do Estado	343
3.5. Burocracia técnica e institucionalização do bacharelismo	356
3.6. Intervenção estatal e reprodução regional	368
3.7. De como a modernização nacional se desdobrou do processo de reprodução regional.....	386

VOLUME 2

CAPÍTULO 4 – AINDA CAMPONESES?	423
4.1. <i>Homogeneização, diferenciação e reposição da acumulação primitiva</i>	423
4.2. <i>Camponeses migrantes ou assalariados superexplorados?</i>	486
4.3. <i>Reprodução “camponesa”: totalidade independente em meio à reprodução do capital?</i>	518
4.4. <i>As condições atuais de reprodução das relações “camponesas” de produção: trajetórias de lavradores no Vale do Jequitinhonha</i>	558
4.5. <i>As condições da reprodução crítica da mobilidade do trabalho dos camponeses</i>	646
CONSIDERAÇÕES FINAIS	692
REFERÊNCIAS	715
1. <i>Livros, teses, dissertações e artigos</i>	715
2. <i>Fontes cartográficas primárias digitais</i>	738
3. <i>Fontes primárias oficiais impressas</i>	738
4. <i>Caracterização das fontes primárias citadas</i>	739
Entrevistas gravadas e transcritas	739
Entrevistas parcialmente gravadas, transcritas e registradas em Caderno de Campo.....	741
Entrevistas registradas em Caderno de Campo.....	741
Cadernos de Campo	741
APÊNDICES	742
APÊNDICE A – ESTUDOS CARTOGRÁFICOS	743
APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS.....	747
ANEXO	760

INTRODUÇÃO

1. O problema enfrentado nessa investigação

Nesse estudo, nos dedicamos a discutir a reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha mineiro. O extenso intervalo que procuramos abranger com a nossa investigação, embora não destoe muito da maioria dos trabalhos acerca do Vale do Jequitinhonha que analisamos ao longo dessas páginas, guarda lá suas diferenças. A mineração colonial de diamantes e de ouro em inúmeros afluentes da bacia do rio Jequitinhonha figura entre os processos dos mais antigos que investigamos. Mas não exploramo-la estritamente a partir da sua crise, como se costuma fazer em busca da “dispersão” daqueles ex-escravos que iriam se acomodar como camponeses, por considerarmos da maior importância a perspectiva que outrora preconizou partirmos da própria ordem escravocrata em busca do “aparecimento” dos homens livres pobres. O intervalo compreendido nessa análise se diferencia um pouco dos trabalhos mencionados também no que se refere ao seu ponto de chegada. Os processos de expropriação desencadeados nos anos de 1960, 1970 e 1980 não foram tomados como marcos da transformação daqueles camponeses em trabalhadores rurais “boias-frias”, mas, diferentemente, nos voltamos sobretudo para a análise da continuidade da reprodução camponesa até os dias atuais.

Essa maneira de descrevermos o trabalho agora apresentado, não que seja injustificável, mas se agarra demais à perspectiva da “permanência” da reprodução camponesa num extenso intervalo que por isso mesmo pode ser tomado ele todo como “conjunto” a ser estudado. Assim, esconderia justamente o que mais perseguimos na investigação, a saber, o processo de transformação das relações identificadas como reprodução camponesa. Embora permita caracterizar melhor a análise que buscamos desdobrar nesse trabalho, rigorosamente, nem essa formulação corresponde muito precisamente ao desenvolvimento sugerido, posto que assume, mais ou menos implicitamente, um ponto de vista que apresenta a reprodução camponesa como uma realidade dada de antemão, não obstante dilua-o com a concepção de que o alvo da investigação é a mudança. O que investigamos, de outra maneira, embora possa ser identificado como a “reprodução camponesa” no Vale do Jequitinhonha, seria mais exatamente descrito como o processo que envolveu o referido campesinato da sua constituição à crise das suas condições de reprodução. Ou ainda, da sua constituição no

processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista, o que enunciamos parafraseando o título que demos para nosso trabalho.

Com essa formulação, podemos melhor evidenciar o ponto de fuga da nossa investigação, qual seja, o desenvolvimento contraditório da reprodução capitalista, da imposição do trabalho à crise de ambos, considerado a partir de um olhar sobre a modernização brasileira e a questão agrária no Vale do Jequitinhonha. Inserimo-nos, conseqüentemente, no enorme campo de discussões acerca da expansão das relações capitalistas e da forma assumida por seus desdobramentos naquela que já foi mais seguramente chamada de “periferia”. Não poderíamos deixar de estabelecer, assim, interlocução com o não tão velho problema da “aclimatação particular” das relações capitalistas que se instituíam no dito “centro” daquele contexto em processo de mundialização, no corpo a corpo com o qual emergiram tanto o dualismo como a sua contestação crítica pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que agora procuramos problematizar.

O problema do duplo ou do contraditório pode ser visto sempre reformulado criticamente em inúmeros momentos da longa discussão que desdobramos. Aparece na contraposição possível entre a fazenda pecuária que devassou o sertão que agora se convencionou identificar como Vale do Jequitinhonha e o latifúndio diretamente agroexportador de mercadorias tropicais, estabelecido inicialmente no litoral. Figura igualmente dentro das próprias fazendas, na oposição entre a produção voltada para subsistência e aquela voltada para a produção de mercadorias (mesmo que destinadas ao mercado interno). Aparece depois na permanência de relações de produção ditas não propriamente capitalistas em meio à generalização do assalariamento. Assim como na reposição das diferenças nessas relações supostamente homogêneas, por exemplo, nos contextos de extrema precarização do trabalho e da sua superexploração.

Ao discutirmos geral e particular, o melhor seria dizer homogeneização e diferenciação para não deixarmos de apresentar as relações sociais em processo, entretanto, nos esforçamos para não renunciar, seguindo a mesma perspectiva que já afirmamos considerar da maior importância, aos “conceitos inclusivos, que apreendem as situações sociais como conjuntos significativos de relações” (Franco, 1997: 9). Buscamos concomitantemente evitar os esquematismos que fazem tabula rasa das dificuldades de periodização histórica e fragmentam a realidade investigada conforme certas analogias distinguíveis na apreensão não mais que discreta de cada um dos seus momentos, abandonando a pretensão de discuti-la a partir do *sentido* (cf. Prado Jr., 1979) que

efetivamente a realiza como totalidade. As oposições antes indicadas, assim, não serão consideradas como se fossem “dualidades integradas”, mas, de outra maneira, como momentos de uma mesma “unidade contraditória” (cf. Franco, 1997: 11).

Os “conceitos inclusivos” que tomamos como referência nesse trabalho foram buscados em outro enorme campo de discussões fundado como crítica do “método da Economia Política” (cf. Marx, 1987). Terra, trabalho e capital, a fórmula trinitária na investigação da qual se assentou o pensamento econômico clássico, seriam conceitos imprescindíveis para distinguir os chamados “fatores” de produção que aparecem confusamente misturados em relações nas quais emergem como meros custos que proporcionam um resultado reificado. Como bem apontou Marx, contudo, não existe nenhuma “produção em geral” ou “produção geral”. Ou “a produção é sempre um ramo *particular* da produção [...] ou ela é *totalidade*” (Marx, 1987: 5, grifos no original). Consequentemente, segundo a crítica do método, terra, trabalho e capital deixariam igualmente de ser considerados como premissas pré-estabelecidas, para terem, diferentemente, sobretudo procurada a sua gênese. A crítica do caráter fetichista e naturalizador da forma social da qual a mesma foi desdobrada nos possibilita o reconhecimento de que sob a generalidade aparentemente universal dos conceitos mencionados se encontra apagado seu processo histórico de constituição. Assim, reapresentando criticamente os “conceitos inclusivos” tomados como referência nessa investigação, poderíamos caracterizá-los enquanto “terra, trabalho e capital”, mas considerados em seu engendramento no processo de modernização capitalista.

Ou seja, tomamos a aparência de autonomia entre os mesmos que embasa sua frequente naturalização, especialmente da “terra” e do “trabalho” mesmo naquelas investigações em que o “capital” é considerado na sua historicidade, como objeto da problematização. Assim, o “conceito inclusivo” em que se assenta efetivamente a investigação é o de “totalidade”, o qual alçamos mediante a crítica da forma social responsável pelo processo de totalização, a saber, a forma-mercadoria como mediação fundamental das relações capitalistas, precisamente por sabermos ser sua apreensão embargada pelo fetichismo que a envolve.

Na primeira descrição que fizemos do problema discutido nesse trabalho, caracterizamos o ponto de partida e o de chegada do intervalo abrangido em nossa investigação, respectivamente, como a mineração colonial e a reprodução camponesa hodierna. Não foi num percurso linear que buscamos, sem embargo, analisar as transformações sofridas pela reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. Nossa

exposição teve como pergunta qual papel assumiu ante a mesma a “assim chamada acumulação primitiva”. Começamos, assim, com essa discussão, mas abordando-a analogamente ao modo como se tornou clássica nas investigações sobre o Vale do Jequitinhonha. Estudamos primeiro os processos de expropriação que teriam sido responsáveis por desestruturar a reprodução camponesa como havia se estabelecido regionalmente desde a crise da mineração. Com o desfecho dessa primeira entrada concluímos, não obstante, que qualquer caracterização mais rigorosa dos processos investigados dependia integralmente da análise dos conteúdos sociais da chamada “reprodução camponesa”, que naqueles estudos aparecia descrita como o oposto da territorialização do capital que se expandia no campo brasileiro para aniquilá-la nomeadamente a partir de meados do século XX.

Voltamo-nos, por isso, como apontamos anteriormente, para a formação do campesinato no processo de imposição do trabalho, com o estudo da qual procuramos apreender os conteúdos sociais que davam *sentido* para a reprodução do mesmo. Desdobramento da territorialização colonial do capital, a reprodução camponesa foi apresentada como uma daquelas relações sociais de produção que possibilitavam a mobilização do trabalho nos contextos de grande disponibilidade das chamadas “terras livres”. Estabelecíamos, desse modo, um primeiro desvio naquele entendimento mais frequente acerca da “acumulação primitiva” sofrida pelo campesinato no Vale do Jequitinhonha. Não seriam aqueles acontecimentos responsáveis por desestruturar a reprodução camponesa os mais apropriados para receberem tal denominação, mas, diferentemente, a própria gênese do campesinato, tendo em vista ser resultante da colonização, momento daquela acumulação primitiva fundante do capitalismo em mundialização (cf. Novais, 1979).

Para completar o desvio mencionado faltaria ainda, todavia, uma maior problematização da ideia de que a acumulação primitiva se “reiteraria”, a qual fundamentamos na crítica da definição da reprodução camponesa como totalidade independente, não propriamente capitalista, que podia ser tratada como objeto, conseqüentemente, de uma expansão capitalista que se apresentava desde “fora”. Apresentamos, de outra maneira, principalmente por meio da crítica da sua forma de mediação e do sentido a ela suposto, a reprodução camponesa como momento do estabelecimento progressivo das condições para que a acumulação de capital se autonomizasse do domínio fundiário baseado na possibilidade de recurso à violência extraeconômica que garantiu a imposição do trabalho; ao passo que o trabalhador se

autonomizava da terra, tornando-se duplamente livre, no sentido mencionado por Marx (1984), e essa última aparecia como fonte independente de renda. Portanto, mesmo destacando o caráter particular das relações sociais de produção mencionadas, não consideramo-las de fora da expansão capitalista, “aguardando” ainda sua efetiva subordinação.

Tal desvio nos levou ao terceiro passo da nossa argumentação: da crítica da perspectiva que sustentava serem os processos de expropriação experimentados pelo campesinato no Vale do Jequitinhonha, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, “reiteraões” da assim chamada acumulação primitiva, desdobramos, ainda, a problematização de outra ideia comum nos trabalhos sobre o tema. Aquela de que a intervenção do Estado brasileiro responsável por “facilitar” a chamada expansão do capitalismo no campo teria também ela sua origem desencadeada a partir de “fora” das regiões-objeto do planejamento regional. De outro modo, buscamos apresentar o próprio Estado em sua formação naquele processo de territorialização do capital em que se encontravam “fundidos” tanto o capital à terra, como a ambos, o recurso à violência extraeconômica. Assim, ao invés de pressupor que Estado Nacional e sua correlata tecnocracia estariam, por assim dizer, dados, partimos em busca do processo de institucionalização do primeiro e de formação da segunda, tomando-os enquanto desdobramentos do processo de territorialização do capital que foi responsável por particularizar regionalmente as relações de produção (cf. Oliveira, 1987). O chamado “progresso”, instituído à força, via planejamento, teria sido acumulado como capital, personificado, inclusive, por famílias coronelistas tidas por “conservadoras”.

Desde aí se abriu o passo conclusivo da nossa argumentação, voltado para problematizar o papel da acumulação primitiva que em tese continuaria a se repetir posteriormente ao referido processo de modernização. Para tanto, nos dedicamos especialmente ao problema da transformação daqueles lavradores em “camponeses-migrantes”, procurando investigar tanto as formas como o sentido da chamada superexploração dos mesmos. Além de nos voltarmos igualmente para a questão da permanência e da recriação da reprodução camponesa hodierna enquanto reservas de acumulação primitiva. Contrapusemos as interpretações consagradas acerca dessa problemática, recorrendo novamente à crítica da forma de mediação e do sentido da reprodução camponesa, dessa vez articulada com uma discussão sobre o caráter imanentemente crítico da reprodução do capital, o papel que a acumulação primitiva

supostamente teria de contornar as crises e os possíveis limites hoje estabelecidos para efetivação do mesmo.

Não estabelecemos, por conseguinte, o intervalo abrangido nessa investigação considerando-o um “conjunto” definido pela reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha. Diferentemente, “recolhemos” as balizas para investigar o processo perseguindo o curso contraditório da reprodução do capital em que ela se engaja, especialmente ocupados com o problema da homogeneização e da diferenciação na modernização capitalista. Assim, o intervalo recebeu como seus “marcos” a expansão capitalista de dadas relações que pareciam ser seu oposto, o processo que teria sido responsável pela homogeneização das mesmas e o aparecimento de novas diferenças, entendidas, essas últimas, todavia, não como eterno retorno de um suposto ciclo da diferenciação que garante a reiteração continuada da acumulação primitiva, mas como momentos do caráter fundamental da atual crise da reprodução do capital.

2. Desdobrando o modo como investigamos o problema

Para além do recurso ao campo de debates acerca da expansão das relações capitalistas e o caráter crítico da sua reprodução, do qual desdobramos o eixo da argumentação desenvolvida, realizamos nossa exposição em discussão com questões presentes e, em certa medida, estruturantes da grande maioria dos trabalhos sobre o campesinato no Vale do Jequitinhonha, cuja revisão crítica apresentamos nas páginas seguintes. Os referidos trabalhos partiram todos da investigação de determinadas transformações que teriam ocorrido a partir de meados do século XX no Vale do Jequitinhonha, atribuindo explicações, em parte, diferentes para as mesmas. Todos se dedicaram, igualmente, a sugerir que relações sociais essas transformações teriam desestruturado e quais novas condições teriam engendrado para o campesinato antes mencionado.

Sem uma intenção propriamente classificatória, pudemos sistematizar aqueles trabalhos a partir das semelhanças e das divergências entre os mesmos, tendo em consideração cada uma das três questões que apontamos acima. No que se refere às transformações que teriam ocorrido a partir de meados do século XX, encontramos basicamente duas abordagens a partir das quais dividimos, *grosso modo*, os trabalhos mencionados: para parte deles aquelas mudanças decorriam da expansão das relações capitalistas por sobre a reprodução camponesa e para outra parte resultavam da

desestruturação da economia de subsistência, que alcançava seus limites, interna ou externamente.

No que concerne à caracterização das relações sociais submetidas a tais transformações identificamos igualmente duas abordagens: parte daqueles trabalhos descreveu as mesmas em termos de reprodução camponesa enquanto outra parte as caracterizou como reprodução regional. Por fim, relativamente às novas condições engendradas para o campesinato como resultado das referidas transformações, também encontramos duas abordagens: parte dos trabalhos enfatizou especialmente para a generalização do assalariamento em meio à reprodução camponesa, se voltando à investigação das migrações temporárias e das formas de exploração dos chamados “camponeses-migrantes” enquanto outra parte deu destaque nomeadamente para a permanência do campesinato e para a análise das suas novas condições de reprodução.

Dissemos não ter feito essa sistematização com intenções propriamente classificatórias, por termos explorado igualmente a heterogeneidade interna daqueles conjuntos de explicações e, sobretudo a semelhança entre explicações encontradas em trabalhos que agrupamos em blocos diferentes. Além disso, nosso intuito, mais que estabelecermos uma espécie de “estado da arte” acerca da temática discutida foi fundamentalmente criticarmos os vários pontos de vista mobilizados pelos autores, procurando “construir” nosso problema de investigação em bases opostas a certo procedimento bastante frequente naqueles trabalhos, que consiste, como dissemos anteriormente, em fragmentar a realidade estudada segundo determinadas analogias distinguíveis na apreensão discreta de seus momentos, considerados, por isso, como totalidades apartadas, embora articuladas. Denominamos tal procedimento, a partir da problematização conduzida por Kurz (2014) sobre o mesmo, como *individualismo metodológico*.

Assim, a revisão e a sistematização dos referidos trabalhos não se prestou propriamente a oferecer explicações que emprestaríamos para discutir o problema investigado. Isso não significa não termos tomado em conta suas perspectivas problematizadoras e críticas. Que dizer somente que a leitura que fizemos deles foi incorporada como momento da crítica sugerida, que não permaneceu, sem embargo, circunscrita ao âmbito da chamada teoria do conhecimento, por ligarmos crítica do conhecimento e crítica da sociedade. Por conseguinte, não tratamos o individualismo metodológico como um “engano” cometido pelos autores que criticamos, mas, diferentemente, consideramo-lo desdobramento da autonomização que conforma cada

momento de uma mesma totalidade social como se fossem efetivamente autônomos. Igualmente por isso, não propomos qualquer método alternativo buscando “corrigir” dificuldades encontradas, mas partimos da crítica do fetichismo em que se assenta a autonomização, para apreendermos a totalização das particularidades no seu recurso inescapável à forma-mercadoria enquanto *forma social geral*.

Ao longo da exposição, aquela “construção” do problema de investigação foi intercalada por frequentes imersões na discussão dos trabalhos de campo realizados. Caracterizá-los tem suas dificuldades, posto estabelecermos uma relação que não se circunscreve à pesquisa, mas é permeada por seu desenvolvimento, há dez anos, com moradores de inúmeras cidades e comunidades rurais situadas no chamado Vale do Jequitinhonha. Dizemos que nossa relação não se restringe à pesquisa, para além das amizades construídas ao longo dos anos entre 2004 e 2014, por termos nos tornado colaboradores do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), sobretudo das atividades desenvolvidas a partir da seção existente no município de Araçuaí.

Nosso envolvimento consistiu nomeadamente em participações nas Missões do Migrante e outras atividades formativas. Nas Missões, um grupo de agentes pastorais permanecem numa ou mais comunidades rurais durante mais ou menos uma semana, realizando fundamentalmente visitas domiciliares nos períodos diurnos e reuniões comunitárias nos noturnos. Nas visitas são feitas conversas sobre as dificuldades experimentadas pelas famílias em suas comunidades e também pelos migrantes nas temporadas em que passam trabalhando longe das suas casas. Essas são discutidas posteriormente nas reuniões, algumas delas envolvendo toda a comunidade, outras unicamente os migrantes ou os jovens ou as mulheres, etc., a depender das questões abordadas. São comumente presentes discussões sobre as condições de trabalho e arregimentação enfrentadas por trabalhadores “safristas” no chamado agronegócio, a prevenção do trabalho escravo, as questões de gênero, as alternativas de reprodução disponíveis para a juventude, os conflitos fundiários e em torno do acesso à água, a organização em associações, entre muitas outras. As atividades de formação abordam questões semelhantes, mas não implicam na permanência do grupo de agentes na comunidade. São, antes, visitas pontuais muitas vezes solicitadas pelos moradores ou lideranças nas quais são discutidos temas específicos. Podem ainda estar voltadas ao intercâmbio de experiências entre diferentes comunidades com relação a formas de organização e estratégias de luta.

Nossa aproximação com o SPM esteve marcada pelo interesse que nos levou inicialmente para o “campo” no Vale do Jequitinhonha. Partíamos de uma primeira experiência de pesquisa com migrantes que trabalhavam nos canaviais paulistas, especialmente preocupados com a discussão sobre os “porquês” da saída de tantos trabalhadores em busca de salário, inclusive muitos mineiros, vindos do Vale do Jequitinhonha. Dois presentes do professor Dieter, que ainda não havia se tornado oficialmente nosso orientador, vieram sugerir algumas respostas e muitos mais questionamentos: o livro de Gaudemar (1977) chamava a atenção para a mobilidade do trabalho e o de Martins (1986) para os processos de expropriação. O trabalho que apresentamos hoje é ainda desdobramento dessa mesma discussão. No ano de 2004, estivemos no Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da região Sudeste ocorrido na Universidade Federal de São Carlos. Nessa oportunidade conhecemos Irmã Sandra, a coordenadora do SPM no município de Araçuaí e recebemos o primeiro convite para conhecermos o Vale do Jequitinhonha.

Estivemos percorrendo as cidades de Araçuaí, Minas Novas, Itinga, Chapada do Norte, Berilo, Virgem da Lapa, Carai, Novo Cruzeiro, Capelinha e algumas de suas comunidades rurais em viagens realizadas em 2005, 2006, 2009, 2010, 2012 e 2013. Destacamos entre as visitas de mais ou menos um mês, feitas duas vezes por ano, nossa estadia de quatro meses em campo, entre janeiro e maio de 2009. Nesses dez anos, desenvolvemos nossa pesquisa de iniciação científica acerca da modernização e da mobilização do trabalho no Vale do Jequitinhonha (cf. Leite, 2006), nossa pesquisa de mestrado sobre o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização (cf. Leite, 2010) e a presente pesquisa de doutoramento, especialmente voltada para o estudo da reprodução camponesa.

Nesse processo aprendemos a realizar observações, fazer notações cuidadosas em cadernos de campo, a identificar possíveis interlocutores, sistematizar nossas redes de contatos, a buscar informações em instituições públicas e privadas, a abordar seus representantes e funcionários e sobretudo a realizar conversas em profundidade com lavradores e lavradoras, mas também migrantes moradores das cidades, sobre as suas trajetórias, suas histórias familiares, de trabalho, da terra e das estradas. Em algumas circunstâncias essas conversas assumiram a forma de entrevistas gravadas em áudio e posteriormente transcritas, noutras, de notas em caderno de campo, noutras, ainda, permaneceram unicamente na memória, alimentando a imaginação que nos possibilita prosseguir formulando perguntas sobre as relações estudadas.

Produzimos um material bastante farto que sem a menor dúvida orientou nossa redação do presente trabalho. Inclusive as entrevistas realizadas com representantes e funcionários da Secretaria da Agricultura, do Ministério do Trabalho e Emprego, da EMATER, do IEF, do CRAS, do ITERMG, do IMA, do IDENE, do Sindicato dos Trabalhadores e dos Produtores Rurais, da Fundação Aperam Acesita e da Prefeitura, sobretudo nos municípios de Araçuaí e Minas Novas. Cabe uma menção também às investigações realizadas no acervo do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, do Serviço Pastoral dos Migrantes, em Araçuaí e Guariba, das consultorias Neo Soluções Ambientais e Jequitiplan, respectivamente em Araçuaí e Capelinha, dos Cartórios de Registros de Imóveis, em Araçuaí e Minas Novas, e no acervo pessoal do pesquisador/historiador regional Álvaro Freire, em Minas Novas.

Contudo, na exposição desse trabalho optamos por mobilizar especialmente depoimentos e narrativas que recolhemos, o melhor seria dizer, “construímos”, com lavradores e lavradoras, por estarmos interessados não só nas próprias condições de reprodução dos mesmos, mas igualmente na forma como essas são personificadas e representadas. Para uma pequena descrição de como “construímos” esses depoimentos e narrativas, podemos dizer que realizamos longas entrevistas gravadas quase que exclusivamente com aqueles com quem já havíamos conversado algumas vezes e que repetimo-las em diferentes momentos, sempre que nos foi possível. Em algumas circunstâncias, realizamos encontros com lavradores e lavradoras que desejávamos entrevistar, nos quais discutíamos coletivamente quais questões eles pensavam ser significativas para falarem sobre as suas trajetórias, para contarem suas histórias. Posteriormente, utilizávamos esses “guias”, convém dizer, nada parecidos como os questionários *stricto sensu*, procurando nos orientar pelos tortuosos caminhos da transformação das memórias em narrativa.

A realização de repetidas gravações com um mesmo entrevistado acabou nos proporcionando um material em que as mesmas histórias apareciam mais de uma vez. Agrupamo-las numa sistematização subsequente das transcrições, produzindo um só depoimento que tornávamos a levar ao campo para ser lido e discutido junto aos entrevistados. Com relação à forma de exposição que as entrevistas receberam na argumentação, importa ressaltar que procuramos apresentar as falas dos lavradores e lavradoras em seu contexto, situando, sempre que possível, a narração sobre um acontecimento na trajetória do seu narrador e a mesma, por sua vez, na história da comunidade e assim por diante. Além disso, importa apontarmos que as falas dos

entrevistados não compuseram o texto de modo a exemplificar uma argumentação completamente pressuposta: não apenas procuramos incorporar como seu momento a discussão dos significados atribuídos pelos lavradores e lavradoras para os processos experimentados, mas também buscamos dar lugar para que aparecessem, embora inescapavelmente sob nossa “edição”, suas críticas sobre os mesmos, com as quais interagimos para a formulação da crítica pretendida.

Os lavradores e lavradoras entrevistados nos contaram suas trajetórias, histórias familiares, de trabalho, da terra, das estradas, como dissemos anteriormente. Consequentemente, gravamos nessas entrevistas a narração daquilo que se encontra principalmente no plano da experiência. Embora correspondam a histórias pessoais, familiares, de uma fazenda ou comunidade rural, não consideramo-las como histórias específicas, mas, sim, particulares, entendidas como momentos de uma mesma e única “história” que compreende o processo social como um todo. Procuramos apresentar criticamente a mediação entre esses dois planos, apenas aparentemente separados, da experiência e da história, a partir das noções de dupla liberdade e de sujeito-sujeitado respectivamente discutidas por Gaudemar (1977) e Kurz (2007b).

A noção de dupla liberdade apresenta como resultado central do processo de mobilização do trabalho um sujeito desarraigado, livre como um pássaro, mas concomitantemente livre para ir e vir, diretamente responsável por sua própria sorte. Libertado de quaisquer outras possibilidades de reprodução social que não estejam fundamentadas na sua entrega dócil ao trabalho, o sujeito completamente livre acaba condenado ao processo capitalista de socialização. Na apresentação que faz dessa noção, Gaudemar recorre sobretudo ao debate feito por Marx (1984) sobre a assim chamada acumulação primitiva. A noção de sujeito-sujeitado também apresenta um sujeito negativamente realizado. Senhor da produção, ele se encontra, entretanto, enredado em relações nas quais o produto do trabalho, tendo historicamente assumido a forma de mercadoria, domina fetichistamente seu produtor. Para apresentar essa noção, Kurz igualmente recorre aos debates feitos por Marx (cf. sobretudo 1983, 1984 e 1988), reivindicando a crítica desse último a um processo social que se passa pelas costas dos sujeitos, no qual o capital emerge como verdadeiro sujeito automático, assentado na concorrência e seu caráter “cego”, enquanto os sujeitos-sujeitados não passam de personificações, meros portadores de uma relação tautológica.

A entrada sugerida para pensarmos o trabalho de campo se baseia em uma interpretação que fazemos da forma da sociedade produtora de mercadorias como

simultaneamente subjetiva e objetiva. Diferente de uma orientação por assim dizer metodológica, que busca prescrever modos de tratamento do objeto colocado para a investigação, a mesma exige enfrentarmos criticamente também nossa posição como pesquisadores. Isso porque nós também somos ao mesmo tempo sujeito e objeto dos processos mediante os quais nos reproduzimos. Não existe, portanto, para nenhum pesquisador, um objeto que lhe seja efetivamente externo e sem condições. Tanto pesquisadores e seus objetos estão todos sujeitados (ou sujeitos) à mesma razão fantasmagórica, como expressou Marx (1983: cap. II), conforme a qual a vontade fundamentalmente reside nas coisas; como conceitos e relações sociais estão totalmente ligados, pois os primeiros não escapam ao caráter *realmente* abstrato da matriz de socialização fundada no trabalho, na mercadoria, no dinheiro e no direito. O fetichismo consequentemente não pode ser pensado como encobrimento das relações sociais efetivamente reais que a ciência seria capaz de “desvendar”. Mas como uma relação totalizante e totalitária da qual se desdobram práticas que estamos completamente subordinados a realizar, cujo caráter negativo, todavia, pode ser trazido para debate e questionamento crítico.

3. A exposição do problema nos capítulos que compõe o trabalho

O trabalho foi composto com **quatro capítulos**, divididos por **seções**, nas quais investigamos uma mesma questão a partir de diferentes entradas. O **primeiro capítulo**, dedicamos para a investigação das transformações que teriam ocorrido no Vale do Jequitinhonha desde a metade do século XX. Começamos a tateá-las partindo da caracterização sobre as mesmas constante em algumas reportagens sobre o Vale do Jequitinhonha, publicadas entre as décadas de 1960 e 1980, inclusive em periódicos de circulação nacional, nas quais procedemos à primeira identificação de termos que se repetiriam nas apresentações sobre o processo presentes em documentos estatais e interpretações acadêmicas. Os ditos “problemas sociais” foram noticiados como que emergindo enquanto resultados do desenvolvimento ou da sua falta, além de serem mobilizados para delimitar e caracterizar o Vale do Jequitinhonha como uma “região problema” que reclamava atenção.

A articulação das referidas transformações com a forma do desenvolvimento capitalista em processo seria explorada mais criticamente pelos trabalhos acadêmicos

investigados nas duas seções subsequentes a essa, de caráter bastante introdutório. Diferentemente, com a exceção de umas poucas análises, a emergência do Vale do Jequitinhonha como uma região ficava “para escanteio” e, por mais que os autores se dedicassem ao problema da intervenção estatal, aquela delimitação aparecia em suas argumentações mais ou menos pressuposta. Como apontado antes, sistematizamos e problematizamos essas interpretações em torno de duas abordagens a partir das quais dividimo-las. Na primeira das duas seções mencionadas discutimos os trabalhos que investigaram “a chegada do estranho” e na segunda, aqueles dedicados à “crise de um sistema”.

Colocado o problema proposto para o capítulo, passamos para a análise de determinados materiais nos quais o mesmo se encontrava apresentado nalgum aspecto. Discutimos, em uma das seções subsequentes, o depoimento de um posseiro e liderança política dos camponeses no Vale do Jequitinhonha, publicado por um conjunto de pesquisadores que haviam desenvolvido suas investigações sobre as transformações na estrutura fundiária ocorridas naquela região. Nas outras três seções dispostas antes da conclusão do capítulo, mobilizamos entrevistas produzidas em campo que abordavam problemática relacionada com aquela discutida pelo posseiro antes referido, tratando especialmente de conflitos fundiários ocorridos em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha.

Mais que observarmos a chegada das chamadas grandes empresas capitalistas desencadeando expulsões, invasões e outras formas de expropriação, procuramos problematizar como esse processo se ligava com uma profunda ruptura sofrida por determinada forma de reprodução das relações sociais de produção em todo país, cuja expressão territorial também era a emergência das “regiões objeto” da intervenção do planejamento estatal, no caso discutido, o Vale do Jequitinhonha. Esse capítulo, em seu conjunto, se manteve introdutório, por admitirmos que o sentido dos processos nele investigados somente poderia ser apreendido, de fato, mediante um desdobramento da discussão numa investigação sobre as relações sociais primeiramente desarticuladas e posteriormente instauradas pelos mesmos.

Partimos, assim, para o **segundo capítulo**, mais longo que o anterior, no qual nos dedicamos a investigar as relações sociais desarticuladas pelas transformações que se manifestavam na reestruturação fundiária, nos conflitos por terra e na chegada das empresas capitalistas. Começamos pela sistematização e problematização de alguns trabalhos acadêmicos, os quais dividimos entre as abordagens que caracterizavam as relações

preexistentes em termos de reprodução camponesa e aquelas que as descreviam como reprodução regional. Emergiria nessa parte, de modo claro, uma questão figurada apenas implicitamente no capítulo anterior, relacionada com certa naturalização do Vale do Jequitinhonha como uma região: as tão faladas transformações teriam atingido os camponeses, um “grupo social” existente na região apontada, ou a própria “região”, considerada como uma espécie de “personalidade” ou “individualidade”, segundo a conceituação crítica usada por Lacoste (2005)?

Esse quiproquó não foi tratado como um “erro” cometido por determinadas interpretações. Diferentemente, exploramo-lo como uma “apreensão” possível de determinadas relações contraditórias que se encontrava efetivamente em processo. Investigamos essas relações na terceira seção do capítulo, que dedicamos ao processo histórico de formação do campesinato regional. Saímos, assim, da perspectiva de uma caracterização em sentido estrito, para discutir a formação das relações investigadas articulando-as ao processo de modernização entendido como processo mundial e de mundialização. Nessa seção, procuramos deixar claro que reprodução camponesa e reprodução regional eram formas de aparecer de um mesmo processo, a saber, a territorialização do capital que havia se desdobrado com a colonização dos trópicos. Perseguimos assim a formação do campesinato, mas como momento do processo de mobilização do trabalho que sofria uma inflexão com o fim do escravismo, embora não estivessem totalmente colocadas as condições para que sua imposição pudesse se assentar unicamente na dupla liberdade, posto haverem terras “soltas” a dificultar a gênese da superpopulação relativa responsável por controlar os salários, para que não subissem demasiadamente impossibilitando a acumulação (cf. Marx, 1984: cap. XXV).

Formação do campesinato e formação da fazenda pecuária foram estudadas na articulação que estabeleceram, sendo essa última apresentada como expressão da territorialização do capital, identificada como regional por não poder prescindir da possibilidade de recurso ao exercício da violência para “fechar” as terras nas quais trabalhadores seriam mobilizados “coronelisticamente”. Partindo do aparecimento das fazendas em meio ao apogeu da mineração colonial, passando pela crise dessa última e acompanhando o processo expansivo de derrubada das matas para a formação de posses sistematicamente superpostas pela fazenda, pela formação de aldeamentos particulares de indígenas e mesmo pela intervenção militar que acompanhou a Guerra Justa que se estabeleceu contra os chamados “botocudos”, pudemos acompanhar as condições subordinadas de emergência de um campesinato em meio a negros fugidos ou forros, a

brancos empobrecidos e a indígenas submetidos pela guerra e fome, para os quais o aprendizado da feitura de roças de coivara apareceu, quiçá, como a única chance de sobrevivência.

No tratamento conferido para a questão, todavia, todos esses nem poderiam efetivamente ser tomados como “camponeses” já que se encontravam engajados em relações de produção particularizadas no processo de territorialização do capital mencionado. Exclusivamente a partir da reestruturação fundiária, dos conflitos e do ingresso das companhias capitalistas por muitos identificado como processo de expansão do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, transformações as quais, como vimos anteriormente, no capítulo inicial do trabalho, teriam alcançado também o Vale do Jequitinhonha, aquelas particularidades seriam confrontadas num processo em que se estabeleceria o campesinato como relação geral ameaçada pelas novas condições de mobilização do trabalho desdobradas pelo processo de modernização.

Essa forma regional de reprodução das relações sociais de produção foi o que investigamos na quarta e penúltima seção do capítulo. Para tanto, recorreremos sobretudo à discussão dos depoimentos e das narrativas “construídos” em campo com lavradores e lavradoras velhos a partir das suas experiências pessoais, familiares, mas também das memórias sobre aquele tempo das fazendas que se estendeu, com suas diferenças, aproximadamente até o começo da segunda metade do século XX, quando foi progressivamente se desdobrando o fim da agregação, problema cujo enfrentamento assentamos igualmente na discussão das falas de alguns fazendeiros que nos haviam apresentado suas memórias sobre o processo. Nessa seção tratamos especialmente de depoimentos sobre relações experimentadas em fazendas, cujo embargo do acesso dos camponeses à terra havia sido discutido no primeiro capítulo. Assim pudemos articular perspectivas pessoais, acerca de como determinadas relações eram enfrentadas, em um processo geral que evidenciava seu sentido. Para além de meras “descrições” sobre as relações de produção particulares, nos interessou explorar como lavradores e lavradoras significavam as mesmas, ora como “ajuda”, ora como relações de trabalho, ora como “escravidão”, posto ser essa “confusão” uma maneira de exprimirem certo caráter contraditório daquelas relações e, sobretudo a presença do processo que as superou informando o olhar que os mesmos podiam lançar sobre seu passado.

Essa seção só não foi a última do capítulo pois sua exposição nos colocou como exigência um retorno para a apresentação feita sobre as relações regionais de produção, procurando desdobrar um aspecto das mesmas que havia ficado latente naquela primeira

interpretação que realizamos: o papel das famílias e das relações entre os gêneros na sua reprodução. Assim, dedicamos a última seção do capítulo a remontar aos mesmos depoimentos apresentados anteriormente, mas procurando neles “entradas” que nos permitissem problematizar como a constituição de posições sociais diferenciadas para lavradores e lavradoras integrava tanto suas condições de reprodução como as daquela forma social com que se mediavam.

De uma apreensão feita por “gente de dentro da fazenda” sobre reprodução e desarticulação das relações regionais de produção apontadas, partimos para o **terceiro capítulo** no qual retomamos o mesmo problema antes discutido no primeiro, buscando amarrar pontas que haviam ficado soltas naquele debate inicial. Mostrando as relações desarticuladas no processo de modernização como desdobramento do processo de territorialização do capital, confrontaríamos definitivamente a tese de que a expansão do desenvolvimento capitalista teria emergido desde “fora” da região. Inclui-se a tese que identificava a intervenção do Estado como um facilitador do avanço das companhias capitalistas por meio da cessão de terra devolutas e de incentivos fiscais e creditícios mobilizados pelo planejamento regional.

Como dissemos, poucos trabalhos haviam atentado para o papel assumido pela demarcação de uma “região objeto” nas referidas transformações. Partimos, assim, especialmente da interpretação que formulamos sobre o problema em nossa dissertação, para problematizá-la, por considerar, em certa medida, o Estado pressuposto sem se deter na formação do mesmo. Discutimos a instituição da Codevale, primeira iniciativa de planejamento regional e aquela que inicialmente definiu os contornos do Vale do Jequitinhonha e a criação dos Distritos Florestais Mineiros, sobretudo daquele cujos contornos coincidiam em parte com os antes traçados pela Codevale, nos quais eram concedidos subsídios fiscais e creditícios, além da cessão de terras devolutas para o reflorestamento. Mas depois de uma análise acerca das diferenças entre os impactos provocados por cada um deles na desestruturação daquelas antigas relações sociais de produção, partimos para investigar a institucionalização estatal e a formação de sua tecnocracia, processos que tornaram possível a posterior emergência do planejamento regional, os quais tomamos como desdobramentos da territorialização do capital em sua dinâmica regional.

Após termos dedicado a primeira seção do capítulo ao planejamento regional desencadeado no Vale do Jequitinhonha nas décadas de 1960 e 1970, nos voltamos especialmente, nas outras seis seções que compõe o terceiro capítulo, a perseguir o

desdobramento da modernização como processo que ultrapassava o embate entre as perspectivas progressistas e as conservadoras. Para tanto, investigamos a emergência de iniciativas e discursos de caráter “modernizador”, antes mesmo dos primórdios do planejamento regional levado a cabo pelo Estado; a escolarização dos filhos como “estratégia” mediante a qual uma classe dominante em crise buscava assegurar sua reprodução; o bacharelismo, a formação das instituições de ensino universitário e a consolidação da técnica como móvel do desenvolvimento das forças produtivas. Desdobramento da “acumulação” das famílias coronelistas, pudemos investigar a modernização nacional como processo perseguindo a trajetória da família Badaró e personagens com a mesma relacionados. Ela “rendeu” afamados coronéis do Vale do Jequitinhonha muito antes dessa “região” ter se estabelecido enquanto tal, para, posteriormente, ter um dos seus últimos filhos pródigos engajado no corpo político responsável pela criação da Codevale e pela formulação dos primeiros planos para a modernização daquela região.

Além da inversão na perspectiva com que olhamos para a intervenção estatal, precisamos, na última seção desse capítulo, os termos com base nos quais pudemos reapresentar as transformações anteriormente referidas que ocorreram no Vale do Jequitinhonha a partir da segunda metade do século XX como momentos de uma modernização retardatária nacional fundada na generalização das condições para que a mobilidade do trabalho passasse a se assentar unicamente na dupla liberdade. Seria precisamente esse o processo a impulsionar a nacionalização dos mercados, tanto de trabalhadores como de terras, além dos desdobramentos que observamos ocorrer regionalmente: crescimento da renda da terra, reestruturação e conflitos fundiários, substituição da antiga fazenda por empresas, sobretudo reflorestadoras e fim daquele campesinato, ao menos em suas condições regionais de mobilização do trabalho.

Passamos, com isso, ao **quarto e último capítulo** o qual dedicamos para a investigação das relações que emergiram no Vale do Jequitinhonha a partir do referido processo de modernização nacional. Na sua primeira seção tratamos de apresentar uma discussão sobre a expansão das relações capitalistas e sua relação com o caráter fundamentalmente contraditório da reprodução do capital e com as crises amiúde enfrentadas pela mesma. Contrapusemos, para tanto, interpretações de teóricos que investigaram o problema interessados em questões semelhantes, relacionadas com a intercalação entre homogeneização e diferenciação das relações sociais e com o papel assumido pela reposição da acumulação primitiva na reprodução do capital, embora observadas de pontos de vista

diferenciados, um deles considerando-as a partir da modernização da periferia do mundo capitalista e outros dois a partir do seu centro. Procuramos realizar uma fricção entre blocos conceituais com base na qual pudemos estabelecer perguntas que nos ajudaram a estruturar o restante do capítulo. Redigimos, novamente, um capítulo bastante extenso, diferente do terceiro que recebeu uma apresentação mais “enxuta” por retomar, sob outra perspectiva, questões anteriormente problematizadas no primeiro.

Entrando propriamente no debate sobre as relações que emergiram no Vale do Jequitinhonha, especialmente na segunda metade do século XX, dedicamos duas seções subsequentes para uma revisão e sistematização crítica dos trabalhos que procuraram enfrentar a questão, os quais dividimos, a partir da sua abordagem, entre aqueles que consideravam como resultados do processo aludido o estabelecimento das migrações temporárias e da superexploração dos “bóias-frias” e os que enfatizaram sobretudo a permanência do campesinato apesar da generalização do assalariamento. Não obstante guardassem diferenças, todas aquelas pesquisas tinham interesse pela reiteração da diferenciação em meio aos processos de homogeneização em curso: os últimos a identificavam na recriação camponesa, enquanto os primeiros, especialmente na superexploração do trabalho assentada no rebaixamento salarial que a produção de subsistência dos “camponeses-migrantes” garantia.

Partimos das diversas questões relacionadas com migração temporária e novas condições de reprodução estabelecidas para a reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha que os trabalhos investigados formularam para discutirmos narrativas e depoimentos “construídos” com lavradores e lavradoras, na quarta seção desse último capítulo. Novamente, utilizamos sobretudo entrevistas feitas com moradores daquelas comunidades cuja história viemos perseguindo desde o primeiro capítulo de nossa investigação. Além de abordarem diversos aspectos das mudanças impostas pela desestruturação da agregação nas antigas fazendas pecuárias e pela chegada das reflorestadoras em suas comunidades rurais, as falas daqueles lavradores e lavradoras caracterizaram ainda as atuais condições de reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha. Entre as muitas questões que analisamos podemos apontar o papel progressivamente assumido pelo Estado na reprodução camponesa e o papel progressivamente assumido pelos camponeses como consumidores de mercadorias industrializadas e provenientes do chamado sistema financeiro, as novas expressões apresentadas pelos conflitos fundiários e as condições hodiernas enfrentadas pelos camponeses para a inserção da sua produção agrícola e das suas forças de trabalho no

mercado, etc., as quais discutimos procurando considerá-las também da perspectiva das relações entre os gêneros.

A discussão sobre tais questões apenas seria arrematada na última seção desse capítulo. Nela, partimos da tese mais ou menos implícita em alguns dos trabalhos investigados nas seções anteriores, referente a uma suposta dependência que teria a reprodução do capital da reposição contínua da assim chamada acumulação primitiva, especialmente com o intuito de analisarmos as condições de reprodução camponesa anteriormente apresentadas no plano da reprodução do capital, considerados os desdobramentos hodiernos do seu caráter fundamentalmente crítico. O percurso argumentativo passou por uma crítica à interpretação de Gaudemar (1977) acerca da mobilidade do trabalho, a determinada leitura bastante comum das formulações de Luxemburgo (1985) que propõe ser possível ainda hoje o eterno retorno da acumulação primitiva e à perspectiva de que as crises no capitalismo possuem um caráter fundamentalmente cíclico. Essa última seção, bastante conclusiva, foi seguida por considerações finais iniciais, em que propusemos nos colocar novamente ante circunstâncias hoje observadas em campo, que exigem nosso posicionamento.

Nesse pequeno apanhado, pudemos apresentar algumas das questões que nos provocaram na redação desse trabalho. Além da exposição textual das mesmas, fizemos algumas tentativas de investigá-las cartograficamente, as quais apresentamos como um apêndice ao corpo principal da tese, não obstante seu exame deva ser realizado concomitantemente com a leitura desse último. Apresentamos, ao todo, três mapas. O primeiro deles é, na verdade, um conjunto com quatro mapas nos quais procuramos representar momentos, ou, o melhor seria dizermos, expressões, do processo de territorialização do capital naquilo que viria a se tornar o Vale do Jequitinhonha. Recomendamos o uso desse conjunto como apoio para leitura da seção 2.3 e do terceiro capítulo como um todo. Os outros dois mapas subsequentes representam expressões atuais da territorialização do capital, com os processos de apropriação fundiária em curso nos municípios de Araçuaí e de Minas Novas. Podem ser utilizados para apoiar a leitura do trabalho como um todo, especialmente por permitirem identificar a localização das comunidades rurais apresentadas, mas dialogam mais diretamente com os processos apresentados na seção 4.4 e nas considerações finais desse trabalho (cf. Estudos Cartográficos, Apêndice A). Por fim, apresentamos também um pequeno conjunto de fotografias, procurando compartilhar algumas das nossas vivências em campo e ilustrar algumas das condições de reprodução discutidas (cf. Fotografias, Apêndice B).

CAPÍTULO 1

UMA QUESTÃO DE TERRA

Mesmo quem examina trajetórias atuais de lavradores e lavradoras do Vale do Jequitinhonha não pode deixar de atentar para certas mudanças que marcaram aquela dita região, mais ou menos a partir da metade do século XX, o que faremos nesse primeiro capítulo do trabalho. Deixá-las de lado implicaria em desconsiderar liames importantes para compreender os processos atuais, tanto sociais como territoriais, em que aqueles trabalhadores se inserem e que, ao mesmo tempo, eles reproduzem. Precisar os momentos chave e, sobretudo os termos, como aquelas transformações foram desencadeadas foi, contudo, como veremos, tema de muita polêmica entre seus estudiosos. Nenhum deles deixou, ainda assim, de notá-las ou de afirmar a importância da sua discussão.

Alguns dos seus contornos podem ser assinalados parafraseando as perguntas abreviadas por Jerônimo Nunes na apresentação do livro *Lembranças da Terra: histórias do Jequitinhonha e do Mucuri*, no qual Eduardo Ribeiro (1996) reuniu histórias contadas por gente que viveu aquelas mudanças: “Porque desapareceram os posseiros e os pequenos proprietários? Porque o progresso acabou com a fartura, a água e a mata? Porque os laços morais de compadrio opressor foram substituídos por outra opressão, mais impessoal, mas não menos desumanizante?” (Nunes, 1996: 7). Podem ser assinalados ainda, partindo das questões, um pouco diferentes, propostas por Margarida Maria Moura para discutir aquele processo: como foi constituído semelhante “paroxismo de pobreza” e um “cotidiano marcado pela violência simbólica, material e física”, sendo ambos relacionados às alterações que ocorriam sobretudo no que a autora identificou como a “esfera das relações de produção”? (1988: 3).

Assinalarmos “[a] migração temporária e definitiva de lavradores, [a] saída de agregados das fazendas, [...] [os] direitos trabalhistas, [o] esgotamento das terras e [a] pobreza” (Nunes, 1996: 5), nos possibilita também apresentar em que termos a problematização dos desdobramentos daquelas mudanças animava segmentos da Igreja Católica, alguns sindicatos, associações e movimentos sociais, quando Eduardo Ribeiro organizou o livro comentado, já em 1996. Essa discussão até hoje persiste, provocando pesquisadores e militantes a tentarem dar sentido para tudo que aconteceu. Mas não somente eles e talvez, até, não principalmente. Muitos ex-agregados, posseiros, velhos que foram para as cidades, que ficaram na roça, seus filhos, também discutem tudo aquilo e, mesmo que algumas vezes idealizem seu passado, o fazem tentando entender o presente. Sempre tentando

entender que mundo é esse no qual eles foram arremessados. A lembrança é ainda uma questão que permanece presente.

Como marcas daqueles tempos de transformação, vale lembrar, afinal, que tanto a migração como a pobreza, entre outros exemplos, não estiveram aí o tempo todo, ou ao menos, não sempre do mesmo jeito. Advertimos, igualmente, que não estiveram aí o tempo todo também os lavradores e nem mesmo o Vale do Jequitinhonha, entendido como uma *região*: muito menos, como uma região miserável. A investigação daquelas marcas como relações em processo nos exige, portanto, problematizar seus contextos de formação. Assim, mesmo os termos utilizados para enunciarmos nossas questões não devem ser tomados de maneira naturalizada, como se estivessem pressupostos aos processos que nos permitem discutir.

Mas não porque retomamos aquelas transformações desencadeadas mais ou menos a partir de meados do século XX, achamos que as mesmas explicam tudo ou, muito menos, que elas se explicam sozinhas, por si mesmas. Por isso, as mesmas precisam ser pensadas na relação com os processos que vieram antes e, também, com os que vieram depois. Somente assim acreditamos que algum sentido, talvez mais completo ou, ao menos, mais crítico e que considere as particularidades e os aspectos contraditórios da realidade, pode emergir na interpretação. Por isso, um capítulo para problematizarmos aquelas mudanças, e algumas interpretações, representações ou narrativas que envolveram as mesmas, deve permitir introduzir muitas das questões que desejamos discutir neste trabalho.

1.1. Notícias de uma região anunciada

Muitas das referências e fontes que discutiremos nesse capítulo foram produzidas durante a segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1960, período em que abundaram textos em jornais e periódicos, documentos de Estado, documentos de associações, movimentos sociais, além de investigações acadêmicas que discutiam o Vale do Jequitinhonha. O surgimento desse tremendo volume de textos também foi parte, como veremos, daquelas transformações que viemos apontando. Começaremos a contorná-las, retomando algumas reportagens sobre o Vale do Jequitinhonha que foram noticiadas entre as décadas de 1960 e 1980, inclusive em periódicos de capitais brasileiras e publicações que, àquela altura, possuíam circulação nacional, como o jornal *Estado de Minas*, *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e a *Revista Manchete*.

Outros autores sistematizaram e discutiram as matérias que vamos investigar: destacaram notícias que confirmavam as informações apresentadas, questionaram as abordagens que lhes pareciam distorcer os acontecimentos e problematizaram algumas maneiras de representar o Vale do Jequitinhonha. Eles buscaram identificar os diferentes aspectos salientados para caracterizar a região, assim como os interesses que eles representavam e os processos que legitimavam. A oposição entre riqueza e pobreza nas representações sobre o Vale do Jequitinhonha foi bastante destacada. Todos esses aspectos que foram assinalados também nos interessam. Teremos oportunidade de problematizá-los concomitantemente ao exame das reportagens, sem nos determos, não obstante, exclusivamente na análise daquelas contraposições, mas procurando discutir se há uma unidade presente entre as diferentes representações da região¹.

A primeira reportagem que consta no conjunto organizado por Silva (2007) foi publicada na revista *O Cruzeiro*, em 1967. Mais ou menos nesse momento, conforme o argumento da autora, o Vale do Jequitinhonha passou a ganhar bastante visibilidade na imprensa. Em sua matéria, José Franco retratou questões diversas: a incidência da esquistossomose e da doença de chagas, que faziam aumentar consideravelmente a mortalidade na região; a entrada, em diversas localidades do Vale do Jequitinhonha, de empresas mineradoras que operavam com dragas; a pobreza no município de Chapada do Norte, onde apesar de ser possível encontrar ouro muito facilmente, não havia nem médicos, água encanada ou eletricidade à disposição da população².

A reportagem salientou a maneira ambígua como a população tratara a entrada das companhias mineradoras na região. Contra a Mineração Tejucana, instalada na comunidade de Tocos, localizada entre as cidades de Diamantina e Bocaiúva, o jornalista disse não

¹ Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) fez referência a uma série de reportagens publicadas em 1977, destacando principalmente as notícias que apontavam a intensificação do comércio de terras no Vale do Jequitinhonha. Dalva Maria de Oliveira Silva (2007) fez uma sistematização abrangente de reportagens publicadas entre os anos de 1967 e 1994, incluindo entre elas a mesma série citada. Seu recorte temporal foi justificado pela recorrência da publicação de reportagens sobre o Vale do Jequitinhonha a partir do final da década de 1960, o que a autora relacionou com fatos e situações que teriam despertado a atenção da imprensa para a região (cf. Silva, 2007: 162). Ela confrontou abordagens da imprensa com o Vale do Jequitinhonha experimentado por alguns dos seus sujeitos, cujas representações também foram apresentadas em seu livro. Além disso, problematizou a oposição entre a riqueza cultural e a pobreza material reiterada em muitas representações da região. Mateus de Moraes Servilha (2012), que se baseou nas entrevistas reunidas por Silva (2007), também discutiu essas representações, mas buscando entendê-las no processo de construção de estigmas socioespaciais. Entre o jornalismo de denúncia e os discursos de esperança propagandeados, o autor viu emergir uma “região-notícia”. Também discutiremos muitas das reportagens reunidas por Silva (2007), sem, contudo, pretender esgotar a sistematização feita pela autora.

² A matéria se chamava “Jequitinhonha dos meus pesares” e estava dividida nos tópicos “Doença e miséria rondam as crianças”, “Verdade: por sobre a opulência caminha a pobreza” e “Retrato sem retoque de um contraste” (cf. Silva, 2007: 169-171).

existirem queixas. A empresa contratou uma parcela tão miserável da população, que essa aceitara mesmo o subemprego, sem reclamar. Mais adiante, contudo, ele assinalou a existência de conflitos com as mineradoras no município de Carbonita. A Cia. Emack Acaiaca, outra empresa também americana, proibia os garimpeiros manuais, chamados de faiscadores, de trabalharem no entorno do local onde havia se instalado, o que acabara por desempregar muitos trabalhadores³.

Fazendo um contraponto às condições de sobrevivência apresentadas, Franco documentou também a variedade de produtos disponíveis nas feiras que ocorriam aos sábados em muitas cidades da região, dando destaque para os produzidos pelo que ele identificou como uma indústria caseira, como jarros, selas e cobertores. Terminou sua matéria interpelando Fidelcino Viana, o então presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), criada em 1964, para pedir a proteção daquelas manufaturas domésticas, o que considerara uma necessidade para a melhoria das condições sociais da região⁴.

Outras duas reportagens foram publicadas, provavelmente em 1973, na *Revista Manchete*⁵, dirigindo sua abordagem para a apresentação das políticas de correção dos problemas regionais, que não chegaram a ser descritos nas matérias, sendo mencionados como já bastante conhecidos. Ambas noticiaram a implantação de algumas infraestruturas pelo então governador recém-empossado Rondon Pacheco, assim como suas promessas de desenvolver o Vale do Jequitinhonha, afiançadas por descrições entusiastas das ações que o político já vinha implementando⁶.

Uma delas assinalou a eletrificação de 19 municípios da região, além da promessa do governador de concluir a instalação do sistema de iluminação em todo o Vale do

³ “Num lugar chamado Tocos, entre Diamantina e Bocaiúva, uma firma americana obteve concessão de pesquisa e exatamente há um ano está montando uma draga enorme”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 169). “Desobedecida num certo momento, [a Cia. Emack Acaiaca] contou com o apoio da polícia de Diamantina, cujos soldados desceram o rio e improvisaram uma guerra contra os humildes faiscadores, queimando-lhes os ranchos e tomando-lhes as ferramentas. Resultado: mais de cem famílias estão hoje, segundo o padre, no desamparo total e passando fome”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 169-170).

⁴ “A proteção dessa indústria caseira é uma necessidade para a melhoria das condições sociais daquelas populações do sertão. Fidelcino Viana, cuide delas! Não deixe que as velhas tecelonas desapareçam do Vale do Jequitinhonha, esse pequeno e abandonado continente que tanto espera sua ação de homem de sensibilidade e trabalho”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 171).

⁵ A autoria dessas reportagens não pôde ser identificada por Silva (2007), assim como sua imprensa não pôde ser precisada. A autora estimou o ano de 1973 como o da publicação das mesmas. Os títulos das matérias eram “Jequitinhonha, o vale da esperança” e “Jequitinhonha, a redenção do vale”.

⁶ “[O governador teve uma] coragem audaciosa de tirar o Vale da estagnação e colocá-lo no ritmo de desenvolvimento das demais regiões mineiras”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 172). “Precisamos transformar as riquezas do Vale e o antigo bolsão de pobreza há de ser um reduto de riqueza”. Trecho do discurso do governador Rondon Pacheco, publicado na reportagem citada em Silva (2007: 180).

Jequitinhonha até o ano de 1974. A outra retratou a construção de unidades de saúde, assim como a visita feita pelo governador ao *campus* avançado do projeto Rondon, instalado na cidade de Araçuaí, desde 1969, para coordenar intervenções dos estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais, das Faculdades Isoladas do ABC Paulista e da Universidade Federal de Lavras na região.

Com uma perspectiva de denúncia dos problemas daquela região, Ricardo Kotscho publicou uma série de reportagens no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1977⁷, retomando muitas questões presentes na matéria de José Franco. A primeira reportagem da série tratou novamente da reação da população frente à chegada de empresas, mas nesse caso enfatizando os conflitos provocados pela implantação das companhias reflorestadoras na região, a partir do ano de 1974⁸. Segundo o jornalista, a invasão do Vale do Jequitinhonha por aquelas companhias afugentava os lavradores, que vendiam suas terras por preços irrisórios para depois migrarem, indo formar favelas nas cidades⁹.

Kotscho entrevistou também o advogado dos posseiros envolvidos em conflitos fundiários no município de Itamarandiba, discutindo com ele os impactos da chegada das reflorestadoras. Afonso Gandra destacou em suas falas a expectativa dos moradores da região de se empregarem naquelas empresas, assim como a frustração provocada pelas primeiras demissões em massa, que ocorriam tão logo terminava o desmatamento e a implantação das florestas homogêneas pelas companhias. O advogado apontou também transformações nas condições de reprodução da população, sobretudo com relação à sua capacidade e formas de

⁷ Essa série de reportagens foi uma das mais citadas em trabalhos que conhecemos sobre o Vale do Jequitinhonha. Fragmentos dos textos que a compunham aparecem citados em Moraes Silva (1999), como indicamos anteriormente, além de terem ilustrado um trabalho de caráter informativo, feito por Ferreira Ribeiro (s/d), por ocasião de sua participação como assessor na Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Minas Gerais. Todas as suas reportagens foram ainda compiladas pela Diocese de Araçuaí, na forma de um pequeno impresso utilizado em discussões de formação dos seus agentes pastorais (cf. Silva, 2007: 174). A série se chamava “O progresso chegando ao vale da fome” e as matérias comentadas foram “Surgem os tratores e os lavradores vão formar favelas”, “As terras vendidas por quase nada”, “Vale ainda vive a política dos velhos partidos. Herdeiros revivem coronelismo” e “Igreja começa a vencer o paternalismo” (cf. Silva, 2007: 174).

⁸ “A Codevale resolveu atrair para a região grandes companhias – estatais e privadas – que se encarregariam de promover seu desenvolvimento, em troca de determinadas facilidades”. “[A Ruralminas] ficou encarregada de montar o arcabouço jurídico que permitisse repartir as terras entre as companhias interessadas. Abriram-se arquivos [...] e os advogados da Ruralminas foram até Portugal recolher os documentos necessários que permitissem, no final, considerar terras devolutas do Estado, terras sem dono, praticamente todo o Vale do Jequitinhonha. [...] Surgiram assim as novas sesmarias do vale, repartidas entre 17 companhias com áreas que variam entre 8 mil e 400 mil hectares”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 177).

⁹ “[As companhias reflorestadoras afugentaram] os lavradores que venderam suas posses por preços irrisórios [...] e começaram a formar favelas em torno dos núcleos urbanos. [...] Lavouras foram destruídas ou abandonadas; o número de carros, aparelhos de televisão e casos policiais cresceu, ao contrário do que ocorria com as escolas, que continuavam poucas e precárias”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 174).

acesso ao consumo, desencadeadas pela possibilidade de empregarem-se como trabalhadores remunerados¹⁰.

O jornalista continuou a reportagem com um balanço da situação do Vale do Jequitinhonha e uma exaustiva descrição dos seus contrastes¹¹. Conforme argumentou Kotscho, todos aqueles problemas haviam sido diagnosticados sistematicamente pelos frequentes e monótonos levantamentos oficiais produzidos pela Codevale, que não fizera outra coisa desde a sua criação. Esses relatórios serviam exclusivamente para divulgar a pobreza, justificando a constante criação de órgãos que tinham como objetivo combatê-la¹², mas cujos projetos eram repetidamente deixados de lado, sobretudo em função dos pequenos orçamentos disponíveis, que não permitiam nada mais que o exíguo custeio da equipe da agência¹³.

Outra questão debatida tratou do quadro político regional que, de acordo com o jornalista, mantinha a estrutura do final do século XIX, apesar de estar revestido de uma

¹⁰ “Antes das companhias, Itamarandiba era um município pobre, pobre, mas independente. As feiras de sábado eram sempre cheias. Os mantimentos, toucinho, farinha, rapadura, a gente fazia e consumia aqui mesmo, não dependia de ninguém. Meu irmão Hildebrando era o prefeito quando as companhias chegaram em 74 e todo mundo pensou que elas seriam a salvação, trazendo boas perspectivas. Elas pagavam entre 50 a 300 cruzeiros o alqueire [48.400 m²]. A gente esperava que viessem muitas companhias, mas a Acesita acabou comprando tudo. Hoje é dona de quase todo o município e não permite que outras companhias entrem. No início, a companhia tinha uns mil empregados. Mas já despediram mais de 500, passada a fase de desmatamento e plantio. Os pequenos proprietários deixaram de serem proprietários e passaram a depender da companhia. Passaram a ser chamados de TR, trabalhador rural”. Trecho da entrevista com Afonso Gandra, publicada na reportagem citada em Silva (2007: 179). “O equilíbrio já havia sido rompido, mudaram os hábitos, as pessoas se recusavam a voltar à situação anterior. As aspirações aumentaram. Na medida em que os ex-lavradores passaram a receber um salário mínimo fixo, mais horas extras, que as companhias sempre estimularam, começaram a sonhar com radiolas, gravadores, discos, eletrodomésticos”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 180). “A cidade não conhecia crediário, de uma hora para outra, estava vendendo tudo à prestação. Com as dispensas os TRs ficaram sem condições de pagar o que faltava e os comerciantes tiveram muitos prejuízos. Para nós foi o parto da montanha que pariu um gato. Quando a companhia veio pensávamos que fosse a redenção do Vale, o fim da miséria. Mas nós continuamos da mesma forma ou pior”. Trecho da entrevista com Afonso Gandra, publicada na reportagem citada em Silva (2007: 180).

¹¹ “A enchente e a seca, a falta e a fartura, a turmalina e o cascalhão, a música pop e os benditos, o Banco do Brasil e o comercinho, o velho e o menino, as moças lindas das boates e as meninas dos garimpos, o trabalho duro e o ócio total, as cafuas e os palacetes, o sol de rachar de dia e o frio de pneumonia à noite; mais que tudo são os contrastes do vale, que tornam única essa região, agora incorporada ao processo desenvolvimentista brasileiro. A presença, nesses lugares, de vidas humanas e até de sorrisos nas bocas sem dentes depois de quatro anos de colonização predatória e de toda espécie de exploração é, antes de tudo, uma prova de força e resistência. Se até aqui chegaram, os homens do vale podem supor, com toda certeza, que sobreviverão”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 175).

¹² “De lá pra cá, as siglas oficiais que se espalham em escritórios e veículos por todo o vale multiplicam-se [...] ao contrário da ação do governo, que tarda. [...] Só duas siglas eram conhecidas no vale: o Departamento de Estradas de Rodagens e o Departamento Nacional de Endemias Rurais. Hoje, pela soma das siglas, talvez o vale seja a região do país mais estudada pelo governo. [...] 27 diferentes órgãos vão encher gavetas, arquivos e bibliotecas longe dali, em Belo Horizonte ou Brasília, servindo de exótico material de pesquisa para estarrecidos viajantes”. Trechos da reportagem citada em Silva (2007: 176).

¹³ “[o orçamento da Codevale para aquele ano era de 5,4 milhões de cruzeiros], a décima parte do prêmio semanal da loteria esportiva”. “[Não permitiam] nada mais do que o custeio do órgão, uma espécie de SUDENE subdesenvolvida, que mantém 70% do seu pessoal em Belo Horizonte, a uma confortável distância dos desconfortáveis problemas da região”. Trechos da reportagem citada em Silva (2007: 177).

aparência moderna. Grande parte dos representantes estaduais ou federais votados pelos eleitores da região sequer conheciam os problemas daqueles municípios e tinham construído sua popularidade com promessas feitas em visitas rápidas, sempre na véspera das votações. Por sua vez, os políticos municipais também não se engajavam verdadeiramente na resolução desses problemas e mesmo depois da reforma política continuavam imersos nas disputas locais existentes entre os bacharéis da UDN e os coronéis do PSD, partidos que inclusive já haviam sido extintos¹⁴.

Em oposição a essa conjuntura política, o jornalista destacou ainda a atuação da Igreja Católica e trouxe o depoimento de Dom Silvestre Scandian, bispo da diocese de Araçuaí, relacionando as dificuldades de organização política da população com o paternalismo costumeiro da política local¹⁵. A matéria retratava a criação de trezentas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pela diocese, voltadas para discutir os problemas imediatos dos seus moradores e buscar soluções conjuntas. Assim como a captação de recursos voltada tanto para abastecer de alimentos as escolas de comunidades gravemente atingidas por secas como para a formação de cooperativas rurais, que procuravam desarticular o monopólio dos preços dos produtos dos pequenos lavradores, comandado por intermediários e grandes comerciantes locais.

Diversas reportagens publicadas no ano de 1978 mantiveram essa perspectiva de denúncia, apontando problemas como os levantados e, sobretudo o repetitivo não cumprimento de projetos e promessas políticas. A miséria da população, a precária infraestrutura e a falta de alternativas de sobrevivência para os moradores da região eram apresentados como problemas crônicos, diagnosticados há muito tempo e que nunca encontravam solução¹⁶.

Nesse mesmo ano, entretanto, outra reportagem publicada pelo jornalista Otacílio Lage, desta vez na véspera das eleições estaduais e federais, no *Jornal do Brasil*, voltou a divulgar soluções políticas para os problemas do Vale do Jequitinhonha, propagandeando as

¹⁴ “Todos os prefeitos dos 52 municípios do Jequitinhonha são da Arena, mas o poder ainda está dividido entre UDN e PSD. Os novos governantes são jovens, vestem-se esportivamente, falam como gente da cidade grande, mas na verdade são comandados de longe, pelos herdeiros do coronelismo, que hoje preferem morar nas capitais. São peculiaridades de uma região onde a política se reveste de aparências atuais, mas mantém a estrutura do final do século”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 186).

¹⁵ O bispo ressaltava que “[a população] nunca se organizou para nada [...] e se encosta no bispo, nos padres, nas irmãs para tudo – escolas, hospitais, alimentação, roupas”. Trecho da entrevista com o bispo Luiz Scandim, publicada na reportagem citada em Silva (2007: 188).

¹⁶ As matérias “Jequitinhonha continua à espera de ajuda oficial: uma terra sem água, sem gado, sem futuro” e “Vale do Jequitinhonha ainda um grande desafio” publicadas, respectivamente, pelos jornalistas Maurício Pessoa e Otacílio Lage, em 1978, no jornal Estado de Minas, foram exemplos dessa forma de abordagem (cf. Silva, 2007: 189-190).

candidaturas do deputado Francelino Pereira, para o governo do estado de Minas Gerais, e do senador indireto¹⁷ Murilo Badaró, para deputado federal¹⁸. Persistentes índices de miséria e a ajuda dos governos, que sempre tardaram, foram novamente comentados, mas apenas para compor o balanço negativo de todas as políticas que haviam sido anteriormente implementadas no Vale do Jequitinhonha, cuja correção das deficiências fundamentava a campanha daqueles candidatos. Elas foram tanto criticadas por sua insuficiência, por exemplo, a implantação da eletrificação¹⁹, como por sua ineficiência, como no caso da atuação da Codevale.

Os limites da atuação dessa agência foram, contudo, justificados em função da sua persistente falta de recursos²⁰. Para o jornalista, a criação da Codevale teria representado uma inflexão importante na luta pela redenção da região, iniciada pelo menos desde a década de 1950, mas suas precárias condições de financiamento ataram sua capacidade de intervenção, sempre restrita à produção de diagnósticos, levantamentos e relatórios sobre a região. Destacamos, ainda, as falas de dois sociólogos convidados pelo jornalista para discutir a atuação da agência. Décio Valadares creditou à Codevale a criação de uma consciência sobre a pobreza do Vale do Jequitinhonha, fundamental para subsidiar a pressão da sociedade sobre o governo e Marislene Napoleão repetiu as fórmulas consagradas pelo órgão para o desenvolvimento regional, argumentando que os planos já estavam prontos, bastando serem aplicados²¹.

Sem esgotar o conjunto das matérias organizadas por Silva (2007), pudemos identificar uma série de mudanças ocorridas no Vale do Jequitinhonha durante a segunda metade do século XX e noticiadas pela imprensa: a chegada de empresas, a criação de

¹⁷ Senadores indiretos ou senadores biônicos foram os nomes com que ficaram conhecidos popularmente os parlamentares eleitos indiretamente por um Colégio Eleitoral, em consonância com a Emenda Constitucional número 8, de 14 de abril de 1977.

¹⁸ “Políticos de maior votação na área, estes não escondem suas responsabilidades de redimir o Vale: ‘Ou vale tudo ou vale nada’ afirma Badaró, significando que ou dão tudo ao Vale ou de nada terá valido terem sido eleitos”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 191). A importância que aquela região tinha para esses políticos também foi mais bem qualificada por aquele jornalista, que assinalou seu potencial eleitoral de 255 mil votos.

¹⁹ “A eletrificação do Vale do Jequitinhonha, ocorrida em 1973, não chegou a provocar um desenvolvimento econômico [...] [e a região] não tem condições de se industrializar por falta de infraestrutura”. Trecho do depoimento de Antônio Torres Bonfim, prefeito do município de Jacinto, publicado na reportagem citada em Silva (2007: 191).

²⁰ “[A Codevale] se arrasta há 14 anos pobre e mendigando recursos como a própria população do Vale”. Trecho da reportagem citada em Silva (2007: 193).

²¹ “[O órgão fez] pelo menos um trabalho importante: criou a consciência da pobreza do Vale, fazendo aumentar assim a pressão da sociedade sobre o governo”. Trecho do depoimento de Décio Valadares, publicado na reportagem citada em Silva (2007: 192). “Salvar o Vale do Jequitinhonha [pressupunha] criar uma infraestrutura social, [...] [para que a população pudesse] se integrar ao processo de desenvolvimento”. Trecho do depoimento de Marislene Napoleão, publicado na reportagem citada em Silva (2007: 192).

agências públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento, a eletrificação dos municípios da região, a formação de um mercado de terras, a transformação de lavradores em trabalhadores assalariados, a migração e o êxodo rural, o crescimento das cidades, a formação de favelas, o aumento do consumo, do crediário, das relações monetarizadas, entre outros.

Paralelamente a essas modificações temporalmente localizáveis, foram noticiadas ainda outras relações, como se caracterizassem a região desde muito tempo, como a precariedade dos serviços públicos (falta de estradas, eletricidade, água, saneamento, médicos), a mortalidade provocada por doenças endêmicas, as miseráveis condições de sobrevivência, o arcaísmo das relações políticas e do mandonismo tradicional. Assim também foram anunciadas as técnicas artesanais, a cultura tradicional, a variedade de produtos agrícolas e artesanais que enchiam as feiras aos sábados e a autonomia que a produção local garantia ao abastecimento dos municípios.

Mesmo sendo apresentadas como bastante antigas, justificava que essas relações passassem a ser noticiadas, todavia, a mudança nas disposições manifestas perante as mesmas: a indústria doméstica necessitava de proteção, assim como a produção comercializada nas feiras, as endemias deviam ser suprimidas com a melhoria dos serviços públicos e a persistente miséria, com o desenvolvimento da região, promovido, por exemplo, pela implantação da infraestrutura. Muitas intervenções foram apresentadas como atribuição estatal e as agências para a promoção do desenvolvimento, como as responsáveis privilegiadas para sua execução.

Podemos, assim, distribuir as notícias sobre o Vale do Jequitinhonha que apresentamos em três eixos principais, que de alguma forma se relacionam todos com processos de mudança. O primeiro deles se referiu à chegada das empresas e a forma como transformaram as condições de reprodução da população daquela região ou, pelo menos, de alguns de seus grupos, como fiscadores que tiveram seus garimpos proibidos, lavradores que venderam suas terras, comerciantes locais que sofreram calotes, moradores das cidades que passaram a conviver com favelas, etc. O segundo deles também se referiu a mudanças nas condições de reprodução social, mas que foram provocadas pela intervenção estatal, por exemplo, a implantação de infraestruturas ou a criação de agências de desenvolvimento, que serviram inclusive para atrair aquelas empresas. O último eixo, por sua vez, apesar de ter tratado das relações caracterizadas quase como tradicionais, discutiu-as predominantemente frente à necessidade de uma interferência estatal, que deveria modificá-las. Fosse para corrigi-las ou superá-las, suas condições de reprodução social exigiam intervenção. Como também

exigiam as relações que deveriam ser mantidas, uma vez que não sobreviveriam em meio àquele processo de mudança sem alguma proteção.

Extrapolando a constância da mudança como tema que transformou o Vale do Jequitinhonha em notícia no período observado, percebemos, contudo, modos diferentes como foram abordados cada um dos processos apresentados. O desenvolvimento provocado pela chegada das empresas e pela intervenção estatal aparecia ora como uma benesse para salvar a região da sua estagnação crônica, ora como o grande causador da miséria em que o Vale do Jequitinhonha teria ficado imerso e que as notícias retrataram. Por sua vez, aquelas relações ditas muito antigas, que deveriam ser ou superadas ou protegidas pela intervenção estatal eram noticiadas quase sempre de maneira contraposta, como os atributos que caracterizavam o Vale do Jequitinhonha por sua pobreza ou riqueza aparentemente atemporais.

Relações identificadas como um modo de vida ou uma cultura tradicional predominantemente caracterizavam-no como uma região rica. A fartura, a variedade da produção local, a autonomia que a mesma proporcionava para o abastecimento dos municípios, o conjunto de técnicas artesanais de produção deveriam, assim, ser protegidos, pois não se manteriam sozinhos em meio a tantas mudanças. Carência e precariedade caracterizavam-no ordinariamente como uma região miserável. Assim, no caso do dito isolamento regional ou das doenças que afetavam sua população, ambos em função da deficiência dos serviços públicos que deveria ser corrigida pela intervenção estatal ou pelo desenvolvimento econômico. Como também no caso do empobrecimento da população, da formação de favelas ou do desemprego, provocados pela exploração daquela região, que não deixava nada em troca para sua população.

No mais das vezes, no entanto, transpostas as contraposições apontadas, a representação da pobreza e da falta emergia quase sempre como cerne das reportagens que apresentamos: como uma consequência da chegada do desenvolvimento econômico; como um estado crônico, que afetava a vida da população como um todo; como uma situação persistente, na qual, todavia, a população podia obter abundância, ao menos em alguns aspectos da sua reprodução, exemplificada pela falta de médicos que convivia com a grande variedade da produção local; ou ainda como resultado da crise da economia regional, que deveria ser protegida pela intervenção estatal, para continuar conseguindo se reproduzir.

Nesse sentido, também emergia a necessidade de enfrentar aquela situação: para contrapor ou regulamentar o caráter prejudicial do desenvolvimento que se encontrava em curso; para resgatar uma região secularmente abandonada em condições precárias e

miseráveis; para superar problemas estruturais que dificultavam o “progresso” da região; ou para impedir que determinadas relações fossem aniquiladas, se abandonadas a esse mesmo “progresso”. Ou seja, uma intervenção era imperativa, de acordo com as perspectivas que discutimos, mesmo que para algumas delas outro desenvolvimento fosse reivindicado, atrelado às reais necessidades da população.

Silva (2007), cuja análise se concentrou na contraposição entre riqueza e pobreza como os atributos predominantes para representar o Vale do Jequitinhonha, também interpretou a pobreza como eixo majoritário para caracterizar a região, enquanto a riqueza aparecia quase que somente nas matérias dedicadas a divulgar sua arte, cultura e artesanato. Assim, o que efetivamente baseou sua análise foi a contraposição entre as representações oficiais, produzidas pela imprensa e especialmente pelos documentos das agências de desenvolvimento da região, que quase sempre privilegiavam a pobreza, e as conformadas pela experiência dos sujeitos daquela região que, tendo como base suas experiências, enfocavam não apenas a diversidade cultural, mas a riqueza das vivências daquela população²².

Servilha (2012) apresentou uma comparação semelhante, opondo os estigmas construídos nas representações da imprensa e dos documentos das agências de desenvolvimento a identidades de resistência, forjadas pelo movimento cultural que se organizara com uma base regional. Conforme a argumentação do autor, aquelas representações se tornaram estigmas ao colocarem a pobreza como eixo homogêneo para apresentar a região. Não importava se a perspectiva adotada pelo jornalista denunciava uma pobreza tão antiga como o abandono da região pela intervenção estatal; se articulava justificativas para suas ações pretensamente redentoras, sobretudo na fala dos políticos em campanha; ou se delatava a pobreza como produto do “progresso”: a pobreza era sempre a pauta, se não única, a principal e foi sobre essa homogeneidade que se tornou encontrável a própria ideia do Vale do Jequitinhonha como uma região coesa²³.

Concordamos com o argumento de Servilha (2012), para quem o estigma da pobreza embasou de maneira predominante as representações construídas sobre o Vale do

²² “A percepção da arte como riqueza contrapõe-se ao que há de ruim, a miséria, como expressão da vida e do sentimento gerado a partir da vivência: a esperança. O esperar tem sido, ao longo dessas décadas por mim analisadas, uma constante na história do Vale, uma perseverança teimosa, às vezes resignada, marcada pelo ritmo lento do viver cotidiano, da luta quieta, esperando... São exatamente esses sentimentos de perseverança, de vivacidade, regados de uma alegria espontânea, [que foram] expressos pelas pessoas [desde] os meus primeiros contatos com a região, contrapostos às dificuldades por elas enfrentadas” (Silva, 2007: 154).

²³ “A apresentação do Vale do Jequitinhonha como um ‘pequeno e abandonado continente’ reforça, concomitantemente, o mito de seu isolamento, tanto quanto de sua homogeneidade. A ideia de uma área do espaço diferenciada do restante do estado pelo abandono, isolamento e pobreza, apesar dos contrastes produzidos pela presença de riquezas, iniciava sua difusão entre meios de comunicação de abrangência muito significativa se comparados aos diagnósticos estatais” (Servilha, 2012: 115).

Jequitinhonha pela imprensa, sendo também o fundamento para sua construção como uma região e servindo para justificar as intervenções estatais, sobretudo de caráter desenvolvimentista²⁴. Sem dúvida a homogeneidade daquelas representações se baseava na afirmação imperiosa da pobreza que impunha como pressuposto para sua constatação a unidade de uma região, além de se fundarem quase sempre numa perspectiva desenvolvimentista. Contudo, como vimos, mesmo em representações com uma abordagem oposta, que tinham como pauta a denúncia dos resultados do “progresso” desenvolvimentista, outro desenvolvimento almejado, que atendesse realmente às necessidades populares, continuava fundamentando argumentos sobre a desigualdade da região²⁵.

Assim, do jornalismo de denúncia às coberturas que divulgavam promessas de políticos, quase em tom de campanha eleitoral, em todos os casos a necessidade de desenvolvimento da região foi assinalada. Quando o “progresso” da chegada das empresas e da ampliação do consumo e do crédito não se mostrava tão promissor quanto parecia, se reivindicava um desenvolvimento que atendesse de fato às necessidades da população. A imprescindibilidade da intervenção estatal, ou seja, da implantação de infraestruturas, da melhoria dos serviços de saúde, educação e assistência social, para uma população, assim sistematicamente identificada como carente, quase nunca foi colocada em questão.

Retomando integralmente o argumento: as reportagens discutidas nos permitiram contornar muitas das modificações assinaladas, justamente porque a imprensa noticiou, no período destacado, processos orientados em torno das mesmas, produtos diretos daquelas alterações ou, ainda, processos que supostamente as teriam provocado. Mais ainda, anunciavam também mudanças que deveriam ser empreendidas conclamando, maiormente o poder público, seus representantes ou os políticos para realizá-las. As representações presentes nas reportagens participavam, assim, também das transformações apontadas.

²⁴ “Reforça-se o mito de ‘Vale da Miséria’, em outras palavras, da existência de uma região homogênea que viveria em histórico estado absoluto de miséria, escuridão, silêncio e isolamento, para se legitimar o discurso da necessidade do desenvolvimento promovido, à época, pelo Estado” (Servilha, 2012: 123).

²⁵ A necessidade de desenvolvimento ficava claramente evidenciada nas matérias que propagandeavam ou elogiavam as políticas de redenção regional, mas também podia ser percebida nas abordagens críticas ao estigma de pobreza atribuído ao Vale do Jequitinhonha, por exemplo, quando expunham a quase inexistência ou a precariedade dos serviços públicos que atendiam à população da região: do atendimento de saúde e educacional, do recapeamento das estradas, do abastecimento com água ou energia elétrica. Com destaques como esse, a desigualdade regional ficava assinalada, assim como a necessidade de um desenvolvimento que atendesse às reais necessidades da população. Essa abordagem se encontrou bastante presente no jornalismo de denúncia, mesmo no que atribuída à modernização da região muitos dos problemas sociais que eram noticiados, como na discutida série de reportagens do jornalista Ricardo Kotscho (cf. Silva, 2007: 174-181), mas também pode ser observada em Servilha, como momento da análise que o autor faz sobre o desenvolvimento e sobre suas formas de representação, inclusive na imprensa (cf. 2012: 122-123).

Em meio à contumácia da mudança como tema, diferentes abordagens das mesmas puderam ser detalhadas e discutidas. Entre elas, no entanto, vigorava a pobreza como eixo principal da caracterização da região, assim como a necessidade do desenvolvimento e da intervenção estatal, como motes da sua redenção, que deveriam desencadear desde a superação das suas condições precárias, à proteção da sua cultura tradicional. Em síntese, o Vale do Jequitinhonha foi representado na imprensa de maneira mais ou menos homogênea, pela apuração da sua desigualdade regional e pela afirmação do seu desenvolvimento como uma necessidade.

Conforme argumentamos, portanto, para além das oposições entre as diferentes perspectivas adotadas para representar a região; para além do atributo miserável ou de pobreza absoluta, que reconhecemos ter sido sistematicamente atribuído ao Vale do Jequitinhonha; e mesmo entre as abordagens que criticaram sua estigmatização; tanto a caracterização da desigualdade como a necessidade da sua correção compuseram não somente a representação, como também a própria gênese, do Vale do Jequitinhonha como uma região, além de terem desencadeado o processo no qual foram produzidas as transformações apontadas. Caracterizada a desigualdade, veio à tona a existência de uma região apartada do desenvolvimento do país. Proclamada a necessidade da sua correção, despontou o imperativo da integração nacional. Destacamos, assim, uma abordagem, cuja crítica pode orientar a discussão de outras interpretações ou representações daquelas mudanças, como as análises acadêmicas que veremos em seguida.

1.2. A chegada do estranho

Contornamos as mudanças ocorridas no Vale do Jequitinhonha com um conjunto bastante variado de fenômenos documentados pela imprensa durante algumas décadas da segunda metade do século XX e problematizamos o modo como aquelas reportagens os discutiram, abordando de maneira mais ou menos homogênea a desigualdade e a necessidade de desenvolvimento, mesmo nos casos que renunciaram ao estigma de pobreza atribuído à região. Partiremos agora para a problematização de algumas interpretações acadêmicas sobre as alterações que viemos contornando, buscando perceber não somente as representações que lhes eram subjacentes, mas também as diferentes maneiras como elas analisaram o processo social que produziu aquelas transformações.

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre as condições de reprodução social no Vale do Jequitinhonha foi publicado por Eduardo Graziano e Francisco Graziano Neto, em 1983, na revista *Perspectivas*. O artigo *As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha* resultava de um conjunto de pesquisas sobre o Vale do Jequitinhonha, realizado sob a coordenação da professora Margarida Maria Moura²⁶ e trazia em primeira mão as discussões que compuseram a parte inicial da dissertação de mestrado defendida por Eduardo Graziano, em 1986, na UFRRJ²⁷.

Construindo uma etnografia das práticas e condições de reprodução dos camponeses naquela região, os autores fizeram referência apenas no último parágrafo do texto ao processo de transformação das relações que vinham descrevendo, no qual disseram que “[aquele] viver [começou] a ser alterado substancialmente com a chegada do ‘progresso na região’. Antes, sabia-se que os filhos teriam lugar onde morar, trabalhar e viver. Hoje em dia, imposto o desenvolvimento capitalista ao Vale, não se tem certeza de mais nada, nem mesmo quanto ao fim de suas vidas” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 100). Revelavam a dificuldade de ter narrado relações que, ao menos com a coesão e relativa homogeneidade com que foram apresentadas no referido artigo, pareciam estar sendo ameaçadas por um processo cujos termos, no entanto, os autores não precisaram mais profundamente.

Com um trabalho interessado na *Ação do Estado e produção de subsistência numa região do Vale do Jequitinhonha*, Vera Lúcia Voll defendeu sua dissertação de mestrado em Sociologia Rural, em 1984, na ESALQ de Piracicaba²⁸, em que também discutiu as mudanças ocorridas em função do que Graziano e Graziano Neto (1983) identificaram como a chegada do desenvolvimento capitalista na região. Para a autora, no Alto Jequitinhonha se reproduzia uma estrutura econômica de subsistência bastante fechada, cujo principal fator responsável por modificá-la foi a “entrada de atividades econômicas comerciais na região, representado

²⁶ De acordo com uma nota científica que sistematizou fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha (Souza, 2003), esse artigo foi um dos primeiros trabalhos acadêmicos a discutir as condições de reprodução na região, precedido somente pelo primeiro relatório do grupo de pesquisa comentado, assinado por sua coordenadora, em 1980 (cf. Moura, 1980).

²⁷ Graziano, Eduardo. 1986. *A arte de viver na terra: as condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha*. Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí.

²⁸ A região a que Voll se referia era identificada como Alto Jequitinhonha, e foi estudada pela autora que trabalhava como técnica no Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, mais conhecido como MGII, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Minas Gerais, nos municípios de Minas Novas e Turmalina. Sua experiência a motivou para uma reflexão acadêmica em teoria social, sobretudo buscando compreender a “grande distância que existe entre as propostas dos agricultores para seu desenvolvimento e as propostas do Programa para se alcançar o desenvolvimento” (1984: 3).

pelo reflorestamento, em toda a região, e pela cafeicultura, em regiões selecionadas” (Voll, 1984: 18), sobretudo a partir de 1974.

Esse processo quebrou o quadro de isolamento do Alto Jequitinhonha e trouxe, conforme o argumento de Voll, a possibilidade, para os trabalhadores da zona rural, de exercerem atividades remuneradas complementares ao trabalho nas lavouras, sem saírem da sua região. Apesar do caráter positivo atribuído às novas oportunidades de emprego, o que estava ocorrendo para a autora, contudo, era um processo de proletarização do trabalhador agrícola: “Pela primeira vez se tratava, naquela região, de contratar turmas, de abrir frentes de trabalho nas chapadas, de hierarquizar o trabalho, colocar horários, direitos e deveres para os trabalhadores” (1984: 19).

Na região onde foi implantado o reflorestamento, conjugado ao processo de proletarização, ocorrera ainda uma valorização das chapadas, onde havia terras mais adaptadas àquela atividade. Apesar de aquelas terras serem predominantemente não agricultáveis, sua valorização incentivou as vendas e, segundo a autora, a migração e a proletarização definitiva de muitas famílias de lavradores, que fixaram residência nos povoados próximos ou se mudaram para as cidades. No momento em que escreveu seu trabalho, sugeriu, contudo, que a parcela dos trabalhadores proletarizados definitivamente estancaria sua ampliação, pois o contingente já mobilizado era “suficiente para suprir a necessidade de mão de obra para a empresa reflorestadora” (1984: 20). Assim como o conjunto das terras mercantilizadas, cujo crescimento também se estabilizava, sempre de acordo com Voll, que não reconhecia mais a possibilidade da absorção das mesmas pelo reflorestamento: restava somente um sentimento de perda, em meio aos lavradores que se desfizeram das suas terras, utilizadas anteriormente para extrair frutos silvestres, madeiras e caça, assim como para a criação extensiva de animais.

Apesar da implantação da cafeicultura também ter impactado Minas Novas e Turmalina, os municípios mais pesquisados pela autora, ela concentrou seus efeitos notadamente em Capelinha, onde se reunira a maioria dos investidores. Comparando a produção comercial de café e o reflorestamento, a autora destacou algumas diferenças. Primeiramente, a cafeicultura era empreendida por diversos empresários, que concorriam entre si, enquanto o reflorestamento era conduzido por apenas uma empresa²⁹. Além disso, a

²⁹ A empresa a que a autora fazia referência, ainda que não tivesse identificado explicitamente em seu trabalho, era estatal e se chamava Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita). Como veremos, não era a única empresa que havia sido implantada nos municípios de Minas Novas e Turmalina no ano 1974, mas, por ela ocupar uma área incomparavelmente maior que as outras, a aproximação feita pela autora se torna compreensível.

produção cafeeira, diferentemente do reflorestamento, ocupava justamente as terras agricultáveis, tendo provocado mais intensamente sua valorização e, com isso, um maior êxodo rural, sobretudo em direção ao centro urbano do município, que crescera bastante. A autora também observou uma sedimentação dos investimentos na cafeicultura. Passado o afluxo inicial de empresários na região, incentivado pelo baixo preço das terras e pela existência de linhas de crédito subsidiadas (comentadas apenas de passagem no texto) ocorrera um processo de centralização: “Tendo empresários de menos fôlego sido expulsos pela sua incapacidade de sustentar a atividade que, repassada aos grandes empresários, aumentou ainda mais a concentração da terra na região” (Voll, 1984: 22).

No conjunto das mudanças discutidas, a autora observou também o surgimento de novas formas de consciência, com uma maior valorização do trabalho da mulher e a organização em sindicatos dos que passavam de lavradores a trabalhadores rurais. Conscientização que contribuiu para modificar a estrutura da sociedade local, amplamente dominada por líderes com características coronelistas. Contudo, em conformidade com os argumentos da autora, a proletarização provocada pela cafeicultura foi bastante desagregadora, pois as fazendas utilizavam os trabalhadores residentes nos povoados e cidades apenas temporariamente, durante a colheita, com uma exploração daquela mão de obra que considerava flagrante: “Com preços diferenciados segundo sexo e idade e total desrespeito às condições mínimas de segurança e estabilidade no trabalho, como é, aliás, característica do trabalho temporário em todo o país” (1984: 22).

Assim como a dissertação de Voll (1984), o artigo de Maria Aparecida de Moraes Silva, *A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias*, publicado em 1988, no primeiro número da *Travessia, a revista do migrante* dedicado exclusivamente à análise das migrações temporárias no Brasil, também destacou o cerco imposto pelo capital no Vale do Jequitinhonha, que provocou uma “transformação social que [afetou] milhares de camponeses” (1988: 9).

Nesse trabalho, a autora retomou brevemente elementos da formação regional do campesinato: “A agricultura que se desenvolveu foi da pequena produção de alimentos, como atividade subsidiária, pela população de poucos recursos. Com a decadência da mineração, as populações mais pobres espalharam-se pela área rural, dando origem ao campesinato ali hoje estabelecido” (1988: 11). Além de apresentar as mudanças ocorridas naquelas condições de reprodução social nos seguintes termos: “Nos anos 70, foram implantados vários projetos governamentais no Vale do Jequitinhonha, visando modernizá-lo. O resultado destes projetos foi a aceleração do processo de expropriação dos camponeses. Grandes companhias

apropriaram-se de áreas gigantescas de terra. As primeiras apropriações deram-se nas terras comuns dos camponeses, já que elas juridicamente não se constituíam como propriedade privada. Muitos camponeses que tentaram, via crédito bancário, mudar a sua maneira de produzir, acabaram perdendo as terras para saldar as dívidas” (Moraes Silva, 1988: 14).

Apesar da concisão dessa caracterização, ela nos permite retomar alguns problemas sugeridos apenas de passagem no trabalho anteriormente comentado. O primeiro deles se refere à existência de projetos estatais de modernização do Vale do Jequitinhonha, que podemos relacionar com a oferta de linhas de crédito subsidiadas, assinalada por Voll (1984), que incentivaram a implantação de empresas naquela região. Outra questão trata do modo como as terras foram ocupadas pelo reflorestamento. Apontando uma apropriação de áreas gigantescas, Moraes Silva, assim como Voll (1984), se referia especialmente à ocupação das chapadas. Sua interpretação colocou, não obstante, outra problemática, ao questionar, a partir das ideias de apropriação e formação da propriedade privada, bem como daquela de uso comum das chapadas, a argumentação defendida por Voll (1984) em sua dissertação, de que as terras ocupadas pelas companhias foram, ordinariamente, vendidas pelas famílias de lavradores.

Também no final dos anos oitenta, outro trabalho se voltou para as mudanças nas condições de reprodução social naquela região, tendo como mote da pesquisa uma discussão sobre as *Origens do processo migratório no Vale do Jequitinhonha*, de maneira semelhante à proposta por Moraes Silva (1988). Numa monografia defendida no Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Ilva Rodrigues Pinheiro relacionou diretamente “o crescente fluxo migratório da região e as modificações estruturais vividas pela economia regional” (1988: 1). Essas modificações ocorreram nas estruturas agrária, fundiária, produtiva e social e foram provocadas, de acordo com seu argumento, pelo advento de culturas permanentes, como a cafeicultura, o reflorestamento, além de um aumento na área ocupada com pastagens, devido à expansão da pecuária bovina, em detrimento das lavouras tradicionais.

A autora vinculou aquela transformação estrutural na economia do Vale do Jequitinhonha com a “retomada da expansão da economia brasileira na segunda metade da década de 1960 e o crescimento da acumulação econômica” (1988: 5), que voltaram as atenções estatais para a superação dos desequilíbrios regionais, por meio da promoção de políticas de integração das regiões isoladas do processo de desenvolvimento nacional. Na década de 1970, os investimentos para dotar o Vale do Jequitinhonha de infraestrutura se tornaram maciços, contribuindo para transformar o padrão das atividades econômicas desenvolvidas na região, que assumiram progressivamente um caráter capitalista.

Por sua vez, o cerco promovido por aquelas culturas teria provocado, sempre conforme o argumento de Pinheiro, uma concentração fundiária, assim como uma transformação nas relações de trabalho experimentadas na região. A redução do número de pequenas propriedades e, portanto, das unidades voltadas para a economia de subsistência, foi decisiva para a formação de fluxos migratórios dos trabalhadores que passavam a se assalarar, tendo inclusive ocorrido o crescimento urbano da maioria das sedes municipais da região. Com relação às relações de trabalho vigentes nas culturas permanentes, a autora apontou a emergência do trabalho assalariado, tendo desaparecido das fazendas locais categorias como agregados, parceiros e arrendatários.

Conforme o argumento de Pinheiro, o reflorestamento e a cafeicultura foram implantados por grandes empresários e companhias públicas e privadas, nomeadamente vindos de fora da região, atraídos pela possibilidade de aquisição das terras a preços baixos, pela mão de obra farta e disponível e pelos incentivos fiscais e subsídios creditícios estatais oferecidos para investimentos realizados no Vale do Jequitinhonha. A produção de madeira ficou concentrada nos municípios do Alto Jequitinhonha e a cafeeira, em Capelinha, Novo Cruzeiro e Pedra Azul. Já a pecuária, única dentre essas atividades econômicas que era praticada anteriormente na região, sofrera uma reestruturação produtiva, amparada, igualmente, por subsídios estatais³⁰.

Em comparação com o reflorestamento, cuja produção era baseada no uso intensivo de maquinaria e defensivos agrícolas, a autora apontou maiores coeficientes de absorção de mão de obra pela cafeicultura. Justamente em função da sua menor capacidade de incorporação dos trabalhadores, a autora responsabilizou o reflorestamento pelo maior impacto sobre a estrutura social da região. Por sua vez, a pecuária, ao intensificar a produção extensiva de pastagens em detrimento do seu tradicional consórcio com a produção de subsistência, também reduziu o emprego da mão de obra rural, tendo “a pecuária de corte, [...] como característica o pequeno emprego de mão de obra” (Pinheiro, 1988: 16).

Como no argumento de Voll (1984), a proletarização mais ou menos constrangida aparecia como consequência de uma pressão para a comercialização das terras, imposta, sobretudo nos casos em que famílias resistiam à venda, ficando ilhadas pelas companhias. Pinheiro também assinalou, contudo, que muitos lavradores procuravam emprego nas

³⁰ Com relação aos incentivos e subsídios para o reflorestamento e a pecuária, a autora fez somente brevíssimos comentários, no que se refere à cafeicultura, destacou que “ao longo dos anos 70, o IBC/GERCA e o Banco Central financiaram a implantação de um parque cafeeiro que em 1983 atingia cerca de 25 mil hectares” (Pinheiro, 1988: 14).

empresas, estimulados pela possibilidade de acessarem regularmente uma remuneração monetarizada. Outra observação importante feita pela autora com relação ao aumento do assalariamento se referiu à reorganização da divisão do trabalho familiar. Frequentemente, apenas o chefe da família recorria ao trabalho assalariado, impondo a reorganização das tarefas na unidade, assim como a intensificação do trabalho da mulher e dos filhos na lavoura. Nesses casos, a remuneração obtida com o trabalho nas companhias complementava as condições de reprodução familiares, prejudicadas, por exemplo, pela comercialização das chapadas para as reflorestadoras, e consequente abandono das atividades econômicas que dependiam da utilização daquelas terras.

Mais enfaticamente que os autores discutidos anteriormente, Nair Costa Muls interpretou aquela transformação nas relações de produção, buscando compreender a formação de uma nova estrutura social de classes, com sua tese de doutoramento em sociologia, *Trabalho, consciência e luta: a formação do proletariado rural em Minas Gerais*, defendida em 1989. Mesmo problematizando a gênese e a transformação das condições de reprodução do campesinato, como os outros autores que até o momento apresentamos, Muls investigou a reorganização do setor agropecuário no estado de Minas Gerais, sobretudo discutindo se aquelas transformações constituíram as condições objetivas necessárias para a formação do proletariado rural como uma classe.

Ela analisou a formação do complexo agroindustrial integrado no estado, como resultado do novo padrão de acumulação, vitorioso com o golpe de 1964, que impôs para Minas Gerais sua integração na industrialização nacional: como consumidora de insumos, maquinaria, entre outros equipamentos, mas também como produtora de matéria prima para as indústrias de beneficiamento dos produtos agropecuários. Para a autora, modernização e industrialização da agricultura dependeram muito da intervenção estatal, que permitiu o rompimento da antiga estrutura econômica de Minas Gerais, caracterizada “por uma agricultura tradicional e por uma pecuária extensiva, assentada no binômio latifúndio minifúndio” (1989:62).

Conjuntamente ao resto do estado, o Vale do Jequitinhonha teria sido integrado ao espaço do capital, com a consequente transformação das suas atividades agrárias em momentos de valorização, sobretudo por meio da implantação do reflorestamento e da cafeicultura, mas também com a mudança na base técnica da pecuária. O papel do Estado, como coordenador e incentivador daquela modernização, teria se feito sentir por meio dos subsídios creditícios e das políticas de preços mínimos. Tendo a pecuária se valido, também, da melhoria nas redes de transporte e comunicação, que desencadeou uma valorização das

terras, da instalação de frigoríficos nas cidades de Governador Valadares e Teófilo Otoni, bem como das possibilidades de industrialização do leite. Mesmo assim, segundo a autora, aquela atividade manteve os índices de modernização mais baixos, se comparada aos outros ramos produtivos, tendo passado por uma “expansão do rebanho bovino que aumentou cerca de 1,5 milhão de cabeças no período de 1960-1980” (1989: 70), sobretudo voltada para o corte.

Conjuntamente com a implantação e a modernização das linhas produtivas de grande escala, Muls discutiu o intervencionismo estatal voltado para a transformação da produção camponesa em pequena empresa familiar moderna, sobretudo o Projeto Nordeste, proposto durante os últimos anos do governo Figueiredo (1979-1985), com o objetivo de conter a crescente tensão no campo, agravada pela crise econômica no país. Sua única etapa implementada foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, já durante o processo de democratização, que reestruturava o principal mecanismo de ação fundiária, mudando seu foco da desapropriação por interesse social para a regularização fundiária. Assim como, reorganizava a extensão rural, cujo caráter se voltaria para o aumento da produtividade daquelas unidades, bem como para incentivar que as mesmas se tornassem consumidoras de pacotes técnicos.

Em 1999, Maria Aparecida de Moraes Silva retomou como questão a migração temporária, assim como o processo de formatação dos “bóias-frias” e suas condições de vida e trabalho no Brasil. No livro *Errantes do fim do século*, a expropriação do campesinato no Vale do Jequitinhonha foi apresentada como um exemplo resultante dos planos de modernização promovidos durante as décadas de 1960 e 1970, por governos militares ditatoriais no país. Sua análise problematizou principalmente o papel da violência legal e monopolizada pelo Estado, dando ênfase às leis que implementaram o processo de modernização naquela região.

Conforme argumentou a autora, fora decisivo nesse processo uma modificação no caráter legal das posses fundiárias. Em 1891, a possibilidade de legislar sobre suas terras devolutas foi atribuída a cada um dos estados da federação. Em 1949, Minas Gerais modificou suas disposições sobre o tema (cf. lei 550), extinguindo a prescritibilidade garantida aos posseiros que ocupavam terras consideradas devolutas. Segundo a lei imperial de 1850, primeira lei de terras do Brasil, eram devolutas as terras que não se achassem ocupadas por posses que, mesmo que não se fundassem em título legal, pudessem ser legitimadas. Enquanto que, para a lei mineira de 1949, foram consideradas devolutas as terras ocupadas por posseiros incursos em comisso por não as terem legitimado ou revalidado ou pago o preço e mais despesas: “No primeiro caso, a posse transforma-se em propriedade por

meio da legitimação. Trata-se de um ato possível de acontecer, uma previsão. No segundo caso, aqueles incursos em comisso perdem a posse, portanto, por não terem procedido à legitimação” (Moraes Silva, 1999: 32).

Apoiada por outros incentivos estatais, essa modificação teria possibilitado a expropriação de muitos posseiros no Vale do Jequitinhonha, em favor de comerciantes de terras e companhias de reflorestamento. Dentre esses incentivos, a autora destacou a demarcação dos distritos florestais pela Fundação Rural Mineira (Ruralminas): zonas consideradas desocupadas e inproveitadas, destinadas para a produção florestal, sobretudo com finalidade industrial, cujas terras foram cedidas em regime de comodato para empresas³¹, que contaram ainda com o apoio de incentivos fiscais. Além de assinalar que a invasão das chapadas pelas reflorestadoras, somada à “linguagem comum de que, ao governo, pertenciam todas aquelas terras e que ele tomaria tudo” (1999: 46), amedrontara os posseiros, que passaram a vender suas terras por preços módicos, completando, assim, o cerco das terras camponesas pelo capital: “Aos olhos dos camponeses, ao mesmo tempo em que representavam uma ameaça, eram também a salvação, pois eles ‘comprando’ suas terras, evitariam que essas fossem tomadas pelas grandes companhias e pelo Estado. Aos poucos, foram se transformando em figuras abstratas, cognominados de ‘paulistas’, capazes de tudo porque eram representadas pelo dinheiro, igualmente figura abstrata, estranha ao modo de vida assentado nos valores de uso” (Moraes Silva, 1999: 46).

Com uma análise que partiu igualmente das causas responsáveis por romper o isolamento do Vale do Jequitinhonha e intensificar o processo migratório naquela região, Cláudia de Jesus Maia publicou o livro *Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha* (2004), anteriormente defendido como sua dissertação de mestrado em extensão rural, no ano de 2000. Com perspectiva semelhante à de Muls (1988), Maia argumentou que as migrações se intensificaram na década de 1960, também em função da intervenção estatal na região, cujo sentido foi homogeneizar as condições de intercâmbio de mercadorias, impor bases capitalistas para o uso da terra e da

³¹ O comodato tem previsão no Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002) em seus artigos 579 a 585 e é o contrato unilateral, gratuito, pelo qual alguém (comodante) entrega a outrem (comodatário) coisa infungível, para ser usada temporariamente e depois restituída. Uma vez que a coisa é infungível, gera para o comodatário a obrigação de restituir um corpo certo. Difere-se assim do mútuo, que é empréstimo de coisa fungível, consumível, onde a restituição é de coisa do mesmo gênero e quantidade. O comodante guarda a propriedade da coisa e o comodatário adquire a posse, podendo valer-se dos interditos possessórios. O comodante geralmente é o proprietário ou o usufrutuário. Pode ainda ser o locatário, desde que autorizado pelo locador. É contrato não solene, podendo assim ser oral, mesmo quando envolver bens imóveis (principalmente no âmbito rural). Contudo, a forma escrita é recomendável. É contrato unilateral, porque somente o comodatário assume obrigações. A gratuidade é o que distingue o comodato da locação (Súmula 573, do Supremo Tribunal Federal).

força de trabalho, integrando o Vale do Jequitinhonha ao patamar da acumulação de capital dominante no país.

Essa intervenção, segundo a autora, atuou inicialmente sobre o isolamento geoeconômico da região, com a abertura da estrada de rodagem chamada MG-2 e com a pavimentação da rodovia Rio-Bahia, que cortava toda a região. Foi seguida pela criação da Codevale em 1964, agência de desenvolvimento regional que Maia caracterizou como importante passo para a incorporação da região na economia de mercado e pela chegada de um sem número de outros órgãos e serviços públicos, além de uma rede bancária e diversos estabelecimentos de crédito. Outros programas, voltados mais diretamente à modificação econômico-social, surgiram na década de 1970, consolidando a infraestrutura, além de implantar os instrumentos de política econômica voltados para as atividades consideradas estratégicas para o desenvolvimento, como incentivos fiscais e crédito rural subsidiado.

Para a autora, essas medidas, que tiveram sua principal justificativa ideológica nos estereótipos de pobreza atribuídos ao Vale do Jequitinhonha, viabilizaram a implantação de atividades capitalistas na região. Nesse sentido, se os fluxos migratórios observados eram decorrentes também da absorção daquela mão de obra em outras regiões, mais prósperas, resultavam principalmente do desenvolvimento de uma economia com forte dotação de recursos e das mudanças na estrutura fundiária regional, que condensaram pequenas propriedades, além de terem expulsado e invadido as terras camponesas.

Muitas dessas transformações foram provocadas pela reestruturação da pecuária, impulsionada pelos recursos estatais subsidiados, pelos incentivos fiscais e pela instalação de órgãos públicos voltados para a assistência técnica. Conforme argumentou Maia, sua expansão, durante a década de 1970, se fundou no aumento extensivo das pastagens, suprimindo o código camponês e costumeiro de apropriação das terras, que garantia o consórcio entre pecuária e lavouras de subsistência: “As *terras de trabalho* foram sendo substituídas pelas terras de gado que designa as formas de exclusão dos pequenos proprietários” (2004: 96, grifo no original). Nesse trabalho, as fazendas foram apresentadas como grandes responsáveis, se bem que não as únicas, pela expropriação e expulsão dos camponeses, destruição das suas relações tradicionais e formas comunais e costumeiras de apropriação da terra.

Operou conjuntamente nesse processo a implantação do reflorestamento e da cafeicultura. Segundo a autora, as companhias florestais se instalaram a partir de 1974, sendo que até 1980 tinham sido plantados 314 mil ha com florestas homogêneas de eucalipto, sobretudo no Alto Jequitinhonha, onde se concentraram os incentivos fiscais, devido à

existência de terras facilmente ocupáveis e da sua proximidade com o Vale do Aço, importante centro consumidor do carvão vegetal como matéria prima. O Médio Jequitinhonha, por sua vez, especialmente o município de Araçuaí, foi uma das áreas com menor expressão de reflorestamento. Para além dos vultosos subsídios, o Estado também apoiou a implantação daquelas companhias, por meio da intervenção da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas), que regulamentou a ocupação das chapadas, caracterizando-as como terras devolutas. Esse processo provocou intensos conflitos por posses que, conforme argumentou Maia, quase sempre levaram à expropriação dos camponeses ou à compra das suas terras por preços módicos, culminando na “perda da condição camponesa em troca do assalariamento nas reflorestadoras e a mudança de famílias inteiras em definitivo para o meio urbano” (2004: 100).

Também a cafeicultura teve sua expansão no Vale do Jequitinhonha durante a década de 1970, sobretudo nos municípios de Capelinha e Novo Cruzeiro, apoiada em subsídios e incentivos governamentais. A autora ressaltou que essa produção existia anteriormente, mas era desenvolvida em conjunto com outros produtos da agricultura camponesa, tendo sido reestruturada em bases capitalistas altamente modernizadas. O contexto da sua expansão foi determinado pela elevação do preço internacional do café, o que teria levado o Instituto Brasileiro do Café (IBC) a incrementar seu Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), com financiamento do Banco Central, a partir de 1975.

Como essa cultura exigia a incorporação de grandes extensões de terra, sua expansão também provocou pressões sobre as posses camponesas, submetendo os mesmos a aceitar preços exíguos, pagos por investidores que vinham do sul de Minas, de São Paulo e do Paraná. Maia argumentou, contudo, que esse primeiro momento de apropriação foi rapidamente substituído pela conformação de um mercado fundiário e pela drástica elevação do preço da terra, estimulada pela demanda de agentes capitalistas externos à região. Mudanças na estrutura fundiária, concentração das terras e expropriação, os resultados da cafeicultura foram bastante parecidos com os do reflorestamento e da expansão da pecuária, tendo culminado especialmente com “a supressão de antigas relações de produção [e] com a introdução do assalariamento” (2004: 104).

As interpretações acadêmicas até o momento investigadas retomaram muito das modificações anteriormente apresentadas nas reportagens jornalísticas que discutimos. A intervenção estatal na região e a chegada das empresas foram exaustivamente comentadas, assim como muitos dos seus efeitos e resultados, tais como a implantação da infraestrutura, a formação de um mercado fundiário, a elevação do preço da terra, a expansão do

assalariamento, entre outros. Não encontramos tão presente a estigmatização do Vale do Jequitinhonha com características tidas como tradicionais, sinônimos de sua pobreza ou riqueza inerentes, representações substituídas por uma discussão aprofundada sobre as condições de reprodução social que precederam aquelas transformações, que pode ser distinguida mesmo que ainda não tenhamos, nesse momento da nossa argumentação, detalhado sua exposição.

Por outro lado, a diversidade dos impactos que aquelas mudanças provocaram na região foi apresentada de uma maneira mais abreviada do que a observada nas narrativas que foram produzidas em reportagens, na imprensa. Quase não apareceram naqueles textos acadêmicos as trajetórias dos lavradores que permaneceram em suas roças, sem migrar ou trabalhar nas companhias, nem dos lavradores que foram morar em favelas recém-formadas, excetuando-se algumas poucas referências, por exemplo, sobre êxodo rural ou crescimento das cidades da região. Assim como foram pouco narradas as transformações nas condições de vida dos camponeses, decorrentes do maior acesso dos mesmos ao consumo e ao crédito, como a história dos trabalhadores desempregados em massa pela florestal, que não conseguiram saldar suas dívidas com os comerciantes urbanos.

Uma narrativa geral abarcava o grosso das trajetórias: antigos lavradores se transformaram em trabalhadores assalariados, que eram contratados pelas empresas que se instalaram no Vale do Jequitinhonha ou migravam para serem superexplorados em condições de trabalho muito adversas, que foram muito criticadas. Com a quebra do isolamento da região, o próprio sentido da sua reprodução pareceu voltar-se completamente para fora, sendo não apenas a migração o eixo dessa relação, mas também o escoamento das matérias primas e da riqueza produzida, que as empresas concentravam em centros econômicos nacionais e internacionais. Outros relatos sobre a reprodução e as condições de vida na região, sobretudo que não estivessem vinculadas à migração, quase desapareceram ou tiveram sua narrativa bastante empobrecida.

Com as análises acadêmicas, contudo, se precisaram muito os termos daquelas transformações, permitindo-nos apreender dimensões conflituosas do seu caráter, que as reportagens suprimiam. A noção de população, muito presente nos textos de jornal, se desdobrava nas de camponeses, lavradores, fazendeiros locais, “grileiros”, trabalhadores assalariados recém-formados, migrantes, mulheres, chefes de família. Conforme as transformações desencadeadas eram precisadas, uma representação coesa do Vale do Jequitinhonha ia exigindo diferenciações, afinal o reflorestamento se concentrara no Alto Jequitinhonha, quase não ocorrendo em Araçuaí e no Médio Jequitinhonha, onde as fazendas

pecuárias foram reestruturadas, como também o foram em Capelinha, Pedra Azul e Novo Cruzeiro, convivendo, não obstante, com a implantação de uma cafeicultura comercial. Pobreza ou riqueza também foram noções criticamente retraduzidas: não é que desapareceram dos argumentos, mas ganharam um sentido processual nos debates sobre as condições de reprodução camponesa e sua ruptura, no fim das formas costumeiras de apropriação das terras, na formação da propriedade privada, na expropriação ou na exploração capitalista do trabalho.

Não obstante uma observação geral sobre as interpretações apresentadas, também existiram muitas distinções nos argumentos empenhados em cada uma delas. Por exemplo, diferenças entre noções como as de lavrador, agricultor ou camponês, que melhor evidenciaremos apenas quando nos aprofundarmos numa discussão sobre aquelas condições de reprodução social, mas que, apesar disso, despontaram nas referências conflitantes a uma economia de subsistência ou um modo de vida baseado na produção de valores de uso. Ou ainda, nas distintas alusões ao processo de formação de posses ou de apropriação de pequenas propriedades familiares, ao uso comum das terras ou aos sistemas de parceria e agregação, todos implicando em condições de reprodução social bastante diferenciadas.

Essas diferenças apareceram também nas alusões aos conflitos impostos pela apropriação das terras por empresas que chegaram ao Vale do Jequitinhonha. Certas vezes, apresentados como processos de expulsão ou expropriação de posseiros, outras, como comercialização das terras a preços muito baixos, outras ainda, considerando o atrativo representado pela possibilidade daqueles lavradores acessarem dinheiro, fosse com o montante obtido nas vendas, ou tornando-se trabalhadores regularmente remunerados. Interpretação que realçava, mesmo que de modo pouco crítico, o papel da subjetivação das novas condições de sobrevivência pelos trabalhadores, em seu processo de mobilização.

Outra distinção relevante aparece na maneira mais ou menos enfática como a generalização do assalariamento foi discutida. Em alguns argumentos, ela apareceu como eixo, sobretudo em função das pesquisas se dedicarem às novas condições de reprodução dos migrantes, em geral trabalhadores assalariados. Em outros, aparecia como uma tese ou promessa de realização de uma nova estrutura social de classes, cujos sentidos atribuídos discutiremos de modo mais detalhado adiante, ainda que possamos entrever, como polos nesse debate, referências à formação de uma consciência de classe, bem como à exploração e à espoliação dos trabalhadores.

O problema das desigualdades regionais também foi tangenciado pela constante menção ao intervencionismo estatal e, ainda que, frequentemente, a atuação dos órgãos e

agências públicas tenha sido apontada por todos como facilitador da chegada do desenvolvimento capitalista à região, as interpretações variadas sobre o caráter das relações que ele dissolveu explicitavam alguma divergência entre aquelas análises, também naquele aspecto. Essa interpretação mais ou menos geral sobre o caráter da ação estatal revelava, contudo, uma abordagem comum que ultrapassava as diferenças assinaladas: o desenvolvimento do capitalismo na região ou mesmo algo como o advento do “progresso” foram vistos predominantemente como a chegada de um *estranho*. Ou seja, como resultados de um processo desencadeado e imposto desde fora do Vale do Jequitinhonha, vindo alterar suas condições de reprodução social.

Geralmente provocado pela chegada das empresas ou pelo aprofundamento da intervenção estatal, nas análises acadêmicas discutidas, o desenvolvimento do capitalismo no Vale do Jequitinhonha foi sistematicamente apresentado como resultado do novo padrão de acumulação em vigor no país, pelo menos desde a década de 1960, que deveria transformar o campo em momento da acumulação (de preferência industrial) capitalista. A interpretação daquele desenvolvimento quase sempre apontou como seu sentido a imposição das formas capitalistas de exploração da terra e do trabalho e a homogeneização da troca de mercadorias, como meios para integrar a região aos níveis nacionais de acumulação.

A análise da expansão do desenvolvimento capitalista como constituição de determinadas relações de produção, fundadas na transformação tanto da terra como do trabalho em propriedades privadas negociadas em troca de dinheiro como fatores para a produção de mercadorias, avançava numa crítica à interpretação do capital como coisa, encarnado simplesmente nas empresas que chegaram à região. Ainda que uma associação de mão única entre a modernização e o desenvolvimento técnico ou o “progresso” das forças produtivas preponderasse em diversos momentos dos argumentos estudados, reduzindo determinada crítica do capital como uma relação social entre pessoas intermediada por coisas.

Por outro lado, aquelas interpretações geralmente supunham que as relações de produção ou condições de reprodução sobre as quais o desenvolvimento do capitalismo avançara não eram capitalistas. Não observavam, para sustentar essa interpretação, propriamente uma análise do desenvolvimento técnico implicado naquelas relações, pauta defendida, nesse caso, pelo argumento dos projetos de modernização que atribuíam a um suposto “atraso” dos sistemas produtivos tradicionais a pobreza regional. Mas antes, distinguiam um modo de vida diferente, fundado na subsistência, numa relação com a natureza ou na produção de valores de uso, entre outros, a depender dos argumentos

utilizados, que afirmavam não apenas como não-capitalista, como também apartado em relação àquele desenvolvimento.

As relações propriamente capitalistas, por um lado, e, por outro, um modo de vida camponês ou um sistema de economia de subsistência, apareceram nas interpretações acadêmicas discutidas até o momento predominantemente como duas totalidades tanto separadas como opostas. Contribuiu também com a análise de que as relações capitalistas teriam sido implantadas desde fora (como um cerco ao Vale do Jequitinhonha) a atuação do Estado planejando e implantando as bases para uma modernização regional, inclusive viabilizando efetivamente a implantação das companhias, que contaram com incentivos fiscais e cessão de terras devolutas. Uma abordagem como essa, que permeou algumas interpretações, evidencia ainda certa indistinção entre um cerco aos camponeses e suas condições de reprodução e ao Vale do Jequitinhonha como uma região. O que nos permite concluir que muitas vezes a pobreza como um estigma homogeneizador do Vale do Jequitinhonha foi substituída, nas análises acadêmicas, por uma identidade regional relacionada a um modo de vida camponês que ali teria predominado. Enquanto que a perspectiva proclamada pela imprensa, de uma região apartada do desenvolvimento do país, foi retomada.

Essa interpretação de que as relações capitalistas e o modo de vida camponês conformavam duas totalidades apartadas ficou muito evidenciada, por exemplo, na comparação existente, em duas das pesquisas mencionadas, entre a expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha e os cercamentos ingleses. Para Moraes Silva (1999), a modernização daquela região e a acumulação primitiva, que Marx analisou em *O capital*, guardaram muitas semelhanças, sobretudo em função do domínio da grande propriedade, assim como da expropriação paulatina das terras comuns por meio da violência gerida nos termos da lei e da ordem. Na argumentação de Maia (2004), essa referência novamente aparecia, ressaltando a semelhança entre a constituição das pastagens no Vale do Jequitinhonha e o avanço da criação de ovelhas sobre as propriedades comunais camponesas. Para essa autora, “assim como nos cercamentos da Europa, do século XV, a constituição das pastagens no Vale resultou numa grande expulsão dos camponeses de suas terras, forçando-os a novas formas de reprodução social” (2004: 99).

Consideradas as semelhanças comentadas, a questão discutida por Marx (cf. 1984: 261-294) se referiu à expropriação e à transformação das condições de reprodução dos camponeses inseridos no processo de decomposição do feudalismo, sobre o qual se impuseram relações capitalistas, sendo que a expansão das mesmas denotava, naquelas

circunstâncias, seu próprio processo de constituição como uma relação social. Mesmo mencionando-a brevemente, podemos explorar as diferenças entre aquela acumulação primitiva que estabeleceu as bases da formação do capitalismo e a expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha num contexto de transformação dos padrões de acumulação nacionais, mas cujas condições de reprodução social se formaram como resultado da dinâmica colonial que estabeleceu o país como um Estado nacional.

Ou seja, como veremos adiante, ainda que aquelas relações de produção guardassem particularidades suprimidas no processo de modernização discutido, a apresentação das mesmas como uma totalidade oposta ou completamente apartada da expansão das relações capitalistas, que sofreria interferências e rupturas somente durante a segunda metade do século XX, vai nos exigir discutir os termos daquela expansão. Assim, em conjunto com a problematização do caráter autônomo ou fundado numa lógica de reprodução específica pressuposta ao modo de vida camponês ou ao Vale do Jequitinhonha, abordado como uma região, veremos ainda as determinações da reprodução capitalista em seu processo de territorialização, retomando o problema da acumulação primitiva como uma necessidade constante do seu desenvolvimento.

1.3. Crise de um sistema

Mesmo que Vera Lúcia Voll (1984) tenha identificado a entrada de atividades econômicas comerciais como principal componente responsável por modificar a estrutura econômica de subsistência bastante fechada do Vale do Jequitinhonha, a autora apontou também um processo imanente de formação da sua crise naquela região. O sistema de economia de subsistência identificado pela mesma teria se estabelecido com “a virtual paralisação do intercâmbio comercial motivado pelo esgotamento das transações minerais, ao final do século XIX. [Com isso], a região do Alto Jequitinhonha sofreu um processo de isolamento econômico e cultural que forçou a população local a adotar uma atividade autossuficiente e autônoma, característica das regiões de economia de subsistência. As condições de isolamento na região foram extremas, sendo que os núcleos urbanos que existiam anteriormente se atrofiaram e as pequenas vilas e povoados permaneceram estacionados” (Voll, 1984: 16).

Contudo, os limites de uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades teriam provocado uma crise na reprodução daquele sistema, que não tinha mais condições de

absorver o adensamento material da população por meio da partição das terras por processos de herança. Apoiada nas análises de Eunice Durhan (1973), a autora afirmou que essa conjuntura inviabilizava a subsistência “mesmo nos níveis mínimos observados até então” (1984: 18), produzindo um fluxo migratório em direção às grandes cidades que permitia combinar, por meio da saída de apenas parte da força de trabalho familiar, a necessidade da busca por remuneração e a manutenção das pequenas propriedades. Essa situação era ainda agravada pela inserção da região em uma economia competitiva de mercado, o que Voll comentou apenas de passagem.

Abordadas as mudanças que inviabilizaram a reprodução de uma economia de subsistência e, principalmente a chegada das atividades econômicas comerciais na região, a autora voltou sua discussão para o fator permanência, cujas implicações compreendiam, segundo sua análise, grande parte da população. Não obstante aquele processo crítico apresentado, Voll observou a manutenção da maioria “da população rural socialmente organizada como há muitas décadas atrás” (1984: 23). Como aquelas condições de vida e reprodução constituíam seu objeto de estudo principal, daí em diante a autora centrou sua análise nas características contemporâneas das mesmas, sobretudo na relação entre os camponeses e a atuação estatal.

Também no ano de 1984, José de Souza Martins expôs o trabalho *O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil* (1986), num seminário em Quito, sobre a ocorrência das migrações temporárias na América Latina em que apresentara, em conjunto com a discussão sobre o cerco que o capital impunha aos camponeses no Vale do Jequitinhonha, a migração dos mesmos como consequência de limitações inerentes às suas condições de reprodução social. Nesse texto, o autor construiu uma tipologia de migrantes, articulando fontes não sistemáticas, como notícias de jornal e relatórios da Igreja Católica, sobre algumas situações estratégicas, para problematizar o processo de formação das migrações temporárias no Brasil.

Os migrantes do Vale do Jequitinhonha apareciam entre os trabalhadores rurais que partiam “para outras zonas rurais em busca de trabalho, que aproveitam os períodos de entressafra de suas próprias lavouras para trabalhar na safra de outros produtos, em outras regiões. São, geralmente, pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros ou foreiros” (Martins, 1986: 47). Para o autor, a necessidade da migração resultava dos camponeses viverem no limite da mera subsistência, que sempre podia ser agravada por calamidades, como doenças ou secas. Mas cujas condições de reprodução se encontravam profundamente inviabilizadas pela “deterioração dos preços dos seus excedentes agrícolas

[que lhes] é particularmente fatal, pois reduz a sua capacidade de compra dos artigos que complementam a sua subsistência e que não [podiam] produzir diretamente” (1986: 58).

Com esse argumento, Martins retomava os conflitos resultantes da inserção daquela região na economia competitiva de mercado, assinalada apenas de passagem por Voll. Ao mesmo tempo em que subvertia tanto os termos da apresentação da estrutura econômica do Vale do Jequitinhonha como bastante fechada, assim como o cerco do capital discutido somente com relação à implantação das empresas na região. Não que essa última abordagem também não estivesse presente entre os argumentos do autor, que apresentou a chegada das companhias como uma “invasão das terras de ‘chapada’, no Jequitinhonha, secularmente possuídas em comum como complemento das terras privadas e camponesas das ‘grotas’ que são utilizadas na produção agrícola. Essa invasão [veio] ocorrendo intensamente, desde 1974, com a ocupação dessas terras por grandes empresas de reflorestamento, que produzem carvão para as siderúrgicas de Minas Gerais. Com isso, os trabalhadores rurais [ficaram] sem condições de complementar a sua produção agrícola familiar com a criação de animais e a coleta de produtos vegetais. [Foram] assim obrigados a buscar no assalariamento, como cortadores de cana ou colhedores de café, o complemento da subsistência. Outros [foram] expulsos da terra, [indo] morar nas favelas da própria região do Jequitinhonha, migrando para o corte de cana em São Paulo e depois retornando” (1986: 53).

A invasão das terras da região por aquelas empresas não representavam, contudo, a única forma de cerco imposta aos camponeses. Suas condições de reprodução também se inviabilizavam simultaneamente à deterioração dos preços da sua produção, o que indicava, por um lado, que a subsistência camponesa não prescindia totalmente da sua relação com o mercado, onde podiam conseguir a renda necessária para consumir as coisas que não produziam: se a reprodução camponesa tinha características inerentes, nesse argumento, o capital, ou pelo menos o mercado, não lhes pareciam tão estranhos. Por outro lado, no mesmo período assinalado, a partir de meados do século XX, transformações ocorreram também nesse aspecto, uma vez que determinada modificação naquela inserção no mercado provocara uma piora nos preços e, com os mesmos, nas condições de sobrevivência que podiam ser alcançadas, impondo a migração temporária como uma necessidade para complementar a reprodução.

De maneira oposta, no trabalho intitulado *Mineiros no corte da cana na região de Ribeirão Preto (SP)*, publicado em 1988 na *Travessia*, Baccarin e Gebara também assinalavam modificações nas condições de reprodução social que intensificaram a migração dos camponeses em busca de trabalho, sem, contudo, relacioná-las nem com a chegada das

empresas, nem com uma crise na economia de subsistência regional. Segundo os autores, o que estabelecia a migração como uma necessidade eram os elevados níveis de pobreza do Vale do Jequitinhonha, que se tornavam cada vez mais conhecidos. Para confirmar essa ideia, eles apresentaram um conjunto de características que iam da subnutrição, aos níveis de mortalidade e doenças, passando pela ocorrência constante de secas, definindo o escopo que permitira nomear a região como um “vale da morte”, como então afirmaram (1988: 17).

Contudo, as características que lhes pareceram ainda mais marcantes, foram os padrões técnicos ínfimos alcançados por aquela agricultura: as ferramentas utilizadas restringiam-se às enxadas, a força humana era praticamente a única utilizada no trabalho, que não contava com tração animal, muito menos com tratores. Em condições como essas, produziam-se pouquíssimos excedentes comercializáveis, o que restringia o acesso daqueles camponeses ao dinheiro a níveis bastante baixos, complementados unicamente pela produção de artesanato e pelo garimpo, apesar desse último ser considerado bastante decadente. Conjugada à dificuldade em se obter empregos remunerados na região, o único destino possível parecia ser a migração, que os dirigia especialmente para o corte de cana no estado de São Paulo.

Alguns anos depois de termos acessado esse trabalho, prosseguindo com nossas investigações sobre a modernização do Vale do Jequitinhonha, não nos causou tanto espanto quando encontramos as formulações nele apresentadas quase que literalmente estampadas em relatórios de órgãos do planejamento regional de Estado, sobretudo da Codevale. Nesses documentos, a descrição do “atraso” da região, assim como da predominante deficiência técnica da produção de subsistência, marcava o fenômeno das constantes migrações temporárias. Bem como a necessidade do intervencionismo estatal e a formulação dos programas que pretendiam solucionar aquelas deficiências por meio de um processo de modernização regional, ambos igualmente justificados pelos argumentos em torno da falta de desenvolvimento defendidos no artigo apresentado.

Com uma pesquisa detalhada sobre as condições de reprodução anteriores à intensificação do intervencionismo estatal e à chegada das empresas ao Vale do Jequitinhonha, em que abordava também os conflitos provocados por ambos, Margarida Maria Moura defendeu sua tese de doutorado em sociologia intitulada *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no Vale do Jequitinhonha*, publicada no ano de 1988. Nesse livro, a autora retomou o problema dos números e rótulos que vinham definindo o Vale do Jequitinhonha não apenas como uma região, mas como uma das mais miseráveis do país. Para ela, aquelas

representações que caracterizavam a sociedade pela ausência de atividade econômica significativa, pelo fraco dinamismo dos seus agentes econômicos e pelo tradicionalismo, como a que vimos anteriormente, serviriam apenas para justificar que “a expansão das atividades fundadas no lucro capitalista se [tornassem] o remédio *par excellence* para o desenvolvimento: trazendo, enfim, vida para onde supostamente existem apenas um povo moribundo e uma terra agonizante” (1988: 5, grifo no original).

Contudo, conforme o argumento da autora, não apenas essa versão dos fatos escamoteava os fundamentos dos conflitos que assolavam o Vale do Jequitinhonha, se prestando à construção de uma aparência enviesada para aquele processo. Igualmente a presença da empresa reflorestadora servia a uma versão transversal à toda a sociedade local, sobre o que estava ocorrendo no Vale do Jequitinhonha, porque disseminava a ideia de que ela era a principal responsável pela expropriação dos pequenos lavradores e, conseqüentemente, pela violência que ocorria no campo. Para Moura, essa afirmação se prestava à absolvição dos fazendeiros locais de qualquer responsabilidade sobre as transformações em curso: “Culpar a florestal [era] procedimento bastante difundido, escapando às consciências as múltiplas dimensões do fenômeno da perda das condições de produção que vem sofrendo a população camponesa” (1988: 3).

Assim, Moura nos chamava a atenção para transformações que aconteciam nas condições de sobrevivência anteriores à chegada das empresas, sem, contudo, problematizar aquelas relações de produção nos termos estritos de uma economia de subsistência ou reprodução camponesa. Diferentemente do conjunto dos outros autores discutidos, para a mesma, não era nem sua pobreza ou deficiência técnica inerente, nem a deterioração nas condições de subsistência, que colocava o sistema de reprodução camponesa em xeque. Sua crise resultava antes da modificação nas relações de dominação regionais anteriormente impostas pelas fazendas aos camponeses, como veremos, conforme o argumento da autora, igualmente um resultado do processo de expansão capitalista, caracterizado, contudo, antes como desenvolvimento contraditório daquelas relações de produção do que como uma invasão de relações capitalistas estritamente externas à região.

Por sua vez, a concomitância entre a implantação das empresas no Vale do Jequitinhonha e as mudanças apontadas se prestava ao exame da ideologia que pretendia diluir suas contradições. Companhias de grande porte, nacionais e multinacionais chegavam para explorar a madeira nativa das chapadas, que progressivamente ia sendo substituída por plantações de eucalipto. Segundo a autora, contudo, outra transformação fundamental se encontrava em curso, no modo como se reproduziam as fazendas locais, “que antes eram

estabelecimentos agropastoris e agora tendem ao pastoreio extensivo puro e simples. Por ser essa atividade mais lucrativa, todo solo [era] revertido ao plantio do capim, retendo-se apenas um ou dois vaqueiros para os cuidados da criação” (1988: 3): “A fazenda [foi] a grande responsável pelo êxodo rural” (1988: 1).

Em 1979, agregados eram expulsos em massa das fazendas e transformados em diaristas a um pagamento que não excedia cinco centavos de cruzado, sendo, inclusive, frequentemente menor ou reduzido até a metade quando remuneravam mulheres e crianças. Os vaqueiros que puderam permanecer nas fazendas passaram a ser remunerados sofrendo descontos pelo aluguel da casa de morada, tendo cessado alguns benefícios possuídos por sua família, como os de ter acesso ao leite, toucinho e fubá produzidos ali. A permissão dos sítiantes que podiam plantar nas terras das fazendas ia sendo sistematicamente suspensa, assim como a invasão das posses próximas e também distantes se intensificava promovidas por fazendas que passavam a atuar em conjunto com as reflorestadoras e com os falsos fazendeiros, que “grilavam” terras. Os posseiros invadidos eram ainda aproveitados na derrubada e carvoejamento do cerrado nativo das chapadas, antes de serem completamente descartados.

Esse processo foi interpretado por Moura como a anulação da copropriedade, que anteriormente era possibilitada pelas próprias condições de reprodução das fazendas. Buscando compreendê-lo, ela discutiu muito profundamente os mecanismos jurídicos que permitiam e legitimavam a aniquilação de todas aquelas (além de outras) formas de convivência que assinalamos. Além de ter se ocupado das lógicas, tanto judicial como costumeira, que sustentavam aqueles processos de invasão e expulsão. A combinação de ambas as lógicas assinaladas ocorria numa conjuntura em que o direito formal (leia-se, de exercício da propriedade privada) se impunha progressivamente sobre o campo, também naquela região. Mas, também, no qual o direito costumeiro, que anteriormente garantia as convivências dentro e no entorno das fazendas, não havia tido muitas de suas dimensões (totalmente) suprimidas, o que sustentava, por sua vez, o exercício da violência direta daquelas invasões e expulsões.

O direito costumeiro correspondia, conforme argumentou a autora, a uma situação excepcional e transitória dos direitos de propriedade e havia sido herdado das antigas ordenações monárquicas e suas categorias de “menagem” ou “homenagem”, ainda que nas circunstâncias de então, não fosse mais amparado por elas. As relações circunscritas envolviam trabalho, amizade, compadrio, compromisso, enquanto ele permitia distintos regimes de propriedade compartilhada. A expulsão ou a expropriação dos agregados e

parceiros, assim como a invasão dos posseiros e o desrespeito às extremas dos sitianteiros vizinhos marcaram o ápice da supressão daquelas convivências. Para a autora, o problema central foi que o direito transformado das fazendas passou a ser exercido sobre o direito dos camponeses. Mas esse exercício, apesar do seu sentido modificado, impunha ainda a dependência para o que havia se tornado um mero morador de favor, decepando sua liberdade, mesmo quando esse deixava de ser um agregado.

Com um trabalho profundo de pesquisa, inclusive de incontáveis processos judiciais, Moura narrou, de modo agudo, as relações sociais de produção como anteriormente eram reproduzidas e como, naquele momento, passavam a ser rompidas pelos “des-favorecimentos” e “dis-tratos” vividos pelos camponeses. Assim, aniquilava-se e ocultava-se o caráter antes tido por aquelas relações, reduzindo as mesmas a meros favores e tratos que podiam ser e eram simplesmente rompidos. Igualmente como os contratos (afirmando relações estritamente trabalhistas, quando havia, na verdade, apropriação da terra para moradia, para a criação de animais, para a produção de lavouras), formalizados *post festum*, que eram estabelecidos apenas para serem desfeitos, quando se tratava de levar à justiça determinados casos de expulsão de agregados.

Aquela imposição do direito das fazendas sobre o dos camponeses, conforme a interpretação da autora, apontava ao mesmo tempo para duas faces da expansão do desenvolvimento capitalista em curso. Se, por um lado, assinalava o cerco do capital rompendo com um sistema de apropriação comum das terras, resultado da expansão da renda fundiária no Brasil, que foi promovendo o deslocamento da agricultura de subsistência de dentro das fazendas, como também apontara Martins no texto anteriormente comentado (cf. 1986: 56); por outro, problematizava a mesma expansão não simplesmente como um processo provocado desde fora do Vale do Jequitinhonha, a inviabilizar a anterior economia de subsistência dos camponeses: as antigas condições de reprodução das fazendas, com as suas formas de dominação e subordinação do trabalho fundadas no direito costumeiro que, não obstante, possibilitavam uma convivência na apropriação das terras, se encontravam em crise e em modificação.

Como dissemos, uma crise que se relacionava com um processo geral de transformação das condições de acumulação do capital no país, como nenhum dos autores comentados discordaria em afirmar, mas que, segundo a autora, também se desdobrava internamente ao modo de reprodução das relações sociais de produção no Vale do Jequitinhonha. Portanto, de um ponto de vista, a análise da autora se chocou com a interpretação do capital como um estranho que vinha de fora, sobretudo como um ente

externo àquela região. Doutro, a separação de duas totalidades, ancoradas em condições de reprodução opostas, se manteve presente na argumentação, apesar disso se referir a um antagonismo anterior ao cerco capitalista desencadeado na segunda metade do século XX: salvo engano, as fazendas e os camponeses conviviam se reproduzindo com lógicas apartadas que não obstante se interpenetravam, porquanto as fazendas dependiam dos seus diversos mecanismos de subordinação dos camponeses para se reproduzir e acumular.

Outro trabalho produzido nas ciências sociais foi defendido também em 1988, por Leila Amaral, como sua dissertação de mestrado, com o título *Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro*. Argumentando de modo equivalente ao de Voll (1984), a autora assinalava que a integração do Vale do Jequitinhonha a um projeto de modernização capitalista teria acelerado uma crise dos seus sistemas produtivos e da sua estrutura sociocultural, provocada pela incapacidade dos mesmos absorverem o aumento da população com constantes divisões das heranças, que ameaçavam a manutenção das condições de reprodução camponesa. Amaral também retomou as discussões de Eunice Durhan (1973), problematizando, contudo, que o isolamento relativo do Vale do Jequitinhonha, rompido com aquela crise, tinha que ser pensado, ele próprio, como decorrência do desenvolvimento do capitalismo no país.

Ou seja, a autora recusava a perspectiva de que certa modernização nacional desencadeada somente a partir da segunda metade do século XX romperia com uma reprodução antes independente de um setor tradicional e outro capitalista, uma vez que, segundo seu argumento, o desenvolvimento progressista de um deles ocorrera sempre à custa do subdesenvolvimento ou da estagnação do outro. Por outro lado, Amaral recusava a afirmação de uma pobreza preexistente, a justificar a necessidade de intervenção naquelas regiões, argumentando que se aquele subdesenvolvimento reproduzira condições de sobrevivência baseadas quase que exclusivamente nos mínimos vitais, o fizera como uma construção cultural das comunidades, não podendo ser interpretado, portanto, como a ausência ou a falta de desenvolvimento: “Voltando ao caso das comunidades rurais tradicionais, diríamos que elas [acabavam] por se organizar de tal forma a conseguir um equilíbrio viável. Economicamente, pela produção de bens socialmente necessários, esforçando a população em manter o nível das necessidades dentro dos limites possíveis da produção local. Socialmente, pelo tipo de organização baseado nas relações pessoais e fundado nos princípios de ‘reciprocidade’ e ‘ajuda mútua’” (Amaral, 1988: 43).

Por sua vez, para a autora, aquele discurso ideológico sobre a pobreza escondia a imposição das desigualdades regionais pelo desenvolvimento capitalista adotado no país,

baseado na concentração de renda, no crescimento do parque industrial, na criação do mercado interno e na aglomeração da população nos grandes centros. Apoiada nos argumentos de Renato Ortiz (1985 e 1988), ela afirmava ainda que o projeto estatal de integração das diferentes regiões em uma hegemonia de caráter nacional, impunha, na verdade, a interligação dos consumidores potenciais espalhados por seu território. Assim, a promessa de integração regional não passara de uma reordenação global da economia brasileira em busca de “formas mais avançadas de produção capitalista” (1988: 45), que foram atingidas, conforme argumentou Amaral, com o processo de modernização e racionalização das condições sociais de produção, desencadeado durante a ditadura militar.

Segundo a autora, a integração do Vale do Jequitinhonha naquela reordenação econômica contara bastante com alguns planos estatais de desenvolvimento regional. Além da criação da Codevale e da implantação dos sistemas viários, de comunicação e energia, Amaral destacou ainda intervenções sistemáticas na organização produtiva. Conforme argumentou, grande parte das terras da região foram transformadas em pastagens entre as décadas de 1960 e 1980, com o apoio de programas como o MGII, que contava com recursos do Banco Mundial, Governo Estadual e Federal.

Esse programa tinha como objetivo aumentar a produção e a produtividade agropecuária nas pequenas propriedades. Contudo, sua intervenção, somada com a implantação de infraestrutura, contribuiu sobremaneira para a valorização das terras, que passaram a ser compradas com financiamentos bancários, sobretudo com finalidade especulativa. Segundo Amaral, os investidores daquele setor destinavam as terras para a formação de pastagens em detrimento da produção agrícola. Um dos resultados dos investimentos daquele programa, dos financiamentos bancários e outros incentivos fiscais foram o aumento da concentração fundiária e do poder especulativo dos grandes proprietários. O outro culminou no endividamento dos pequenos produtores difícil de ser saldado: “Estes lavradores viram-se, assim, compelidos a venderem suas terras ou parte delas aos grandes pecuaristas” (Amaral, 1988: 50).

Com o trabalho *Campesinato: resistência e mudança. O caso dos atingidos por barragens no Vale do Jequitinhonha*, defendido como sua dissertação de mestrado em sociologia, em 1993, Ricardo Ferreira Ribeiro problematizou um dimensionamento exagerado do significado da expropriação camponesa ocorrida a partir de 1970, com a penetração de atividades de base capitalista no Vale do Jequitinhonha, retomando a discussão sobre as transformações que ocorriam internamente à região. Ou seja, sem se concentrar apenas naqueles processos que pareciam impostos desde fora. O autor assinalou a relação entre o

campesinato e o desenvolvimento do capitalismo como o pano de fundo das suas reflexões, abordando essa discussão em três eixos. Um dedicado ao desenvolvimento regional do campesinato, em que identificou um processo de reorganização da produção e da vida camponesas, criticando a perspectiva de uma crise ou ruptura das suas condições de reprodução. Enquanto os outros dois se voltaram, respectivamente, para os impactos sociais provocados pelos projetos estatais e para os movimentos sociais, em particular aqueles que tiveram como base o campesinato cujas condições de vida foram afetadas. Nesses eixos, Ferreira Ribeiro discutiu a construção das barragens de perenização e usos múltiplos (não hidrelétricos) dos rios Machado Mineiro, Calhauzinho, Salinas e Setúbal, iniciadas entre 1989 e 1990, para cujas Comissões de Atingidos ele trabalhara como assessor³².

Apoiado numa crítica à perspectiva de desaparecimento do campesinato dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo, o autor afirmava a necessidade de uma análise das diferentes experiências históricas em que se inseriram os camponeses, que permitisse considerar a heterogeneidade daqueles grupos, assim como sua inserção numa estrutura societária mais geral, em cada contexto histórico e social específico: “Assim, mais que caracterizar um camponês genérico, a minha preocupação está em tratar um campesinato contextualizado” (1993: 6). Sempre subordinada, essa inserção foi classificada por Ferreira Ribeiro conforme o tipo de dominação exercida, por exemplo, por proprietários fundiários, capital comercial, agroindústrias ou cooperativas capitalistas.

Sua pesquisa também esteve centrada na recusa da perspectiva de que o Vale do Jequitinhonha tinha ficado isolado e estagnado por quase 150 anos, abordagem que corroborava, conforme o argumento do autor, para sobrevalorizar o significado da expropriação camponesa. Esse período, encetado no início do século XIX, quando as atividades de mineração entraram em declínio, parecia terminar apenas com o intervencionismo estatal, a expansão da pecuária e a implantação do reflorestamento e da cafeicultura, a partir da década de 1970. Para Ferreira Ribeiro, transformações profundamente significativas ocorriam pelo menos desde a segunda metade do século XX, quando o Vale do Jequitinhonha e também suas regiões vizinhas se integraram ao mercado nacional em expansão, antes mesmo do momento em que se desencadearam os comentados projetos de desenvolvimento regional. Conforme argumentou, esse momento teria sido “tão significativo

³² O autor, assim como Vera Lúcia Voll, foi levado ao Vale do Jequitinhonha para trabalhar no Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, mais conhecido como MGII. Permaneceu posteriormente na região, engajando-se em outras atividades até o período em que se tornou um assessor dos atingidos por barragens, primeiro no CAMPO (Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha) e depois na CPT (Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais) (cf. Ferreira Ribeiro, 1993: 1 e 2).

para o campesinato do Vale, quanto o processo de expropriação e outras transformações que ocorreram nos últimos 25 anos, a partir deste projeto” (1993: 10).

O autor apontou como principal decorrência daquela integração, a deterioração nas condições de comercialização e de reprodução dos produtores independentes, cuja sobrevivência dependia menos das relações que estabelecia com as fazendas locais e mais das que se desdobravam a partir da inserção dos seus produtos no mercado. Essa expansão do mercado teve um duplo sentido para os camponeses: “Tanto [reduziu] o espaço de comercialização de seus produtos tradicionais e o seu valor e, por conseguinte, as possibilidades do produtor ‘independente’ obter renda monetária; como ao mesmo tempo, [aumentou] a sua necessidade deste tipo de renda para fazer frente à nova pauta de consumo. Assim, [empurrou] para o assalariamento temporário, contingentes cada vez maiores de camponeses que antes garantiam sua reprodução com o trabalho em sua própria unidade” (Ferreira Ribeiro, 1993: 71). Ribeiro argumentava, com isso, que o processo de expropriação dos camponeses, a partir do final da década de 1960, simplesmente agravou um quadro de dificuldades de sobrevivência que já decorriam de uma relação com o desenvolvimento capitalista.

Não foi, todavia, apenas nesse ponto que o autor questionou as interpretações que atribuíam um dimensionamento exagerado ao processo de expropriação, criticando também a restrição da utilização daquela noção apenas para os casos em que o processo de proletarianização se estabelecia completamente. Ele propunha problematizá-la, é claro, considerando as perdas patrimoniais ou das condições de vida e produção, que muitas vezes ocorriam. Mas, sobretudo considerando o que o autor nomeou por expropriação simbólica, recorrente nos casos dos atingidos por barragens que podiam reestabelecer seu patrimônio, entre outras condições de reprodução, por meio das indenizações recebidas, mas não os danos irreparáveis a todo um modo de vida.

Com sua tese de doutorado em história, intitulada *As estradas da vida, história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais*, defendida em 1997, Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro retoma diversos dos elementos apontados até o momento, para identificar as rupturas naquele sistema de economia de subsistência ou nas condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. Seu estudo compreendeu Mucuri e Jequitinhonha entre os começos do século XIX e fins do XX, analisando as tramas que prenderam homens, terras e trabalho naquele período. Para o autor, a revolução agrícola, a unificação dos mercados nacionais e o esgotamento da natureza provocaram a crise que colocou fim, somente nos anos 1970, àquele sistema de uso de terras e homens. Contudo,

conforme seu argumento, esse não tinha sido o primeiro momento de esgotamento das condições de reprodução na região, afinal sua pesquisa partira justamente da “época que a população do vale do Araçuaí – a antiga Vila do Fanado, Minas Novas – tomou o rumo da mata, deixando atrás sítios se esgotando para formar fazendas e posses” (Ribeiro, 1997: 6), cujo processo de constituição o autor investigou.

Ultrapassando a interferência que a revolução agrícola, somada à integração dos mercados nacionais, causara na deterioração dos preços da produção camponesa e das condições de vida dos mesmos, Ribeiro introduziu o esgotamento da natureza como um elemento fundamental para a formação da crise apontada pelos outros autores discutidos. Assim como assinalou a centralidade desse fator na constituição de outras crises na reprodução regional, ocorridas mesmo em momentos nos quais o estabelecimento dos dois outros elementos apontados não era sequer imaginado: como, por exemplo, no esgotamento dos sítios que levava parte da população das Minas Novas do Araçuaí a tomar o rumo das matas onde se estabeleceriam o que hoje conhecemos como o Baixo Jequitinhonha e o Mucuri, resultados daquela investida.

Compreender o modo como o autor discutiu esse esgotamento depende, contudo, de considerarmos sua interpretação sobre o papel determinante, condição fundamental para a sobrevivência daqueles lavradores, que a extração e o uso dos recursos da natureza, a “recursagem”, possuíam. Os critérios de avaliação e as técnicas de apropriação das terras, matas, acidentes geográficos ou rios eram, conforme seu argumento, adaptadas, pactuadas e negociadas com a natureza e com as condições objetivas de produção. Assim, não foram as técnicas predatórias, como costumeiramente se encara o uso do fogo, da roça de tocos ou de coivara, que esgotaram a natureza.

Ao contrário, de acordo com seu argumento, determinadas condições naturais viabilizavam a reprodução social por meio de técnicas que eram desenvolvidas tendo as mesmas como referência. Quando essas condições acabavam, forçavam a desestruturação daqueles sistemas produtivos que deixavam de ser viáveis: “A proximidade do meio, derivada da busca de recursos, mistura homens e espaço. [...] A certa altura, utilização exagerada dos recursos e expansão demográfica combinam-se para romper o equilíbrio, fazendo com que sociedade e cultura dos homens desabem pelo esgotamento ecológico. Essa ruptura leva as sociedades humanas a criarem novos ajustamentos e sistemas de produção” (Ribeiro, 1997: 9).

O que o autor argumentou, dessa maneira, se assemelhava à perspectiva do adensamento populacional sustentada pelas leitoras de Eunice Durhan (1973): determinado

modo de organização social, em razão da exploração tornada excessiva dentro dos seus limites, deixava de absorver um crescimento que passava a conformar uma população excedente, tendo seu equilíbrio rompido. Esgotamento ecológico, num lado, e esgotamento das terras constantemente repartidas como espólio, de outro, se assemelhavam como fatores que desencadeariam a crise, todavia, agravada, segundo Ribeiro, pela comparação forçada dos produtos daquela economia num mercado que se integrava nacionalmente e cujo desempenho produtivo foi bastante elevado pelo revolucionamento tecnológico da produção agrícola.

Mas não foi somente pela proeminência que deu ao esgotamento da natureza, estabelecido por determinados modos da sua apropriação técnica e social, para a desestruturação daquele sistema de uso de homens e de terras, que o autor se distinguiu bastante dos outros discutidos. Sua caracterização daquelas condições de sobrevivência também apontava para uma perspectiva que destoava das outras interpretações que problematizamos. Apesar de Ribeiro também se referir à organização de um modo de vida camponês na região, o autor complexificou a discussão sobre o mesmo, analisando sua formação em processo e em conjunto com uma multiplicidade de outras relações de apropriação das terras, do trabalho e dos meios técnicos e de produção, que somente relacionadas lhe atribuíam um caráter.

Por outro lado, não obstante, Ribeiro identificava as fazendas como a forma de apropriação principal, “quantitativa e até reflexamente” (1997: 6), em meio a qual os camponeses se estabeleciam como posseiros, sitiantes, agregados, mas considerando-a fundamentalmente como um estabelecimento que congregava relações de caráter não-capitalista. Nas palavras do autor, “Mucuri e Jequitinhonha quase sempre foram economias não exportadoras, localistas, com nula – ou mínima – ação do governo. Presos ao ambiente como à sua primeira natureza, lá surgiram relações de poder, apropriação fundiária e mobilidade espacial sem muitos paralelos nas economias de mercado. A fazenda, o sítio, o agregado, a posse, o roçado, a mata, a fronteira e o trabalho nos dois rios, foram construídos ao relento das mediações de mercado e ligadas com força à natureza” (1997: 7).

Sua interpretação, Ribeiro sustentou na perspectiva de Alberto Passos Guimarães (1977), que recusava o capital e as relações tipicamente capitalistas como presenças moldadoras na agricultura brasileira, estabelecendo uma interpretação sobre um poder fundado na terra. As fazendas, sobretudo nos contextos em que estiveram profundamente desconectada das pressões mercantis coloniais, tinha que ser analisada, de acordo com os autores, como domínio sobre terra e homens, fundado em relações de poder pessoal e localizado. Assim também, para os mesmos, o emprego, nas análises agrárias, de conceitos

próprios para discutir a sociedade e as relações capitalistas, soaria mecânico, visto que o desenvolvimento das fazendas no Brasil seria fundamentalmente não econômico, produzido pelos controles do acesso à terra.

Com essa perspectiva de interpretação, Ribeiro se recusava igualmente a concordar que a inflexão modernizadora nacional ocorrida, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, tivesse atingido diretamente o Jequitinhonha e o Mucuri. Ainda que tivesse destacado a crise naquele sistema regional de uso de terras e de homens como um dos desdobramentos impostos pela integração da concorrência e aumento da produtividade em escala nacional, alegava que a reprodução das fazendas locais não fora efetivamente modernizada, criticando uma interpretação generalizante sobre os efeitos daqueles avanços técnicos: “A ideia de modernização agrícola difundiu em muitas disciplinas um sentido único de mudança: revolucionário, intransitivo e, sobretudo, hierarquizador, mistura, às vezes, tendência, lei, preconceito, política, casos pontuais” (Ribeiro, 1997: 19). Do mesmo modo, para o autor, “a capitalização não resultou em homogeneidades mercantis, centralistas e racionais modernas. Pelo contrário, muitas racionalidades específicas e organizações sociais rurais não foram, no caso do Brasil, compreendidas na sociedade de mercado. Parcelas enormes da sociedade permanecem nos interstícios do mercado, mantendo relações de troca, mas conservando também características específicas que não se ajustam na sociedade inclusiva. Embora nos anos 1980 e 1990 haja um domínio indiscutível da economia de mercado, ele não é homogeneizador o suficiente para regular o varejo do rural, continua havendo espaço para a reprodução de formações não mercantis” (1997: 20).

Com a análise desenvolvida por Ribeiro (1997), completamos um quadro de interpretações sobre as mudanças nas condições de reprodução social ocorridas no Vale do Jequitinhonha. Foram destacadas perspectivas variadas com relação ao que teria provocado tais alterações, assim como, com relação à sua precisa periodização. Com o artifício de agrupá-las não pretendemos diluir a diversidade interna, que surge quando olhamos detalhadamente cada interpretação, que reunimos nos dois eixos ordenados. Mas, antes, destacar as perspectivas principais que balizaram a análise de algumas questões com que todos os trabalhos estabeleceram diálogo.

Como dissemos anteriormente, uma questão comum para todas as investigações dedicadas à história ou ao processo de modernização do Vale do Jequitinhonha foram as modificações nas condições de reprodução social, ocorridas a partir de meados do século XX. Que essas mudanças tenham sido provocadas num processo de desenvolvimento do capitalismo nacional, também pareceu não existir muita discordância nos trabalhos

apresentados. As diferenças entre aquelas análises começaram mesmo a aparecer quando tentaram explicar desde onde aquele processo se expandiu e até que ponto se desenvolveu e quando problematizaram as relações sobre as quais ele incidiu e em que medida pôde realmente transformá-las.

Com os dois eixos apresentados, procuramos precisamente evidenciar essas diferenças. Em um deles, agrupamos as interpretações que assinalaram a expansão das relações capitalistas desde fora. Após terem se desenvolvido nos centros econômicos nacionais e, sobretudo nos internacionais, foram impostas como um novo padrão de acumulação, destinado a promover a industrialização do campo a montante e a jusante, conforme se convencionou caracterizar na literatura sobre a modernização agrícola. Sua forma de reprodução se fundamentou na imposição de um padrão técnico, além da transformação de terra e trabalho em fatores de produção, cuja propriedade passara a ser privada. Seus resultados foram marcados pela reunião dos trabalhadores e terras em mercados, ambos monetarizados e integrados numa escala nacional. Nessas interpretações, que privilegiaram a constituição do assalariamento e da migração temporária no Vale do Jequitinhonha, foram muito recorrentes referências ao advento das companhias com bases capitalistas de reprodução e à intensificação do intervencionismo estatal, que apoiou a implantação daquelas empresas, se valendo dos artifícios ditatoriais que dispunha no momento: subsidiou as mesmas amplamente com cessão de terras, entre outros incentivos fiscais e creditícios, além de ter reprimido conflitos e legalizado a violência direta.

Essa perspectiva evidenciou ainda certa ambiguidade com relação ao que aparentemente ficava de fora do *modus operandi* capitalista, no momento que precedera sua expansão: algumas explicações definiam claramente que a imposição do desenvolvimento capitalista teria ocorrido sobre os camponeses, que se reproduziam segundo lógicas próprias no Vale do Jequitinhonha. Outras apreendiam a própria região como objeto da invasão capitalista, privilegiando uma apresentação do seu isolamento e a importância que certa integração nacional teve naquele processo. Mas, salvo engano, a maioria das análises acabou embaralhando a região, projetada como uma totalidade apartada do desenvolvimento nacional, com as condições camponesas de reprodução, numa mesma identidade que fora destruída pela modernização: transnominavam o Vale do Jequitinhonha por uma das suas formas de reprodução social.

Por sua vez, as interpretações que agrupamos no segundo eixo assinalavam a constituição duma crise que se desdobrava *internamente* a um sistema apresentado, dependendo da abordagem mobilizada, como economia de subsistência, reprodução

camponesa, expansão das fazendas ou, ainda, uso das terras e homens fundado no poder pessoal. Mesmo quando apontavam também para a modernização desencadeada pela implantação das empresas e pela ampliação do intervencionismo estatal, não deixaram de destacar sua concomitância com a desestruturação das condições de reprodução social em curso que, não obstante, acabava por ser agravada.

Os fatores alegados como responsáveis por provocar aquela crise variaram: o esgotamento da natureza ou das terras e o adensamento populacional apareciam como causas inerentes, limites internos duma forma de reprodução, que eram atingidos. Enquanto a deterioração dos preços da produção camponesa, provocada pela modernização agrícola e pela integração dos mercados nacionais e o avanço da fronteira de expansão da renda fundiária, que expulsava a agricultura de subsistência de dentro das fazendas, eram relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo na escala internacional e do país. Mas, diferentemente da chegada do estranho, apontavam transformações em relações de subordinação que já se encontravam em curso: o contato com o mercado ou a submissão a determinadas condições de dominação fundiária não eram alheios nem ao Vale do Jequitinhonha, nem ao modo de vida dos camponeses.

Nesse ponto, todavia, o leque de divergência se acirrava ainda mais, variando em gradações das análises que apontavam uma relação dos camponeses com o mercado às que assinalavam sua subordinação a um poder fundiário. Como veremos posteriormente, essa relação com o mercado foi pensada quase sempre como uma contingência da reprodução camponesa, por meio da qual o capital comercial extraía partes do seu produto social e da renda da terra, com mecanismos de subordinação monopolistas, geralmente apresentados como não especificamente capitalistas ou como relações não-capitalistas de produção. A medida daquela dependência e subordinação – e com elas a da autonomia camponesa – variavam com as abordagens que procuravam destacar espoliação ou resistência daqueles grupos.

A subordinação a um poder fundiário aparecia em interpretações ainda mais diferenciadas. Num caso, as fazendas se expandiam como desdobramento do processo de territorialização colonial e sua reprodução comportava outras lógicas de copropriedade e apropriação da terra, como o direito costumeiro, até a expansão da renda fundiária capitalista no país transformá-la definitivamente em negócio, fazendo com que a propriedade privada passasse a ser exercida sobre o direito dos camponeses. No outro, as fazendas surgiam também como desdobramento daquela ocupação colonial, se autonomizando relativamente, sobretudo onde não se vinculava diretamente ao grande mercado de exportação, e passando a

se reproduzir com códigos próprios forjados nas relações de poder pessoal entre homens e deles com o ambiente. Nessa abordagem, a modernização nacional impactava a inserção regional no mercado, mas sem destruir relações, que puderam permanecer estabelecidas ao largo daquelas grandes mudanças econômicas.

O centro do desenvolvimento da modernização aparecia, também nesses últimos exemplos, fora da região, sobre a qual a fronteira capitalista se expandia, incisiva ou mais precariamente. A referência a um determinado processo nacional e internacional de transformação nos padrões técnicos e de acumulação que impactaram o Vale do Jequitinhonha estava igualmente presente, mas se diferenciando da perspectiva que afirmara a chegada de um estranho, num caso por se confrontar com relações que, apesar dos mecanismos não especificamente capitalistas de reprodução, não eram totalmente alheios àquele desenvolvimento. No outro, porque tanto antes como depois daquela expansão, mantiveram-se à margem das várias formas que foram sendo assumidas pela sociedade nacional e pelo desenvolvimento capitalista no Brasil.

Outra diferença fundamental entre as interpretações que destacaram a invasão capitalista e as que apontaram a crise do sistema foi o fato dessas últimas terem complexificado bastante noções como as de modo de vida e reprodução camponesa, especialmente por inseri-las em meio a relações de poder e subordinação; a relações conflituosas de apropriação fundiária, entre outras condições de produção; a relações mercantis, cuja lógica impactava a sobrevivência dos grupos camponeses, antes mesmo daquela assim chamada acumulação primitiva, que, conforme determinadas análises discutidas, pareceu ter redefinido pela primeira vez as condições de reprodução camponesa.

Essas últimas interpretações impuseram igualmente, não em todos os casos e com perspectivas e níveis de aprofundamento bastante diversificados, a problematização das relações em processo naqueles quase 150 anos de história apresentados sistematicamente como vazios, sobretudo pelos discursos estatais modernizadores; mas também pelas interpretações que reduziram o processo contraditório de apropriação fundiária e de conformação de relações sociais de produção ao estabelecimento, sem mais, de um campesinato autônomo, no largo período compreendido entre a crise da mineração e a intervenção do planejamento regional, responsável por destruir suas condições de sobrevivência.

Não obstante terem complexificado, mesmo que de modo muito diversificado, o debate sobre as condições de reprodução dos camponeses no Vale do Jequitinhonha até meados do século XX, as análises que agrupamos no segundo eixo também abordaram

aquelas relações como não-capitalistas, de maneira análoga às dispostas no primeiro. Concordavam nesse ponto, assim como ambas as perspectivas concordavam que as transformações ocorridas a partir desse período se relacionaram, distante ou bastante intimamente, com a expansão do desenvolvimento capitalista no Brasil. Contudo, se os autores discutidos compatibilizaram suas análises com relação ao que aquelas relações não eram, por um lado, por outro, se diferenciaram acentuadamente na maneira como as explicavam.

Sobretudo no primeiro eixo, muitas interpretações abordaram as condições de reprodução camponesa como um outro, que, até determinado momento, se desdobrava de modo totalmente paralelo ao desenvolvimento do capitalismo no país. No segundo eixo, algumas análises tomavam-nas igualmente como totalidade apartada e dotada de lógica própria, mas cujo mais-produto social sempre fora subordinado, pelos mais variados mecanismos de dominação, ao desenvolvimento capitalista. Uma última interpretação, incorporada também ao segundo eixo, considerava aquela reprodução envolta por mecanismos de dominação, não obstante sem interpretá-los como capitalistas, mas, ao contrário, fundados no poder pessoal e sobre a terra.

Por sua vez, o debate sobre a relação entre campesinato e desenvolvimento do capitalismo se diferenciou igualmente de maneira bastante acentuada. Ordinariamente marxistas, essas análises pontuaram, no entanto, uma necessidade de adequação das categorias voltadas para discutir relações especificamente capitalistas à realidade da modernização periférica dos países de passado colonial, com suas formas particulares de extração do mais-produto e acumulação, de mobilização do trabalho e de apropriação dos meios de produção, sobretudo da terra. Não nos deteremos imediatamente nas muitas perspectivas contrapostas na controvérsia sobre os mecanismos não especificamente capitalistas de subordinação das condições de reprodução camponesa, não obstante assinalamos, como uma das suas principais decorrências, o debate sobre a completa substituição daqueles mecanismos pela exploração capitalista da força de trabalho. Ou, trocando em miúdos, sobre a substituição total da acumulação primitiva entre outros processos de extração do mais-produto social e formação de capital, nomeadamente na circulação, pela acumulação capitalista, assentada na exploração da mais-valia produzida pela força de trabalho e na sua reprodução ampliada como capital.

O que estava em jogo nos argumentos, por conseguinte, era a possibilidade de conservação ou recriação dos grupos camponeses, de um lado, e, de outro, a perspectiva da completa liquidação das suas condições de reprodução, assim como das formas de

acumulação nelas ancoradas, em um processo generalizado de expropriação e proletarização. As várias gradações dessa controvérsia também apareceram nas investigações discutidas, ainda que grande parte delas tenha se concentrado na formação dos “bóias-frias”, os assalariados que migravam, sobretudo para o Centro-Sul do país, em busca de trabalho. Contudo, mesmo entre as abordagens que não dimensionaram de maneira exagerada o processo de expropriação ocorrido na segunda metade do século XX, a constituição do assalariamento teve destaque, como um arranjo muitas vezes temporário e que envolvia somente poucos componentes da família, mas que permitia viabilizar a reposição das condições de produção e de vida dos mesmos como camponeses.

Longe de ter sido interpretada apologeticamente como uma conquista rumo à formação de uma consciência de classe revolucionária, nas investigações acadêmicas que discutimos, a proletarização apareceu quase sempre como processo muito precário de integração dos camponeses mais ou menos expropriados à sociedade capitalista. Com discussões marcadas pela crítica da superexploração do trabalho dos “bóias-frias” e seu não reconhecimento como sujeito de direitos, sobretudo dos direitos trabalhistas, fechamos o quadro das problemáticas que sustentaram não apenas o debate sobre as transformações ocorridas no Vale do Jequitinhonha, mas o cerne das discussões sobre o processo de modernização do campo no Brasil.

Destacamos, por fim, mas não em último lugar, que se o percurso dessas reflexões quase sempre criticou a tentativa de integração forçada de condições de reprodução social relativamente apartadas do desenvolvimento capitalista; criticou igualmente aquela modernização por sua incompletude ou pelo caráter doloroso e trágico de uma incorporação que permaneceu precarizada, sugerindo, assim, como imprescindível para a manutenção do processo de acumulação, a continuidade da extração e da incorporação da riqueza social, sempre além dos próprios critérios estabelecidos como os especificamente capitalistas. O que nos conduz outra vez ao debate sobre a necessidade e o papel da reposição da acumulação primitiva na acumulação capitalista.

1.4. A luta de Vicente Nica e dos posseiros de Mato Grande e São Miguel

Passando em revista diversas interpretações acadêmicas sobre as transformações ocorridas mais ou menos a partir de meados do século XX no Vale do Jequitinhonha, sobretudo nas condições de vida dos camponeses, pudemos comparar abordagens diferenciadas, assinalando problemáticas fundamentais para discutir aquela forma de reprodução social, na sua relação com o desenvolvimento do capitalismo. Prosseguiremos problematizando questões advindas do debate sobre aquelas modificações, investigando, agora, o depoimento de um posseiro e liderança política dos camponeses no Vale do Jequitinhonha, assim como os conflitos fundiários que ocorreram em Mato Grande e São Miguel, no município de Turmalina, por ele narrados.

Seu depoimento foi publicado no livro *Vicente fala: uma mão na terra, outra no coração*, em 1993, reunindo entrevistas realizadas por Márcia Angelina Alves, Margarida Maria Moura, Sônia Lacerda, Maria Teresa Araújo, Paula Elaine Covo e Eduardo Graziano, entre os anos de 1981 e 1993. Como parte da coleção *Socializando conhecimentos*, a publicação do Instituto Jurídico Popular (AJUP) tinha como objetivo divulgar os aprendizados do posseiro em sua trajetória de vida, como ensinamentos “para os advogados que sobem morro e sabem da vida dos favelados, e que já viram os operários, na fábrica, e os lavradores, no campo, dando duro de sol a sol” (Alves *et al.*, 1993: 5), como assinalado na apresentação do livro.

Vicente Gonçalves Afonso, mais conhecido como Vicente Nica, nasceu no ano de 1932, na Grota do Barreiro, em Turmalina. Filho de posseiros, e ele mesmo pai de família, estabeleceu posse em terras posteriormente reivindicadas por fazendeiros. Mesmo sendo de religião pentecostal, se aproximou dos movimentos da Igreja Católica na década de 1970, aprofundando a militância que desenvolvera acompanhando os conflitos fundiários que ocorriam em seu município. Chegou a ser candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores em 1982, obtendo aproximadamente 5 mil votos, ainda que não tenha conseguido se eleger. Em razão dessas e outras experiências, os organizadores do livro destacaram o entendimento acabado que Vicente Nica tinha da situação do campo no Brasil (cf. Alves *et al.*, 1993: 5).

Segundo Vicente, as terras de Mato Grande e São Miguel foram, toda vida, “de enrolada”. Nelas, a família França, que tinha uma fazenda de nem dez alqueires, “queria dominar uma área muito grande, a ponto de dizer que eram 14 mil alqueires” (1993: 11), repleta de lavradores que vinham trabalhando cada um em sua posse. Quem morava

aproximado da sede da fazenda tinha que trabalhar também “de condição”. Conforme ele lembrava, contudo, nem sempre tinha sido assim. Ao menos uns 50 ou 60 anos antes de ter dado seu depoimento, ou seja, mais ou menos entre as décadas de 1920 e 1940, ninguém trabalhava de condição em Mato Grande e São Miguel. A exigência de dois dias de serviço por semana na roça da fazenda passou a vigorar quando Francisco França, filho de Juca Pinheiro assumiu o controle das terras. Para Vicente, “é como se pagasse uma renda. Eles tratavam essas pessoas de contrateiros. É diferente de agregado, mas de todo jeito simboliza um tipo de agregado, pela lógica deles” (1993: 11).

Mesmo quem tinha sua posse, na maioria das vezes insuficiente para aumentar a lavoura ou fazer pastagens para a criação, precisava se valer das terras que a fazenda foi “dominando”, então trabalhava também de condição ou no regime de parceria. Segundo Vicente, “plantava uma área à terça, igual eu mesmo plantei, mas tinha minha área aqui, que toda vida foi respeitada. Entrei pr’aqui em 63, no direito de um moço que largou e foi pro Paraná. Aí eu entrei pra dentro da área e fiquei trabalhando. Estou com 18 anos, mas tem muitos que estão no direito de herança dos pais” (1993: 14). As exigências impostas pela fazenda foram, não obstante, sendo aumentadas, a ponto dos lavradores passarem a ser comumente cobrados, ou com “a meia” ou “a terça” parte da sua produção. Conforme o depoimento do posseiro, “a pessoa dizia: ‘Olha, se você quiser ficar aqui, vai pagar pelo menos meia, ou terça’. [...] Alguns lugares, terça, outros lugares, meia. [...] Ali agora, o sujeito ia roçar, ia fechar a terra e entregar a metade do que fazia” (Alves *et al.*, 1993: 15).

Em Mato Grande e São Miguel, essas cobranças vieram acompanhadas de muitas pressões, sobretudo contra quem afirmava ter posses nas terras que a fazenda almejava dominar. Vicente apontou que no período entre as décadas de 1950 e 1960, quem reivindicasse as terras como suas, dissesse possuir escrituras ou estar pagando imposto territorial acabava bastante coagido pelos França. No episódio ocorrido com o posseiro Aristides Genival, “eles puseram fogo nas roças dele, puseram fogo na cerca de madeira, querendo atacar ele pra matar” (Alves *et al.*, 1993: 12). Com a perseguição, o lavrador se mudou, mas continuou pagando o imposto territorial da sua posse, vendida posteriormente para João Barra: “Esse não precisava de terra. Pegou e deu pra uma mulher amante dele. [...] A velha Noêmia França soube do caso e foi lá, querendo matar a mulher. Então a mulher saiu, foi embora. Mas o velho João Barra dizia assim: ‘Hoje ou amanhã, eu ou filho meu, ou os meus netos, vamos pra aquela terra, porque ela é minha. Eu pago os impostos dela e ela é minha’. Então vinha aquela briga toda vida” (Alves *et al.*, 1993: 12).

Como almejavam estender sua fazenda sobre aquelas terras, “a velha Noêmia e o Chico França não gostavam que o João Barra falasse que a área fosse dele” (Alves *et al.*, 1993:14). Conflitos parecidos ocorreram até mesmo com lavradores que possuíam a documentação da terra. José Genival tinha roça e morada no direito de compra do seu pai, mas também trabalhava “naquele baixão da velha Noêmia. Então, chegou numa altura que ele disse assim: ‘Ah, quer saber de uma coisa? Eu não vou mexer demais, vou cuidar da minha área, que eu estou velho’. Aí falaram [isso] pra ela. [...] Aí ela falou: ‘Quer dizer que ele vai cuidar do que é dele, né? Pois é, então é favor não pisar aqui embaixo mais’. Ela não gostava que ninguém falasse que tivesse terra aqui dentro” (Alves *et al.*, 1993: 14).

Querendo afirmar seu domínio sobre aqueles 14 mil alqueires, a família dos França tiveram conflitos não apenas com os lavradores de Mato Grande e São Miguel. Segundo Vicente, certa vez passou por ali um coronel muito conhecido, chamado Benjamim Figueiredo, que orientou muitos que deixassem de pagar condição, porque a família França não era legítima proprietária das terras: “Pra mim mesmo ele falou: ‘Não pague condição pra esse povo que esse povo não tem nada. Eu conheço a área de terra deles, é uma mixaria. Eles estão é sugando vocês” (1993: 14). Conforme argumentou o posseiro, nesse tempo era bastante comum que famílias mais “fortes” pedissem condição, “pra afirmar o poder deles sobre os pequenos, porque ele não é dono, né? A maioria das pessoas, aqui no vale, que diz fazendeiro, vive nessa. Pede a condição, fazendo que é proprietário, e não é” (Alves *et al.*, 1993: 14).

A “força” daquelas famílias se sustentava, para Vicente, no fato das mesmas se aproveitarem “daqueles coitados que estavam ali perto, sem conhecer nada. Eles chega e diz assim: ‘Não, aqui é meu’. Pronto, o camarada tinha que trabalhar pra eles” (1993: 15). Contudo, conforme também argumentou, não era apenas por ingenuidade ou desconhecimento que os lavradores aceitavam essa situação, mas também “porque era bobagem opor, mesmo. Não tinha jeito, eles estavam no poder” (Alves *et al.*, 1993: 15) e impunham autoritariamente sua força, pressionando os lavradores para se apoderarem do produto do seu trabalho ou diretamente da sua terra: “A tática é essa. Aquele ali que esmorecia, saía, e já entrava um outro, como se fosse o agregado, sabe como é? Pronto, esse ficava lá, dominado pelo grande. Até o dia que ele quisesse. Porque, naquele tempo, se mandasse embora, o camarada ia saindo, mesmo. Não perguntava por nada, né?” (Alves *et al.*, 1993: 16).

Para Vicente, na época em que deu seu depoimento, aquela situação já havia melhorado um pouco, porque os lavradores estavam mais organizados para apelar

judicialmente, “ao menos tentar ver se arrecada a quantia da expropriação” (1993: 16). Conforme argumentou, entretanto, os falsos fazendeiros e “grileiros” também tinham aprimorado seus métodos para legitimar o domínio que tentavam sistematicamente impor. Uma estratégia utilizada consistia em retificar cartorialmente as extremas da escritura das terras. Assim, poucos alqueires registrados num documento podiam ser estendidos, multiplicando dez ou até vinte vezes o seu tamanho: “Eles compram, marcam aquela área, passam uma escritura, tudo na maior facilidade. Não é falar do cartório, mas, infelizmente, a pessoa compra uma área aí, e chega no cartório, e vai dando as extremas: extrema com fulano [...], não sei o que mais, até fechar aquela área. Quando eu digo que fecha, não é com cerca, não. Faz um jogo na escritura, sabe? Nas divisas, com os confinantes. Então, aqueles que fica ali dentro já não tem mais saída. Daí a pouco começa o conflito ali dentro: ‘Você está aqui, mas não tem escritura. É meu, eu comprei, paguei, pronto. Isso aqui está registrado’. Registrado, nada. Tem um alqueire registrado, na escritura, mas ele diz que a extrema marca muito mais adiante. O coitado não entende e tem que sair pra fora daquela área, que fica sendo do fazendeiro” (Alves *et al.*, 1993: 16).

Numerosos conflitos de terra ocorridos a partir da década de 1970 foram desencadeados por essas falsificações: “Aqui dentro do município de Turmalina tem dado destas. Por volta de 1979, um moço aí embaixo, no ribeirão do Ouriço, o João Maurício, sofreu uma injustiça dessas, a ponto do juiz mandar tirar a cerca e invadir as roças dele” (Alves *et al.*, 1993: 16-17). Sem contar com a ação de despejo movida pela família França contra os lavradores de Mato Grande e São Miguel, ajuizada sob a responsabilidade do mesmo juiz que tinha atuado no episódio com João Maurício, cujo anseio, segundo o depoimento de Vicente Nica, era de “expulsar todo mundo, como se a gente não tivesse direito a nada. Ele confessou com a sua própria boca, falou que no modo dele pensar e dele agir, ia despejar o povo de Mato Grande e São Miguel todinho” (1993: 17).

Conforme narrou Vicente, os depoentes e testemunhas intimados eram sistematicamente constrangidos nas audiências, inclusive pelo próprio juiz ou pelos advogados dos fazendeiros: “Mandava eu calar. Que não era aquilo, não. Quando eu falava outra coisa, dizia: ‘Não’. Por fim, ele queria que eu falasse que eu saía da terra. Mas se eu não tenho para onde ir, como é eu vou sair da terra? Então ele disse assim: ‘Você não tem nada lá. Quanto é que você quer pra sair?’” (1993: 17). Sua participação política junto à Igreja Católica também foi continuamente invocada e colocada sob o questionamento, como uma estratégia tácita de coação e deslegitimação: “Ele perguntou: ‘Então que que você foi fazer em Alcobaça, na Bahia?’. Falei: ‘Olha, doutor, eu fui [...] para reunião de igreja, apesar de

que eu não sou católico, mas o que é bom a gente ajuda [...]’. E vinha ele: ‘O que você foi tratar lá em Alcobaça?’’. Falei: ‘Doutor, um caso de religião. É discussão sobre uns pontos de religião [...]’. Ele ainda não estava satisfeito: ‘E quem te levou lá?’’. Isso nem era assunto da audiência, mas era o que estava saindo. [...] Eu falei: ‘Foi um voluntário da igreja, da diocese’. [...] Aí o advogado lá, da velha Noêmia, um tal de Edmar Pimenta, lá de Capelinha, rindo, falou: ‘Olha, excelentíssimo, pergunta a ele como é que chama esse voluntário’” (Alves *et al.*, 1993: 19).

No primeiro julgamento daquela ação, os posseiros de Mato Grande e São Miguel perderam a demanda, recebendo uma ordem judicial para serem despejados. Mesmo com o apelo do seu advogado de defesa às instâncias superiores, o juiz Alvanato de Almeida não suspendeu, contudo, o alvará de expulsão. Conforme narrou Vicente, “então, esse voluntário lá de Araçuaí, um camarada muito honesto e muito humano, foi conversar com o juiz, que até se assombrou ao ver ele chegando. Aí, ele começou: ‘Como é que é? O senhor vai despejar mesmo o povo de Mato Grande?’’. Falou: ‘Vou. Eles podem nem ser despejados, porque tem juiz acima de mim. Podem apelar pra Belo Horizonte, mas depois que eles for despejado’. [Aí] o nosso advogado foi a Belo Horizonte e entrou na imprensa, no jornal ‘O Estado de Minas’, deu entrevista e mostrou que o juiz tinha sido ilegal, injusto e parcial” (1993: 21).

Depois de impetrado o mandato de segurança que resguardou as posses em Mato Grande e São Miguel, a questão permaneceu ainda por um tempo no tribunal, tendo a Ruralminas feito um levantamento da exploração e da titularidade das terras reivindicadas pela fazenda. Medindo as terras, encontrou mais de 1.025 alqueires ocupados com roças e moradas dos posseiros. Conforme destacou Margarida Maria Moura, na introdução do livro em que foram publicados os depoimentos de Vicente Nica, depois de longos anos, os advogados conseguiram provar que não havia propriedade privada no local, mas sim terras devolutas do estado de Minas Gerais, onde as posses formadas pelos lavradores de Mato Grande e São Miguel tinham plena validade (cf. Moura, 1993: 10).

Conforme a narrativa de Vicente, conflitos semelhantes aos ocorridos com os posseiros de Mato Grande e São Miguel aconteceram em muitas terras de chapada do município de Turmalina, onde vigorava um sistema de apropriação e direito comum que funcionava “como se fosse posse. Sabe como é que é: camarada que tinha os direitos cá embaixo, nos declivados, teria direito a ter águas vertentes” (1993: 24). Com a implantação das reflorestadoras e a intensificação da venda dos direitos sobre as chapadas, muitos compradores passaram a utilizar os documentos para ampliar o tamanho da terra adquirida, retificando suas extremas de modo a estendê-las desde as águas vertentes até as grotas: “Eles

falavam com o posseiro, pra dar uma assinatura pra eles numa escritura de compra e venda. Mas uma área aí, de 50 alqueires, eles davam 500 cruzeiros. Era uma homenagenzinha, né? Dava uma esmola, pra ele comprar uma corda pra se enforcar. E aquele camarada passava a escriturazinha. Aconteceu com pessoas aí, deles comprar essa área da chapada e escriturar a terra deles toda, até na água, cá embaixo, com casa dentro, com tudo. Quer dizer: comprava uma lasquinha lá em cima e escriturava tudo, até embaixo” (Alves *et al.*, 1993: 24). De acordo com a interpretação de Vicente, grande parte dos compradores atuava como intermediário, revendendo, posteriormente, as terras adquiridas para as companhias. Ainda assim, ele destacou episódios em que posseiros foram invadidos diretamente por empresas de reflorestamento: “Eu tenho prova de pessoas que está no sindicato se batendo, pelejando pra defender a área de terra, porque a companhia tinha comprado a cabeceira e escriturado toda. Lançou as divisas até lá embaixo, na água” (Alves *et al.*, 1993: 24).

Os conflitos fundiários ocorridos em Mato Grande e São Miguel também foram noticiados pelo jornal *Geraes, a realidade do Jequitinhonha*³³. Em duas das matérias publicadas, a reportagem se concentrou nos conflitos desencadeados pela “grilagem” das chapadas por intermediários da reflorestadora Suzano Fefer. Apareceram também com bastante destaque “promessas de pagamento não cumpridas, compra da terra por preços mínimos [...], registro de toda a terra dos posseiros em nome das companhias, quando na

³³ O jornal *Geraes, a realidade do Jequitinhonha* foi publicado entre 1978 e 1985, tendo completado, ao todo, 24 edições, distribuídas de maneira irregular pelo período. Editado por Tadeu Martins, George Abner, Aurélio Silby e Carlos Figueiredo, todos nascidos em municípios do Vale do Jequitinhonha, o jornal pretendia retratar a realidade da região, identificando as causas daquelas condições de pobreza e exploração, que fizeram dali o chamado vale da miséria. De circulação nomeadamente regional, mantinha também uma relação estreita com o público de Belo Horizonte, onde seus editores residiam, além de circular nos circuitos da imprensa alternativa, em que eram lidos jornais como *O pasquim*. Nas palavras do editorial da sua primeira edição: “Quando os olhos de nossa consciência percorrem o Vale, a visão de conhecimento e compreensão que adquirimos é acompanhada de um sentimento de desolação e revolta, que cremos estar presente em todos aqueles que, pelo trabalho, extraem as riquezas existentes na região, em suas terras, em seus rios, em suas matas. Esse sentimento está presente nos trabalhadores do campo e das minas, que na persistente extração de riquezas através da mineração, da pecuária, do reflorestamento e das poucas indústrias, são tolhidos dos benefícios das riquezas, seja na destruição gradativa de suas formas de cultura, seja nas condições sub-humanas em que vivem; todo esse cortejo de males acompanhado ainda pela precariedade dos serviços básicos de saúde, educação e saneamento. Assim, o GERAES nasce com o compromisso de retratar essa realidade e de proporcionar à população do Vale, um meio por onde ela possa discutir seus problemas. Escutar os que querem falar e dar voz aos que veem suas condições de vida se degradando a níveis sub-humanos, para que o povo do Vale busque o melhor caminho, para uma vida mais justa e humana. Porquanto, nosso trabalho não se justifica apenas pela carência de órgãos de informação, que cumpram o papel de interligar as cidades do Jequitinhonha, mas também contribuir para a quebra do isolamento da região, em relação ao restante do Estado e do país. Pensamos nas dificuldades que iríamos enfrentar para a concretização desse objetivo, tanto ao nível material como humano, mas acreditamos na potencialidade adormecida do Vale”. Editorial. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, mar. 1978, p. 2 (Abner; Martins; Silby, 2011). Por se tratar de uma edição *fac-similar*, em que podem ser conferidos todos os números do jornal, a cada citação das matérias publicadas, disponibilizaremos sua referência completa em nota de rodapé.

realidade haviam vendido apenas as chapadas e, quando necessário, o uso da violência e do medo”³⁴.

De acordo com uma reportagem publicada em 1979, “no final de 74, os grileiros Geraldino Luiz Antunes e José Cordeiro de Castro, conhecido por Nego Lino, adquiriram um pedaço de terra de mais ou menos 50 alqueires, numa área aproximadamente de 800 alqueires, onde moram os posseiros. A primeira coisa que fizeram foi soltar o gado nas plantações e destruir lavouras, com grandes prejuízos para os trabalhadores. Em fevereiro de 75, acompanhados de dois advogados, os grileiros obrigaram vários moradores a assinarem um contrato de arrendamento, pois alegavam serem donos de toda a terra. Não satisfeitos com o resultado dos métodos usados, pois os posseiros começaram a resistir, em junho de 78 chegava para Vicente Nica, Elias e Francisco Gonçalves Afonso, Patrício Ferreira, João Teixeira dos Santos e Paulino Macedo, uma ação de despejo, com prazo de 30 dias para desocuparem as terras”³⁵.

Em 1984, outra matéria retomou os conflitos que ocorriam com os posseiros em Turmalina. Essa reportagem destacou o mesmo processo de “grilagem”, ressaltando, contudo, que os intermediários haviam comprado “uma parte das terras de Noeme França, herdeira dessa parte das terras, mas que reivindicava as terras que os posseiros trabalham. Depois da compra de terras pelos grileiros, começou a pressão para retirar os posseiros da área e eles resistem em não sair”³⁶. A reportagem sistematizava ainda os desdobramentos judiciais adquiridos pelo conflito: “Em 1976, os grileiros entram com uma ação de despejo na Comarca de Minas Novas. [...] Os posseiros são intimados várias vezes em Minas Novas (o juiz de direito, Dr. Alvanato, se posiciona a favor dos grileiros). O oficial de justiça vai no Mato Grande para efetuar o despejo, mas os posseiros resistem. [...] Em maio de 1978, os posseiros entram com requerimento de legitimação de suas posses na Ruralminas. [...] A contestação da ação de despejo vai ao tribunal de Alçada de Belo Horizonte em setembro de 1981. O tribunal dá ganho de causa aos posseiros”³⁷.

Com essas reportagens, o jornal destacava uma situação comum a muitos outros lavradores do Vale do Jequitinhonha, contrapondo suas expectativas às promessas

³⁴ A luta dos posseiros de Mato Grande e São Miguel. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, out.-nov. 1979, p. 3 (Abner; Martins; Silby, 2011).

³⁵ A luta dos posseiros de Mato Grande e São Miguel. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, out.-nov. 1979, p. 3 (Abner; Martins; Silby, 2011).

³⁶ O conflito de terras de Mato Grande e São Miguel. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, nov. 1984, p. 4 (Abner; Martins; Silby, 2011).

³⁷ O conflito de terras de Mato Grande e São Miguel. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, nov. 1984, p. 4 (Abner; Martins; Silby, 2011).

empenhadas pelas companhias que chegavam à região e aos conflitos desencadeados pela implantação das mesmas: “Na chegada das companhias, os moradores da região ficaram entusiasmados, pois teriam trabalho e uma carteira assinada, com INPS e tudo mais. Para aqueles que tinham um pedacinho de terra, seria o momento de ganhar um dinheirinho, pois venderiam a chapada, onde não plantavam quase nada, quem sabe, por um bom dinheirinho... Hoje a realidade é diferente. Escaldados por tanto sofrimento, os posseiros não confiam mais nas companhias e andam de orelha em pé com os grileiros. Certos de que na região estão lutando apenas com a vontade de permanecerem na terra, pois não contam com o apoio da cidade, nem da ‘justiça’, eles procuram denunciar sua situação”³⁸.

Nos trechos selecionados da narrativa de Vicente Nica, ele apontou mudanças semelhantes às destacadas por alguns dos autores que viemos problematizando: uma intensificação no comércio de terras, que mobilizou fazendeiros e “grileiros” a imporem processos – inclusive violentos – de formação de fazendas que seriam posteriormente dedicadas exclusivamente à produção de pastagens ou revendidas para as companhias que chegavam à região. Sua periodização do processo foi, contudo, menos concisa que a encontrada nas análises que discutimos anteriormente. Por um lado, o posseiro não centrou sua narrativa sobre os conflitos na expressão judicial que os mesmos assumiram, sobretudo na década de 1970, embora tenha explicitado que ela resultava tanto dos métodos que passaram a ser utilizados por falsos fazendeiros para legitimar cartorialmente os domínios que tentavam impor, como do fato de os posseiros estarem mais organizados para apelar na justiça. Por outro, mesmo que recuasse, diluindo aqueles conflitos num período mais largo de tempo, explicitou que os mesmos não tinham ocorrido sempre, lembrando inclusive de um tempo em que ninguém tinha de pagar condição.

Consequentemente, sua perspectiva faz com que tenhamos de questionar a pontualidade dos conflitos ocorridos entre lavradores e fazendas. Bem como nos exige problematizar as condições de reprodução camponesa antes mesmo do aumento do intervencionismo estatal e da implantação de empresas que se dedicavam à produção de culturas voltadas para o mercado, perseguindo um redimensionamento da forma de reprodução e do caráter daquilo que foi interpretado por autores discutidos como modo de vida ou sistema de economia de subsistência. As muitas referências de Vicente Nica ao processo de transformação de condições diversas de apropriação da terra e submissão ao domínio da fazendas interagem justamente com essas questões.

³⁸ A luta dos posseiros de Mato Grande e São Miguel. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, out.-nov. 1979, p. 3 (Abner; Martins; Silby, 2011).

Logo na abertura de seu depoimento, ele assinalou que não foi sempre que os lavradores de Mato Grande e São Miguel tiveram de pagar condição para a família dos França, argumentando ainda que o direito sobre uma terra trabalhada costumava ser respeitado. Progressivamente, no entanto, conforme aquele costume ia deixando de ser acatado ou nas terras em que as fazendas tentavam estabelecer seus domínios, os lavradores passavam a ter que trabalhar como parceiros, a pagar pela condição ou iam sendo agregados. Essas relações os subordinavam às famílias mais “fortes”, que impunham condições de acesso para determinadas terras, como vimos, mesmo nos casos em que possuíam a documentação que comprovava seu direito ou haviam titulado suas posses, arcando até mesmo com o imposto fundiário que incidia sobre as terras.

Quando seu direito era definitivamente invadido, os lavradores passavam ainda a outras condições, aparecendo eles como os invasores das terras das fazendas, como antigos empregados que se tornaram dispensáveis ou ocupantes que deixaram de ser tolerados. Podiam ainda, dependendo de como os conflitos se desdobrassem, se transformar em despejados judiciais, serem expulsos pela violência direta ou terem que recorrer à justiça, confrontando, finalmente, a legitimidade do seu direito de apropriação com o domínio imposto por vias cartoriais ou diretamente pelas fazendas.

Concomitantemente e inclusive desencadeando muitas das mudanças que os lavradores sofriam no exercício do seu direito sobre a terra trabalhada, as condições de apropriação fundiária das fazendas também não eram estabelecidas definitivamente. Aparecendo muitas vezes como grandes proprietários de terra, os mesmos foram caracterizados no depoimento de Vicente como pessoas ou famílias que impunham seu domínio fundiário pela força, instituindo a propriedade efetiva quase sempre por meio de irregularidades cartoriais. Consequentemente, foram identificados também como falsos fazendeiros ou até mesmo como “grileiros”, mas, em nenhuma circunstância, como proprietários legítimos.

Na narrativa de Vicente, os lavradores também não foram identificados como pequenos proprietários, pois apenas em casos muito específicos possuíam escrituras reconhecendo suas terras como propriedade privada. Diferentemente, quase sempre a legitimação das posses formadas, herdadas ou compradas (nesse caso, eventualmente reconhecidas por compromissos de compra e venda lavrados em cartório, mas não por escrituras) se perpetrava por meio da sua titulação, vinculada ao pagamento do imposto territorial. Caso em que os lavradores adquiriam a denominação de posseiros. Em seu depoimento, Vicente assinalou o impacto do processo de titulação das posses em Mato

Grande e São Miguel: “Quando veio o [Instituto Brasileiro de Reforma Agrária] IBRA, o povo animou. Entusiasmaram com o IBRA, que dava direito das pessoas declarar aquelas áreas de terra. Então, muitos declarou suas áreas. Outros já tinha mesmo as escrituras. Todo mundo entrou pra dentro, mesmo, da área e estão aí até hoje” (1993: 12).

Mesmo sua caracterização como um lavrador apareceu no depoimento dado por Vicente unicamente como resposta ao processo judicial, que proibia o prosseguimento da plantação em Mato Grande e São Miguel: “Aí chegou essa ação de atentado, que nós não podia plantar. [...] Então, eu falei com a turma assim: ‘Gente, eu não sou pedreiro, eu não sou carpinteiro – que é umas profissão baixa, que qualquer um aprende. Eu não sei elas. A minha profissão é lavrar a terra. Minha mãe trabalhou em roça, comigo no ventre. Eu vou trabalhar, não posso ficar com fome e deixar meus filhos morrer de fome. [...] Eu falei com a turma: ‘Olha, o meu recurso é trabalhar’. E não conversei mais. Meti o cepo pra trabalhar. Roci esse mato por aqui acima, a turma também meteu o ferro pra lá, e plantamos” (1993: 29).

Na introdução do livro em que foram publicados os depoimentos de Vicente, Margarida Maria Moura, uma das responsáveis por entrevistá-lo, também discutiu as mudanças que ocorriam no Vale do Jequitinhonha tanto nas condições de apropriação fundiária como nas formas de submissão ao domínio das fazendas. Conforme a autora argumentou, de acordo com as relações costumeiras, “ter um *situ* [dava] ao seu dono a condição de *situante*, ou *uma situação*, isto é, um espaço que é resultado do seu trabalho” (1993: 7, grifos no original). Aquela “situação” livre, mesmo ameaçada pela possibilidade de ampliação do domínio controlado pelas fazendas, se opunha à condição do agregado, que tinha que estar constantemente à disposição do fazendeiro. Os sitiantes, por sua vez, também sofriam demandas divisórias, que apenas raramente chegavam à tomada da pequena propriedade inteira. Assim, para Moura, com a modificação nas condições de apropriação fundiária impostas pelas fazendas, a “situação” suportava “a barra mais pesada das ações de despejo que podem acabar com a expulsão dos seus habitantes” (1993: 8).

Com a aniquilação da “situação”, as fazendas tentavam se formar rapidamente, se legitimando com irregularidades cartoriais para depois ser vendida para as grandes companhias ou ter suas terras dedicadas exclusivamente à plantação de pastagens, antes mesmo que os situantes pudessem proceder à regularização fundiária das suas posses. Segundo a interpretação da autora, “é assim que a fazenda dispara o tiro de misericórdia contra as populações mais fracas, com a finalidade de anexar as últimas terras fortes que deseja transformar em pastos ou plantações homogêneas. Ou, dito de outra forma, a fazenda

não reconhece mais as relações entre o proprietário e os vizinhos, mas desencadeia a violência contra os mais desfavorecidos, a fim de apropriar-se do que não lhe pertence” (1993: 9).

Em conformidade com a análise da autora, as disputas, nomeadamente as jurídicas, sobre quem tinha ou não o direito sobre os “situs”, não ficaram restritas à questão de terra. Com os situantes submetidos a trabalhar de condição ou pagar percentuais do seu produto para as fazendas, sua liberdade na posse ia sendo descaracterizada, passando a ser comumente enquadrados como parceiros, sobretudo em processos judiciais. Assim, o que era uma questão de terra foi sendo transformada em demanda trabalhista, à medida que situantes e posseiros invadidos passaram a ser tratados como ex-empregados, que eram dispensados quando deixavam de ser necessários para a reprodução das fazendas. Para Moura, contudo, a luta que travavam almejava justamente recusar sua redução à condição de trabalhadores: “Chamar o situante de *trabalhador rural* é apenas uma forma de dizer que ele tinha pouca terra, que sua situação é igual à de um sitiante desvalido, que sua propriedade registrada no Foro tem dimensões inferiores à do módulo rural. Os advogados dos situantes procuram reforçar a legitimidade jurídica e política do Sindicato de Trabalhadores Rurais como instância mediadora de conflitos *de terra*, e não apenas de conflitos trabalhistas. Porque o conflito é de terra, antes de ser de trabalho” (1993: 10, grifos no original).

Naquele contexto de mudança das condições de apropriação das terras e de subordinação ao domínio das fazendas, em que muitos inclusive perderam totalmente a possibilidade de se manterem numa “situação”, também em Turmalina, a organização dos posseiros acabou culminando na formação de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo uma reportagem publicada pelo jornal *Geraes*, a articulação dos lavradores, intensificada em torno dos conflitos fundiários como os de Mato Grande e São Miguel, sobretudo a partir de 1970, foi decisiva para a fundação da entidade: “A mobilização que se desenvolveu [em torno do despejo e da resistência dos posseiros em Mato Grande e São Miguel] vai desembocar na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, em 01.07.78. Aí a luta ganha outro corpo e dimensão e passa a ganhar apoio na região e no Estado”³⁹. Em uma das reuniões dedicadas ao problema, bem como às precárias condições de trabalho nas empresas reflorestadoras, oitocentos trabalhadores rurais principiaram as primeiras discussões referentes à elaboração do estatuto de um sindicato para aquele município.

³⁹ O conflito de terras de Mato Grande e São Miguel. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, nov. 1984, p. 4 (Abner; Martins; Silby, 2011).

Nesse encontro foram definidas ainda as atividades que a futura diretoria desenvolveria. Teve destaque entre aquelas atribuições um trabalho “junto às diversas comunidades, no sentido de criar os meios de resistência dos camponeses contra a apropriação e domínio do campo pelas grandes empresas reflorestadoras”⁴⁰. Tendo sido assinalado, inclusive para justificar a necessidade daqueles processos de formação, “o exemplo das 57 famílias de Mato Grande, ameaçadas de expulsão de suas terras pelo grileiro ‘Nêgo Véio’, intermediário da empresa estrangeira Suzano Fefer, produtora de celulose entre outros produtos”⁴¹.

Em outra matéria, os editores do *Geraes* entrevistaram Vicente Nica, entre outros trabalhadores e líderes camponeses, para que falassem sobre as condições de vida dos posseiros. Além de descrever diversos problemas vividos pelas comunidades onde desenvolvia seu trabalho de base, ele destacou a importância da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na organização da luta dos posseiros: “Porque eu sou um posseiro, e muito luto prá que num perca ao menos esse direitinho de posse. Porque inclusive aqui dentro da cidade eu nunca achei um homem que me ajudasse a defender os meus direitos, a não ser um padre que veio aqui nesse município, que se não, até criação dentro das minhas roças, tinha comido tudo. [...] Estamos lutando aqui com as maiores dificuldades, ao menos prá ver se nós consegue um sindicato do trabalhador rural. Tá dando trabalho, que o povo já chegou a um nível que tem cisma de tudo. Tudo que aparece prá eles é isso, é aquilo, é outra coisa e os coitados fica lá pelo mato, sem saber o que faz, sem nenhuma decisão e, além disso, amedrontados”⁴².

Na sua narrativa publicada em livro, Vicente assinalou ainda o papel das ações judiciais como mecanismo utilizado pelos posseiros, para que pudessem se defender das invasões e expulsões. Apesar de declarar que “a justiça tem sido uma justiça de rico, toda a vida foi” (1993: 25), ele assinalava a necessidade de acioná-la, como único meio para defender as posses da tentativa de consolidação da propriedade pelas fazendas: “Como diz, com todas as falhas que existe dentro do nosso código judiciário, tem ajudado muito. Porque se a gente bobear, não reivindicar, mesmo, não estar em cima, fica pra trás. Tem que estar firme, exigir. Se não, o que tiver perde. Foi grandes coisas nós ter entrado na justiça. Que se nós não entra na justiça, conforme nós aqui reunimos e entramos, contra essa turma grande,

⁴⁰ Trabalhadores de Turmalina se organizam. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, mai. 1978, p. 9 (Abner; Martins; Silby, 2011).

⁴¹ Trabalhadores de Turmalina se organizam. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, mai. 1978, p. 9 (Abner; Martins; Silby, 2011).

⁴² A vida dos posseiros. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, jun.-jul. 1978, p. 8 (Abner; Martins; Silby, 2011).

nós não estava, nós não estava aqui mais, não. Já tinha sido despedido todo mundo daqui” (Alves *et al.*, 1993: 26).

Assim como destacou o papel da organização popular e o apoio dado pela Igreja Católica em Turmalina, para que resistissem aos despejos: “Do nosso lado, tem o padre Silvano. O trabalho dele é bom. Ele é uma pessoa que, como diz a história, não ofende ninguém. Ele luta a favor. [...] Não só ele, também os outros padres, aqui de Minas Novas, são boas pessoas. Eles têm ajudado, andando muito pela zona rural, falando muito sobre os direitos do povo. [...] Eles estão despertando o povo” (1993: 31). Além dessa constante instrução sobre os direitos, a Igreja também atuara criando muitas comunidades de base espalhadas pelo município de Turmalina, sobretudo na zona rural, em cuja organização Vicente havia participado ativamente. Como assinalou em seu depoimento: “Se eu conseguisse um salário mínimo ia parar de mexer com roça e ficar por conta das comunidades de base. Isso aí há muito tempo que eu tenho pelejado. Os voluntários que já andou aqui na região, e muitas outras pessoas que andaram, eles acham que eu tenho grande facilidade de falar com o povo” (1993: 31).

Todo esse envolvimento político permitiu que Vicente sistematizasse suas perspectivas de luta pela terra num projeto que chamou de *Terra Comum*. Segundo sua narrativa, muitos egressos da zona rural, inclusive saídos de Mato Grande e São Miguel tinham vontade de voltar: “Eles dizem assim: ‘Se eu possuísse uma área de terra, pra mim trabalhar, eu não estava na cidade’” (1993: 32). Por isso, o projeto previa a aquisição de algumas posses que estavam à venda na própria comunidade, de viúvas de posseiros que haviam morrido e que não tinham mais condições de permanecer nas terras, o que Vicente acreditava inclusive contribuir para defendê-los: “Mas pra deixar um outro de fora entrar, então, é o melhor jeito. Pra não vir ninguém, como diz, espremer os outros. [...] A gente queria até arrendar a terra, pras viúva ficar tendo o direito na terra. Mas elas não quer mais acompanhar a demanda, algumas já estão com 60 e tantos anos, e disse que não vai atender mais intimação de juiz” (1993: 33).

A perspectiva de Vicente era que nas terras eles desenvolvessem tanto a produção coletiva como a individual, “porque o povo aqui são assim, fica vexado de quebrar uma espiga de milho, fica vexado de comer qualquer uma fruta verde, porque a lavoura é comunitária” (1993: 34). E que a produção fosse distribuída de acordo com o trabalho dispensado por cada um, com turnos organizados pela Associação dos Moradores de Mato Grande e São Miguel, “porque aí, a pessoa, por si mesma, se esforça para trabalhar” (1993: 34). Para o posseiro, apesar de ele ter destacado que seus quase quatro alqueires de terra

agricultável eram suficientes para sustentar sua família, o projeto interessava ainda por permiti-lo ficar mais próximo dos seus companheiros: “Eles vivem alegando aí que eu não trabalho junto com eles, vivo só andando. Então é pra estar mais unido com eles, discutir os problemas, né?” (1993: 35).

Indo além do caráter mais imediato daquele projeto, destinado a permitir o retorno para a comunidade dos que tinham perdido suas terras, Vicente apostava também numa proposta de reforma agrária que fosse discutida “pelos trabalhadores rurais, assim como eles querem e precisam” (1993: 35). Na sua perspectiva, todas as terras do país deveriam ser redivididas em lotes que variassem de 25 ha a 100 ha, no máximo, “porque existe alguns latifundiários, não muitos, que têm prazer de cultivar a terra. Mesmo que eles tenham lá suas propriedades, na cidade, mas gostando de cultivar a terra, deve ter esse direito. [...] Pra gente tirar a terra desse homem, todinha [...] eu acho que não seria legal. Deixe ele lá com seus 100 ha de terra, e o restante vamos distribuir para quem quer trabalhar” (Alves *et al.*, 1993: 35).

A reforma agrária deveria contar também com a disseminação do apoio técnico agrícola, mas, conforme argumentou Vicente, “sem essa conversa de ‘você tem de plantar nessa terra é isso’. Não. A pessoa que vive na terra é muito técnica, ela conhece até as áreas que produz esses tipos de cereal, e outro, aquele outro. [...] Então tem de ouvir os trabalhadores nessa parte” (1993: 35-36). Na sua perspectiva esse apoio contribuiria tanto para multiplicar a produção de alimentos como também para auxiliar na estruturação das cooperativas agrícolas, que permitiriam garantir a distribuição e a comercialização da produção. A reforma agrária deveria garantir, além disso, as condições de permanência da população no campo, sobretudo uma melhoria do atendimento médico e a possibilidade de escolarização completa na própria zona rural.

Para Vicente, somente um apoio assim incentivaria novamente a produção de lavouras, enfraquecida pelas dificuldades de muitos não terem terra o suficiente para reproduzir suas famílias; da terra não ser suficientemente fértil, nem os lavradores contarem com instrumentos e técnicas mais aprimoradas de cultivo, de modo a viabilizar a produção de um excedente que pudesse ser comercializado; além da dificuldade de não conseguirem auferir preço suficiente para reproduzir a produção comercializada: “Toda vida foi uma produção assim, mais mínima, porque até uma certa altura aí, o pessoal dizia que quem encarasse uma lavoura estava perdido, por causa de não haver preço para as mercadorias. Até produzia muito, naquele tempo, porque havia matos bons de plantar. [...] Hoje, não, reduziu muito. [...] A terra, a gente aplicando alguma técnica, tipo de semente, mesmo adubo químico, que o povo começou a usar, aí produz mais um pouco. De jeito que, agora, o povo está

começando novamente a querer partir pra lavoura. Mas a maioria do povo queria viver era de comprar um boi, ou um porco, vender, comprar um burro, vender, isso aí. Eles não queria muito aprofundar com lavoura” (1993: 45).

Com essa breve exposição, apresentamos alguns impactos, sobretudo relativos aos conflitos fundiários desencadeados pelas mudanças ocorridas no Vale do Jequitinhonha a partir de meados do século XX em Mato Grande e São Miguel e outras comunidades rurais de Turmalina. Assinalamos ainda algumas perspectivas de luta e transformação das condições de reprodução camponesa formuladas por Vicente Nica, a partir de um ponto de vista bastante diferente do imposto pela expansão do desenvolvimento capitalista no Vale do Jequitinhonha. O posseiro discutiu as antigas condições de apropriação da terra em sua comunidade, assim como o processo de transformação das mesmas, buscando identificar quais forças sociais e políticas produziram determinado contexto de mudança, que parecia poder ser disputado em favor de melhores condições de sobrevivência para os lavradores. Encadeados num plano de reforma agrária, Vicente identificou como necessidade o aumento da oferta de serviços públicos básicos no campo, como saúde e educação; a implantação de um suporte técnico condizente com as formas de produção tradicionalmente empregadas e com os imperativos da organização comunitária; além da oferta regular de crédito e da garantia de escoamento da produção.

José de Souza Martins, no capítulo de abertura do seu livro homônimo, intitulado *Os camponeses e a política no Brasil*, publicado no ano de 1981, também discutiu diferentes condições de apropriação da terra no Brasil; assim como as transformações provocadas não somente pela expansão do desenvolvimento capitalista no campo, mas também pelas lutas camponesas que emergiam em todo o país, disputando um sentido para aquelas mudanças. Segundo o autor, o rompimento daquelas relações sociais de produção e de poder teria provocado modificações inclusive na maneira de nomeá-las. Inicialmente existiam no país uma série de “denominações próprias, específicas até em cada região” (Martins, 1981: 21) para um conjunto de trabalhadores bastante parecidos que, em outros países da América Latina ou mesmo na Europa, eram então identificados como camponeses.

Caipira era umas dessas palavras famosas, com origem indígena, utilizada para designar camponeses de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul, enquanto os do litoral paulista eram conhecidos por caíçaros. Assim também, tabaréu era palavra usada no Nordeste e caboclo identificava, quase sempre de forma depreciativa, diferentes situações, em diferentes épocas ou lugares: o mestiço entre indígenas e europeus, na São Paulo seiscentista, pagãos, assim diferenciados dos cristãos no Norte e Centro Oeste

do país, além de trabalhadores rurais e homens do campo nas mais diversas regiões. Ambíguas, essas palavras eram utilizadas, conforme argumentou Martins, para fazer referência aos que viviam no campo, afastados das povoações e cidades, assim como para identificá-los como rústicos e atrasados, como ingênuos ou até mesmo como preguiçosos e gente avessa ao trabalho.

Com o tempo, foram progressivamente desaparecendo do vocabulário cotidiano, ficando cada vez mais restritas aos dicionários e uso dos folcloristas, num processo que, segundo o autor, foi desencadeado pelo próprio caráter depreciativo e ofensivo daquelas expressões. Martins destacou, contudo, como ainda mais significativo, “que a progressiva inutilidade dessas palavras tenha correspondido aproximadamente ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate político nacional” (1981: 22). Assim também, foram desaparecendo as denominações utilizadas para identificar regionalmente os proprietários de terra, chamados de estancieiros, no Sul, senhores de engenho, no Nordeste, seringalistas, no Norte e fazendeiros, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás ou Paraná, perdendo sua significância diante da identificação dos mesmos como latifundiários.

Esse contexto foi marcado pela emergência das palavras camponês e campesinato, “das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta” (Martins, 1981: 21). Assim, aquelas palavras novas passaram a ser empregadas para expressar situações sociais de classe, buscando conferir unidade para os conflitos fundiários que se desenrolavam por todo o território nacional, assim como, uma identidade para a resistência e a luta dos lavradores. Eram, consequentemente, palavras políticas: “Não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico” (Martins, 1981: 23).

Enunciando o problema dessa maneira, Martins procurou contrapor abordagens que importavam de outras realidades históricas, sobretudo do campesinato russo do final do século XIX, concepções para explicar a situação do meio rural brasileiro e de suas lutas, transplantando um entendimento estrangeiro para o destino do camponês, que então se forjava. Além de contestar a perspectiva de autores como Caio Prado Jr., que, apesar das críticas pertinentes à abordagem anunciada acima, consideravam os camponeses meros personagens da decomposição feudal, muito diferentes da população rural inserida em

fazendas que produziam para exportação, cujas relações de trabalho se aproximavam muito mais com o assalariamento.

Para justificar sua discordância com essa última abordagem, o autor destacava o fazendeiro brasileiro como um personagem duplo, ao passo negociante e proprietário de terras. Se isso dificultava o artifício de pensar no mesmo como um rentista, obrigava a reconhecer que seu lucro incluía também a renda capitalista da terra, condição que o afastava do burguês num sentido estrito. Do mesmo modo, a relação concreta e contraditória dos colonos das fazendas ou dos moradores dos engenhos não podia ser reduzida ao assalariamento, uma vez que implicavam, para dar um exemplo, em formas de remuneração que combinavam o pagamento de diárias, o trabalho gratuito e a produção direta de meios de vida.

Assim, para Martins, o que estava em jogo com as transformações nas formas de apropriação da terra, nos conflitos fundiários e nas lutas políticas decorrentes daquelas mudanças, assim como na modificação das próprias nomenclaturas que identificavam cada uma daquelas formas, era a emergência do campesinato como classe, assim como do seu conflito contra os latifundiários e pela terra. Assim também para a liderança camponesa Vicente Nica, que apesar de não ter formulado o problema nesses termos, se preocupava nomeadamente que aquelas mudanças ocorridas no Vale do Jequitinhonha, ao invés de culminarem simplesmente em expropriação e êxodo rural, pudessem ser revertidas para a melhoria das condições de reprodução dos posseiros.

Ou seja, ambos reconheciam, mais ou menos implicitamente, transformações nas antigas formas de apropriação da terra e nas relações de produção, que iam sendo homogeneizadas no processo de expansão do desenvolvimento capitalista no Brasil. Eles contrapunham, contudo, um pacto político fundamentalmente urbano, que precedeu a emergência do golpe militar no país e, de acordo com Martins, procurava instituir a generalização do assalariamento, como motor da industrialização e do crescimento da economia nacional, para alguns, e, para outros, como formação da classe social verdadeiramente revolucionária. Esse pacto apoiado por grande parte da *intelligentsia* de esquerda excluía os camponeses, impondo uma hegemonia proletária, conforme argumentou o autor, numa perspectiva bastante diferente da unificação dos conflitos que atingiam agregados, posseiros e situantes no Vale do Jequitinhonha, mas também colonos, foreiros e moradores, entre outros, por todo o país, em uma mesma luta camponesa.

Assim, por um lado, o autor criticou a generalização da expropriação e do assalariamento como condição para a formação de uma classe revolucionária. Por outro,

recusava as abordagens conservadoras, que não pautavam a superação das relações políticas de dependência e das formas tuteladas de apropriação da terra, cuja crise foi sintetizada por invasões e expulsões, bem como pelos conflitos fundiários decorrentes delas, mas que poderiam vir a ser definitivamente superadas pela emergência da reforma agrária como condição de realização de um campesinato autônomo. Ou seja, na perspectiva de Martins haviam de ser superadas aquelas particularidades regionais das formas subordinadas de apropriação fundiária, em favor de uma identidade de classe, muito diferente, todavia, da constituição do proletariado.

Nessa discussão, as diferenças entre as perspectiva que viemos apontando anteriormente nas análises acadêmicas investigadas revelam seu aspecto político. A contraposição entre os estudiosos que afirmavam a constante possibilidade de recampanisação, associada a uma função permanente da expropriação e da formação de capital na reprodução ampliada e aqueles que identificavam um processo generalizado de superação da acumulação primitiva pela acumulação capitalista veio à tona no Brasil igualmente como disputa entre estratégias contrapostas de superação daquelas condições subordinadas de reprodução social. Com isso, desdobramos outra dimensão das questões provenientes daquele conjunto de análises sobre as transformações nas condições de reprodução social no Vale do Jequitinhonha, cuja discussão também aprofundaremos posteriormente.

1.5. Os conflitos provocados pela chegada da Acesita em Jabuticaba

Ainda que tenhamos discutido uma série de interpretações diferentes para as transformações ocorridas no Vale do Jequitinhonha na segunda metade do século XX, a implantação de empresas na região, sobretudo das companhias reflorestadoras, foi uma questão presente em quase todas as análises. Mesmo as abordagens que primaram por evidenciar uma crise imanente ao sistema de reprodução social anteriormente em curso, destacaram o modo como o avanço daquelas culturas, ditas comerciais, contribuiu para agravá-la. Assim também no depoimento de Vicente Nica, que apontou o rompimento de antigas condições de apropriação fundiária provocado por mudanças no modo como as fazendas impunham seu domínio; sem descartar, contudo, que os conflitos em Mato Grande e São Miguel foram acirrados de maneira decisiva com a tentativa de legitimação das terras com vistas à sua comercialização com a empresa Suzano, que se instalava em Turmalina.

A implantação de reflorestadoras, sobretudo da empresa Acesita, também impactou bastante as condições de apropriação da terra na zona rural de Minas Novas. Domingos Pereira dos Santos⁴³, lavrador, que atuou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município por muitos anos e atualmente coordena a Micro-confederação de Associações Comunitárias de Minas Novas (Confracom), narrou alguns conflitos provocados pela implantação da companhia em Jabuticaba, comunidade em que mora até hoje. Segundo Domingos, *“a chegada dessas empresas que nós conhecemos como a Acesita Energética foi em 1974 ela chegou aqui com o intuito de geração de emprego. Convencendo as pessoas mais velhas de que ia trazer emprego aqui para a região e invadiram a maioria das terras que nós tínhamos aqui na região por falta de conhecimento dos antecedentes. Porque na época não tinha, vamos dizer bem a verdade, não tinha apoio nenhum da justiça, não conhecia justiça, sindicato também nem existia, que era lá fraquinho, né? Não tinha o trabalho de organização que tem em seguida”*.

O modo como Domingos iniciou sua narrativa sobre a implantação da Acesita na comunidade de Jabuticaba retoma algumas problemáticas assinaladas no depoimento de Vicente Nica: os conflitos fundiários desencadeados pelas formas de apropriação da terra empregadas pelas empresas, o despreparo dos lavradores para enfrentar aquela situação, o posterior desdobramento da sua organização política. Além dessas questões, ele destacou ainda a promessa da criação de empregos empenhada pela empresa, legitimando sua implantação como uma alternativa para tirar da miséria a população de uma região sistematicamente representada por sua carência extrema. Como vimos em algumas das reportagens da imprensa apresentadas nesse capítulo, a perspectiva de redenção do Vale do Jequitinhonha de um estado crônico de pobreza, por meio do seu desenvolvimento econômico, amparava também o intervencionismo estatal, destinado a impulsionar a implantação das companhias naquela região.

Margarida Maria Moura (1988), quando discutiu os rótulos atribuídos ao Vale do Jequitinhonha, tratou de afirmar a necessidade de distinção entre a pobreza concreta e a pobreza ideológica da terra. Para a autora, por um lado, *“a pobreza ideológica da terra é representação transversa à sociedade agrária e às políticas estatais que perpetuam a ideia de que solos pouco produtivos, agredidos ora por secas ora por enchentes, explicam a dependência do lavrador [...]”* (1988: 5). Por outro lado, os lavradores faziam-lhe constantemente menção à sua condição de pobres, mas sempre com decência, pois tinham

⁴³ Domingos tem 67 anos. DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

roças para plantar, casas para morar e comida para comer. Portanto, não se consideravam “pobres absolutos”, como nos planos do governo. A expressão ‘pobre absoluto’ melhor se adequa, recentemente, ao *expulso* da terra e ao *invadido*, já que é justamente nos dias presentes que suas roças e lavouras são estancadas” (1988: 5, grifos no original).

A análise da autora pode ser desdobrada, de modo a problematizar o compromisso de geração de empregos utilizado pela Acesita para justificar sua implantação na região. Sem detalharmos agora as condições de reprodução social que precederam a chegada das reflorestadoras no Vale do Jequitinhonha, podemos partir da afirmação de Moura de que aqueles lavradores eram pobres, ainda que do ponto de vista dos mesmos, tivessem as condições para se reproduzirem com decência. Que eles representassem a si mesmos como pobres, podia até ser resultado de uma situação de falta ou carência que, contudo, não inviabilizava sua sobrevivência. Expressando provavelmente uma comparação no contexto social em que estavam inseridos, essa identidade se assemelhava à definição de “fracos”, sistematicamente usada pelos lavradores até hoje para fazer referência à sua condição, em oposição aos “fortes”, que antes detinham especialmente o mando político ou o controle fundiário, mas cuja definição parece se tornar, cada vez mais, adequada para os que têm dinheiro.

Assim, mesmo que, comparativamente, aqueles lavradores não tivessem tanta condição, não era a falta de emprego que determinava a situação de carência em que se inseriam. Tinham terras para morar e plantar e faziam lavouras para alimentar a família. Passaram a precisar de emprego somente quando foram desencadeadas as invasões e as expulsões responsáveis por deteriorar sua sobrevivência, a ponto de empurrá-los, por exemplo, para a migração temporária. Nesse processo, não emergiu apenas o trabalhador destituído de outras condições de reprodução que não implicassem na venda da sua força de trabalho, mas também a terra, como uma fonte de rendimentos aparentemente autônoma, consolidada como propriedade privada. Ou seja, para que a terra e o trabalho se tornassem fatores de produção cujas oportunidades de emprego apareceriam de maneira separada, a autonomização entre os lavradores e as suas antigas condições de apropriação fundiária e reprodução social foi imprescindível. Apenas a partir daquele momento emergiria entre os mesmos a falta de trabalho ou a dificuldade em se empregar, pautando sua reprodução como a de pobres trabalhadores.

Também a partir daquele momento, famílias “fortes” e fazendeiros, falsos ou não, se tornariam efetivamente proprietários fundiários, evidenciando que o modo como eram denominados anteriormente não expressava exclusivamente diferenças regionais de

nomenclatura, mas principalmente condições de reprodução social cujo processo de imposição não repousava sobre a propriedade, nem como relação jurídica, nem como mecanismo de mobilização dos trabalhadores. O que não descartava o controle fundiário como a base da extração do mais-produto social, fundado, no entanto, numa forma de monopólio em cujas implicações nos aprofundaremos posteriormente. Não obstante, essa advertência permite retomar o conjunto de interpretações sobre as mudanças ocorridas no Vale do Jequitinhonha, assinalando a necessidade de problematizarmos não apenas as distintas maneiras como se articulavam terra e trabalho em condições particulares de reprodução social, mas, nomeadamente seu processo de constituição, como fatores de produção autonomizados. Ou seja, está em causa não somente como terra e trabalho eram combinados para produzir determinado arranjo de apropriação fundiária, mas também o processo que os conformou como propriedade, personificadas separadamente, de modo a estabelecer as condições de reprodução social atuais.

Sem embargo, não foi essa a principal crítica mobilizada por Domingos para definir como falso o compromisso da companhia, que não tinha conseguido criar empregos para todos aqueles que necessitavam. Argumentando de modo semelhante às interpretações acadêmicas que viemos discutindo, destacava a dificuldade da empresa em absorver trabalhadores na mesma proporção em que as terras haviam sido mobilizadas, bem como a escala decrescente daquela integração, sobretudo em função do desenvolvimento técnico dos processos produtivos empregados. Conforme argumentamos anteriormente, entretanto, o rompimento das condições de reprodução dos lavradores precedeu sua necessidade de emprego e as dificuldades que enfrentaram a partir de então para se reproduzirem como trabalhadores. O que também transpareceu na fala de Domingos, quando afirmava que o convencimento dos mais velhos acerca da necessidade da implantação da companhia foi sucedido pela invasão da maioria das terras na região, amparada ainda pela falta de conhecimento e organização dos lavradores para enfrentarem aquela situação.

Segundo o sindicalista, outro artifício utilizado pela Acesita para viabilizar sua implantação foi a caracterização das terras apropriadas pelos lavradores como devolutas, como terras que pertenciam ao Estado. Como a empresa também era estatal, ambos os discursos se confundiam, de modo a confirmar legitimidade à sua implantação e ao reflorestamento das terras, que passava inclusive a ser respaldado pelas autoridades locais. Para Domingos, *“as autoridades também, não sei se por malandragem ou por simplicidade, falavam para as pessoas: — ‘Ah, se vocês mexerem com essa gente, vocês perdem até suas*

casas. Aquilo é empresa do Estado. Aquilo é coisa que ninguém pode mexer'. E o pessoal se acomodou com aquela pressão. Nisso, a empresa foi se alastrando".

Acontece que grande parte dos lavradores tinha a documentação das suas terras, inclusive de áreas reclamadas pela Acesita para a instalação de suas atividades. Conforme assinalou Domingos, *"os documentos eram feitos em cartórios de títulos e propriedades, muitas vezes até bastante gente entra com ele registrado, mas toda a documentação que nós possuíamos citava águas vertentes. Águas vertentes? Na língua dos mais velhos, é subir aquelas montanhas, que eles moravam naquelas grotas de córrego lá embaixo, subir aquelas montanhas, chegar até a nascente daquela chapada, aonde a água corria para aquele lado, pertencia ao dono daquela propriedade".* Isso quer dizer que os documentos apontavam a demarcação divisória entre as terras de cada família, *"porque quando se fala em águas vertentes se fala em divisas. E vamos supor, pra ter mais clareza para você, era eu e Seu Enrico os donos daquela terra lá da Jabuticaba. Ele morava no Ribeirão do Meio e eu morava no Capivari. Então, a extrema lá era d'eu mais ele. Águas vertentes que vertiam pro Ribeirão do Meio era a dele e as que vertiam pro Capivari era a minha. Mas só que era só no papel, não tinha cerca, não tinha nada".*

Nesse sentido, o lavrador da comunidade de Jabuticaba argumentou que naquelas condições de apropriação da terra não importava o tamanho exato dos terrenos, mas, sim, a definição dos marcos divisórios com cada extremante: *"Daqui até ali é meu e dali pra lá é de fulano".* E argumentou também que os lavradores não apenas possuíam títulos com essas especificações, mas muitos deles possuíam também as próprias escrituras das terras apropriadas: *"Não, não é que não tinha escritura. Tinha escritura, sim. Eles não tinham formas de brigar contra a empresa. Porque eles tinham a escritura dentro de casa, sabiam que extremavam um com o outro, mas com a pressão que eles fizeram... Vamos ser claros: não tinha a quem recorrer e as autoridades que eles conheciam era delegado de polícia, você entendeu? Eles recorreram aos delegados de polícia para fazer uma reclamação. Os delegados da época ameaçaram: — 'Se vocês mexerem, vocês perdem até suas casas, porque aquelas terras não são suas'. Mas a pessoa não tinha condição de falar: — 'Não, é minha sim, eu tenho até escritura'. Não, não falava. Falava... Mas coronelismo você sabe como é, falar e não falar..."*.

Por sua vez, de acordo com Domingos, a Acesita não possuía os documentos de muitas das terras que ocupou: *"Eles não têm nada de documento. Eles podem ter alguns documentos, porque eles poderiam ter pegado alguém que vendeu uma cessão de herança, uma posse qualquer ou aquelas escrituras manipuladas. Mas eu tenho certeza de afirmar pra*

você que mais de 60% das terras que a Acesita ocupa aqui é invadida, não tem documento nenhum. Nem grilado tem. O que eu tenho conhecimento que ela tem aqui é um contrato feito com informações do advogado e da Ruralminas na época, que eu estava aqui no sindicato... Com informação da Ruralminas, o que ela tem aqui é um contrato de arrendamento por 20 anos. Um contrato feito com o Estado, um negócio assim. E que a partir de 20 anos ela já tinha... Já prescreveu. Isso foi feito em 1974". O lavrador questionava também, como o Estado podia ser dono das terras cujos documentos eram dos lavradores: *"Fez um contrato, eu num sei do termo que pode usar... Um contrato fajuto. Porque não podia fazer. Se fosse terra do estado ele podia fazer o contrato, mas como não era, tinham dono, como é que ele ia fazer o contrato com o que é meu? Foi o que aconteceu. Nós não pudemos discutir isso na justiça na época porque nós não tínhamos nem caminho. As portas da justiça não recebiam a gente, né? Era a ditadura, né? O problema é esse. Não é porque a gente não tinha documento"*.

O modo como a implantação da Acesita foi percebido por Domingos coloca novamente em questão discussões que foram levantadas no depoimento de Vicente Nica. Sobretudo o fato de ter sido a violência a efetiva legitimadora da apropriação das terras, caracterizadas como devolutas, pelas empresas e não mais pelos lavradores. Nos conflitos ocorridos em Mato Grande e São Miguel, a violência direta empregada pelos França na cobrança da condição ou nas demandas divisórias se somava aos constrangimentos empregados por juízes e advogados, quando os conflitos impostos aos posseiros evoluíram para uma ação de despejo. Como na narrativa de Domingos, o mando político coronelista desempenhado pelas famílias com mais "força" parecia se misturar à intervenção do Estado ditatorial. Ao mesmo tempo em que as portas da justiça estavam fechadas para os lavradores, advogados e juízes eram não apenas representantes como muitas vezes membros daquele conjunto das famílias "fortes", cujos interesses eles defendiam. Por sua vez, a atitude dos agregados que iam embora caladinhos, quando das expulsões promovidas pelas fazendas, assim como a indiferença entre falar e não falar, num contexto dominado pelo coronelismo, se confundiam ambos com a política do silêncio imposta pela ditadura militar.

Nessa combinação, não obstante, alguns elementos podem ser distinguidos. Primeiramente, o mando tradicionalmente utilizado pelas famílias mais "fortes" para reproduzirem uma condição privilegiada de apropriação fundiária se separava do intervencionismo estatal, na medida em que esse privilegiava a implantação de empresas nacionais e internacionais na região e a hegemonização de um padrão de acumulação que procurava superar o daquela oligarquia regional. Confundiam-se como políticas ambas fundadas na violência, cujos objetivos, todavia, pareciam se opor ou efetivamente se

contrapunham, ao menos até o momento em que a efetiva implantação das companhias constrangeu fazendeiros, “grileiros” e companhias a atuarem em conjunto. Como afirmou Moura, “a fazenda precisa da aliança com a empresa reflorestadora para sobreviver. Caso contrário, ela também estará ameaçada pelo grande poder econômico daquela. Assim, para a fazenda, ela é o inferno e o céu também” (1988: 4). Do mesmo modo, falsos fazendeiros, “grileiros” e cartórios foram todos intermediários fundamentais para que as companhias pudessem consolidar sua implantação naquelas terras.

O papel assumido por esses intermediários foi um tema bastante presente nas reportagens realizadas pelo jornal *Geraes* sobre a implantação da Acesita no município de Minas Novas, entre outros da região, ainda que nenhuma das matérias tenha tratado especificamente dos conflitos ocorridos na comunidade de Jabuticaba. Em uma entrevista realizada em 1978 com o vigário da paróquia de Minas Novas, o italiano José Láva, que residia no Brasil desde 1964, foi discutida a participação dos mediadores locais na comercialização das terras com as reflorestadoras: “[Vendiam] aos particulares por preços baixíssimos. Vendiam com engano, com promessas. Tive notícia que vendiam até por 50, 100 cruzeiros o alqueire. Quando estes intermediários revendiam para as companhias, chegavam a ganhar até 10, 20 vezes mais, certo que o problema não é legal, porque legalmente o posseiro cedeu livremente, embora possa saber que era medo de perder tudo. [...] Nesses dias eu conversei com o gerente da Acesita e ele reconheceu que seria mais vantajoso [ter comprado as terras diretamente dos posseiros], seja para as companhias, seja para os posseiros. Mas elas não podiam ocupar tudo de uma vez, então o intermediário chegava na frente e comprava. Soube de um, por exemplo, que gastou seiscentos mil e ganhou mais de três milhões. [...] Sim, era mais fácil [conseguir as terras através deles], era gente daqui, tinham mais confiança. Agora eu não sei se o intermediário era uma iniciativa particular ou um intermediário da companhia, reconhecido por eles, encarregado por eles. Um dos métodos que as companhias e seus intermediários usam muito é pegar comprovante de posse, a escritura, alegando que vai registrar apenas a chapada e registra tudo em seu nome”⁴⁴.

A articulação entre fazendas e empresas ocorria porque as próprias condições de reprodução das primeiras haviam se transformado: quando a presença dos lavradores no entorno da mesma foi deixando de ser necessária, em favor do pastoreio e da produção exclusiva do capim, os negócios com a terra passaram a assumir também dimensão especulativa, viabilizada justamente por aquele processo de autonomização que apontamos

⁴⁴ Viajando pelo Vale. A questão da terra. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, jun.-jul. 1978, p. 8 (Abner; Martins; Silby, 2011).

anteriormente. Como Moura também assinalou, “a fazenda visa à intensificação do plantio de pastos, à exclusividade da atividade pecuária, à especulação imobiliária, limpando a terra de homens que a ocupam com a roça, a casa e a despesa” (1988: 7). Ou seja, mudando seu negócio, formando fazendas que posteriormente eram comercializadas com as empresas que chegavam, fazendeiros procuravam se inserir naquele novo padrão de acumulação. Assim como progressivamente buscavam inserir, sobretudo seus filhos bacharéis, no corpo burocrático do Estado na condição de políticos, juizes, delegados, planejadores ou toda sorte de gestores, como estratégia de sua reprodução como classe dominante.

O que assinalava outra diferença entre o coronelismo e o Estado ditatorial militar, mesmo que ambos tivessem se imposto pelo exercício sistemático da violência direta. Por um lado, no coronelismo, podendo ser manejada diretamente por fazendeiros e coronéis, a violência se explicitava, por exemplo, na ação dos bandos de jagunço, para muitos, símbolos do Brasil rural e arcaico. Como também, ainda que mais sutilmente, nas muitas cercas derrubadas no Vale do Jequitinhonha, permitindo que o gado das fazendas se alimentassem das plantações dos lavradores antes da colheita. Ou nas muitas outras levantadas, dificultando o acesso dos lavradores às fontes de água, lenha ou pastos naturais. Por outro, na ditadura, mesmo caracterizado muitas vezes algo como um estado de exceção, do ponto de vista dos próprios direitos instituídos pelo Estado, o emprego da violência ficava monopolizado estritamente pelos corpos do Estado, cuja remuneração vinha para conferir a aparência de imparcialidade daquele exercício em favor de toda a população e não apenas alguns dos seus seguimentos, em particular.

Transformando-se a reprodução das fazendas, se modificavam igualmente aquelas condições de apropriação fundiária em que os lavradores também estavam inseridos. Com relação a essas mudanças, Domingos assinalou que *“a empresa prejudicou na questão que oprimiu a nós. Reduziu o nosso potencial de vida. Porque na verdade, quando você tem uma área em que você cria 100, 200 cabeças de vaca e só passa a poder ter 2, 3 porque a área está invadida, então acaba que é um conflito grande que ela trouxe e não está resolvido. Porque ter uma criação era um meio de sobrevivência. E essa alternativa foi sendo excluída da nossa mão. Porque a gente toda vida trabalha em regime de economia familiar. Mas, nessa época, essa produção agrícola que a gente tinha aqui, ela era pra sobrevivência, né? Ela nunca que sobrava pra você vender pra comprar uma roupa, pra comprar um remédio. Nós vendíamos uma vaca, dois bois, três bois. Pra construir casa, o dinheiro que nós tínhamos era gado que nós vendíamos, criado na chapada. Se nós fôssemos vender o milho que nós colhíamos, mais o feijão, o que é que íamos comer? Então o gado já é criado*

justamente pra sobrevivência, pra poder cobrir as outras receitas que a gente precisa, né? Então isso nós não temos mais. Que foi onde o corte de cana entrou, e hoje nós temos aqui a exportação de mão de obra. Na verdade, se for olhar a condição de vida que nós tínhamos aqui e a condição de vida que a gente tem hoje, claro que reduziu mais de 80%. A gente tem hoje o lugar onde mora. Mas aonde trabalha, aonde cria as criações que a gente criava, não tem mais”.

Os conflitos provocados pela chegada da Acesita no município de Minas Novas diferiram daqueles ocorridos em Mato Grande e São Miguel. Com a ação de despejo impetrada pelos França, os posseiros de Turmalina foram ameaçados de lhes serem expropriadas todas as suas condições de vida. “Situs” inteiros, lavouras feitas na parceria, moradas e roças de agregados seriam desapropriados em favor da propriedade exclusiva, cartorialmente comprovada, das fazendas. Em Jabuticaba, os lavradores não tiveram seus terrenos nas grotas ameaçados. Não obstante, tendo perdido efetivamente suas terras nas chapadas, onde a Acesita implantou o reflorestamento, sofreram a deterioração nas suas condições de reprodução a ponto de serem impelidos ao trabalho no corte de cana, como exemplificou Domingos em seu depoimento. O que evidenciava que não apenas nos casos de invasão ou expulsão, em suma, não somente em processos de expropriação integrais, as condições de reprodução dos lavradores do Vale do Jequitinhonha foram destruídas ou bastante dificultadas.

Essa questão passa necessariamente pela discussão de como se estabeleciam as condições de reprodução social em pauta, para cuja análise o depoimento de Domingos aportou problemas importantes. Diferentemente das interpretações que caracterizavam as atividades desenvolvidas nas chapadas como meramente destinadas ao autoconsumo, ele assinalou também a importância da criação pecuária como fonte de recursos monetários necessários para a obtenção, por meio da compra, dos meios de vida que os lavradores não produziam diretamente. Como a abordagem que apontava à inserção dos camponeses no mercado, mesmo restrita à circulação simples, como contingência daquelas condições de reprodução social, como afirmaram algumas das interpretações discutidas, a observação de Domingos exigia igualmente ultrapassar a perspectiva de uma produção de subsistência ou voltada exclusivamente para o autoconsumo da unidade familiar. Isso sem contar que o impacto daqueles conflitos nas condições de reprodução social em Jabuticaba teve ainda outros desdobramentos. Como veremos posteriormente, mesmo que Domingos tenha apontado a migração temporária e o assalariamento como uma alternativa às dificuldades de

sobrevivência enfrentadas pelos lavradores, o processo de transformação das condições de reprodução e apropriação da terra naquela comunidade não termina aqui.

1.6. A formação da Fazenda Alagadiço

A contraposição entre os conflitos ocorridos em Mato Grande e São Miguel, por um lado, e em Jabuticaba, por outro, evidenciam diferenças tanto com relação ao objeto e às personificações envolvidas nas disputas como aos desdobramentos das mesmas. Em Turmalina, a ação de despejo movida pela família França contra os posseiros representou o ápice da supressão da convivência entre aquelas formas diferenciadas e coexistentes de apropriação da terra. A tentativa de formação da fazenda com vistas à sua posterior comercialização ameaçou completamente as condições de reprodução dos lavradores, cujo direito de posse, como vimos, acabou sendo garantido judicialmente. Nesse caso, o reconhecimento das terras disputadas como devolutas permitiu o rechaço da propriedade privada que a fazenda tentava estabelecer definitivamente. Em Minas Novas, a chegada da Acesita expropriou efetivamente as terras de chapada dos lavradores de Jabuticaba, em que desenvolviam atividades compartes das suas condições de reprodução. Sem um processo judicial, as terras, também consideradas devolutas, foram cedidas pelo Estado em regime de comodato para a implantação da empresa, deslegitimando a posse dos lavradores sobre as águas vertentes e deteriorando as condições de sobrevivência dos mesmos.

Também no município de Minas Novas, o processo de constituição da Fazenda Alagadiço revela outros elementos para problematizarmos as transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX nas condições de reprodução social no Vale do Jequitinhonha. Como nas disputas ocorridas em Mato Grande e São Miguel, o conflito estabelecido entre os processos de apropriação fundiária dos lavradores e aquele dos fazendeiros se desdobrou por um largo intervalo de tempo, culminando igualmente na supressão da convivência entre ambas, determinada pelo advento da propriedade daquelas terras. Nas comunidades de Alagadiço, Quilombo, Santiago e São Pedro do Alagadiço, diferentemente, como veremos adiante, esse processo não foi imposto nem judicialmente, nem com base na violência direta.

Na divisa entre os municípios de Minas Novas e Capelinha se localizam aquelas comunidades, cujos moradores afirmam terem resultado da constituição de uma fazenda

naquela região. Para Vitor Costa⁴⁵, lavrador e neto de Honorato Costa, considerado o fundador da comunidade de São Pedro do Alagadiço, a formação daquela fazenda foi principiada pelos Pimenta, uma família “forte” do município de Capelinha. Segundo seu depoimento, Hermenegildo Pimenta, conhecido como Tima, havia se apropriado especialmente das chapadas daquela área, para utilizá-las na criação de gado “na larga”. Segundo Vitor, *“a região era um capão tão grosso que a criação andava solta. O rebanho ficava selvagem. Não era fácil pra um vaqueiro”*. Na Fazenda Alagadiço, Hermenegildo criava gado, éguas, cavalos e mulas que eram comercializados por tropas enviadas para os municípios de Teófilo Otoni e Novo Cruzeiro.

Marciano Soares⁴⁶, lavrador e morador da comunidade de Quilombo, assinalou contornos ainda mais remotos daquele processo de formação, afirmando que *“nenhum dos vivos conhece mais direito essa história”*. Segundo seu depoimento, para o seu pai Zé de Tiolino, antes daquelas terras serem passadas para Hermenegildo, tinham pertencido a Simiano Guedes: *“Tinha uma tal de fazenda ali embaixo, onde é que tem uma fundação. Chama Fazenda Alagadiço. O velho, meu pai, conta que lá tinha um homem que chamava Simiano Guedes. Ninguém sabe de onde é que esse homem veio. E diz que tinha até loja aí nessa região e depois passou para um tal de Hermenegildo Pimenta o que era a Fazenda Alagadiço. Mas aqui tudo era Fazenda Alagadiço. Inclusive que aqui tem ali lá uma fazenda que chama Camarinha que dependia do Alagadiço. Tinha outra que chamava Catucá que o Alagadiço também comprou. Alagadiço, isso aqui é muito grande, isso aqui é fazenda de mais de 5.000 ha”*.

De acordo com a lavradora Lourença Costa⁴⁷, filha de Honorato e moradora da comunidade de São Pedro do Alagadiço, no momento de formação da fazenda *“ainda existiam os escravos e eles trabalhavam na sede e nas lavouras”*. Segundo seu depoimento, *“os negros fugidos iam se esconder naqueles matos e aí começaram a povoação dos capões do Quilombo, do São Pedro. Os escravos vinham da Bem Posta, de Setubinha, daquelas fazendas e se aquilombavam nas outras grotas distantes. O domínio do Hermenegildo alcançava lá em Setubinha”*, comunidade localizada no município de Malacacheta. *“E teve muito escravo que entrou por dentro das terras dele”*. Com essa afirmação, Lourença

⁴⁵ Vitor tem 63 anos. VITOR COSTA. Entrevistas Registradas em Caderno de Campo. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

⁴⁶ Marciano tem 71 anos. MARCIANO SOARES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

⁴⁷ Lourença tem 75 anos. LOURENÇA COSTA. Entrevistas Registradas em Caderno de Campo. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

problematizava os limites ao processo de apropriação da terra e ao estabelecimento dos quilombos, impostos pela formação da fazenda. Vitor concordava com a pertinência da questão, assinalando, além disso, que muitos ex-escravos aquilombados terminaram agregados pelos fazendeiros da região.

Honorato Costa, conhecido também como Norato, havia nascido em Quaresma, comunidade também localizada no município de Minas Novas. Ele veio para a Fazenda Alagadiço depois de ter comprado uma gleba da fazenda de Tima, mais ou menos correspondente aos atuais limites da comunidade de São Pedro do Alagadiço. Marciano Soares afirmou que quando Honorato comprou aquelas terras, o lugar ainda se chamava Capão do Burro Morto, tendo sido ele mesmo a alterar o nome da comunidade: *“O avô de Vitor, que é aquele Vitor lá, sabe? Apegado, vizinho aqui comprou a outra parte lá, que se chamava Capão do Burro Morto que lá ele que mudou o nome para São Pedro do Alagadiço. Lá eu sei contar a história: porque lá no Capão, porque lá tinha muita cascavel, muita cobra e nós soltávamos lá os burros porque lá tinha muito capim. E aí, as cobras... A gente só gritava: — ‘Ai, agarrou um burro!’”*.

De acordo com o depoimento de Vitor, aquelas *“terras foram pagadas lentamente”*. Uma vez que seu avô não podia quitar o negócio à vista, Hermenegildo Pimenta aceitava *“fornecimento de mantimentos e de animais de criação como pagamento pela dívida”*. Conforme argumentou, para o fazendeiro *“a terra valia dinheiro pouco. Ele preferia seu rebanho crescendo com gado da criação dos outros”*. Por isso aceitava o gado como pagamento pela dívida, além dos mantimentos utilizados para alimentar vaqueiros, entre outros empregados da família de Tima, além de serem igualmente comercializados pelas tropas que negociavam a criação. Maria Rodrigues de Souza⁴⁸, moradora de Quilombo também destacou essa característica *“nas negociatas de terra”* feitas com Tima. Para a lavradora, ele aceitava receber os animais como pagamento pelas terras vendidas em Alagadiço porque *“ele tinha uma fazenda mais crescida em Setubinha e colocava lá aquele boi que o povo pagava”*.

Segundo Vitor, todavia, alguns outros lavradores que moravam nas terras de Hermenegildo tinham que pagar uma espécie de renda. Mas *“não eram só as dívidas de compra de terras, não. Tinham também os agregados que davam uma parte do que produziam. Até mesmo das criação eles davam. Das vacas, de cada quatro que nascia, um bezerro ia pro Tima”*. Os lavradores que moravam na fazenda tinham além disso que

⁴⁸ MARIA RODRIGUES DE SOUZA. Entrevistas Registradas em Caderno de Campo. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

empastar as terras onde terminavam de colher uma roça. De acordo com sua narrativa, era costume que *“depois da colheita do milho, saia o pasto para a criação”*. Essas pastagens eram cultivadas principalmente nas proximidades da sede da fazenda e utilizadas para alimentar bezerros e vacas que tinham parido, servindo ainda para alargar as pastagens e os domínios da fazenda.

Norato se encontrava, contudo, numa situação distinta daqueles outros agregados. Conforme argumentou Vitor, *“meu avô tinha sua terra e ninguém podia mandar ele pra fora”*. Mesmo assim, assinalou em seu depoimento que *“eles [tanto seu avô como os agregados] viviam em parecido trabalhando pra fazenda”*. Só quando Norato quitou a compra da terra, ele *“começou a mexer com sua própria criação. A terra era muito boa também e meu avô levava os mantimentos para vender na feira da cidade. A renda da lavoura valia muito a pena”*. Vitor assinalou, entretanto, as dificuldades para a comercialização dos produtos da lavoura no período: *“Tinha que carregar a carcunda das mulas e ir puxando as bichas caminhando daqui até em Minas Novas. Era muito diferente porque não tinha o [carro da prefeitura] feirante”*.

Norato não tinha sido, no entanto, o único a ter comprado partes da fazenda de Hermenegildo. *“Na verdade”*, como afirmou Vitor, *“Zé da Silva tinha sido o primeiro a comprar uma glebinha lá na parte da sede. Até a escola que tá lá quem construiu foi ele”*. Depois disso, Tima deixara o Alagadiço para se estabelecer numa fazenda que possuía na comunidade de Setubinha, em Malacacheta. *“Alguma parte da criação continuou naquela chapada que o pessoal criava para ele. Mas a terra que ele não tinha vendido foi ficando daqueles povo. Ninguém não sabia mais quem era o dono daqueles gados”*. Segundo seu depoimento, Zé da Silva, era *“bem mais ‘forte’ que o meu vô”* e *“ajudou muito Norato”*, inclusive emprestando a ele camaradas para trabalhar em suas lavouras, além de sementes utilizadas para fazer roçados, devolvidas somente depois das colheitas.

Além de Honorato Costa e Zé da Silva, que tinham comprado, respectivamente, o Capão do Burro Morto e a sede da fazenda, Zé de Tiolino também comprou terras no Alagadiço. Segundo Marciano, *“de um tal de Hermenegildo Pimenta que foi inclusive de quem pai comprou essa terra, mas que alguns conheciam ele por Tima”*. Conforme seu depoimento, no entanto, apesar da compra das terras, seu pai também trabalhava para a fazenda, sem que ele soubesse esclarecer exatamente que vínculo era mantido entre Hermenegildo Pimenta e Zé de Tiolino: *“Pai trabalhava para ele. Trabalhava quase naquele tempo de escravo. Sabe como eles pagavam pai? O pai trabalhava mexendo com gado, que eles criavam gado solto nesses matos aí, porque não tinha esses eucaliptos, aí eles faziam*

assim, o pai ficava cuidando das vacas para eles e quando tinha um bezerro, o meu pai tinha uma perna de cada bezerro. Dinheiro não entrava, não, senhora. O pai passava até fome nesses matos, porque nessa ocasião as coisas eram muito difíceis”. Marciano também afirmou “que criava tudo junto lá, porque ele não tinha como separar não, nesse cerradão. Tinha criação e eles precisavam correr até pegar, porque não sabia nem aonde ia parar. E não plantava ‘manga’, não. Não, se tratava de campo e as criações ficavam soltas nesse mato aí. Hoje que ninguém pode mais ter criação desse jeito, porque virou eucalipto”.

Naquele processo em que a Fazenda Alagadiço foi sendo dividida, alguns antigos posseiros permaneceram nessa condição, enquanto outros foram agregados pelos novos fazendeiros que chegaram. Sobretudo por Zé da Silva que, segundo a narrativa de Vitor, *“tinha força para ter os camaradas trabalhando para ele”*. Além de alguns camaradas, os filhos de Zé da Silva, Zé de Tiolino e Honorato da Costa também trabalharam nas terras compradas de Hermenegildo Pimenta, enquanto formavam as famílias que passaram a ocupar as grotas, consolidando, respectivamente, as comunidades de Alagadiço, Quilombo e São Pedro do Alagadiço. Conforme afirmou Vitor Costa, aquelas condições de apropriação fundiária, estabelecidas ainda na primeira metade do século XX, duraram até a década de 1970, quando o advogado Oswaldo Montenegro, vindo de São Paulo, começou a comprar terras naquelas comunidades. Zé da Silva vendeu tudo que tinha, inclusive a sede e as terras da comunidade de Alagadiço. Zé de Tiolino também se desfez do que era seu, vendendo as terras onde se estabelecera a comunidade de Quilombo. Apenas Honorato não quis comercializar sua parte, porque não aceitava passar à condição de posseiro ou agregado, nem ser obrigado a trabalhar para ninguém.

A negociação que precedeu a venda das terras dessas comunidades acordava que nenhum morador teria que deixar sua comunidade, pois todos seriam contratados para trabalhar na Fazenda Alagadiço, assim que ela fosse reestabelecida por Oswaldo. Consequentemente se tornaram posseiros novamente, conforme explicou Marciano, esclarecendo porque a primeira associação fundada na sua comunidade se chamara Associação dos Posseiros do Quilombo: *“Porque sim, porque pai arrendou a terra e ficou morando aqui então todo mundo tinha a consideração de posseiro. Então pai pegou, veio um cara lá de São Paulo, esse cara que é advogado velho chegou e o velho meu pai não tinha conhecimento. E aí ele induziu o velho meu pai, muita gente, não só meu pai. Foi só o avô de Vitor que não quis vender. Falou: — ‘Não, eu não posso a vender minha terra, porque eu tenho meus filhos, meus netos, por isso eu não posso vender as minhas terras’. E aí esse homem veio e chamava Oswaldo Montenegro, esse homem veio e foi comprando essas terras*

deste povo aqui ó. E falou: — ‘Nós estamos comprando a terra, mas vocês não precisam sair da terra, vocês podem ficar aí, porque nós precisamos de vocês para trabalhar aí’”.

Contudo, Vitor Costa destacou que as relações com Oswaldo eram completamente diferentes das que os antigos posseiros mantinham com Hermenegildo, porque eles “*não trabalhavam mais quase que nem escravos, sem receber nada*”. Ao contrário, todos os empregados contratados por Oswaldo Montenegro eram assalariados. Não obstante tinham permissão para fazer lavouras somente os posseiros que não trabalhavam registrados pela fazenda, tendo que pagar uma renda correspondente à metade da sua produção. Segundo Vitor, como “*o resultado das lavourinhas da região era muito incerto, o povo preferiu trabalhar para a fazenda, deixando de lado a roça*”. Em algumas situações, “*o marido fichava na fazenda e a mulher continuava na roça, indo na fazenda só pra trabalhar na safra*”, especialmente do café. “*Na fazenda tinha uma venda, onde dava pra comprar de tudo*”, conforme afirmou Vitor, entretanto, “*para os camaradas fichados o preço ficava a metade do que pagavam os outros moradores*” da fazenda.

Vitor acrescentou, ainda, que Oswaldo não estava sozinho no reestabelecimento da Fazenda Alagadiço, mesmo que tivesse sido o responsável por reunir todos os antigos documentos das terras. Nenhum dos entrevistados soube dizer ao certo se o advogado comprara aquelas terras para revendê-las em seguida para um grupo de italianos que se tornaram efetivamente os proprietários da fazenda ou se ele havia apenas mediado a transação, mas manteve as terras em seu nome, servindo como um “laranja” para a regularização da propriedade. Fabiano Xavier⁴⁹, primo de Vitor e presidente da Associação Comunitária de São Pedro do Alagadiço, reafirmou essa última suposição. Conforme argumentou, inicialmente Oswaldo Montenegro tinha ido para Alagadiço como um intermediário, comprar terras para os italianos que não puderam, no entanto, assumir a propriedade adquirida, porque eram estrangeiros: “*Então eles ficaram só com um documentozinho de 25 ha da sede, do hospital e da escola, que tinha ficado regular. O resto dos documentos o Oswaldo tinha levantado, mas não passou no nome de ninguém*”.

Ocorre que Oswaldo tornou-se o administrador de Alagadiço, que era inicialmente muito pouco frequentada pelos italianos, sobretudo até a construção de uma plataforma de pouso para aviões dentro da fazenda, o que, de acordo com Vitor, aumentou bastante a assiduidade das visitas. Além do campo de pouso, os italianos construíram também um hospital nas proximidades da sede da fazenda, que foi durante muitos anos o maior e mais

⁴⁹ Fabiano tem 46 anos. FABIANO XAVIER. Entrevistas Registradas em Caderno de Campo. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

bem equipado tanto de Minas Novas como de municípios vizinhos. Vitor se lembrava dos italianos dizerem que tinham vindo ao Brasil para a promoção de uma obra social vinculada ao hospital, cuja duração seria de 10 anos.

Nessa fazenda, os proprietários italianos, tendo a frente Oswaldo como seu administrador, passaram a criar gado, produzir café e os chamados produtos da lavoura “branca”, tais como milho, feijão e mandioca, além de todo tipo de legumes e hortaliças, possuindo especialmente grandes plantações de cebola e batata. Montaram ainda um matadouro e um frigorífico. Esses produtos, produzidos em larga escala, eram comercializados em Minas Novas e nos municípios vizinhos, mas não apenas. Segundo o depoimento de Marciano Soares, *“a gente trabalhava para eles, sim. Inclusive que contam que eles mexiam com lavagem de dinheiro aí. Isso pode ser de vera, porque isso aí ó, isso era um movimento danado, daí teve uma vez que eu trabalhava de fiscal aí, eles empregavam aí umas 500 pessoas nessa fazenda. Porque eles mexiam com gado, montaram um laticínio, só não plantavam eucalipto, mas eles mexiam com lavoura ‘branca’, eles plantavam feijão, arroz, batatinha, essas coisas de verdura, tomate. Você não sabe onde é que eles entregavam essas coisas? Eles entregavam lá em Feira de Santana, na Bahia. Carregavam um caminhão de verdura e punham dois motoristas para um parar na metade do caminho, voltar e o outro entregar lá. Eles mexiam com gado também. Quando essa fazenda parou, eles estavam com mais de 1.000 cabeças de gado”*.

Suspeitas sobre o caráter das atividades que eram efetivamente desenvolvidas na Fazenda Alagadiço apareceram em todas as entrevistas que realizamos com lavradores daquelas comunidades. Em uma pequena nota sobre o hospital existente na fazenda, que compunha uma reportagem do jornal *Geraes* sobre a situação da saúde em diversos municípios do Vale do Jequitinhonha, o tom de desconfiança ao tratar das atividades realizadas em Alagadiço também sobressaía: “Em plena chapada, entre os municípios de Capelinha e Minas Novas e, cercada pelos eucaliptos da Florestal Acesita, está a Fazenda Alagadiço, 20 mil hectares de terra e 70 km de cerca. Esta fazenda para muitos é um mistério, enquanto para outros é simplesmente mais uma fazenda, que presta um bom serviço à população. Por quê? Porque na fazenda, se encontra o mais moderno hospital da região, contando com 1 enfermeira, 1 dentista, 1 médico clínico e 1 cirurgião. Possui espaço para mais ou menos 15 internos, sala de parto, sala de operação e quarto de internamento para doenças contagiosas. Além disso tudo, tem outro fato interessante: todos os pacientes atendidos pelo hospital não pagam nada, independente de morar ou não na fazenda. Nela foi construído ainda, uma oficina para a mão de obra especializada e escola primária para 50

alunos. Seu dono é conhecido por Oswaldo Montenegro, morador em São Paulo que, juntamente com a Fundação Pietro Salini, resolveu prestar essa ajuda à região, conforme informações colhidas na fazenda e em outros locais. O que é a fundação? Pietro Salini, italiano muito rico, deixou um testamento. Nele dizia que uma de suas vontades, era a construção de um hospital numa região bem pobre. Para satisfazê-la, seu filho Simon Pietro Salini, sócio de Oswaldo Montenegro, criou a fundação”⁵⁰.

As suspeitas dos moradores da fazenda foram exploradas de maneira bastante sensacionalista por outros meios de comunicação. A *Gazeta de Araçuaí* publicou duas matérias sobre a Fazenda Alagadiço. Na reportagem intitulada *Matéria do Gazeta sobre a Máfia, feita há 12 anos em Minas Novas, vira reportagem do jornal da Record* (2013), o jornal reeditava algumas informações publicadas na matéria *Italianos são suspeitos de usar fazenda em Minas Novas para lavar o dinheiro da máfia* (2000), anunciando sua utilização pela Record⁵¹. De acordo com Sérgio Vasconcelos, jornalista responsável pela segunda matéria publicada na *Gazeta*, a fazenda comprada na década de 1970 pelo criador da Fundação Pietro Salini teria sido supostamente usada para uma série de atividades da máfia siciliana por mais de 20 anos, inclusive como esconderijo do criminoso Tommaso Buscetta. Um delegado de polícia aposentado, entrevistado pela reportagem, assinalou que o hospital construído cumpria o papel de ganhar a confiança da população. Numa das salas da administração do hospital, foram guardadas as mais de 8 mil fichas dos pacientes da zona rural atendidos pelos médicos italianos. A reportagem conjecturava ainda a possibilidade das instalações médicas terem sido utilizadas para o refino de entorpecentes, como a cocaína.

O repórter entrevistou também o antigo administrador da Fazenda Alagadiço, João Antônio Alves da Silva. Segundo seu depoimento, Pietro Salini recebia muitos políticos na fazenda, entre eles, o ex-governador Francelino Pereira, o então ministro e senador Murilo Badaró, o ex-prefeito de Belo Horizonte, Mauricio Campos, entre outros. Mais ou menos desde o começo da década de 2000, João declarou nunca mais ter encontrado com responsáveis vinculados à Fundação, o que a reportagem relacionava com a morte de Tommaso Buscetta, ocorrida nesse mesmo ano. No momento em que essa matéria foi publicada, o ex-administrador ocupava a casa da antiga sede da fazenda, enquanto outras

⁵⁰ Viajando pelo Vale. Saúde. *Geraes, a realidade do Jequitinhonha*, set. 1978, p. 7 (Abner; Martins; Silby, 2011).

⁵¹ As referências das matérias são as seguintes: Italianos são suspeitos de usar fazenda em Minas Novas para lavar dinheiro da máfia. *Gazeta de Araçuaí*, set. 2000 e Matéria do Gazeta sobre a Máfia, feita há 12 anos em Minas Novas, vira reportagem do jornal da Record. *Gazeta de Araçuaí*, mar. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadearacuai.com.br/noticia/1732/materia_do_gazeta_sobre_a_mafia_feita_ha_12_anos_em_minas_novas_vira_reportagem_do_jornal_da_record/>. Acesso em: 24 fevereiro 2014.

cinco famílias moravam em casas que eram utilizadas pela equipe que, naquela época, trabalhava no hospital.

Na reportagem exibida pela *Record*⁵² tais informações foram quase todas repetidas, tendo ganhado destaque a investigação dos elementos construtivos da sede da fazenda que fazia da mesma um *bunker*, tais como paredes muito grossas, cômodos com diversos acessos, quartos secretos e até um túnel que passava embaixo da casa, e pareciam provar sua ligação com atividades criminosas desenvolvidas pela máfia. Além disso, os repórteres argumentavam que a existência de escola, hospital, igreja e supermercado no interior da fazenda, que funcionava quase como uma cidade totalmente independente, servia para enfraquecer os contatos externos dos seus moradores, dificultando o vazamento de informações sigilosas sobre as atividades desenvolvidas em Alagadiço.

Nessa matéria, a relação entre a Fundação Pietro Salini e o tráfico de entorpecentes realizado pela máfia foi novamente sugerida, além das visitas constantes de políticos tais como deputados federais e senadores, cujos nomes não foram identificados pelos entrevistados. Diferentemente das publicadas pela *Gazeta*, a reportagem da *Record* afirmou que o hospital da fazenda funcionou por somente seis anos, até o início da década de 1980 quando encerrou suas atividades, mais ou menos no mesmo período em que Tommaso Buscetta foi preso. O repórter Aguiar Júnior assinalou, por fim, que no momento em que a matéria foi transmitida, a pista de pouso já havia desaparecido e quase todas as terras em volta da sede tinham se transformado em plantações de eucalipto.

Como evidência de que a sede da fazenda abrigara a Fundação Pietro Salini permaneceu somente, além da imponência da edificação e da presença do hospital nas imediações da casa, uma placa colocada junto à porta que dá acesso à sala principal. Nela se encontra registrada a data de inauguração do convênio firmado entre a Fundação, o Departamento de Águas e Energia de Minas Gerais (DAE-MG) e a Codevale para a eletrificação de todas as instalações da fazenda, o que aponta para certo grau de institucionalidade ao menos de parte das atividades ali desenvolvidas. Como outras empresas que chegaram ao município, a Fazenda Alagadiço também contou com subsídios estatais para sua instalação, do mesmo modo como estabeleceu relações de trabalho e produção condizentes com o processo de modernização impulsionado pelo Estado. Independente do

⁵²Fazenda do sertão de Minas Gerais serviu de esconderijo para mafioso italiano. *Jornal da Record*, 29 março 2013, 22h58. Disponível em: <<http://rederecord.r7.com/video/fazenda-do-sertao-de-minas-gerais-serviu-de-esconderijo-para-mafioso-italiano-5156444792bb9d8408ef5cfb/>>. Acesso em: 24 fevereiro 2014.

caráter da produção concreta desenvolvida na fazenda, isso já era o suficiente para justificar sua implantação, no contexto de expansão do desenvolvimento capitalista⁵³.

De acordo com os depoimentos dos posseiros que entrevistamos em Alagadiço, no entanto, o hospital ainda funcionava na década de 1990, tendo trabalhado como médico naquele período o último italiano que esteve na fazenda. Conhecido como doutor Lino, ele atendeu no hospital durante os últimos quatro anos que antecederam a sua morte. Nesse momento, João Antônio Alves da Silva, neto de Zé da Silva, já havia se tornado o administrador de Alagadiço, além de ter trabalhado prestando cuidados ao doutor Lino, quando esse adoecera. Oswaldo Montenegro e outros italianos ligados à Fundação não eram mais vistos por ninguém na fazenda. De acordo com Marciano, herdeiros de Zé da Silva haviam vendido o seu direito de posse em Alagadiço e se mudado *“para um lugar que se chama Tribuna, para o lado do Ribeirão da Folha. E então aquele doutor Lino chamou o João para ir trabalhar lá. João ficava tomando conta, que o velho era um velho meio de idade e depois ele tinha problema de câncer. João ia para Belo Horizonte, para ir trabalhar mais ele, aí o velho morreu e João ficou tomando conta aí. Só que apareceram um tantão de pessoas aí que começaram a pegar nossas terras, sim. Começaram a pegar para eles”*.

Nesse período, começaram os conflitos com os posseiros da Fazenda Alagadiço. Segundo Vitor Costa, depois da morte de doutor Lino, inúmeros “grileiros” começaram a se apossar das terras que haviam sido compradas por Oswaldo e pela Fundação Pietro Salini, disputando-as com os posseiros que tinham permanecido trabalhando na fazenda. De acordo com seu depoimento, eles utilizavam a documentação das poucas glebas de terra que teriam efetivamente comprado, retificando cartorialmente a extensão das suas áreas, de modo a “abraçar” também terras de outros posseiros. Marciano também relacionou os conflitos que passaram a ocorrer em Alagadiço a esse processo de apropriação de terras: *“Depois desse Oswaldo é que veio esse problema para nós aqui. Porque aí a fazenda parou e aí montou essas pessoas, lotou demais dessas pessoas que é esperto, falando que tinha o direito da terra aí. E aí um cara, com um advogado, veio e ele falou que tinha terra aí, que ele tinha*

⁵³A transcrição do texto da placa é a seguinte: “Aos 28 de setembro de 1980 neste local foi inaugurado o sistema de eletrificação da Fundação Pietro Salini – Fazenda Alagadiço – pela senhora Vittorio Salini – esposa do saudoso inicializador da Fundação, Engenheiro Pietro Salini. Esta obra foi realizada graças ao convênio firmado entre a Codevale, DAE – MG e Fundação Pietro Salini, sendo o Governador do Estado de Minas Gerais – Dr. Francelino Pereira dos Santos; o Diretor Geral do DAE – MG, Dr. Israel Pinheiro Filho; o Diretor Geral da Codevale, Dr. Gilberto Goulart Pessoa; o Presidente da Fundação Pietro Salini, Dr. Simon Pietro Salini. Agradecimentos e homenagem especial ao Senador Murilo Paulino Badaró – ilustre filho desse município, cujos esforços foram imprescindíveis à realização dessa obra”. Caderno de Campo II. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

trabalhado para os italianos, que os italianos não pagaram. Ele junta mais um advogado que tem aí em Minas Novas e fica vendendo essas terras aí. Vendendo o que não é deles”.

Para os lavradores daquelas comunidades, a existência de conflitos fundiários em Alagadiço somente se tornou uma representação presente a partir do momento em que a fazenda encerrou suas atividades. Ainda que Oswaldo tenha chegado como um advogado vindo de fora, para comprar terras nas comunidades, formando a fazenda, assim como os muitos intermediários e companhias que chegaram à região, nem Vitor, nem Marciano, Fabiano ou Lourença, entre outros posseiros com quem conversamos, definiram aquela situação como um conflito. O preço pago pelas terras parece ter sido negociado a contento, assim como só foram efetivamente vendidas as glebas autorizadas por seus proprietários. Mas, principalmente, uma relação mediada pela comercialização afirma sempre seu caráter voluntário.

Além disso, a Fazenda Alagadiço empregou todos aqueles que quiseram, como trabalhadores assalariados, com carteira assinada e outros direitos trabalhistas, além de garantir acesso à saúde, à educação e ao consumo, oferecendo condições modificadas, mas de sobrevivência para os mesmos. Diferentemente, com o fim das atividades da fazenda, os posseiros tiveram que voltar a se reproduzirem como lavradores. Segundo Marciano, “*nós fomos trabalhar produzindo a terra aí e eu vivo até hoje desse jeito. Isso daí já tem uns 15 anos, mais ou menos, que foi parado essa fazenda aí e todo mundo pegou seu rumo*”. Nesse contexto, os lavradores passaram a depender, mais do que nunca, do roçado em suas terras para se reproduzirem e o “empurra-empurra” dos falsos fazendeiros ou “grileiros” emergiu como a representação mais forte de conflitos de terra já ocorridos naquelas comunidades. Inclusive porque atualmente tais disputas aprofundam a deterioração nas condições de reprodução daqueles lavradores, além de inviabilizarem uma possível estratégia de sobrevivência para os mesmos: a mobilização da terra como um ativo.

Assim como nos conflitos desencadeados pela implantação do reflorestamento em Jabuticaba, as disputas fundiárias na Fazenda Alagadiço não terminaram aqui. As transformações nas condições de reprodução dos lavradores, até o momento apresentadas, permitem, no entanto, levantar algumas questões sobre aquele processo. Os conflitos ocorridos em Mato Grande e São Miguel e na comunidade de Jabuticaba evidenciaram o modo como a perspectiva pautada para legitimar a chegada de empresas à região, de que o desenvolvimento econômico e a geração de empregos permitiriam superar a miséria do Vale do Jequitinhonha, perpassou também certas expectativas dos lavradores, que subjetivavam

aquelas transformações com entusiasmo pela possibilidade de obterem trabalho com remuneração regular e outros direitos assegurados.

Frente a essa possibilidade, as antigas relações de apropriação fundiária, que implicavam também, como vimos ressaltando, em formas de subordinação do trabalho, podem aparecer ou serem subjetivadas como vínculos empregatícios mais precários, em que um trabalhava muitas vezes sem receber nada ou recebendo “mixaria”; além de não possuir nenhuma garantia, nem direito legal algum, nos casos dos seus serviços deixarem de ser necessários. Entretanto, como vimos, isso pode ocorrer apenas num contexto em que a questão de terra passa a aparecer como questão trabalhista, apagando o processo de expropriação mediante o advento de novas condições de trabalho, supostamente melhor asseguradas.

Essa forma de subjetivação pode ser problematizada no processo de formação da Fazenda Alagadiço. Diferentemente dos casos em que as promessas das companhias eram frustradas, já no processo conflituoso de apropriação da terra ou, posteriormente, com a dificuldade da mesma absorver o contingente de trabalhadores mobilizados por aquela expectativa, a implantação de atividades comerciais na fazenda incorporou todos os trabalhadores que se disponibilizaram a trabalhar ali. Além disso, a maneira como aquelas terras foram reunidas para constituir a fazenda, não inviabilizava totalmente as antigas condições de apropriação da terra dos lavradores, que podiam, aparentemente, combinar sua situação de posseiros com as novas relações de trabalho implantadas com a chegada da Fundação Pietro Salini.

A não ser por uma condição estabelecida pelos contratantes: o trabalhador que tivesse sua carteira assinada pela fazenda teria de se comprometer a deixar de fazer suas próprias lavouras, dedicando-se exclusivamente às atividades da fazenda. Conforme contam os posseiros de Alagadiço, essa condição se estabelecia para inviabilizar que a dedicação do lavrador se voltasse predominantemente para o que é seu, ou seja, para o produto do seu trabalho que ele podia controlar diretamente, prejudicando sua produtividade nas terras da fazenda. Ainda que essa resposta tenha pertinência para discutir a relação de trabalho entre fazenda e seus novos empregados, da nossa perspectiva ela revela ainda outra dimensão formada no processo discutido: a separação entre a terra e o trabalho como fundamento das novas formas de apropriação fundiária e mobilização do trabalhador. Para que a situação do posseiro pudesse ser combinada com as novas condições de trabalho implantadas pela fazenda, elas tiveram antes de ser separadas e a proibição de produzir lavouras evidencia

exatamente essa situação⁵⁴. Cada posseiro cujas terras foram apropriadas pela fazenda poderia manter no terreno sua moradia, um quintal e até a possibilidade das esposas que não haviam assinado carteira em Alagadiço continuarem tocando lavouras. Contudo, teria de renunciar àquelas condições de apropriação da terra, bem como à sua condição de lavrador, delas decorrente.

Esse processo, que evidenciava mudanças naquelas condições de reprodução social mesmo nos casos em que a expropriação não culminou na expulsão total dos lavradores, antecipava ainda uma situação que se tornou bastante recorrente com a generalização da migração temporária na região. Como vimos, muitos lavradores que tiveram sua sobrevivência deteriorada a ponto de serem empurrados, por exemplo, para o trabalho na condição de “bóias-frias”, conseguiram manter, ao menos em parte, seus antigos terrenos. Passaram a combinar, assim, o trabalho assalariado com uma situação na terra que, no entanto, havia transformado aquelas antigas condições de sobrevivência que tinham exclusivamente como lavadores. A discussão do caráter dessa mudança, assim como das novas formas de reprodução social pela mesma instauradas deve ser aprofundada posteriormente.

1.7. Conflitos fundiários na Chapada do Lagoão

No conjunto de interpretações que discutimos sobre as mudanças nas condições de reprodução ocorridas no Vale do Jequitinhonha, na segunda metade do século XX, os conflitos de terra desencadeados pela chegada das empresas, sobretudo pela ocupação de terras das chapadas pelas reflorestadoras, apareceram predominantemente situados naquela que foi definida como a região do Alto Jequitinhonha. Segundo tais análises, as disputas fundiárias teriam se concentrado em municípios que integravam a zona definida pelo planejamento estatal para o desenvolvimento de atividades comerciais, apoiadas por subsídios, inclusive pela cessão de terras que foram consideradas devolutas, mas que tradicionalmente eram ocupadas por posses em que se reproduziam os lavradores e suas famílias. O dito Médio Jequitinhonha, por sua vez, foi quase sempre apresentado como uma região pecuária, onde aquelas atividades comerciais não tinham sido implantadas, nem tampouco as posses camponesas sido ameaçadas. Ou seja, como uma região onde as

⁵⁴ “Réune o separado, mas o reúne *como separado*” (Debord, 1997: 23, aforismo 29, grifo no original).

mudanças nas condições de apropriação fundiária, quando aconteceram, ficaram quase que totalmente circunscritas ao processo de expulsão dos agregados em função da reestruturação das fazendas, cada vez mais voltadas para a produção exclusiva de pastagens.

De acordo com os depoimentos de alguns lavradores, moradores da Chapada do Lagoão, no entanto, disputas fundiárias desencadeadas naquelas comunidades no final da década de 1970 ameaçaram decisivamente suas posses e suas condições de reprodução. Localizada no município de Araçuaí, a constituição da Fazenda Córrego da Barriguda antecedeu o desenrolar daqueles conflitos. Segundo Zé Baixinho, lavrador e apicultor, a fundação da sua comunidade foi principiada pelas famílias de Joaquim Pé de Serra e de Horácio dos Anjos, que era seu avô. Antônio Gomes, lavrador, cunhado de Zé Baixinho e morador da mesma comunidade acrescentou, contudo, que *“em verdade, pelo que a gente sabe é que o pessoal que ocupava a fazenda antes da gente era de Olindo Figueiredo. Mas o pessoal de Olindo Figueiredo deixou desapoderada uma parte de terra aqui em cima. Eles foram morar lá pra uma parte debaixo e deixou desapoderada uma parte aqui. Aqui em cima eles trabalhavam também. Eles mandiocavam. E aí o Joaquim Pé de Serra formou essa área aqui, porque ele foi um dos primeiros moradores da região e o pessoal de Olindo Figueiredo deixou que ele trabalhasse aqui. Que eles não precisava da terra, então ele podia trabalhar nela. Então quer dizer, eles [os Figueiredo] têm uma parte lá embaixo, aí tem a gente aqui no meio [os Pé de Serra] e depois volta a ter eles [os Figueiredo] cá para riba”*⁵⁵.

Zé Baixinho assinalava o momento em que a apropriação daquelas terras foi iniciada por sua família, frente ao que Antônio contrapunha a existência de um processo anterior, movido por Olindo Figueiredo, cuja família tinha estabelecido moradias e lavouras nas beiradas do córrego da Barriguda, além de plantarem mandioca numa parte das terras de chapada, águas vertentes da fazenda que haviam formado. Como não precisavam de toda aquela terra, teriam deixado Joaquim Pé de Serra trabalhar num pedaço da chapada da fazenda, onde a família do mesmo foi estabelecendo uma comunidade, identificada igualmente pelo córrego que dava nome à fazenda. A perspectiva de que Olindo tinha cedido a terra para Joaquim trabalhar foi, não obstante, também aclarada pelo próprio Antônio Gomes. Para o lavrador, *“esse Joaquim Pé de Serra, ele teve uma área, que ele é falecido, que é comprada, uma área. Eu não sei o tamanho da área que ele tinha comprado”*.

Segundo Antônio, por essa razão, todos os títulos de posse registrados em sua comunidade levaram o nome da Fazenda Córrego da Barriguda: *“Então todo posseiro ou*

⁵⁵ Antônio tem 65 anos e Zé Baixinho, 58. ANTÔNIO GOMES E ZÉ BAIXINHO. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

proprietário vai tirando documento e ficando com esse nome. O que a gente nota é que tem uma grande área de terras devolutas. Então tem esse nome. E todas as pessoas que moram na região, que moram na comunidade e vão fazer os documentos (se é um posseiro, uma declaração de posse), então vai fazer esse documento, é Fazenda Barriguda. Por isso aí". Com a caracterização daquelas terras como devolutas, Antônio Gomes evidenciava que as mesmas nunca haviam sido registradas em uma escritura, mesmo que tivessem efetivamente sido compradas, ou seja, sua comercialização não implicara na consolidação cartorial da propriedade.

Além da ocupação daquelas terras quase nunca ter sido comprovada cartorialmente, Antônio ressaltava ainda que parte das terras apropriadas pelos lavradores, sobretudo nas chapadas, geralmente não era cercada. Os terrenos cercados eram para moradia ou locais em que ficavam as roças. Na chapada, as "mangas" nativas, onde era criado o gado ou mesmo os mandiocais destinados à farinhada quase nunca tinham cercas: *"Tinha a área cercada da família do Pé de Serra. Tinha a do meu pai, que ele também tinha área cercada aqui. Aqui para cima, nada. Eles só cercavam mesmo eram as lavouras. Aqui para cima eles trabalhavam com mandiocal. E aí depois que começaram as posses, que começou a ter o título da terra, que as pessoas começaram a abrir o olho e começaram a expandir mais as cercas para as chapadas"*.

Nem Zé Baixinho, nem Antônio Gomes efetivamente formaram suas posses naquela comunidade. As terras do primeiro foram compradas de um tio, enquanto o segundo ainda mora com a família na herança da sua esposa. Nunca tendo sido escrituradas, as terras de ambos não deixaram de ser posses, transmitidas por contratos de compra e venda ou legitimadas em processos de titularização. Segundo o depoimento de Zé Baixinho, *"no meu caso aqui, essa parte aqui era do meu tio. Dali pra baixo. Então quando eu cresci, eu já tinha uma vontadezinha de ter uma posse. Porque trabalhei no corte de cana durante muito tempo e pensando nisso. E deu tudo certo, que eu consegui voltar pra um lugar. Eu consegui o dinheiro e comprei essa parte aqui. Meu tio mudou pra cidade, pegou e vendeu. Eu trabalhava todo dia igual a um condenado e mandava o dinheiro pra ele todo mês aqui. Era em São Paulo. Eu trabalhei ali, perto de Taquaritinga, Matão, Dobrada. Meu tio tinha o título da posse, eu comprei a posse"*.

A diferença entre as trajetórias de Antônio e Zé Baixinho ajuda a explicitar que o processo de apropriação fundiária no interior das próprias famílias também não era homogêneo. Envolvia, assim, diferentes possibilidades de acesso à terra, mediado pela formação das posses (como na constituição da fazenda pelos Figueiredo), pela partilha de

posses anteriormente constituídas e herdadas ou, ainda, pela compra dos direitos, principalmente para aqueles que não tinham condições de reproduzir nenhuma das outras duas alternativas. De acordo com Zé Baixinho, *“o meu pai tinha as posses dele. Quando a gente foi crescendo, o pessoal foi saindo. Eu, por exemplo, sai de lá e vim para o meu tio. Isso eu. Outras, as minhas irmãs, uma desceu lá para baixo na terra da família Pé de Serra, casou com um dos filhos de lá, com o Joaquim Pé de Serra [neto] e foi pra lá. E outros foram mais pra cá, foram se aproximando na terra do meu pai mesmo. Mas os herdeiros da posse do meu pai, nós considera que os filhos tudo tem aquela partezinha ali. Não tenho eu, assim, mas os outros consideram que eu faço parte da posse. Eu estou aqui, assim, mas eu tenho uma possezinha, um quintalzinho onde é do meu pai. As mulheres tem o mesmo direito. Pai considera que é tudo igual. Mãe também considera”*.

No depoimento de Antônio Gomes também apareceu o processo de partilha dos espólios familiares naquela comunidade, apontando para a herança não como mera transmissão de posses formadas, mas também como adequação do tamanho das terras apropriadas à variação das necessidades de reprodução das famílias: *“Eu casei com Lúcia [irmã de Zé Baixinho] e vim de fora. Agora, na família de compadre Clemente [pai de Lúcia e Zé Baixinho], que é a família da minha esposa, eu não tenho herança. Quem tem herança é minha mulher. O que é que acontece? É igual ao que o compadre Zé está explicando. Tem a posse do meu sogro e quem mora dentro dessa posse dele? Mora o compadre Tião, que está dentro do cerco, que tá fechado. Everaldo, que é aquela casa que tem ali do lado de cima. São os dois que moram naquela posse dele, do círculo que foi fechado, de todos os irmãos. Na época, eu lembro que todos os irmãos ajudaram a fechar aquela parte”*.

O processo de titularização, por sua vez, independentemente de como ocorreu a apropriação daquelas terras, reconhecia e homogeneizava o direito de posse sobre elas. Segundo Antônio, *“quando eu chego numa terra que não está documentada e eu vou apoderar dali, eu formo uma posse. Se eu me apoderei de determinada área, se eu vou morando ali, trabalhando ali, desfrutando dali, depois de um ano, eu já posso fazer uma declaração de posse, desde quando ela seja uma terra que seja devoluta, que não esteja cercada e que ninguém ali tenha documentação daquela área. No caso dele, quando ele se apoderou da posse do tio dele, o tio dele deu um documentozinho de compras e vendas. De compras e vendas, é isso? Simplesinho assim, de compras e vendas”*.

Ambos assinalaram também que as posses estabelecidas nas grotas garantiam o reconhecimento do domínio sobre as terras onde se encontravam as águas vertentes, num mecanismo semelhante ao exposto por Domingos, da comunidade de Jabuticaba, além de

destacarem a importância da utilização das chapadas na reprodução familiar. Tanto Zé Baixinho como Antônio Gomes cultivavam abacaxis naquelas terras, comercializados na feira da cidade de Araçuaí. Zé Baixinho justificou porque preferia produzir abacaxi nas chapadas: *“O abacaxi eu planto lá mais nos altos, já fica mais longe um pouco. Nos altos os abacaxizeiros prosperam melhor, porque é mais plano. É também mais difícil bicho perseguir, as galinhas, porco”*. Antônio Gomes fazia o mesmo, mas assinalava ainda a utilização das suas terras na chapada para a criação: *“No caso, os abacaxizeiros ficam separados. Tem também parte de ‘manga’ que eu faço na chapada. Mas lá eu cerco e só uso essa área assim só para criação. Que nem, lá no alto eu usei também o abacaxizal, mas cerquei os movimentos da criação”*.

Além dos abacaxizeiros e da produção de capim para alimentar a criação, ambos produziam ainda mandioca, como de costume naquelas terras, desde as farinhadas dos tempos de Olindo Figueiredo. Conforme o depoimento de Zé Baixinho, os lavradores utilizavam também frutos como *“o pequi, a mangaba, que é muito boa”*, além de raízes e ervas nativas, com qualidades medicinais: *“Nós, aqui de casa, nós aqui quase não toma remédio de farmácia. Acostumou assim, a tomar remédio do mato. Meu filho mesmo, mais velho, foi no médico. Ele estava com problema aí. Aí minha mulher mesmo não deixou, ela mesma fez os remédios e curou ele”*. A criação de animais, a produção dos abacaxizeiros e mandioca, além dos frutos, raízes e ervas colhidos nas chapadas não participavam da reprodução dos lavradores exclusivamente por meio do seu consumo direto, mas também eram comercializados, de maneira a possibilitar a obtenção dos recursos monetários necessários para a compra do que não era produzido.

No final da década de 1970, contudo, aquelas condições de reprodução foram ameaçadas por disputas fundiárias ocorridas no Córrego da Barriguda, na Chapada do Lagoão. Conforme o depoimento de Antônio Gomes: *“Eu já comecei aqui produzindo um abacaxizal, eu fiz um abacaxizal lá em cima. Aí apareceu um ‘grileiro’ aí de São Paulo, que comprou um pedaço de terra aqui. Daí resolveu cercar 3.500 ha ao redor tudo, me parece. E foi abrangendo. Aí ele abriu as picadas pra fazer a cerca. E passou no meio do abacaxizal. Sei que uma parte pra cima, assim, ficou. E hoje em dia é deles. Porque eu trabalhava lá, mas trabalhava aqui também. Eu só ia lá e voltava. Graças a Deus hoje eu já não vou mais pra lá, eu fico aqui. Aí eu estava lá e o compadre Clemente me trouxe a notícia: — ‘Ele passou a cerca dentro do seu abacaxizal’. Tirou uma parte pra cima. E aí eu vim... Aí nós começamos a mexer, nos reunimos e a comunidade propôs tirar a cerca. E nós tiramos”*.

Para Zezé da Silveira⁵⁶, lavrador e morador das Tesouras, comunidade localizada igualmente na Chapada do Lagoão, os conflitos se iniciaram antes mesmo da chegada do “grileiro” de São Paulo, *“quando certo senhor ocupou uma parte de terra por aqui. Esse senhor, daqui mesmo ele era, ele comprou uma parte ali perto da Fazenda Brejão e teve conflito com um fazendeiro de lá. Aí ele acabou ‘empurrando’ essa parte de terra lá do local onde havia comprado e ‘jogou’ ela aqui para frente, aqui na Chapada do Lagoão, em uma parte devoluta. Essa terra tinha 249 ha. Mas esse senhor, ele já começou a querer ocupar uma área muito grande. Aproveitou e quis passar uma cerca de 4 km. E nessa oportunidade, eu saí quase jovem ali das Tesouras e fui retirar essa cerca. Então, mais a frente um pouco, quando foi em 1978, esse senhor vendeu uma parte dessa terra para uns corretores de São Paulo. E esses corretores de imóveis iniciaram um processo de ‘levantamento’ na região. Procuraram pessoas que eram os líderes mais antigos da comunidade. Aí eles ofereceram condições financeiras para um senhor de idade, que na época tinha bastante entrosamento com o pessoal, aí ele começou a pegar a assinatura de confrontação com os proprietários que moravam na região, para poder medir a terra. Nessa época, ele fez um ‘levantamento’ com documentação, não sei se chama retificação de área em cartório, passando essa área de 249 ha para 3.459 ha”*.

De acordo com o depoimento de Antônio Gomes, muitos moradores daquelas comunidades se reuniram para retirar a cerca: *“Uma turma ia arrancando as cercas daqui para lá e entrou outra turma da rodagem para cá, arrancando a cerca, quando chegou o policial. À paisana, mas tinha vindo para intimidar o povo”*. Zé Baixinho também fez referência àquela intimidação, ocorrida durante a retirada da cerca: *“Chegou alguém deles, mais um policial, dizendo que a gente não podia fazer aquilo. Aí esse policial estava à paisana, mas intimou a gente. Intimou pra eu ir pra cidade”*. O policial estava acompanhado de outros dois funcionários que trabalhavam como “guarda-costas” para o “grileiro”. Enquanto o policial fazia as intimações, esses últimos portavam uma folha em branco, onde mandavam que as pessoas assinassem seus nomes. Segundo Antônio, *“juntou os grupos lá e estava esse pessoal, dizendo que eram policiais, com essa folha, querendo que a gente assinasse essa folha. Aí quando a gente resistiu, porque a folha estava sem o cabeçalho, ele disse: — ‘Esse e esse aqui já estão intimados’. E aí eles disseram que a gente só podia continuar a retirada da cerca depois da audiência e que dependendo também, a gente ia ter*

⁵⁶ Zezé tem 75 anos. ZEZÉ DA SILVEIRA. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

que colocar a cerca de volta. Essa foi a primeira vez que eles tentaram pegar nossas assinaturas para fazer a retificação da terra”.

Zezé das Tesouras argumentou também que a intimidação causada no episódio da retirada da cerca impactou profundamente as comunidades, pois quando os moradores perceberam o que estava ocorrendo, muitos pensaram em vender suas terras: “Então nós incentivamos as pessoas a não vender. Mas tinha uns que achavam que não tinha jeito, que tinha que vender. Mas a gente começou a tomar as providências em Araçuaí. Não encontramos apoio no mesmo momento em Araçuaí. Aí tivemos a orientação pra fazer um abaixo-assinado dos confrontantes, se manifestando contra aquela medição que eles estavam fazendo. Inclusive, eles estavam fazendo contra a Ruralminas, porque ela já estava medindo aquela área, né? Então pedimos para o prefeito encaminhar as assinaturas para Belo Horizonte, sustando essa medição. Isso rende, porque foi conflito pra 12 anos. No que a gente entregou pra Ruralminas, eles começaram a sentir o peso da opinião do povo. Mas a Ruralminas mandou um cara que estava do lado dos ‘grileiros’ também. Pedindo pra provar que as assinaturas eram verdade. Aí o prefeito sugeriu que o sujeito viesse nas comunidades pra conhecer as pessoas que assinaram. E quando ele viu que tinha muitas pessoas, ele disse assim: — ‘Vocês deviam ter tomado umas providências antes’. E nós dissemos: — ‘Mas como antes?’. Parecia que o problema tinha acabado, mas não tinha. Então nós pensamos: — ‘Vamos pegar e fazer uma cerca na Chapada pra mostrar nossa força’. Se tiver alguma coisa vai aparecer, né?”.

Construindo essa cerca, os lavradores pretendiam resguardar suas posses daquela tentativa de invasão, bem como da retificação cartorial das dimensões da gleba em disputa, limitando sua área aos 249 ha originalmente comprados. Conforme a narrativa de Zezé, “começamos fazendo aquela cerca e imediatamente eu fui intimado na delegacia de Araçuaí. Então eu chamei o prefeito e ele foi pra delegacia. O prefeito, muito chegado ao delegado. Mas o delegado era chegado para o lado dos ‘grileiros’. Mas como o prefeito é a autoridade máxima do município... Então o delegado disse assim: — ‘Isso é uma comunicação, não é uma intimação. Vamos conversar, pra gente ficar sabendo mais ou menos da história’. Nós conversamos e ele disse assim: — ‘Você precisa tirar licença no florestal pra colocar a cerca. Você tirou?’. Eu disse assim: — ‘Não, não tirei’. Aí ele contestou: — ‘Então você vai ser punido por não ter tirado a sua licença’. No outro dia eu fui de novo pra delegacia, sem o prefeito. Então o delegado foi falando que aquele homem que a gente sabia ser ‘grileiro’ tinha o título da Ruralminas, que eu tinha cometido um crime e tinha polícia e tinha lei. Então eu, que não tinha conhecimento, fiquei arrasado. Aí ele disse: — ‘Você tem que tirar

aquela cerca lá em 24h'. Depois chegou uma turma desse 'grileiro' lá em casa. O delegado e mais uns fazendeiros. Chegaram dizendo que poderiam estar me ajudando. Então eu disse: — 'Mas me ajudar?'. O problema é comunitário. E antes de eu ir pra Belo Horizonte, eles fizeram uma proposta pra mim. De 'grileiro', né? Mas eu não aceitei a proposta. E chegando a Belo Horizonte, eu descobri que eles não tinham título coisa nenhuma. Nessa altura aqui o pessoal já estava sensibilizando as comunidades todas, igreja, paróquia, a Diocese, tudo, pra estar somando com a gente. Aí o movimento foi melhorando".

Como parte daquela mobilização e dos esforços de denúncia dos conflitos que haviam ocorrido, foi organizado um encontro pastoral na Chapada do Lagoão, durante o qual os lavradores foram novamente intimidados. De acordo com Zezé, *"quando veio uma visita pastoral aqui no Lagoão e teve uma missa aqui e quando eles estavam voltando lá para riba, o seu Antônio, o Zé Baixinho, lá na chapada, os 'grileiros' ameaçaram eles. Deram uns tiros neles lá. Eles vieram me avisar"*. Zé Baixinho também relatou esse incidente em sua narrativa, destacando ainda que a perseguição sofrida por ele continuou mesmo depois daquele episódio: *"Um dia, eu estava lá nas Tesouras, onde seu Zezé mora... Estavam os bispos, os padres. Era uma missão de mobilização. Aí eu estava lá e tinha muita gente na Lapinha, né? Que uns eram do meu lado, e outros do lado deles, né? Aí nesse dia alguém me falou: — 'Ô, Zé Baixinho, fica de olho, que aquele sujeito quer te pegar'. Aí nós fomos a cavalo, eu estava com mais cinco companheiro. Aí nós estávamos subindo. Quando a gente estava na chapada, topamos com esse pessoal. Estava o 'grileiro', mais o filho dele e estava um policial de Itaobim, um de Itinga, outro de Pedra Azul, só que eu não conhecia ninguém. Nisso passou um atirando, o policial, né? Aí ele veio gritando e falando: — 'Você não tá vendo que eu estou gritando, não'? Aí eu falei: — 'Eu vi que você estava gritando, mas não sabia o que é que era'. Aí ele veio correndo. E mais atrás deles tinha um monte de cara. Aí eu falei: — 'Eu vou é correr'. Aí chegaram os bispos, os padres e rodou ali por cima. O padre Lima conhecia o polícia de Pedra Azul. Foi lá e voltou, deu uma ré lá na frente do cara, voltou e perguntou: — 'Isso aí, o que é que é? É uma metralhadora? '. E ele respondeu: — 'Não, a metralhadora tá no carro, essa daqui é a escopeta'. Aí não teve como eles esconderem. E nisso já veio alguém pra verificar se alguém estava me atacando aqui. Só que eu cheguei aqui, mas não fui pra casa, eu fiquei no mato. Eu fiquei muito cismado. Depois sempre vinha um pessoal aqui na minha casa atrás de mim. Veio muitas vezes que eles não me acharam. Aí, uma vez, quando foi bem cedinho aqui, que estava fazendo um frio que só vendo. Aí veio um deles lá em cima, um deles. Aí eu falei, eu não vou correr, é um só mesmo. Eu disse: — 'Bom dia'. E não mandei desmontar, não. Aí ele disse: — 'Eu vim aqui propor*

um acordo, que o sujeito tal, aquele que a gente sabia ser o ‘grileiro’, mandou nós fazer’. E que esse cara é uma pessoa boa e tal. Aí eu falei: — ‘Ele é uma pessoa boa, mas acordo assim eu só faço com presença de autoridade’. Naquele tempo eu quase não dormia, dormia com um olho aberto. Daqui a pouco ele pediu uma água. E ele foi se desmontando da égua. E disse: — ‘Não precisa dessa dificuldade toda não, eu vou aí’. Aí eu disse: — ‘Pode esperar aí que a mulher leva água até aí’. Quando ele foi montar, um revolverão na cintura. Aí eu pensei: — ‘Quando eu der as costas pra pegar água pra esse moço, ele me dá um tiro nas costas, ele cai no mundo, porque eu sei que ele está ganhando dinheiro pra isso’. Eu sei que eu peguei um tempo sofrido aqui. Até que venceu essa batalha na justiça”.

Mesmo depois da abertura de um processo de verificação da autenticidade daquela posse em Belo Horizonte, além dos episódios de intimidação direta, os lavradores e líderes comunitários da Chapada do Lagoão continuaram sendo sistematicamente intimados para depor e prestar outros esclarecimentos na delegacia, mesmo sem haver nenhuma prova contrária a eles. Para Zezé da Silveira, tanto o exercício da violência direta em que se fundavam aqueles processos irregulares de legitimação fundiária como o caráter da intervenção estatal nos conflitos fundiários, por meio da Ruralminas, do sistema judiciário e da própria polícia, tinham ambos o respaldo da ditadura militar: *“O que iniciou naquela época era o período militar, então o que valia era o dinheiro. Então qualquer coisa estava mandando matar, mandando prender. Então o militar era mais do lado dos grandes. Então essa corrupção que tinha do lado das polícias, que eles queriam o poder. Naquela época era a polícia que mandava. E quem mandava na polícia?”.*

Os conflitos ocorridos na Chapada do Lagoão também foram noticiados numa reportagem do *Geraes*. De acordo com a matéria, aquela reserva minadora de água que beneficiava cerca de 3.000 pessoas, moradoras das 6 comunidades que fazem parte da chapada foi ameaçada quando “em 1978, a Ruralminas, através de Vicente Billoti, fez um levantamento da área que foi embargado pela comunidade de Tesouras e pela prefeitura de Araçuaí. A comunidade de Tesouras chegou a cercar a área, cuja cerca foi desfeita com urgência, por ordem do então delegado Dr. Alcântara. [...] Como se pôde constatar, os paulistas já adquiriram 240 hectares de terra na Lagoa do Brejão (componente do Lagoão) e querem adquirir toda a chapada a qualquer custo. [...] Em vista dos paulistas possuírem um documento de posse de 240 hectares de terras, que contém um apêndice transformando-as em

3.500 hectares, ficou resolvido fazer um levantamento legal da região para, inclusive, saber que magia é esta que transforma 240 em 3.500 ha”⁵⁷.

O conflito fundiário que ocorreu na Chapada do Lagoão teve ainda outros desdobramentos, como veremos posteriormente. Por sua vez, os incidentes relatados até o momento retomam diversas das questões que discutimos anteriormente, como o papel que o exercício da violência direta assumiu nos conflitos de terra ocorridos no Vale do Jequitinhonha naquele período, a forma de intervenção do aparato estatal e o caráter assumido por aquela intervenção durante a ditadura militar. Destacamos ainda o processo de juridificação envolvido naquelas disputas: mesmo quando mobilizava estratégias ilegítimas, do ponto de vista do exercício do direito dos posseiros, o processo de reconhecimento da apropriação fundiária das terras por aqueles fazendeiros e corretores de terras não podia prescindir de legitimação jurídica.

Nas palavras de Zezé da Silveira, o conflito teve início quando o tal senhor antes referido tentou “jogar” uma gleba de terra de 249 ha, comprada inicialmente nas proximidades da Fazenda Brejão, para a Chapada do Lagoão. No começo, ele quis se apropriar de uma parcela muito grande de terras consideradas devolutas, levantando uma cerca de mais ou menos 4 km que foi retirada pelos moradores daquelas diversas comunidades. Embora a construção da cerca tenha ganhado destaque nas narrativas, por ter invadido os direitos de posse dos lavradores, detonando o conflito nas comunidades, a possibilidade daquele senhor de transferir sua gleba do Brejão para o Lagoão já previa um procedimento cartorial cuja tentativa efetiva de concretização foi executada somente pelos corretores paulistas que dele compraram a terra.

Para legitimar essa transferência, era necessária a obtenção de assinaturas dos extremantes, reconhecendo a apropriação daquela área considerada devoluta. Assim, o documento proveniente da primeira compra, que foi realizada nas proximidades da Fazenda Brejão, poderia ter o tamanho e a localização das terras que legitimava retificados. Igualmente, aqueles corretores de terras tentaram comprar outras terras na Chapada do Lagoão, visando obter documentos que poderiam ser utilizados para legitimar glebas maiores de terra. O aliciamento e a violência direta tiveram seu papel para exercer pressão sobre os moradores, para que assinassem papéis em branco reconhecendo extremas ou vendendo suas terras. Mas, sozinhos, não podiam garantir o processo de apropriação fundiária que

⁵⁷A Chapada do Lagoão está ameaçada. *Gerais, a realidade do Jequitinhonha*, mai. 1984, p. 3 (Abner; Martins; Silby, 2011).

fazendeiros e corretores tentavam alçar a um nível juridificado, solicitando medições pela Ruralminas ou tentando promover retificação cartorial dos documentos das terras.

Ou seja, o exercício autorizado da violência pelo capital, o coronelismo apontado por Domingos Pereira dos Santos, da comunidade de Jabuticaba, cedia lugar ao monopólio do Estado e mesmo que os agentes em seu emprego pudessem prolongar sua utilização para finalidades privadas, a aparência de autonomia entre dinheiro e poder ficava constituída. Contudo, isso não significou que as possibilidades de consolidação da propriedade fundiária se restringiram, com o passar do tempo, somente à comercialização legal de terras escrituradas, por seus legítimos donos. Ao contrário, continuam existindo processos de apropriação fundiária cercados de recursos fraudulentos, irregulares ou mesmo ilegais. Não obstante também esses recursos se reproduzem somente por meio de mecanismos jurídicos, como exemplificamos acima.

A própria noção de fraude ou de irregularidade procede da consolidação do direito como forma de mediação legítima das condições de reprodução social. Constituída a propriedade, a terra passa a valer fundamentalmente como um ativo e nos seus negócios interessa sobretudo a parcela de rendimentos que por meio dela pode ser mobilizada. Os rendimentos e a propriedade sobre suas fontes (Marx, 1986: cap. XLVIII) se articulam assim por meio do direito, que vai ganhando preponderância como forma central de regulação social, ficando a violência extraeconômica restrita a casos excepcionais. Assim, a projeção daquelas noções como maneira de caracterizar o coronelismo, não leva em conta a historicidade do processo de formação das mesmas.

Os conflitos discutidos modificaram as mediações necessárias ao processo de apropriação fundiária que sustentava as condições de reprodução social no Vale do Jequitinhonha. Assim, a análise detida das diversas formas que assumiram nos permitiu contrapor perspectivas que assinalaram a expropriação como condição exclusiva para a ruptura ou transformação da reprodução camponesa, evidenciando como o próprio desenrolar dos conflitos impunha que não apenas fazendeiros e “grileiros” tivessem de recorrer àquelas mediações cada vez mais juridificadas e monopolizadas pelo Estado. Mas também os lavradores, para os quais a titularização das posses passou a ser estratégia possível para legitimação de um direito cujas bases do reconhecimento estavam se transformando: antes mesmo que os ditos corretores de terra paulistas solicitassem que a Ruralminas medisse as terras que se tornaram objeto daquela disputa, a fundação já vinha trabalhando na regularização das terras dadas como devolutas na Chapada do Lagoão, inclusive como

resultado da solicitação dos próprios lavradores, que então reagiam à ocorrência sistemática de conflitos por terra em diversas comunidades da região.

Contudo, se a titularização foi utilizada como meio para assegurar o direito de posse quando o mesmo se encontrava ameaçado, o papel que teve na autonomização da terra como um ativo não se restringiu à consolidação da propriedade almejada pelos fazendeiros e “grileiros”. Os próprios lavradores viram-se diante das ameaças provenientes da possibilidade de mobilização da terra, conforme evidenciado no exemplo narrado por Zezé das Tesouras: *“Foi o que aconteceu naquela época com um sujeito que tinha uma posse na chapada. Ele fez um contrato de compra e venda com eles. Ai nós pedimos para ele não vender. Mas o que é que aconteceu? Eles incentivaram esse sujeito de legitimar sua área. Nesse momento até a Diocese estava incentivando de legitimar as terras aqui e a gente tinha dois lotes aqui, então eu disse: — ‘Vou legitimar’. Nisso, o próprio Lopes me disse: — ‘Não, você não pode medir, porque eles vão contestar sua medição e te expulsar’. Mas esse tal sujeito tinha entrosamento, né? Porque ele era fazendeiro. E ele queria trazer 700 ha para eles. Então ele ligou a posse que ele tinha lá nas Tesouras com a posse que ele tinha lá na chapada, pra medir 700 ha. Porque visava futuramente vender para eles”*.

Como vimos, portanto, nos diferentes conflitos analisados nesse capítulo, se transformaram as mediações que amparavam o processo de apropriação fundiária, desencadeando mudanças também na forma de mobilização do trabalho, cujos rendimentos iam se autonomizando dos da terra. O maior exemplo desse processo foi a intensificação das migrações entre os lavradores que perderam a terra ou aqueles que tiveram suas condições de reprodução profundamente deterioradas e passaram a depender do assalariamento, mesmo que temporário, para reproduzir suas famílias. Como vimos, entretanto, esse não foi o único resultado desencadeado por aquele processo de modernização. Nos conflitos como os ocorridos em Mato Grande e São Miguel, no município de Turmalina e também na Chapada do Lagoão, em Araçuaí, as diferentes tentativas de resistir à expropriação impuseram igualmente a realização de momentos daquele processo de separação, cujas formas de reprodução decorrentes devem ser mais bem discutidas em seguida.

Com o quadro de conflitos fundiários investigados, buscamos retomar as mudanças ocorridas nas condições de reprodução social no Vale do Jequitinhonha, evidenciando principalmente como a forma de mediação que articulava as relações de produção e de apropriação fundiária acabou sendo modificada. Confrontado com as interpretações discutidas, tanto sobre o desenvolvimento do capitalismo na região como sobre a crise daquele sistema de subsistência por meio do qual os lavradores se reproduziam, as

problematizações advindas desse quadro permitiram contrapor formulações sobre como se desenrolaram aquelas transformações, além de levantar questionamentos sobre o caráter das condições de reprodução social tanto precedentes como consecutivas às mesmas.

Por um lado, os processos discutidos extrapolaram a perspectiva de expropriação camponesa em sentido estrito, como consequência de uma expansão do desenvolvimento capitalista que teria desestruturado condições autônomas de reprodução social. Por outro, trouxeram elementos que exigiram complexificar a perspectiva de uma economia de subsistência fechada, cuja crise teria promovido a derrocada da região. Alguns dos camponeses atingidos pelos conflitos fundiários apresentados travavam seu processo de reprodução numa relação tensa com a apropriação da terra por fazendas ou tinham de se inserir no mercado de modo a obter recursos monetários que pudessem garantir o consumo de uma subsistência não realizada diretamente. Essas trajetórias colocaram questões que nos exigem voltar às perspectivas de reprodução camponesa implícitas nas interpretações discutidas, problematizando-as de maneira mais detida. Aqueles mesmos camponeses, por seu turno, não tiveram todos de se assalariar, como forma de remediar a deterioração nas suas condições de reprodução. Muitos resistiram na luta pela posse da terra, ainda que o recurso ao aparato estatal como forma de legitimar o direito sobre as posses tenha implicado em transformações cuja problematização deve ser aprofundada.

Assim, partimos de uma discussão sobre os conflitos fundiários, pois a análise desse processo nos permitiria formular perguntas que podem funcionar como guias para discutir as condições de reprodução social tanto antecedentes como consequentes aos mesmos. Ao mesmo tempo, a apreensão do sentido daqueles conflitos depende da análise dessas condições, uma vez que a discussão sobre seu caráter deve emergir justamente da transformação do sentido das mesmas. Por sua vez, com a problematização daquelas condições de reprodução não pretendemos descartar a relevância assumida pelo desenvolvimento da migração temporária na região, como estratégia de sobrevivência de antigos camponeses que tiveram suas condições de reprodução deterioradas. Mas apenas distinguir processos contraditórios que não se resolvem nem em termos estritamente “leninistas”, da tendência à proletarianização geral e ao desaparecimento do campesinato, nem “luxemburguistas” da constante reprodução do campesinato e da acumulação primitiva.

Nesse sentido, essa problematização nos exige uma reflexão sobre a forma de mediação social que possibilitou condições em que se desenrolavam paralelamente a reprodução das fazendas, de agregados, de vaqueiros, de posseiros, de alguns migrantes, de políticos e coronéis como partes de uma mesma totalidade social contraditória. Assim como

atualmente permitem a reprodução de “bóias-frias”, de lavradores comerciantes nas feiras urbanas, fornecedores do programa de Compra Direta ou de redes de supermercados, de moradores de favelas ou bairros periféricos de Araçuaí, de Minas Novas ou de São Paulo. Além de camponeses expropriados que encontraram outras fronteiras para se tornarem posseiros novamente, de um sem número de beneficiários do programa Bolsa Família que se reproduzem nas cidades locais ou nas comunidades rurais. E, por fim, de multinacionais dos negócios do papel ou da siderurgia, de antigas empresas de reflorestamento que se tornaram negociadores de ativos fundiários, de pecuaristas que procuram modernizar a reprodução de suas fazendas, assim como de escritórios especializados no desenvolvimento de projetos que prometem tornar produtivas aquelas propriedades. A investigação dos conflitos fundiários apresentados apenas proporcionou o início de uma discussão sobre essas mediações e o processo histórico de transformação das suas condições de reprodução.

CAPÍTULO 2

QUEM ERAM E COMO SE REPRODUZIAM OS CAMPONESES REGIONAIS

2.1. O paradigma da reprodução camponesa

Conforme dissemos anteriormente, Eduardo Graziano e Francisco Graziano Neto (1983) não abordaram de modo aprofundado as transformações nas relações sociais de produção que se desencadeavam no Vale do Jequitinhonha no momento em que desenvolveram suas pesquisas. Concentraram-se, antes, em uma discussão das práticas e condições de reprodução precedentes daqueles camponeses, mesmo reconhecendo que a continuidade das mesmas se encontrava ameaçada pela expansão do desenvolvimento capitalista que avançava na região. Voltaram suas investigações para as condições de reprodução dos camponeses estabelecidos em uma das duas regiões que, segundo sua argumentação, seriam distinguíveis no Vale do Jequitinhonha, se tomássemos como referência seu período de ocupação e seus atributos geográficos. Privilegiaram uma investigação na região em que acreditavam encontrar maior grau de autonomia do campesinato então instalado.

Essa região corresponderia à porção ocidental do vale do rio Jequitinhonha, constituída pelas terras altas e irregulares do planalto mineiro ou Serra do Espinhaço. Graziano e Graziano Neto identificaram-na como região das “Minas”. Uma vegetação de cerrado cobriria especialmente suas chapadas, dotadas de inúmeras vertentes conhecidas como veredas ou grotas. Segundo o artigo, foi uma importante zona de mineração, nomeadamente durante o século XVIII, incluindo algumas das principais cidades onde ocorreu extração de ouro e de diamantes, como Grão Mogol, Minas Novas, Serro e Diamantina. Alguns dos traços que caracterizavam a mineração teriam influenciado sua ocupação, como o caráter itinerante da atividade levada a cabo pelos faiscadores, por exemplo, do qual não resultaram empreendimentos agropecuários de grande porte, como consequência do povoamento⁵⁸.

⁵⁸ A outra região que os autores identificaram no Vale do Jequitinhonha foi nomeada como *Geraes* e corresponderia às terras planas e baixas da parcela oriental do vale. Ao norte, sua vegetação seria um prolongamento do sertão baiano, enquanto que ao leste a floresta tropical úmida teria sido quase totalmente substituída por pastagens. Conforme os autores, a ocupação daquela região foi desencadeada em meados do século XVIII por uma criação pecuária destinada a abastecer o ciclo da mineração, o que trouxe como consequência a formação de grandes propriedades fundiárias que abrangeram e dominaram a produção camponesa existente.

Os autores supunham que a pequena produção de alimentos teria sido a única atividade a se desenvolver nas brechas de uma economia quase que completamente mineradora⁵⁹. Não obstante a coexistência da pequena produção camponesa em meio à mineração colonial, conforme os autores, foi a decadência dessa última a responsável definitiva por desencadear a dispersão da população trabalhadora (homens livres pobres, escravos libertos ou aquilombados) pelo meio rural, originando um campesinato ali estabelecido pelo menos até a década de 1970.

Segundo Graziano e Graziano Neto, também se estabeleceram, paralelamente ou mesmo por sobre a pequena produção, grandes fazendas algodojeiras e pecuárias⁶⁰, desencadeando uma relação entre fazendeiros e camponeses, em que esses últimos disputavam constantemente a preservação de suas posses e sua autonomia. Os autores periodizaram essa relação em dois momentos distintos. O primeiro, definido pela crise da mineração colonial, teria se estendido até meados do século XIX, quando a expansão do domínio dos grandes proprietários sobre a produção camponesa passou a predominar impondo severas condições de dominação territorial⁶¹. O segundo, abrangido a partir de meados do século XIX, teria se caracterizado pelo refluxo coronelista, em função da estagnação econômica das fazendas que liberaram terras para a produção camponesa, permitindo vínculos mais frouxos entre fazendeiros e camponeses.

A independência produzida pela liberação de determinadas terras pelas fazendas tradicionais, teria criado “um espaço social e físico liberto da dominação” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 87) tornando-se, para os autores, condição fundamental para a constituição de um modo de vida próprio que teria assegurado a reprodução social do campesinato no Vale do Jequitinhonha, até a chegada do “progresso” capitalista. Sem embargo sua caracterização, especialmente pelo Estado, como região de pobreza absoluta,

⁵⁹ “Ainda que de pouca expressão produtiva e numericamente limitada, não é difícil supor sua existência numa região onde abundavam trabalhadores livres atraídos de toda parte pelo ouro e onde a carestia de alimentos, mesmo básicos, era patente. A alta dos preços desses produtos bem como o seu constante problema de abastecimento induzia a população de poucos recursos a produzir sua própria subsistência, quando não se empregava nas empresas de lavra” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 86).

⁶⁰ “Estas fazendas nasceram da necessidade de alguns empreendedores da mineração substituírem a atividade extrativa em decadência por outra que ocupasse os recursos então disponíveis, gerados pela economia do ouro: escravos, dinheiro, tropas de muare e gado, linhas de comércio com outras regiões, etc.” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 86).

⁶¹ “Nota-se, inclusive, que o interesse dos grandes proprietários pelo domínio de amplas parcelas de terra dá-se não pela terra em si ou pelo que possa produzir – como mercadoria que se valoriza ou como meio de produção – mas sim pela possibilidade de dominar os homens que trabalham a terra. Dominar a terra é a condição essencial para se dominar os homens, para se dominar o trabalho e as atividades políticas dos camponeses. Tanto isso é verdade que a produção comercial não se expande conforme aumentam os domínios dos grandes proprietários. Nesse sentido, a lógica da ampliação constante dos domínios tem requisitos que ultrapassam o econômico” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 86).

imposta com o “propósito de justificar um projeto econômico-social próprio para a região” (1983: 87), a reprodução camponesa teria se configurado como um modo de vida estável e relativamente rico, social e materialmente, fundamentado numa alimentação sadia, em água farta, no lazer social, festas religiosas e, principalmente na propriedade dos meios de produção.

Para Graziano e Graziano Neto, as condições estabelecidas pela natureza influenciavam decisivamente o modo de vida camponês, nomeadamente o ecossistema caracterizado como “complexo grotas-chapadas”⁶². Diante dos recursos encontrados teria se desenvolvido uma forma de organização pautada pelo usufruto harmônico daquele meio ambiente, em que a apropriação dos terrenos úmidos nas grotas se complementava com a utilização das terras altas e planas das chapadas. Nas grotas, a apropriação da terra teria caráter privado, definido pelo lugar em que os camponeses estabeleciam suas moradias, permitindo-os assegurar os frutos do trabalho para a reprodução da família, frente a adversidades sociais eventuais⁶³.

A obtenção dos lotes se estabelecia pela compra, negociação qualquer, posse ou herança. De acordo com a análise desenvolvida no artigo, a comercialização não refletia, contudo, a valorização da terra como mercadoria, mas somente um rearranjo da sua distribuição entre as famílias camponesas. A herança, por sua vez, se organizava segundo códigos próprios que não necessariamente dividiam as parcelas equitativamente entre os filhos, muitas vezes destinando as mesmas, ao contrário, apenas para os herdeiros que possuíam mais inclinação à lavoura, enquanto os expulsos pelo processo de partilha eram recompensados pelos pais ou pelos irmãos que continuavam ocupando a terra. Segundo os autores, por fim, no momento de decadência das fazendas, muitas terras puderam ser apropriadas pela simples posse, o que, contudo, não mais acreditavam ser possível como garantia de manutenção da propriedade camponesa no momento em que escreveram seu artigo.

O fundamento da apropriação privada nas terras teria como mediação o trabalho, executado pela família ou individualmente, sobretudo no caso de viúvos ou solteiros.

⁶² “Estas montanhas, à semelhança de pequenos planaltos, conformam com suas variadas altitudes, planos elevados de vegetação típica de cerrado. Esses planos, sem recursos hídricos na superfície, são regionalmente chamados de chapadas. Os vales por sua vez, também de variada inclinação e profundidade contendo uma infinidade de riachos e rios, são designados por grotas” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 88).

⁶³ “A parcela de terra privada corresponde a uma pequena área (de 0,5 até 60 ha) onde se localiza a vida doméstica e produtiva da unidade camponesa. Normalmente chamada de minha morada, meu lugar ou minha propriedade envolve a casa de moradia, uma fonte de água, uma agricultura de alimentos e uma manga – pasto natural cercado” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 88).

Consequentemente, pertenciam aos camponeses os pomares e fruteiras; a plantação de algodão destinada à tecelagem doméstica; o chiqueiro onde eram confinados porcos; as criações de galinhas e outras aves no terreiro localizado em volta da casa; as hortas de legumes e verduras plantadas nas proximidades das fontes d'água; as roças de milho, mandioca, feijão, arroz e cana-de-açúcar realizadas nas terras úmidas e planas; os instrumentos para a moagem da cana, para fabricação de rapadura e cachaça e para farinhadas; bem como as “mangas”, áreas cercadas com paus, arames ou cipós, nas proximidades das encostas não úmidas, em que o gado ficava retirado, podendo inclusive pastar.

Por sua vez, nas chapadas ou mesmo nas terras mais declivadas, mas situadas à distância das fontes d'água, a apropriação fundiária teria um caráter “em comum”. Para os autores, o direito de uso sobre as mesmas não era restrito aos seus extremantes, ou seja, àqueles cujas terras eram contíguas às chapadas, nem limitado aos moradores das comunidades que lhes são correspondentes: quem se dispusesse a colher seus elementos, poderia se apropriar da mesma, uma vez que eram dádivas da natureza⁶⁴. Logo, a coleta de madeiras, frutos, raízes, ervas e folhas utilizadas na medicina caseira; a caça de animais silvestres; como a utilização das pastagens naturais para criação do gado “na solta” se fundamentavam no trabalho como mediação da apropriação privada e não em cercas ou qualquer outro indicativo ou sinal de propriedade. Nesse sentido, segundo exemplo dos autores, as poucas roças feitas nas chapadas, por exemplo, mandiocais, eram cercadas somente para serem protegidas das criações, uma vez que o trabalho humano seria compreendido pelos camponeses como a base que dava origem a posses e direitos sobre bens⁶⁵.

Os autores apresentaram também uma sucinta descrição da organização socioeconômica camponesa, apontando a inexistência de órgãos de decisão interna ou qualquer outra forma social e política de centralização, ainda que um código moral em comum garantisse unidade nas comunidades: “Um indivíduo que não seguir as regras de

⁶⁴ “A chapada na concepção local é Natureza e a Natureza ‘foi Deus quem fez’” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 90).

⁶⁵ “Do que foi colocado até aqui, conclui-se pela extrema importância da chapada para o modo de vida camponês. Quando não contém elementos simbólicos de orientação prática cotidiana, contribui com itens fundamentais para a reprodução física dessas unidades familiares. Fundamentais porque complementam a agricultura realizada nas grotas. As construções, cercas e utensílios camponeses são feitos de madeira, assim como seus alimentos são cozidos em fogões a lenha, suas doenças são cuidadas com raízes e ervas nativas, sua alimentação é completada com frutas e com carnes de caça, as águas vertentes propiciam hortas irrigadas, etc. Portanto, o usufruto socializado da chapada, condicionado pela cultura rural ali desenvolvida, é um componente indispensável para a reprodução socioeconômica camponesa” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 91).

reciprocidade e dívida social será marginalizado, passando a ter dificuldades em receber ajuda comunitária quando necessitar. [Não existia, contudo], porque a comunidade não [tinha] poder para tal, uma ação direta sobre seus membros, tais como confisco de terra, de produtos ou a expulsão do infrator de normas costumeiras” (1983: 92).

Da mesma maneira que não existiam órgãos ou nenhuma outra estrutura de centralização, também não seriam os ambientes físicos os responsáveis por unificar cada comunidade, uma vez que as grotas se localizavam suficientemente afastadas, de modo a dificultar a definição exata dos seus limites. Ao contrário, para os autores, eram os laços sociais e políticos, manifestos com práticas de ajuda mútua, de solidariedade familiar, vizinhança, reciprocidade, compadrio e parentesco, assim como práticas políticas, religiosas ou festivas, que davam sentido à comunidade. Nesse sentido, quase não havia especialização das ações sociais em instituições específicas e a unidade familiar resguardava todo controle sobre a ação social, religiosa e política.

Simultaneamente, a família funcionaria como uma unidade completa de produção, distribuição e consumo. Assim, toda a organização se encontrava voltada para a autossustentação, ainda que a venda dos produtos obtidos com produção e coleta fosse componente do cotidiano daqueles grupos de camponeses: o mercado capitalista não funcionava como uma meta a ser atingida, mesmo porque, segundo os autores, “o estabelecimento de uma rede comercial na região não [existia]” (1983: 93). Dentro das unidade, a divisão do trabalho não se fundava em divisões nem etárias, nem de gênero rigorosas: na prática, todos os membros da família conheciam as várias modalidades de trabalho, ainda que uns se ajustassem melhor a essa ou aquela determinada atividade, “fazendo com que não [fossem] plenamente intercambiáveis no processo produtivo” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 94).

Assim, mesmo que houvesse uma interpretação *a priori* das tarefas consideradas femininas ou masculinas, isto é, que idealmente houvesse uma divisão sexual do trabalho, “destinando-se as tarefas consideradas ‘maneiras’ da casa e adjacências às mulheres e as tarefas ‘pesadas’ da roça para os homens, a dinâmica social [impunha] uma frequente redefinição daqueles papéis a serem cumpridos” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 94). Ou seja, a unidade familiar se mostrava flexível, adaptada às necessidades cotidianas dos pequenos produtores rurais. Mesmo assim, às vezes, a família não conseguia satisfazer as necessidades de trabalho na unidade. Isso podia acontecer com famílias que estavam no

começo da sua formação ou quando a relação produtor/consumidor tinha um baixo coeficiente⁶⁶.

Nesse caso, para recompor a força de trabalho faltante, os expedientes utilizados costumeiramente eram, de acordo com os autores, a troca de dias, a contratação de um camarada a dia ou o mutirão, durante os momentos de maior “precisão” no interior da unidade⁶⁷. Diferentemente, quando a dificuldade de reprodução familiar extrapolava a necessidade de mais-trabalho dentro da unidade ou quando havia capacidade de trabalho sobressalente dentro da mesma, a venda de força de trabalho⁶⁸, para estabelecimentos empresariais localizados fora da região, podia ser utilizada como um recurso externo a determinados “limites do ‘mundo camponês’” (1983: 96). Para os autores, contudo, o importante a ser destacado, com relação a esse último expediente, era o regresso dos migrantes sempre ser estabelecido pela unidade camponesa. Assim, na partida já ficava definido o momento de plantação dos produtos a exigirem mais-trabalho, o momento da primeira capina que determinariam o regresso daquela força de trabalho para incrementar a produção na unidade.

Como outra possibilidade de comercialização da força de trabalho camponesa, os autores assinalaram, por fim, a migração da mulher adulta, ainda solteira para o assalariamento nos grandes centros urbanos, quase sempre como empregadas domésticas: “Permanecem de 3 a 4 anos nesse tipo de emprego e, após esse tempo, regressam aos seus

⁶⁶ “Muitas famílias camponesas, no início da sua formação, não possuem braços suficientes para que se executem os trabalhos agrícolas e não agrícolas. Quando a relação produtor/consumidor é baixa, isto é, quando apenas duas pessoas produtivas (o pai e a mãe, por exemplo) sustentam um grande número de indivíduos inadequados à produção (crianças menores de 10 anos e velhos), a unidade familiar tem necessidade de recorrer a outros expedientes de trabalho” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 95).

⁶⁷ “A categoria do camarada a dia expressa claramente seu conteúdo. Um camponês com necessidade de auxílio [...] emprega um camarada, que pode ser um vizinho, um amigo ou um parente. Muitas vezes, entretanto, é o contrário que ocorre. Alguém momentaneamente em necessidade ou com folga no tempo de trabalho oferece-se para trabalhar tantos dias a um vizinho pela despesa (em troca de alimentos). [...] A natureza da relação camarada a dia, mesmo que o empregado seja pago em dinheiro – o que tem se tornado mais comum – é completamente distinta do assalariamento capitalista. Aqui, nem há o agente capitalista, dono dos meios de produção e explorador da força de trabalho, nem há o trabalhador assalariado despossuído dos meios de produção e subsistência e vendedor de sua força de trabalho em troca de um salário. [...] Muitas vezes o camarada a dia, por envolver dinheiro, é substituído pela troca de dias. A troca de dias significa que um dia de trabalho agrícola cedido por um indivíduo a outro equivale a uma dívida social do segundo ao primeiro. [...] [Já] o emprego do mutirão como resposta a uma situação-problema é uma manifestação marcante da solidariedade e da reciprocidade comunitária camponesa. O mutirão é a reunião de vários camponeses da comunidade com fins de ajudarem, com o trabalho coletivo, determinado indivíduo em um dia de trabalho” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 95-96).

⁶⁸ “A liberação e consequente venda da força de trabalho familiar camponesa, como assalariados, se dá em um momento específico estreitamente vinculado ao ciclo agrícola. Isto é, na entressafra agrícola da sua produção partem em busca do trabalho assalariado em outras regiões. Aliás, este é também o momento certo para o desvio do trabalho familiar das tarefas agrícolas para outras não agrícolas propriamente ditas, como o artesanato ou o garimpo” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 96).

locais de origem para se casarem e constituírem outra unidade de produção” (1983: 97). Segundo o argumento dos autores, no entanto, parecia correto supor que a proporção de retorno ao meio rural foi declinando com o tempo, devido às dificuldades de reprodução camponesa e à atração do meio urbano. Reafirmaram, ainda assim, que a migração não provocava a perda de vínculo com a família, renovando, ao contrário, suas relações de dependência na medida em que, com a viagem, os migrantes conseguiam recursos para casarem-se ou, quando solteiros, contribuíam com dinheiro e presentes para os que continuavam no meio rural.

A maneira como aqueles camponeses encaravam a migração revelaria ainda características importantes para a análise do seu modo de vida. Primeiramente, os autores ressaltavam, observando como as migrações não fragilizavam os vínculos entre os que partiam e o resto da família, como eram “fortes as relações de natureza pessoal no meio camponês, onde a separação física da família não [significava] necessariamente a separação social da família” (1983: 97). Em segundo lugar, destacavam o fato das migrações funcionarem como uma preparação daqueles que ficavam para o relacionamento necessário com o meio capitalista. Informações e aprendizados trazidos educavam para a vida urbana. Para Graziano e Graziano Neto, tal aprendizado tornou-se fundamental quando aqueles camponeses foram efetivamente atingidos pela expansão do desenvolvimento capitalista⁶⁹.

Por último, os autores destacaram a dificuldade daqueles grupos em obter sua sobrevivência a partir da exploração estrita da terra, o que era evidenciado pelo estado de carência de recursos, denotado no discurso que os camponeses do Vale do Jequitinhonha faziam sobre sua “fraqueza”. Cada família “recursava” de maneira diferente aquela circunstância, complementando agricultura, além de coleta e caça realizada nas chapadas, com o desenvolvimento de práticas artesanais, comerciais e também pelo garimpo remanescente em algumas áreas⁷⁰. O artesanato permitia aos camponeses a produção de utensílios domésticos cerâmicos, ferramentas, roupas e cobertores, entre outros bens que permitiam aos mesmos realizarem sua reprodução econômica à margem do mercado de

⁶⁹ “Em um momento futuro, quando atingidos pela expansão capitalista na região, isto será fundamental. Muitos de seus comportamentos e respostas têm sua origem neste fato. Ao se educarem para o trabalho capitalista assalariado, ao aprenderem lidar com dinheiro, com números, com gerentes empregatícios e penetrarem no meio onde predominam as relações impessoais estão se preparando, inconscientemente, para enfrentarem um futuro adverso” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 97).

⁷⁰ “É bom salientar, para que não se crie uma imagem falsa de uniformidade, que a dedicação do tempo de trabalho a uma ou outra atividade complementar à reprodução é extremamente variável entre as unidades familiares. As várias alternativas possíveis, utilizadas em maior ou menor proporção por cada unidade em particular, compõe a diversidade de situações observadas dentro do Vale do Jequitinhonha” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 97).

produtos industriais. Além de suprir diretamente diversas necessidades, tais objetos podiam ser ainda comercializados, proporcionando uma renda monetária que concorria para a reprodução familiar.

Por sua vez, as atividades comerciais assumiam uma definição ambígua no modo como foram retratadas pelos autores. Ao mesmo tempo em que eles assinalavam “um contexto social específico dentro do Vale, fracamente monetarizado e pouco articulado com o mercado capitalista” (1983: 98); apresentaram os *negócios camponeses*, destacando a existência de uma série de atividades correlatas, em geral mercantilizadas, como traço marcante daquela população. Não obstante, para os autores, mercantil “não podia ser traduzido exclusivamente por relações capitalistas, sob a pena de se incorrer em graves erros na interpretação da realidade em estudo” (1983: 99). Justamente porque tais negócios normalmente eram efetuados dentro da própria comunidade, entre vizinhos, compadres e amigos ou nas feiras livres municipais, em que os produtores eram eles mesmos vendedores das mercadorias comercializadas, sem estarem submetidos a redes geridas pelo capital comercial⁷¹.

Com seu artigo, Graziano e Graziano Neto reuniram as questões centrais que definiram a reprodução camponesa como um paradigma para a quase totalidade das investigações sobre o Vale do Jequitinhonha. Mesmo sem terem se dedicado aprofundadamente ao estudo das transformações nas relações sociais de produção anteriormente apresentadas, influenciaram uma grande parte dos seus estudiosos, que incorporaram a discussão das condições de reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha como momento determinante para a compreensão do sentido daquelas modificações. Além disso, os modos de vida desestruturados pela expansão do desenvolvimento capitalista passaram a ser reconstituídos pelos “cientistas sociais preocupados em recuperar a história dos segmentos sociais que foram decretados ‘sem história’” (Palmeira, 1977: 103), caracterizados sistematicamente pela falta, miséria ou pobreza absolutas, principalmente da perspectiva dos projetos governamentais que se engajaram naquele processo de modernização.

Maria Aparecida de Moraes Silva (1988) realizou igualmente uma apresentação das condições de reprodução camponesa que anteciparam a dita expansão do desenvolvimento capitalista no Vale do Jequitinhonha, identificadas pela autora como “o mundo de antes” (1988: 11). A autora fazia, desde os primeiros momentos da sua exposição, uma série de

⁷¹ “Nesse contexto, portanto, não ocorre o mecanismo de endividamento e atrelamento do produto ao capital comercial ou usurário, como é comum na agricultura brasileira” (Graziano e Graziano Neto, 1983: 99).

alusões ao artigo de Graziano e Graziano Neto (1988), assim como às questões nele propostas: a caracterização geográfica do Vale do Jequitinhonha; a formação do campesinato a partir da crise da mineração; as condições que permitiram a constituição de um modo de vida caracterizado por uma dinâmica autônoma de organização social; a estreita articulação entre homens e natureza, que não é vista como fonte de lucro, mas como extensão do corpo e garantia da sobrevivência; as formas de apropriação da terra e as diferentes atividades produtivas nas grotas e chapadas.

Além dessa reconstituição das condições de sobrevivência daqueles camponeses, a autora mobilizou ainda algumas comparações, tanto com as condições de reprodução na Inglaterra antes dos cercamentos como com o modo de vida de outros camponeses latino-americanos. Ao discutir o caráter socializado do uso e do consumo dos produtos das chapadas, Moraes Silva observava uma semelhança com a organização das terras na Inglaterra anterior ao processo de expropriação camponesa promovido pelas relações capitalistas. Com essa ressalva, a autora assinalava que a marca da apropriação capitalista das terras era a produção de mercadorias para a venda, para a obtenção de lucro: a terra como meio de produção, separada do seu proprietário, sem nenhuma unidade entre sujeito e objeto e assentada na individualização completa das relações sociais⁷².

Nada mais diferente do modo de vida dos camponeses, cujas relações foram discutidas pela autora, se remetendo a uma apresentação das condições de vida dos camponeses peruanos, como uma economia distinta da “capitalista por suas unidades de produção e consumo combinadas, por sua mão de obra familiar e pela ausência de valores mercantis. A estrutura da família camponesa [...], assim como as práticas de ajuda mútua entre os camponeses [...] dão como resultado uma tenaz resistência da economia às transformações capitalistas” (Laite *apud* Moraes Silva, 1988: 12). Além disso, procurando caracterizar aqueles camponeses do Vale do Jequitinhonha, Moraes Silva destacou ainda a ajuda mútua, entre outras práticas de solidariedade vicinal, para demonstrar que entre os mesmos não se encontrava a necessidade de “explorarem o trabalho de outros, porque a organização social do trabalho não é determinada pelo princípio da acumulação de riquezas” (1988: 12).

Por fim, a autora destacava dificuldades de reprodução e uma situação de carências provocada pela “fraqueza da terra” (1988: 12), que aparecia como principal motivação para a

⁷² “Na região das minas, no Vale, existem duas formas de apropriação da terra. [...] Nas áreas privadas, estabelecem-se a moradia, as atividades domésticas e produtivas dos camponeses. Nas áreas coletivas, as atividades são a coleta de frutas, caça, obtenção de madeiras, raízes e também criação de animais, quando os pastos privados secam e até roçados de mandioca. Os produtos das chapadas são de todos, seu uso e consumo são socializados” (Moraes Silva, 1988: 12).

ocorrência de migrações, agravada pelos conflitos provocados pela chegada das companhias, como mostramos anteriormente: plantações sucessivas sem uma prévia recomposição do solo contribuíam, em sua perspectiva, para a perda gradativa da fertilidade natural das terras, o que não era combatido “em virtude da inexistência de recursos por parte da grande maioria dos camponeses” (1988: 12). Coeficientes baixos de produtividade faziam, portanto, que a pequena produção camponesa do Vale do Jequitinhonha fosse destinada somente para subsistência, conforme argumentou Moraes Silva, uma vez que a comercialização da produção tanto agropecuária como artesanal seria um elemento constitutivo da reprodução de grande parte dos grupos camponeses⁷³.

Em trabalho posterior, Moraes Silva (1999) retomou aquelas condições de reprodução, perseguindo brevemente a história passada de ocupação daquelas terras, bem como o processo de constituição do campesinato no Vale do Jequitinhonha. A autora caracterizava a região por seu “modo de vida secular assentado nas relações homem-natureza, no direito costumeiro da posse pessoal e da terra comum e na existência de uma história da natureza” (1999: 45), buscando confrontar um enunciado exaustivamente repetido nos planos de desenvolvimento regional, que deslegitimava a apropriação camponesa das terras no Vale do Jequitinhonha, argumentando serem suas chapadas inadequadas para a produção agrícola.

Segundo a autora, os “desclassificados do ouro” (cf. Souza, 2004), populações de livres pobres mestiços, descendentes de brancos, indígenas e negros aquilombados ou alforriados, se espalharam pelas terras livres, com a decadência da mineração. Partindo de documentos que registraram as condições de vida regionais, especialmente relatos de viajantes, durante o século XIX, Moraes Silva distinguia o cultivo de produtos e o emprego de recursos naturais, obtidos de modo a viabilizar a subsistência mediante métodos considerados rudimentares. A simbiose estabelecida entre a produção agrícola realizada nas grotas, a extração de barro feita nas veredas e a caça e coleta nas chapadas teria constituído, ainda assim, uma “história baseada nos valores de uso” (Moraes Silva, 1999: 45), fundamentada em “relações temporais assentadas no tempo natural” (Moraes Silva, 1999: 57), destruídas, segundo a autora, somente com a “introdução do dinheiro na troca de mercadorias” (1999: 57) e “pela produção do tempo linear, capitalista” (1999: 57), introduzido pela expansão do desenvolvimento.

⁷³ “Em virtude da produtividade baixa, provocada pela ‘fraqueza da terra’, a produção destina-se à subsistência. Não há, praticamente, sobras para a venda. Daí a necessidade do assalariamento do marido e filhos adultos para completar os parcos recursos auferidos na parcela” (1988: 13).

Partindo igualmente da constituição de um campesinato autônomo como uma decorrência da crise da mineração, Cláudia Maia (2004) diferenciou dois processos de ocupação do Vale do Jequitinhonha que teriam implicado em condições de reprodução distintas, não obstante identificadas como o mesmo modo de vida, caracterizado pela produção de valores de uso e pelos valores do campesinato como ordem moral⁷⁴. Os lavradores que ficaram no Alto Jequitinhonha conseguiram formar posses livres, tendo, contudo, segundo a autora, que desenvolver um saber específico para garantir sua sobrevivência, uma vez que as terras daquela região não estavam nem férteis, nem “descansadas”, em razão da derrubada das matas nativas e das sucessivas queimadas promovidas no seu processo de ocupação⁷⁵.

Os que seguiram rumo ao Médio e ao Baixo Jequitinhonha contariam com as promessas de terras fartas e índios a serem domesticados, para serem empregados nas lavouras. Nesse processo de ocupação teriam se estabelecido as fazendas e a pequena produção camponesa. Conforme a autora, as grandes propriedades incorporavam o campesinato existente, “abraçando-o” em seu processo de formação. Sem embargo, aquele domínio não limitava as condições de apropriação fundiária, uma vez que os camponeses teriam liberdade para produzir, desfrutando da terra à vontade, desde que o uso fosse temperado com a obediência⁷⁶.

Nesse aspecto, a abordagem da autora se distanciava daquela desenvolvida nos trabalhos de Graziano e Graziano Neto (1983) e Moraes Silva (1999 e 1988), em que a severa

⁷⁴“Neste estudo, o termo camponês e campesinato foi entendido como uma ‘ordem moral’, um grupo social que tem a posse da terra, e com a qual mantém laços de tradição e sentimento de pertencimento. A terra, para o camponês, constitui-se um patrimônio sociocultural. O processo de trabalho é familiar, fundado no princípio da hierarquia, e deve ser pensado a partir da interdependência com outras categorias como gênero e família, entendida aqui como um valor cultural. As ações econômicas são orientadas pelo princípio da reciprocidade e do parentesco, e estão voltadas para a reprodução do grupo doméstico e da comunidade e não, necessariamente, para a economia de mercado” (2004: 26).

⁷⁵ Citando o trabalho de Eduardo Ribeiro (1997), Maia caracterizava aquela forma de integração entre homens e natureza: “Os agricultores dos capões organizaram seu conhecimento do meio, regularam a vida pelo que o ambiente fornecia, transformaram a escassez em base de convívio, ajustaram suas lavouras aos tempos naturais. Aprenderam o quê, como, quando e quanto aquelas terras podiam produzir. Regularam o uso dos capões, descobriram o que se podia tirar das grotas, submeteram a natureza a um exame rigoroso e então aprenderam a extrair constantemente aquele pouco que a natureza avarenta do cerrado podia oferecer. [...] As técnicas de roça criadas pelos lavradores fazem parte do seu notável patrimônio cultural, ao lado do artesanato, folclore, histórias. São os produtos mais nobres dessas grotas do Jequitinhonha” (2004: 72).

⁷⁶ “A grande fazenda teve extrema importância na região; ela formava um grande organismo autossuficiente, abrigava inúmeros agregados e detinha imensos domínios. [...] Conforme Ribeiro [1997], ‘as fazendas eram cheias de moradores, os agregados que plantavam e criavam com muita liberdade nas terras das fazendas. Isto acontecia porque durante muito tempo no Brasil o domínio da terra – o direito do dono, proprietário – não impedia que outro usasse a mesma terra. Um morador podia desfrutar dela à vontade sem problemas com o dono. [...] Era, porém, um domínio com mando e uso com obediência. O fazendeiro cedia terras para o morador, em troca exigia respeito às ordens [...] o domínio dos fazendeiros manifestava-se em tudo, regulava a vida de todos, que devotaram a essa ordem uma submissão que levava o nome de respeito’” (2004: 72).

subordinação existente nas fazendas foi apontada como principal impeditivo para a emergência de condições de reprodução camponesa, estabelecidas somente nos espaços sociais e físicos libertos da dominação.

Admitindo como modelos determinadas perspectivas de caracterização do campesinato (cf. Maia, 2004: 25-34), a autora perseguiu a investigação de Ribeiro (1997) acerca da história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e no Jequitinhonha, encontrando elementos que a possibilitaram identificar a constituição de condições de reprodução camponesa, mesmo em meio ao desenvolvimento de relações de domínio fundiário. O trabalho de Amaral (1988) apresentou perspectiva bastante parecida, considerada, no entanto, a diferença relativa às escalas de análise empregadas: sua investigação discutiu o processo de formação de uma comunidade rural unicamente (Cachoeira, localizada no município de Chapada do Norte), a partir do qual a autora problematizou as condições em que se reproduziam relações camponesas.

Como povoado, a formação de Cachoeira, seria resultado da instauração de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em uma série de municípios do Vale do Jequitinhonha, no final da década de 1970⁷⁷. Com ocupação anterior, todavia, a então chamada Vargem da Cachoeira tivera doze alqueires de terra explorada, no período compreendido entre 1900 e 1930, por doze famílias de lavradores que produziam abundantemente, “sem precisar comprar na mão de terceiros” (Amaral, 1988: 68). Em momentos de maior demanda de trabalho, sobretudo durante as safras, aquelas famílias utilizariam a troca de dias, sistema de trabalho conjunto, fundamentado na ajuda mútua. Outras famílias em condições semelhantes estavam também distribuídas ao redor daquela fazenda.

Para a autora, “a unidade econômica básica era a família inserida num grupo de vizinhança em ajuda mútua, no qual pesavam os laços de parentesco e ‘compadrio’ – voltada para o seu próprio sustento” (1988: 68). Independentemente da comercialização dos excedentes produzidos, o que caracterizava aquelas relações, para Amaral, era a desnecessidade de produzir em vastas extensões de terra um volume de mercadorias destinadas à obtenção de lucro. Além disso, a autora ressaltava os sempre ínfimos investimentos em instrumentos e mão de obra, em função da pouca disponibilidade de

⁷⁷ “Pierre e Vera, dois agentes pastorais visitam a região intencionados em orientar seus lavradores na formação de um ‘centro’ de cunho religioso dirigido para a discussão de seus problemas práticos e sociais. Um grupo local de 5 ‘escolhidos’, instruídos nos quadros das CEBs e motivados por essa experiência, encarrega-se de dinamizar a população dos córregos vizinhos à ‘Fazenda da Cachoeira’ e de incentivar a construção, neste local, de suas casas e da igreja” (Amaral, 1988: 67).

recursos, de modo que o sistema de cultivo daqueles lavradores era muito rudimentar, caracterizando uma “economia rústica”, conforme definiu Amaral, se baseando na argumentação de Antonio Candido (2001). Essas condições de reprodução internas às unidades familiares não os livraria, contudo, da necessidade de trabalhar nas fazendas vizinhas “em troca de alguns mantimentos como sal, querosene e café, de instrumentos de metal, ou, mais raramente, para conseguir algum dinheiro” (Amaral, 1988: 69).

Entre os anos de 1938 e 1939, contudo, uma grande seca teria empurrado as doze famílias da Vargem da Cachoeira a venderem suas terras e partirem para Malacacheta, município localizado na chamada região da mata, nas proximidades de Teófilo Otoni. Desvalorizadas, aquelas terras teriam sido adquiridas a preços baixos por João Rodrigues Machado, que constituiu a fazenda da Cachoeira. Para a exploração das terras, aquele fazendeiro de porte médio empregava, segundo a autora, um bom número de camaradas contratados entre as famílias vizinhas. Além de lavoura policultora, a fazenda possuía engenho para a fabricação de rapadura, açúcar e pinga e criação de burros que formavam a tropa utilizada para comercializar seus produtos em cidades como Diamantina, Araçuaí e Teófilo Otoni.

Posteriormente, João Rodrigues Machado se mudou para um povoado próximo buscando se concentrar em atividades de comércio e condução de tropas, mesmo que concomitantemente tentasse também manter a fazenda, com o trabalho de meeiros. Considerando sua rentabilidade insuficiente, teria acabado por vendê-la, em 1947, para Vicente Jorge, um sitiante independente. Com a ajuda de seus filhos, afilhado e alguns camaradas, esse último produzia lavouras destinadas para o consumo interno, além de derivados da cana para abastecer os mercados vizinhos. Sua fazenda foi se tornando, progressivamente, um ponto de encontro onde os vizinhos se reuniam para “tomar pinga e contar caso” (1988: 70), consolidado pela contratação de uma professora dedicada para ensinar crianças da região, pela construção de um Cruzeiro e celebração periódica da Via Sacra.

Para Amaral, ainda que Vicente Jorge estivesse em uma posição social mais prestigiada que outros sítiantes do entorno da fazenda, podia ser considerado lavrador independente, que compartilhava com os demais uma similitude no gênero de vida⁷⁸.

⁷⁸ “A camada intermediária, com suas roças policultoras – unidades domésticas de produção – apesar de guardar entre si certas características econômicas diferenciadas, tinha em comum a responsabilidade em relação ao trabalho da terra que cultivavam direta e pessoalmente com o auxílio de sua família e, com frequência, com alguns ‘camaradas’ no sistema dia trocado” (Amaral, 1988: 73).

Participavam de uma camada intermediária entre fazendeiros e agregados que tinha, entretanto, algumas heterogeneidades: variavam de tamanho as áreas cultiváveis, a possibilidade de utilizar empregados na exploração das terras, bem como os recursos monetários das famílias⁷⁹. Mesmo havendo hierarquia na estratificação social daqueles lavradores, a autora apontava que não se estabeleciam relações de natureza classista. A dominação não provinha dos nexos econômicos, mas do prestígio social atribuído aos lavradores autônomos, valorizados por que não precisavam se submeter a trabalhar para ninguém.

Havia ainda os fazendeiros, que eram numericamente inferiores aos sitiantes nas comunidades em que Amaral realizou sua investigação e se caracterizavam pela maior quantidade de terras e camaradas mobilizados nos serviços da fazenda. Além disso, sua produção era destinada para o mercado, sendo exportada para outros municípios por tropeiros⁸⁰. Detentores de maiores recursos, esses fazendeiros imporiam seu poderio econômico sobre os menos abastados por meio de remunerações muito baixas: sendo obrigados a empregar a maior parcela do seu tempo produtivo nas fazendas de modo a conseguir sobreviver, os camaradas se dedicavam insuficientemente aos seus sítios, conseguindo uma produção que somente reiterava sua situação de “fraqueza” e de dependência.

A diferenciação na hierarquia social entre “fortes” e “fracos”, percebida com muita nitidez entre fazendeiros e camaradas, permearia também relações entre os próprios lavradores. Como vimos, no caso dos sitiantes independentes, o prestígio era determinado pela necessidade ou não de terem de trabalhar para outrem. Nessas relações, contudo, os limites da estratificação social se tornavam mais imprecisos: ainda que Amaral tivesse afirmado que os sitiantes autônomos, apesar das condições diferenciadas de prestígio, partilhavam do mesmo gênero de vida, sugeria igualmente que, em alguns casos, a contratação de camaradas implicava na substituição do trabalho familiar, provocando mudanças nas condições de reprodução no interior das unidades.

⁷⁹ “Essas diferenças implicavam na existência de, pelo menos, dois níveis de ‘lavradores autônomos’, diversamente situados na estrutura social: os ‘independentes’ – que não dependiam do trabalho fora de seus sítios para complementarem o consumo doméstico – e aqueles que, apesar de proprietários ou parceiros, se dispunham a trabalhar para os ‘fazendeiros’ no ‘sistema camarada’, a fim de remediar o sustento familiar. Constituíam-se esses últimos em reserva de mão de obra para todo tipo de tarefa, guardando a contradição básica de sua posição social: autonomia e subordinação” (Amaral, 1988: 74).

⁸⁰ “Com isto a organização do trabalho nas fazendas também se diferenciava da dos sítios porque, para produzir maior excedente rentável, o ‘fazendeiro’ não podia mais se contentar com o trabalho familiar” (Amaral, 1988: 75).

Diante das dificuldades em definir com clareza o caráter das distintas posições ocupadas tanto por fazendeiros como por lavradores mais ou menos independentes na estratificação social, a autora se voltou para discutir os princípios que fundamentam os sistemas de camarada pago e de dia trocado. Assim, buscava evidenciar os diferentes significados de cada uma daquelas relações, mesmo quando estavam imbricadas numa sociabilidade que unia fazendeiros, agregados, sitiantes que tinham de trabalhar como camaradas e sitiantes autônomos⁸¹.

De acordo com Amaral, o sistema dia trocado abarcava diferentes atividades fundamentais para a reprodução dos lavradores que não podiam ser concluídas no tempo necessário (para atender, por exemplo, determinações do ciclo agrícola) apenas com o emprego do trabalho familiar⁸². Nesse sistema, não havia remuneração em dinheiro ou espécie. O trabalho era “pago com o próprio trabalho” (Amaral, 1988: 78). Uma troca de trabalhos equivalentes cuja igualdade se fundamentaria pelo nivelamento do prestígio daqueles envolvidos e não por critérios econômicos⁸³. Zé de Altina, informante naquela pesquisa, afirmou que “entre nós era dia trocado: pobre com pobre, parente como qualquer um” (Amaral, 1988: 78). Para a autora, esse depoimento expunha como fundamento da igualdade dos dias, uma identidade comum aos lavradores pobres: “A ênfase recai sobre a unidade. No ‘sistema dia trocado’, a coletividade é vista como um todo” (1988: 79).

A obrigação da troca estritamente econômica seria substituída por um significado moral que reunia o universo pretensamente impessoal do trabalho à privacidade da esfera doméstica, mobilizada pela oferta de uma refeição farta e boa aos camaradas, que não necessitavam fazer cerimônia: “A refeição é a marca da ampliação dos laços para além daqueles requeridos pela realidade material que subjaz ao econômico; é o símbolo de sua

⁸¹ O emprego da troca de dias e do sistema camarada pago podia acontecer concomitantemente, como evidenciou o exemplo de sitiantes ditos prósperos, como Vicente Jorge, não se restringindo, o primeiro, aos lavradores pobres, nem o segundo aos fazendeiros. Ainda assim, os significados atribuídos para cada um daqueles sistemas acabava por identificá-los como uma ou outra entre as diferentes posições existentes na hierarquia social, como revelou o depoimento de Prexedes, informante naquela pesquisa: “Quem mais tocava camarada era os fazendeiros. Mais comum era trocar dia aqui na comunidade – nos vizinhos. No córrego era tudo unidinho” (Amaral, 1988: 77).

⁸² “Terminando os trabalhos na lavoura dos fazendeiros, cada um já podia carpir, plantar e cuidar de sua própria roça. Mas o sistema agora é outro. Se a família nuclear não tinha condições de levar o trabalho adiante no tempo necessário; a alternativa era trocar dia de trabalho. Seu funcionamento é simples. Durante o período da capina, por exemplo, reuniam-se, por mais ou menos uma semana, até terminarem de carpir a roça de todos do grupo (10 a 20 camaradas). Mas o sistema ‘dia trocado’ não funciona apenas para a capina. Com um número menor de trabalho vão trocando dia de trabalho para a realização de vários tipos de atividades necessárias” (Amaral, 1988: 78).

⁸³ “Transparece neste sistema o predomínio de relações de ‘substância comum’ que, segundo Leach, são relações de incorporação. A percepção da homogeneidade se dá por critérios de consanguinidade e/ou experiências comuns. [...] O sentimento que se difunde a partir daí é o da ajuda mútua em contraste com o sentimento da exploração” (Amaral, 1988: 80).

domesticação. O trabalho, no sistema ‘dia trocado’, tem uma realidade significativa para o grupo porque atualiza os significados que provêm da esfera doméstica – *locus* principal de criação de significados neste ‘modelo cultural’” (Amaral, 1988: 81).

Nesse processo, relações econômicas adquiririam outro sentido, ao recriarem a estrutura familiar e seus princípios. O sistema de dia trocado realizaria “uma função específica, apresentando o econômico e o doméstico não como duas dimensões extrínsecas, mas como uma só realidade, na qual as duas esferas encontram-se imbricadas” (Amaral, 1988: 82). Fazendo transparecer, segundo Amaral, uma organização social de trabalho específica daquela cultura, cujos limites extravasavam o grupo de vizinhança imediato, expressando a existência de solidariedade entre os habitantes do córrego: “Por essa recomposição cultural viam-se e designavam-se como parentes, apesar de não estarem ligados necessariamente por laços de consanguinidade. Identificam-se, assim, como um todo, atuando como ‘parentes’ e indicando que nas suas transações devem valer as noções éticas de ‘união’ e ‘consideração’” (1988: 83).

O sistema de troca de dias ultrapassava a família como unidade significativa, abrangendo também vizinhos da comunidade, mesmo que pela mediação do segmento familiar. Para a autora, essa relação apontava para condições de reprodução com características camponesas. Contudo, da sua perspectiva, esse modo de vida não seria exclusivo, nem predominante em Cachoeira ou em outras comunidades do Vale do Jequitinhonha: as condições de reprodução social incluíam ainda outros sistemas de trabalho, como o camarada pago.

O sistema camarada pago, conforme foi apresentado pelos informantes da investigação desenvolvida por Amaral seria “aquele em que o trabalhador paga ao ‘fazendeiro’ em trabalho pelo que necessita em mantimentos, ferramentas, dinheiro ou outros bens” (1988: 83). A necessidade desses recursos para viabilizar ou complementar a subsistência deriva da impossibilidade de grande parte dos lavradores mobilizarem seu trabalho nas unidades familiares, principalmente durante a seca, no intervalo de abril a setembro. Nesse período se movimentam apenas as lavouras canavieiras das grandes fazendas, onde existiam engenhos, juntas de bois, burros e os outros equipamentos necessários para a produção da rapadura, açúcar “sujo” ou aguardente. Os mais “fracos” trabalhavam em troca da subsistência e raramente, de algum dinheiro. Alguns deles continuavam prestando serviço aos fazendeiros mesmo quando a chegada da época das chuvas permitiria aos mesmos que “botassem” roças: “Tiravam-se de um a três dias para si mesmo, mas continuavam a prestar serviço ao ‘patrão’”. Ajudar o fazendeiro era uma necessidade compulsória, percebida não como resultado da

vontade ou compromisso moral, mas da ‘precisão’ e do estado de ‘dependência’” (Amaral, 1988: 84).

Essa situação de dependência era reiterada igualmente pela necessidade de submeterem-se à vontade dos fazendeiros. Numa situação de extrema necessidade, sem dinheiro, remédios ou comida, todos, agregados ou não, pediam para os mais “fortes”. Quando chegava o momento de pagar tais favorecimentos, os fazendeiros se sentiam no direito de definir quais dias de trabalho seriam despendidos nas lavouras da fazenda. O controle do trabalho pelos fazendeiros seria percebido como marca de submissão e inferioridade. Segundo a autora, o fato de a comida ofertada ser pouca e ruim, sem a possibilidade dos trabalhadores servirem seus próprios pratos, reduziria a alimentação à função estrita de recomposição da capacidade de trabalho, afirmando a distinção e a desigualdade entre os dois polos da relação.

Segundo Amaral, a dimensão moral da reciprocidade poderia ainda se efetivar a depender das características pessoais do fazendeiro. Ficava, contudo, ameaçada em um sistema restrito à esfera das necessidades e das relações contratuais: “A pessoa moral do ‘camarada’ vê-se reduzida à dimensão de indivíduo, simples peça, junto a uma massa indiferenciada de lavradores, no funcionamento econômico da fazenda. [...] Destaca-se, por outro lado, o poder, a autoridade e o domínio do ‘patrão’. Fica assim criada a dicotomia ‘camarada-patrão’ a partir do eixo econômico do trabalho, enquanto realidade material” (Amaral, 1988: 87).

Distinguindo os princípios do sistema camarada a dia daqueles do dia trocado, Amaral apontou a existência de condições de reprodução social diferentes daquelas inicialmente descritas como uma “grande família” (1988: 90). Apresentava relações cuja natureza classista questionava, da sua perspectiva, o modo de vida coeso, fundado na reciprocidade. Para a autora, apesar disso, aquelas condições de reprodução social transcendiam o enfrentamento de classes, sendo sustentada por determinada força de orientação sobre a prática que extrapolava os valores da consciência de cada um dos segmentos em relação. Nenhum daqueles grupos poderia, contudo, realizá-la de modo absoluto: “Vimos que dominantes e dominados enfrentavam-se numa relação de classes; portanto, estes conflitos devem ser considerados conflitos de classe. [Admitimos], porém, que a sociedade repousa sobre um conjunto de orientações que não se confundem com os interesses dos grupos em oposição, mas que, por sua vez, jamais é plenamente institucionalizado, devido à oposição dominantes-dominados” (Amaral, 1988: 107).

Assim, as condições de funcionamento da sociedade, suas orientações culturais, condutas ou organização social estaria mediada “pelo entrelaçamento dos grupos na luta pelo controle e apropriação destas orientações segundo seus interesses particulares” (Amaral, 1988: 108). Os dois sistemas de trabalho em questão – camarada pago e dia trocado – corresponderiam a apropriações distintas do modelo cultural, expressando contradições sociais e culturais⁸⁴: “‘União’ e ‘doação’ na relação ‘camarada-camarada’ e ‘ideologia do favor’ na relação ‘camarada-fazendeiro’ apresentam-se como duas linhas de força antagônicas” (Amaral, 1988: 108).

No sistema de trabalho camarada pago, a ideologia do favor expressaria a reivindicação da lógica cultural para legitimar o domínio econômico dos fazendeiros e fundamentar sua prática como grupo economicamente dominante. Apropriação parcial daquela força de orientação, para a autora, o sistema se apresentaria como força de hegemonia. União e doação também seriam, por outro lado, uma reivindicação daquela lógica. Sendo, contudo, forças de contestação, no sistema de troca de dias a autonomia camponesa estaria em formação. A resolução dessas contradições, instituídas ao nível da organização social ocorreria, por sua vez, segundo Amaral, apenas de maneira *ritual*, em festas e nas marombas ou mutirões: “Símbolos da ‘sociedade ideal’, apresentavam, pelo ‘drama’, a imagem [essa sim coerente] que a sociedade fazia dela para ela mesma na sua forma pura e plena” (1988: 110).

Nesse plano de análise, a síntese da interpretação sobre aquelas condições de reprodução se fazia à custa da problematização das linhas de forças de uma divisão dicotômica da sociedade, “jamais totalmente cristalizada em grupos, mas sempre presente como dinâmica de polarização” (Amaral, 1988: 109). A reciprocidade e a coesão, representativos de um modo de vida atribuído para o campesinato, emergiam como identidades gerais daquelas condições de reprodução social, ao menos ao nível das representações que seriam construídas pela própria sociedade acerca da sua forma de organização.

Assim, mesmo que Amaral considerasse em sua interpretação a ocorrência de diferenciações internas à dinâmica de reprodução social que se desenvolveu no Vale do Jequitinhonha, a autora transpunha igualmente sua análise para uma escala em que as dimensões por ela consideradas representativas da reprodução camponesa (como a

⁸⁴ “As orientações culturais se transformam, neste nível, em ‘ideologias’. Todavia, apesar da ‘ideologia’ se apresentar como atualização transformada da ‘cultura’, elas não se confundem, porque correspondem a polos distintos da totalidade social em interdependência” (Amaral, 1988: 108).

reciprocidade e a coesão) emergiam como identidade geral daquelas relações sociais, autonomizada desse modo como uma totalidade, cuja lógica interna se realizava como dramatização da sociedade ideal, resolução ritual de contradições instituídas ao nível da organização social.

Mecanismo de análise análogo orientou ainda os outros trabalhos que viemos apresentando. A perspectiva de Maia (2004) se aproximava bastante da argumentação desenvolvida por Amaral, na medida em que também admitia que lógicas distintas convivessem com a camponesa, tanto espacial como temporalmente, sem impedir sua reprodução. Conforme a autora, a escala em que aquelas relações emergiam não era, entretanto, ritual, mas sim moral. O trabalho familiar fundado na hierarquia paterna, o princípio da reciprocidade, além da produção de valores de uso configurariam aquela reprodução social como realização de uma *ordem moral* camponesa⁸⁵.

Ainda que de modo diferente, as interpretações desenvolvidas por Graziano e Graziano Neto (1983) e Moraes Silva (1999 e 1988) também se aproximavam daquela mesma abordagem, definindo uma escala em que as dimensões, consideradas representativas da reprodução camponesa, poderiam emergir. Em ambos os estudos, essa escala assumia, não obstante, dimensões de um recorte, tanto temporal como espacial, uma vez que a reprodução daquele modo de vida exigia contextos que possibilitassem a formação de um campesinato autônomo. Por isso, os estudos mencionados se restringiram à região e ao momento em que muitas terras puderam ser apropriadas pela simples posse no Vale do Jequitinhonha, em função da diminuição das pressões exercidas pelas fazendas.

Guardadas as devidas semelhanças, essa perspectiva da totalidade camponesa plenamente autônoma (ao menos conjunturalmente), presente nos argumentos mobilizados nos trabalhos de Graziano e Graziano Neto (1983) e Moraes Silva (1999 e 1988), havia sido abandonada nas análises tanto de Maia (2004) como de Amaral (1988) em favor de uma abordagem que considerava diferenciações internas à dinâmica de reprodução que se desenvolveu no Vale do Jequitinhonha. Ao resguardarem, respectivamente, as dimensões moral e ritual como únicas em que o modo de vida camponês encerraria plena vigência, reduziram as condições de reprodução camponesa, interpretadas por Graziano e Graziano Neto (1983) e Moraes Silva (1999 e 1988) como determinadas condições de vida (apropriação

⁸⁵ Em outros âmbitos, Maia (2004) admitia, contudo, o caráter bastante distinto assumido pela reprodução social, como no que se refere às relações de *mandonismo* existentes no interior das fazendas, por exemplo, cujo fundamento seria a reprodução de um poder pessoal, fundado no domínio da terra e numa lógica de funcionamento que parecia operar de maneira distinta das condições de reprodução camponesa.

fundiária, relações de trabalho e com a natureza), inclusive materiais, ao estatuto de mera lógica ou orientação moral.

O recorte ou a escala em que as relações sociais pensadas como camponesas encontrariam realização foi questão presente desde as primeiras investigações sobre a reprodução do campesinato desenvolvidas no país. *Os parceiros do Rio Bonito*, tese de doutorado defendida, em 1954, por Antonio Candido e alguns trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, como o artigo *Uma categoria rural esquecida*, publicado na *Revista Brasiliense*, em 1963 e o livro *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil* (1973) estão entre os primeiros exemplos do desenvolvimento dessa problemática. Refletindo a perspectiva dos estudos de comunidade, em voga no Brasil especialmente entre as décadas de 1940 e 1960⁸⁶, essas pesquisas foram dedicadas a comunidades em processo de mudança social e configuravam uma modalidade de investigação em que a vida social de determinada comunidade (social e espacialmente localizada) se tornava objeto de pesquisa minuciosa e detalhada⁸⁷.

O caráter descritivo dessas pesquisas e a coleta de inúmeros dados voltados à compreensão da estrutura social como um todo, funcionavam como fundamentos metodológicos, deslocados de uma abordagem antropológica centrada inicialmente nas chamadas sociedades “primitivas”. Buscavam identificar algum grau de preservação da cultura tradicional de comunidades rurais em meio ao seu processo de mudança, desencadeado pela transformação do caráter essencialmente rural e agrário do desenvolvimento nacional, no processo de urbanização e industrialização brasileiro. Os esforços de aprofundamento das pesquisas desenvolvidas buscariam embasar (legado da perspectiva da *Escola de Chicago*) uma intervenção racional naquele processo de

⁸⁶ Nos estudos da chamada *Escola de Chicago* (os trabalhos de Robert Redfield e Robert Ezra Park são referências importantes), as comunidades funcionavam como pano de fundo em que se desenrolavam os processos sociais investigados: uma espécie de *contexto* para a exploração, descoberta e verificação da interconexão entre fatos e processos sociais e psicológicos (cf. Arensberg e Kimball, 1973).

⁸⁷ Os primeiros estudos que tentaram descrever “algumas das características das condições de organização produtiva e dos processos de constituição de agentes sociais reconhecidos como sitiantes e colonos” (Neves, 2009: 306-307) foram realizados com essa perspectiva. A diversidade das condições de vida registradas pelos mesmos apresentavam atributos que caracterizariam a reprodução camponesa, como sua plasticidade organizativa, por exemplo (Neves, 2009: 307). Até aquele momento, os questionamentos sobre a reprodução camponesa integravam uma trajetória de estudos de formação do pensamento brasileiro sobre a *questão agrária* no país e haviam sido travados no interior das discussões sobre o caráter das relações de produção reproduzidas no processo de colonização: feudalismo ou capitalismo comercial? A contraposição acirrada entre essas duas perspectivas não teria permitido, contudo, a pormenorização da discussão sobre aquele modo de vida, mantendo sua análise polarizada entre interpretações dualistas. Ou imperava a pressuposição de que a “produção agrícola baseada na gestão familiar” não resistiria à modernização do campo ou sua interpretação era definida pela falta, por meio de qualificativos como “não-capitalista, de subsistência, minifúndio, pequena” (Neves, 2009: 304-305). Os estudos de comunidade viriam para preencher essa falta, fundamentando a formação de um paradigma investigativo voltado para a caracterização das especificidades da forma de reprodução daquelas relações.

transformação⁸⁸. As críticas feitas aos estudos de comunidade não raro destacaram sua incapacidade na compreensão das transformações sociais, políticas e econômicas do momento, embora o trabalho de Antonio Candido, por exemplo, tenha se destacado por superar os limites daquela abordagem (cf. Welch *et al.*, 2009: 36). Permeando as suas descrições sobre os meios de vida e sociabilidade do caipira paulista (cultura, recursos alimentares, religiosidade, formas de trabalho e solidariedade) com uma análise sobre a maneira como a expansão da economia capitalista teria desencadeado um ajuste tanto ecológico como nas relações sociais e de mercado, o autor apresentou o processo de descaracterização da vida rústica tradicional como inevitável, ao passo que concomitantemente assinalava a relutância daqueles parceiros em perder a autonomia resguardada por sua possibilidade de acesso à terra.

No livro *Os parceiros do Rio Bonito*, a cultura caipira aparecia ameaçada pelo desenvolvimento capitalista, sendo observada, entretanto, a partir das transformações advindas desse processo⁸⁹. As relações de trabalho e as formas de solidariedade que fundamentavam a definição da rusticidade daquela cultura eram, todavia, igualmente reveladas a partir das transformações sofridas (que iam da forma como festeiros eram escolhidos pelas irmandades à penetração de bens de consumo industrializados então desconhecidos dos parceiros de Bofete). O bairro rural como categoria analítica era apresentado, sem embargo, como unidade mais ou menos autárquica diante da qual a expansão capitalista avançava. Essa abordagem era evidenciada, por exemplo, quando Candido (2001) argumentava que a cultura caipira havia se constituído onde se desenvolveram formas de povoamento mais tradicionais, ou seja, onde o contato dos habitantes rurais com os centros urbanos ou semiurbanos ou com as fazendas não tinha ocorrido ou havia sido menor (cf. Candido, 2001: 102).

⁸⁸ O desenvolvimento dos estudos de comunidade no Brasil esteve relacionado com a contratação de pesquisadores estrangeiros por instituições de ensino superior, como a Escola Livre de Sociologia e Política, criadas na década de 1930. Esses profissionais teriam contribuído no processo de institucionalização universitária das ciências sociais no Brasil, com o treinamento de uma geração de pesquisadores nacionais mediante investigações de campo com perspectiva de intervenção (cf. Miceli, 1989). Além disso, aquela metodologia de pesquisa se adequava bastante a uma conjuntura em que as ciências sociais brasileiras procuravam afirmar sua cientificidade, em contraposição aos estudos de caráter ensaístico da chamada *Geração de 30* (cf. Corrêa, 1987).

⁸⁹ A perspectiva de intervenção no curso das transformações desencadeadas por aquele processo de modernização também estava presente no trabalho de Antonio Candido. Para Martinello e Schneider, as considerações do autor para a atuação na realidade apontavam para uma necessária intervenção estatal, indicando, entre outras sugestões, “a necessidade de reforma agrária como meio e forma de resolução de conflitos e de problemas sociais (pobreza rural), possibilitando reprodução do modo familiar de vida, e até mesmo a perpetuação do folclore e cultura caipira. Facilitar a manutenção da dieta e do cardápio alimentar é também objetivo de executar como medida de planejamento e ação estatal o acesso à propriedade da terra” (2010: 143).

O desmembramento dessa categoria analítica, da perspectiva de transformação histórica das relações sociais estudadas provocava sua autonomização como totalidade apartada, cuja forma de reprodução ou estava fadada a desaparecer, em conjunto com os próprios bairros rurais ou poderia ser mantida independente das transformações, como estrutura cultural e de sociabilidade, independente dos meios de sobrevivência que fundamentariam sua reprodução. Pudemos observar o desdobrar dessa problemática nos trabalhos sobre a reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha, que viemos retomando. Graziano e Graziano Neto (1983) partiram da referência dos estudos de comunidade para definirem o contexto localizado (social e espacialmente) em que a reprodução camponesa poderia ser estudada. Na região das “Minas”, os autores descreveram relações de trabalho, de apropriação da terra e da natureza, formas de ajuda mútua e solidariedade vicinal, entre outras práticas políticas, religiosas ou de organização social. Permaneceram, todavia, aquém das problematizações de Candido (2001), por não apresentarem aquelas relações a partir das transformações sofridas pelas mesmas, cujo impacto Graziano e Graziano Neto reconheciam como uma alteração substancial nas condições de sobrevivência daqueles camponeses⁹⁰. Com a autonomização das relações estudadas do processo social em que se moviam, a categoria analítica de região ou de comunidade camponesa (poderia ser bairro rural) também se destacava como unidade apartada, permanecendo associados à mesma determinados atributos de uma forma de reprodução social, não obstante essa última sofresse modificações. Uma separação que pressupõe abordagem análoga àquela que criticamos por dissociar a chamada lógica camponesa das suas condições de reprodução.

Essa identidade entre condições de reprodução de caráter particular e sua espacialização mais ou menos autárquica conformando uma totalidade relativamente autonomizada (regiões, comunidades ou bairros rurais) incidiu igualmente nos estudos regionais que participaram amplamente no processo de institucionalização da geografia

⁹⁰ Em seu *Memorial Acadêmico*, apresentado para o Concurso de Professor Titular do Departamento de Filosofia da USP, em 1988, Maria Sylvia de Carvalho Franco analisou detidamente a tese de doutorado de Antonio Candido, assinalando como a interpretação do autor ultrapassou certas representações do caipira totalizadas em si mesmas: “À diferença das ‘introduções metodológicas’ – muito em voga na época – que repetiam assertivas dogmáticas no jargão competente, a abertura de seu livro nos permite seguir, de verdade, uma atitude estudiosa, um olhar que busca alternativas teóricas, que tateia, vacila, recusa e escolhe, face aos vários caminhos oferecidos pelas ciências sociais. [...] O caminho escolhido recusa a generalidade abstrata do sociólogo, declinando, no mesmo passo, o recorte descritivo dos ‘estudos de comunidade’. [...] Procedimento crucial, onde o pensamento rompe com o abstrato (empírico ou lógico), o que permitirá ao pesquisador valer-se das representações do caipira não enquanto dobrada sobre si mesma (fechada no bairro, como na precisa análise da consciência grupal que abre o primeiro capítulo), mas como reflexão que se amplia sobre a sociedade brasileira (como os capítulos sobre as transformações)” (Franco, 1988: 107-108).

universitária no Brasil⁹¹. Várias investigações com essa abordagem foram produzidas na cátedra de Geografia Humana que integrava antiga subseção de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), fundada conjuntamente com a Universidade de São Paulo (USP), em meados da década de 1930⁹². Sem descartar a participação que os estudos regionais realizados sob a coordenação do professor Pierre Monbeig tiveram na formação de quadros técnicos e no desenvolvimento de estudos geográficos sobre os chamados problemas brasileiros⁹³ (cf. Andrade, 1994), procuramos problematizar a abordagem que orientava aquelas pesquisas, além do tratamento que conferiram para a problemática que viemos apresentando.

Os estudos realizados na cátedra possuíam uma abordagem comparável àquela desenvolvida por Vidal de La Blache desde as décadas finais do século XIX (cf., por exemplo, o *Tableau de la Geographie de la France*, 1903, onde o autor introduziu a perspectiva das descrições regionais aprofundadas) cuja orientação algo naturalista e empirista evidenciava o relacionamento existente nesse momento entre possibilismo e positivismo (cf. Andrade, 1994 e Bombardi, 2008), ainda que possamos contextualizar a

⁹¹ A armação de um aparato institucional dedicado a essa disciplina se inicia na década de 1930, com a organização dos primeiros cursos universitários no país, na Universidade de São Paulo (1934) e na antiga Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro (1935). Além da normatização da instrução básica de geografia em alguns estados, da constituição da Associação de Geógrafos Brasileiros (1935), da implantação estatal do Conselho Nacional de Geografia (1937) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1939). Responsável por consolidar um conjunto autorizado de geógrafos no país, mais do que mera história da disciplina, esse processo culminou com a sua institucionalização (cf. Quaini, 1983: 34). Se a elaboração “do discurso espacializante (e sua projeção no tema da identidade nacional)” (Moraes, 1991:171) não foi completamente monopolizada nesse momento, sua produção e divulgação sofreu interferências com a legitimação da razão técnica do trabalho científico e do argumento de autoridade dos seus especialistas. Conformado o *locus* de legitimação da reflexão sobre o espaço, a primeira contraposição dos geógrafos especialistas no Brasil foi contra o ensaísmo dominante (bem como observamos com relação aos estudos de comunidade), supostamente destituído do rigor empírico da ciência (cf. Moraes, 1991).

⁹² Com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, o ensino universitário de geografia no país foi iniciado pela cátedra de Geografia, sob a responsabilidade do professor Pierre Deffontaines, integrante da primeira equipe da *Missão Francesa*, que foi contratada pela universidade para inaugurar suas atividades docentes. No ano seguinte, em razão do professor Deffontaines não haver renovado seu contrato com a instituição, a cátedra de Geografia foi assumida por Pierre Monbeig, componente da segunda equipe de professores franceses contratados pela universidade. Em 1939, a divisão da antiga cadeira de Geografia acarretara a constituição das cátedras de Geografia Humana (que permaneceu sob a responsabilidade de Monbeig até 1946, quando este foi substituído por Ary França, seu antigo assistente) e de Geografia Física (assumida pelo professor João Dias da Silveira).

⁹³ Analogamente ao impacto da realização dos estudos de comunidade no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, os estudos regionais desenvolvidos na Universidade de São Paulo contribuíram profundamente com a formação de pesquisadores e outros técnicos qualificados para a intervenção nos programas estatais de modernização nacional em curso, proporcionando condições mais eficientes para a exploração dos chamados recursos naturais, para a circulação da produção por meio da implantação de infraestruturas, entre outras atribuições (cf. Andrade, 1994: 80). Esses estudos se dedicaram, além disso, ao levantamento de diversas discussões sobre a realidade brasileira (como os problemas agrários e as migrações), apresentadas nas assembleias anuais da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), realizadas pelo menos desde 1946, quando a primeira reunião nacional ocorreu em Lorena e sistematizadas em monografias e dissertações produzidas na USP.

geografia lablachiana como parte da reação antipositivista a que o desenvolvimento do historicismo esteve relacionado (cf. Capel, 1981). Identificando os estudos regionais realizados no Brasil com a concepção historicista, no artigo *O pensamento geográfico e a realidade brasileira*, Manuel Correia de Andrade argumentou que aqueles “trabalhos eram feitos com uma preocupação muito local, mediante análises de pequenas áreas e descrição de paisagens, quase sempre sem uma preocupação de generalidades, de correlação de causa e efeito” (1977: 11). Para o autor, isso teria relegado à geografia sobretudo o estudo de dimensões identificadas como culturais, afastando a disciplina da discussão das grandes pautas do desenvolvimento nacional, que animaram sociólogos e economistas durante as décadas de 1950 e 1960⁹⁴.

No mesmo sentido, Larissa Bombardi retomara um fragmento da tese *Tipos de sítios em algumas regiões do Estado de São Paulo*, defendida, em 1946, por Nice Lecoq

⁹⁴ Não obstante Manuel Correia de Andrade (1994) tenha atribuído aos estudos regionais produzidos sob a orientação de Pierre Monbeig o levantamento de questões relacionadas com a realidade brasileira, como dissemos anteriormente, o autor afirmara em texto prévio que “isolando-se dos movimentos renovadores do conhecimento científico internacional, mais preocupados com aspectos culturais da geografia que com a sua possibilidade de utilização política e social, deram os geógrafos uma pequena contribuição ao debate dos grandes problemas nacionais como o do desenvolvimentismo, o da reforma agrária, o da industrialização, etc., que empolgaram sociólogos e economistas dos fins das décadas de 50 e 60. Alguns geógrafos justificavam este afastamento do debate dos problemas nacionais por considerá-los não geográficos, já que admitiam uma orientação que considerava a geografia como simples conhecimento acadêmico, sem grande interesse prático” (1977: 11). Confrontados, os argumentos apresentados em cada uma das análises do autor parecem guardar certa incoerência entre si. Essa incoerência não decorre, contudo, dos próprios argumentos apresentados pelo autor. Antes, auxiliam a explicitar a ambiguidade da relação entre aquela produção científica e as pautas (assim como o processo) de desenvolvimento nacional. O conceito de região, tomado como fundamento pelos estudos regionais de orientação lablachiana, tem sido consecutivamente caracterizado, no que diz respeito à sua definição, como área com atributos inerentes definidos a partir das realidades ecológica, física e econômica. Assim, os estudos regionais teriam concentrado “seus esforços em descobrir meios de se agruparem os fatores reais da terra em complexos homogêneos, sem outro fim que o de estudos acadêmicos, descrição e análise, ignorando sua aplicação prática e utilitária” (Zarur, 1946: 3). Sem embargo, Jorge Zarur, no artigo *Análises regionais*, publicado em 1946, na *Revista Brasileira de Geografia*, acenou ainda para outra definição do conceito de região que só aparentemente se chocaria com a que foi apresentada anteriormente, apesar de ambas originarem-se “em premissas diferentes e se [desenvolverem] seguindo linhas de pensamento filosófico e experiências também diferentes” (1946: 3). Conforme essa interpretação alternativa, a sistematização regional seria considerada um meio para se conseguir controle: “O segundo conceito, de que as regiões são ‘meios’ que facilitam o controle e a melhor administração, surgiu e evoluiu com aqueles que mais se interessavam pela regulamentação da vida social existente. Estes estudiosos, de mentalidade mais especulativa, não se preocupavam apenas com as realidades físicas, pois questões de administração e policiamento constituíam seus principais objetivos. Consequentemente passaram a considerar a região mais como um ‘meio’ do que um ‘fim’. Deixaram as regiões de serem verdadeiras entidades que se desenvolveram dos elementos geográficos, físicos e culturais” (1946: 4). Zarur reconheceu que tais ideias, quando aplicadas separadamente, se excluía. Reivindicava, contudo, que fossem integradas as premissas para se tornarem elementos da unidade nacional, uma vez que a intervenção em um país continental como o Brasil pressupunha um conhecimento aprofundado e sistematizado das suas partes subnacionais. A apologia da integração entre as perspectivas mobilizadas pelo autor nos permite evidenciar, assim, o ajustamento dos estudos regionais sem grande interesse prático aos meios da centralização e da gestão estatal da modernização nacional.

Müller⁹⁵, procurando argumentar que aquela pesquisa discutia os “sitiantes como se se tratassem de comunidades isoladas, não apenas entre si, mas sem relação com o restante da sociedade” (2008: 100). Bombardi se aproximava, em seu artigo *Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo*, do debate crítico desenvolvido por Carlos Walter Porto Gonçalves (1978) sobre a abordagem lablachiana: “Partilha-se o real e estuda-se o único para escamotear a relação que lhe é subjacente” (Bombardi, 2008: 101).

Concentrados em descrever aprofundadamente as condições de reprodução em determinadas unidades espaciais autárquicas, cuja segmentação era ordinariamente pré-identificada, aparecendo como um “dato em evidência” (cf. Lacoste, 2005: 73), essas pesquisas apartavam as relações sociais investigadas (como faziam os estudos de comunidade) do processo de reprodução social mais geral com que as mesmas se relacionavam, interpretando *sua* lógica de reprodução como um *modus operandi* supostamente interno e específico. Não que a perspectiva salientada simplesmente descrevesse as relações identificadas, sem maiores preocupações em discutir suas interconexões. Os nexos privilegiados, contudo, eram sempre internos, se referindo ordinariamente aos vínculos sociais estabelecidos *dentro* dos grupos estudados, além de estarem voltados para a inserção dos mesmos em determinado meio⁹⁶.

As abordagens referidas também recorriam continuamente a uma separação entre dimensões mais *imediatamente* articuladas das relações sociais investigadas e planos

⁹⁵ Nice Lecoq Müller havia sido da equipe de auxiliares da cátedra presidida por Pierre Monbeig, ao lado de Pasquale Petrone e Ary França. Segundo o trecho de sua tese, apresentado por Bombardi (2008): “O rio apresenta neste trecho grande sedimentação nas margens convexas dos meandros, formando o que é chamado ‘praia’; essas praias apresentam contraste com a margem côncava, de desbarrancamento, não só do ponto de vista topográfico como também da exploração do solo. Nestas o risco de enchente é pequeno, e o sitiante cultiva arroz e bananas; naquelas as inundações avançam muito para o interior e não há a possibilidade de se fazer a cultura tradicional. A inundação saturaria de água o solo e mataria as bananeiras, que exigem boa drenagem; e, como atinge seu máximo em janeiro, alcançaria o arroz em pleno período de espigamento. A solução foi a criação: formaram pastos nas partes baixas, onde aliás o gado tem nas praias fácil acesso à água, pasto esse que é utilizado até a época das enchentes, quando o gado é então levado para as partes mais altas, em pastos de reserva que sempre mantêm nas colinas” (Müller, 1946: 47).

⁹⁶ Em um estudo sobre a institucionalização da geografia no Brasil, Antonio Carlos Robert Moraes (1991) se perguntava com que posições políticas em jogo no processo de centralização estatal, ocorrido no país a partir de 1930, coincidiriam a formulação dessas identidades regionais, enquanto seus autores pareciam se preocupar estritamente com a descrição das condições de reprodução internas a cada uma das totalidades que investigavam: “Este questionamento torna-se mais complexo com a entrada em cena do conceito de região. Este, também uma possibilidade de identidade pelo espaço, conhece uma significativa base objetiva de formulação no país. Indagar acerca dos sujeitos e contextos de criação e divulgação dos discursos dos diferentes regionalismos presentes no Brasil abre outro formidável universo de pesquisa. Até que ponto a identidade regional cumpriu um papel de *locus* de resistência dos dominados? Até que ponto foi uma estratégia oligárquica para se contrapor ao processo de centralização política? Até que ponto foi um expediente do próprio Estado na composição de sua base de hegemonia? Estas são questões que demandam um cabedal empírico ainda em elaboração” (1991: 172-173).

identificados como mais abrangentes, cujo caráter da articulação existente seria apenas virtual, visto que procuravam estabelecer limites entre condições de reprodução social supostamente apartadas, alegando relativa autonomia para aquelas unidades⁹⁷. Assim, mantiveram-se afastadas de uma problematização mais ampla sobre a reprodução da sociedade brasileira, apresentada ordinariamente bem distante (porque não relacionada imediatamente) da reprodução daquele modo de vida em questão. Ainda que tenhamos concordado com a interpretação de Franco (1988) sobre os capítulos que discutiram o processo de mudança social em *Os parceiros do Rio Bonito*, transpondo determinadas representações da vida caipira fechadas no bairro, mesmo no trabalho de Candido (2001) aquele procedimento esteve presente: diferentemente da sociabilidade familiar e vicinal organizadas pelo contato direto ou imediato dos participantes envolvidos, os planos mais abrangentes (por exemplo, em que se situavam os povoados, como as freguesias, vilas, distritos ou municípios) se manteriam distantes o quanto não interferissem mais concretamente na vida dos bairros, entrando apenas virtualmente na análise daquelas condições de reprodução social.

Essa maneira de tematizar as escalas, articulando-as somente a partir de relações diretas e fluxos concretos, presente nas abordagens que viemos discutindo, culminaria em estudos a propósito da expansão do desenvolvimento capitalista *sobre* condições supostamente autônomas de reprodução social, assim como os estudos anteriormente apresentados sobre o Vale do Jequitinhonha: relações ou condições de reprodução, estabelecidas de maneira a preservarem sua independência relativa dos planos mais abrangentes teriam sido acometidas desde fora por relações capitalistas, com cujo desenvolvimento em processo supostamente as mesmas não teriam nenhum vínculo antecedente.

Rejeitando criticamente a teoria de uma lógica própria isolável para determinadas relações sociais, retiradas do seu contexto mais amplo, como momentos individuais da análise, Robert Kurz problematizou, em seu livro *Dinheiro sem valor* (2014), o que

⁹⁷ O autor de *Parceiros do Rio Bonito* não deixava de considerar, ainda assim, planos mais abrangentes, em que estariam os povoados e seu território (antes freguesia ou vila, hoje distrito ou município) e onde ocorreria a interdependência dos bairros uns com os outros: “Mas, enquanto a solidariedade familiar e a vicinal pressupõem o contato direto dos participantes, a da unidade administrativa é sobretudo virtual, não o implicando necessariamente” (Candido, 2001: 100). Agrupamento ou unidade fundamental da sociabilidade caipira, alguém do bairro rural não se manteria vida social estável (o morador isolado tenderia ou a superar sua condição ou a cair em anomia); enquanto além dele estariam os chamados agrupamentos complexos, com relações mais seguidas com o mundo exterior: “Unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um *mínimo social*, equivalente no plano das relações ao *mínimo vital* representado pela dieta, já descrita” (Candido, 2001: 99).

identificou como *individualismo metodológico*. Aquela maneira teórica de proceder, discernida pelo autor como própria da filosofia e da ciência burguesas consistiria na observação isolada de determinada forma de ação que é “por assim dizer, escarpelizada, sem que se tenha em conta, em simultâneo, o contexto social e histórico, que é o único em que existe” (2014: 55).

Apesar de costumeiramente identificado com a economia, referida lógica e imediatamente às ações dos indivíduos, entendidos como *homo oeconomicus*, o individualismo metodológico corresponde igualmente àquelas perspectivas teóricas concernentes a algo idealmente individual, mesmo que seja em sentido institucional ou categorial. Nesta medida, o individualismo metodológico consiste, no essencial em escamotear uma lógica abrangente e determinante para a totalidade, investigando cada fenômeno individual ou isolado como se possuísse uma lógica inerente, que, inclusive, poderia ser estendida para outros fenômenos, mas apenas na medida em que fossem enquadráveis no mesmo modelo. Ou seja, independentemente da problematização dos processos de constituição de cada fenômeno, bem como da forma social de mediação reproduzida.

Assim, o problema de fundo das análises que viemos discutindo consistiria, primeiramente, na definição da reprodução camponesa ou do modo de vida de uma comunidade, bairro rural ou região como categorias isoladas, cuja lógica teria caráter independente do contexto social em que se reproduzem. Consistiria também na forma convexa de definição das relações sociais em pauta, como categorias sempre iguais a si mesmas, mesmo em circunstâncias históricas muito diversas. Assim, mesmo buscando caracterizar as especificidades daqueles grupos, sobretudo de modo a evidenciar sua autonomia com relação ao contexto social mais abrangente, as investigações sobre as condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha se confundiam com exposições sobre a reprodução camponesa em geral, cuja caracterização prescindia de qualquer contextualização histórica, sendo suas categorias entendidas de modo descontextualizado e estrutural: “Nesta questão fica patente até que ponto o entendimento dialético da totalidade defronta, de modo inconciliável, o entendimento ‘modelar’ do individualismo metodológico. Para este, a lógica isolável, que pode ser representada com recurso ao caso individual, ‘existe’ independentemente do seu grau de determinação de um todo; daí que seja válida que para uma ‘forma de nicho’ quer para uma forma social global, podendo, a partir de um ponto e passando pelo âmbito delimitado, estender-se à totalidade

(pelo menos segundo a sua pretensão) e manter-se sempre idêntica a si própria” (Kurz, 2014: 59).

Nessas abordagens, a totalidade da reprodução social, em que se encontravam inseridos os grupos camponeses, bairros rurais, comunidades ou as regiões, figuraria unicamente como relação puramente exterior, cuja dominação sobre as partes assim autonomizadas poderia vir a ser exercida, por exemplo, a partir do avanço das relações capitalistas sobre aqueles modos de vida, como mostramos anteriormente. Ou seja, em contraposição àqueles elementos analiticamente individuais (grupos camponeses, bairros rurais, comunidades e regiões), o todo acabaria figurando, igualmente, como simples identidade individual, separado do contexto categorial interno àquelas condições de reprodução e não como *tudo* das próprias determinações formais, dotado de qualidade constitutiva das mesmas.

A reprodução camponesa ou aquela existente em bairros rurais, regiões ou comunidades, caracterizada como específica, ainda que, concomitantemente, por uma identidade dos grupos camponeses em geral, independentemente do seu processo de constituição, aparecia, portanto, separada do todo, nunca tomado como sua forma de mediação social. Consequentemente, seus atributos constitutivos figuravam, nas interpretações discutidas, como objetos neutros que apenas deviam ser qualificados, mas nunca colocados em causa⁹⁸. O caráter contraditório daquelas formulações axiomáticas se manifestava, assim, no fato das categorias empregadas (o trabalho, a troca, as relações patriarcais, a produção de valores de uso) se apresentarem realmente como objetos sociais quase naturais e o conhecimento das mesmas ser ofuscado pelo seu caráter de evidência categorial aparentemente positiva do contexto social.

O desdobramento daquela abordagem dos estudos regionais lablachianos nas pesquisas sobre os gêneros de vida iniciadas na França por Maximilien Sorre, com seu trabalho de ecologia humana (cf., por exemplo, 1984), nos possibilita evidenciar mais precisamente o problema que viemos expondo. A dinâmica de reprodução interna e independente de cada gênero de vida seria distinguível, segundo Sorre, com base num conjunto “coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio. [...] Para a ecologia, o gênero de vida representa um conjunto de adaptações – seja qual for a ideia que

⁹⁸ Fazendo com que o problema relativo à definição dos mesmos acabasse se deslocando para “a polarização entre o objeto puro, por um lado, que existe sempre e não pode ser posto em causa, e o puro sujeito do conhecimento e da ação, por outro, que pode referir-se àquele de forma certa ou errada” (Kurz, 2014: 31).

este termo denote. Adaptações das atividades do indivíduo e do grupo, em outras palavras, técnicas. O gênero de vida é um conjunto de técnicas. [...] Esse termo deve ser entendido em seu sentido mais amplo, abrangendo tanto os elementos espirituais como os elementos materiais” (1984: 90-91).

A prioridade conferida por esse autor para o estudo das técnicas se relacionava diretamente com sua concepção de geografia humana: “O cunho geográfico da ação dos grupos humanos sobre a Terra resulta da aplicação de certa quantidade de energia a certa quantidade de matéria prima, em determinadas condições de espaço e tempo” (1984: 92). Com isso, o autor formulava um pequeno desvio da geografia lablachiana, de que era legatário, deixando de concentrar suas investigações especialmente nas permanências (decorrentes da história natural ou de transformações históricas muito antigas), que possibilitariam o reconhecimento dos complexos geográficos⁹⁹, para estabelecer “uma classificação, geral e flexível, das condições de gênese desses mesmos complexos geográficos, mantendo, no centro do quadro, o homem e seu poder de invenção [...], [com o] constante cuidado de nunca perder o contato com a vida e de evitar a descrição de aparências mortas” (1984: 92).

Para aquele autor, as técnicas e a energia se encontravam em relação com a vida social: “Ao referirem os primeiros progressos das sociedades, os sociólogos invocam a divisão do trabalho. Durante milênios, os homens utilizaram principalmente a energia de origem biológica, obtida deles mesmos ou de animais domésticos. Em vastas regiões de economia sobretudo agrícola quase não se usam senão forças humanas na valorização do solo, ainda em nossos dias. Essas considerações justificam o projeto, que tentamos elaborar de uma geografia do trabalho” (Sorre, 1984: 93).

Com a ampliação das descrições regionais aprofundadas (Lacoste, 2005: 60), realizadas pelos estudos regionais, no estabelecimento de um método ecológico para a pesquisa dos gêneros de vida em geral, Sorre determinava os elementos que deviam ser investigados na formulação de uma geografia do trabalho¹⁰⁰. As categorias sociais, antes

⁹⁹ Lacoste desdenhara da abordagem que teria se tornado “a forma, a mais fina, do pensamento geográfico” (2005: 60) dando mais destaque para as ditas permanências, do que para “tudo que decorre da evolução econômica e social recente, de fato, tudo o que tinha menos de um século e traduzia os efeitos da ‘revolução industrial’” (2005: 60).

¹⁰⁰ As afinidades entre sua matéria e estudos de comunidade foram ainda objeto do seguinte comentário do autor: “O conceito global de geografia humana impôs-se apenas lentamente e devido a influências estrangeiras. Em contrapartida, a sociologia americana teve desenvolvimento autônomo de vigor notável. Ela se deparou com as preocupações ecológicas. Toda uma escola se organizou em torno do conceito geral de ecologia. De modo bem geral, pode-se dizer que, na América, os sociólogos incumbiram-se das tarefas assumidas entre nós [na França] pelos geógrafos, apoiados nos historiadores dos fatos sociais. Em suas pesquisas, os americanos dispuseram de

implícitas na descrição de determinadas totalidades concretas, eram evidenciadas como objetos de pesquisa a serem preenchidos de características pela descrição da forma de reprodução de cada um dos gêneros de vida. Pressupostos ao próprio contexto em que existiam, aqueles atributos figuravam não apenas neutros, como evidências categoriais positivas, mas precisamente como objetos sociais quase naturais, na medida em que permitiriam descrever a ação de quaisquer grupos humanos sobre a Terra, a partir das maneiras como empregam energia às matérias primas ou, em uma palavra, a partir das maneiras como *trabalham*.

Pressupondo a generalidade ou universalidade dos conceitos manejados naqueles estudos descritivos das especificidades, o autor desenvolvera um método que permitiria descrever a totalidade das condições de reprodução social humana, a partir daquilo que parecia seu nexos mais genérico, quase natural. O referido método revelava, conseqüentemente, que a descrição de determinadas condições de reprodução social, apresentadas nas pesquisas sobre a reprodução camponesa, estudos regionais ou de comunidade (ainda que buscasse assinalar a especificidade em contraposição com um contexto mais abrangente), se fundamentava precisamente naquele mecanismo ou procedimento de redução das relações sociais a formas “vazias” em termos de nexos e conteúdo.

O procedimento referido pode ser plenamente identificado com o que Marx denominou, no texto *Para a crítica da economia política*, como o método da economia política (1987: 16-23). O progresso atribuído pelo autor, por exemplo, para a pesquisa desenvolvida por Adam Smith, se referia ao fato do seu método haver rejeitado toda determinação particular da atividade criadora de riqueza, superando, por exemplo, a perspectiva fisiocrata, em favor de um conceito geral que considerava “o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o trabalho comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas essas formas de trabalho” (1987: 19). Com isso, Adam Smith parecia ter encontrado (como acontece nas perspectivas que viemos problematizando) unicamente a relação abstrata mais simples e antiga em que entram os homens de qualquer forma de sociedade: a de *produtores*.

Marx prossegue argumentando, não obstante, que, embora essa correspondência pudesse estar correta em certo sentido, não estava em outro; uma vez que a própria

um arsenal luxuoso de técnicas do qual nem sequer temos ideia. Um geógrafo francês, inglês ou alemão ao consultar um manual americano de sociologia rural, encontra material sobre habitat rural, estruturas agrárias, demografia e migrações rurais que lhe são familiares” (Sorre, 1984: 90).

“indiferenciação em relação ao trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. [...] Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro. [...] Nesse caso, o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. [...] Aí, pois [apenas na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa], a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho *sans phrase* [sem mais], ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira” (1987: 19, grifo no original).

Como formulação da mesma problemática, Marx (1983) inverteu ainda aquele método¹⁰¹, iniciando sua discussão sobre o trabalho abstrato em *O capital*, como crítica conceitual de uma realidade francamente negativa¹⁰². Contrariamente ao que sugeria a definição meramente positiva pressuposta no método da economia política, o autor apresentava a abstração como um processo simultaneamente real e social em que escapam todas as qualidades sensíveis (dos diferentes trabalhos e valores de uso) em direção a uma objetividade puramente fantasmagórica. Logo, a abstração não aparecia como resultado intelectual, mero produto do processo de pensamento, mas como a própria forma da reprodução social¹⁰³.

¹⁰¹ Florestan Fernandes já havia notado essa inversão, operada por Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*: “Ele deslocava o fulcro da análise científica, substituindo um ‘modelo abstrato’ da economia da sociedade burguesa, que a convertia em uma economia *tout court*, pela economia capitalista e a sociedade burguesa concretas, consideradas como totalidades históricas vivas, dinâmicas, interdependentes. [...] Marx retirou o método da economia política do reino da mistificação e da feticização” (1989: 119).

¹⁰² “Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis” (Marx, 1983: 47).

¹⁰³ As determinações reais sociais do conceito de trabalho em geral, abstrato, encontrado por Smith como resultado das suas investigações, não foram consideradas no conjunto das atribuições manifestamente apologéticas daquela ciência burguesa: “A economia política, considerada ramo da ciência do estadista ou do legislador, propõe dois objetivos distintos: primeiro, proporcionar uma renda abundante ou subsistência para o

Entretanto, embora Marx tivesse criticado o método da economia política por apreender o caráter abstrato do trabalho como categoria social sem reconhecer as determinações do processo histórico que se lhe realiza de maneira subjacente, o autor sustentara igualmente (e aporeticamente) como um momento da sua argumentação, a apresentação conceitual do trabalho em geral, inclusive em *O capital*, como definição positiva: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Marx, 1983: 50).

No texto *A substância do capital*, Robert Kurz (2004a) partiu da apresentação empreendida por Marx do trabalho como abstração real social, destacando não apenas seu caráter negativo, como também destrutivo: “O ‘abstrair do valor de uso’ [...] a fim de se alcançar uma ‘objetividade fantasmática’ [...] já significa uma tendência francamente destrutiva do mundo sensível e social” (2004a: 18). Kurz reconhecia, sem embargo, a aproximação de Marx de uma crítica que o mesmo ainda não teria levado até o fim, problematizando a aporia subjacente em sua argumentação, conforme foi formulada nas páginas anteriormente mencionadas, dedicadas para a crítica do método da economia política¹⁰⁴: “Tanto a abstração como o seu conteúdo social aparece, por um lado, como positiva, como ‘progresso’, como uma geral ‘atividade criadora de riqueza’, como desenvolvimento de uma diversidade; e, por outro lado, como negativa, como ‘indiferença’ relativamente ao conteúdo. Do mesmo modo, o ‘trabalho’ aparece, por um lado, como uma abstração ‘racional’, como mera designação genérica de um ‘rico desenvolvimento concreto’ de atividades; por outro lado, Marx não tarda a corrigir-se, chamando a atenção para [o fato dessa abstração não ser] ‘apenas o resultado mental de uma atividade concreta’, mas a correspondência a uma ‘forma de sociedade’ em que essa abstração se torna real e assim

povo, ou, mais propriamente, permitir-lhe proporcionar tal renda ou subsistência para si mesmo; e segundo, suprir o Estado ou comunidade com uma renda suficiente para os serviços públicos. Propõe-se a enriquecer o povo e o soberano” (Smith, 1986:169).

¹⁰⁴ Continuando o trecho citado anteriormente, em que Marx admite os progressos realizados por Adam Smith, para em seguida explorar os limites da sua abordagem, temos: “Assim, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece, no entanto, nessa abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna. Poder-se-ia dizer que esta indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho, que se apresenta nos Estados Unidos como produto histórico, se manifesta na Rússia, por exemplo, como uma disposição natural. [...] Este exemplo mostra de uma maneira muito clara como até as categorias mais abstratas – precisamente por causa da sua natureza abstrata – apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas” (1987: 19-20).

definidora da ação. Sobretudo, porém, Marx por um lado mantém-se fiel à concepção de que a abstração ‘trabalho’ é uma ideia ‘antiquíssima’ e ‘válida para todas as épocas’; por outro lado, porém, esclarece em simultâneo que se trata de ‘uma categoria tão moderna’ como ‘as condições que produzem essa simples abstração’, de modo que essa categoria acaba por ser o ‘produto de determinadas condições históricas’, nomeadamente das modernas, possuindo ‘validade plena apenas para e no interior dessas condições’” (2004a: 20).

A designação, utilizada por Marx, do trabalho como uma relação muito antiga não estaria, contudo, de acordo com o argumento de Kurz, fundamentada em nenhuma investigação histórica. Para esse último autor, em muitas outras sociedades não haveria existido uma categoria de atividade geral e abstrata. Mesmo nas sociedades em que um conceito genérico nominal (sem abstração real) pareceu existir, o mesmo se referia a atividades muito limitadas e não uma generalidade social. E mesmo nas línguas em que trabalho designava uma atividade específica dos escravos, dependentes ou menores, considerado que estava em questão mais do que uma abstração nominal (ainda que a abstração, naquele contexto, não tivesse caráter moderno), não referido, contudo, a uma generalidade ou categoria de síntese social, como no processo de modernização. Nesse sentido, tomar o trabalho como uma relação muito antiga implicaria numa espécie de anacronismo.

A maneira como Marx separa as definições de trabalho abstrato e concreto em *O capital* também seria aporética de acordo com a argumentação de Kurz: “A rigor, a designação ‘trabalho abstrato’ representa um pleonasmo lógico [...], uma vez que o atributo já está contido no próprio conceito. É que, de fato, o ‘trabalho’ já é uma abstração. Inversamente, o conceito ‘trabalho concreto’ representa uma *contradictio in adjecto* [...], já que o atributo está em contradição com o conceito. Como abstração (mesmo conceptualmente, apenas nascendo no terreno de uma abstração real social) o ‘trabalho’ não pode ser *per se* ‘concreto’ no sentido de uma determinada atividade” (2004a: 21, grifos no original).

O emprego paradoxal daquelas definições poderia ser encarado como momento da contradição real da relação do capital e da sua socialização do valor, já que o concreto, a diversidade do mundo é de fato reduzido a uma abstração, colocando a relação entre o particular e o geral com a cabeça para baixo. Isso ocorreria, ainda de acordo com a argumentação de Kurz, porque o particular passa a ser apenas uma manifestação da generalidade totalitária do valor: “O concreto, assim sendo, também já não representa a

diversidade estruturada do particular, mas não ‘é’ senão a ‘expressão’ da generalidade realmente abstrata da ‘substância’ universal” (2004a: 21).

Essa maneira de abordar aporeticamente a categoria social de trabalho, ficaria manifesta, ainda, no conceito de valor de uso, utilizado por Marx para fundamentar o momento ontológico da abstração trabalho. Para Kurz, o conceito de utilidade para determinadas necessidades não seria, entretanto, uma categoria de síntese social e não poderia, por isso, ser simplesmente equiparado ao de valor de uso. Essa última categoria apenas refletiria uma utilidade abstrata, sendo parte integrante da abstração real moderna: “Não é um conceito do ponto de vista das necessidades, mas sim, um conceito de representação da mediação da forma valor (o valor de uso de uma mercadoria, como forma equivalente apenas exprime o valor de troca da outra mercadoria)” (2004a: 22). Ou seja, aquela designação apenas faria sentido na mediação com o valor de troca, como polaridade da relação de valor, estando bem longe de ser uma condição existencial, independente de todas as formas de sociedade. O modo específico como a abstração se apodera dos objetos (objetivando-os, poderíamos dizer) que, em si mesmos, nada têm de abstratos¹⁰⁵.

Assim, trabalho, mercadoria e mesmo os valores de uso precisariam ser compreendidos na relação com o processo social definidor do seu caráter efetivamente abstrato (o desenvolvimento capitalista) e não como mero produto intelectual de um procedimento de generalização que procura reter somente o essencial dos fenômenos empíricos. Quando nos referimos a essas categorias sociais tratamos, assim sendo, de capitalismo, visto que unicamente nesse processo histórico as mesmas assumiram aquele caráter de fetiche social independente e abrangente, dotado de uma força de lei própria e quase automática¹⁰⁶. Nessa abordagem conceitual, a própria economia ou a produção, entendidas genericamente como pressuposto fundamental da reprodução social em geral, teriam de ser tomadas como relações historicamente limitadas. O processo histórico, conseqüentemente, não poderia ser interpretado como desenvolvimento interno de um princípio transhistórico, numa perspectiva antropológica que sustenta uma identidade ideológica da ontologia com o processo histórico¹⁰⁷.

¹⁰⁵ “Uma vez que isto esteja clarificado, talvez possamos continuar a usar os conceitos de Marx, consagrados como estão, no entanto, com uma compreensão alterada” (Kurz, 2004a: 22).

¹⁰⁶ “Logo que se produz um consenso sobre o caráter mais ou menos transhistórico de uma relação social, porém, e por muitos absurdos que sejam alguns dos seus traços, ela é subtraída à possibilidade de crítica; pelo menos, o obstáculo a superar para alcançar um entendimento crítico é muito mais alto que no caso de objetos cujo caráter historicamente limitado seja incontestado” (Kurz, 2014: 33).

¹⁰⁷ “A lei interna, cujo caráter de prova de autonomizações fetichistas, de resto, já aqui é ignorado para positivá-la, é considerada, à boa maneira da ideologia iluminista burguesa, como o desenvolvimento transhistórico de

Contudo, acontece justamente que trabalho, mercadoria e valores de uso eram utilizados como conceitos, tanto nas pesquisas sobre a reprodução camponesa como nos estudos regionais, de comunidade e sobre os gêneros de vida, que buscavam descrever as especificidades de cada uma das formas de reprodução social analisadas, para afirmação das mesmas como totalidades apartadas do desenvolvimento do capitalismo. Ao menos relativamente ou até que ocorressem contextos de expansão desse último sobre aquelas unidades. Rigorosamente, aquelas interpretações poderiam ser, portanto, criticadas por não terem tomado conceitos cujo sentido social (no caso da mercadoria, trabalho e valor de uso, abstratos) correspondesse exatamente ao caráter específico das relações que pretendiam descrever.

Mas a utilização dos mesmos na apresentação das referidas relações específicas, expressa certamente mais que um equívoco epistemológico. Diferentemente das relações sociais genericamente apresentadas nos estudos sobre gêneros de vida, o processo de constituição do campesinato no Vale do Jequitinhonha, inclusive conforme foi problematizado nas análises que viemos discutindo, se relacionava diretamente com o processo de expansão colonial que culminou no desenvolvimento capitalista como estabelecimento de uma sociedade mundial. Nessa totalidade que não corresponde simplesmente a uma lógica, mas sim um conjunto de relações sociais, as determinações formais não estiveram sempre pressupostas (como unidade ideológica entre o lógico e o histórico), mas tiveram que se constituir em processos históricos sociais reais, cujo desenvolvimento não pode ser deduzido de um entendimento ontológico da economia, produção ou trabalho.

Assim, com nossa perspectiva procuramos não uma correção do emprego indiscriminado de referências conceituais cujo caráter tanto social como historicamente abstrato parece nunca estar em pauta. Mas, antes disso, uma crítica do modo teórico de proceder que, partindo das totalidades apartadas cujas lógicas parecem inerentes, acabam reduzindo o todo, ele mesmo, a mera identidade individual, cuja lógica fica antropológicamente pressuposta, sem se preocupar com seu processo de formação e desenvolvimento contraditório. Ou seja, mais do que caracterizar as relações que

condições ontológicas ou antropológicas. [...] Apresenta-se assim um desenvolvimento sequencial de determinações formais que já não é o do capital, mas da história no seu todo. Deste modo, se presume como resultado de uma história prévia o contexto interno de ‘trabalho abstrato’, mercadoria e dinheiro, já plenamente constituído no plano lógico a partir de um momento relativamente remoto em formações pré-capitalistas – contexto ao qual o capital, de certo modo, apenas teria sido ‘acrescentado’, como um desenvolvimento ulterior igualmente lógico-histórico” (Kurz, 2014: 34).

reproduziriam a totalidade ou cada uma das suas partes, procuramos discutir como o movimento de autonomização desse todo, em momentos que adquirem aparência de autonomia, impõe sua própria constituição fetichista.

Nesse sentido, podemos retomar criticamente argumentos elaborados pelas interpretações que viemos discutindo, procurando mostrar que conforme aceitavam a categoria de trabalho como um pressuposto quase natural da reprodução social (mesmo apontando a produção exclusiva de valores de uso como especificidade da sua forma de reprodução), as análises hipostasiavam determinadas maneiras de reprodução daquela categoria como se as mesmas não tivessem processo histórico de constituição ou autonomização. Na pesquisa de Moraes Silva (1988), por exemplo, além de terra e trabalho aparecerem como fatores de produção independentes, a ausência de mecanização e tecnificação produtiva parecia apontar certa descapitalização das unidades, o que implicava em uma argumentação contraditória com determinada relação entre homem e natureza sugerida pela própria autora¹⁰⁸.

Os fatores de produção foram pensados pela economia política como componentes básicos na produção de bens e serviços. Para que pudessem ser articulados em processos produtivos, terra (terras cultiváveis, florestas, minas), trabalho e capital (máquinas, equipamentos, instalações) tinham que estar disponíveis no mercado, separadamente e em quantidades adequadas. Assim, segundo essa abordagem, os fatores de produção seriam somente *coisas*, consumíveis na produção de outras coisas. Sabemos, contudo, que determinados processos sociais foram necessários para que aqueles fatores adquirissem existência reificada e autonomizada. Consequentemente, a naturalização de sua separação implicaria no apagamento desses mesmos processos sociais nos quais consiste o desenvolvimento contraditório do capitalismo, como processo de modernização. Como apontamos anteriormente, a constituição da propriedade fundiária e as expulsões e expropriações ocorridas no Vale do Jequitinhonha foram momentos decisivos nesses processos. Integrar a reprodução camponesa na constituição desses momentos, não como totalidade supostamente apartada e independente, pode contribuir para elucidar como os mesmos chegaram a se realizar.

Mais um exemplo figura no trabalho de Amaral (1988). Se a autora partira da separação entre dois sistemas de trabalho que corresponderiam a diferentes formas de

¹⁰⁸ “Nestas unidades camponesas, a terra e o trabalho são os principais fatores da produção. Inexiste a mecanização. Os instrumentos de trabalho são basicamente a enxada, o enxadão e a foice. Algumas empregam o arado puxado por animais. O emprego de fertilizantes, venenos também é inexistente” (Moraes Silva, 1988: 12).

apropriação de uma mesma força de orientação, cuja vigência se sintetizava apenas de maneira ritual, a integração de ambos no que a autora identificou como modelo cultural mineiro emergiria apenas no confronto, provocado pelas migrações temporárias, com o modelo cultural paulista¹⁰⁹. Segundo a autora, ambos os modelos teriam categorias orientadoras de ações e pensamentos próprias, assim como determinado padrão de organização social do trabalho. Em dois espaços alternados, o grupo de migrantes experimentaria dois presentes culturais que não apenas coexistiriam, como também se imbricariam.

Sem embargo, o modelo cultural paulista fora apresentado por Amaral como fundamentado na lógica da racionalidade, sendo, por isso, mais moderno (1988: 7-8). Incidindo, assim, em uma comparação interna ao que aparecia como patamares do desenvolvimento capitalista, a autora parecia abandonar a perspectiva de um caráter específico subjacente ao sistema dia trocado, classificando aquela relação como menos moderna em comparação com a organização social do trabalho do modelo paulista. Corroborava igualmente com essa abordagem, o argumento emprestado de Bastide (1971) pela autora, segundo o qual substituindo à comparação geográfica, a histórica, a análise comparativa deixaria de ser estabelecida entre duas culturas ou sociedades para passar a ser traçada entre estados diacrônicos da mesma sociedade, que se interpenetrariam como civilizações diferentes, de “idades” diversas¹¹⁰.

O problema das totalidades apartadas parecia desaparecer em favor de uma só sociedade, cujos atributos ou dimensões da reprodução seriam tanto gerais como efetivamente transhistóricos, bastando, assim, investigar o grau de desenvolvimento dos mesmos. Relações sociais passam novamente a condições abstratas quase naturais, não obstante sua diferenciação tomasse como fundamento dualista justamente o nível de modernização alcançado por cada uma delas. Não apenas o trabalho, a mercadoria e os valores de uso seriam

¹⁰⁹ “A observação levou-me, assim, a construir uma nova hipótese: a experiência ‘paulista’ (relações de trabalho próprias do ‘modelo paulista’) desempenharia um papel mais ativo e eficiente [...] neste processo de imposição de modelos de pensamento e de saber provenientes da matriz cultural da sociedade moderno-racional. O ‘choque’ entre racionalidades distintas no interior do grupo observado dar-se-ia pelo confronto entre o ‘Modelo Cultural Mineiro’ e o ‘Modelo Cultural Paulista’” (Amaral, 1988: 4).

¹¹⁰ “Bastide denomina este fenômeno com a expressão ‘interpenetrações de civilizações’. Neste caso, propõe o autor das *Religiões Africanas no Brasil*, deve-se tentar uma análise comparativa, não de duas culturas ou sociedades, mas de dois estados diacrônicos da mesma sociedade: ‘Parece que a melhor maneira de se proceder é permanecer no seio de uma mesma sociedade, desestruturando-se e reestruturando-se, evoluindo mais lenta ou mais rapidamente, nas formas de produção ao longo do tempo, criando novas obras culturais e comparando esses diversos momentos da sociedade em desenvolvimento. Trata-se, em suma, de substituir à comparação geográfica, a histórica. Trata-se, contudo, de comparação e não de História, porque o que desejamos é examinar estruturas e religiões em ‘idades’ diferentes – a documentação não sendo, infelizmente, jamais assaz rica para se poder acompanhar o curso das ações e reações’” (Amaral, 1988: 7).

naturalizados nessa abordagem, como também determinada configuração da reprodução capitalista acabava se tornando referência para comparar e classificar todas as outras formas de reprodução das relações sociais como patamares inferiores de desenvolvimento: esse *modus operandi* concorrencial, fantasmagoricamente objetivo e próprio do desenvolvimento capitalista, seria tomado positivamente como abordagem geral para a interpretação das sociedades humanas. Enquanto a investigação dedicada ao processo de constituição de determinadas relações sociais de produção particulares e a maneira como participam da reprodução contraditória da totalidade social seria abandonada em favor da positivação daquela comparação reificada.

Conforme viemos argumentando, na nossa perspectiva, portanto, o trabalho, a mercadoria ou os valores de uso, no modo como participam das condições de reprodução camponesa, não se prestam, portanto, nem a justificarem o caráter capitalista daquelas relações, nem a ausência desse caráter, em razão da sua possível diferenciação específica. Reprodução capitalista *versus* reprodução camponesa não comporiam duas totalidades independentes, fechadas e reproduzidas sempre iguais a si mesmas. O processo de modernização poderia ser entendido, conseqüentemente, como formação daquela relação negativa de abstração que exige as particularidades como momento necessário do seu processo de redução. Com o movimento de interpretação proposto, procuramos, conseqüentemente, partir daquelas totalidades sociais concretas, não somente para estabelecermos seus nexos com a totalidade abstrata como forma social, mas para interpretarmos seu sentido a partir do processo contraditório de desenvolvimento dessa última. Além de problematizarmos a forma como esse processo conforma igualmente a naturalização conceitual das categorias sociais por meio das quais aquela totalidade se reproduz. Assim, a discussão proposta ultrapassa quaisquer polêmicas estreitamente delimitadas no campo epistemológico e implica uma discussão crítica do fetichismo como fundamento dos próprios problemas teóricos que procuramos enfrentar, uma vez que as categorias sociais não podem ser elas mesmas entendidas como realidades puramente exteriores independentemente da forma social da sua percepção e tratamento (inclusive científico).

2.2. Reprodução camponesa ou reprodução regional?

Vera Lúcia Voll (1984) retomara em sua dissertação de mestrado muitas das discussões pontuadas no estudo de Graziano e Graziano Neto (1983), não obstante ter conceituado de maneira diferente o campesinato identificado por aqueles autores: apresentados em sua pesquisa como pequenos produtores rurais de subsistência, Voll possivelmente acompanhava a terminologia utilizada pelo Programa de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, da Secretaria de Estado de Minas Gerais, em que trabalhava como técnica¹¹¹. Não foi, entretanto, na maneira como a autora discutiu as formas de apropriação fundiária ou a produção familiar em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, que a diferença mencionada se evidenciou. Em ambos os trabalhos mencionados, o modo de vida daqueles pequenos produtores de subsistência figurava caracterizado nomeadamente pelo trabalho familiar destinado para o suprimento da subsistência e pela possibilidade de acessar as terras de maneira produtiva, independentemente da sua propriedade efetiva.

Conforme as descrições da autora, o cultivo de produtos extremamente variados abrangia a quase totalidade da dieta alimentar dos pequenos produtores, além de representarem alternativas de comercialização e obtenção de renda, sobretudo o feijão, a farinha de mandioca, a rapadura e a aguardente. A criação de pequenos e grandes animais também era destinada para a subsistência, não obstante representar, nomeadamente a pecuária, um sinal de posses e reserva de valor. Para Voll, entretanto, a constante insuficiência ou carência de suprimentos para a subsistência, não podia ser explicada simplesmente como um resultado da dinâmica circunscrita à reprodução familiar, por exemplo, em função do baixo coeficiente na relação produtor/consumidor dentro das unidades¹¹², aspecto em que o argumento da autora passava a se diferenciar daquele desenvolvido por Graziano e Graziano Neto¹¹³.

¹¹¹ Apontamos essa ressalva, mesmo sabendo que a dissertação de Voll não fazia nenhuma referência direta ao trabalho de Graziano e Graziano Neto (1983), trazendo em sua bibliografia estudos mais clássicos, como os de Antonio Candido (2001) e Eunice Durhan (1973), integrantes do conjunto de trabalhos que consolidou o debate sobre o caráter das condições de reprodução social no campo brasileiro.

¹¹² Essa problemática, desenvolvida por Graziano e Graziano Neto (1983) em seu estudo, nos parece uma aplicação do modelo desenvolvido por Alexander Chayanov (1974), para a investigação da organização em unidades econômicas camponesas. Segundo esse último, o equilíbrio trabalho-consumo era organizado sobre a relação entre tamanho da família, quantidade de membros produtivos e área cultivada, de modo que a diferenciação social resultava antes da conjuntura demográfica, na medida em que a área cultivada refletia sempre o momento do ciclo de reprodução em que se encontrava a família.

¹¹³ A autora se diferenciava ainda de Graziano e Graziano Neto (1983) por recusar que as relações entre vizinhos, tais como a troca de dias, a contratação eventual de camaradas assalariados, a maromba ou o mutirão e

O tamanho das parcelas de terra apropriadas por cada família, frequentemente insuficiente para a produção satisfatória da subsistência, também interferiria de maneira decisiva nas condições de reprodução das unidades. Assim como os baixíssimos preços auferidos com a comercialização da produção agropecuária, que não possibilitavam a obtenção da renda monetária necessária para o consumo daquilo que não se produzia diretamente. Segundo Voll, se o tamanho das parcelas resultava, por um lado, de uma condição de reprodução interna, a repartição recorrente dos espólios familiares, era decorrência, por outro, dos entraves impostos externamente por formas antagônicas de apropriação fundiária, como as fazendas, que impediam os pequenos produtores de subsistência de adquirirem outras terras por meio da posse. Assim como era limitada externamente a capacidade de consumo familiar, rebaixada pela saturação dos mercados durante as safras.

Sua discussão sobre os condicionantes *externos* à dinâmica de reprodução das unidades levou ainda a autora a uma caracterização do mercado em que se inseriam os pequenos produtores de subsistência bem diferente daquela apresentada por Graziano e Graziano Neto (1983). Contrariando a perspectiva de uma rede comercial praticamente inexistente na região, Voll apontava a necessária mediação do mercado para que, por exemplo, o garimpo de ouro de aluvião pudesse contribuir com a subsistência familiar. Contrariando a interpretação das relações mercantis existentes como não-capitalistas, apresentava o papel privilegiado ocupado pelo capital comercial na apropriação dos excedentes¹¹⁴. De acordo com a autora, o garimpo não representava “um ganho significativo para os faiscadores, mas sim para os comerciantes, os donos das balanças que [compravam] o ouro dos faiscadores e o [revendiam] com lucro substancial” (1984: 11).

Os traços concorrenciais do mercado em que estavam inseridos os pequenos produtores foram destacados também quando Voll problematizou as modificações nas condições de comercialização, especialmente da sua produção artesanal de utensílios domésticos: “Com o aumento da oferta de bens industriais, caiu muito a procura desses produtos pela população do local. Porém a difusão desses artigos nos centros urbanos despertou o interesse da sociedade de consumo pelos produtos artesanais do Vale do

a parceria, que buscavam remediar situações de desequilíbrio entre trabalho e consumo dentro das unidades fossem sempre acordos entre iguais; reconhecendo que se efetuavam e cristalizavam nas mesmas “as diferenças entre as diversas camadas de pequenos produtores” (1984: 9-10).

¹¹⁴ Como dissemos anteriormente, para Graziano e Graziano Neto (1983) mercantil não podia ser traduzido exclusivamente por relações capitalistas, porque os negócios camponeses seriam estabelecidos entre vizinhos, compadres e amigos, sem atrelamento ou endividamento com o capital comercial e usurário.

Jequitinhonha, abrindo-se um bom mercado para os artesãos, e provocando, simultaneamente, uma transformação do caráter do artesanato produzido, que hoje conserva poucos traços da sua utilidade doméstica, representando muito mais símbolos do imaginário da população local. Porém os artesãos mantêm a produção dos potes e panelas, bancos e gamelas, que continuam a ser consumidos pela população local, havendo, inclusive, um preço diferenciado para o povo do lugar e para os ‘de fora’” (1984: 11-12).

Nesse sentido, a noção de pequena produção de subsistência, mobilizada na argumentação da autora, também se diferenciava daquela desenvolvida por Graziano e Graziano Neto (1983), pois não se restringia ao processo de reprodução das unidades familiares: “O que fica claro é que a atividade de subsistência não se [restringia] à subsistência do produtor, nem se [limitava] ao espaço da unidade de produção [...]. Enfim, a economia de subsistência desses lavradores [estava] intimamente ligada ao sistema econômico mais global, não somente através da oferta de produtos alimentares ao mercado consumidor, mas também através da oferta de mão de obra para atividades empresariais cíclicas” (1984: 12).

Se Graziano e Graziano Neto (1983) definiram como escala da sua análise a comunidade camponesa, isso não fazia com que transcendessem a família como unidade completa de produção, distribuição e consumo. A unidade apresentada no interior das comunidades seria conferida por um código moral, laços sociais e políticos que, embora fossem manifestos por práticas de solidariedade, vizinhança, compadrio, parentesco e reciprocidade, não emergiam ou se estabeleciam independentemente da dinâmica de reprodução familiar. Assim, expedientes como os mutirões, a troca de dias ou mesmo a contratação de camaradas seriam mobilizados, por exemplo, sobretudo quando se tornava necessário recompor a força de trabalho faltante ou em contextos de maior precisão no interior das unidades. Ou seja, para os autores, se da perspectiva da reprodução social a comunidade rural era uma escala relevante, na medida em que conjugava determinadas condições para o estabelecimento das famílias camponesas, da perspectiva da reprodução econômica, as unidades familiares estariam relativamente autonomizadas, recorrendo ao conjunto comunitário pontualmente e somente em circunstâncias extraordinárias. Nesse sentido, a análise da comunidade como uma totalidade apartada se fundamentava em determinado código moral e nos laços sociais e políticos que uniam as famílias, mas

apresentava como seu pressuposto central nomeadamente o caráter microeconômico da perspectiva metodológica, de influência “chayanoviana”, empregada¹¹⁵.

Distinguindo a reprodução daqueles pequenos produtores de subsistência num conjunto mais abrangente de relações sociais, a autora conseguiu, finalmente, se diferenciando também nesse aspecto da análise de Graziano e Graziano Neto (1983), apreender as mudanças tanto nas relações comerciais como nas formas de apropriação fundiária que reproduziam aquelas condições de sobrevivência: a difusão de artigos industriais na região, a abertura dos mercados nacionais para os produtos regionais, o parcelamento contínuo da terra familiar foram algumas das transformações em curso tematizadas por Voll, cuja análise sustentou sua tese sobre a existência de uma crise na estrutura econômica fechada de subsistência do Vale do Jequitinhonha.

Assim, a autora transpunha aquela perspectiva de uma totalidade mais ou menos independente em que se apartaria a reprodução camponesa, encontrando os pequenos produtores rurais conectados com um sistema econômico mais geral, cujas balizas, não obstante, corresponderiam a determinado *isolamento regional*, que mantinha o Vale do Jequitinhonha relativamente distanciado do desenvolvimento nacional. A totalidade estabelecida em sua argumentação como individualidade ideal seria um resultado da estagnação provocada pelo esgotamento das transações comerciais minerais, no final do século XIX: “Isolamento econômico e cultural que forçou a população local a adotar uma atividade autossuficiente e autônoma, característica das regiões de economia de subsistência” (Voll, 1984: 16).

De acordo com Voll, a estagnação teria sido tão profunda, a ponto de fazer com que centros urbanos atrofiassem ou permanecessem estacionados na condição de vilas ou de pequenos povoados que apenas passariam a ser incorporados ao processo de eletrificação, expansão rodoviária ou da telefonia, a partir da segunda metade do século XX: “Até o início da década de 60 podemos dizer que a região permaneceu estagnada, presa em uma economia fechada de automanutenção” (1984: 16). Assim, para a autora, a constituição de uma

¹¹⁵ Para Redin e Silveira, a abordagem de Chayanov supunha que “para entender um simples conceito de organização da unidade de exploração doméstica camponesa independente do sistema econômico no qual está inserido, inevitavelmente, deve-se fundamentar na compreensão de sua essência organizativa do trabalho familiar” (2010: 7). Para Abramovay, o objeto central da investigação chayanoviana era “a morfologia da máquina produtiva chamada unidade de produção camponesa” (2007: 69). Segundo Santos e Fontoura, sua produção “estava centrada na dinâmica interna que garantia a existência da unidade de produção camponesa” (2006: 61), tomava a economia, de uma maneira mais global, como mera somatória da ação e reação das unidades umas sobre as outras e ficava centrada na análise do comportamento das unidades de produção e de consumo. Para esses últimos autores, essas investigações, realizadas a partir de um ponto de vista individualizado, revelavam a natureza microeconômica da abordagem de Chayanov (cf. 2006: 62).

economia regional isolada e fechada sobre sua própria subsistência provinha antes da estagnação no desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, do que de determinadas especificidades de um modo de vida ou de condições de reprodução camponesa. Se os pequenos produtores não se vinculavam mais direta e ativamente ao mercado, comercializando sua produção, isso parecia ocorrer sobretudo em razão desse último não possuir grande fôlego¹¹⁶, tarefa que os programas estatais de desenvolvimento regional deveriam resolver, fosse apoiando grandes empresas capitalistas, fosse capitalizando pequenos produtores para que melhorassem seu desempenho.

Apresentados sistematicamente como produtores de mercadorias, cuja pobreza monetária decorria apenas dos baixos preços obtidos mediante a comercialização da sua produção em um mercado quase sempre saturado, a mediação completa do trabalho, do dinheiro ou da troca na reprodução daqueles pequenos produtores rurais, não somente figurava como potência, mas estava totalmente pressuposta na análise da autora. Sua interpretação apontava uma totalidade cujo conjunto de relações descrito extrapolava a reprodução camponesa, travando contato direto com o mercado ou outras formas de apropriação fundiária. Nesse sentido, a autora não circunscrevia a dinâmica regional apresentada a uma lógica inerente e independente. Vinculando, contudo, reprodução camponesa, reprodução regional e o sistema econômico mais global, Voll naturalizava determinadas relações pressupostas, independentemente do seu processo histórico de formação. Logo, ao invés de problematizar o caráter daquelas relações como momento constitutivo de uma totalidade social contraditória, a autora caracterizava as mesmas, em razão da sua dinâmica de reprodução particular, como resultados de um processo de estagnação ou indícios da ausência de desenvolvimento.

De modo bastante diverso, Margarida Maria Moura (1988) também aludia a uma economia regional, sem, contudo, considerá-la isolada ou fechada sobre sua própria subsistência em razão de haver ficado estagnada, se desconectando do desenvolvimento nacional. Para essa autora, diferentemente, o caráter regional daquelas condições de

¹¹⁶ “Como os produtos cultivados o são pela totalidade dos produtores, não havendo especializações, o produto perde o valor de troca e o preço no mercado regional. Como não há quem se disponha a comprar aquilo que todos podem produzir, o dinheiro se torna raro e extremamente difícil de obter; os salários e o preço dos produtos agrícolas são insignificantes. Todos os bens que vêm de fora se tornam extremamente caros, tanto em termos absolutos, devido à grande dificuldade de transporte, como, principalmente em termos relativos, frente ao ínfimo padrão aquisitivo da população. Mas, como todos dependem de alguns produtos que não se produzem regionalmente, como sal, armas, instrumentos, o pouco numerário que cada um dispõe é todo despendido na compra do absolutamente necessário e é, na maioria dos casos, insuficiente para a obtenção de tudo o que se precisa. Cria-se assim uma situação de pobreza que se reflete na construção das casas, na quantidade dos instrumentos de trabalho e utensílios domésticos, na roupa, isto é, na raridade e muitas vezes ausência de tudo aquilo que não possa ser produzido diretamente com técnicas locais” (Voll, 1984: 17).

reprodução advinha de um processo de expansão das fazendas no Vale do Jequitinhonha, cuja dinâmica não se parecia em nada com a estagnação ou a regressão econômica apresentada por Voll (1984). Além disso, por mais que Moura trouxesse como suas referências a perspectiva de um modo de vida ou condições de reprodução camponesa assentadas em uma lógica apartada daquela das fazendas, a autora considerava a interpenetração das mesmas em um processo de reprodução regional, cujas condições dependiam justamente das relações estabelecidas entre camponeses e fazendeiros.

De acordo com Moura, a relação central que se impunha naquelas fazendas era a agregação: uma relação de moradia que implicava na execução de tarefas para o fazendeiro que cedia a terra e na produção direta dos meios de vida pelo agregado. Destinadas principalmente à produção pecuária, aquelas fazendas teriam se formado no interior da economia colonial mineradora, tendo se expandido posteriormente com a crise sofrida pela mesma, entre a metade do século XIX e a do XX. Segundo a autora, a agregação era uma relação que compreendia toda a família, nuclear ou estendida, não obstante fosse contratada por seu chefe, que assumia o papel do agregado, condição “masculina e intransferível” (1988: 81). Ou seja, cada novo rearranjo de moradia teria de ser sempre renegociado com o fazendeiro, como a construção de novas moradias, para filhos que formavam família. Costumeiramente se acordava a agregação com um pedido de moradia para o fazendeiro. A permissão desse último implicava que o agregado aceitasse o desempenho de diversas atividades correspondentes.

No que se referia aos trabalhos de manutenção das fazendas, aos agregados cabia conservar os carreadores, caminhos e estradas; construir novas, além de manter antigas porteiras e cercas; trabalharem como pedreiros, reparando e construindo o que fosse necessário; como também esgotarem várzeas e prepararem represas, sendo todas essas atividades não remuneradas. Os agregados trabalhavam ainda nas roças pertencentes ao fazendeiro, tais como canaviais, cafezais e algodoais, pelo que recebiam um pagamento semanal em dinheiro. Segundo Moura, das lavouras que realizavam para a reprodução familiar, davam “a terça do milho ao fazendeiro” (1988: 82). Com relação ao trato das criações, ou os mesmos agregados podiam cumprir funções diversas ou podiam se especializar em alguma delas, quando o trabalho era dividido. Os peões amansavam os animais de montaria, os retireiros zelavam pelos rebanhos e realizavam a ordenha, os vaqueiros conduziam o gado para engordar em “mangas” mais distantes. Todas aquelas atividades eram remuneradas com diárias.

As mulheres dos agregados também se engajavam em atividades voltadas para a reprodução das fazendas. Antes de tudo, tinham de estar disponíveis a trabalhar sempre que solicitadas, sobretudo para as mulheres dos fazendeiros. Algumas eram amas de criação ou cozinheiras permanentes, outras integravam o corpo das empregadas em situações excepcionais como festas ou recepções de convidados. Aquelas mulheres cuidavam igualmente de suas casas, quintais e criações, além de terem, muitas vezes, que assumir sozinhas as tarefas em suas roças de subsistência, porque, de acordo com a autora, “a demanda de trabalho da fazenda, que [recaía] sobre seu marido, o [ocupava] de ‘sol a sol’” (1988: 83). Essa dinâmica acabava por mobilizar também, muito cedo, as filhas dessas mulheres para o cuidado com os irmãos mais novos, para as tarefas domésticas ou para o trabalho como ajudantes na roça, além de algumas vezes terem de se disponibilizar como assistente ou substituta da mãe como doméstica nas casas de fazenda.

Ainda que aqueles trabalhos fossem realizados de maneira intermitente pelos agregados e suas famílias, o núcleo da relação seria configurado pela completa disponibilidade dos mesmos para a satisfação das necessidades e das vontades dos fazendeiros. Segundo Moura, o conjunto de regras que fundamentava a relação estava baseado “numa oposição inconciliável entre duas formas de trabalho, e que só uma forma específica de dominação [podia] conciliar” (1988: 81). Essas duas formas de trabalho eram, respectivamente, o trabalho que agregados e suas famílias despendiam nas fazendas e a produção direta dos seus meios de sobrevivência. Por seu turno, a forma específica de dominação a que a autora fazia referência não se fundava na exploração do trabalho, em sentido estrito, mas na dominação total do agregado, com relação ao seu deslocamento no espaço e no tempo social das fazendas, pautado pela necessidade de estar totalmente à disposição do fazendeiro¹¹⁷.

Assim sendo, para Moura, por um lado era estabelecida uma relação de trabalho, mesmo que não houvesse jornada regular, nem estipulada *a priori*, o que lhe possibilitou rechaçar uma “visão do agregado como parasito, como mumbava, o habitante de um meio rural onde [prevalecia] a desnecessidade de trabalhar, ‘vivendo a sombra de sitiantes prósperos’” (1988: 82). Ao passo que, por outro, aquela forma de dominação aparecia

¹¹⁷ “O agregado é pessoa livre, mas controlada pelo fazendeiro: ele não pode colher para si qualquer coisa, ele não tem licença de transitar por qualquer lugar, sua entrada na sede da fazenda se dá invariavelmente pela porta dos fundos e demanda, quando necessário, a retirada reverente do chapéu. [...] Não é o trabalho contínuo que caracteriza sua subordinação e de sua família às solicitações do proprietário. O trabalho contínuo só ocorre quando as lides agrícolas assim o determinam; ele não caracteriza a totalidade do ano produtivo. O nexo fundamental que liga o agregado à teia da dominação é estar à disposição do fazendeiro” (Moura, 1988: 82).

também em sua faceta política. Mesmo o trabalho que os agregados realizavam para si estava condicionado, temporal e espacialmente, pela dedicação que despendiam para as fazendas: “Esse controle sobre o tempo de trabalho do agregado para a fazenda e sobre o tempo de trabalho para si e sua família, mostra a face política da relação social. [Trabalhava-se] para o fazendeiro para que se [tornasse] possível trabalhar para si próprio. Pelo fato de não dispor de terra própria, ou por não ter sido possível trabalhá-la, sem que sobre ela se impusesse o revestimento da dominação econômica e jurídica, é que o lavrador se [submetia] ao fazendeiro. O conceito de trabalho [tinha] característica própria” (1988: 84).

Ou seja, a agregação, como forma de subordinação, conjugava a dominação do trabalho de toda a família na manutenção das fazendas, com outros expedientes que faziam valer a autoridade dos fazendeiros. Contudo, a reprodução das fazendas não se restringia somente à manutenção das estruturas físicas e da produção que acontecia dentro dos seus limites mais ou menos estabelecidos. Sua dinâmica era sobretudo de expansão, o que implicava num processo constante de incorporação de novas terras e, em conjunto com as mesmas, de outros trabalhadores aos domínios das fazendas. Assim sendo, para a autora, a legitimação da autoridade dos fazendeiros no interior das fazendas tinha de ultrapassar aqueles limites, instituindo como condição para os camponeses que dependiam da terra para se reproduzir, sua subordinação (de seu tempo total e não repartido em jornadas) às fazendas, especialmente por meio de processos sistemáticos de invasão.

Moura considerava, desse modo, tanto as relações de poder que submetiam os agregados que moravam no domínio de fazendeiros como os pequenos posseiros que, não possuindo terras em dimensão suficiente para sua “despesa” familiar, pediam para fazer lavouras nas fazendas, em condições semelhantes de subordinação; além de situantes autônomos e outros posseiros que podiam vir a ter suas terras dominadas no processo de expansão das fazendas. Nesse caso, a roça do posseiro era uma “situação” possível na terra devoluta apenas enquanto a fazenda “não [cogitava] se impor e submeter seus habitantes” (Moura, 1988: 89). Ou seja, sua autonomia com relação às fazendas era apenas relativa e conjuntural, uma vez que sua independência era sistematicamente comprometida pela propensão permanente das fazendas a estenderem seus domínios.

Nas suas moradas ou terrenos, os posseiros estabeleciam suas casas, quintais e lavouras. Segundo a autora, o “situ” (1988: 125) era a categoria que instituía os contornos físicos precisos para uma terra, na medida em que possibilitava uma “situação”, ou seja, uma posição no espaço e, conjuntamente com a mesma, uma alternativa de reprodução para os seus possuidores. A autonomia daqueles posseiros apenas podia ser reivindicada por

comparação em relação ao agregado, ainda que fosse uma autonomia constantemente ameaçada de subjugação, em função dos interesses das fazendas em expansão. No Vale do Jequitinhonha, as “situações” se estabeleciam tanto naquelas grotas que tinham as chapadas como seus limites como nos terrenos mais baixos e contínuos, nas proximidades de rios. Nelas, os situantes plantavam alimentos de forma combinada nos quintais e lavouras, separavam trechos de “manga” para o pasto dos animais, além de usufruírem da coleta de plantas medicinais, lenha e frutos nativos existentes nos seus terrenos ou nas chapadas adjacentes.

Nos casos de expansão das fazendas sobre uma “situação”, a relação entre posseiro e fazendeiro podia ser reestruturada de diversas formas. Se o situante resistia, a autoridade fundada nas fazendas podia se objetivar e o expulsar de uma vez, como nos casos em que fazendeiros derrubavam as cercas e colocavam o gado para pastar nas roças da “situação”; noutros casos, eram acomodados acordos mais ou menos forçados, em que situantes tinham que ceder dois ou três dias de trabalho ou pagar uma renda em produto às fazendas, como condição para continuar na terra¹¹⁸; ou, por último, acontecia a subordinação total daquela posse, por exemplo, por meio das cartas de agregação que, em determinadas situações, os antigos posseiros eram forçados a assinar.

Com relação aos sitiantes que, na maioria das vezes, possuíam títulos cartoriais da terra, as imposições empregadas pelas fazendas em expansão culminavam, no máximo, em litígios divisórios, “que só excepcionalmente [evoluíam] para a tomada da pequena propriedade inteira” (Moura, 1988: 129). Segundo Moura, naqueles casos, as disputas se voltavam mais para as extremas, cercas e limites, por exemplo quando as fazendas avançavam sobre uma aguada; mas podiam acabar por forçar que os sítios fossem vendidos, especialmente quando uma fazenda se tornava seu único extremante e quando os sítios correspondiam a enclaves no seu movimento de expansão.

Embora desse destaque para todas essas formas de pressão desencadeadas pela expansão dos domínios das fazendas, a autora assinalava, não obstante, que aqueles movimentos da mesma não equivaliam à totalização do poder que passou a emanar com a

¹¹⁸ “A cessão da condição de terças e meias é a forma de subordinar livres a relações sociais que consolidavam a fazenda em formação. [...] A materialização do trato só ganhava sentido se percebida através das relações simbólicas do favor: dar a renda é reconhecer implicitamente que se tem patrão e que foi este que liberou o acesso à terra” (Moura, 1988: 131).

consolidação da propriedade econômica e jurídica da terra¹¹⁹: naquela antiga dinâmica de expansão, as fazendas não tinham sozinhas “a força hegemônica para determinar o caráter absoluto do *dominium*. Uma margem aberta à autonomia de seus agregados, no que toca ao acesso à casa, à terra, às plantas permanentes e ao plantio de roças, permitia ao fazendeiro dispor sempre e prontamente desse lavrador e de sua família. Favorecido por esta concessão inicial, não tinha como e nem porque deixar de atendê-lo” (1988: 85, grifo no original).

Transpondo, assim como Voll, a perspectiva da existência de uma totalidade camponesa encerrada em si mesma, mas também a perspectiva da circunscrição da reprodução regional em razão da estagnação do seu nexos com o sistema econômico abrangente, adotada por essa última autora, Moura baseou sua problematização sobre o caráter regional daquelas condições de reprodução social não apenas na expansão das fazendas no Vale do Jequitinhonha, mas nomeadamente na existência de relações de produção, cuja forma social da dominação tinha característica própria. Ao invés de ser considerada base para a diferenciação de uma totalidade relativamente independente no interior da reprodução social global, a investigação daquela *característica própria* proporcionou que a autora realizasse uma problematização do próprio caráter da modernização brasileira.

Seu esforço se inseria na perspectiva crítica que vinha sendo desenvolvida em pesquisas conduzidas por José de Souza Martins, professor orientador da tese de doutoramento de Moura¹²⁰. Martins havia sido formado na tradição da chamada *Escola*

¹¹⁹ “Essa imposição do domínio, que é, na própria acepção da palavra, o domínio da terra e torna possível o domínio dos homens – fórmula que pode ser invertida com precisa e idêntica tensão dialética –, não equivale à totalização do poder, que emana da propriedade econômica e jurídica da terra” (Moura, 1988: 85).

¹²⁰ Assinalamos, contudo, que em sua dissertação, intitulada *Os herdeiros da terra* (1973) e desenvolvida no curso de mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Moacir Palmeira, Moura havia produzido uma investigação sobre família, herança e outras condições de reprodução especificamente camponesas no Vale do Jequitinhonha, tomando o estudo do bairro rural, mais ou menos nos termos que viemos problematizando, como abordagem de pesquisa. Isso não significava, todavia, que o modo específico como determinadas relações sociais de produção integravam o processo de modernização nacional não interessava já ao seu orientador do mestrado. Moacir Palmeira vinha discutindo, ao menos desde a produção da sua tese de doutorado no instituto da América Latina da Universidade de Paris (coordenado naquele período por Pierre Monbeig) pelo debate sobre a existência do feudalismo ou semifeudalismo no Brasil, a relação entre capitalismo e latifúndio e o caráter do desenvolvimento brasileiro. Procurando contribuir naquele debate com uma discussão sobre a *plantation* canavieira nordestina como um modo de produção específico, em que o barracão, o uso dos vales na remuneração dos trabalhadores rurais ou os dias de trabalho gratuitos não eram vistos como resíduos feudais, Palmeira também se afastava da definição daqueles trabalhadores como proletários capitalistas. Essas questões foram bastante desenvolvidas posteriormente, nas pesquisas produzidas no interior do projeto “Estudo comparativo de desenvolvimento regional”, em que Moacir Palmeira atuou como uma espécie de coordenador de campo nos estudos desenvolvidos no Nordeste. Naquele grupo, Lygia Sigaud investigou representações e classificações sobre moradores e trabalhadores da rua; Beatriz Heredia, na Mata Norte e Afrânio Garcia Jr., na Mata Sul, centraram suas pesquisas nos pequenos proprietários e arrendatários; José Sergio Leite Lopes estudou os complexos industriais das usinas; Roberto Ringuelet se ocupou dos corumbas, trabalhadores que vinham do Agreste

Paulista de Sociologia, tendo sido orientado por Florestan Fernandes em sua pesquisa de mestrado sobre o Conde Matarazzo e o processo de industrialização do país, além de ter participado de grupos de estudo que aquele professor promovia, antes de ser aposentado compulsoriamente pela ditadura militar e ficar exilado no Canadá, entre 1969 e 1972, ensinando na Universidade de Toronto¹²¹. As pesquisas realizadas por Martins durante as décadas de 1960 e 1970 estavam relacionadas principalmente com as discussões sobre o desenvolvimento nacional e o processo de constituição do capitalismo no país¹²². A partir de 1976, o professor se dedica ao estudo aprofundado, inicialmente da obra de Marx e,

buscando se empregarem nas safras; enquanto o próprio Moacir Palmeira investigava a oposição e a composição entre os barracões, o sistema de distribuição interno aos engenhos, e as feiras livres. Além das pesquisas daquele projeto, que cobriam quase todas as posições sociais existentes na zona canavieira, Palmeira passou a orientar ainda outras pesquisas sobre as oposições, como o trabalho de Vera Echenique sobre os conflitos fundiários e trabalhistas que ocorriam na Zona da Mata pernambucana, em função da expulsão dos foreiros; de Luiz Maria Gatti, sobre a atuação sindical que resistira à atuação repressiva de proprietários e Estado; sem contar a pesquisa de Moema Marques sobre os processos trabalhistas que corriam nas Juntas de Conciliação e Julgamento na Mata Sul de Pernambuco, realizada sob a orientação de Lygia Sigaud (cf. Lopes, 2013).

¹²¹ Florestan Fernandes havia ingressado na Subseção de Ciências Sociais e Políticas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1941, tendo sido professor assistente na cadeira de Sociologia II, entre 1945 e 1954, regente da cadeira de Sociologia I, entre 1954 e 1964 e professor catedrático de Sociologia I, entre 1964 e 1969. À frente dessa última cadeira, Fernandes coordenara o grupo que ficou conhecido como a *Escola Paulista de Sociologia*, formado por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José de Souza Martins, Francisco Corrêa Weffort, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Leôncio Martins Rodrigues Netto, reunidos inicialmente no projeto de pesquisa “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” e no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado em 1962 (cf. Arruda, 1989). Os estudos realizados por esse grupo se voltaram para a discussão da natureza da sociedade capitalista e como a mesma se organizava no Brasil, dedicando suas investigações sobre desenvolvimento e industrialização para a compreensão dos chamados entraves da modernização nacional, relativos ao Estado, empresariado e relações sociais de produção (cf. Fernandes, 1977). Além de ter desdobrado indagações, problemáticas e interpretações sobre a sociedade brasileira, o grupo coordenado por Fernandes também se caracterizou pela sobreposição da pesquisa e da monografia ao ensaio, tendo construído um modelo de análise acadêmica crítica que contribuiu com o processo de institucionalização da sociologia no país, no âmbito do surgimento da antiga FFCL (cf. Arruda, 1995). Ainda que as pesquisas de Florestan Fernandes mantivessem como questão a imbricação entre características tradicionais e modernas na formação da sociedade brasileira, como evidenciado em seu estudo sobre a *Revolução Burguesa no Brasil* (2005), no qual o autor argumentou que a burguesia brasileira teria construído seu poder a partir de uma espécie de mandonismo oligárquico, de controle autocrático e paternalista, forjando uma falsa democracia, sua perspectiva se afastava daquela que vinha sendo desenvolvida anteriormente por Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, na cadeira de Sociologia II. Ante os estudos sobre a estrutura da sociedade brasileira e seu desenvolvimento, produzidos tendo como perspectiva a superação daquilo que era entendido como certo atraso nacional, a abordagem sobre especificidade dos seus diversos modos de vida ficara enfraquecida, assim como a sutil nostalgia com relação à sociabilidade rústica, familiar e patriarcal que se desestruturava. A essa altura, contudo, Candido já havia deixado o ensino da sociologia, indo lecionar literatura brasileira no Instituto Isolado de Ensino Superior do Estado, em Assis, entre 1958 e 1961, quando ele retorna para a USP como professor colaborador da recém-criada cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada, da qual se torna professor titular somente em 1974, quando retorna ao Brasil depois de ter ensinado literatura brasileira na Universidade de Paris, entre 1964 e 1966 e na Universidade de Yale, em 1968. O professor voltara sua atuação sobretudo para a crítica literária, se empenhando nas reflexões que o tinham interessado desde os tempos da revista *Clima*, na qual o grupo composto Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Paulo Emilio Salles Gomes e Gilda de Moraes Rocha se dedicava à crítica de teatro, cinema, literatura e artes plásticas (cf. Spirandelli, 2010).

¹²² Além do livro *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa. Estudo de sociologia do desenvolvimento* (1967), apontamos também *A imigração e a crise no Brasil agrário* (1973) e *Capitalismo e tradicionalismo* (1975), todos relativos ao período.

posteriormente, de Henri Lefebvre, coordenando um grupo de estudos que teve duração de mais ou menos dezoito anos (cf. Alves, 2003).

Um das principais interlocuções com a obra de Henri Lefebvre se estabeleceu em torno do conceito de desenvolvimento desigual, categoria analítica que Martins toma, sobretudo a partir da década de 1980, para discutir a reconstituição do campesinato na fronteira do processo de consolidação da propriedade capitalista da terra. Com essa abordagem, o professor retoma ainda a abordagem crítica ao marxismo estruturalista formulada por Lefebvre, segundo a qual as contradições da modernização não podiam ser reduzidas à oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, devendo ainda ser observado certo descompasso entre os tempos históricos na modificação das forças produtivas, relações de produção ou dimensões políticas e culturais (cf., por exemplo, Martins, 1996). Crítica semelhante seria conduzida por Martins aos conceitos de formação social e modo de produção, assim como à perspectiva que questionava a importância do campesinato como sujeito político (cf., por exemplo, Martins, 1981).

Com uma abordagem diferente, no entanto, Martins retomava questões que haviam sido legadas pelos estudos desenvolvidos na cadeira em que ensinaram Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, relacionadas com a existência relativamente autônoma de condições de reprodução social específicas nos interstícios da sociedade brasileira em processo de modernização¹²³. No livro *O Cativo da terra*, publicado em 1979, essas questões receberiam pela primeira vez uma formulação precisa, equivalente à que seria retomada posteriormente por Margarida Maria Moura (1988), no estudo anteriormente mencionado.

Na introdução daquele livro, Martins (2004) problematizava um conjunto de interpretações clássicas da literatura brasileira de ciências sociais, produzidas por autores como Caio Prado Júnior, Sérgio Silva, Wilson Cano e Boris Fausto acerca do problema da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre no Brasil e da inserção dos emergentes trabalhadores livres em relações de produção propriamente capitalistas. Marcados pelo “confuso debate intelectual sobre a transição do feudalismo para o capitalismo” (Martins, 2004: 11) e pelos esforços de remoção dos restos tradicionais que permitiriam o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira em direção a relações de produção modernas,

¹²³ Analogamente, as considerações de Martins sobre a falta de simultaneidade dos tempos históricos na transformação das relações sociais retomavam ainda as questões sobre a transição cultural, de inspiração antropológica, bem como sobre as lentidões e bloqueios às mudanças no processo social colocado pelo desenvolvimento, muito discutidas durante os anos de 1950.

aqueles autores teriam reduzido diversas relações de trabalho forjadas no processo de substituição do trabalho escravo no país, como a parceria ou o colonato, a “variantes de relações capitalistas de produção” (Martins, 2004: 10).

Para Martins, todavia, podíamos encontrar nos textos daqueles próprios autores descrições de relações de trabalho que se baseavam na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho e, por isso, “não podem ser definidas como capitalistas (nem o trabalho como assalariado), senão através de muitos e questionáveis artifícios” (Martins, 2004: 11). Moura (1988) partiria justamente dessa problemática para diferenciar as duas formas de trabalho inconciliáveis que, segundo a autora, apenas uma forma específica de dominação conseguira reunir. Martins, que expôs de modo bastante explícito o processo social que ensejara a contradição identificada também pela autora, argumentava que a generalização do trabalho livre no país havia ocorrido em meio a uma “transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial” (Martins, 2004: 13).

Ou seja, a mudança nas relações de produção teria ocorrido, mas de maneira a preservar certa subordinação da produção ao comércio, mantendo com ela uma forma de reprodução do capital fundada no primado da circulação. Essa abordagem acabava por conduzir o autor à hipótese “de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (Martins, 2004: 19-20), justamente “onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio” (Martins, 2004: 21).

Assim, a perspectiva de Martins se diferenciava daquela formulada pela chamada sociologia do desenvolvimento produzida pela *Escola Paulista*¹²⁴, estando bastante

¹²⁴ Maria Sylvia de Carvalho Franco também desenvolveu uma crítica daquela *escola*, em termos um pouco diferentes. Em artigo publicado em 1972, a autora problematizou a forma disjuntiva como a sociologia do desenvolvimento opunha conceitos como tradicional e moderno, assim como sustentava a perspectiva da existência de “obstáculos à mudança” e de “resistência de traços supostamente tradicionais, que estaria retardando a transformação para uma sociedade moderna” (1972: 33), a partir de uma leitura equivocada da teoria weberiana, interpretada a partir da sociologia funcionalista norte americana. Ao contrário daquela última abordagem, para Franco, a construção de conceitos típico-ideais na sociologia weberiana estava relacionada com as dimensões empírica e histórica da realidade, buscando reter o essencial para a formulação de explicações causais, enquanto guardavam um caráter de totalidade encerrando o conjunto de significações que daria sentido ao processo social. Não podia ser entendida, portanto, de maneira equivalente aos modelos da sociologia de Talcott Parsons, em que os tipos pareciam poder funcionar como variáveis sistêmicas generalizáveis e intercambiáveis, de maneira linear e desconectada dos processos históricos. Essa diferenciação não evitara que a autora também desferisse críticas aos limites da teoria weberiana, sobretudo com relação à sua capacidade de apreensão dos processos de mudança social (cf. Botelho, 2013). A autora argumentou igualmente contra a interpretação dos grupos dominantes da sociedade colonial brasileira como formação estamental, perspectiva

influenciada por uma abordagem “luxemburguista” acerca do desenvolvimento desigual, aprendida, salvo engano, com a investigação da produção lefebvriana, realizada pelo professor. Contudo, mesmo situando no processo da reprodução capitalista a criação de relações não-capitalistas, que assim deixavam de serem vistas como entraves ao desenvolvimento, uma vez reconhecida sua funcionalidade na acumulação, Martins preservava, em alguma medida, a perspectiva de *superação* de determinadas formas de reprodução social que, se não eram entendidas como atrasadas, pareciam poder ser ultrapassadas. Esse modo de tratar o problema emergia, por exemplo, quando Martins argumentava que a expansão capitalista engendrava frequentemente relações não-capitalistas como um momento necessário da sua reprodução, *mas*, sobretudo nas circunstâncias em que o capital comercial conseguia se manter na vanguarda daquele desenvolvimento. Sua

desenvolvida no âmbito da cadeira de Sociologia I, da qual a tese de doutorado defendida por Fernando Henrique Cardoso em 1961 e publicada posteriormente com o título *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* constitui um bom exemplo. Para esse autor, a relação entre dominação patrimonialista e escravismo teria conduzido à formação de uma sociedade estamental e de castas, circunscrita a formas autocráticas de poder que constituíam estruturas tradicionais distintas daquelas necessárias a uma ordem competitiva e dinâmica como a da expansão capitalista. Franco objetava essa abordagem, observando “que os critérios extra-econômicos de categorização dos indivíduos [apareciam], reiteradamente, perturbados pelos critérios de diferenciação social fundados em situação econômica” (1997: 238), além de assinalar que em lugar da durabilidade que a formação estamental pressupunha, as relações coloniais apresentaram “uma fluidez constante; e, em lugar de camadas fechadas e nitidamente diferenciadas pela estilização da forma de vida, agregou grupos fracamente delimitados e com marcas exteriores pouco precisas. Em lugar da apropriação preferencial de uma atividade que fosse objetivamente significativa para a sociedade como um todo e aparecesse associada a critérios honoríficos a transcender os fundamentos materiais da estratificação social, a situação econômica e a atividade lucrativa determinaram a posição ocupada na escala do poder e do prestígio” (1997: 238-239). Essas reflexões a autora desenvolvera em sua tese de doutorado, defendida em 1964 e publicada posteriormente, em 1969, com o título *Homens livres na ordem escravocrata* (1997). Iniciada como um estudo de comunidade, essa pesquisa teve seus rumos profundamente transformados posteriormente à realização dos primeiros estudos de campo: “Foi nesse ambiente intelectual que me formei e contra ele procurei pensar. Por exemplo: foi com o acervo de conhecimentos recebidos em sociologia e em antropologia que iniciei uma pesquisa sobre comunidade, num vilarejo do interior de São Paulo, em região tida por ‘tradicional’. Com surpresa comecei a constatar que nem teórica, nem empiricamente, minhas observações tinham qualquer coisa a ver com as chamadas relações comunitárias, de parentesco, de vizinhança ou de trabalho. Depois de demorada, atenta e infrutífera pesquisa de campo, e levada pelas pistas que aí se apresentaram, dei-me conta de que a única possibilidade de compreender o que se passava diante de mim seria através da reconstituição histórica da vida caipira” (Silva *et al.*, 1981: 8). Criticando ainda a forma disjuntiva de opor relações conjugadas num mesmo processo social, Franco argumentara, na mesma entrevista concedida citada acima, que “nem do ponto de vista teórico, nem na pesquisa histórica, sustenta-se a caracterização ‘estamental’ da sociedade brasileira, mas este rótulo cumpriu a importante tarefa ideológica de separar o economicamente ‘irracional e improdutivo’, o ‘socialmente violento e preconceituoso’, o ‘politicamente reacionário’, do moderno, do progressista, do último termo do milenarismo, ora escondido, ora confessado: o capitalismo como instância civilizadora. Sociedade escravista e estamental, desrazão essencialmente diversa da sociedade de classes, do trabalho livre e da racionalidade capitalista: este o quadro em que se entrincheirava a teoria da história brasileira” (Silva *et al.*, 1981: 10-11). A autora assinalava ainda que àquele esquema de interpretação posteriormente tiveram de ser acrescentadas inúmeras notas de rodapé “quando apareceu o livro de Eric Williams comprometendo a chamada contradição entre capitalismo e escravidão, a desigualdade entre os dois sistemas. Aí, então, a acumulação primitiva e o capitalismo comercial, ainda uma vez, salvaram o imaginoso pré-capitalismo” (Silva *et al.*, 1981: 11). Botelho confirma essa perspectiva, destacando as semelhanças observadas por Franco entre aquelas teorias da dualidade parsonianas e a teoria do desenvolvimento desigual, de fundamento marxista (2013: 345).

perspectiva subentendia, portanto, que a superação do malfadado primado da circulação, preservado não obstante o término da dominação colonial e a instauração de uma forma de reprodução produtiva do capital (industrial ao invés de comercial) poderiam trazer consigo a generalização de relações sociais de produção propriamente capitalistas¹²⁵.

Em linhas gerais, seria esse o fundamento da formação daquelas relações não especificamente capitalistas de produção que figuraram como formas de trabalho com *característica própria* na investigação realizada por Moura (1988). Reivindicando essa interpretação, ela ultrapassava a abordagem daquele conceito de trabalho como uma totalidade relativamente independente no interior da reprodução social. A reprodução camponesa não podia ser explicada em si mesma, pois que sua autonomia relativa se estabelecia na relação com outras formas de apropriação fundiária. A própria forma de trabalho resultante dessa relação reunia duas formas inconciliáveis de produção, compatibilizadas por uma forma específica de dominação que a autora não deixava de considerar: reprodução expansiva das fazendas e produção direta dos meios de vida congregados pela imposição concomitantemente econômica, política e pessoal dos fazendeiros.

Por outro lado, contudo, ainda que a interpretação de Moura considerasse a problematização dos planos sociais abrangentes, sobretudo a relação travada pelos camponeses com o processo expansivo das fazendas, como um momento da sua argumentação, tomava como ponto de partida a análise da unidade familiar como individualidade ideal: a lógica da reprodução camponesa se encontrava pressuposta aos diferentes contextos sociais que poderiam limitar menos ou mais intensamente a sua realização. O “situ” seria a categoria corresponde à possibilidade de exercício daquela autonomia, mas na situação dos posseiros aquela forma de apropriação fundiária se encontrava mais ameaçada que no caso dos sitiantes, devido à propensão expansiva da fazenda. A agregação conformaria a situação de restrição mais extrema da autonomia camponesa, que, segundo a autora, nem por isso ficaria completamente comprometida, porquanto a lógica de reprodução das fazendas não determinaria o caráter absoluto do domínio, mantendo uma margem para a autonomia camponesa. As duas lógicas

¹²⁵ Rosa Luxemburgo (1985) argumentava de uma maneira semelhante. Para a autora, as contradições da reprodução ampliada, instaurada com o predomínio do capital industrial, impunham um constante desenvolvimento expansivo que engendrava relações não-capitalistas. Como veremos adiante, contudo, Luxemburgo reconhecia um limite para esse processo de externalização das contradições internas da acumulação, alcançado simultaneamente em função da modernização progressiva das relações engendradas e da limitação daquela capacidade expansiva.

interpenetradas naquela relação se encontravam pressupostas, não sendo elas mesmas dedutíveis da relação, mas somente os limites dentro dos quais cada uma conseguia se realizar.

Não à toa, a restrição completa das condições de reprodução camponesa seria estabelecida tão somente com a totalização do poder decorrente da consolidação da propriedade da terra. Anteriormente, a expansão das fazendas compreendia em seus movimentos a constante incorporação de mais agregados, bem como o empurrão dos posseiros para os limites da fronteira, onde deviam começar outras posses, dilatando os futuros contornos do domínio. Com a aniquilação daquelas condições de exercício da copropriedade, o sentido da invasão sistemática da terra dos posseiros deixou de ser a anexação de agregados, se tornando o estabelecimento cartorial e jurídico da propriedade fundiária. Desse modo, as antigas invasões tiveram seu sentido transformado quando passaram a ser acompanhadas por expulsões com vistas à liquidação dos posseiros estabelecidos no entorno das fazendas e dos agregados todos.

Assim, por um lado, a interpretação desenvolvida por Moura conseguiu captar determinado processo histórico de modificação do sentido dos antigos domínios, que passaram a prescindir de agregados e posseiros na reprodução das fazendas, sugerindo, mesmo que apenas indiretamente, que a terra se tornara unicamente um ativo que possibilitaria a obtenção de rendimentos autonomizados, uma vez apagada quase que definitivamente sua função na mobilização do trabalho. Por outro, sem embargo, ao concentrar suas atenções nas possibilidades de realização da autonomia camponesa, minimamente garantida nos antigos domínios, apesar dos conflitos implicados em seu processo de expansão, assim como nas limitações impostas com a consolidação da propriedade fundiária, a autora deixara de considerar outras formas de subordinação em processo de formação. Como a cada vez mais necessária mediação pelo mercado dos camponeses com os chamados planos sociais mais abrangentes, fosse por meio das mercadorias que eles produziam ou da possibilidade de realização dos mesmos enquanto mercadoria força de trabalho (presente mesmo que apenas de modo pontual naquele momento), que apontamos buscando evidenciar a formação de outra forma social de dependência que não aparecia necessariamente como dominação pessoal, nem viria a ser superada com o processo de juridificação das relações, autonomizado e aparentemente impessoalizado: a *dependência reificada* (cf. Marx, 1983: 72, 95 e 134).

Sem abandonar determinadas noções como as de modo de vida e reprodução camponesa, Ricardo Ferreira Ribeiro (1993), assim como Moura (1988) também relacionou as

condições de reprodução existentes no Vale do Jequitinhonha a uma dinâmica regional. Criticava ainda a abordagem de Voll (1984) como uma entre outras interpretações que apresentaram a região isolada e estagnada por quase 150 anos, sem considerar nem sua dinâmica econômica, nem suas ligações externas, destacando sobretudo o movimento comercial que acompanhou e transformou a região no período, aquele que teria passado relativamente despercebido às formulações centrais desenvolvidas por Moura. O autor procurava relativizar a concepção de estagnação, delineando um histórico do período compreendido entre o primeiro quarto do século XIX, quando as exportações do algodão cultivado no Vale do Jequitinhonha teriam declinado, de acordo com Ferreira Ribeiro (1993), em função da falta de estradas, da rusticidade das técnicas produtivas e da concorrência com a produção norte-americana, e as décadas de 1960 e 1970, marcadas pela intensificação do intervencionismo estatal e pela chegada das companhias reflorestadoras¹²⁶.

Para Ferreira Ribeiro, aquela concepção teria se alimentado da redução do fluxo comercial mais significativo do Vale do Jequitinhonha com grandes centros econômicos do país e do exterior e “[faria] sentido do ponto de vista de quem enxerga [a região] a partir daqueles centros” (1993: 40). De acordo com a pesquisa histórica feita pelo autor, aqueles fluxos teriam se dirigido, no entanto, para diferentes regiões próximas, obtendo maior ou menor expressão, conforme o desenvolvimento dos mercados de destino. Os maiores polos para onde teria convergido a produção regional foram Montes Claros, a oeste, Vitória da Conquista, ao norte e Teófilo Otoni/Governador Valadares, a leste e Diamantina, ao sul.

Ainda na primeira metade do século XIX, Diamantina corresponderia a uma importante rota comercial, em função de uma parte considerável da sua população ter se mantido absorvida na mineração, consumindo, além do que podia fornecer a limitada agricultura local, o excesso de produção do Serro e de Minas Novas. No último quarto daquele mesmo século, consumiria no processo de industrialização têxtil boa parte da produção algodoeira dos municípios localizados entre Minas Novas e Araçuaí¹²⁷. Aquela produção seria igualmente comercializada para a Bahia, utilizada na confecção de sacarias,

¹²⁶ “As narrativas históricas da região em geral se interrompem neste ponto ou fazem breves menções a alguns aspectos isolados dos períodos seguintes, para retomar seu curso apenas nos anos 1960/1970, quando segundo a avaliação mais comum, o isolamento e a estagnação do Vale, são rompidos pela invasão de reflorestadoras e da cafeicultura e pela expansão das fazendas de gado. Creio que tais narrativas cometem o pecado da simplificação histórica, ao considerarem que o Vale permaneceu isolado e estagnado por quase 150 anos, como que adormecido, de modo análogo à ‘noite de dez séculos’ da Idade Média europeia” (Ferreira Ribeiro, 1993: 39).

¹²⁷ “Em 1876, foi inaugurada naquela cidade a fábrica de tecidos de Biribiri com 20 teares e no ano seguinte a de S. Roberto, em Gouveia e uma década depois era também criada a fábrica de Santa Bárbara. Para essas indústrias têxteis, bem como para a Fábrica de Cachoeira em Curvelo, se dirigia a produção de algodão” (Ferreira Ribeiro, 1993: 41).

bem como para Bom Jesus da Água Fria, localizada no então distrito de Itinga, onde foi inaugurada uma fábrica com 60 teares e 27 operários.

Outra rota comercial significativa teria ainda sido incrementada com o desenvolvimento da navegação no rio Jequitinhonha, resultado da colonização, mais ou menos desde a metade do século XIX, das matas existentes na porção oriental do vale. Segundo Ferreira Ribeiro, antigos quartéis e outras pequenas povoações estabelecidas naquele processo se tornaram entrepostos comerciais. A cidade de Araçuaí teria se formado, entre 1830 e 1840, a partir do porto estabelecido na antiga fazenda da Boa Vista da Barra do Calhau. Grande parte do fluxo comercial distribuído por aquele porto abastecia o sul da Bahia, nomeadamente a partir do final do século XIX, quando foi implantada a grande lavoura cacaueteira. Para Ilhéus também eram conduzidas boiadas vindas desde o Jequitinhonha. Em sentido contrário, as embarcações que partiam de Belmonte levavam algumas mercadorias estrangeiras e especialmente sal.

O incremento da produção cerealista no sul baiano, a mudança do núcleo de abastecimento daquela região para as cidades de Peçanha e de Ferros, assim como a construção da ferrovia Bahia-Minas¹²⁸ teriam deslocado aquelas ligações comerciais, determinando a substituição de Araçuaí por Teófilo Otoni como eixo onde as tropas convergiam, trazendo mercadorias produzidas no interior e levando de volta produtos importados trazidos pelos trens. Segundo o autor, entretanto, até o final do século XIX, Sucuriú, Minas Novas e Arraial da Chapada puderam se manter aprovisionando a antiga Colônia de Filadélfia com açúcar e com doces. Ferreira Ribeiro destacou ainda a importância da produção e comercialização tanto da rapadura como da aguardente. Aqueles engenhos, chamados mesmo de “engenhocas”, não se comparavam, sem embargo, aos grandes estabelecimentos existentes em Pernambuco e na Bahia, voltados para exportação.

De acordo com o autor, muitos dos documentos que retrataram a vida do Jequitinhonha durante a segunda metade do século XIX, descreveram uma população composta por inúmeros lavradores; secundados por outros profissionais, em número bem menor, como canoeiros, pedreiros, ferreiros, alfaiates; e alguns fazendeiros e negociantes, provavelmente os proprietários de uma parte do contingente de escravos existente, cujo tamanho não chegava, contudo, a ser comparável com as áreas economicamente mais dinâmicas da província, como a região cafeeira da Zona da Mata¹²⁹. Com base nessas

¹²⁸ Que penetrou em Teófilo Otoni em 1898, mas em Araçuaí somente em 1930.

¹²⁹ “[...] dos cerca de 10.500 escravos que havia, segundo o recenseamento em 1872, nos municípios de Minas Novas e Araçuaí e nas freguesias de Rio Pardo e Salinas. Esses escravos representavam em torno de 9% da

informações, Ferreira Ribeiro caracterizou o Vale do Jequitinhonha pela presença da economia camponesa, evidenciada pela predominância dos lavradores com relação aos cativos, conjugada, ainda assim, com a existência de algumas fazendas que concentrariam os trabalhadores escravos. Para o autor, aquelas fazendas seriam os indícios adicionais da existência de trocas comerciais e do relativo dinamismo da economia regional, pois, caso contrário, aquela mão de obra teria sido vendida para outras regiões, considerado o aquecimento do comércio de cativos internamente à colônia, em função da proibição da importação em 1850.

Um momento importante de alteração daquela economia regional teria sido desencadeado pelo declínio da navegação no Jequitinhonha como rota comercial, progressivamente substituída por outras. Segundo Ferreira Ribeiro, aquele rearranjo provocara a substituição, em inúmeras fazendas, do predomínio da produção cerealista em favor da pecuária de corte, que teria prosperado igualmente na região das matas do Mucuri e Jequitinhonha. Muitos dos capitais constituídos no comércio com o sul da Bahia teriam presidido aquele processo de expansão trazendo à sua frente, trabalhadores reunidos no sistema “de meio” ou “de sorte”.

Esse sistema teria se desenvolvido não apenas na parte oriental do Jequitinhonha, como também em torno de Araçuaí, onde, diante das dificuldades de comercialização de quaisquer outros produtos em função da deficiência das estradas, o gado se tornava boa opção, por se autotransportar. Segundo Ferreira Ribeiro, o capim colônia e o gado zebu foram introduzidos em Araçuaí entre 1915 e 1930, por membros da Exposição Agropecuária Mineira de Pedra Azul e teriam constituído uma melhoria no manejo praticado localmente. Devido à distância com relação aos centros de abate e aos grandes mercados consumidores do período, o Jequitinhonha teria se tornado uma zona de cria do gado, posteriormente vendido para zonas de engorda ou invernada¹³⁰.

população total das quatro áreas e 3% do efetivo de cativos da província de Minas Gerais. [...] No entanto, Minas Novas e Ouro Preto, a capital da província, contavam [no período] com o mesmo número de escravos (950) e o município de Minas Novas situava-se numa posição intermediária em termos de números de cativos entre os municípios de Minas” (Ferreira Ribeiro, 1993: 46).

¹³⁰ “Três grandes fluxos de gado se formaram ou se consolidaram nos anos 1940/1950: A) Das cidades próximas a Almenara e Pedra Azul para o norte, em direção aos mercados de Salvador e Recife, tendo como pontos de invernada Jequié, Boa Nova, Poções e outras cidades baianas, aproveitando-se especialmente da Rodovia Rio-Bahia. B) Para o sul, tendo como pontos de invernada e abate a região de Governador Valadares, seguindo para os mercados consumidores do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. C) Para Montes Claros e/ou Curvelo, como áreas de engorda e abate e de lá, seguindo pela Estrada de Ferro Central do Brasil para Belo Horizonte e outros mercados. Esta rota, que recebia o rebanho das cidades mais próximas de Araçuaí, tinha em Salinas ‘uma espécie de centro de reunião do gado adquirido na zona do Jequitinhonha’” (Ferreira Ribeiro, 1993: 49).

De acordo com o autor, contudo, a pecuária não teria suplantado totalmente a produção agrícola. Em cidades como Minas Novas, ambas teriam adquirido a mesma importância, não apenas para garantir o abastecimento dos proprietários e dos seus dependentes, mas em função de algumas lavouras serem destinadas ao mercado. Os camponeses seriam os responsáveis por aquela produção agrícola, estabelecendo com as fazendas um conjunto de diferentes relações de produção e de acesso à terra. Esse campesinato teria se formado, segundo Ferreira Ribeiro, com “as levas de migrantes baianos – refugiados da seca e da fome, os ex-escravos – libertos a partir da segunda metade do século XIX e principalmente, depois da Abolição, em 1888, antigos posseiros – expulsos de suas terras por fazendeiros ao ‘abraçar’ novas áreas [...] e certamente, índios e seus descendentes – expulsos de suas terras” (1993: 50).

Entre aquelas diversas relações de produção, a principal diferença apontada por Ferreira Ribeiro se punha entre agregados e parceiros e consistia no fato da casa desse último se localizar fora das terras das fazendas. Os posseiros possuíam terrenos que, mesmo sendo pequenos, abrigavam casa e quintal. Sem terra para garantir completamente a “despesa” familiar, tinham, assim mesmo, mais autonomia com relação aos fazendeiros que os agregados. Além de “tocar roças” nas fazendas, parceiros, pequenos proprietários ou posseiros vizinhos costumavam também se empregar nas mesmas como camaradas, procurando meios para complementar a subsistência familiar. Outra estratégia que foi progressivamente ganhando importância, teria sido a busca de trabalho fora da região, empregada sobretudo por camponeses com pouca terra, antes do casamento, para o pagamento de dívidas, compra de novas parcelas de terra, rebanhos, investimentos na produção, em anos de seca muito intensa ou safras perdidas e como meio para jovens adquirirem poupança. Segundo o autor, a migração seria ainda uma alternativa de emancipação frente ao poder dos fazendeiros do Jequitinhonha, a quem geralmente os camponeses deviam se submeter para alcançar a subsistência¹³¹.

¹³¹ “Essa migração temporária é um fenômeno muito antigo no Jequitinhonha e que no entanto, tem sido identificado e explicado apenas a partir das características assumidas nas últimas duas décadas, quando ela coincide com o processo de expropriação recente, e concentra seu fluxo em direção à região canavieira de Ribeirão Preto – SP. Há notícias de migrações sazonais de trabalhadores do Jequitinhonha já no final do século XIX, rumo à São Paulo e a Zona da Mata mineira, então vivenciando o ciclo da cafeicultura, ou mesmo para o Espírito Santo. Essas migrações recebiam o protesto dos fazendeiros do Vale, que viam nelas uma perda de braços para a economia daquela região. [...] Os ‘chapadeiros’ ou ‘cacaieiros’ [...], trabalhadores das redondezas de Minas Novas, que se dirigiam tanto para a região de Teófilo Otoni como para os cafezais de São Paulo, em longas caminhadas, cuja ‘finalidade era a de empreitadas para as roças e trabalhos da lavoura’, parecem ser os precursores da migração temporária no Jequitinhonha” (Ferreira Ribeiro, 1993: 52).

Por fim, Ferreira Ribeiro destacou que, se havia parte importante do campesinato estabelecendo constantemente relações de dependência e submissão às fazendas, outro contingente de camponeses do Vale do Jequitinhonha possuía uma autonomia bastante significativa em relação às grandes propriedades. Esses camponeses foram chamados de independentes, porque não dependiam do trabalho fora dos seus sítios para sobreviver, comercializando diretamente uma parte de sua produção. De acordo com o autor, os camponeses mais vinculados às fazendas tinham nesses lavradores a imagem de um ideal: “Entre esses produtores, os mais abastados se tornavam comerciantes e possuidores de tropas, que se constituíam no principal meio de transporte da produção de toda aquela região [...]. Levavam subprodutos da cana (açúcar, aguardente, rapadura e doces), toucinho, farinha, algodão e feijão e traziam de outras regiões sal, querosene, farinha de trigo, bebidas (cerveja), fazenda, ferragens, armarinhos” (1993: 54).

Como aqueles comerciantes detinham os meios para alcançar as regiões mais distantes, ou mesmo o transporte para as cidades mais próximas, monopolizavam a comercialização da produção agrícola, assim “como todo um conjunto de relações sociais entre as comunidades locais e a sociedade mais ampla”. Essa abordagem direcionou as críticas do autor para aqueles que inferiam a apontada estagnação de quase 150 anos na região, que, do seu ponto de vista, o faziam porque “[subestimavam] a importância do campesinato da região enquanto produtor de mercadorias” (1993: 39); bem como permitiu problematizar relações estabelecidas pelos camponeses que ultrapassavam o “aspecto mercantil, se estendendo para outras esferas sociais e políticas. Aqueles comerciantes se constituíam muitas vezes, em lideranças locais importantes” (Ferreira Ribeiro, 1993: 54).

Procurando criticar a perspectiva da estagnação regional, que teria se tornado ideologia de Estado e justificativa para o planejamento destinado ao desenvolvimento regional, Ferreira Ribeiro realizou uma densa reconstituição histórica das relações comerciais estabelecidas tanto internamente como com outras regiões próximas, frequentemente desconsideradas pelos estudiosos do Vale do Jequitinhonha, cujos traços, alguns deles ao menos, teriam escapado até mesmo à investigação minuciosa de Moura (1988), mais preocupada, todavia, com as relações instituídas pelo processo de expansão das fazendas. Contudo, ao conduzir aquela reconstituição sem tomar, conceitual ou criticamente,

determinadas relações observadas, o autor acabou incidindo na apologia do campesinato como produtor de mercadorias¹³².

Aquela defesa se coadunaria ainda com a descrição, realizada pelo autor, das condições sociais de reprodução dos chamados camponeses independentes, justamente aqueles mais vinculados ao comércio para sobreviver, uma vez que a produção sempre excedente em suas parcelas não os obrigava a trabalhar, ao menos não periodicamente, fora dos seus sítios, por exemplo, para as fazendas. Nos meios de sobrevivência daqueles camponeses, acreditamos que sobretudo por desconsiderar qualquer crítica à dimensão fetichizada das relações comerciais e da produção de mercadorias, Ferreira Ribeiro enxergava as condições mais completas de autonomia identificando-os, por isso mesmo, como independentes. Sua perspectiva poderia ser criticada por encontrar nas condições mais reiteradas de mediação do mercado (portanto, da produção de mercadorias) a maior possibilidade de autonomia e independência. Mas criticada também por não conseguir problematizar a dinâmica da relação estabelecida entre camponeses e fazendas, ficando restrito à caracterização, por isso mesmo modelar, de determinadas posições sociais resultantes daquela mesma relação.

Assim, ainda que Ferreira Ribeiro avançasse na exposição de algumas dimensões históricas que não haviam sido completamente evidenciadas pela pesquisa de Moura, no sentido mencionado, o trabalho do autor ficava aquém da investigação daquela última, que se esforçara por explicitar que qualquer autonomia, frente à dinâmica expansiva das fazendas, era apenas *conjuntural*: existia nos contextos em que o domínio (ainda) não cogitava se estabelecer. Podemos elogiar, mais uma vez, nesse aspecto, a brilhante interpretação da autora, que vê posseiros, situantes, agregados e sitiantes como categorias em trânsito e, portanto, como momentos de relações sociais, escapando da análise mais tipológica e classificatória como aquela apresentada por Ferreira Ribeiro que, tendo definido o caráter das diferentes posições sociais, como parceiros, agregados ou camponeses independentes, acabava reduzindo a problemática discutida quase que unicamente a uma medida da autonomia de cada uma delas.

Não que essa maneira de ver o problema não estivesse presente também na investigação de Moura, conforme destacamos anteriormente, na medida em que a autora

¹³² Isso sem contar, como fica evidente, o caráter bastante historicista da sua retrospectiva: as relações investigadas são pressupostas, independentemente do seu processo histórico de formação e metamorfose categorial. Naturalizadas, essas mesmas categorias fundamentam sempre uma apresentação homogênea da passagem do tempo, sem rupturas ou descontinuidades.

tomava a unidade familiar ou a lógica camponesa como individualidades ideias, mais ou menos pressupostas. Assim como estava presente, como decorrência desse mesmo procedimento, mesmo que de maneira pressuposta, certa associação entre autonomia e mercado, na medida em que a dita independência camponesa figurava exclusivamente modulada na sua relação com as fazendas. Ou seja, como uma questão formulada nomeadamente em torno da possibilidade de ter ou não acesso a terra, mas nunca problematizada nos termos da completa falta de autonomia que a mediação da reprodução social por uma forma de produção *abstrata* representa. Assinalamos, contudo, como essa perspectiva ficou reiterada com a apresentação, mais estanque, dos tipos retratados por Ferreira Ribeiro. Exigindo que acentuássemos, considerado o andamento crítico de cada um dos trabalhos discutidos, como sentido da problematização pretendida aquele procedimento teórico que vez por outra retorna organizando as análises, fragmentando a realidade e renunciando ao debate conceitual que permitiriam problematizá-la como um todo, como forma, mediação e relação social.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seu livro aludido, *Homens livres na ordem escravocrata* (1997), apresentava uma crítica bastante parecida àquela que insistimos em formular: “As considerações desta introdução representam um esforço para não renunciar aos conceitos inclusivos, que apreendem as situações sociais como conjuntos significativos de relações, mas também de evitar os perigos do esquema escravismo-feudalismo-capitalismo nas interpretações da sociedade brasileira, as quais, mesmo em versões sofisticadas, fazem tabula rasa das dificuldades de periodização histórica. Representam, igualmente, um esforço para não cair no artifício de fragmentar a realidade investigada conforme as analogias que se puder distinguir entre seus componentes, apreendidos discretamente, e os elementos de conceitos referidos a constelações históricas de ordem e de sentido diferentes. É com este procedimento que se forjam as sociedades e as economias *mistas*: parcialmente primitivas, feudais, capitalistas etc., esquecendo-se de que, ao se trabalhar com formações históricas, as representações conceituais de pouco valerão se não captarem a sua integridade” (1997: 9-10).

Apesar de estar se referindo sobretudo às dificuldades encontradas para pensar o caráter do escravismo e do latifúndio no processo mundial de generalização do capitalismo, de que fez parte o sistema colonial, como crítica de uma perspectiva teórica e sua metodologia, os apontamentos de Franco se relacionam de modo direto com a crítica que viemos formulando. Rigorosamente, a abordagem das unidades familiares camponesas, daquelas condições de reprodução ou modo de vida, dos bairros rurais, estudos regionais e de comunidade, consideradas em suas especificidades como totalidades relativamente

independentes do processo social mais amplo, poderia ser apresentada constituindo igualmente aquelas sociedades ou economias mistas: parcialmente capitalistas (mais ou menos tradicionais, a depender da abordagem), parcialmente camponesas, poderíamos aventar, parafraseando a autora.

A referência ao trabalho de Franco (1997) teria sua importância, mesmo ficando restrita somente a esse aspecto da crítica. A maneira como desenvolve o problema, sem embargo, foi ainda desdobrada numa direção que pode nos possibilitar estender a problematização desenvolvida. Discutindo a intersecção entre dois princípios reguladores essencialmente opostos da atividade econômica, a produção direta dos meios de vida e a produção de mercadorias, como decorrência das condições em que se desenvolveu o latifúndio no Brasil, a autora argumentou que, “ao se apontar a presença simultânea dessas duas modalidades de produzir, no latifúndio, é preciso não perder de vista que, no contexto brasileiro, elas ganham identidade: uma não existe sem a outra. A produção e o consumo diretos encontram sua razão de ser na atividade mercantil, como *meio* que se definiu juntamente com a extensão das terras apropriadas, as técnicas rudimentares, a escravaria. A combinação dos fatores de produção repousou, em larga medida, na possibilidade do latifúndio autosuprir-se. Isto posto, não basta constatar que produção para subsistência e produção para mercado estejam arranjadas numa estrutura e sejam interdependentes. Ainda assim se correrá o risco de chegar a uma visão dissociativa dos componentes do latifúndio e indicar que, nele, formações socioeconômicas distintas estão combinadas, compondo uma dualidade. Respeitar-se-á, ao invés, sua integridade, ao se apreender aquelas duas modalidades de produzir como *práticas que são constitutivas uma da outra*. Dessa perspectiva, os princípios opostos de ordenação das relações econômicas aparecem sintetizados e, ao observá-los, não seremos levados a representar a economia colonial como *dualidade integrada*, mas como *unidade contraditória*. Essa síntese, determinada na gênese do sistema colonial, sustentou, com suas ambiguidades e tensões, a maior parte da história brasileira” (1997: 11, grifos no original). Ao que a autora ainda acrescentou que “o conceito inclusivo tomado por referência neste trabalho é o de capitalismo, por imprecisa que esteja, ainda, sua figura no sistema colonial. Apesar disto, essa abordagem permite acentuar a peculiaridade das relações de dominação e de produção definidas no Brasil e afastar a ideia de que teria se implantado, aqui, um sistema tributário, essencialmente diferente do núcleo europeu, com a reatualização de formas pregressas de organização social” (1997: 15). Além do seguinte comentário, em nota adjacente: “Ao usar essa referência [de capitalismo] não tenho em vista meramente endossar a clássica ligação das colônias com o ‘capitalismo

comercial'; procuro chamar a atenção para as relações do capital com o próprio estilo de produção instalado nas colônias portuguesas do Ocidente. Nestas, todo um novo sistema produtivo foi montado, diferentemente do que aconteceu nas colônias orientais" (1997: 15, nota 8).

Inicialmente, retomamos a argumentação de Franco buscando contrapô-la à abordagem de Moura, que viemos problematizando. Os dois princípios reguladores essencialmente opostos da atividade econômica constituíam, como unidade contraditória, justamente a característica própria atribuída por essa última autora para o conceito de trabalho. O desdobramento da abordagem de Franco como crítica da perspectiva de coexistência das lógicas camponesa e das fazendas como coproprietárias de um mesmo domínio, pode ser evidenciado com a simples recusa de um procedimento que aceita a sintetização de princípios opostos como dualidade integrada.

Podemos, além disso, extrapolar a problemática do campesinato como totalidade apartada, para problematizar as próprias fazendas e sua dinâmica tomadas como individualidades ideais, contrapondo ainda a perspectiva de Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro (1997), anteriormente discutida, que implicava em considerar, nos termos consagrados por Inácio Rangel (1957) o latifúndio como "internamente feudal e [quando muito] externamente capitalista". Extrapolando as condições de reprodução camponesa encontramos, todavia, também a perspectiva de Martins (2004), apontada como um pressuposto da interpretação de Moura. De modo bastante diferente da argumentação "rangeliiana", esse autor apresentava não as relações não-capitalistas de produção, essas decorrentes do movimento de expansão capitalista, mas a vanguarda comercial dessa dinâmica como momento relativamente apartado da reprodução social geral (essa sim capitalista) que poderia vir a ser superado, segundo sua abordagem permite tacitamente entrever, trazendo consigo a generalização de relações de produção especificamente capitalistas.

A perspectiva de separação e, sobretudo de sua superação, permitiriam, ambas, projetar o sistema colonial, a periferia do sistema capitalista ou sua parte (ainda) subdesenvolvida como aquelas mesmas individualidades metodológicas cuja crítica reiteramos. Como um vir a ser que, sendo assim, ainda não era, subentendendo, consequentemente, que tivessem lógicas próprias que ainda não eram, ou não eram exatamente, a capitalista, ainda que Martins reconhecesse as mesmas como parte ou momentos da expansão daquelas relações sociais de produção. Uma crítica possível dessa perspectiva foi aquela mesma formulada por Franco que, percebendo a montagem de um

sistema produtivo, chamou atenção para as relações do capital com o próprio estilo de produção instalado a partir da colonização portuguesa do Ocidente.

Outra crítica poderia ser elaborada, ainda, à circunscrição do capitalismo a um conjunto específico e típico de relações sociais de produção, assalariadas e fundadas na divisão de classes, de modo que deixa de tomá-lo em seu sentido predominantemente fetichista, de forma social tautológica e inconsciente, cujo *sentido* Caio Prado Jr. (1979) denunciava já no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado originalmente em 1942, a despeito das críticas recebidas por não ter considerado certas particularidades da chamada formação social brasileira, transpondo categorias de análise supostamente importadas, quando poderíamos dizer, dessa vez de modo pouco rigoroso, que “importado” era o próprio sistema social produtor de mercadorias e, nesse sentido, aquelas categorias utilizadas para sua problematização eram para lá de adequadas¹³³. Abordagem que nos sugere retomar, novamente, a advertência que nossa crítica não se restringe, portanto, a supressão das condições de reprodução camponesa, como a problemática do acesso à terra, tomada especialmente no campo da problematização de uma distribuição desigual de rendimentos legitimamente produzidos pelo trabalho, tendo que ser estendida sim ao processo de expropriação, mas como momento de uma forma abstrata de produção e mediação social.

O desdobramento dessa crítica exigiria igualmente uma problematização de separações, geralmente bastante aceitas, entre acumulação primitiva e acumulação propriamente capitalista ou entre formação do capital e reprodução do capital, entre reprodução simples e reprodução ampliada, entre subsunção formal e subsunção real, não porque, efetivamente, diferenças não existam e não devam ser assinaladas e, inclusive, situadas dessa maneira. Mas, sobretudo contra a perspectiva de que tais diferenças sejam consideradas como oposições disjuntivas, como pares de elementos, antes *separados e reunidos*, ao invés de serem criticadas, ambas, como momentos de uma mesma unidade contraditória. Principalmente nas diversas situações em que a crítica social brasileira se dirigiu especialmente, se não quase exclusivamente, apenas para um desses momentos,

¹³³ Nessa discussão, contribui, mais uma vez, a problematização conduzida por Franco (1997), quando argumentava que o problema da propriedade ou da impropriedade no uso dos conceitos não podia se reduzir à questão da distância entre situações empíricas e conceitos puros. Teriam que ser pensados e geneticamente forjados, inclusive, segundo sua adequação a determinadas circunstâncias históricas, nas quais, exclusivamente, teriam validade, não sendo tratados como modelos cabíveis ou não, conforme sua caracterização típica-ideal fosse mais ou menos atendida (cf. 1997: 15).

apresentado como atrasado ou inadequado, enquanto o outro parecia guardar algo de um potencial redentor¹³⁴.

Identificamos, portanto, por um lado, o *dualismo* em todas as manifestações apresentadas (inclusive naquelas que se pretendiam críticas da mal afamada razão dualista, construindo, de maneira supostamente dialética, planos analíticos em que figurava o desenvolvimento contraditório, reiteradamente sucedido, contudo, da perspectiva de superação, salvo engano, quase sempre positiva, modernizadora e restrita ao potencial evocado para o desenvolvimento do próprio capitalismo) como amostras daquele individualismo metodológico que procuramos criticar¹³⁵. Mas, porque consideramos, ainda assim, a necessidade de problematizar as *particularidades*, assim como as totalidades concretas implicadas no processo social de modernização discutido, crítica como recusa, nesse caso, daquela *lógica identitária*, imanente à forma mesma da mercadoria, prosseguiremos nossa discussão, procurando reconstruí-las em outro plano de análise, não mais como especificidades, uma vez que são parte do desenvolvimento contraditório da totalidade. Assim como, não mais numa perspectiva positiva de superação de relação não especificamente, quase ou pré, por relações propriamente capitalistas, mas que possa reconhecer na dinâmica crítica do processo de reprodução aludido o fundamento da generalização das relações sociais.

¹³⁴ “De fato, basta um pouco de atenção para nos darmos conta da pletora de ‘teorias explicativas’ sobre o Brasil. Desde os anos 50, bem uma dezena delas se sucederam, só no interior da esquerda. O marxismo apologético e etapista começou a ser contestado quando pesquisas históricas mais cuidadosas revelaram que as relações feudais casavam mal com o latifúndio brasileiro, com sua importante circulação de mercadorias. Mas, como enfrentar o problema de conceituação, se o escravo lá estava? Esta figura, vista na sua existência mais imediata, excluía a possibilidade de tratar-se de uma ordem capitalista. Ademais, o latifúndio e as relações no campo eram considerados sinais de atraso e nessa medida contrapostas ao capitalismo. Este era visto como passagem necessária para o progresso, caso a burguesia nacional cumprisse a sua tarefa histórica, desenvolvendo as ‘condições objetivas’ que, um dia, graças à industrialização, traria maturidade ao proletariado e o faria respirar o ar da liberdade nos grandes centros urbanos. [...] Posta de lado a ortodoxia etapista - depois que seu papel político, explicativo do atraso da classe operária se cumprira - começaram as substituições. Feudais, as relações de produção no Brasil não eram; mas capitalistas também não poderiam ser. E isto por duas ordens de razões: o escravo [assim como relações não-capitalistas] impedia a presença do trabalhador livre, evidência imediata do capital; e o Brasil era colônia subjugada ao imperialismo, atrelado à rabeira do trem do progresso, Índia ou China sem a sua Inglaterra capaz de colocá-lo - a ferro e fogo que fosse - na estrada redentora da técnica. E não sendo capitalista, o Brasil caía na vaga e salvadora categoria de PRÉ, em teleologias que o representavam seja como o absoluto não ser, por oposição ao mercado, seja segundo as várias possibilidades abertas pelo imaginário sistemático da sociologia” (Silva *et al.*, 1981: 9-10).

¹³⁵ “A crítica que me é dirigida no sentido de que trabalho com uma totalização que unifica indevidamente, que aplaina várias partes e relevos do social, deve-se à atitude dos que se atêm à dispersão dos fenômenos, que fixam as árvores e perdem a floresta, o fio condutor que pode guiar através dela. Isto pode ser bastante conveniente, obscurecendo ou iluminando apenas setores isolados, discretos e abstratamente encadeados. Quando afirmam as diferenças sociais, projetam, imaginariamente, a *sua* diferença pessoal, sempre *post festum*. Já Hegel notava que toda referência imediata à variação dos objetos esconde uma apologia do sujeito” (Silva *et al.*, 1981: 14, grifo no original).

Por outro lado e, finalmente, resta ainda considerar a alusão a uma reprodução regional, reivindicada pelos trabalhos que apresentamos em último lugar. Superam num aspecto a reprodução camponesa como totalidade, tomando aquelas condições de sobrevivência na sua relação com outros processos sociais e suas personificações regionalmente estabelecidas. Para que não reduzam a região, contudo, ela própria a uma individualidade ideal, assim como faziam os estudos regionais, se torna necessário, pelo menos, problematizar o processo social que conformaria as regiões, procurando discutir o sentido da separação pressuposta ao mesmo. Entre as análises discutidas, encontramos a estagnação regional e sua crítica, assim como o vínculo que uniu ideologicamente essa perspectiva ao processo de caracterização organizado pelo planejamento regional. Essa explicação se misturava, contudo, com outra, que alegava pautar a identificação daquelas relações como regionais em função do caráter extensivo que a dinâmica de reprodução particular de determinadas relações sociais de produção assumia. Assim, dando prosseguimento para a discussão sobre o sentido das relações sociais e da forma de reprodução estudadas e seu processo de particularização, faltaria igualmente problematizarmos em que medida e em que aspectos ele coincidiria ou não com uma expressão territorial – descrita como regional, como também os fundamentos sociais e teóricos daquele procedimento de diferenciação espacial.

2.3. O campesinato regional em seu processo de formação

A dispersão tanto de homens livres e pobres como de escravos libertos ou aquilombados pelo meio rural desencadeada pela crise da mineração, generalizando uma forma de reprodução antes existente apenas nos interstícios de uma economia destinada quase que exclusivamente para os produtos de exportação, foi uma das interpretações mais aceitas sobre o processo de formação do campesinato no Vale do Jequitinhonha (Maia, 2004; Moraes Silva, 1999 e 1988; Moura, 1988; Amaral, 1988; Voll, 1984 e Graziano e Graziano Neto, 1983). Segundo Ribeiro (1997), essa tese seria criticável por reiterar uma apreciação do processo histórico sobremaneira pautada pela análise dos chamados ciclos econômicos¹³⁶.

¹³⁶ Bem como Ricardo Ferreira Ribeiro (1993), Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro (1997) também fundamentou sua perspectiva em uma crítica à interrupção das narrativas históricas acerca do Vale do Jequitinhonha entre a primeira metade do século XIX e a segunda do século XX: “O Jequitinhonha deu um salto mais dramático. Foi povoado por uma frente mineradora que esgotou a primeira cata de ouro e diamantes e a si própria em fins do

Não era completamente falsa, mas se equivocava por generalizar o esquema Auge-Declínio-Regressão, segundo o qual a “sucessão seria quase fatal, dado o caráter especializado, predatório e exportador do Auge, daí vindo naturalmente o Declínio e, como fora impossível a poupança, o resultado seria a Regressão à produção de subsistência” (Ribeiro, 1997: 4). Para o autor, a história do Vale do Jequitinhonha seria apresentada assim pela falta de sequência e qualidade na documentação oficial, mas principalmente porque os estudiosos deram mais atenção aos seus extremos, contando a história sempre a partir do principal produto de exportação, intercalando arrancos com imensos vazios preenchidos por silêncio.

Contrariando essa abordagem, Ribeiro (1997) destacava, por um lado, que o arrefecimento da produção na mineração de aluvião não havia sido seu sepultamento definitivo, porque o episódio minerador, vivendo de sucessivos descobrimentos, teve sua direção empurrada para outra frente de colonização menos produtiva e, por isso, menos historiada: “Os aventureiros prosseguiram em busca de outras áreas, em particular das Americanas, nas cabeceiras das matas do Mucuri” (1997: 4). Bem como apontava que mineração e agricultura não haviam sido incompatíveis (cf., além de Ribeiro, 1997; por exemplo, Marcus da Silva, 2007; Meneses, 2007 e Guimarães e Reis, 2007, em relação às minas setecentistas, além de Toledo, 2008, com referência à região das lavras baianas). Assim, argumentar que a população regional teria saído às lavouras nomeadamente *depois* de esgotadas as lavras podia esconder que a incerteza das catas sempre empurrara os mineiros para a lavoura e que a estação seca os levava outra vez às lavras¹³⁷. Segundo o autor, “picos ocasionais de fome e carestia que assolavam as lavras aconteceram quase sempre no seu começo, quando ainda não houvera tempo de formar lavouras: as lavras de Salobo e Grão-Mogol drenaram mantimentos do Jequitinhonha e até da mata do Mucuri, mas em momentos muito localizados no tempo” (Ribeiro, 1997: 5).

século XVIII. Desde então – diz-se – estagnou. As fontes da sua história mineradora vão só até o fim da Real Extração, nos começos do XIX. [...] O alto rio passou por um breve esplendor até meados do século XIX, quando o algodão produzido em São Domingos e Calhau criou algum movimento de exportação, comentário de viajantes, principalmente Saint-Hilaire que se tornou o historiador do declínio minerador e da assunção algodoeira. Depois, então, o Jequitinhonha desapareceu, perdeu lugar na história, para emergir mais de um século depois, nos anos 1970, como o ‘Vale da Miséria’, zona famosa pela enorme exportação sazonal de trabalhadores não qualificados para o Sudeste do Brasil, produtora de muita cultura popular – música, festas, artesanato – mas absolutamente ‘carente’” (1997: 3).

¹³⁷ “Entre o declínio e o apogeu da mineração houve continuidades e rupturas. As rupturas são a presença fiscal mais tímida de governo, o ritmo declinante dos descobertos e da produção. E as continuidades estão na busca permanente de novas lavras, no constante movimento de gente, por toda a fronteira da mata. Não em fuga da mineração, como se pensa. Mas buscando lavras, fartas lavouras e índios para serem preados; tudo que as terras pioneiras do vale do Araçuaí, esgotadas para minas e plantios, não podiam mais fornecer” (Ribeiro, 1997: 27). “Mas não é possível encontrar estagnação nos documentos da época: pelo contrário, eles descrevem iniciativas arrojadas, projetos de novas lavouras, ‘civilização’ e ‘proteção’ aos índios, lavras, abertura de matas” (Ribeiro, 1997: 26).

Por ignorarem a frequente coincidência entre pequena mineração e pequena agricultura ou não darem para a mesma a devida importância, muitos dos autores mencionados identificaram na formação do campesinato o resultado de um processo de regressão econômica: entre o apogeu da mineração e a reorganização das fazendas, concebidos ambos como ciclos econômicos subsequentes, o arrefecimento do controle fundiário teria possibilitado a emergência de condições para a reprodução camponesa. Restringir nosso exame quase exclusivamente ao declínio da mineração capitalizada, organizada com base em relações sociais de produção escravistas e na monopolização fundiária mediante outorga da administração colonial, tornaria aquela uma formulação adequada. Principalmente considerando sua posterior sucessão em um processo de apropriação da terra por ex-escravos que passaram a se reproduzir por meio da produção direta dos meios de vida, antes da reorganização regional das fazendas. Essa abreviação implicaria, contudo, em uma redução da ênfase na coexistência (conflituosa, sem dúvida) entre garimpeiros livres e pobres ou negros fugidos e aquilombados e a reprodução do capital mobilizado na empresa mineradora, assim como o fato da sobrevivência garimpeira necessariamente ter se associado à sua reprodução em condições camponesas: tanto nas circunstâncias em que os mesmos sujeitos passavam constantemente de uma ocupação a outra como naquelas em que garimpo e lavoura se uniam em relações comerciais que abrangiam o contrabando mineral, a comercialização clandestina da produção agrícola quilombola e as chamadas negras de tabuleiro (cf. Guimarães, 1983, 1996 e 2003 e, especificamente com referência ao termo de Minas Novas, Leite, 2010).

Contudo, a despeito da pertinência das observações feitas por Ribeiro (1997), assinalamos como sua perspectiva facilmente se confunde com uma crítica dirigida não somente para interpretações de orientação cepalina sobre os ciclos econômicos (cf., por exemplo, Furtado, 2007); mas igualmente para estudos que procuraram compreender as relações forjadas em decorrência da colonização, a partir da crítica do *sentido* daquele processo, como aqueles produzidos por Prado Jr. (1979), Novais (1979) e Franco (1984): aquela abordagem afastava as discussões mais totalizantes que haviam informado a historiografia marxista, como se fossem preocupações de cunho estruturalista, que teriam entrado em crise com a emergência do pensamento pós-moderno e em razão da própria *débâcle* da noção de desenvolvimento econômico¹³⁸. Ocultava, entretanto, que uma parte

¹³⁸ Orientando as muitas vertentes que mobilizaram a crítica aludida encontramos a perspectiva da terceira geração da *Escola dos Annales*, inaugurada por Jacques Le Goff e Pierre Nora durante a década de 1970, que ficou conhecida como *Nova História*. Em termos gerais, essa abordagem questionava a ênfase das pesquisas

daquela tradição (a começar pelos autores indicados acima) não havia tratado o desenvolvimento econômico como modelo para a corrida periférica em busca de sua modernização tardia. Criticavam, ao contrário, a produção de mercadorias como uma tautológica forma social que impunha o desenvolvimento como critério sistemático de equiparação, cuja aparência positiva da ascensão apagaria, de maneira fetichista, a negatividade do aprofundamento da modernização¹³⁹.

Ribeiro (1997) distinguia relações forjadas em torno do domínio exercido pelas fazendas, fundado no poder pessoal, daquelas travadas na reprodução do capital colonial, restrita somente aos empreendimentos que utilizavam escravos e cujos produtos eram voltados para a exportação, assim como as diferenciava daquelas condições em que se reproduziam os contingentes de livres e pobres; como se cada uma das circunstâncias mencionadas operasse segundo uma lógica independente. Se o autor admitia algum nexo comum para as relações apontadas, seria certamente organizado por ambiente e técnica, únicas mediações gerais assumidas pelo mesmo. Assim, Ribeiro inferia da ausência de capitalização a ausência de capitalismo, desistindo de qualquer problematização sobre o caráter abstrato das mediações sociais, em favor de uma interpretação não processual da constituição histórica do capitalismo, segundo a qual aquilo que não se identifica imediatamente com determinado modelo mecanicista de caracterização das relações propriamente capitalistas acaba sempre classificado como não mercantil¹⁴⁰.

tanto na longa duração como nas estruturas econômico-sociais, paradigmas explicativos que haviam ligado, ao menos até a década de 1960, os *Annales* e a historiografia marxista, transferindo o itinerário intelectual predominante da chamada “base econômica” para a “superestrutura” ou “do porão ao sótão”, conforme argumentou Peter Burke (1997: 81). No Brasil, o desenvolvimento desta crítica se voltou sobretudo para a parcela identificada como marxista e ensaísta da historiografia que fora produzida, acusando-a de ter ficado muito concentrada nos ditames do pacto colonial e na produção exportadora que se fundava no tripé latifúndio, monocultura e escravidão, sem aprofundar sua análise nas relações forjadas no interior da colônia. Com diferentes orientações, alguns autores destacaram as trocas comerciais estabelecidas sem a intermediação metropolitana, assim como a autonomia e a importância que tiveram acumulação e mercados instituídos internamente à colônia (cf., por exemplo, Faria, 1998). Enquanto outros, afirmando o mesmo tipo de “correção” aos estudos antecedentes, fundamentaram ainda as “descobertas” sobre a dinâmica interna das relações comerciais coloniais em um projeto arcaísta de apropriação das rendas coloniais por elites que buscavam a manutenção da estratificação social e uma ascensão na hierarquia que os permitisse se tornar membros da aristocracia (cf., por exemplo, Fragoso e Florentino, 2001). Uma boa crítica das perspectivas que consolidaram a *Nova História*, inclusive das abordagens acima aludidas, que podem ser agrupadas naquela que ficou conhecida como *Escola do Rio*, pode ser lida na longa introdução do livro *Nova História em perspectiva*, organizado por Rogério Forastieri da Silva e Fernando Novais (2011). Uma resposta, insuficiente, do nosso ponto de vista, aos questionamentos levantados pelos autores, encontramos em Florentino (2011).

¹³⁹ “Enfim, a inferioridade pátria existe, mas o metro que a mede não é também inocente, embora hegemônico. Trata-se de uma posição antimitica e duas vezes negativa, isenta de ufanismo conservador bem como de abdicação do juízo diante da Europa e progresso, uma posição racional e sem absolutos, que em cem anos não envelheceu” (Schwarz, 1987: 122-123).

¹⁴⁰ Essa perspectiva apareceu claramente quando o autor apresentou sua crítica ao modelo Auge-Declínio-Regressão, logo na introdução da sua tese de doutorado: “Mas para chegar a esse resultado foi necessário

Contestando duramente aqueles que “acreditam que fazenda sempre é igual monetarização” (Ribeiro, 1997: 5), o autor presumia essa confusão nas interpretações criticadas (por exemplo, em Moura, 1988 e Amaral, 1988), sem perceber que aquelas pesquisas não reivindicavam a existência de uma mediação necessária do dinheiro, mas, diferentemente, nexos sociais francamente organizados com recurso à violência extraeconômica (Marx, 1984: cap. XXIV), que fundamentavam a imposição de uma sociedade capitalista em constituição, posição bastante clara, principalmente em Moura (1988). Sua importante contraposição à polarização entre estagnação e ciclos rentáveis, encadeável com um questionamento que procura criticar, para além de uma acumulação reificada e frequentemente mal distribuída, a constituição de relações abstratas e tautológicas de mediação social, de cujo aprofundamento continuaremos procurando investigar e problematizar os nexos, acabava subsumida ao individualismo metodológico como procedimento teórico que atribuía outro e diverso fundamento a relações sociais que aparentemente não se destinavam a ou não haviam logrado cumprir aquele *sentido*, esquecendo-se de investigar vínculos que foram impondo a sobrevivência como uma necessidade fantasmagoricamente objetiva, travados para além da exploração ou acumulação empiricamente observáveis. Esquecendo-se de “que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas” (Marx, 1984: 296).

Assumindo ainda como referência a crítica endereçada por Ribeiro (1997) à perspectiva de sucessão das lavras minguantes pela constituição do campesinato como interlúdio entre o ciclo minerador e o processo de reorganização das fazendas que iria subordiná-lo, questionamos uma abordagem do próprio autor, de que o povoamento, inicialmente do vale do rio Araçuaí e posteriormente daqueles dos rios Mucuri e Jequitinhonha, para tomarmos as formulações usadas por ele¹⁴¹, teria sido iniciado sobretudo

abandonar várias das perspectivas mais correntes nos estudos de sociedade e história brasileira. Primeiro, tomar cuidado com as perigosas principalidades econômicas, que enfatizam sempre a história de um grupo ou áreas a partir do produto exportado, do ciclo e da renda gerada. A história do Jequitinhonha e Mucuri apresenta pouca principalidade e, se fôssemos adotar esse critério encontraríamos no máximo subfluxos, expressões mínimas de atividade econômica. Segundo, buscar entender o que moveu essas populações. Não foi a circulação monetária e integração mercantil. Antes, foi um impulso básico de sustento e reprodução que levou à ocupação da mata e à normatização do uso da terra de capões. Terras – campos, capoeiras, capões e mata – passaram assim a influir, e muito pesadamente, na sorte dos homens; o meio torna-se uma parte muito mais que decorativa nessa história” (Ribeiro, 1997: 5). Ou ainda, quando o autor afirmava que “parece milagrosa cada revelação sobre o não mercantil, a vitalidade própria dos lugares que existiram fora das tramas da política e finança, como também já disseram tantos pesquisadores e não pode deixar de ser constatado aqui” (Ribeiro, 1997: 3-4).

¹⁴¹ Buscando contrapor o caráter excessivamente genérico e indeterminado da noção de povoamento que organiza todo o texto de Ribeiro (1997), não nos custa lembrar a crítica, bastante conhecida, feita por Novais (1979) ao conceito de colonização empregado por Sorre em sua obra *Les migrations des peuples*: “E já esta primeira abordagem, ainda puramente descritiva, permite-nos estabelecer para logo uma primeira distinção de

com o avanço do episódio minerador naquela direção. O próprio trabalho de Leopoldo Pereira (1969), *O município de Araçuaí*, publicado em 1911 e utilizado como referência na investigação de Ribeiro¹⁴², apontava para momentos antecedentes daquele processo de territorialização colonial.

Em sua monografia, Pereira apresentou um conjunto de expedições que teriam alcançado as terras posteriormente correspondentes ao Vale do Jequitinhonha, afirmando inclusive ter sido “o nordeste de Minas a primeira região deste Estado a ser calcada por pés de homem civilizado” (1969: 7). Referindo-se aos que tomava por aventureiros, no último quartel do século XVI, o autor comentou expedições feitas por Tourinho e Adorno¹⁴³, afirmando dever-lhes Araçuaí “as primeiras notícias de sua riqueza que foram dadas no mundo” (1969: 9). Ressaltava, contudo, que aquelas expedições teriam falhado por não saberem “com que elementos de ataque e defesa era necessário contar para tão arrojados empreendimentos” (1969: 8). Na sequência, Pereira destacava as descobertas das minas, ocorridas no século XVII¹⁴⁴.

não somenos importância. Nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial; fenômeno mais geral, de alargamento da área de expansão humana no globo, pela ocupação, povoamento e valorização de novas regiões – em suma, a organização do ecúmeno, no dizer do geógrafo Max. Sorre –, a colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos Tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo a forma mercantilista de colonização, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora europeia. Noutras palavras, é o sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização europeia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial” (1979: 58).

¹⁴² Segundo Ribeiro (1997), Leopoldo Pereira, quase nativo de Araçuaí, havia sido um dos “historiadores do Jequitinhonha” que integraram a chamada tradição regionalista, “como vieram a se chamar depois aqueles escritores afirmativos da ruralidade no final do século XIX, produtores de uma literatura valorizadora do campo, insatisfeita com o peso que o urbano ganhava no país” (1997: 14). Surgido em meio à descentralização republicana, Pereira teria carregado seu texto com tom opinático e marcado pelo amor local, ainda que sua locução externa, em nenhum momento se deixasse confundir com os problemas dos personagens que comentava. Com um trabalho recheado de oposições duais, o autor procurava definir o que seria um Brasil puro, afastado de artificialismos urbanos e importados, ao mesmo tempo em que criticava duramente os sertanismo com os quais não concordava: “Sua mirada culta fica muito descolada daquele mundo de imperfeições que descreve e sua opção pelo localismo aprecia o que a razão culta nega” (1997: 14).

¹⁴³ “Tourinho partiu da costa do Espírito Santo, subiu pelas margens do rio Doce, atravessando matas extensas até hoje desabitadas e infestadas de ferozes selvagens; tornou depois para o norte e ganhou a região das serras, sendo o primeiro que dá notícia do famoso Pico do Itambé, cuja altura tão bem calculou. Achando o Jequitinhonha, seguiu por ele até a costa da Bahia, passando pelo atual Município de Araçuaí, onde achou as procuradas esmeraldas e safiras. Estas esmeraldas não eram senão as turmalinas verdes que em tanta abundância tem sido achadas ali ultimamente, e as safiras, os berilos e águas marinhas. Depois Adorno penetrou na mesma região do distrito das esmeraldas, subindo o rio Jequitinhonha e, como seu antecessor, colheu grande quantidade de pedras coradas e minérios denunciadores de outros mais preciosos” (Pereira, 1969: 8-9).

¹⁴⁴ “No Século XVII foram descobertas no sul as minas de ouro que chamaram logo a atenção da Coroa e dos aventureiros; houve lutas entre os descobridores; as margens do rio das Mortes foram tintas do sangue deles; S. João Del-Rei, Vila Rica, Ribeirão do Carmo e tantos outros lugares vizinhos atraíram toda a imigração. Diversas levadas de caçadores de ouro foram-se adiantando pouco a pouco para o norte; pela segunda vez foi visto o Pico do Itambé, achou-se ouro no Hiviturui, fundou-se o Arraial Tijucu, descobriu-se ouro mais além na chapada, e foi-se habitando a região das Minas Novas” (Pereira, 1969: 9-10).

Consoante a sequência descrita por Pereira, a argumentação de Ribeiro não mencionava diretamente aquelas primeiras expedições, provavelmente porque as tratava como capítulo inicial da corrida e descobrimentos posteriores. Ainda assim, diferenciava-se bastante da caracterização das mesmas, produzida pelo primeiro, ao acrescentar aos “títulos, tenças e foros de fidalguia”, proclamados como recompensas oferecidas pela Coroa pelos descobertos, assim como ao produto das “minas que lhes acenavam de longe com principescas fortunas” (1969: 8), de acordo com Pereira, as motivações exclusivas para a organização de expedições coloniais, o caráter decisivo do encontro entre aqueles aventureiros que procuravam pedras e metais preciosos e as populações nativas¹⁴⁵.

Não obstante, quando discutimos, noutra oportunidade, o estabelecimento da exploração naquelas que foram identificadas como as Minas Novas (cf. Leite, 2010, especialmente a primeira seção), procuramos chamar a atenção não somente para o confronto com os indígenas, mas também com outra forma de apropriação fundiária, instituída mais ou menos concomitantemente ao desenvolvimento da mineração, que a discussão dos conflitos amiúde assinalados nas narrativas dedicadas aos primeiros descobrimentos auríferos em afluentes do rio Araçuaí nos possibilita apresentar e problematizar.

¹⁴⁵ Rigorosamente, esse encontro não foi mero resultado daquelas expedições, senão mais um dos seus propósitos: as bandeiras coloniais estiveram comumente vinculadas à busca de indígenas para serem escravizados. O juízo de que a chamada pacificação dos nativos era necessária para permitir pesquisa e aproveitamento das potencialidades do território colonial, bastante presente nas crônicas coloniais oculta sua função decisiva no fornecimento de escravos: “Os paulistas, porém, não conseguiam concorrer com os senhores de engenho do Nordeste na aquisição de africanos, ficando assim, por muito tempo, marginalizados em relação ao tráfico internacional de escravos. A resposta diante de tal situação foi o desenvolvimento, na capitania paulista, de um mercado de trabalhadores forçados indígenas” (Venâncio, 2007: 96). Mesmo aquelas proibições que incidiram sobre a escravização indígena apresentava uma série de ressalvas. Por exemplo, na primeira lei, promulgada em 1570, que proibia a escravização indígena, os *aimoré* foram especialmente excluídos da interdição. A mesma continha, além disso, recursos que possibilitavam a compra de prisioneiros de grupos rivais, o que criava as condições para incorporação dos próprios indígenas no tráfico. As expedições mencionadas por Leopoldo Pereira (1969) foram exemplares da necessidade de interiorização do apresamento de escravos: “Não tardou muito para que os *aimoré* também fossem alvo de entradas, como aquela liderada por Antônio Dias Adorno (1574), visando conseguir escravos para ‘substituir a quase desaparecida mão de obra tupiniquim após revolta de 1550 e [...] a epidemia de varíola de 1562-3’” (Venâncio, 2007: 91). Alguns historiadores (cf., por exemplo, Venâncio, 2007 e Puntoni, 2002) costumam, contudo, dividir os conflitos, rebeliões e confrontos envolvendo colonizadores portugueses e os diversos grupos indígenas em dois momentos diferentes, distinguíveis por volta da metade do século XVII. Segundo esses autores, se as expedições escravistas eram fundamentais nos primeiros cento e cinquenta anos do processo de colonização e marcaram o encontro entre colonos e populações nativas, progressivamente, as mesmas foram se tornando cada vez menos importantes: a forma de territorialização que então passou a estar em jogo deixava de ser a entrada para se tornar a ocupação permanente das áreas, especialmente com fazendas de gado. Segundo Venâncio, “à medida que o sertão mineiro se tornou alvo da expansão das fazendas de gado, houve progressiva mudança no perfil do primeiro eixo de penetração. Em certo momento do século XVII, o fundamental não era mais escravizar índios, mas, sim, conquistar terras” (2007: 97). Ou, ainda, para Puntoni, “por razões estruturais da forma de evolução desta economia e do processo colonizador, longe de serem guerras de conquista e submissão de novos trabalhadores aptos ao manejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínio” (2002: 45-46).

Uma das versões sobre aquele episódio foi, muito possivelmente, consagrada por Diogo de Vasconcelos¹⁴⁶, em sua obra *História Média de Minas Gerais* (1974), publicada originalmente em 1918. Segundo o autor, a bandeira do paulista Sebastião Leme do Prado descobriu as chamadas Minas Novas em 1727, momento em que esse tipo de empresa não dispunha mais das garantias que asseguravam os descobrimentos para quem os fazia. Leme do Prado, não obstante, na tentativa de “andar pelo seguro” (1974: 52), teria solicitado para o então governador da capitania de Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida, autorização para constituir “uma bandeira legal com todos os privilégios do antigo regimento” (1974: 52), tendo conseguido também a garantia de receber a patente de Guarda-mor das minas encontradas¹⁴⁷.

Após a distribuição das datas minerais entre o seu pessoal e os integrantes da expedição conduzida por Brás Esteves Leme, que também andavam perlongando alguns afluentes do rio Araçuaí e asseguravam ter realizado descobertos na barra do Fanado, Sebastião Leme do Prado teria se dirigido a Itacambira, buscando averiguar a extração aurífera que vinha sendo feita sem regulamentação real, tendo encontrado os irmãos Domingos e Francisco Dias do Prado como “cabeças do povo” (Vasconcelos, 1974: 53). Segundo Vasconcelos, depois de “destampadas as reticências, Domingos Dias abertamente declarou-lhe que não o reconhecia como competente para exercer [as atribuições da guardamoria] naquele distrito, visto pertencer ao Governo da Bahia” (1974: 54).

Para Vasconcelos, sincera ou fingidamente, Leme do Prado acabara convencido daquela argumentação¹⁴⁸, manifestando ao Vice-Rei D. Vasco Fernandes a mineração em

¹⁴⁶ Segundo informações apresentadas por Francisco Iglesias e Bernardo de Magalhães, constantes nos textos introdutórios encontrados na quarta edição da *História Antiga das Minas Gerais* (1999 [1904]), Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos viveu entre os anos 1843 e 1927, tendo nascido em Mariana e permanecido grande parte da sua vida em Minas Gerais. Estudou no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, e no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, se tornando bacharel em 1867, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi jornalista, advogado e político. A historiografia que praticava foi bastante influenciada pela perspectiva do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi membro, tendo ainda participado na fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do Arquivo Público Mineiro e do Instituto Histórico de Ouro Preto. Membro de uma tradicional família mineira formadora de ministros e presidentes de província, sua atuação política foi marcada pelo conservadorismo de orientação monarquista e profundamente católica, tendo combatido o republicanismo antes e depois de sua proclamação. Era bisneto de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, nascido na cidade do Porto em 1758 e posteriormente trazido para as minas sob a guarda do seu avô materno, aos nove anos de idade. Segundo informações obtidas no estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia produzido para edição da *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais* (1994 [1807]), escrita por Vasconcelos, este havia ocupado diversos cargos na administração da capitania de Minas Gerais e foi jurisconsulto e cronista, tendo escrito também o estudo *Minas e Quintos do Ouro*.

¹⁴⁷ Essa mesma versão consta ainda no *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*, publicado por Francisco de Assis Carvalho Franco (1940).

¹⁴⁸ “Achava-se neste momento hospedado também em casa dos Prados o Dr. Miguel Honorato, provisor e visitador encarregado de benzer as novas igrejas, e nelas em ordem dispor as matérias do culto. [...] O que dizia

Itacambira e os novos descobertos no Araçuaí, apesar de já as haver repartido com a autoridade que lhe havia sido delegada por D. Lourenço de Almeida. Apesar das reivindicações do governador de Minas Gerais, que reclamava a inclusão daqueles descobertos sob a jurisdição de sua capitania, D. Vasco Fernandes teria ordenado a subordinação das Minas Novas ao governo baiano, além de estabelecer os cargos administrativos convenientes: Leme do Prado se manteve como Guarda-mor, Domingos e Francisco Dias do Prado receberam, respectivamente, as patentes de mestre de campo e coronel, sendo Pedro Leolino Mariz convocado para ocupar o posto de comandante das armas, além de prover a regência da vila que se formara.

Os desdobramentos apresentados teriam sido resultantes, segundo o autor, duma tentativa de isentar do fisco a mineração naquelas catas, evitando a obrigação de pagar quintos¹⁴⁹. Uma versão diferente daquele mesmo episódio foi narrada, entretanto, por Waldemar de Almeida Barbosa nas conferências *Os 250 anos de Minas Novas* (1981a) e *Fanado (Minas Novas): Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí* (1981b), que foram publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais: Edição Especial Comemorativa dos 250 anos da vila de Minas Novas*¹⁵⁰. Na sua argumentação, o autor também atribuiu o descobrimento das chamadas Minas Novas a Sebastião Leme do Prado. Afirmava, contudo, “que os paulistas não se fixavam em um só lugar. Eram essencialmente nômades. E, aqui, nas Minas, por vários anos, estiveram bateando, aqui e ali, Sebastião Leme do Prado, Brás Esteves Leme, Antônio do Prado Cunha, Domingos Dias do Prado, Francisco Dias do Prado etc. que, por volta de 1726 e 1727, aparecem no Vale do Jequitinhonha, cabeceiras do São Mateus” (1981b: 145).

era evangelho. Metendo-se, assim, na conversa, tratou de persuadir ao Guarda-mor que de fato aquele território pertencia ao Governo da Bahia, tanto que ali estava ele representando o Arcebispo, em exercício de sua autoridade e jurisdição e ninguém ignorava que as dioceses tivessem os mesmos limites que as prefeituras” (Vasconcelos, 1974: 54).

¹⁴⁹ “O distrito das Minas já então se achava constituído desde 1722 em capitania separada e distinta de São Paulo, e aos paulistas nada ou pouco se lhes dava pertencer a este ou a outro governo. O que, aliás, e mais lhes convinha nesse caso, visto que o nativismo já não os impelia, era pertencerem a qual dos governos lhes fosse mais de jeito enganar, sonhando os quintos. Minas já estava com o fisco aparelhado, e a Bahia, sobre não o ter, era país de portas abertas para os extravios” (Vasconcelos, 1974: 55).

¹⁵⁰ Ambas as conferências foram proferidas por ocasião das *Comemorações Especiais dos 250 anos da atual cidade de Minas Novas*, respectivamente em sessão solene da Câmara Municipal de Minas Novas, dia 9 de março de 1980 e no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, como parte de um conjunto de conferências sobre o ciclo do ouro, promovido entre os dias 18 e 29 de agosto de 1980. As informações utilizadas pelo autor, descontadas as aproximações e as referências que não tiveram suas fontes citadas, se basearam principalmente nas obras *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (Pizarro e Araújo, s/d), cuja impressão régia foi feita entre os anos 1820 e 1822 e *Memórias Históricas e Políticas da Bahia* (Silva, 1937), cujos cinco volumes foram publicados pela primeira vez entre os anos 1835 e 1843, além dos documentos constantes no Cód. Col. n.º 9, fl. 169, APM.

Dando notícias das outras atividades em que se inseriam aqueles chamados aventureiros, Barbosa assinalou o comércio de gado em que estavam envolvidos os irmãos Francisco e Domingos Dias do Prado, a chefia de um bando de criminosos, que seria exercida por Brás Esteves Leme, além das contas que todos tinham a ajustar com as autoridades baianas¹⁵¹. Para o autor, eram essas outras atividades que determinavam a preferência, tanto dos Prado como de Brás Esteves Leme, de manifestar a mineração de Itacambira, assim como o descobrimento das Minas Novas ao governador da Bahia. Conforme a caracterização do episódio proposta por Barbosa, podemos intuir, portanto, a existência de outras motivações, além da tentativa de isentar aquelas catas da quintagem, indicada por Vasconcelos (1974). Mais que isso, os indícios contidos nessas fontes revelam que não somente a busca por metais preciosos teriam conduzido aqueles paulistas para o sertão. Ou pelo menos que os mesmos acabaram por desenvolver também outras atividades, bem como sugerem a existência de uma forma de apropriação fundiária pressuposta nas mesmas, de maneira que os aventureiros paulistas teriam se tornado verdadeiros donos do sertão.

Investigamos, em trabalho anterior (Leite, 2010), o episódio apresentado como prolongamento do caráter dos conflitos que culminaram na *Guerra dos Emboabas* (cf. Toledo, 2008; Romeiro, 2007; Ohata, 2003 e Neves, 1998). Esses conflitos, que teriam ensejado a separação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro da capitania do Rio de Janeiro no ano de 1714 e posteriormente o desmembramento da primeira e a criação da capitania de Minas Gerais em 1720, têm sido frequentemente abordados como o enfrentamento entre três regiões coloniais que desejavam estabelecer o controle sobre as minas. De um lado os paulistas, os descobridores, tentando manter inalienáveis seus privilégios garantidos por patentes. Por outro, os baianos, cujos interesses como

¹⁵¹ “Mas, no norte, nas divisas com a Bahia, [Brás Esteves Leme] chegou a tornar-se terrível facinoroso, chefe de formidável bando de criminosos. Esse Brás Esteves Leme dominava grande parte do sertão baiano e mandou dois outros paulistas, Francisco Dias do Prado e Domingos Dias do Prado, como o povo do seu bando, ao encontro de Sebastião Leme do Prado a fim de forçá-lo a dar o manifesto das novas minas descobertas ao governador da Bahia. Realmente assim foi feito em maio de 1728. Os dois irmãos Dias do Prado, assim como Brás Esteves Leme, tinham contas a ajustar com as autoridades baianas, e tudo faziam para agradecer-lhes” (1981b: 146). “Restava dar o manifesto, ou seja, fazer a comunicação do descoberto à autoridade competente. [...] Foi então que entraram em cena três paulistas que, havia anos, dominavam com mão de ferro a região do Araçuaí e do Jequitinhonha. Brás Esteves Leme, [...] paulista dos mais atrevidos, chefiava verdadeira horda de assassinos obedientes. “Homem cruel e facinoroso e, como tal, temido no sertão” – são palavras com que o descreveu o comandante Pedro Leolino Mariz, que o Vice-Rei mandara para o governo das Minas Novas. Domingos Dias do Prado e seu irmão, Francisco Dias do Prado, eram grandes devassadores do sertão-mineiro, descobridores de minas de ouro, e também criminosos terríveis e desumanos, aventureiros e assassinos cruéis, aos quais, em 1724, o Vice-Rei mandou prender. [...] Domingos e Francisco Dias do Prado ganharam muito dinheiro com o comércio de gado que traziam dos currais da Bahia para as Minas; eram verdadeiros donos do sertão” (1981a: 174).

atravessadores comerciais entravam em conflito com os primeiros¹⁵². Além deles, os comerciantes do Rio de Janeiro, inclusive reinóis, que controlavam os portos de troca e o tráfico de escravos negros. Ressalta-se, ainda, que, afora o nativismo reivindicado politicamente em algumas circunstâncias, como expressa o próprio termo *emboaba*¹⁵³, nenhuma daquelas personificações estava aferrada a uma definição da procedência, simbolizando, antes, as atividades a que cada grupo se vinculava, do que sua própria naturalidade. As transformações ocorridas, sobretudo de antigos “paulistas” que foram progressivamente se tornando “emboabas”, foram evidenciadas, com base em notas de Capistrano de Abreu, por Neves (1998), cujos argumentos proporcionam ainda outros elementos para compreender o conflito indicado: “[Nos sertões do rio São Francisco] encontraram-se ‘baianos e pernambucanos com paulistas’, de modo que ‘mais de 100 famílias paulistas’ criavam gado nas imediações dos rios São Francisco e das Velhas, ‘antes mesmo do descobrimento das minas’” (1998: 89).

Como indícios do prolongamento do caráter dos conflitos que desencadearam a chamada *Guerra dos Emboabas*, estavam presentes nas referências empregadas por Waldemar Barbosa para justificar as disputas em torno da descoberta das Minas Novas, alguns interesses comerciais de Domingos e Francisco Dias do Prado, que podiam ser conflitantes com o interesse de Sebastião Leme do Prado em regulamentar a extração naquelas minas¹⁵⁴. Além desses, encontramos também uma amostra do processo de transformação de antigos bandeirantes em “emboabas”, evidenciado pelas afirmações de que tanto os irmãos Prado como também Brás Esteves Leme haviam começado sua entrada naquele sertão na condição de “paulistas”, tornando-se, posteriormente, seus dominadores ou grandes devassadores, cujos negócios requeriam inclusive o apoio das autoridades baianas, para quem os mesmos passaram a ter contas a ajustar.

Além desses indícios, encontramos por fim, completando-os, a figura de Pedro Leolino Mariz, que aparecia consolidando seu poder naquelas minas, não apenas por ter se

¹⁵² “Nessas circunstâncias, bandeirantes e fazendeiros de diferentes origens integraram-se nas caatingas sertanejas e confrontaram-se nas áreas de mineração. O mais rumoroso conflito ocorreu nas nascentes do rio das Velhas, entre 1707 e 1709, quando paulistas, liderados pelo superintendente das minas, Manoel de Borba Gato, e os emboabas, pelo português Manoel Nunes Viana – administrador de fazendas de Isabel Maria Guedes de Brito – que residia em Carinhanha, disputaram as jazidas auríferas e o abastecimento da região mineradora” (Neves, 1998: 89).

¹⁵³ “O recurso ao termo *emboaba* para designar os forasteiros é emblemático do fosso cultural que os separava dos paulistas, revelando, ao mesmo tempo, a altivez e o sentimento de superioridade que animavam os homens do Planalto, capazes de transformar a ausência – de calçado, no caso – em vantagem” (Romeiro, 2007: 536).

¹⁵⁴ “Informado em seguida o Guarda-mor Sebastião Leme de que na Itacambira prosperava a mineração com prejuízo da Fazenda Real, a regularização de tais serviços, não sendo menos de seu interesse, pelos emolumentos do cargo, deliberou partir e para lá se dirigiu em maio de 1728” (Vasconcelos, 1974: 53).

tornado seu Comandante de armas, mas por ter sido encarregado pelo Vice-Rei D. Vasco Fernandes “do governo civil e militar da região toda” (Barbosa, 1981b: 146). Em nenhuma das fontes consultadas, Pedro Leolino Mariz teve sua naturalidade definida, sendo apresentado por Barbosa como “grande e famoso sertanista” (1981b: 146), de modo ser provável que já tivesse atuado igualmente como bandeirante. Não obstante, no estudo de Neves (1998) sua posição foi mais bem explicitada: o antigo “paulista” aparecia como arrendatário de terras de Joana da Silva Guedes de Brito, além de suas fazendas e criações, terem sido identificadas pela expedição realizada por Joaquim Quaresma em Minas Novas e Rio de Contas: “Fazendeiro em Brejo das Carnaúbas, na Bahia, e Minas Novas do Araçuaí, em Minas Gerais, de onde foi o primeiro superintendente” (Neves, 1998: 96).

A atuação de Pedro Leolino Mariz como fazendeiro naquele sertão permite não somente apresentar a outra forma de apropriação fundiária, instituída mais ou menos concomitantemente ao desenvolvimento da mineração, a qual Ribeiro (1997) não havia atentado, incorrendo, também ele, em uma apresentação da ocupação do Mucuri e Jequitinhonha a partir da mineração desenvolvida nos afluentes do rio Araçuaí. Como também problematizar o processo de formação das fazendas existentes na região, iniciado antes mesmo do apogeu minerador, tendo inclusive desencadeado conflitos com relação à apropriação da terra e das possíveis mercadorias a partir dela produzidas: Pedro Leolino Mariz era arrendatário de Joana da Silva Guedes de Brito, uma herdeira do patrimônio instituído por Antônio Guedes de Brito, conhecido como sesmaria do Alto Sertão.

De acordo com Vasconcelos (1974), a sesmaria que conformava o morgado dos Guedes de Brito teria sido obtida como recompensa no processo de “pacificação” das populações nativas: “Anarquizando por este modo o país, os clamores chegaram a comover o governador-geral, cujo dever principal consistia em reprimir os selvagens. Para isto, o meio único então possível foi restaurar o antigo sistema das bandeiras sertanejas, serviço para o qual chamou ele o Coronel Antônio Guedes de Brito, potentado residente no Morro do Chapéu, onde já tinha um corpo de armas em defensiva e que facilmente podia com este marchar à conquista do rio. Era também o homem de confiança, que podia levantar forças no sertão. Contratado, pois, o serviço, deu-lhe o governador a patente de mestre-de-campo, e a provisão de Regente do S. Francisco, ajuntando-lhe a doação de cento e sessenta léguas, que mediriam do Morro do Chapéu até onde se completavam, em rumo às nascentes do rio das Velhas. Concebeu o governador este meio de pacificar a zona do grande rio, combinando na mesma pessoa o próprio interesse e o poder da autoridade. Uma espécie de senhorio feudal. O Regente defenderia sua própria terra e com esta se pagaria das despesas e trabalhos feitos à

bem da ordem. Recebendo, logo, do governo munições e armas, o mestre-de-campo entrou em ação com o seu corpo forte de duzentos homens” (1974: 21).

De acordo com a edição e o estudo histórico do documento *Carta de Sesmaria*, realizado por Suani Vasconcelos (2005), que se referia às terras dominadas pela família Guedes de Brito no Alto Sertão entre os séculos XVII e XVIII, o patrimônio teria sido instituído por testamento no século XVII, contando ainda, posteriormente, com a incorporação de “mais e mais extensões territoriais conseguidas à força e por dominação servil” (2005: 103). Assim como Neves (1998), Vasconcelos (2005) associava o poderio adquirido pela família – comparável apenas ao da família Garcia d’Ávila, cujo morgado instituído como a Casa da Torre, quando somado à sesmaria do Alto Sertão, cobria soberanamente as terras que iam de Minas Gerais ao Maranhão – à tradição histórica de povoamento e ocupação econômica da região, “onde pioneiros se instalaram em tempos pretéritos, com fazendas de gado de Antonio Guedes de Brito e pecuária com trabalho escravo” (Neves, 1998: 119).

Erivaldo Neves (1998) assinalava, sem embargo, a perda de uma parte daquele patrimônio, cujas terras passaram a ser disputadas com a expansão dos descobrimentos minerais. Isabel Maria Guedes de Brito, filha bastarda, e depois legitimada, de Antônio Guedes de Brito havia perdido “grande parte, distribuídas para outros sesmeiros, após as fartas descobertas de ouro, no início do século XVIII” (1998: 57). Ainda assim, o autor apontava as disputas, inclusive judiciais, em que os procuradores do morgado teriam conseguido que “mineradores, pecuaristas e agricultores, ocupantes de terras ‘pagassem arrendamentos e outros comprassem’ suas posses, permanecendo vários anos sem incidentes” (Neves, 1998: 67).

Assinalar, contudo, que a ocupação daquele sertão por fazendas esteve em constituição, antes mesmo da sucessão dos descobrimentos do episódio minerador tê-lo alcançado, não significa desconsiderar a concomitância daquela forma de apropriação fundiária com outras, depois impostas pela mineração, mas estabelecida também por posseiros, possivelmente homens livres e pobres, sem contar os quilombos formados, frequentemente descritos pela literatura (cf., por exemplo, Guimarães, 1983). Nem as transformações sofridas pelo próprio padrão de apropriação da terra, que num percurso histórico de mais ou menos 300 anos sofreu muitas mudanças, antes que culminasse na formação da propriedade privada a partir de meados do século XX, conforme viemos discutindo anteriormente.

As regiões coloniais em conflito, amiúde mencionadas nas investigações sobre a *Guerra dos Emboabas*, podem inclusive ser discutidas nesse processo de alteração dos padrões de apropriação da terra. Sem estarem referidas, como vimos, propriamente à naturalidade de paulistas, baianos ou reinóis, nem a porções circunscritas do território conquistado no processo de colonização, uma vez que o mesmo se encontrava em constituição, as regiões coloniais diziam respeito, antes, à conjugação de determinadas relações de trabalho a padrões de apropriação fundiária, conformando características particulares nas relações sociais de produção estabelecidas¹⁵⁵.

Um exemplo foram os “paulistas”, cujo empreendimento bandeirante, que os caracterizava inicialmente, vai sofrendo uma série de transformações, impostas pela descoberta das minas, mas também evidenciadas pela progressiva conversão da sua finalidade, do apresamento de indígenas, empregados como escravos, ao estabelecimento da garantia de ocupação permanente das terras no sertão, pressuposto da constituição das fazendas que se consolidaram paulatinamente como forma potencial da acumulação de capital¹⁵⁶. Quando tratamos de pensar, assim, a apropriação fundiária desdobrada pela conversão do bandeirantismo “paulista” na formação das fazendas, assim como na organização de um sistema produtivo de extração de minérios, a questão extrapola as diferenças entre o caráter temporário das entradas – descontando a criação de diversos arraiais, resultantes daquele processo – e a exploração, geralmente mais permanente, de sesmarias e datas minerais¹⁵⁷: a preação como negócio e a utilização de indígenas nas expedições coloniais se desdobrou na montagem de um sistema produtivo baseado no trabalho escravo proveniente do tráfico de africanos, sobretudo nas minas (cf., contudo, Vasconcelos, 1998, sobretudo o trecho intitulado *Escravidão na mineração, um debate polêmico*), ainda que a propriedade de negros fosse comum também entre sesmeiros e

¹⁵⁵ Essa disputa poderia ser apresentada também como o enfrentamento dos diferentes setores do capital comercial colonial que concorriam para a monopolização da extração nas minas no decorrer do seu descobrimento, ainda que procuremos destacar a disputa pelo controle sobre o exercício da violência, assinalando o mesmo como momento necessário no processo de mobilização do trabalho, no contexto de reiterada possibilidade de acesso à terra e à produção direta dos meios de vida.

¹⁵⁶ “O autor menciona terras ‘na outra banda do rio Pardo’, às quais não se atribuíram valor, por serem ‘infestadas de gentios’ e ‘morrerem as criações que lá se botam’. [...] A pacificação do gentio aparece como um pressuposto do valor da terra: onde morrem as criações o capital não aumenta, o que indica que as fazendas de gado são a forma potencial de existência do capital na área do Alto Sertão. A terra tem valor, pois pode ser o suporte de produção agropecuária” (Toledo, 2008: 46).

¹⁵⁷ Sesmarias e datas minerais foram duas ordens de outorga de terras formalmente distintas: as primeiras funcionaram como padrão de concessão em toda a colônia, cujos outorgantes, além da Coroa, foram ainda donatários, sesmeiros ou representantes do poder Real, como os governadores. As últimas, um mecanismo de concessão que só existiu nas minas, cujos outorgantes eram identificados como guardas-mores, forneciam o direito de extração mineral, desde que pago o quinto à Coroa.

fazendeiros (cf., por exemplo, os inventários analisados por Neves, 1998 e as cartas de sesmarias analisadas por Carrara, 1999, que mencionam escravos entre suas “fábricas” declaradas, além da documentação analisada por Santos, 1956, que apontou numerosa escravidão empregada na pecuária, na Fazenda do Brejo Seco).

A utilização mais ou menos frequente de escravos comercializados pelo tráfico africano acabava por depender de certas características concretas de cada um daqueles sistemas produtivos, tendo sido bastante destacada, por exemplo, a impossibilidade de empregar escravos na função de vaqueiros em criações realizadas “na larga”, em “mangas” amiúde sem fechos e a importância do regime de “quarteação” como uma forma de remuneração que mantinha o trabalhador livre atrelado às fazendas em razão da sua expectativa de ganho¹⁵⁸ (cf., por exemplo, Neves, 1998; Prado Jr., 1979; Soares, 1968 e Andrade, 1961). Assim como, tem sido amiúde apontada a coexistência de escravos, escravos de ganho, faiscadores e garimpeiros, portanto, do trabalho forçado entremeado a diversas modalidades de trabalho livre, realizado inclusive por escravos que trabalhavam nas lavras por “jornal” e ganhavam por dia, pagando renda a seus proprietários, nomeadamente em contextos de decadência das lavras (cf., por exemplo, Slenes, 1985 e Libby, 1988, com relação ao oitocentos mineiro; Toledo, 2008, para as lavras baianas).

O que não cominou na superação total de algumas características do antigo bandeirantismo: muitos indígenas foram incorporados, em um processo violento de aculturação e mestiçagem, nas fazendas que se constituíram, assim como o episódio

¹⁵⁸ As relações de trabalho na pecuária foram descritas de maneira bastante semelhante nos autores que consultamos sobre essa questão. A descrição de Renan Monteiro Soares destacou alguns dos seus principais elementos: “Contrariamente aos aventureiros que penetravam pelo Brasil exercendo atividades predatórias, para, logo que pudessem, regressar com o que fosse possível conduzir, o vaqueiro, de maneira semelhante à do colonizador inglês na América do Nordeste, embrenhou-se pelo Sertão com a finalidade de criar fazendas e viver lá com sua família. Dispondo sempre de dois a quatro auxiliares, os ‘fábricas’, o vaqueiro foi homem encarregado de dirigir a fazenda. Conforme o porte, uma fazenda poderia ter dois ou mais vaqueiros. Com pagamento pelos seus trabalhos ele recebia, além do indispensável à precária sobrevivência da família, uma rês dentre quatro que viesse a nascer. Foi a ‘quarteação’. Entretanto, este pagamento só era realizado decorridos cinco anos de trabalho, o que lhe permitia, juntando o gado de dois ou três recebimentos, estabelecer-se por conta própria em terras que arrendava aos grandes senhores, iniciando a vida de criador independente. Foi o vaqueiro autônomo. [...] Seus auxiliares, os ‘fábricas’, quando não eram escravos do grande proprietário, recebiam remuneração em moeda e tinham permissão para plantar roças nas vazantes, roça esta que os ajudava na manutenção da família” (1968: 49-50). Além disso, Ribeiro (1997) assinalou ainda a proximidade afetiva entre vaqueiros e o pessoal da casa de sede como elemento daquela dependência intrincada e recíproca: “Vaqueiro foi um trabalhador sempre próximo ao fazendeiro. Seu trabalho, obediência e solidariedade foram para a casa de sede. Viveu um ritmo muito diferente daquele trabalhador ordinário. Nas fazendas de gado o vaqueiro era também criado na casa, acostumado nas suas proximidades, morando nela, convivendo na comunidade que era a família duma sede. [...] Vaqueiro era próximo, um resultado da casa, conhecedor dos seus sistemas, glórias, desmandos e fraquezas, duro defensor da sua ordem e nome. Quase sempre foi o único assalariado regular da fazenda, e embora na maior parte das vezes o salário fosse mesmo muito baixo, era distintivo e compensado pela regularidade de ofertas que a fazenda lhe concedia nos negócios, partilhas e no apoio, na trama do destino que repartia com os fazendeiros” (1997: 161-162).

minerador manteve algo do caráter itinerante daquelas primeiras expedições¹⁵⁹. A continuidade aparente quando tomamos certas características da forma de reprodução daquelas relações sociais de produção não significou, sem embargo, ausência de transformações no sentido das mesmas como momentos da consolidação do processo de colonização: mais do que a superação de certo caráter provisório do bandeirantismo, mineração e pecuária impuseram o sentido da colonização sertão adentro, mesmo se diferenciando, essa última, identificada como uma *atividade subsidiária*, do caráter diretamente exportador da primeira (cf. Prado Jr., 1979): ambas se basearam no estabelecimento de sistemas produtivos voltados, mesmo que não estritamente, para a produção de mercadorias¹⁶⁰.

Com isso, procuramos assinalar que a montagem daquele *sistema colonial* de produção de mercadorias, mesmo quando prescindiu da conexão entre latifúndio agroexportador e escravismo, modelo costumeiramente apresentado a partir da *plantation* canavieira, se baseou em uma necessária associação entre as condições de apropriação fundiária existentes em cada contexto e as relações de trabalho passíveis de serem estabelecidas de modo a possibilitar a mobilização do trabalho, ou seja, a imposição de relações sociais de produção particulares, mas que articuladas entre si garantiam sua própria reprodução e aquela do sentido da colonização¹⁶¹.

Assim, podemos assinalar que aquelas diferentes parcelas do capital comercial colonial se metamorfosearam umas nas outras, além de se imbricarem no processo de colonização: mineração e pecuária se constituíram ambas a partir do bandeirantismo, coexistindo e disputando o monopólio sobre os processos de apropriação fundiária e

¹⁵⁹ “Isto na mineração é muito claro, nas palavras de Albertina Lima Vasconcelos, ao caracterizar como itinerante a atividade mineradora: a terra não interessa em si, mas somente enquanto produzir minério, coisa de valor” (Toledo, 2008: 66).

¹⁶⁰ Ainda que a acumulação de riqueza abstrata articulasse a pecuária, Caio Prado Jr. diferenciou-a da mineração e da grande lavoura por não estar diretamente voltada à produção de gêneros exportáveis que deveriam abastecer o mercado europeu: a produção da mercadoria gado foi caracterizada como atividade subsidiária na medida em que cumpria o papel de abastecer o mercado interno com carne, couro e animais, fornecendo alimentos, matérias-primas, força-motriz, animais de carga e transporte, oferecendo meios de reprodução às atividades econômicas voltadas para exportação. Tendo como seu sentido a produção de excedentes apropriáveis, a pecuária não visava, entretanto, simplesmente a satisfação de necessidades de consumo da população. Poderia ser caracterizada como *subsidiária*, mas não como autônoma ou voltada estritamente à produção de subsistência, somente na medida em que a colônia também exercia um papel subsidiário com relação à metrópole: cabia a ela *reproduzir* essa última. Assim, mesmo que ocorresse acumulação interna de capital, associada à expansão das fazendas, a mesma não se tornara propulsora fundamental do processo de colonização, cumprindo sobretudo papel reprodutivo.

¹⁶¹ Uma discussão aprofundada sobre as relações sociais de produção na mineração e pecuária coloniais realizadas no Alto Sertão, o caráter subsidiário da pecuária, a formação e o abastecimento do chamado mercado interno, as relações de troca estabelecidas entre ambas e a maneira como reproduziam o sentido da colonização, realizamos no segundo capítulo da primeira seção de nossa dissertação de mestrado (cf. Leite, 2010).

mobilização do trabalho na territorialização do capital naquele sertão. Como podemos destacar que relações de trabalho diferenciadas e formas de apropriação da terra aparentemente antagônicas também conviveram, como momentos concomitantes da reprodução de determinadas relações sociais de produção: pecuária, por exemplo, nunca esteve restrita ao negócio da criação de gado, abrangendo, mais que isso, o processo expansivo de formação das fazendas, que se fundamentavam na combinação do trabalho escravo com o trabalho livre (inclusive remunerado), na subordinação dos indígenas, na produção de lavouras, cujo consumo e troca dos produtos se realizavam interna e externamente aos domínios do fazendeiro, na condução de tropas e, até mesmo, na comercialização das criações. Relações que conviveram, ao mesmo tempo, com a possibilidade de agregação em suas terras, com a apropriação das terras livres, mesmo adjacentes, por posseiros – pecuária foi isso e muito mais.

Problematizando os processos que se desdobraram do esgotamento da frente mineradora que teria exaurido a primeira cata de ouro e diamantes nos afluentes do rio Araçuaí e a si própria em fins do século XVIII, visto ter estudado os deslocamentos populacionais que partiram daquele vale, assim como da chamada calha alta do rio Jequitinhonha, sobretudo no começo do XIX, em direção à mata que eram então baixo Jequitinhonha e Mucuri, Ribeiro (1997) destacou igualmente a convivência mencionada acima. Segundo o autor, a fazenda foi um governo de terras e homens que nasceu fundamentada quase sempre no trabalho de outros, tendo sido “montada no Nordeste de Minas com base às vezes na escravidão, mas nem sempre pioneiramente e nem exclusivamente nela, porque ao mesmo tempo, ou antes, podia usar trabalho de índios seus agregados” (1997: 108). Assim como, também teria convivido com outras formas de apropriação fundiária distintas que se reproduziam simultaneamente: “A fazenda, a posse transitória e o sítio familiar estável e autônomo só eram antagônicos em determinadas circunstâncias muito específicas” (1997: 105).

Contudo, ainda que Ribeiro afirmasse que em um “mesmo momento os espaços agrários apresentavam características de ocupação completamente distintas” (1997: 105), quando tratou de apresentar a ocupação da mata por ele investigada assinalou que “em princípio toda a zona do Mucuri e Jequitinhonha foi camponesa, por ter sido fronteira. As exceções mais raras e localizadas seriam aquelas posses abertas por escravos, ainda nos começos do século XIX nas beiras do Araçuaí e seus tributários, e aquelas outras aberturas transitórias montadas por aventureiros que comandavam índios na derrubada, no trabalho e na lavoura, que foram, de um certo modo, os continuadores daqueles primeiros senhores de

escravos. Com algumas outras exceções muito localizadas, o restante de toda essa área foi abertura camponesa, feita à base de um suporte grupal mínimo – família, vizinhança, compadrio – trabalho familiar, enorme mobilidade espacial, extrativismo e combinado a isso tudo, o sistema de herdeiro único ou de poucos herdeiros, mais a sistemática expulsão de excedentes populacionais para nova abertura ou para o agrego, como condição de manter regular a oferta de mantimentos e abundância” (1997: 105).

O autor argumentava ainda que aquilo não queria “dizer que em determinado momento existiram somente camponeses em todo o Nordeste” (1997: 105), mas que sucessões de diferentes ocupações de terra foram distribuídas pelo espaço de forma descontínua, embora seus argumentos reiterassem que a posse camponesa na fronteira encetara a ocupação no Jequitinhonha e no Mucuri, sendo apenas consecutivamente sobreposta pela expansão das fazendas, recaindo numa perspectiva semelhante àquela desenvolvida por Moura (1988), que Ribeiro, como mostramos anteriormente, pretendia recusar: “Para a descamponesação do posseante de fronteira contribuíram tanto a fazenda quanto a lógica da herança e da terra. Se a constituição das fazendas produziu descamponesações localizadas, como no caso mais flagrante de quase todo o baixo rio Jequitinhonha, criou-a quando já estava esvaída da primeira fertilidade, salpicada de aberturas abandonadas e a vanguarda camponesa já começara a migrar daquelas terras para iniciar a abertura do Pampã. De todo modo, a disputa e o conflito pela apropriação de terras surgiram apenas quando elas tornaram-se escassas: quando as matas livres raleavam, o mercado de trabalho para um excedente camponês, não herdeiro, se fechava, quando a fazenda se expandia sobre uma determinada zona” (1997: 106).

Sem embargo, diferenciava-se bastante de Moura (1988) quando apresentava a agregação ou a incorporação das posses como alternativas que influenciavam as opções camponesas¹⁶² sem caracterizar a mediação exercida pelas fazendas como violenta: para Ribeiro, a expansão das fazendas sobre os posseamentos ou os sítios era apenas um mecanismo secundário de formação do domínio fundiário. Assim, coação direta, presente excepcionalmente em algumas circunstâncias, parecia se separar, de acordo com a argumentação do autor, de uma espécie de reconhecimento de certas prerrogativas da agregação por parte de posseantes, que acabariam optando, por exemplo, pela comercialização das posses como uma alternativa para aquisição de dinheiro que não implicava necessariamente em prejuízo ao acesso à terra, mas apenas em sua alteração.

¹⁶² “A família posseante não dispunha apenas da opção de ceder a posse, mas também de agregar-se na mesma posse que abrisse e vendera, [ou] de procurar outra posse nova além-fronteira” (Ribeiro, 1997: 105).

Enquanto que, para Moura, opção e coação se desdobravam quase sempre juntas, provavelmente em razão de a autora identificar, nas alternativas que influenciariam uma escolha aparentemente livre, relações igualmente coercitivas: hipótese que uma análise relacionando a generalização da liberdade contraditória dos sujeitos e a monetarização progressiva da sociedade permitiria consequentemente considerar¹⁶³.

A caracterização das trajetórias dos posseantes, sobretudo a partir das opções e alternativas proporcionadas na fronteira, não apenas pelas fazendas, era evidenciada novamente quando Ribeiro apontava “muitas estradas [que] foram se colocando para camponeses e posseantes do Mucuri e Jequitinhonha, até chegar aquele desenho que existe em finais do século XX, resultando de escolhas mais ou menos deliberadas, mais ou menos desesperadas, mas sempre opções que faziam os homens em determinadas circunstâncias. Forçados a escolher entre elas, poderiam ter-se tornado colonos em São Paulo, fazendeiros ou jagunços na fronteira, prósperos criadores de gado ou agregados, e depois população sobrando expulsa das últimas fronteiras. Às vezes trilhava tudo isso” (1997: 108).

Assim, o autor evidenciou uma dinâmica que pode ter sido bastante comum, apresentada também por Moura, segundo a qual “a fazenda quase sempre estava um pouquinho atrás” (1997: 102) da vanguarda que abria as posses. Ocultava, contudo, o processo que historicamente diferenciou simples posseantes ou agregados de futuros fazendeiros, ao vincular as condições conforme as quais cada um daqueles chamados pioneiros conseguiu se reproduzir somente às opções feitas pelos mesmos. O que não significa que muitos deles não tivessem mesmo trilhado destinos que os levaram frequentemente a mudanças em suas posições sociais, mergulhados como estavam em relações cujas alternativas proporcionadas eram provavelmente maiores do que as perspectivas que explicavam a sociedade por seu suposto caráter estamental, amiúde anunciavam. Assim, o destaque dado para as escolhas tem pertinência, desde que consideradas as circunstâncias que as tornaram possíveis, além do modo como essas circunstâncias condicionam a percepção social acerca dos desdobramentos daquelas alternativas.

¹⁶³ A perspectiva dos autores distinguia-se ainda na terminologia utilizada para identificar os pioneiros na abertura de posses: Ribeiro nomeava-os como posseantes, por considerar que posseiro seria uma identidade forjada apenas no conflito com a constituição da propriedade privada da terra, em que o aspecto legal ganhou, pela primeira vez, à frente no processo de apropriação fundiária. Preocupado em apontar o conteúdo histórico das categorias utilizadas, aqui a crítica do autor ao emprego indiscriminado do termo posseiro no trabalho de Moura tem pertinência, embora ele mesmo não tenha incorporado profundamente essa abordagem, se esquecendo, por exemplo, da historicidade de categorias como camponês e campesinato, cujo processo de formação político também coincidiu com aquela mudança nos padrões de controle fundiário, ocorrida no país somente a partir da segunda metade do século XX.

O ocultamento mencionado se relacionava com o próprio modo como Ribeiro distinguia posses e fazendas surgidas naquele processo de territorialização, afirmando, por exemplo, que “neste Nordeste de Minas a fazenda – o que veio a se tornar domínio legal – nasceu do mesmo modo que a posse – usufruto da terra. Diferenciava as duas só o desejo fazendeiro de usar trabalho alheio, qualquer que ele fosse, de vir a manter na terra mais estabilidade de domínio que aquele de posseiro, possear mais águas vertentes, permanecer parado nela, e garantir sua posse frente e contra as outras posses” (1997: 104). O que era, segundo sua argumentação, uma diferença política, não produtiva, técnica e legal: “O que diferenciava a fazenda da posse qualquer era subordinar pessoas – incorporar índios, escravos e agregados – e permitir ao titular estadear seu rompante de fazendeiro” (1997: 102).

Se o que estava em jogo eram opções, que uns ou outros poderiam igualmente escolher, basta, para dizermos o mínimo, perguntar se todos aqueles posseantes que procuraram concretizar um pretense rompante de fazendeiro tiveram a alternativa ou condições para submeter indígenas, ter escravos ou assegurar domínios, uma vez que a maioria deles carregava consigo, segundo o próprio autor, “somente machado, isqueiro, coragem e necessidade” (Ribeiro, 1996: 19). Quando discutimos o conflito ocorrido por ocasião do encontro de Sebastião Leme do Prado com Brás Esteves Leme, Domingos e Francisco Dias, procuramos destacar a importância das relações estabelecidas entre os mesmos e o Vice-Rei, os governadores, entre outras autoridades, que amparavam as condições, diferenciadas, sem nenhuma dúvida, que cada um tinha para disputar e salvaguardar seu domínio sobre as descobertas minerais. Em exemplos oferecidos por Ribeiro, era mencionada ainda a capacidade de subordinar pessoas e de utilizar trabalho alheio como expressões da autoridade dos fazendeiros.

O fundamento do exercício daquele poder possuía, em ambos os casos, inequivocamente, faceta política, aspecto em que concordamos com a interpretação de Ribeiro. Sugerimos, entretanto, contrapondo sua argumentação, que a autoridade dos potentados não podia ser atribuída puramente ao desejo fazendeiro de estadear seus presumidos rompantes, implicando em relações variadas que tanto viabilizavam como legitimavam uma autoridade que somente aparecia como *dominação pessoal*. Não pretendemos afirmar, assim, que o condicionamento daquela capacidade de mando seria principalmente, ou exclusivamente, *econômico*, visto corroborarmos com a crítica dirigida pelo autor para aquelas perspectivas que superestimam a centralidade do dinheiro na reprodução daquelas condições de sobrevivência.

Ainda assim, não consideramos que a autoridade implicada na subordinação de indígenas, na disputa de domínios e para dispor de escravos, se bem que, muito provavelmente, exercida com recurso a negociações – algumas delas, todavia, francamente monetarizadas, como a compra de escravos – pudesse prescindir da utilização de munição, cujo consumo devia pressupor “o dinheiro, fator não raro esquecido em favor da falsa arrogância do plantador e senhor de engenho” (Faoro, 2001: 153). O que não significa defendermos a proeminência do econômico como esfera separada, mas, ao contrário, o potencial que a crítica dessa formulação proporciona para uma discussão sobre a instituição do dinheiro como categoria de mediação ou acerca da historicidade da mesma: perspectiva que se perde na argumentação de Ribeiro, nomeadamente quando o autor atribui todas as relações a vontades ou condições, que pareciam passar ao largo da modernização como processo de imposição e mudança da forma de mediação social.

A ênfase dada por Ribeiro para opções, escolhas e desejos, tanto nos casos das trajetórias vividas por posseantes como no caso do embasamento da autoridade dos fazendeiros, se ancorava ainda na separação pressuposta pelo autor entre esfera pública e privada, que emergia sobretudo quando o autor indicava a predominância da ação dos particulares ante à “reduzida capacidade de ‘fazer’ do Governo” (1997: 62), realçando a autonomia de sua intervenção, imprimindo forma e sentido ao processo de conquista territorial, muitas vezes, inclusive à revelia das autoridades. Essa questão foi levantada especialmente na crítica das perspectivas que sobrevalorizaram o processo militar de ocupação do rio Jequitinhonha abaixo (cf., por exemplo, Moreno, 1998; Soares, 1992 e CEDEFES, 1987), iniciado com a instalação de quartéis da Sétima Divisão Militar do Jequitinhonha pelo alferes Julião Fernandes, que obedecia a ordens da Carta Régia que declarou a chamada *Guerra Justa*, em 1808¹⁶⁴.

¹⁶⁴ “Isso aconteceu após D. João haver recebido denúncias de que os índios praticavam os mais terríveis, violentos e atrozes atos antropofágicos, matando portugueses e índios já aldeados e ‘civilizados’, bebendo deles o sangue e dilacerando seus corpos. Através da Carta Régia de 13 de maio de 1808, endereçada ao governador da Capitania das Minas Gerais, o Capitão-General Pedro Maria Xavier de Ataíde Melo, verificando a inutilidade da guerra defensiva praticada antes, o Príncipe ordenou que, a partir do momento em que este recebesse a dita Carta Régia, considerasse declarada uma ‘guerra ofensiva e justa’. Esta não devia acabar, enquanto não fosse ocupada toda a região pretendida e fosse mostrada superioridade dos brancos ‘civilizados’ em relação aos selvagens antropófagos. Ou se conseguia que os índios, movidos por pavor, pedissem a paz e se submetessem às leis oficiais, transformando-se em vassalos úteis da Coroa, ou matar-se-ia até o último índio que ali se encontrasse” (Moreno, 1998: 62-63). “A Carta Régia criou, a princípio, seis divisões militares ao longo do rio Doce sob o comando dos alferes, que gozavam de plenos poderes para escolher os soldados próprios para este fim. [...] Assim, a região do Baixo Jequitinhonha, em Minas Gerais, começou a ser explorada e ocupada a partir de 1811, com o estabelecimento da Sétima Divisão Militar, sob o comando do alferes Julião Fernandes, que lá chegou, depois de passar pelo Alto dos Bois, e pelo aldeamento de Lorena dos Tocoyós, de onde levou mais alguns índios Maxakali em sua companhia. Estes índios já tinham sido aldeados e ‘civilizados’, segundo instruções de

Segundo o autor, “longe de ser um processo militar de abertura de matas, como querem alguns pesquisadores, foi na verdade aproveitamento privado de um estímulo público” (1997: 44, nota 5). Assim, Ribeiro procura destacar, indo além do processo de instituição dos quartéis e formação de tropas regulares, o incentivo governamental que “anistiou dívidas, liberou por dez anos os impostos, estipulou o serviço gratuito dos índios ‘ferozes’ por dez ou mais anos e cedeu sesmarias aos colonos que se estabelecessem na zona de carrascos e matas do Jequitinhonha e do Mucuri. Poucos autores deram ênfase a este aspecto, com exceção de Geralda Soares, muito embora aos viajantes e relatórios de época fosse claro que aqueles estímulos estavam induzindo ao povoamento” (Ribeiro, 1997: 27-28).

Antes mesmo do início da referida ocupação militar, esse aproveitamento se encontrava em curso. Em fins do século XVIII, quando o furor da mineração vinha diminuindo bastante em quase toda a capitania de Minas Gerais, a frente de ocupação inicialmente chegada a Minas Novas, havia alcançado ainda São Domingos, Arraial da Chapada e Água Suja. Ainda que ouro e pedras não fossem os únicos atrativos para os pioneiros, como pontuou Ribeiro, distinguindo a referência cada vez mais frequente ao interesse dos colonos por lavouras e preação de indígenas em documentos da época, a produção mineral, mesmo reduzida, continuava “gerando modestas receitas, pequenas fortunas” (1997: 25), mas permanentemente movimento e ocupação¹⁶⁵.

Àquela altura, José Pereira Freire de Moura, dono da casa que ficou famosa por hospedar Tiradentes na cidade de Minas Novas e participante ou simpatizante da Inconfidência Mineira, formou a fazenda Tocoíós duas léguas acima do rio Araçuaí, nas beiradas do Jequitinhonha, depois de ter sido afugentado pela reação desencadeada pelo fracasso da revolta. O bacharel, que estudara direito e matemática na Universidade de Coimbra, se manteve refugiado até que Bernardo José de Lorena assumiu o governo da capitania e, sendo seu amigo, lhe conferiu anistia, além de nomeá-lo capitão-mor da colonização do rio e do aldeamento dos indígenas. Segundo Ribeiro, Moura “rebatizou

José Pereira Freire de Moura, colonizador e civilizador da região de São Domingos e Araçuaí” (Moreno, 1998: 64-65).

¹⁶⁵ “Um exemplo dessa atividade mista está na carta que o vigário de Nossa Senhora da Conceição do Arraial de Água Suja de Minas Novas – depois chamado Berilo – escreveu ao arcebispo da Bahia em 24 de fevereiro de 1794. Naquela época o baixo rio Jequitinhonha ainda era um mistério e o Mucuri não havia sido explorado, e, a rigor, descoberto: só era imaginado. Água Suja ficava fora da mata, à beira do rio Araçuaí, na zona de chapadas, campos e capões, a uma boa distância dos perigos da selva. Na carta, o Padre Antônio José Pinho Salgado falava de índios que saíam da mata e chegavam a ele querendo conhecer fé e batismo: eram Macuni, Camaxó, Machacali, Capoxó, Malali e Panhame, todas nações pacíficas que fugiam dos ferozes Aimoré – ou ‘botocudos’, como se dizia pejorativamente – procurando a proximidade dos colonos. Muitos deles, dizia o padre, já davam ‘*indícios de se humanizarem*’ e moraram por tempos com uns aventureiros que os levavam à mata em busca de metais preciosos” (Ribeiro, 1997: 25).

Tocoiós: ‘Lorena dos Tocoios’ e ergueu uma capela para invocação de São Bernardo. Protegido por santos e mandantes, construiu casas, distribuiu lotes às famílias chegantes, aldeou índios e levou à frente algumas expedições. Mantinha em torno de si muitos filhos, parentes e um grande número de dependentes e agregados” (1997: 26).

Entre os documentos públicos deixados por José Pereira Freire de Moura, o autor apontou um relatório sobre o ritmo do aldeamento indígena, além de uma petição ao governador que solicitava seu apoio na montagem de uma expedição para perseguir um roteiro em busca de uma mina de ouro, de nome Lagoa Dourada, deixado por antigos paulistas, que ele havia encontrado em meio à papelada de seu pai. Na petição, Moura afirmava que “resolvera fazer a entrada, que não liderava por padecer de enfermidades. Formara a tropa, dera o comando a seu filho, mas alguns dos sujeitos que ‘havia concertado se viram presos’. Por isso sugere na carta uma barganha: o governo liberaria seus companheiros e forneceria munições de ‘arma e de boca’, em troca, ele cederia todos os diamantes encontrados, ficando apenas com o ouro” (Ribeiro, 1997: 27). Discutindo o sentido do requerimento, Ribeiro julgava, muito além de um roteiro confuso acerca de riquezas hipotéticas, a petição como uma oportunidade para que o capitão tanto reclamasse do fechamento de lavras como rememorasse ao governo antigos serviços que prestara e solicitasse ao governador a liberação daqueles garimpeiros clandestinos que tinham sido presos e eram agregados seus: “Ele queria manter o povo numa liberal faiscagem, afirmar autoridade em seus domínios, porque sua ‘Lagoa Dourada’ era mesmo ali” (1997: 27).

O caso de José Pereira Freire de Moura pareceu confirmar o ponto de vista apresentado por Ribeiro. Antes mesmo do início da ocupação das matas por militares, impelido por interesses que, a princípio, pareciam ser particulares¹⁶⁶, o chefe acabou se tornando talvez o mais famoso dos aventureiros que entraram às dezenas Jequitinhonha abaixo com o “propósito [de] dominar uma terra produtora de pedras e mantimentos, mobilizar e proteger seu povo, ‘educar’, ‘reduzir’ e dar serviço aos índios” (Ribeiro, 1997: 28). Sua fama excepcional veio, de acordo com o autor, não tanto do sucesso invulgar alcançado com sua empreitada, mas especialmente “pela qualidade dos documentos que deixou e por se estabelecer precisamente no miolo da rota de expansão da fronteira agrícola” (1997: 26).

¹⁶⁶ “Essa outra faceta da guerra, seu lado particular, raramente apareceu porque ficou oculto sob atividades religiosas e militares. As diferenças não são tanto de métodos [...] mas de resultados: os quartéis, frades e Ottonis aldeavam índios em terras públicas para proveito tribal ou familiar; os chefes da mata aldeavam índios em torno de si em seu próprio proveito” (Ribeiro, 1997: 63).

Ainda que a documentação bastante zelosa, resultante ela mesma do cunho mais institucional de algumas relações travadas por Moura, tenha acabado conferindo relevo extraordinário para sua trajetória em detrimento de outros tantos aventureiros não documentados, não desprezamos a contraposição feita pelo caso ao ponto de vista que assegura ter sido predominantemente camponesa a ocupação das matas. Não porque o exemplo revelado possa superar o sem número de trajetórias que passaram ao largo da documentação histórica, mas, porque, encontrando igualmente chefes e potentados na fronteira, os camponeses seguramente se veriam obrigados a, com os mesmos, estabelecer relações, assim como o tiveram que travar índios, religiosos, funcionários e militares que integraram aquele processo de abertura.

Apesar da trajetória de Moura, “chefe de grupo, minerador, plantador e patrão de índios” (Ribeiro, 1997: 28) permitir tamanha ênfase conferida pelo autor para o empreendedorismo arrojado da atuação dos particulares, assim como para desejos e alternativas que orientariam os rumos que os colonos tomavam, o problema da sua formulação consistia na identificação de certas atribuições supostamente inerentes às autoridades, apesar da sua reduzida capacidade de ação. Ao mesmo tempo em que atribuía a tônica do processo ao rompante estadeado da intervenção particular, encontrada naquela deficiência equivocadamente inferida. Desse modo, sua hipótese de que era o governo que “agia com liberalidade, em acordo com a ação de particulares” (Ribeiro, 1997: 62) poderia até ser uma formulação plausível, desde que considerado o ajustamento necessário entre o sentido da atuação privada e os intentos coloniais do governo¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Como manifestava, por exemplo, a argumentação de defesa utilizada pelos paulistas por ocasião do julgamento das suas empresas de preação indígena, na repactuação de seus vínculos com a metrópole: “Desobedecer para servir” (Ohata, 2003: 198). Desde a Carta Régia promulgada em 1570, a captura, comercialização e escravização de índios ficaram proibidas, mecanismo que procurava salvaguardar aos traficantes de africanos o monopólio sobre o abastecimento de força de trabalho para os empreendimentos coloniais. Os colonos paulistas, que vinham aproveitando sistematicamente as ressalvas existentes naquela interdição para movimentar seu negócio, que envolvia entradas na mata, busca de minerais preciosos e escravização indígena, tiveram suas ações questionadas pela Coroa no século XVII. Paradoxalmente, argumentavam em sua defesa articulando sua desobediência com a reprodução das relações coloniais: não haviam deixado em nenhum momento de servir à Coroa. Além da compatibilidade que a busca de minerais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial tinham com os objetivos da metrópole, ressaltamos ainda a peculiaridade dos padrões de negociação adotados por aqueles colonos: os paulistas “havia desenvolvido a prática de oferecer os seus serviços à Coroa em troca de bens previamente negociados” (Romeiro, 2007: 531). Se os paulistas subverteram “a noção de liberalidade régia [...], substituindo-a por um contrato entre partes iguais, regido por interesses que se equivaliam juridicamente” (Romeiro, 2007: 531), certamente o fizeram por deter serviços imprescindíveis à metrópole. Habitados ao sertão e possuidores de elaboradas técnicas de guerrilha para o combate com indígenas ou quilombolas rebelados, encarnavam “a mais formidável máquina de guerra da América Portuguesa, acionada nos momentos em que a Coroa Portuguesa necessitava de homens sertanejos, experientes nas artes de sobrevivência e luta no mato” (Romeiro, 2007: 530).

Faltava considerar, desse modo, na argumentação desenvolvida por Ribeiro, não apenas que as intenções particulares, bem como o processo personificado pelos mesmos somente apareciam como resultados da sua atuação e determinação, mas também que o recurso à sua intervenção na reprodução das relações sociais de produção coloniais não caracterizava ausência alguma do poder real, afinal aquela era “uma empresa que o rei engordava para colher benefícios futuros” (Faoro, 2001: 158). Que a colonização tenha ocorrido “menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular” (Freyre, 1987: 4), não significou, entretanto, que aquela “imensa obra semipública” executada privadamente pelos colonos não fosse “pública no desígnio” (2001: 151), como indicou Raymundo Faoro: “O governo português não punha no negócio o seu capital, ao tempo escasso e comprometido em outras aventuras. Servia-se dos particulares – nobres e ricos, com suas clientelas e parentes sem cabedal acenando-lhes com a opulência e o lucro fácil, móveis de ação tipicamente capitalista” (2001: 158). A presença da autoridade real, contudo, se mantinha “vinculada, entrelaçada, abraçada aos ganhos da colônia” (2001: 161). “Olhos vigilantes, desconfiados cuidavam para que o mundo americano não esquecesse o cordão umbilical, que lhe transmitia a força de trabalho e lhe absorvia a riqueza. O rei estava atento ao seu negócio” (2001: 162).

Para Faoro, a política que resultava da relação entre a ação dos particulares, os interesses metropolitanos e a intervenção das autoridades coloniais, longe de ser simplesmente um produto de rompantes dos potentados independentes, era um desdobramento da reprodução daquilo que o autor entendeu como um “capitalismo politicamente orientado em ação” (2001: 158). Capitalismo político, pré-capitalismo ou momento necessário da reprodução do capital comercial, para Faoro, em torno dele gravitaram aventura, conquista e colonização. Diferenciava-se do chamado capitalismo moderno, cuja índole o autor caracterizava como industrial, racional, fundada na técnica, assim como na liberdade de negociar, contratar e gerir a propriedade sob a garantia das instituições. Resultante da dominação ultramarina, no Estado brasileiro teriam sobrevivido traços daquela empresa, ainda que o capitalismo moderno viesse sendo incorporado, progressivamente¹⁶⁸ (cf. Faoro, 2001, especialmente as páginas 866-887).

¹⁶⁸ A fragilidade das instituições nacionais seguiria sendo um tema para quase todo o pensamento social brasileiro, mesmo para aqueles que recusavam, assim como Faoro (2001), a tese sobre a existência de um feudalismo de origem. A crítica anteriormente mobilizada a partir das proposições de Franco (cf. Silva *et al.*, 1981) alcança essa abordagem e expõe o fundamento dualista da formulação. A outra parte da questão, problematizamos com uma ressalva ao repúdio frequentemente apresentado à incursão do poder privado no domínio que deveria ser o do público (cf. não apenas Faoro, 2001; mas também Neves, 1998; Dantas, 1987 e

Que o autor organizasse como dualidade a diferenciação entre um capitalismo propriamente moderno e um suposto pré-capitalismo, não significava, entretanto, um equívoco com relação ao sentido dos móveis de atuação empregados pela metrópole: “[Opunha-se] ao feudalismo a própria natureza dos favores concedidos aos donatários, favores de estímulo a uma empresa. [...] O rei delimitou as vantagens da colonização, reservando para si o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio do pau-brasil, das especiarias e das drogas, o quinto das pedras e metais preciosos” (Faoro, 2001: 158). Sobretudo se considerarmos que os interesses metropolitanos não se esgotavam em vontades que o rei personificava, explicando-se, pelo contrário, na relação com o sentido da colonização¹⁶⁹. Sem pretender solucionar a polêmica que o autor julgava definitivamente

Leal, 1976): considerada a falta de autonomia do Estado e os limites estruturais da política (cf. Kurz, 1995b), uma separação entre essa última e a economia apenas pode ser pensada, na constituição do Estado moderno, como formação de uma aparência de autonomia. Assim, o capitalismo político e o Estado mercantilista apresentados por Faoro foram momentos ou mesmo pontos de partida do processo de autonomização, cuja aparência apenas seria definitivamente consolidada pela transformação da gestão do Estado em trabalho remunerado, portanto, livre da subjetividade do rei ou de qualquer outra forma de mandonismo. A existência desses dois momentos como parte de um mesmo processo de formação das instituições políticas nacionais constitui a própria tese da sua obra *Os donos do Poder*. No entanto, o autor acaba caracterizando o funcionamento passado do Estado, informado por aquilo que se tornou, justamente, um resultado do seu processo de autonomização posterior. Criticá-lo, do ponto de vista apresentado, implica argumentarmos que não se trata de uma diferença de tipos de capitalismo, mas de momentos do processo de modernização, que autonomiza suas esferas, aprofundando a mediação naturalizada da forma-mercadoria. A crítica da autonomização permite ainda apresentar a modernização não como um processo no qual essa separação ou foi pressuposta ou está em pauta, mas, antes, como um processo fetichista, no qual a autonomia entre economia e política, suas “esferas totalmente disjuntas”, reduz-se a uma aparência (Marx, 1986: 269).

¹⁶⁹ Não à toa, Faoro encerra sua discussão sobre a colonização como prolongamento do sistema de feitorias apresentando uma extensa menção a Caio Prado Jr. (citadas a partir da edição de 1948, as páginas 16, 17, 18 e 25), sobre o sentido da colonização: “A colonização, implantada por dom João III, não se desvincula, portanto, do momento europeu, nem desvaria da rota mercantil portuguesa. Significou um ajustamento, um corretivo, um aperfeiçoamento do sistema das feitorias. Feitorias que se prolongam no engenho de açúcar, depois de se haverem constituído sobre o pau-brasil. O esboço, o mesmo aplicado à Índia, onde o povoamento também foi tentado, coberto de zombarias e atacado de oposições. Há, sem dúvida, no plano das hereditárias boa parcela de atividade entregue à iniciativa particular. Iniciativa particular ao feito português, do Portugal dos monopólios régios: delimitada a certos campos, e, ainda assim, tutelada, dirigida e estimulada. Iniciativa particular de estufa, dentro da estrutura da política mercantilista, sem o traço de autonomia — quase de rebeldia e de desafio ao Estado — do capitalismo industrial futuro, apoiado no modelo de pensamento de Adam Smith. Empreendimento na essência capitalista, sem recuo analógico a modelos mortos. ‘Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimientos’ articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e a descoberta e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das índias, a descoberta da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. [...] Nestas condições colonização ainda era entendida como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no extremo norte da Europa e no Levante; como portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessassem

instaurada na historiografia brasileira, segundo Faoro, “a tese mais convincente em nossa história repele o chamado feudalismo brasileiro” (2001: 158). Se “a empresa de plantação teve nítido cunho capitalista – dentro do capitalismo mercantil e politicamente orientado” (Faoro, 2001: 158), restava, sem embargo, um questionamento sobre o caráter patrimonial, pré-moderno, que parecia organizar a ação daqueles potentados e das condições que unificavam, sem fundir, a qualidade dupla de fazendeiro e autoridade (cf. Faoro, 2001, sobretudo página 158 e seguintes).

Se o desejo fazendeiro de empregar trabalho alheio e de manter com mais permanência os seus domínios era essencialmente político (Ribeiro, 1997), nada ou muito pouco de autonomia e independência havia em seus rompantes, considerados o entrelaçamento entre a proeminência da ação particular, o sentido da colonização e as condições para o desdobramento daquela empresa portuguesa de ultramar. Consequentemente, para Faoro, política seria a própria forma de ser daquele momento da modernização, inequivocamente capitalista, a despeito disso. Tal caracterização guardava ainda, sem embargo, outro sentido. Sendo o colono o principal agente daquela obra semipública, sua qualidade dupla se tornava uma atribuição necessária à reprodução do processo colonial: ao empreendimento de negócios privados por chefes, potentados e fazendeiros tinha que se somar a autoridade para seu exercício¹⁷⁰.

o seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí. [...] Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos’. Este rumo histórico — este sentido — tem diante de si os séculos, rumo que se infla de açúcar, de tabaco, de ouro e de café. A colônia e a metrópole, com a orquestração comandada da metrópole, traço inicial do povoamento, asseguram, os dois termos, sua permanência com a mudança de nome dos dois polos. A realidade econômica e social se articulará num complexo político, que governa as praias e atravessa os sertões, por meio do financiamento aos meios de produção, sobretudo do escravo, e dos vínculos aos compradores europeus” (2001: 135-137). Novais acrescentara, ainda, a essa tese, o sentido profundo da acumulação metropolitana: política orientada e dirigida pelo mercantilismo do Antigo Regime, se dirige à constituição do capitalismo europeu: foi sua acumulação primitiva.

¹⁷⁰ Necessária que fosse, não poderia existir sozinha, como relembra Faoro: “A política de rédeas curtas imposta aos potentados rurais, aos aspirantes de autonomização da autoridade, por meio do sistema do governo-geral, se entrelaçou com outra ordem de medidas. Uma carapaça burocrática, vinculada à metrópole, obediente ao rei, criou a cúpula da ordem política” (2001: 171). “A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. A terra inculta e selvagem, desconhecida e remota, recebe a forma, do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole. Quando os colonos, isolados e perdidos nas distâncias, ameaçam ruralizar e extremar-se no localismo, a fundação da vila serve para lembrar a autoridade da Coroa, empenhada em substituir a força dos patriarcas pela justiça régia. Os colonos e

Essa condição de exercício passou certamente pela maneira como a metrópole distribuíra seu monopólio sobre a terra, como evidenciou, por exemplo, a formação da sesmaria do Alto Sertão. Faoro havia apontado a distribuição das terras como o ponto de apoio da obra política e comercial da colonização, destacando que o modelo legislado da sesmaria tinha sido o modo encontrado para “povoar o território imenso” (2001: 147-148). Para o autor, a feição mais importante daquele instituto consistia na reversão das terras incultas à Coroa¹⁷¹. Teria sofrido na colônia, entretanto, uma torção do seu conteúdo, fundamental para o desdobramento do processo de colonização – o caráter dominial predomina sobre o administrativo: “A realidade americana torce o conteúdo da lei, transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente do investimento agrícola. De outro lado, dentro da mesma corrente, a sesmaria, meio jurídico para apegar a terra à capacidade de cultivo, serviu para consagrar as extensões latifundiárias. Tudo por obra do açúcar e da expansão do gado, afirmando a tendência, no plano político, da autonomia do potentado rural. [...] A apropriação da terra em largas porções, transformando um deserto no domínio de uma rala população, fez proliferar o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e arrendadas” (Faoro, 2001: 152-153), em meio a outras classes de apropriação, sobretudo aquela dos posseiros sem títulos, que passariam a ser legitimados apenas em 1822¹⁷².

latifundiários, atraídos para o caudilhismo, com a chefia de bandos armados na caça ao índio, subordinam-se à carapaça administrativa, integrando o Senado da Câmara, convertidos em ‘homens bons’” (2001: 175-176).

¹⁷¹ “A transposição do instituto para as terras incultas do Brasil provocou alguns transtornos jurídicos. A adaptação à realidade nova não desvirtuou o sistema. ‘Sesmarias’ — na linguagem das Ordenações — ‘são propriamente as datas de terras, casais ou pardieiros, que foram ou são de alguns senhores e que, já em outro tempo, foram lavradas e aproveitadas e agora o não são’ (Man., liv. IV, tít. 67; Filip., liv. IV, tít. 43.) As glebas desaproveitadas corresponderam, na América, às terras virgens, trocado o sentido de sesmeiro, originalmente o funcionário que dá a terra, para o titular da doação, o colono. O rei, em nome da Ordem de Cristo, já longamente absorvida pela Coroa, distribuiu, por meio dos donatários, os chãos aráveis, sem nenhum encargo a não ser o dízimo. Isento de foro, de contribuição aos capitães, o colono — o morador — só respondia pelo não cultivo, cláusula essencial na restrição do domínio, ao soberano e à sua justiça. Excluído ficava, desde logo, entre o proprietário e a autoridade qualquer liame senão o de subordinação política, limpo de vestígios feudais” (Faoro, 2001: 149).

¹⁷² “Potentado rural envolvido e, em muitos momentos, paralisado pelos poderes econômicos que manipularam a venda do escravo e o mercado comprador europeu. A administração colonial, com sede em Lisboa, desconfiada e arguta, não assistiria impassível ao seu aniquilamento: à pressão centrífuga revidaria com medidas centralizadoras, no cerne das quais vibrava o domínio político da realeza. Já no fim do século XVIII as sesmarias só seriam outorgadas se não superiores a três léguas, fixado o máximo, em algumas capitanias, a meia légua. (Em geral, uma data media uma légua quadrada, que importava em 9.000 braças de 2,20 m). [...] Criou, também, uma classe de posseiros sem títulos, legitimados, em 1822, com a qualidade de proprietários, com medida (Resolução de 17 de julho de 1822) que anulou o regime das sesmarias. A evolução do instituto chegou ao fim: de concessão administrativa ao domínio, do domínio à posse, até o novo estatuto promulgado em 1850, que consagrou o sistema da compra das terras devolutas. Entra-se, com o desvirtuamento do sentido do sistema sesmarial, no reino do açúcar, com a monocultura e o escravo africano” (Faoro, 2001: 153).

Autoridade atribuída e garantia permanente do investimento dos particulares se articulariam não somente como condição de exercício da apropriação fundiária. A legitimidade, inicialmente régia, mas mantida, sem embargo, durante a República Velha, garantia o recurso ao emprego da violência não apenas para defender domínios, mas igualmente para dominar pessoas e para subordinar trabalho alheio. Assim, mesmo que Ribeiro insistisse nas dificuldades em se “entender a capitalização associada a relações, técnicas ou locais singulares, presa a pequenos acontecimentos cotidianos, a essas miudezas das vidas individuais” (1997: 19), o exercício da política, propalado pelo autor como rompedor arrogante, não poderia ser completamente apartado da mediação exercida na reprodução social cujo sentido pareceu frequentemente esquecido perante sua história discreta.

O morgado legado por Antônio Guedes de Brito, o criame de gado nas terras arrendadas por Pedro Leolino Mariz e o domínio formado pelo chefe Moura, no longo processo de ocupação e de apropriação daquelas terras sertanejas – partindo do vale do Araçuaí rumo ao Jequitinhonha abaixo, do século XVIII ao XIX – deixavam antever a fazenda, dotada ou instituída, como a relação de produção síntese entre investimento e autoridade. Que a autoridade fosse empregada para garantir o domínio e subordinar o trabalho, Ribeiro não discordaria completamente. Que sua atribuição fosse garantia permanente do investimento agrícola, contrapor-se-ia argumentando em favor do cunho não econômico daquela organização. Fundamentava sua perspectiva nomeadamente na concepção, que sugeria ser local, de que a apropriação dos dons da natureza, sua tomada bruta, que tornou alguns bastante ricos, “fez a fortuna ser concebida desvinculada do trabalho” (Ribeiro, 1997: 89). Mesmo assumindo que, ao lado da apropriação¹⁷³, esteve a “subordinação da força dos homens” (1997: 89), adotava para si, apesar disso, fórmula idêntica, quando criticava pesquisadores que, não conseguindo “encontrar uma explicação para aquele batalhão de agregados que aparece nas roças sem nenhum emprego aparente, [subordinava-os] a uma relação permanente de exploração econômica, quando muitas vezes existiram por si mesmos, sem outra necessidade de justificação pelas leis e pela circulação de bens” (1997: 89).

Ainda que a referência não tivesse sido mencionada, emergia implícita a mesma divergência com a abordagem utilizada no estudo de Moura, cuja defesa repetimos,

¹⁷³ Para Ribeiro, aquela forma de apropriação deixava rastros nulos: “Foi gerada no campo por magia, ficou sem relação com o trabalho, brotou da terra como capim colônia, poaia, diamante, como fartura da roça, uma riqueza produzida sem a intervenção ativa, sobretudo produtiva dos homens” (Ribeiro, 1997: 89).

procurando destacar que o recurso ao debate das relações sociais em processo não significava obrigatoriamente seu reconhecimento como constante exploração econômica, entendida em sentido estrito, justificativa pela qual Ribeiro pretendia criticá-la, vide a importância atribuída pela autora para a chamada dominação pessoal. Sem descartar a mediação fundamental exercida por tais formas de dependência, assinalamos, ainda, sobretudo os processos personificados naquelas relações, amiúde apagados em favor de rompanes aparentemente autônomos dos particulares, inquirindo, para além do campo da vontade, quais condições haviam para que assumissem aquela forma. Se a formulação apresentada consistiu, assim, em tomar a política colonial em seu nexo com a empresa comercial, relação em que a conformou, deve incidir, ainda, na problematização daquela esfera naturalizadamente apartada como a economia enquanto relação política: ausência de exploração econômica deixa, nesse caso, de significar falta de relações de produção propriamente capitalistas, impondo a investigação da reprodução social capitalista em processo a partir das formas particulares que assumiu, territorializando ou mobilizando trabalho não simplesmente em benefício próprio – pois que orientado pela mediação naturalizada da forma social que se gestara como sentido da colonização.

O caráter não fundamentalmente econômico da fazenda aparecia também quando Ribeiro apresentava a sesmaria, independentemente daquela torção de sentido antes mencionada: “De acordo com Cirne Lima, um estudioso clássico dessa questão, a terra era atribuída ao lavrador em função do seu uso: era a lavoura que determinava o controle da terra e não o contrário. As glebas passavam por redistribuições periódicas para evitar apropriações improdutivas, num sistema muito parecido com o russo e comum também a outras sociedades. A terra era uma dotação ao praticante da arte da lavoura e apartada de preços e mercados, foi associada a uso, produção, trabalho. Essa terra portuguesa, repartida comunitária e periodicamente, chamava-se ‘sexmo’; daí veio a sesmaria que no Brasil foi o espaço de convívio de tantos usos fundiários diferentes. Sesmaria foi um sistema de domínio parcial e condicional, desajustado dos mercados e do setor urbano; já a propriedade privada absoluta foi produto do início da época moderna e da expansão do mercado nacional sobre o rural” (1997: 97).

Por pertinente que fosse a crítica formulada pelo autor contra as abordagens que pressupõe a existência da propriedade privada independente da historicidade da sua constituição, isso não anula o equívoco em transpor as supostas relações sociais que, em Portugal, reproduziam os sexmos, conjuntamente à transposição daquela instituição, transformada em meio a outro sentido. O próprio Cirne Lima caracterizava por “tão

desvirtuado” o “nosso regime das sesmarias”, conforme desdobrado na colonização portuguesa (cf. Lima, 1954: 42-43): “A imposição de foros, nas sesmarias do Brasil, equivalendo a uma apropriação legal do respectivo domínio direto, feria de frente esse preceito e inaugurava, entre nós, o regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e das entidades públicas, para assumir definitivamente a feição de concessão, segundo os preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio” (1954: 36-37).

Desconsiderando o caráter dominial adquirido pelo instituto, assim como a predominante formação dos latifúndios, seu resultado mais direto, Ribeiro insistia na indistinção entre a instituição de fazendas e posses, no processo de ocupação movido Jequitinhonha abaixo. Por ser usufruída por moradores diversos que viviam nos limites imprecisos dos seus domínios, o autor indicava que o “começo da fazenda não foi muito diferente da posse” (1997: 100), como também argumentava que, com relação a sua motivação para ocupar espaços e seu sistema de abertura, movido pelo escasceamento, esgotamento ou repartição excessiva da terra, as famílias fazendeiras “pouca distinção [tinham] com o posseante” (1997: 100).

Apresentando, todavia, petições recebidas por Guido Marlière, comandante das Divisões Militares, que dispunha de autoridade para oferecer terra, requisitar trabalho e controlar fronteiras¹⁷⁴, Ribeiro advertia seu rechaço por determinada ordem de colonos: “Abominava aquele que nada tinha de seu além do machado e dos braços, que rompia os limites da segurança possível para possessar livremente, misturava-se com os índios e soldados, emprenhava índias, esfolava índios no serviço das roças e provocava terríveis confusões envolvendo armas, comida, trabalho, mulheres e bebida. Era ‘*gente sem meios intelectuais e sem escravos*’ [...], que chegava à fronteira e impedia a prosperidade da renda do Império, dizia Marlière. Para este colono ele não fornecia terra. Mas também nota-se que tal colono nunca a requeria: abria, posseava, usufruía e seguia em frente” (1997: 101, grifos no original).

¹⁷⁴ O oficial francês do exército brasileiro deu início a sua missão com sua liberação do cárcere, absolvido de uma acusação de espionagem. Depois de ter vindo à colônia forçado e foragido por haver combatido tanto ao lado da França como de Portugal durante as guerras napoleônicas (1805-1815), Marlière acabou preso em Vila Rica, perseguido em razão da desconfiança dos portugueses de que era um traidor. Liberado por ordem do príncipe regente D. João VI, havia pedido em carta endereçada ao desembargador ouvidor para ser designado para um lugar afastado da civilização, onde pudesse iniciar seu projeto de aldeamento de indígena. Foi Diretor Geral dos Índios, tendo realizado apurações sobre todo tipo de abusos cometidos por colonos na abertura das matas. Propunha, ainda, a instituição de sistema de educação e amparo à saúde dos índios, ficando bastante conhecido por seu humanismo, embora tenha se voltado igualmente às atividades de busca de minerais preciosos (cf. Marlière, 1905 e Ferraz, 1855).

Evidenciando a posição do comandante que “preferia romper à frente na mata, pacificando – como então se dizia – para que os colonos viessem um pouco atrás [...] com menos conflitos armados para serem resolvidos por soldados que não ofereciam a Marlière muita segurança do ponto de vista da capacidade guerreira” (Ribeiro, 1997: 101), o autor sugeria que sua diferenciação entre os posseantes se concentrava na predisposição dos colonos para arrebentar conflitos. Mais que um apaziguamento no ímpeto de preação indígena, a propriedade de escravos revelava, sem embargo, diferenciais de saída entre posseantes. Se as fazendas se caracterizavam por submeter trabalho, a diferenciação entre proprietários de escravos e outros posseantes não parecia, portanto, resultar somente de opções que faziam os homens na fronteira, porquanto muitos traziam consigo, além de escravos subordinados pela aquisição da sua propriedade, vínculos com os governos, condições para acessar seus estímulos e incentivos, relações com oficiais militares, legitimidade eles mesmos para atuarem como autoridades, confiada pelas patentes frequentemente obtidas, entre outros móveis de ação que excediam a propriedade dos engenhos e animais de carga, destacada por Ribeiro, evidenciando que capitalização não estava restrita ao porte dos meios de produção, mas se referia sobretudo a condições particulares que possibilitavam mobilizar terra e trabalho – dominando e assegurando o domínio sobre a terra como meio para incorporar e submeter escravos, indígenas ou posseantes.

Buscando evidenciar que a distinção entre fazendas e posses não consistia na existência ou não da propriedade fundiária, relação que viria a se consolidar apenas posteriormente, e, nesse aspecto, ambas eram formas imediatas de apropriação da terra, o autor acabava desconsiderando outras condições que diferenciavam aqueles modos de ocupação: a ausência de capitalização era presumida do nível técnico, da inexistência de determinadas forças produtivas, bem como do fato da terra não existir como um ativo ou título, ao invés do acesso ao exercício da violência, requisito fundamental na imposição daquelas relações sociais de produção articuladas com o sentido da colonização, ser perseguido como momento da formação histórica da relação capital.

Esse engessamento dos argumentos, que reconhecem no início uma vanguarda estritamente camponesa, com as fazendas chegando depois para se apropriar de terra e trabalhadores¹⁷⁵, reaparece na separação do Jequitinhonha em alto e baixo, apoiada no

¹⁷⁵ Apesar da rigidez da formulação, foi utilizada pelo autor para se livrar do que ele considerava outro engessamento, a lenda de que o povoamento do baixo Jequitinhonha foi feito por fazendas desde o início: “A base dessa suposição da fazenda pioneira está no fato que a entrada dos baianos em fins do século XIX

processo histórico de sua ocupação, mas também na classificação das suas zonas em referência à existência, mais ou menos significativa, da apropriação pelas fazendas: “Em Minas Novas, no velho vale do Araçuaí, a mística das fazendas foi muito frágil e nunca conseguiu se impor porque a situação era muito diferente na mata do Mucuri e do Jequitinhonha de baixo. Foi uma área de ocupação mais antiga, que teve seu esplendor em fins do século XVIII na base do trabalho escravo; com terras de fertilidade muito concentrada nos capões, primeiro as lavouras cansaram a terra e depois as heranças picotaram os domínios maiores” (Ribeiro, 1997: 103).

Considerando “a passagem mais rápida e antiga da posse à fazenda e dela à fragmentação” (1997: 112), menos como um processo e mais como estatuto para caracterização do alto Jequitinhonha, Ribeiro argumentava acerca da criação de “uma civilização camponesa que manteve, e continuou mantendo nos fins do século XX, uma relação de intimidade e dependência visceral com a natureza” (1997: 112). O autor contestava a destruição habilidosa da memória do posseamento camponês no baixo Jequitinhonha. Erigia, contudo, uma civilização camponesa quase absoluta no alto, sufocando sua história de convivência e formação em meio às fazendas, processo que retomamos não por apologia do fazendeiro épico, nem porque interesse à nossa argumentação comprovar a predominância numérica das fazendas sobre as posses. Procuramos, antes, tomar em conta a coexistência de ambas e a emergência daquele campesinato regional como um processo cujas condições sociais de reprodução não conformavam uma totalidade fechada existente apenas na fronteira, para depois ser suprimida desde fora pela expansão dos domínios fundiários, mas, ao contrário, fundamentavam-se em relações que estruturavam a própria forma de reprodução das fazendas¹⁷⁶.

consolidou a fazenda e o controle das pessoas e da história. De todo o Nordeste de Minas Gerais, é a zona de maior solidez histórica, cultural e política da fazenda. Sufocou a posse e deixou aos posseantes o rumo da Bahia, a Leste, e do Pampá, ao Sul. Pela força que teve a fazenda para erguer-se lá, pode absorver como agregados ou empurrar para a frente os posseantes. Dos dois modos destruiu habilidosamente a memória camponesa e pioneira” (1997: 103).

¹⁷⁶ Justificando porque, apesar de labutar “com alguns determinantes gerais, que funcionam muito bem como explicação no atacado e no longo prazo: mercados, empregos, especulação, grilagem” (Ribeiro, 1997: 19) na sua perspectiva não foi possível compreender a capitalização associada aos acontecimentos e vidas individuais, Ribeiro recorre a Thompson (1987): “Creditei a dúvida nas contas de E. P. Thompson. Pode existir brutal diferença entre os dados globais, indicadores quantitativos, e as informações ‘literárias’ – aqui orais e qualitativas – duma mesma situação. Os dois podem mostrar desacordo, não apontar necessariamente para a mesma intensidade e direção, e o ofício do historiador exige tratar a matéria com tento, pois tanto relevo tem a singeleza da vida diária quanto as determinações de mercado” (1997: 19). Incorporou o autor, todavia sem conseguir se apropriar da dimensão dialética da problemática por ele sugerida. Informações qualitativas e literárias, por um lado, dados quantitativos e globais, por outro, foram mobilizados para tratar escalas completamente diferenciadas, separadas como aspectos distintos, fragmentados à força, das relações investigadas: perdeu-se de vista o caráter contraditório da realidade, que a conjunção dos enfoques permitiria

Colocar em pauta tanto a manutenção de fazendas na zona velha como sua constituição no processo de abertura da mata é condição para decifrar a reprodução camponesa. Igualmente, a reprodução das fazendas apenas pode ser problematizada criticamente a partir das relações estabelecidas com agregados, índios, posseiros ou pioneiros. Assim o capital pode ser pensado com recurso à crítica do fetichismo e da reificação – menos como técnicas, nível de desenvolvimento, meios de produção e propriedade tomados em si mesmo; mais como relação em processo, cujo sentido tautológico atravessa aspirações ou perspectivas individuais e pessoais, que não personificam mais que suas condições contraditórias de reprodução.

Ribeiro se ateu a essa dimensão do problema, quando distinguiu no domínio fundiário uma “condição para sujeitar agregados que, mesmo não sendo obrigados a prestações de trabalho gratuito ou voluntário, serviam como vasta clientela” (1997: 89). Perdeu de vista, todavia, o vínculo entre a apropriação da terra pelas fazendas e as condições particulares de reprodução do capital quando caracterizou a contradição intrínseca às suas relações de produção, “vinda de produzir seu próprio consumo e ao mesmo tempo bens de mercado”, como uma “ambiguidade”, afirmando que aqueles domínios “difícilmente poderiam ser classificados como empresariais” (Ribeiro, 1997: 88), já que, apesar de permanentemente, sua inserção ficava restrita apenas às franjas dos mercados. Iniciativa de fronteira agrícola, extrativista em sua forma de apropriação fundiária, da natureza, do trabalho, de negócios e cultura, o fazendeiro enriquecia, acumulava riqueza – admitia Ribeiro, mas “difícilmente se poderia dizer que acumulava capital, porque não existiam relações sociais capitalistas no processo de produção” (1997: 89). Após desvincular do trabalho a formação das fortunas, separava-a igualmente da produção, as relações comerciais se desdobrando a partir do aparecimento, quase espontâneo, de seus produtos: “Usando da natureza, a fazenda produzia riqueza sem incorporar a ela o valor de um trabalho não pago, pois era construída no comércio do gado e não na sua produção. Ela possuía uma lógica empresarial que contatava um mercado sem que sua estrutura interna fosse transformada por relações mercantis. [...] Uma das mais claras definições dessa riqueza foi feita por Nelson de Farias, que descreveu a fazenda sem porteiras, infinita, extratora, construída pela inércia do estocamento de terras e de bichos num meio generoso. A dona fazendeira reunia os terrenos,

problematizar. As “provas” do papel determinante de uma relação (e até mesmo de sua existência) foram reduzidas à quantificação da sua predominância, como se não houvesse forma social alguma conformando a sociedade analisada, cujas características assumiam uma ordem fetichistamente estatística. Perdia-se de vista, definitivamente, a *unidade contraditória do real*, afinal, se cada uma daquelas escalas exigia sua própria epistemologia, devia de ter também sua própria lógica de individualidade ideal.

guiava ‘seu’ povo com mão de ferro, povoava toda essa terra com bichos fêmea, crente do ensinamento que é ‘bicho que urina pra trás que põe o dono pra frente’ (Ribeiro, 1997: 89).

O autor atinha-se, novamente, à oposição dualista entre as relações sociais capitalistas – por definição – que não se encontravam presentes naquele processo de produção, e a produção *sans phrase*, não somente não-capitalista, mas, quase natural, da riqueza, atribuída exclusivamente ao comércio, como se a pecuária, por ser extrativista, não necessitasse do trabalho para fazer brotar rebanhos de gado a partir da natureza¹⁷⁷. Fundamentalmente oposto às relações de fronteira, naturalizadas por Ribeiro, em seu trabalho o capital aparecia excepcionalmente como a incorporação de trabalho não remunerado, uma vez que a separação fantasmagoricamente objetiva entre trabalho necessário e excedente, assentada no assalariamento, era tomada como pressuposto exclusivo da acumulação. Desaparecia o vínculo entre o gado “valorizado” na comercialização e a sua criação; entre a pecuária e a reprodução das fazendas, cujo fundamento era a subordinação do trabalho com base no domínio fundiário; entre as relações sociais de produção mobilizadas na criação e na expansão dos domínios e determinadas condições particulares de reprodução do capital. Estocados num meio generoso, o crescimento dos rebanhos e a ampliação das fronteiras parecia depender somente do caráter exponencial que o povoamento da terra por fêmeas impunha à reprodução, ocultando a mobilização de terra e trabalho implicada na reprodução das fazendas – poderíamos inclusive dizer, a produção do valor, posteriormente realizada e apropriada pelo capital mercantil – assim como a expansão das mesmas como forma especial de acumulação do capital.

A oposição dualista sustentada por Ribeiro se fundamentava provavelmente na diferenciação encontrável entre as relações que prosperaram na colônia e aquelas desenvolvidas no processo de modernização metropolitano – em torno e a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, produto da acumulação produzida por meio do sistema colonial. A organização social do trabalho na colônia repousou, inicialmente, sobretudo no escravismo. Além de fornecer trabalhadores de modo rápido e plástico, segundo ritmo imposto pelo investimento de capital na colônia, era condizente com a ampliação máxima da lucratividade, propósito do sistema, na medida em que permitia a super-exploração do trabalho (cf. Franco, 1984). Fernando Novais acrescentava ainda a essas determinações, o

¹⁷⁷ “Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. [...] [Dele] o trabalho é o pai, como dizia William Petty, e a terra a mãe” (Marx, 1983: 50-51).

regime de comercialização de escravos como principal mola propulsora do emprego de africanos na produção colonial, uma vez que o tráfico se constituía como um dos ramos mais rentáveis do comércio triangular realizado entre Portugal e suas colônias: “A acumulação gerada no comércio de africanos [...] fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa ‘mercadoria’” (Novais, 1979: 105).

O fim da escravidão, ocorrido no país tornado independente, às vésperas da proclamação do mesmo como república, não coincidiu, entretanto, com a instituição do trabalho assalariado, que vigorava nas relações de trabalho fabris, especialmente inglesas. Antes mesmo da sua completa liquidação, as relações de trabalho que incorporavam os homens livres pobres da colônia também não eram salariais. Para Franco (1997), a predominância do tráfico no abastecimento de trabalhadores para a produção mercantil colonial de exportação proporcionava condições para o aparecimento dos mesmos, enquanto os deixava quase sem razão de ser. Eram desclassificados (cf. Souza, 2004) da ordem escravocrata, encontrando condições para sua reprodução, especialmente vinculados a atividades em cujo fornecimento de trabalhadores o tráfico não participava tão exclusivamente, como nas fazendas, cuja reprodução, ao contrário da *plantation*, não se baseava apenas no trabalho escravo. Isso não significava que os trabalhadores livres estivessem totalmente apartados da produção mercantil. Ocupavam-se das atividades subsidiárias autonomizadas, que integravam ramos da circulação atrelados ao mercado interno, proporcionando os meios para a reprodução das atividades mercantis de exportação¹⁷⁸.

Havia, assim, condições de submissão do trabalho livre na colônia, mas apenas periféricamente e na relação com o escravismo, como momento subsidiário da sua reprodução, que prevaleceu como forma geral de organização colonial do trabalho. Inicialmente distintas, com o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, as relações sociais de produção coloniais e metropolitanas acabaram se tornando contraditórias: o exclusivo colonial, fundamento da acumulação mercantil e primitiva, foi se tornando

¹⁷⁸ Uma maneira de apresentar a questão consiste em indicar a anterior existência das chamadas atividades subsidiárias no interior da *plantation* canavieira, primeira forma assumida pelo empreendimento colonial, quando teve que passar a ser mais que simples feitorias, instaurando todo um novo sistema produtivo. Com a diversificação dos produtos de exportação, a formação progressiva do território e a especialização exigida na reprodução de algumas empresas, sobretudo a mineração, aquelas atividades subsidiárias ter-se-iam autonomizado, compondo elas próprias novos setores da produção de mercadorias que haveriam de conectar-se à reprodução colonial com base no desenvolvimento de um mercado interno. Com esse argumento, não procuramos destacar apologeticamente nem a pujança do mercado interno, tampouco da diversificação econômica colonial, como se esses indícios pudessem diluir o mercado externo e a afluência da acumulação do capital mercantil para a metrópole como o sentido da produção colonial, mas apenas indicar como elas eram a outra face daquela mesma moeda.

antagônico ao *modus operandi* concorrencial gestado com a superação da supremacia comercial pela industrial (cf. Marx, 1984: cap. XXIV).

Para João Manuel Cardoso de Mello (1987), quatro aspectos fundamentais da passagem para o capitalismo industrial foram responsáveis por promover e estimular a liquidação da economia colonial¹⁷⁹: necessidade de superar a agricultura em favor da produção de matérias primas industriais; de superar o trabalho compulsório em favor da formação de um mercado consumidor para artigos fabris; de superar o lucro comercial monopolista, reduzindo-o a simples momento da acumulação capitalista, em favor da exploração do trabalho industrial; de superar o exclusivo metropolitano em favor da concorrência, revogando o monopólio comercial sobre os preços. A colônia teve que se inserir, em suma, como produtora de matérias primas e consumidora de produtos industrializados, em um mercado concorrencialmente organizado.

O longo processo de liquidação responsável por instaurar essas condições de reprodução, acabando definitivamente com exclusivo comercial, tráfico e trabalho compulsório¹⁸⁰, coincidiu com a abertura, progressiva, da mata existente Jequitinhonha abaixo. Segundo relatos dos viajantes estrangeiros que haviam percorrido a zona velha durante as primeiras décadas do século XIX¹⁸¹, em conjunto com a continuidade da exploração mineral, enfraquecida, mas permanente, com as entradas voltadas à preação indígena e a formação de fazendas na fronteira, ocorrera ainda o desenvolvimento da cotonicultura comercial em Minas Novas, Chapada, Água Suja e São Domingos¹⁸².

¹⁷⁹ “Porém, se existe unidade entre desenvolvimento do capitalismo e economia colonial, se a economia colonial representara um estímulo fundamental ao capitalismo no ‘período manufatureiro’, o movimento leva à Revolução Industrial, ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção. A acumulação, doravante, poderá ‘andar sobre seus próprios pés’, deixará de necessitar de apoios externos com o surgimento de forças produtivas capitalistas. [...] O que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão” (Mello, 1987: 44).

¹⁸⁰ Uma excelente discussão sobre o longo processo de liquidação do sistema colonial foi realizada por Fernando Novais, no livro *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, publicado em 1979. Resultado direto da intervenção inglesa sobre colônias portuguesas, especialmente a partir de 1776, quando as guerras de formação dos Estados Unidos privaram a Inglaterra da sua mais importante colônia, fazendo que o país se voltasse para a conquista de novos mercados, teve como alguns dos seus pontos de inflexão a vinda da Corte para a colônia, a Abertura dos Portos, em 1808, que derrubou o exclusivo metropolitano, os acordos realizados entre Portugal e Inglaterra, desde as primeiras décadas do século XIX, visando acabar com o tráfico escravista e, finalmente, o fortalecimento das instituições na colônia, culminando com a independência do Brasil, em 1822. Apesar da definitiva proibição do tráfico em 1830, que foi sua principal mola propulsora, a escravidão apenas teve fim em 1888.

¹⁸¹ John Mawe era mineralogista e comerciante e esteve no Jequitinhonha no ano de 1809, Auguste Saint-Hilaire era botânico e sua viagem aconteceu em 1817, Johann Emanuel Pohl era médico e naturalista, tendo viajado no ano de 1819 (cf. Martins, 2008).

¹⁸² “O interior mais remoto também se aproveita da preferência do algodão por climas mais secos. Nos altos sertões limítrofes da Bahia e de Minas Gerais forma-se uma região algodoeira de certa importância. Ela abrange, no sul da primeira, a área que se estende a leste do rio São Francisco, compreendendo a serra de Monte Alto, Rio de Contas, Gavião e Conquista, como centro principal em Caetité; e em Minas Gerais, a comarca de Minas

Aproveitando capitais “desempregados” pela crise da mineração, parte da produção algodoeira seria destinada para a exportação e realizada em plantios que utilizavam escravos¹⁸³. Frequentemente identificado como um “surto algodoeiro”, em função da brevidade do intervalo em que lograra retorno comercial, teve seu declínio provocado principalmente pelo encarecimento do artigo frente aos concorrentes, em função da precariedade e da lentidão dos meios de transporte, que aumentavam os custos do deslocamento das cargas até os principais portos de embarque e praças comerciais, concentrados no Rio de Janeiro (cf. Freire, 2004 e 2002; Nunes, 2001; Prado Jr., 1979 e Neves, 1988).

Convivendo com a produção algodoeira na zona velha¹⁸⁴ e se expandindo progressivamente em direção à fronteira, as fazendas que se constituíam também aproveitaram aqueles capitais desmobilizados. Valeram-se dos escravos, conforme evidenciado nas petições recebidas por Guido Marlière, mas certamente utilizam-nos concomitantemente a um processo de incorporação de indígenas e agregados, que foi prevalecendo inicialmente com a redução e, posteriormente, com a proibição do tráfico, especialmente em função do Jequitinhonha quase não ter consumido escravos comercializados no tráfico que continuou ocorrendo entre as províncias¹⁸⁵. Assim,

Novas (Fanado, hoje cidade de Minas Novas, Água-Suja, São Domingos e Chapada); estende-se mesmo mais para sul, até Peçanha, já na bacia do rio Doce. A maior parte do algodão exportado pela Bahia provinha desta região, que também escoava sua produção pelo Rio de Janeiro. [...] A lavoura algodoeira abria perspectivas agrícolas para as zonas que até aí tinham conhecido o pastoreio ou a mineração” (Prado Jr., 1979: 152).

¹⁸³ “De alguns anos a esta parte, o termo de Minas Novas é bem conhecido dos comerciantes da Europa pela excelência de seu algodão” (Saint-Hilaire, 1975: 194). “Os comerciantes conhecem hoje em dia a boa qualidade do algodão de Minas Novas, e é cotado nas bolsas comerciais como as de Pernambuco e Maranhão. Uma parte da safra é manufaturada na região sob a forma de tecidos e cobertas, que se exportam ou consomem-se no local. O resto das colheitas expede-se em rama para a Bahia, Rio de Janeiro e diversas partes da província de Minas Gerais” (Saint-Hilaire, 1975: 236). “Os habitantes, que antes viviam das lavras de ouro das cercanias que lhes davam bons lucros, moram em suas fazendas e plantações e preferem entregar-se, nas margens do Jequitinhonha e do Araçuaí, à cultura do milho e algodão que medram excelentemente. O cultivo fácil do algodão (*Cossipium barbadense*) é muito lucrativo, conforme se pode ver pelos exemplos a seguir. Um escravo que se compra por setecentas e vinte gramas de ouro, além de cultivar gêneros de primeira necessidade para o seu patrão e para si próprio, tem de plantar algodão em um pedaço de terra de um alqueire. Essa plantação produz anualmente 200 arrobas de algodão em caroço” (Pohl, 1976: 335). “Nem por isso a cultura do algodão tem um tipo de organização diversa da cana; aí, como nesta última, é a grande exploração que domina. [...] Aliás, a mão de obra abundante que exige, em particular por ocasião da colheita, já é por si uma circunstância favorável à cultura em larga escala” (Prado Jr., 1979: 152).

¹⁸⁴ “Os vales são geralmente cobertos de matas e frequentemente atravessados por rios e riachos, que tornam o solo limítrofe muito fértil especialmente à cultura do algodão. Cria-se gado em amplas áreas. O gado e os produtos agrícolas alimentam atualmente os habitantes, que, desde que diminuiu notavelmente a produção de ouro, que aqui ocorria tão abundantemente nos rios, estão inteiramente empobrecidos. Antigamente este Termo era muito rico também em pedras preciosas” (Pohl, 1976: 331).

¹⁸⁵ Construídos a partir de uma divisão dos distritos mineiros que tomava como base a distribuição da propriedade de escravos, os modelos de Douglas Libby (1988) e Roberto Borges Martins (1996, 1982 e 1980) sugeriam que todas as regiões mineiras haviam sofrido diminuições proporcionais em sua quantidade de escravos, perdendo cativos, sobretudo para a “Zona da Mata”, cada vez mais voltada para a economia de

consideramos, por um lado, que o trabalho escravo havia anunciado o trabalho livre, conforme indicou Gaudemar (1977), uma vez que as condições para a imposição do trabalho estariam postas na escravidão, tendo sido apenas modificadas, à medida que o trabalhador deixava de ser submetido pela força, para ficar subordinado a sua própria liberdade¹⁸⁶. Como também consideramos que a inserção, mesmo que relativamente periférica, dos homens livres na ordem escravocrata vigorante nas fazendas que territorializaram o sertão desde a colônia, anunciava a forma particular assumida pela mobilização do trabalho com o esgotamento das relações escravistas. Com isso, não afirmamos que a incorporação progressiva dos livres naquelas relações tenha sido responsável por sua deterioração, sobretudo imposta em um processo mundial de transformação das condições para a reprodução capitalista. Sem embargo, com a generalização do processo de mobilização do trabalho a que estiveram subordinados foi possível recriar condições para a acumulação do capital após o fim da escravidão, notadamente fundadas em relações sociais de produção que, a despeito das intensas modificações que atingiram a posição social antes ocupada pelos homens livres, cuja liberdade, com o fim do cativo, foi generalizada como momento da subordinação, guardavam certa semelhança com uma característica central da sociedade colonial: a coincidência entre a personificação do capital e do domínio fundiário permanecia como condição para a sujeição do trabalho.

Essa forma particular assumida pela acumulação do capital foi caracterizada por Martins (2004) como não especificamente capitalista, justamente por aparecer como

exportação. Os escravos negociados dentro dos limites da província eram provenientes da maior parte das regiões, excetuando-se “Paracatu” e o “Triângulo”. Muitos deles viriam das regiões em que nenhum artigo comercialmente importante assegurava sua permanência na produção. Libby argumentava ainda que a quantidade grande de escravos encontrados na “Metalúrgica - Mantiqueira”, em 1830, poderia indicar que a mineração não teria sofrido um declínio tão intenso na primeira metade do século XIX, como assinalou a historiografia tradicional, mantendo catas por tempo o suficiente para que a economia se reestruturasse em torno da mercantilização da economia de subsistência, capaz de absorver e conservar aqueles trabalhadores durante todo o século XIX. Segundo o autor, a baixa proporção de escravos nas regiões “São Francisco - Montes Claros”, “Paracatu” e “Jequitinhonha - Mucuri - Doce” seria, contrariamente, um indicio da pequena mercantilização da economia de subsistência nessas três regiões. Segundo os dados apresentados por Libby, a proporção de escravos na população total da região “Jequitinhonha - Mucuri - Doce” foi diminuindo progressivamente entre os anos de 1831-1840, 1854-1857 e 1872, passando de 24,21% para 16, 54% e, em seguida, para 11,21% (1988: 47). O argumento guarda coerência, mas desconsidera a importância da incorporação de indígenas na fronteira, tanto com relação à transformação na composição daquela população como no que se refere à criação de condições para reproduzir as fazendas que dependiam cada vez menos da utilização trabalhadores escravos.

¹⁸⁶ “Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que lhe pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como actor da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. [...] O trabalhador dispõe livremente de sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (Gaudemar, 1977: 190).

decorrência de um processo de expansão capitalista cuja vanguarda se manteve no comércio: a crise do antigo sistema colonial culminou com a quebra do monopólio metropolitano comercial, na emancipação política da colônia, em restrições ao tráfico e, posteriormente, até na proibição do trabalho escravo, sem implicar, não obstante, a modernização das relações de produção, que continuariam fundadas em domínios latifundiários e na parca consolidação de um mercado interno, ficando a produção prioritariamente voltada para os gêneros primários de exportação – em detrimento do estabelecimento de uma forma industrial de acumulação capitalista, laudatoriamente caracterizada pelo autor como produtiva.

Moura (1988) perseguiria abordagem análoga àquela formulada por Martins, ressaltando ainda, em suas pesquisas voltadas para a transformação das condições de reprodução das fazendas e camponeses no Vale do Jequitinhonha, o padrão predominantemente extensivo daquela forma de acumulação, baseada quase que exclusivamente na incorporação¹⁸⁷ e, por conseguinte, territorialmente expansivo da reprodução daqueles domínios, caracterizado pela autora como *regional*, apesar das diferenças entre seu enfoque e as perspectivas de outros autores que empregaram semelhante termo para distinguir o Vale do Jequitinhonha como uma região. Padrão de controle fundiário e de submissão do trabalho, a reprodução regional identificada pela autora nada tinha que ver com a configuração territorial de um isolamento, fruto da estagnação, como argumentou Voll (1984). Nem se relacionava à conformação de um reduto territorial que concentrara as trocas comerciais de maneira sobretudo centrípeta, fazendo com que parecessem estagnadas do ponto de vista de quem enxergava a região desde os centros econômicos do país.

Um dos primeiros trabalhos que relacionaram criticamente reprodução regional e domínio fundiário como base da subordinação do trabalho foi publicado por Francisco de Oliveira, em 1977. Abordando o processo de regionalização do Nordeste, a partir da constituição da SUDENE e das mudanças sofridas posteriormente pela agência com a instauração de um regime ditatorial militar no país, em 1964, o livro *Elegia para uma Re(li)gião* se propunha igualmente a examinar o conceito de região através da janela propiciada pela emergência do planejamento regional no Brasil. Sem desconsiderar a multiplicidade de conceituações existentes, sobretudo a tradição geográfica, bastante enraizada, o autor privilegiou um enfoque “que se fundamente na especificidade de reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de

¹⁸⁷ Incorporação da terra, do trabalho morto objetivado em sua abertura como posse, dos posseiros sistematicamente pressionados a aceitarem o favor da agregação, assim como do seu trabalho futuro, que passaria a ser despendido sob o controle das fazendas: eram essas as formas do mais-produto social.

classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (Oliveira, 1987: 27).

A formulação de que era o domínio fundiário que impunha trabalhar para os fazendeiros, para que fosse possível trabalhar também para si mesmo, presente na interpretação desenvolvida por Moura, apresentava um tratamento mais preciso do seu aspecto territorial no trabalho de Oliveira, nomeadamente em razão de o autor introduzir cuidadosamente uma dimensão *política* em sua elaboração do conceito de região, investigando “como o controle de certas classes dominantes ‘*fecha*’ a região. Essa dimensão política não é uma instância separada da econômica; pelo contrário, é ou será da imbricação das duas instâncias que poderá surgir mais completo o conceito que aqui se propõe, pelo menos na tradição teórica do marxismo. O ‘fechamento’ de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção” (1987: 31, grifo no original).

A vinculação entre o controle econômico e o comando político também foi identificada por Moura (1988), não chegando a ser aprofundada, contudo, em razão de a autora restringir a dimensão política daquela relação social ao controle exercido sobre o tempo de trabalho despendido pelos agregados para a fazenda e para si e sua família. Evidenciar o processo de apropriação da terra como uma forma de controle territorial demandava de Oliveira recorrer ainda ao nexo existente entre o domínio fundiário e a reprodução do capital mercantil interno à região, personificado por suas oligarquias. O processo de territorialização do capital mercantil comandava e conferia sentido àquele domínio e a perspectiva de controle apresentada pelo autor nada tinha que ver com a independência que, conforme a abordagem de Ribeiro (1997), caracterizava o poder dos fazendeiros: eram “*personas* no sentido de Marx. Representam forças sociais; seus nomes privados são nomes próprios das classes e grupos sociais que representavam, e dos processos contraditórios a que o embate e o confronto dessas classes davam lugar” (Oliveira, 1987: 14, grifo no original).

Considerando como início dessa forma de domínio territorial os arquipélagos identificados pela história econômica nacional (cf. Prado Jr., 1979 e Furtado, 2007), na medida em que cada região colonial se subordinava diferentemente e, muitas vezes, diretamente aos vários centros do capitalismo mercantil, reflexionando dialeticamente relações sociais de produção e forças produtivas de caráter específico (1987: 41, nota 11), Oliveira caracterizava as regiões como “espaços econômicos que nasceram ou foram

insertados na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva [...], se [constituindo] ligadas ao comércio internacional de mercadorias, sendo essa sua lei de reprodução ao nível mais geral, mas, ao mesmo tempo *et por cause*, mantendo ou criando formas de reprodução do valor bastante diferenciadas” (1987: 28, grifos no original). Suas classes dominantes internas, após emergência contraditória com o capitalismo internacional, conseguiam se reproduzir, enfim, na coincidência entre seus interesses e aqueles do capital imperialista¹⁸⁸.

As formas de extração do mais-produto social detectadas por Oliveira se assemelhavam bastante com aquelas identificadas por Moura (1988) na reprodução das fazendas no Vale do Jequitinhonha, que também apareciam em Ribeiro (1997) e outros autores discutidos, apesar do tratamento conceitual mais precário dessas análises: sobreproduto, sobretrabalho e renda da terra¹⁸⁹. O sobretrabalho existente na reprodução regional daqueles domínios aparecia certamente na forma do gado, principal produto comercializado no Vale do Jequitinhonha, além de possibilitar a constituição prévia e a manutenção permanente das fazendas. O sobreproduto podia igualmente ser encontrado, mesmo que em algumas poucas culturas de subsistência, das quais o fazendeiro eventualmente exigia a meia ou a terça. A renda da terra, analogamente ao caso problematizado pelo autor, ficava ocultada sob as anteriores, pois não era exigido de agregados e parceiros um pagamento direto pela utilização da terra, que o fazendeiro acreditava dar – ainda que a cessão pudesse assumir a forma de um favor imposto na

¹⁸⁸ “É certo que na etapa do capitalismo mercantil a criação das colônias deu lugar ao posterior surgimento das nações; mas a diferença significativa entre as formas de expansão internacional do capital no período colonial e no período imperialista é, precisamente, o fato de que no período imperialista, sob as determinações da própria reprodução do capital, essas classes dominantes locais que emergiram em contradição com o capitalismo internacional têm interesses coincidentes, agora, com a forma de reprodução do capital internacional” (Oliveira, 1987: 28). Aqui sugerimos considerar, também, um problema quase sempre escamoteado naquelas análises que advogam o vigor do mercado interno desde a colônia: na relação metrópole-colônia, podemos afirmar que, rigorosamente, ou os limites entre externo e interno não existem totalmente ou se encontram bastante borrados. Assim, com a autonomização de algo que se possa chamar de classes dominantes locais, essa diferenciação ganhava força, culminando com o fim do exclusivo colonial e com a emancipação política, resultados da contradição que se acirrava frente às classes dominantes metropolitanas. Sabemos, contudo, que o ganho de aparente autonomia conquistado pelo novo Estado independente já dormia nos braços das condições de reprodução do capitalismo inglês, cujas classes dominantes imperialistas, posteriormente, personificariam os interesses coincidentes com aquelas classes locais, quase definitivamente internalizadas, excetuando-se o seu papel de sócia menor do capitalismo internacional, amiúde destacado nas interpretações que, por não compreenderem as classes como personificações e as diferentes formas de reprodução do capital como momentos da sua reprodução global, reivindicam o desenvolvimento independente de um capitalismo nacional.

¹⁸⁹ Analisando o nordeste algodoeiro-pecuário, o autor apresentou as formas regionais do seu mais-produto social: “O fazendeiro apropria parte desse valor, tanto sob a forma de sobreproduto, resultado da partilha do algodão entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de sobretrabalho, no ‘cambão’, uma forma muito similar à clássica corvéia da economia camponesa europeia; sob as duas formas oculta-se uma terceira, a renda da terra que raramente é explícita. O proprietário quase nunca exige um pagamento do meeiro pela utilização da terra. O fazendeiro, em sua ideologia, ‘dá’ a terra de graça para seus moradores” (Oliveira, 1987: 48).

agregação. A mais importante semelhança, todavia, entre a interpretação do autor e a perspectiva de Martins (2004), parcialmente subentendida na análise de Moura (1988), consistiria na apropriação de parte do mais-produto extraído pelo capital internacional comercial e financeiro, cuja rapina se encontra no mecanismo da circulação, nunca culminando, por isso, num incremento da produtividade do trabalho. Ou mais que isso: represando mesmo esse desenvolvimento ou superação.

Acrescentando as dimensões do coronelismo e do clientelismo (cf. Faoro, 2001; Neves, 1998; Dantas, 1987 e Leal, 1976), pouco exploradas nessas interpretações, com exceção de Ribeiro (1997), apesar da fragmentação que fazia da política, como uma dimensão separada, autônoma, independente e predominante das relações sociais, ficava contornada uma forma de acumulação do capital, fundamentada em um padrão de mobilização do trabalho que dependia do monopólio territorial, oligarquicamente personificado, ainda que seu sentido se totalizasse apenas nas relações com o capital comercial, inclusive estrangeiro, cuja possibilidade de controlar politicamente a região consistia justamente em bloquear qualquer transformação nas relações de produção, desestimulando ou tirando da pauta qualquer mudança nas condições, nomeadamente técnicas, que influenciariam a produtividade do trabalho social. Assim, operava o desenvolvimento desigual e combinado, de modo a recriar constantemente nichos de acumulação primitiva, objeto último daquela forma rapineira de exploração¹⁹⁰.

Adotamos como ponto de partida o reconhecimento daquela mesma forma de acumulação do capital, embora, diferentemente de Oliveira (1987), consideremo-la antes particular do que específica, por considerarmos importante o destaque ao fato de que a mesma faz parte de um todo, contraditório¹⁹¹. Acirramos, todavia, uma diferença de perspectiva, invertendo a formulação do problema que privilegiava a imposição imperialista na conformação daquelas condições especiais de mobilização do trabalho. Embora o escravismo resultasse especialmente da elevada rentabilidade do tráfico de africanos, uma das maiores do comércio estabelecido entre a metrópole e suas colônias, como uma relação de produção, seu padrão de reprodução possibilitava, ainda, a mobilização do trabalho num contexto de

¹⁹⁰ Sabemos que essas questões não constam homogeneamente nem, assim, igualmente ordenadas, nos trabalhos de Moura (1988), Martins (2004) e Oliveira (1987), o que não impede nosso destaque a coesão manifesta nos pressupostos de cada argumentação.

¹⁹¹ Questão que Oliveira (1987) também reconhece, apesar do descuido com a terminologia empregada: “Tampouco o conceito que se tenta explicitar pode recair na discussão sobre a existência ou não de ‘feudalismo’ no Brasil; pois o feudalismo *não pode* ser caracterizado por sua subordinação às leis de movimento do capital. [...] Nem pode reviver, por via do conceito de ‘região’, a questão do dualismo da economia nacional, colocada agora de uma forma em que várias ‘regiões’ representasse os polos opostos da dualidade” (Oliveira, 1987: 31).

territorialização colonial em que a ampla disponibilidade de terra autorizava um escravo abandonado à sua própria vontade a trabalhar antes para si próprio do que para enriquecer seus proprietários. Assim, se o escravismo era produto das imposições da rentabilidade obtida pelo capital comercial colonial, certamente a violência implicada na sua reprodução não resultava apenas do sadismo que caracterizava a instituição, sendo momento necessário do processo de modernização, cujo emprego direto era exigido sobretudo num contexto em que a inexistência do chamado cativeiro da terra não oferecia as condições para assentar a imposição do trabalho sobre a liberdade do trabalhador¹⁹².

No conhecido capítulo de *O capital*, intitulado *A teoria moderna da colonização*, Marx contornou o problema, criticando a confusão feita por princípio pela Economia Política entre “duas espécies muito diferentes de propriedade privada, das quais uma se baseia sobre o próprio trabalho e a outra sobre a exploração do trabalho alheio” (1984: 295), assim como seu interesse em “tratar teoricamente o modo de produção capitalista como se fosse seu oposto” (1984: 295). Obrigados a dar resposta às dificuldades da acumulação de capital existentes nas colônias, os economistas políticos da metrópole acabavam, contudo, por confessar que “desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, cooperação, divisão do trabalho, aplicação da maquinaria em larga escala etc. são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente transformação de seus meios de produção em capital” (Marx, 1984: 295).

Embora prosseguissem proclamando que o “instinto de auto-expropriação da humanidade trabalhadora em honra do capital” (Marx, 1984: 297) embasava as relações

¹⁹² Ainda que não possamos deduzir do sadismo a necessidade estrutural do emprego da violência direta, momento estruturante da imposição de modernização e do trabalho, depois ocultado pelo “verniz”, dito civilizado, da reprodução capitalista dos sujeitos livres, distinguimos a formação de uma sociabilidade totalmente sádica como processo contraditório de subjetivação daquelas condições de reprodução social. O exercício do sadismo foi bastante destacado pela bibliografia amiúde ligado aos brutais assaltos e raptos a fugitivos negros e à aniquilação dos quilombos, aos constantes suplicios e castigos, não apenas físicos, infligidos aos escravos, além do “furor femeeiro do português [...], exercido sobre as vitimas nem sempre confraternizantes no gozo” (Freyre, 1987: 46): “O intercuro sexual entre o conquistador europeu e a mulher índia não foi apenas perturbado pela sífilis e por doenças europeias de fácil contágio venéreo. Verificou-se – o que depois se tornaria extensivo às relações dos senhores com as escravas negras – em circunstâncias desfavoráveis à mulher. [...] Isso quando ao sadismo de homem para mulher – não raro precedido pelo de senhor para moleque. Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado *leva-pancadas*, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico. [...] Nesse período é que sobre o filho de família escravocrata no Brasil agiam influências sociais – a sua condição de senhor cercado de escravos e animais dóceis – induzindo-o à bestialidade e ao sadismo. [...] Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários – tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição mais elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho” (Freyre, 1987: 46-47).

capitalistas¹⁹³, não deixavam de reconhecer que “onde o capitalista tem atrás de si o poder da metrópole, ele procura eliminar pela força o modo de produção e de apropriação baseado no trabalho próprio” (Marx, 1984: 295), assim como que a escravidão era “o único fundamento naturalmente desenvolvido da riqueza colonial” (Marx, 1984: 297), confessando, inclusive, que “a lei da oferta e procura, [...] em geral funciona automaticamente, nos trilhos, [mas] com a ajuda da polícia” (Marx, 1984: 299, nota 268).

Preocupado com a oferta de assalariados, inconstante, irregular e amiúde insuficiente, que vinha forçando os capitalistas a remunerarem salários cada vez mais elevados de modo a reter trabalhadores a seu serviço em colônias britânicas, Edward Wakefield formulou um método que pretendia coagir os colonos ao assalariamento, estipulando um *sufficient price* para a terra que dificultasse sua aquisição, sobretudo pelos trabalhadores recém-emigrados¹⁹⁴. Sem ter descoberto nada de novo sobre as colônias, o mérito da sua doutrina consistia no desvelamento “da verdade sobre as condições capitalistas da metrópole” (Marx, 1984: 296). Um segredo que não apenas tinha sido descoberto pela Economia Política do Velho Mundo no Novo Mundo, como também, a partir de lá, era proclamado bem alto: “O modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exige o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho e próprio, isto é, a expropriação do trabalhador” (1984: 302).

Ocupado sobretudo do caráter das condições de acumulação capitalistas metropolitanas e da crítica à sua apologia, formulada pela Economia Política, Marx distinguia entre as questões de Wakefield a descoberta de “que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas” e de que a “propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção ainda não faz uma pessoa um capitalista se falta o complemento, o trabalhador assalariado, a outra pessoa, que é obrigada a

¹⁹³ “‘A humanidade [...] adotou um método simples para promover a acumulação do capital’, a qual naturalmente, desde os tempos de Adão, lhe aparecia como o último e único fim de sua existência; ‘ela se dividiu em proprietários de capital e proprietários de trabalho [...] essa divisão foi o resultado de entendimento e combinação voluntária’” (Marx, 1984: 297).

¹⁹⁴ O método de Wakefield para a manutenção constante e regular da oferta de trabalho assalariado consistia, segundo Marx, na fixação “para a terra virgem [de] um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária e transformar-se num camponês independente. O fundo, que flui da venda de terras a um preço relativamente proibitivo para o trabalhador assalariado, portanto esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e procura, deveria ser usado pelo governo, por outro lado, para importar, na mesma proporção em que ele cresce, pobres diabos da Europa para as colônias e, desse modo, manter abastecido para o senhor capitalista seu mercado de trabalho assalariado. [...] Esse é o grande segredo da ‘colonização sistemática’. [...] O preço da terra imposto pelo Estado deve naturalmente ser ‘suficiente’, isto é, tão alto que ‘impeça os trabalhadores de se tornarem camponeses independentes até chegarem outros para tomar seu lugar no mercado de trabalho assalariado’” (Marx, 1984: 300-301).

vender a si mesma voluntariamente”. (1984: 296). Ou seja, que os mesmos apenas se tornam capital nas condições em que servem simultaneamente como meios de exploração e de dominação do trabalhador.

Marx centrava sua crítica na ideologia liberal da riqueza baseada no próprio trabalho, sua perspectiva permitia entrever sem embargo outras questões acerca das condições de acumulação nas colônias. O principal problema discutido se referia “às verdadeiras colônias, terra virgem que é colonizada por imigrantes livres” (Marx, 1984: 295, nota 253), precisamente porque “o regime capitalista [chocava-se] lá por toda parte contra a barreira do produtor, que como possuidor de suas condições de trabalho [enriquecia] a si mesmo por seu trabalho, em vez de enriquecer ao capitalista” (Marx, 1984: 295). Inclusive porque, quanto ao mais, o que existiria seriam apenas “aquelas velhas plantações” (Marx, 1984: 295, nota 253) em que o escravismo possibilitava o incremento da riqueza colonial, raciocínio que confirma a necessidade evidente do trabalho forçado naquelas condições em que o “câncer anticapitalista das colônias” não podia ser enfrentado de outra maneira, pois que “se se quisesse, de um golpe, transformar toda base fundiária de propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia – é verdade – o mal pela raiz, mas também – a colônia” (Marx, 1984: 300).

Como afirmou o próprio Marx, contudo, “a abolição da escravidão revolucionou completamente as condições” (1984: 295, nota 253) de reprodução social naquelas velhas plantações exportadoras¹⁹⁵. No Brasil recém-independente foi precedida inclusive pela promulgação da Lei de 1850, que instaurava a propriedade da terra, respondendo a interdições ao tráfico de escravos, que já vinham ocorrendo ao menos desde 1830¹⁹⁶. A implementação da

¹⁹⁵ “Para o senhoriato rural não se colocava com premência a questão da regularização da propriedade da terra enquanto o antigo sistema produtivo colonial baseado no trabalho escravo e na apropriação livre das terras pudesse se manter. [...] Os ajustamentos e compromissos que sustentavam essa situação protelavam a adoção de medidas modernizadoras que adaptassem a sociedade aos novos tempos, em que o capitalismo começava a dominar em escala internacional” (Osório Silva, 1996: 117).

¹⁹⁶ As proibições e sanções cada vez mais hostis ao tráfico, imputadas inicialmente a Portugal e, depois, ao próprio Brasil independente, não acabaram de vez com o trabalhador cativo: “A Inglaterra, como se sabe, foi a principal instigadora do fim desse comércio desde que, em 1807, declarou ilegal, para os súditos britânicos o comércio de escravos. Dependente da aliança inglesa, principalmente durante as guerras napoleônicas, Portugal viu-se obrigado a ceder às pressões inglesas e em 1810 condenou por princípio o tráfico de escravos e comprometeu-se a limitar a sua prática ao sul do Equador. Outros tratados ratificaram esses princípios. [...] Com a declaração de independência do Brasil em 1822, todas essas obrigações internacionais passaram para o novo Estado [que] comprometeu-se, num prazo de três anos após a ratificação do tratado, a abolir em absoluto o tráfico de africanos para o Brasil. A ratificação efetivou-se em 1827 e em consequência o tráfico de escravos estava automaticamente proibido desde 1830” (Osório Silva, 1996: 118). O próprio comércio internacional viveu, contudo, uma fase vigorosa entre 1830 e 1850, quando o número de africanos introduzidos no país foi diminuindo até cessar – “em 1849, o número de africanos introduzidos no Brasil fora de 54.000; em 1850, 23.000; em 1851, pouco mais de 3.000, em 1852, 700 e, pouco depois, cessou o tráfico” (Osório Silva, 1996: 122) – prosseguindo ainda por algum tempo o comércio entre capitanias.

chamada Lei de Terras foi acompanhada ainda de diretrizes sobre o abastecimento de trabalhadores. Além de proibir a aquisição de terras devolutas por qualquer outro meio que não a compra, o projeto de terras estimulava e autorizava a colonização por meio da imigração estrangeira¹⁹⁷.

Segundo Ligia Osório Silva, em seu livro *Terras devolutas e latifúndio* (1996) o problema relativo ao abastecimento de trabalhadores esteve presente em todas as discussões que precederam a instauração da Lei de Terras no país. O primeiro projeto desenvolvido pela Seção de Negócios do Império do Conselho de Estado a pedido do Ministro do Império, no ano de 1842, já continha algumas diretrizes referentes ao “povoamento”. Além disso, deixava explícito o temor de que “a redução na oferta de escravos [acarretasse] problemas para a ‘indústria’” (Osório Silva, 1996: 96) e destacava a importância da Lei de 1841, que criara a polícia do Império, dando condições para que o governo fizesse cumprir “suas disposições sobre essas matérias” (Osório Silva, 1996: 95). Características como as mencionadas permitiriam inferir, de acordo com a autora, influências da doutrina formulada por Wakefield¹⁹⁸.

A situação enfrentada ante a necessidade de substituição do trabalho escravo no país se parecia bastante com aquela que ocupou Wakefield. Apesar de não ser mais uma colônia, o problema referente ao abastecimento de trabalhadores em condições suficientes para reproduzir o regime capitalista chocava-se ainda contra a barreira do produtor que podia se apropriar diretamente das condições de trabalho. Na verdade, passava a chocar-se mais profunda e definitivamente com o fim da escravidão e dos recursos que a instituição pressupunha para conservar os trabalhadores, então de propriedade privada, a seu serviço. Tendo deixado de ser uma colônia, no Brasil independente a questão podia, todavia, ser enfrentada diretamente com a instituição da propriedade fundiária. É verdade que sua recomendação vinha acompanhada da preocupação com a capacidade do Estado garantir o

¹⁹⁷ “Ficava também autorizado o governo a mandar vir anualmente, à custa do Tesouro, um certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que fosse marcado, em estabelecimentos agrícolas, nos trabalhos dirigidos pela administração pública ou na formação de colônias nos lugares que estas mais conviessem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achassem empregos assim que desembarcassem” (Osório Silva, 1996: 143).

¹⁹⁸ Cirne Lima havia destacado igualmente essa influência, assinalando a fidelidade da Lei de 1850 às constantes dos postulados de Wakefield: “O artigo 18 autorizava o governo a importar colonos livres – ‘para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias, nos lugares, em que estas mais convierem’. O artigo 14 autoriza a venda das terras devolutas, e o seu § 2 fixa o preço dessas vendas – preço que é, aliás, segundo Varnhagen, ‘mui elevado comparativamente ao das terras particulares’. O artigo 19, enfim, determina que o produto dos direitos de chancelaria e da venda de terras seja exclusivamente aplicado à ulterior medição de terras devolutas e à importação de colonos. De resto, francamente wakefieldianos se haviam já mostrado o anteprojeto da Secção do Império e o projeto Rodrigues Torres” (Lima, 1954: 75).

domínio privado que passava a legitimar, no que residia o caráter decisivo da criação da polícia no processo de constituição do monopólio estatal da violência.

Estabelecidas certas condições para a mobilização do trabalho, uma oferta de trabalhadores de modo constante, regular e suficiente se mantinha como problema, evidenciado pela preocupação dos legisladores com diretrizes para os projetos de colonização e imigração estrangeira. Essa questão também havia ocupado o economista inglês, que sugeria ao governo colonial britânico utilizar o fundo, que fluía da comercialização das terras a preços proibitivos, para importar pobres diabos europeus visando abastecer o mercado de trabalho assalariado colonial. Nesse aspecto, contudo, a proposição de Wakefield se diferenciava muito da situação enfrentada em um país estabelecido a partir daquelas velhas plantações exportadoras. Afinal, ainda não havia nenhum mercado de trabalho para se abastecer. O comércio de escravos, instituído na colônia pelos traficantes, não passava de um mercado “comum”, em que negros eram trocados como coisas que podiam ser possuídas como propriedade privada¹⁹⁹. O assalariamento também não representava uma alternativa para os colonos livres que provinham da Europa e os homens livres pobres surgidos nas relações coloniais se reproduziam necessariamente em relação à ordem escravocrata, sob a sombra da sua forma de dominação.

Os mais imediatamente preocupados com a oferta de trabalhadores eram os cafeicultores paulistas, cuja dinâmica expansiva de incorporação de novas terras seria prejudicada com o aumento dos custos com trabalhadores. Não por acaso, as primeiras experiências de implantação do trabalho livre com recurso à importação de imigrantes foram realizadas por eles. Fracassaram principalmente pela dificuldade dos fazendeiros imporem níveis de exploração do trabalho capazes de dar retorno àquele investimento privado. Fundada na separação, inclusive espacial, entre os cafezais, tratados em sociedade com fazendeiros, e as roças, onde os colonos produziam diretamente a subsistência, a parceria estimulava a fuga dos imigrantes em direção à apropriação das condições de trabalho, não necessariamente na fronteira agrícola, mas dentro da própria fazenda (cf. Stolcke, 1986; Martins, 2004; Beiguelman, 2005 e Boechat, 2013).

Diferente da proposição de Wakefield também acabou resultando a forma de financiamento da imigração que solucionaria as dificuldades enfrentadas por aquelas primeiras experiências. Certamente essa diferença se relacionava com aquela falta de

¹⁹⁹ Marx, que compreendia muito bem essa diferença, havia começado o segundo capítulo de *O capital*, dedicado para *O processo de troca*, assinalando que “as mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar, [pelo que] devemos [...] voltar à vista para os seus guardiões, os possuidores de mercadorias” (Marx, 1983: 79).

aparência de autonomia que continuava caracterizando o Estado brasileiro frente aos particulares. Seu aparelhamento parecia ser insuficiente, tanto para demarcar e comercializar as terras como para estabelecer um fundo para onde fluiriam os recursos obtidos com aquelas vendas, afinal o Estado dependia ainda da Igreja Católica para registrar as propriedades fundiárias (cf. Osório Silva, 1996). Para a cafeicultura paulista, cujos interesses coincidiram bastante com aqueles que o Estado em formação passaria a representar como públicos, considerada a sua enorme centralidade na manutenção da balança comercial daquela economia nacional que se mantinha fundamentalmente agroexportadora, a solução definitiva viria somente no final de 1870, com o estabelecimento do *colonato* em fazendas do primeiro Oeste Paulista²⁰⁰. O custo da imigração, pago pelo Estado, era financiado com empréstimos realizados junto às casas bancárias inglesas, garantido o pagamento dos juros. Na falta do fundo advindo da comercialização das terras, o dinheiro provinha do capital financeiro britânico e sua obtenção ficava ancorada pela dívida pública (cf. Boechat, 2013: 157 e seguintes).

A noção de “povoamento” que permeava aquelas iniciativas de colonização sistemática pressupunha, além de uma perspectiva de alargamento e organização do ecúmeno por um “povo” anteriormente estabelecido (cf. Sorre, 1984), a existência sobrando de integrantes nessa mesma população, dispostos a migrar para realizar a colonização do Novo Mundo. Para além dos ideais civilizatórios que as teorias burguesas faziam acreditar sustentarem aqueles deslocamentos, Marx problematizava, confrontando a perspectiva malthusiana sobre o crescimento populacional, as circunstâncias que permitiam que determinada população fosse caracterizada como sobrando (cf. Marx, 1984: cap. XXIII).

A principal diferença entre as abordagens de Marx e de Malthus consistia na identificação da referência sobre a qual se erguia aquela *superpopulação*. Enquanto Malthus

²⁰⁰ “Desse modo, passados quase trinta anos depois das legislações de 1850, a questão se resolveria de outra maneira. Após o Congresso de 1878, a sistematização de um novo contrato de trabalho aconteceria sobretudo nas fazendas do primeiro Oeste Paulista, em torno de Campinas até Limeira. Neste contrato, passaria a estar previsto o número de carpas que o ‘colono’ teria que fazer num número de cafeeiros também já determinado, para o que receberia um pagamento fixo. Além deste pagamento, haveria uma remuneração proporcional para a colheita do café. Pensava-se, com isso, solucionar o problema da qualidade do trabalho realizada, uma vez que os rendimentos seriam repartidos e as tarefas estavam mais bem determinadas. Acrescentava-se a isso, conforme salientava Beiguelman (2007), que o cultivo de alimentos entre as fileiras de cafeeiros estava permitido, o que representaria um estímulo determinante ao cuidado conjunto do cafezal. Portanto, contra as medidas coercitivas até então tentadas, passava-se a se preocupar em incentivar o colono a trabalhar. Era este o *colonato*, que persistiria na cafeicultura com poucas modificações até 1963, portanto por aproximadamente 80 anos. Porém, sem se resolver efetivamente a questão do endividamento prévio do trabalhador, este ‘sistema de colonização’ não estaria completo. Assim, a Lei nº 2, de 1881, da província de São Paulo, estipulava que o Estado passaria a arcar com os custos das passagens dos imigrantes do porto de origem até as fazendas, acabando com o problema dos endividamentos, na medida em que se incorria num procedimento semelhante ao que Celso Furtado (2000) chamou de ‘socialização das perdas’” (Boechat, 2013: 156-157).

confiava a parte sobrando da população, as “centenas de milhares de braços supérfluos” dos quais “a nação [se arrebataria] no esforço de se livrar, por emigração” segundo o professor de Economia Política H. Merivale (cf. Marx, 1984: 201-202), ao “excessivo crescimento absoluto da população trabalhadora” (Marx, 1984: 202); Marx compreendia que, qualquer que fosse o crescimento ocorrido, ele apenas poderia ser considerado excessivo “em relação à necessidade média de valorização do capital, como condição de vida da indústria moderna” (1984: 201).

Apesar dessa diferença, indicava Marx que o próprio Malthus entendia a superpopulação como uma necessidade da indústria moderna²⁰¹, que representava ela própria uma barreira ao aumento do capital. No capítulo de *O capital*, intitulado *A lei geral da acumulação capitalista*, Marx faz conjecturas acerca das possibilidades de crescimento dos investimentos em circunstâncias em que a composição orgânica se mantivesse estável, sugerindo que o capital aumentaria somente até o ponto em que a escassez de trabalhadores provocasse uma elevação salarial responsável por frear a acumulação.

Com essa hipótese, Marx procurava fazer pensar sobre a coincidência necessária entre a acumulação do capital e o aumento da população trabalhadora, de maneira a alcançar uma escala sempre ampliada de reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Essa coincidência apenas poderia ser alcançada, contudo, por meio de transformações na proporção entre a parte constante e a variável do capital, solução exclusiva que protegeria a acumulação de se defrontar com qualquer limitação na quantidade de trabalhadores disponíveis. Quando a parcela constante acompanha o crescimento do capital ela amplia a produtividade do trabalho, reduzindo o número necessário de trabalhadores para a produção das mesmas massas de valor: “Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou força de trabalho nele incorporada, mas em proporção decrescente. [...] Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança

²⁰¹ Como evidenciam as passagens do livro *Princípios de Economia Política*, publicado por Malthus em 1820, e compiladas pelo autor: “Hábitos prudentes quanto ao casamento, se levados a certa altura entre a classe trabalhadora de um país que dependa principalmente de manufaturas e comércio, ser-lhe-iam prejudiciais. [...] De acordo com a natureza da população, um acréscimo de trabalhadores não pode ser fornecido ao mercado, em consequência de demanda especial, antes do lapso de 16 ou 18 anos, e a conversão de renda em capital mediante poupança pode ter lugar muito mais rapidamente; um país está sempre sujeito a um crescimento de seu fundo de trabalho mais rápido do que o da população” (Marx, 1984: 202).

da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável se comparada com a constante” (Marx, 1984: 199).

A acumulação capitalista produz, assim, continuamente, uma população supérflua frente às suas necessidades, que garante a disponibilidade regular de trabalhadores nos momentos de expansão produtiva, evitando as tão temidas altas salariais. Essa parcela, justamente ela a superpopulação relativa, pertence ao capital de maneira absoluta, tanto quanto o conjunto de trabalhadores diretamente empregado: “A lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força de trabalho humana – essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência” (Marx, 1984: 209). A população sobrando ou excedente de trabalhadores, poderosa alavanca da acumulação, parece ser fruto do crescimento natural da população, quando o mesmo ultrapassa a ampliação da oferta de empregos. Embora naturalizada, ela é, entretanto, uma lei populacional própria do modo de produção capitalista²⁰².

O problema da elevação dos salários, que perturbava as possibilidades de acumulação nas colônias e ocupava Wakefield, encontrara nas metrópoles uma solução fundada na própria acumulação capitalista. Se o caráter da colônia tornava inviável a transposição daquele processo como um todo, importava-se seu principal “produto”, proporcionando as condições de reprodução que garantiam a manutenção da extração colonial de excedentes. Aqui, nos deparamos novamente com a tese que atribui à dominação metropolitana (inicialmente colonial e, posteriormente imperialista) a responsabilidade pela imposição de relações não-capitalistas na periferia do mundo capitalista: a rapina dos excedentes predominantemente na circulação não exigia dos capitalistas que incrementassem nunca a produtividade do trabalho nas colônias²⁰³. Compatível com a crítica do sentido da colonização e da transferência de

²⁰² “A população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas próprias leis populacionais particulares, historicamente válidas. Uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida que o ser humano não interfere historicamente” (Marx, 1984: 200).

²⁰³ A dominação e a extração de excedentes na circulação seriam frequentemente criticadas por não estimularem ou até mesmo bloquearem modificações na composição orgânica dos capitais e aumento da produtividade do trabalho (cf., por exemplo, Martins, 2004 e Oliveira, 1987). Essa abordagem priorizava, mesmo implicitamente, uma forma de desenvolvimento cujo caráter nacional dos reinvestimentos proporcionasse o estabelecimento de uma base técnica que permitisse a superação daquelas relações de produção, fundadas na *acumulação primitiva*,

riqueza pressuposta ao mesmo, que fomentaria a acumulação primitiva europeia, seu *sentido profundo* (Novais, 1979), essa formulação falharia, sobretudo por não considerar, conjuntamente a essa questão, o caráter aberto da fronteira pressuposto em qualquer processo de colonização.

Não bastaria ao capital “importar” da metrópole suas condições de produção, incluindo os seus níveis de produtividade, ou, ainda melhor, reinvestir-se sistematicamente na própria colônia, de modo a produzir aquela acumulação desproporcional entre as suas partes constante e variável, um desequilíbrio que move a expulsão relativa de braços: “O Sr. Peel, [lamentava-se Wakefield], levou meios de subsistência e meios de produção, num total de 50 mil libras esterlinas, da Inglaterra para o Swan River, na Nova Holanda. O Sr. Peel foi tão precavido, que levou também 3 mil pessoas da classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças. Uma vez alcançado o lugar de destino, ‘o Sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou buscar-lhe água do rio’. Infeliz Sr. Peel, que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o Swan River” (Marx, 1984: 296).

A “abertura” estruturalmente existente numa fronteira, a colonização como territorialização do capital em processo, ou seja, como processo de constituição de um território do capital, não resultava estritamente do caráter comercial da extração de excedentes que interessava ao capital metropolitano. Assim como a chamada falta de aparelhamento do Estado, primeiro no governo colonial, mas também posteriormente, quando instituído o novo país, independente, que não permitia sequer identificar e demarcar as *suas* terras, que por isso não podiam nem chegar a ser consideradas devolutas, quanto mais garanti-las contra a barreira representada pela possibilidade recorrente do trabalhador ter acesso aos meios para sua reprodução – não resultavam da interferência dos interesses privados na esfera daquilo que *deveria* ser considerado público.

em favor de uma melhor distribuição da riqueza produzida e da consolidação de um mercado interno. Mesmo Prado Jr. (1979) poderia ser criticado por assumir semelhante perspectiva, tendo acusado a forma de reprodução do capital em marcha por quase não conseguir promover uma expulsão relativa de braços, já que se fundava num mecanismo extensivo de aumento da produção assentado na incorporação de novas terras, herdado, em grande medida, do sistema colonial. A própria noção de atividade subsidiária somente adquire pertinência, mediante a apreensão, bastante rebaixada do nosso ponto de vista, do sentido da colonização como realização externa do valor produzido internamente, que bloqueava o desenvolvimento interno, sendo, portanto, em algum sentido, apenas crítica do imperialismo. Não consideramos essa crítica ao autor desnecessária, mas recuperamos todavia seus argumentos justamente na medida em que ultrapassam essa preocupação, incidindo bastante negativamente no núcleo duro do fetichismo moderno, a *abstração real* (Marx, 1983: cap. I), relação que sustentava a equiparação das distintas mercadorias trocadas naquele comércio internacional, apesar do seu caráter monopolista, abstraindo os conteúdos concretos das relações de produção existentes tanto na colônia como na metrópole. Recuperamo-lo, ainda, provavelmente desviando a argumentação do autor no sentido da recusa radical da sociedade produtora de mercadorias, na medida em que a crítica da produção de mercadorias como sentido da colonização permite evidenciar o sem sentido do processo de modernização, fundado como está na tautológica produção de mercadorias.

Não bastava, por conseguinte, a ruptura do sistema colonial para consolidar efetivamente a transformação, prevista na Lei de Terras de 1850, de todo o território *nacional* em terras de propriedade privada. Uma lei não era expediente suficiente para solucionar o “câncer anticapitalista” identificado por Wakefield nas colônias, mas que persistia no Brasil recém-independente. Igualmente, a violência estrita implicada na escravidão não era mais um recurso possível ante a necessidade britânica de exportar mercadorias, que exigia a transformação de ex-colonos em consumidores e, portanto, em sujeitos que se reconhecessem cada vez mais, reciprocamente, como iguais proprietários privados²⁰⁴. As dificuldades

²⁰⁴ Ainda assim se mantinha na forma modificada do coronelismo. O sadismo dos açoites aos escravos incorporava a dimensão clientelista e do compadrio para caracterizar relações amiúde caracterizadas como dominação pessoal. Um debate extenso com algumas interpretações do coronelismo, realizamos no terceiro capítulo da primeira seção de nossa dissertação de mestrado (Leite, 2010). Uma abordagem que permite acessar o papel determinante da violência para que o “fechamento” das regiões garantisse a reprodução das suas relações de produção foi formulada por Ibarê Dantas (1987), em seu livro *Coronelismo e dominação*. Como diferentes autores (cf., por exemplo, Faoro, 2001; Neves, 1998 e Leal, 1976), Dantas considera o coronelismo um fenômeno eminentemente republicano, embora tivesse começado a se gestar ainda no Império, voltado especialmente para organizar a relação entre patronato rural e os libertos. Para o autor, mesmo com a independência, o Rei conseguira resguardar seu papel fundamental, na medida em que fiava a ordem escravocrata, contando, portanto, com o apoio do senhorio rural. A proibição do tráfico e o rompimento daquele compromisso acabaram levando a classe dominante agrária a apoiar os partidos republicanos. Com a ruptura da hegemonia das antigas “oligarquias açucareiras”, as relações de força se alteraram muito, possibilitando a emergência cafeeira. Esse contexto teria levado a um arranjo que acentuava a vinculação entre política federal e estadual, estimulando o desenvolvimento de oligarquias nos estados, que se articulavam “do nível regional para o nacional” (Dantas, 1987: 22). A esfera municipal garantia o exercício imediato do coronelismo, conformando a base do poder oligárquico de modo a fechar a estrutura de dominação: “A maneira como isso foi conseguido é bem conhecida. Assim como o presidente da república assegurava a continuidade da política estadual, em troca do apoio incondicional à política federal, nos Estados, as oligarquias progressivamente fortalecidas através da garantia de continuidade, passaram a fornecer carta branca aos coronéis, que se manifestavam mais fortes no município. Estava legitimada a dominação dos grandes proprietários rurais que agrupados em torno dos mais poderosos encontram condições para desenvolver seu poder extralegal” (Dantas, 1976: 21-22). Leal (1976) julgava que a existência de um regime representativo em um contexto social impróprio conduzia ao coronelismo, considerando sobretudo a importância do controle sobre os votos dos eleitores, no regime representativo instaurado na república. Para o autor, representação e representados se conectavam com bastante dificuldade, ora em função da “ignorância da população”, ora em função da “dominação” exercida pelos donos das terras que a mantinha “encabrestada”. Assim, o fazendeiro assumia papel de único capaz da intermediação, permitindo aos representantes acessar os votos das massas populares, únicas que poderiam outorgar-lhe o poder. Para Dantas, a *política dos governadores* acomodava as oligarquias nos poderes estaduais e fortalecia o coronel nos municípios como seu mecanismo local de legitimação. O fundamento do sistema político aparece caracterizado de modo invertido com relação ao argumento de Leal: a outorga do poder não parte do eleitorado, mas se encontra pressuposta, ainda que o poderoso tenha que criar instrumentos locais para legitimar o poder que ele exerce – o coronel desempenha esse papel. Seu enfoque diverge da maioria das perspectivas que atribuem invariavelmente ao voto um papel intrínseco no coronelismo: “Com o fim de destacar [seus] elementos fundamentais, podemos conceituá-lo como uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais, ao tempo em que se impõe como intermediário entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de dominação. Essa forma de generalizá-la não deve, no entanto, ofuscar suas mutações: fases sucessivas marcadas tanto por elementos constantes como por traços mutáveis nas relações com o Estado. Ou seja, na medida em que o coronelismo vai moldando-o aos seus interesses, vai também se adaptando às transformações. É essa dinâmica que pode ser percebida através do resgate de sua historicidade” (Dantas, 1987: 18). Num primeiro momento, que vai até 1930, quando a Guarda Nacional é extinta, o fundamento da instituição seria o controle das massas e a legitimação da sociedade política, a partir da força de sua milícia particular. A existência do coronelismo não estava diretamente relacionada ao número de votantes,

enfrentadas nas primeiras experiências de colonização sistemática, quando os imigrantes passaram a ser empregados em atividades antes exclusivamente realizadas por escravos, sobretudo ligadas ao trato dos cafezais, mostravam que a “liberdade” do trabalhador estava em questão. Cada vez mais, eles deveriam “em algum nível de sua ‘subjatividade’, escolher [trabalharem] no cafezal e não apenas [serem] obrigados a fazê-lo” (Boechat, 2013: 154). A formação de relações juridificadas, em que os sujeitos reconhecessem reciprocamente a vontade um do outro, dependiam ainda de que os mesmos se relacionassem “entre si como pessoas, cuja vontade reside [nas] coisas” (Marx, 1983: 79).

Questionar a existência de uma separação estrutural entre as chamadas esferas pública e privada, assim como a coincidência irrestrita entre Estado e território, autonomizado definitivamente daquela barreira à acumulação, representada pela possibilidade de apropriação das condições de vida pelo trabalhador²⁰⁵, nos exigiria, portanto, reivindicar sua constituição historicamente determinada pelo processo de modernização²⁰⁶ e igualmente

mas à capacidade de controlar e impor a coerção, através das milícias particulares (Guarda Nacional), organizadas pela “oligarquia fardada”. A vitória eleitoral dependia mais da possibilidade de empregar a violência, do que dos votos propriamente ditos, na medida em que as “eleições poderiam ser falsificadas e os resultados geralmente puderam ser impostos, desde que houvesse suporte na força, baseada na capacidade de mobilizar homens em armas” (Dantas, 1987: 24). Ou seja, para Dantas (1987), dentro dessa situação estrutural, as eleições não passavam de um ritual que servia para “legitimar o poderio dos coronéis influentes em seus respectivos redutos” (Dantas, 1987: 25). Para o autor, no entanto, o coronelismo tem continuidade mesmo posteriormente à extinção das corporações paramilitares, persistindo em um segundo momento (1930-1945), apesar do desgaste de sua força coercitiva, fundado no prestígio construído a partir de uma tradição de mando; e em um terceiro (1945-1964), passando a basear-se no voto, tendo, as eleições, apenas nesse momento, um papel central na reprodução do coronelismo. Sua abordagem permite discutir *como* os coronéis podiam exercer seu poder sobre a “massa dos pobres iletrados”, uma vez que apresentava a Guarda Nacional como instrumento de dominação local. Além disso, permite indicar a falta de autonomia do Estado com relação à classe dominante local, que compunha parte do seu próprio aparelho, imprimindo os rumos que lhe aprovassem ou, mais precisamente, necessários para impor relações de produção que garantissem a reprodução dos seus domínios. Sua perspectiva ofusca, entretanto, a falta de autonomia da classe dominante com relação ao Estado e não evidencia, como o faz Leal (1976), a condição que permite a existência do coronel, que é a existência mesma do Estado que lhe outorga poder por meio de uma de suas instituições – a Guarda Nacional.

²⁰⁵ Inclusive porque uma lei como a de 1850 (e as condições estatais para exercê-la, ou seja, a existência da polícia), embora representasse a forma possível da coincidência entre Estado e território, não eliminava o problema da reiterada possibilidade de acesso à terra abundante, apenas tornada um crime, o que legitimava determinadas ações que tivessem como objetivo sua contenção, entretanto, ainda bastante dependentes da iniciativa particular francamente representada, nesse processo, pelo coronelismo. Enquanto o enfrentamento do problema da mobilização do trabalho passava pela falta de aparência de autonomia entre violência e capital, a grilagem cartorial das terras cada vez mais frequente como momento da expansão da apropriação fundiária privada, evidenciava a persistência da dependência mútua entre capital e Estado, além das dificuldades encontradas por esse último no controle daquela barreira à apropriação *imediata* da terra (ainda que consideremos a grilagem nos termos da própria necessidade de juridificação, mesmo que por meios ilegítimos, segundo a perspectiva do Estado), que parecia não operar exclusivamente como causa de um “câncer anticapitalista”. Sobretudo num contexto em que o escravo deixava de ser a única garantia para empréstimos, estatuto conferido também à propriedade fundiária.

²⁰⁶ “O autor”, assevera Carlos de Almeida Toledo, referindo-se à argumentação de Vitor Nunes Leal (1976), “parte da oposição público-privado sem criticá-la como historicamente determinada pelo processo de modernização. Neste processo, o Estado – face pública – autonomiza-se, até certo ponto, da acumulação do capital; e o capital autonomiza-se, de maneira relativa, do uso direto da violência por sua face privada. O autor

criticar a ambas como, apenas, uma aparência de autonomia, uma vez que, mesmo com a consumação daquela autonomização, Estado e capital continuarão reciprocamente entrelaçados (cf. Kurz, 1995b). Precisamente nesse aspecto, o conceito de autonomização evidencia seu alcance crítico com relação a uma sociedade concomitantemente histórica e fetichista: processo de constituição de certa autonomia, mas somente enquanto aparência (cf. Marx, 1986: 269 e seguintes).

O processo de constituição do capitalismo não pode, portanto, ser encarado simplesmente como um problema de imposição “pontual”, para retomar os termos do individualismo metodológico, da acumulação primitiva, como se a mesma consistisse exclusivamente na expropriação, ou seja, na separação entre produtor e condições de produção, ainda que a reprodução ampliada do capital dependa estruturalmente da possibilidade, também ampliada, de reposição da relação capital²⁰⁷: a acumulação primitiva se estabeleceu como processo de instauração do capitalismo como sistema mundial. Não se pode afirmar, igualmente, a existência de processos “nacionais” de acumulação primitiva: a Inglaterra não foi unicamente mais um caso, dentre diversos exemplos de acumulação primitiva²⁰⁸. Nem o Brasil aguardava apenas o porvir do encerramento daquele processo em seu território nacional, “fechando” a fronteira, expropriando o campesinato e liberando a mobilização do trabalho do recurso à violência como forma de imposição das relações sociais capitalistas, a não ser em circunstâncias excepcionais.

A colonização, como um processo que simultaneamente instaurou e procurou enfrentar, com a territorialização do capital, a fronteira “aberta” como uma barreira à acumulação, se constituía, para Novais (1979), como peça de um *sistema* que unia a imposição do trabalho, por meio da ordem escravocrata na colônia, à acumulação de excedentes comerciais que escorriam em direção à Europa, como momento da sua acumulação, cuja necessidade de “pontos de apoio” para ser “induzida”, fez com que Marx a chamasse originária ou primitiva (Novais, 1979: 69). Instrumento do capitalismo mercantil, aquela ordem não deixava por isso de ser consoante com a instauração da sociedade

parece crer na possibilidade de uma esfera pública legalmente regulada, apesar da menção à poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado” (Toledo, 2008: 218).

²⁰⁷ “Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele. [...] Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (Marx, 1984: 188).

²⁰⁸ Como afirmou Carlos Minc Baumfeld (1984) em sua tese de doutorado, no capítulo intitulado *L'Angleterre n'est plus qu'un cas de diverté des processus de L'Accumulation Primitive* (cf. uma crítica em Toledo, 2008: 112-113).

burguesa²⁰⁹. Foi, ao contrário, elemento da sua gestação: “Comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno” (Toledo, 2008: 113).

Ainda que não encerrasse todas as dimensões do processo de acumulação primitiva, enfrentar o problema da fronteira, mesmo que parcialmente, sem excluir definitivamente a possibilidade de acesso à terra, era condição para a mobilização do trabalho. A inexistência da superpopulação relativa, que impossibilitava a inserção autonomizada do trabalho no processo de produção, como uma mercadoria, a força de trabalho, seria, assim, o próprio elemento empiricamente significativo que exigia aquela particularização da reprodução do capital, das formas que o processo de acumulação assumia, da estrutura de classes peculiar a essas formas e também das formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral, que ocupou Oliveira (1987). Não pretendemos reduzir sua gênese, portanto, criticando exclusivamente a distribuição desigual ou espolição (tanto faz se colonial ou imperialista) da riqueza, sobretudo por considerarmos que a imposição de cada uma daquelas relações sociais de produção capitalistas, ao seu modo, evidenciava já o sentido tautológico de uma sociabilidade que força e organiza o trabalho para a produção de mercadorias; ao passo que justifica fetichistamente a produção de mercadorias como simples meio para satisfazer as necessidades dos trabalhadores²¹⁰.

²⁰⁹ “O mercantilismo foi, na essência, a montagem de tal sistema e o sistema colonial mercantilista sua peça fundamental, a principal alavanca na gestação do capitalismo moderno. Ao contrário do que pensava Weber, a exploração colonial foi elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial” (Novais, 1979: 70).

²¹⁰ Mesmo considerando os limites de uma crítica que não abarque o caráter abstrato da produção da riqueza, nem seu sentido tautológico, mediando contraditoriamente, como sua *forma*, a totalidade da reprodução social e que, por isso, fique restrita ao problema da desigual distribuição, julgamos relevante o momento em que evidencia o “descompasso” existente naquele e a partir daquele processo simultâneo de constituição do capitalismo como economia mundial. Um modo possível de enfrentar a questão seria verificar aquele descompasso na produção de relações não-capitalistas, em que se baseia a reprodução essencialmente espoliadora das relações capitalistas. Apresentar a inexistência da superpopulação relativa como base para a constituição de relações sociais de produção particulares não desconstrói, contudo, necessariamente, uma abordagem classificatória acerca das relações sociais. Até porque dizer que determinadas relações são particulares, enquanto outras seriam “gerais”, ou pelo menos condizentes com a lei geral da acumulação capitalista, exige igualmente um *critério*, cuja determinidade fantasmagórica ultrapassa em muito a “objetividade” reificada pretendida pela ciência. A crítica dessa objetividade conduz, diferentemente, a uma discussão sobre o modo como os sujeitos que personificam a modernização vão sendo informados com a subjetivação das condições de reprodução daquele processo. Certamente a concorrência opera um momento central entre aquelas condições, como evidenciam as representações produzidas pelos Estados nacionais sobre as relações sociais de produção vigentes em seu território. A disputa entre ex-colônias e o “centro” consagrou a separação entre *atraso* e *moderno* como uma das formas de manifestação daquele critério. Consolidado pelo planejamento estatal com essa “terminologia”, o problema aparecia já nas políticas de colonização sistemáticas realizadas pelo capital cafeeiro paulista no Brasil da transição do Império para a chamada República Velha: constituir a superpopulação relativa seria, afinal, um meio para se alçar aquela reprodução aos termos da lei geral da acumulação capitalista. Não à toa eram os cafeicultores a presidir esse processo. Além de ser responsável pelo principal produto de exportação, sua reprodução territorialmente expansiva, imposta com base no coronelismo, permitia ir “fechando” a fronteira regional no interior da qual determinadas relações sociais de produção deveriam se reproduzir. O problema da “fronteira” existente internamente às fazendas ficava juridicamente

Ambos os aspectos do problema comparecem no processo de colonização que unificou a chamada zona velha, o Jequitinhonha e o Mucuri abaixo no bojo da constituição regional de determinadas relações sociais de produção particulares²¹¹. A expansão das fazendas presidia a instauração daquelas relações que, da perspectiva da circulação internacional do capital comercial, foram pensadas como não especificamente capitalistas (Martins, 1986 e 2004 e Moura, 1988) e, até mesmo, completamente não-capitalistas (Ribeiro, 1997), uma vez que a falta de abrangência dos fluxos comerciais dificultariam perseguir a acumulação como momento que daria sentido para aquela reprodução. A agregação e com ela toda uma dinâmica que relacionava pioneiros, posseiros, sitiantes, escravos, ex-escravos, indígenas, se impunha como processo de mobilização do trabalho, ainda que os nexos entre a reprodução dos trabalhadores, a expansão das fazendas e a produção da mercadoria gado parecessem tão tênues que poderiam ser apagados.

A incorporação de indígenas no processo de conquista das matas teria sido fundamental, de acordo com Ribeiro (1997), para a formação das relações que desembocariam nas fazendas e na sua forma expansiva de reprodução. Quase todos os autores que trataram do tema, segundo sua revisão bibliográfica, teriam identificado, entretanto, um “extermínio militar movido contra os índios desde final do século XVIII, pelo menos, que uniu num mesmo lado governo e fazendeiros numa guerra de morte” (1997: 50). O autor não se opunha ao fato de que um enfrentamento do governo com indígenas tenha realmente existido, formalizado inclusive por meio da Carta Régia que declarava guerra aos “selvagens do Jequitinhonha”, ordenava o estabelecimento de esquadrões militares, liberava a escravização enquanto persistisse sua “ferocidade”, estimulava o povoamento isentando de impostos os colonos, liberando a exportação e importação por dez anos e anistiando por seis, os devedores da Real Fazenda que se dirigissem para lá.

bloqueado com base em determinadas relações de trabalho contratualmente estipuladas. Sua acumulação, embora apareça com a forma de uma imensa coleção de mercadorias, culmina com as condições para a formação de um mercado de trabalho nacional, para o assalariamento e para a autonomização do Estado da reprodução mais imediata daquele capital, ainda que o processo não homogeneíze simultaneamente todo o território. Possibilita, contudo, que a partir de 1930 a bandeira da industrialização passe a representar o imaginário social do desenvolvimento. Afirmer, em suma, quais relações são ou não-capitalistas passa sempre pelo crivo das formas de subjetivação acerca do “desempenho” das mesmas na concorrência mundial e, portanto, dos projetos que procuram melhorar a competitividade da sua inserção. Descobrir o sentido dessa modernização retardatária e da aparência de autonomia do Estado no seu empreendimento passa, contudo, por problematizar o ponto de chegada para o desenvolvimento capitalista como um processo de crise.

²¹¹ “Os dois rios foram unidos pela história. O alto Jequitinhonha foi povoado desde os começos do século XVIII, e nos começos do XIX começaram os deslocamentos da população para a ‘mata’, a grande selva, a Mata Atlântica que eram, então, o baixo Jequitinhonha e Mucuri. Nessa transumância levaram consigo necessidades e ambições – a demanda por alimentos, índios e lavras – mas também laços de parentesco, costumes e uma renitente proximidade, que durou quase século e meio” (Ribeiro, 1997: 1).

Com o predomínio de uma documentação produzida a partir desse tipo de intervenção oficial, a história militar teria ficado excessivamente avultada. Enquanto a perspectiva de que o que aconteceu foi um extermínio teria vindo nomeadamente das notícias da guerra deixadas pelos viajantes estrangeiros, que “anteviam derrotados e vitoriosos de um combate desigual” (Ribeiro, 1997: 32), assim como de lembranças produzidas pela violência pessoal. Além disso, a representação de uma grande derrota parecia muito compatível com as reações tímidas dos indígenas, diante de ataques tão brutais: “Tudo leva a crer que os índios sumiram mortos numa brutal guerra de extermínio movida [também] por colonos que queriam suas terras. Mas isso é apenas uma parte da verdade. As matanças foram frequentes, mas não foram elas o único, e certamente nem sequer o principal instrumento de liquidação dos índios. Outras batalhas mais importantes da guerra da mata ficaram ocultas pelo horror e violência. O espetáculo do extermínio físico roubou a cena e não deixou aparecer o grande combate dessa guerra, que não foi travado nos campos de batalha, mas no da cultura, educação e treinamento. Os sobreviventes da guerra na mata – provavelmente a maior parte dos índios do Jequitinhonha e Mucuri – sofreram um massacre muito mais sofisticado: foram obrigados a aceitar a civilização” (Ribeiro, 1997: 53-54).

Apesar da restrição, sugerida pelo fragmento, do horror e da violência aos momentos de extermínio, todo o processo discutido por Ribeiro, que ia da redução do território para a reprodução dos grupos indígenas por meio da caça, coleta e extração, alcançando, portanto, a fome brutal e a “proteção” oferecida pelos colonos como uma alternativa, transpirava imposição: “Criar esse sujeito sem raízes, faminto numa mata abundante, desligado da sua sociedade protetora, desprovido de sua técnica, isolado, frágil, inseguro foi o primeiro resultado da colonização, sua primeira grande vitória da guerra na mata” (1997: 56).

O autor permeava a narração dos conflitos com a discussão da emergência progressiva de uma indiferença, construída no intervalo de ocupação mais ou menos situado dos anos de 1870 a 1920, entre os “brasileiros” e os “índios”: “Na pobreza, na borda da mata, na lavra, no batistério, no relatório, na lavoura, na cata de poaia e jacarandá. O que era o ‘índio’, o que era o ‘brasileiro’? Estas diferenças estavam pequenas. Não estavam mais na cor ou nas técnicas, não estavam em bens ou empregos. As tribos esgarçando-se, misturando-se num meio indiferenciados de pobres ‘portugueses’, mestiços, fugidos e libertos, na grande massa de desclassificados. As identidades não estavam construídas, ou estavam sendo destruídas” (1997: 57).

O quadro de dominação apresentado apenas se completaria decisivamente, para Ribeiro, com a diminuição dos ataques fulminantes e com a retirada progressiva da proteção

oferecida por colonos e quartéis, que ofereciam comida, frequentemente acompanhada de cachaça, roupas, fumo e algum trabalho, substituídas ambas pelo ensinamento da agricultura, em substituição aos antigos hábitos de extração: “Quando eles aprenderam a plantar, não precisavam mais daquela área imensa para extrair alimentos. Era como se a terra houvesse crescido, pois ficou muita para aquela gente, tornou-se abundante. O grupo que precisava de uma área de milhares de hectares para sobreviver de coleta e extração, quando aprendeu fazer roças de toco – plantar bananeiras, cará, feijão, batata-doce – ficou carecendo só de pequenina área de terra fertilíssima para viver com fartura” (1997: 65).

Combinado o ensino da agricultura com a proteção frequentemente oferecida, configurava-se a possibilidade da incorporação progressiva daqueles indígenas na condição de agregados, o que, conforme o autor, efetivamente ocorreu²¹². Ainda que Ribeiro insistisse nas dificuldades em relacionar agregação, reprodução da fazenda e acumulação, o processo discutido se evidenciava como momento, bastante explícito, inclusive, da imposição do trabalho. A produção das roças de toco, da agricultura de coivara, não era nem a caça, nem a coleta, anteriormente praticadas no âmbito da reprodução dos grupos indígenas já como um resultado das pressões produzidas pelo processo de colonização²¹³, e o que diferenciava aquelas condições de reprodução certamente não eram somente suas características técnicas e as dimensões espaciais necessárias para sua realização: havia uma variação na *forma* das relações sociais, revelada claramente pelo fato do ensino da agricultura como meio de sobrevivência resultar de perseguição, massacre e aculturação dos índios como processo da

²¹² “O combate dos colonos, portanto, não foi para matar fisicamente os índios – embora a espingarda e a varíola tenham cumprido seu papel – sim para apagar seus costumes, parar as ‘correrias’, fazer suas lavouras, agregar, brasileiro. Venceram deste modo” (Ribeiro, 1997: 66).

²¹³ Venâncio (2007) caracterizou a própria existência de indígenas naquelas matas como um resultado de pressões, exercidas primeiramente na costa, que produzia dinâmicas migratórias para o interior da colônia, sobretudo a partir do eixo compreendido entre as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Como os aimoré habitavam terras que correspondem atualmente ao sul da Bahia, a coerção incidiu primeiramente sobre eles. Machado (2000) também reconheceu aquela perseguição ao grupo pejorativamente identificado como “botocudo”, que teria levado toda uma variedade de subgrupos a ficar “confinada aos vales dos rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus” (2000: 24). Além dos aimoré, Venâncio (2007) assinalou a fuga dos tupinambá/tupi dos conflitos ocorridos no mesmo eixo de colonização. Esses últimos apresentavam características semelhantes aos aimoré, tanto pelo fato de possuírem, em suas tradições, registros de chegada recente ao litoral, como por aquele deslocamento ter seu sentido invertido, de volta ao interior, foragidos das pressões coloniais. Assim como a fuga de “índios dos aldeamentos jesuíticos e de escravos africanos das fazendas açucareiras” (Venâncio, 2007: 93) que, misturados aos tupinambá/tupi, teriam alcançado o sertão baiano e as matas do Jequitinhonha e do Mucuri: “Talvez dessas migrações tenham se originado a primeira ocupação do sertão baiano por grupos multiétnicos, denominados como papudos, que agiram no século XVII no Vale do Jequitinhonha, dizimando ou expulsando grupos indígenas aí estabelecidos” (Venâncio, 2007: 93). Segundo Venâncio, muito frequentemente os conflitos com o colonizador eram sucedidos por conflitos interétnicos, causados pelo deslocamento de grupos para terras em que outras populações já estavam estabelecidas: “No início do século XVII, tais deslocamentos [dos aimoré para o interior da colônia] eram suficientemente intensos a ponto de gerar conflitos com grupos maxakali, que ocupavam o território mineiro” (Venâncio, 2007: 92).

sua colonização. A ainda persistente caracterização pejorativa dos modelos de plantio baseados na coivara e na feitura de roça de tocos, assim como a perspectiva de que ambas teriam sido herdadas por caboclos dos seus ancestrais ameríndios, resultaram igualmente da imposição da agricultura como uma relação social de *trabalho*: essas técnicas agrícolas guardariam aspectos “extrativistas”, que aparecem ou atribuídos à contribuição cultural dos indígenas para a formação identitária nacional ou como resquícios indesejados que desqualificam a agricultura, cujo caráter deveria coincidir com o sentido moral do trabalho e não com aquela *Velha Praga* da preguiça, da indolência e da inadaptabilidade à civilização, denunciadas e criticadas por Monteiro Lobato já em 1914, no jornal *O Estado de São Paulo* (carta enviada para a seção de “queixas e reclamações” do jornal e posteriormente publicada no livro *Urupês*, cf. Lobato, 1961).

A distinção entre relações sociais de produção do capital e prática agrícola, pressuposta por Ribeiro (1997), possivelmente se devia à compreensão que tinha do trabalho como uma categoria social ontológica, que não chegava a aparecer em suas formulações como uma relação historicamente determinada. O capital podia se referir a técnicas, meios de produção, níveis de produtividade, relação com mercados, sobretudo exportadores e acumulação, mas nunca se referia às fazendas, cuja reprodução parecia centrifugada pela vontade de mando. E, muito menos, à reprodução camponesa, que pressupunha o trabalho, certamente, forma de mediação com a natureza voltada para satisfação de necessidades, mas não o capital, relação que desde fora vinha somente dominar o trabalho transformando-o em riqueza expropriada, concentrada e mal distribuída. Capital e trabalho pareciam ser, assim, antagônicos.

Ante a ocupação das matas, a perseguição e o massacre dos índios e sua aculturação baseada no ensino da coivara e da feitura de roças de toco fica, contudo, mais complicado sustentar o caráter ontológico do trabalho. Enquanto na reprodução camponesa ele aparece frequentemente naturalizado na associação entre agricultura, produção de valores de uso e satisfação de necessidades, até ser submetido por alguma forma de dominação, no processo de incorporação dos indígenas, o ensino do trabalho agrícola, que lhes deu condições para sobreviver na nova ordem que se instaurava, configurou o próprio processo da sua sujeição, colonial, civilizatória e – porque não dizer? – capitalista. O horror da perseguição, dos massacres, da fome evidenciam o caráter impositivo que teve aquele processo: mais que dominação ou exploração do trabalho, mera condição de reprodução ontológica, constrangimento ao trabalho como única forma possível de mediação social.

Não apenas a violência movia, entretanto, o processo de sujeição. Na segunda metade do século XIX, em circunstâncias nas quais a colonização não havia adquirido caráter sistemático e a importação de imigrantes não aparecia como alternativa para a substituição do trabalho escravo pelo livre e muito menos como perspectiva de constituição de uma superpopulação relativa – embora o problema enfrentado pela agregação e pela incorporação dos índios fosse da mesma ordem – o ensino da agricultura nas matas do Jequitinhonha e do Mucuri cumpria papel análogo ao da persuasão que mobilizava a liberdade dos colonos da cafeicultura. Os grupos indígenas, frequentemente exterminados, eram convencidos das vantagens de se integrar nas condições de reprodução que os sujeitava, aprendendo a fazer roças, a falar o idioma nacional: se “abrasileirar” foi, talvez a única, possibilidade de sobreviver.

O caráter regional daquele campesinato resultava, portanto, da reprodução de determinadas relações sociais de produção que conformaram as condições de sobrevivência para ex-escravos, negros forros, fugidos, indígenas submetidos e incorporados, pioneiros pobres e outros colonos desclassificados. O processo de territorialização regional a que nos referimos não trata, assim, da formação de um campesinato cuja forma de reprodução, considerada “geral”, ocorria em zonas “específicas”, previamente estabelecidas como objeto de análise: zona velha, Jequitinhonha abaixo, Vale do Jequitinhonha – não eram regiões *onde* o processo discutido ocorria. A expansão da fazenda e da pecuária eram, igualmente, simples expressões objetivadas das relações que se territorializavam. Mesmo os redutos coronelistas que se formavam não eram propriamente regiões. Só estabeleciam o “fechamento” necessário para a reprodução das relações sociais de produção que possibilitavam a mobilização do trabalho. A violência do extermínio indígena, paulatinamente substituída pela civilização necessária à imposição do trabalho, não se extinguiu, contudo, totalmente. Com outro sentido, persistia enquanto momento imprescindível da mobilização, mesmo aparecendo apenas como costume, dependência pessoal, contraprestação de favores entre membros de grupos sociais distintos e complementares – mais do que isso, caracterizava sua particularidade: ainda não era a liberdade e a despossessão que obrigavam o trabalhador, na falta de alternativa, a se entregarem ao trabalho. A fronteira continuava aberta.

2.4. A reprodução camponesa das relações regionais de produção

O processo de reprodução regional do campesinato originado em meio à territorialização da mineração escravista e da pecuária sertaneja, conforme discutimos anteriormente, teve pelo menos dois séculos de história, da ocupação da chamada zona velha do vale do rio Araçuaí às entradas nas matas existentes Jequitinhonha e Mucuri abaixo. Forma de *mobilização do trabalho* assentada na possibilidade de apropriação fundiária submetida à formação de domínios, assegurou o processo de substituição do trabalho escravo pelo livre, assim como a formação e a expansão das fazendas, se reproduzindo mais ou menos até meados do século XX, quando teria se desestruturado, segundo as teses mais importantes sobre o problema, em razão da expansão do desenvolvimento capitalista expresso pela chegada de empresas reflorestadoras que expropriaram terras, aniquilando as condições de sobrevivência ou dos próprios limites daquela economia de subsistência, cujo sistema de reprodução esbarraria na reiterada repartição das heranças (cf. seções 1.2 e 1.3 dessa tese).

Aquelas relações sociais de produção regionalmente constituídas aparecem nas memórias de antigos agregados, posseantes e fazendeiros, que retomaremos de modo a aprofundar o debate acerca da sua forma de reprodução. As narrativas não alcançam a totalidade das relações de trabalho e das condições de apropriação fundiária e domínio oligárquico que se imbricaram, de modo concomitante ou subsequente, da formação do campesinato regional até sua referida desestruturação, mas permitem problematizar, na totalidade concreta das relações experimentadas e recordadas, características daquelas condições de reprodução social. Do ponto de vista da existência histórica bastante delimitada das narrativas, produzidas sobretudo a partir de experiências concernentes ao século XX, possibilitam evidenciar determinados aspectos daquele processo de territorialização do capital, porque visto a partir da sua ruptura e transformação. Consideradas a partir das particularidades evocadas em uma narração, memórias circunscritas, muitas vezes, a uma ou algumas vidas, famílias, fazendas ou povoados, contribuem revelando os aspectos contraditórios daquelas relações em seu processo de personificação e subjetivação²¹⁴.

²¹⁴ Em diálogo com as formulações de Thompson (1981) sobre a ausência da *experiência* na versão estruturalista que pretende, sem chegar a sê-lo, crítica da economia política, podemos precisar nosso entendimento acerca das noções de personificação e de subjetivação, depreendidas a partir da leitura de *O capital*, ainda que, nessa obra, não tenham sido precisamente definidas em nenhuma passagem específica. A ausência de uma definição atuava, naquele caso, ao contrário do que se poderia pensar, como o próprio fundamento do método crítico, que não se pretendia “objetivo”, denunciando, ao contrário, a *objetividade como fantasmagoria* própria do fetichismo da mercadoria e, portanto, não como aquela imanência do desenvolvimento das formas do capital, conforme sustentava o estruturalismo. Ainda assim, podemos ressaltar a importância do conhecido capítulo *A fórmula*

Domingos Pereira dos Santos²¹⁵, morador da comunidade rural de Jabuticaba, localizada no município de Minas Novas, que sofreu conflitos desencadeados pela implantação da Acesita em 1974 (cf. seção 1.5 dessa tese), assinalava a importância que tinham as chapadas naquelas condições sociais de reprodução: *“Toda a vida ocupava essa terra para criar criação. Vaca, cavalo. E as madeiras que havia naquela área. Sicupira, peroba, maria mulata, madeira de lei que fazia portal. Aí vinha o rei do cerrado, que é o pequi, que é árvore natural. Pra nem falar nas frutíferas. Porque frutas de tudo quanto é espécie tinha lá dentro. Era mangaba, goiaba, era pequi, caju. O que era de fruta?! Tinha todas naturais ali. Tudo era comida da gente comer. A gabioba. Então, nessa área que nós*

trinitária que, talvez, justamente por promover uma síntese da forma como aquelas noções operaram no desenvolvimento pretendido, tenha sido alocado nos últimos momentos do livro terceiro, encaminhando assim uma conclusão possível para a obra que Marx não pôde terminar (cf. Marx, 1986: cap. XLVIII). Permitindo a articulação dos diferentes níveis de análise existentes naquela obra, aquelas noções contraporiam, segundo nossa perspectiva, uma compreensão da crítica da economia política reduzida à lógica própria da abstração real, sempre igual a si mesma e, por isso, identitária, no que nos aproximamos da crítica à abordagem althusseriana formulada por Thompson. Para esse autor, Marx teria escapado apenas em parte da “armadilha dos circuitos do capital” (1981: 181), de cujo coração Althusser extraía sua autoridade textual para fazer a teoria retornar à prisão conceitual que tomava modo de produção por formação social e “havia sido imposta a Marx pelo seu antagonista burguês” (1981: 181). O problema seria, para Thompson, passar dos circuitos do capital ao capitalismo: “De um modo de produção altamente conceptualizado e abstrato, dentro do qual o determinismo surge como absoluto, para as determinações históricas como o exercício de pressões, como uma lógica do processo dentro de um processo maior (e por vezes contrabalançador)” (1981: 181). Assim, seus questionamentos seriam dedicados precisamente aos nexos entre estrutura e processo social, ou melhor, à articulação desse último à “anti-estrutura” proposta por Marx. Ou seja, dedicavam-se a confrontar a maneira como, até aquele momento, a crítica da economia política tinha conseguido incorporar a história. Nesse sentido, o conceito de *experiência*, não o mero empirismo, como desqualificava Althusser, permitiria que homens e mulheres retornassem como sujeitos, “não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (1981: 182). Se a formulação apresenta confluência com a abordagem que apresentamos, e o problema da articulação entre forma social e totalidade concreta (Scholz, 2009), agora segundo nossos termos, fica no centro dela, a partir da mesma conseguimos também sugerir diferenças importantes. A começar pela própria perspectiva da existência de uma *experiência humana* (Thompson, 1981: 182) *sans phrase*, que poderia ser criticada do ponto de vista da sua falta de determinidade histórica, afinal as condições para “experimentar” não podem ser resolvidas simplesmente em termos dos conteúdos da experiência, se relacionando forçosamente com a forma social apenas *por meio da qual* qualquer prática pode chegar a se realizar. Crítica que fica mais contundente com a identificação do individualismo metodológico pressuposto à abordagem thompsoniana, na qual aspectos contraditórios do processo histórico apareceriam, segundo suas próprias palavras, como “lógicas do processo dentro de um processo maior”. A chave do problema talvez consista justamente na noção de *determinação* que Thompson confronta – movendo uma tentativa de compreensão das lógicas dentro da lógica, nunca completamente subordinadas, nem subordináveis – sem, contudo, recusar seus termos, pois segue aceitando a existência da dimensão econômica como esfera separada das outras (cultura, política, família, etc.), negando apenas seu caráter absolutamente totalizador. Para nós, uma crítica radical da noção de determinação econômica, que não recuse a existência da totalidade social como se ela fosse mero produto de um totalitarismo teórico, como o faz a teoria pós-moderna (Kurz, 2004a), tem que passar pelo reconhecimento negativo da forma social. Em detrimento da concepção de estrutura e em favor de uma crítica do processo de modernização como generalização de uma *forma de mediação social abstrata*.

²¹⁵ Domingos tem 67 anos. DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

ocupávamos, qual era a atividade dos donos dessas terras? É soltar gado. Tirar madeira pra fazer casa, construir. E viver daquelas frutas. A gente comia o pequi principalmente. Os mais velhos do que eu apanhavam frotas de 20, 30 burros carregados de pequi, tropeiros, né?”.

Sua fala apresentava aspectos do uso das chapadas bastante reiterados nas interpretações sobre as condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha: acessadas de maneira comum, madeiras e fruteiras, entre outras “dádivas da natureza” pareciam pertencer a qualquer um que se dispusesse a usufruir de seus elementos (cf. especialmente Graziano e Graziano Neto, 1983; Moraes Silva, 1988 e 1999 e Moura, 1988). Entretanto, as terras eram apresentadas tendo “donos”, cuja “atividade” desenvolvida consistia em soltar o gado, criar vacas, cavalos, ainda que fossem “ocupadas” por determinado grupo, em que o lavrador se achava incluído. Os recursos existentes nas chapadas não apenas satisfaziam necessidades alimentares e construtivas, mas eram igualmente apropriados no comércio realizado por tropas, que parecia se reproduzir conjugadamente com a coleta camponesa e com a “atividade” dos “donos”. A existência frequente de pequizeiros no cerrado e a possibilidade irrestrita de extração dos frutos nas chapadas não desestimulavam, todavia, sua comercialização, porque essa ocorria sobretudo nas matas: *“Os tropeiros botavam esses burros carregados de pequi e iam lá pra mata trocar em café, trocar em arroz, essas coisas que aqui não dava. Café na mata toda a vida. Íamos buscar café na mata pra tomar, lá de Teófilo Otoni. De Teófilo Otoni, Malacacheta. De Água Boa pra lá. Investindo pra essas matas que nós conhecíamos. [...] Lá não tinha pequi, então eles levavam pra trocar em café, essas coisas assim, pra comprar outras coisas pra ajudar na sobrevivência. E no mais era o gado, animal, tudo”.*

A subsistência, intimamente ligada à apropriação direta da natureza por meio do trabalho, segundo o modelo explicativo da reprodução camponesa, parecia depender igualmente da comercialização. De acordo com algumas poucas abordagens que consideravam a importância das trocas mercantis naquelas condições de sobrevivência, conjuntamente à produção agrícola, criação de animais, caça e coleta de recursos nas chapadas, o comércio funcionava como mecanismo que possibilitava acessar artigos diferentes daqueles produzidos diretamente, proporcionando diversificação da dieta e outras condições de produção (cf. principalmente Graziano e Graziano Neto, 1983; Moraes Silva, 1999 e Amaral, 1988). Era pensado, portanto, do ponto de vista da satisfação das necessidades, viabilizada pelo intercâmbio, como no caso dos pequis e do café: produzidos, respectivamente, na zona velha e nas matas, portanto, separadamente, se tornavam complementares na reprodução daqueles lavradores.

A troca aparecia desencadeada pela existência de trabalhos diferentes, da perspectiva dos valores de uso que resultavam dos mesmos²¹⁶. Embora Marx (1983) considerasse essa uma condição necessária²¹⁷, argumentava que ela não seria todavia suficiente para a ocorrência do intercâmbio de *equivalentes*, uma vez que a equiparabilidade entre as coisas permutadas não poderia se basear justamente em suas características concretas distintas, porque essas são apagadas naquele processo de igualação. Assim, a troca parece pressupor a existência de algum conteúdo, que os produtos manifestam em sua equiparação, mas que é deles distinguível²¹⁸. Essa propriedade consistiria justamente no fato de serem produtos de uma relação social determinada, na qual atividades inteiramente diferentes são redutíveis umas às outras, enquanto trabalho social em geral, por meio da *abstração* das suas características concretas e, inclusive, das suas condições de realização²¹⁹. A concepção de *mercado* implícita naqueles estudos sobre a reprodução camponesa teria que ser, dessa perspectiva, reconceitualizada, como uma relação cuja neutralidade frequentemente presumida em seu caráter de simples permuta, relaciona-se necessariamente com o processo de *abstração real* em constituição (Marx, 1983: 70 e seguintes).

A crítica da neutralidade atribuída amiúde ao mercado impõe, ainda, que a discussão acerca da “ajuda na sobrevivência”, mencionada pelo lavrador, não fique circunscrita ao

²¹⁶ A existência de trabalhos diferentes do ponto de vista dos valores de uso produzidos, no caso discutido, parecia não estar autonomizada de determinadas condições de produção a que Marx chamou de *meios de produção não produzidos* (1986: cap. XLVIII). Considerando a existência dos chamados recursos naturais resultado de um processo efetivamente social, que aqui poderíamos apresentar em termos da moderna cisão sujeito-objeto (Kurz, 2001), Marx buscava apontar, distinguindo os meios de produção *produzidos* dos *não produzidos*, o fato de que a terra, as quedas d'água e a água corrente em geral, além de algumas condições particulares de um terreno que dependem do solo nele existente (isso pelo menos à época em que Marx escreveu), não são transferíveis conforme a vontade dos homens, nem reprodutíveis pelo trabalho. Assim, a “apanha” dos pequis comercializados dependia da existência pretérita de pequizeiros no cerrado e certas características das matas deviam torná-las mais propícias para a produção de café que a zona velha, onde Domingos sugeria não “dar” aquele produto. Assim como, ambos dependiam de determinada forma de territorialização do capital que assegurava a possibilidade de apropriação daqueles meios de produção não produzidos como momento da reprodução das relações de produção regionais que articulavam diversos processos de trabalho.

²¹⁷ Para Marx, a troca pressupõe a contraposição de valores de uso diferentes: “Se aquelas coisas não fossem valores de uso qualitativamente diferentes e, por isso, produtos de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, elas não poderiam, de modo nenhum, confrontar-se como mercadorias. Casaco não se troca por casaco, o mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso” (1983: 50).

²¹⁸ Por isso, Marx destacava que as proporções nas quais a troca acontece, embora pareçam, nunca são arbitrárias: “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma mesma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo. [...] Porém, sendo x de graxa, y de seda, z de ouro o valor de troca de 1 *quarter* de trigo, x de graxa, y de seda, z de ouro etc. têm de ser valores de troca permutáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (Marx, 1983: 46).

²¹⁹ “A igualdade dos trabalhos *toto coelo* diferentes só pode consistir numa abstração da sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio da força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato” (Marx, 1983: 72).

problema do consumo dos valores de uso. Sobretudo porque o mesmo necessariamente teria como seu pressuposto meios de troca (os pequis ou o dinheiro conseguido com a sua venda) que viabilizassem a aquisição daqueles produtos na circulação, cujas relações sociais de produção ficavam ocultas frente àquele processo de abstração. Assim como exige que relacionemos, independente do trabalho ter sido despendido sob o jugo da chamada exploração capitalista ou não, tais relações de produção às condições sociais que possibilitavam sua reprodução, uma vez que não podemos deduzir que aqueles produtores privados, em tese independentes e não relacionados entre si, confrontar-se-iam exclusivamente no mercado, como o faz a noção de *circulação simples* (cf. esse modo de apresentar o problema em Graziano e Graziano Neto, 1983; Moraes Silva, 1988 e Amaral, 1988, ainda que o conceito não seja referido diretamente), naturalizando, nalguma medida, aquele processo social de apagamento²²⁰. Segundo essa perspectiva, ainda que a sociedade pressuponha uma forma de mediação abstrata imposta pela modernização como seu sentido cego, parece possível que, ocasionalmente apenas, bens produzidos como valores de uso se tornassem mercadorias. Justamente porque essa “propriedade” parecia ser adquirida exclusivamente na circulação, como se não resultasse de um processo de socialização na produção também ele capitalista, mesmo se consideradas suas particularidades. Como se trabalho não fosse *trabalho social*, correspondente àquela forma social, cuja gênese se desdobrara do contraditório desenvolvimento capitalista e sua territorialização²²¹.

²²⁰ Numa polêmica em que Kurz critica Michael Heinrich, no livro *Dinheiro sem valor*, precisamente essa questão aparece colocada: “Trata-se apenas da perspectiva invertida dos sujeitos econômicos individuais empíricos. Apenas a estes parece que a produção é levada a cabo por produtores privados independentes e não relacionados entre si, e que a relação só é estabelecida pelo mercado ou pela circulação do dinheiro. ‘Para eles’, é realmente o que se passa, mas não o é ‘em si’. O ilusório conceito de uma circulação independente e de uma correspondente concepção idealista da troca tem origem [...] nesse limitado ponto de vista do sujeito funcional empírico da socialização capitalista. No entanto, é essa última o verdadeiro apriorismo, que não se manifesta na consciência funcional por se construir e se reproduzir ‘por detrás das costas’ dos agentes como o tal ‘sujeito automático’. Não é uma qualquer circulação que constitui a esfera de uma socialização secundária ou de uma relação que apenas se estabelece *a posteriori*, a jusante da produção, mas a produção e o mercado, ou esfera de realização do capital, são ambos e em igual medida meras esferas funcionais ou momentos da metamorfose do capital enquanto um todo social apriorístico” (2014: 155).

²²¹ “No seu entendimento da economia política, Heinrich está afetado por este modo de pensar na medida em que só chega ao conceito dos domínios mutuamente exteriores da produção e da circulação, enquanto o apriorismo transcendental e transversal da relação global degenera num vácuo. Por conseguinte, a produção e a chamada circulação ou mercado já não podem ser reconhecidas como manifestações ou sequências de um todo, sujeitas à qualidade própria pressuposta e definidora do mesmo, mas existem, por assim dizer, de forma independente. [...] Em Heinrich a produção parece ser, por um lado, quase neutra e ontológica, um fabrico concreto e imediato de bens de uso sem qualquer referência social apriorística: ‘(Antes) da troca existem apenas valores de uso’. O conceito de valor de uso seria ‘independente de a coisa ser trocada ou não’. Heinrich esquece-se aqui de que o conceito de um ‘valor de uso’ só faz sentido como contradição interna da forma do valor, não podendo reivindicar nenhum estatuto trans-histórico. [...] A ‘socialização’ parece então ser determinada unicamente por uma esfera da circulação. E só nesta residiria a abstração do valor como função pura do ato de troca, e não como substância da produção” (Kurz, 2014: 154-155).

A mercadoria enquanto forma social “não traz escrito na testa o que ela é, [transformando] muito mais cada produto do trabalho em um hieróglifo social” (Marx, 1983: 72). Por isso, a redução da troca a mero intercâmbio de coisas úteis incorre na naturalização das relações de produção objetivadas em cada produto, como se não participassem de nenhum processo de reprodução social. Concepção que a narrativa de Domingos não permite sustentar, pois, ainda que as trocas na mata ajudassem na sobrevivência, “no mais, era o gado”, cuja produção pressupunha um processo de reprodução social a ser investigado, que não deixava de incluir como possibilidade a extração de recursos nas chapadas, mas impunha uma forma determinada de apropriação das terras: *“Você contava duas, três mil cabeças de reses nessa chapada, porque todo mundo soltava lá. Era dono, mas era em comum. O pessoal ocupava as terras aqui onde eles moravam com lavoura e lá soltavam rebanho. Todo mundo tinha, aí juntava gado de tudo quanto era pessoa que morava naqueles extremantes e soltava o gado pra chapada. [...] O gado não ficava nas águas vertentes. Não precisava e nem tinha lugar pra ele ficar. Porque lá é muito apertado, é pouco, muito morador, muita lavoura. Pequeninha, daqui pra ali, separados os piquetes de lavoura, então o gado só ia lá nas casas pra gente tirar o leite das vacas. Era lá o lugar que criava, porque era lá que tínhamos para criá-los”*.

Ainda que a “atividade” fosse dos “donos” das terras, só se “contava duas, três mil cabeças” porque o gado criado solto nas chapadas era “de tudo quanto era pessoa”. A dominação daquelas terras não impedia a possibilidade da sua utilização “em comum”, todavia, o que determinava a criação das reses nas chapadas parecia ser sobretudo a inviabilidade de realizá-la nas águas vertentes, muito “apertadas” pela divisão em vários moradores. O trabalho feito nas grotas aparecia na narrativa de Domingos inteiramente voltado para a subsistência: *“Porque a gente toda vida trabalha em regime de economia familiar, mas essa época, essa produção agrícola que a gente tem aqui, ela é para sobrevivência. Ela nunca sobra pra você vender e comprar uma roupa, pra comprar um remédio. Nós vendíamos uma vaca, dois bois, três bois. Pra construir uma casa o dinheiro que nós tínhamos era gado que nós vendíamos, criado na chapada. Se nós fossemos vender o milho que nós colhíamos, mais o feijão, o que é que íamos comer? Então o gado já é criado justamente para sobrevivência, pra poder cobrir as outras receitas que a gente precisa”*.

A sobrevivência dos camponeses era apresentada na narrativa em dois planos diferentes: uma parte ficava resolvida em termos do trabalho familiar despendido diretamente na produção agrícola. As outras receitas necessárias referidas pareciam ter que ser mediadas com dinheiro. A construção das casas, que exemplificava a situação mencionada, sugeria,

contudo, uma “confusão” na narrativa, desdobrada pelo processo histórico de transformação das necessidades, bem como das condições para a satisfação das mesmas. Na construção, eram amiúde utilizadas como matérias primas somente madeiras retiradas nas chapadas, além da terra, aproveitada na forma de barro para preencher paredes nas casas de “taipa” ou fabricar tijolos para as de “adobe”, das fibras vegetais a partir das quais se fazia a cobertura das casas ou da “tabatinga”, sedimento mineral de coloração branca, extraído nas proximidades de alguns rios, com que eram “caiadas” paredes. Isso nas antigas casas chamadas de “enchimento” e de “adobro”, conforme a terminologia local, que passaram a conviver progressivamente com casas de alvenaria, telhado e lajota, cada vez mais desejadas pelos moradores das comunidades rurais, cuja construção exige o consumo de matérias primas distintas, produzidas industrialmente, consumíveis estritamente por meio da sua compra, que certamente povoam a percepção atual a partir do qual Domingos descrevia a mediação do dinheiro como um imperativo²²².

Quando se referia ao café a apreensão da questão não passava tanto pela imprescindibilidade da monetarização advinda da produção industrial da satisfação das necessidades: era comprado nas matas, assim como o arroz, por serem produtos “que aqui não davam”. Isso não anulava, contudo, a constância da comercialização na reprodução social. Mas como feijão e milho não podiam ser vendidos por se prestarem diretamente ao consumo familiar, o gado emergia como uma poupança possível que possibilitava a conversão de trabalho em dinheiro, intrincada na trama da dependência social que reificadamente ia se estabelecendo.

A conversão do gado em dinheiro parecia predominar sobre o comércio de mantimentos. Não que não houvesse trocas da produção agrícola, como revelava o movimento dos tropeiros que intercambiavam mercadorias com roceiros e outros comerciantes nas matas, bem como as feiras livres, estabelecidas nos centros urbanos municipais. Para os chamados donos das terras, entretanto, era o gado a atividade

²²² Apontando essa “confusão”, não temos nenhuma intenção de desqualificar a narrativa ou de colocar Domingos em contradição consigo mesmo, mas apenas de assinalar como a construção da memória se faz com referência aos processos sociais vividos no passado, mas também no presente, a partir do qual se formula a experiência necessariamente. Além disso, a ideia de que as casas de alvenaria são cada vez mais desejadas nas comunidades rurais investigadas não pretende se assentar sobre uma divisão moral entre desejo e necessidade, que atribuí à última legitimidade e ao primeiro um caráter consumista, encarado de maneira subjetivista. A modificação das necessidades participa também do processo histórico e tanto faz “se elas se originam do estômago ou da fantasia” (Marx, 1983: 45), interessa explorar as conexões entre sua criação e o desenvolvimento da produção de mercadorias. A própria noção de necessidade não pode ser assim naturalizada, devendo ser tratada como resultado da moderna separação sujeito-objeto (cf., por exemplo, Kurz, 2004a e Scholz, 2010), que possibilita ao sujeito tomar o mundo como objeto da sua realização, enquanto ele próprio é objetivado no processo de reprodução do capital como *sujeito automático*.

determinante. Uma das expressões mais importantes da riqueza, inclusive, conforme assinalava Domingos: *“Deodato era um dos homens mais ricos aqui dos meios, mas não sabia assinar nem o nome. Tinha quatro mil alqueires de terra. É terra demais, moça. Criador de vaca. Maior fazendeiro que tinha por aqui. Cavalo. Ele tinha gado que nem conhecia, solto nessa chapada. Pra você ter uma ideia, meu pai, que era ‘fraco’, precisava dos mais ricos pra ajudar a criar a gente, ele dava a meu pai vaca pra tirar leite pra nós, pequenos, vaca dele criar, parir e sumir no mato sem ele conhecer as vacas. Ele chegou a ter mais de quatro mil cabeças de gado sem conhecer nem a metade”*.

Deodato aparecia prestando favores para os familiares do lavrador, cujo pai era “fraco” e precisava de “ajuda” para conseguir criar os filhos. Sua família não era da comunidade de Jabuticaba. O avô morara num lugar com o nome de Setúbal, na Baixa Quente, onde possuía terras. Contudo, *“houve uma demanda lá que o meu avô perdeu a fazenda dele, que ele também não era muito pobre naquele tempo, não. Mas perdeu a demanda dele e veio pra cá pra esse Capivari e comprou quinze alqueires de terra na mão desse Deodato também. Que é onde nós criamos, eu com a família de meu pai. E ele, por ser amigo do velho, o pai de meu pai, que comprou a terra na mão dele. Ai meus tios, meu pai, ficaram todos dependendo desse velho, porque a terra eles compraram na mão dele. O gado ele quem tinha, as vacas de leite ele quem tinha”*.

A narrativa de Domingos sofria certa inflexão nesse momento: o gado aparecera inicialmente “criado por quem quer que fosse”, enquanto eram as terras que “tinham donos”. Referindo-se à trajetória de sua família, o lavrador destacava, sem embargo, a compra realizada por seu avô de quinze alqueires nas mãos de Deodato. Após terem se tornado amigos, a dependência da família com o “velho” se expressa sobretudo no “empréstimo” dos animais, pois apenas ele quem *“tinha”* o gado, as vacas de leite. A perspectiva de que os “ocupantes” das terras não eram seus “donos” também aparecia discutida sob outro ponto de vista, pois no córrego do Capivari, onde a família havia adquirido as terras por meio da compra, eles eram “fracos” e dependentes dos ricos para sobreviver. E na Baixa Quente, no Setúbal, *“no tempo em que seu avô não era muito pobre”*, acabou perdendo a legitimidade na ocupação do seu domínio *“por causa de uma demanda”*.

Essa inflexão se desdobrava, ainda, numa ambiguidade referente às relações de trabalho. Domingos sugeria primeiramente que sua família trabalhava para Deodato: *“Trabalhava para ele, ajudava ele em tudo que precisava e ele dava essas vacas de graça pra o cara tirar o leite, não cobrava nada também não”*. Quando avaliava a completa inexistência de remuneração, reconsiderava, contudo: *“Não dava salário porque não trabalhava pra ele,*

não. Trabalhava pra gente mesmo. Trabalhava pra ele quando ia consertar... Fazer uma roça pra ele, fazer umas cerquinhas naquelas roças que ele tinha. Ele tinha roça também, mas o gado era solto. Não trabalhava mesmo. É que é assim, diária. Num é que vivia do serviço dele, não. Ia lá, ajudava ele, depois vinha pra sua propriedade trabalhar. [...] É como se diz, eu tô trocando dinheiro mais Deodato. Ele me deu uma vaca pra tomar leite e eu vou lá fazer aquela roça pra ele. [...] Mas era só pra comer o leite. No final, a vaca era dele”.

A definição da existência ou não de relações de trabalho evidencia logo seus problemas quando pautada pela vinculação salarial: desse ponto de vista, o máximo de relação empregatícia que se podia encontrar se referia à prestação de certos serviços remunerados com “diárias”. Na narrativa de Domingos, todavia, isso não parecia definir qualquer subordinação efetiva do trabalho, pois, conforme argumentava, sua família trabalhava na fazenda apenas quando ia, por exemplo, consertar cercas ou plantar um roçado, mas não “viviam do serviço” do fazendeiro: “Trabalhava pra gente mesmo”. A existência de “uma propriedade sua”, adquirida, onde se podia “voltar para trabalhar” assegurava relativa independência da família, que o lavrador descrevia fazendo alusão a uma troca de equivalentes. Estar “trocando dinheiro mais Deodato” indicava que os serviços prestados pela família podiam ser equiparados com a cessão da vaca, sem que isso implicasse a sujeição do trabalho familiar, que continuava sendo despendido em benefício próprio. Se alguma forma de dependência aparecia assinalada por Domingos, acabava empurrada para o campo da “fraqueza”, que impunha “ajuda” dos mais ricos para sobreviver.

Segundo o lavrador, existiam ainda famílias que “*moravam ali dentro, na mesma fazenda*” e que não haviam comprado o acesso à sua porção de terra: “*Nascia, criava e terminava lá*”. Hoje são considerados “*posseiros muito antigos*”, mas eram “*tidos por parentes*” também: “*O Deodato não estava precisando daquilo. Não tinha precisão. Tinha terra aonde por e tirar. [...] Ele pedia ajuda só pruma rocinha, outra hora era remendar parede. Que existia nesse tempo casa de pau-a-pique, como se fala, de enchimento. Manga não formava, não. Era nativa, tudo nativa. Capim é natural. [...] O pessoal acabava trabalhando pra Deodato era mesmo na lavourinha dele. [...] Trabalho com a criação não tinha porque ele entregava, moça. Aquelas pessoas mais pobres que tinham na região, ele dava as vacas pro cara tomar o leite e olhar pra ele. Aí paria, criava, ficava dez, vinte anos lá e juntava muito gado lá*”.

Mesmo em casos semelhantes à relação de agregação, em que não existia a propriedade das terras para assegurar a autonomia camponesa, o dispêndio do trabalho parecia se realizar sobretudo em benefício familiar. As mesmas “ajudas” em reformas, manutenção e

na lavoura destinada ao consumo da casa de sede. Nesse momento do depoimento, entretanto, o vínculo que extrapolava a contraprestação, emendando uma relação de trabalho que reproduzia a fazenda, ficava evidente: além de manter suas estruturas físicas e alimentar a família do fazendeiro, os moradores da fazenda e os seus vizinhos mais “fracos”, que precisavam de “ajuda” para sobreviver, criavam os animais de Deodato, ao recebê-los para “comer o leite” por dez, vinte anos ou mais. Ficavam responsáveis pelas vacas, da sua engorda à procriação, até o momento em que o fazendeiro quisesse negociá-las²²³.

Para Domingos, a “receita” do poder político de quase todos “*aqueles grandes*” vinha do comércio do gado. Naquele tempo, “*só tinha dois proprietários aqui. Daqui até dividir com Cruzinha. [...] Deodato ele englobava tudo que ficou de Capivari, Ribeirão do Meio. Do Capivari para cá, até chegar pro lado de Lagoa Grande. E pra cá era de José Benício. [...] Que era quem nesse tempo mexia com política, era tirado a coronel, era esse Zé Benício que era, morava aqui na cidade e extremava com ele. [...] Esse era major. Era conhecido Major Zé Benício. Era um farmacêutico formado que tinha aqui que tratava do povo da região*”. A figura do proprietário aparecia novamente na narrativa, ainda que o lavrador afirmasse que aquelas terras pertenciam aos índios, “*os índios que eram donos, ninguém sabe onde é que esses fazendeiros adquiriram tudo isso, esse monte de terra. E eu não sei contar*”. Mais do que uma projeção da propriedade formada sobre relações estabelecidas com base em outra forma de domínio fundiário, a apresentação daqueles fazendeiros como donos ou proprietários da terra apontava a existência marcante de relações

²²³ Nesse ponto da narrativa ficam bastante evidentes relações de produção do mais-produto social, cuja forma de manifestação não aparece claramente dividida entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, embora aproximações sejam possíveis e permitam tratar a produção de roças como um dispêndio de trabalho a partir do qual o lavrador reproduziria a si e a sua família, enquanto no trabalho devotado à criação do gado se expressaria o tempo despendido em benefício do fazendeiro. Embora a criação realizada “na larga” não exigisse o plantio de capim, ao contrário do que parecia supor Ribeiro (1997), o cuidado com o rebanho solto demandava trabalho, como o dos vaqueiros, por exemplo, que tinham de ser corajosos, conforme o jargão popular, pois o gado “na larga” tornava-se muitas vezes “bravio”. Outros cuidados envolviam a necessidade de manejar o parto das vacas, os primeiros momentos de engorda dos bezerros, a retirada do leite, etc., assim como o transporte dos animais para pastagens verdes, num ambiente em que a vegetação seca sazonalmente. Não obstante, o leite e seus derivados (queijo, requeijão, manteiga, coalhada, etc.), e até a carne em algumas circunstâncias, uma vez que “*Deodato nem se importava se o sujeito comia uma vaca dele. Ficava tudo perdida aí no mato, as vacas. Na hora de recolher do retiro pra fazer boiada, formar tropa, sempre tinha vaca demais*” –participavam também da reprodução familiar. Isso que pode aparecer somente como um adendo àquela aproximação, constitui, na verdade, o ponto central a partir do qual viemos encarando o problema: trabalho necessário e trabalho excedente não podem ser completamente distinguidos, pois as condições que permitem sua extração não se baseiam apenas no domínio da terra, nem na propriedade dos rebanhos, nem no emprego legitimado da violência e outras formas de dominação pessoal. Falta de aparência de autonomia evidenciada também em outras formas de trabalho não pago em que o mais-produto social se encontrava distribuído, como a manutenção da fazenda ou a cessão de produtos do roçado para alimentar os moradores da casa de sede, momento da extração de excedentes que exigiria inclusive repensar a produção das lavouras somente como trabalho necessário para a reprodução familiar.

de dominação, implícitas nos trechos do depoimento mais diretamente relacionados com vínculos de trabalho, mas bastante explícitos em outros episódios contados: *“Inclusive tem um córrego que se chama córrego do Abacaxi, porque na época trouxeram umas mudas de abacaxi de Teófilo Otoni. [...] Saiu esse nome por conta do abacaxi que eles plantaram. O que aconteceu? Um primo de meu pai passou a trabalhar no correio naquela época. Saiu daqui pra Teófilo Otoni a cavalo e trouxe umas mudinhas de abacaxi, plantou aquelas cinco, dez mudas que ele trouxe. E começou a produzir e doar mudas para os trabalhadores aqui da região. Quando eles descobriram, descobriram o pessoal tendo abacaxi na mão pra chupar, eles apelaram com eles: — ‘Esse povo tá roubando nosso abacaxi. Ai mandou meu parente embora. [...] Tirou meu parente do correio que ele trabalhava, cortou o emprego dele porque ele repartiu a muda de abacaxi com os trabalhadores’”*.

Domingos lembrava a história para dizer que “eles tinham influência no correio”, “mandavam em tudo”, interferindo mesmo na sobrevivência dos lavradores pobres, determinando o que eles podiam ou não ter acesso, sobretudo a partir da relação estabelecida com as fazendas²²⁴. Naquele âmbito se desdobravam possibilidades de autonomia, mas socialmente circunscritas aos limites da reprodução dos domínios. Extravasando aquelas balizas, a independência da reprodução camponesa podia acabar esbarrando nos chamados “desmandos” que, apesar da alcunha, demonstravam bastante coerência com a manutenção dos liames pressupostos no processo de mobilização do trabalho. Mesmo o “*recursinho*” que podia ser adquirido na feira, para “*completar a receita dos pequenos*” podia vir a ser controlado pelos chamados “*grandões*”: tudo aquilo que era vendido “*na feira – andú, feijão*

²²⁴ Aqui interessa lembrarmos que o poder político dos Badaró, mais importante família coronelista que houve em Minas Novas, cuja trajetória discutimos em outra oportunidade (cf. Leite, 2010), nunca passou diretamente pelo domínio fundiário. Corroborando a tese de Canêdo (1994), o poder da família advinha especialmente de laços familiares que permitiram o acesso à determinada elite política. Francisco Badaró, nascido no município de Piranga, chegou a Minas Novas para ocupar o posto de promotor de justiça da comarca em 1883, após ter se formado advogado em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Sua escolha matrimonial dotou-lhe, contudo, de outro reconhecimento. Casado com Sinhazinha Luíza, filha de Zebentinho, o coronel José Bento Nogueira Júnior, e neta de Zebentão, José Bento Nogueira Góes, o primeiro secretário da Câmara de Minas Novas e tenente-coronel da Guarda Nacional, adquiriu um nome marcante e bem reconhecido, sem que estivesse de estar diretamente associado à produção rural. Continuidor daquela política regional – “é possível ter Zebentinho, secretamente, admitido fosse eu o continuador de sua chefia na política regional. Ele nunca me falou abertamente sobre o tema, mas insinuava sempre a necessidade de me lançar como candidato a deputado pelo largo distrito eleitoral que era comandado por Minas Novas” (Badaró, 2008: 85) – Francisco Badaró compôs também o quadro daqueles gestores que mediarão o “aparelhamento” privado de uma ordem pública cada vez mais institucionalizada, entendimento que deve ser construído sem a afirmação de uma crença no que deveria ser tomado como democrático, conforme corrobora igualmente Canêdo: “O dilema arcaico/moderno, compreender/organizar o país escamoteou a insuficiência de reflexões sobre o fenômeno da política no Brasil, em especial o que se refere à institucionalização dos partidos. Uma simplificação do sentido da duração substituiu a problemática das instabilidades e possibilidades, presente no campo institucional, pela importância ilusória conferida às regras instituídas. Quero dizer, existe uma crença prévia no que deve ser considerado democrático” (1994: 92).

de corda, arroz, farinha, rapadura – era daqui”, conforme afirmou Domingos. Quem tinha “engenhos de pau, conseguia fazer um dinheiro cruzado lá. [...] O sujeito ia produzindo a rapadura dele, açúcar mascavo, aqueles que tinham mais força até uma pinguinha. Mas aí, eles mandavam o fiscal lá e amarravam o engenho do cara porque não estava pagando imposto. E esse imposto servia pra que? Não era para o governo, não, naquele tempo. Eu acho que até nos anos 1960, eu acho que o imposto nem saía daqui. Ficava aqui mesmo. Então eles faziam isso com o povo. E esse povo continua votando nesses povos até hoje. São os que estão administrando aí até hoje”.

Embora nesse ponto tanto dominação como extração do mais-produto social aparecessem vinculadas nomeadamente ao comércio, sua forma de manifestação revelava a falta de autonomia entre os diferentes momentos pressupostos na reprodução daquelas relações sociais de produção: a cobrança de “impostos” se assemelhava a uma extorsão, pois o dinheiro parecia não ir para o “governo”. Entretanto, nenhum governo parecia existir independentemente “*daquelas famílias*” que “*mandavam em tudo, tinham influência*”. O caráter daquela autoridade se revelava ainda em imposições travadas diretamente sobre determinadas condições de sobrevivência e não somente na subordinação comercial dos frutos de uma reprodução aparentemente autônoma: os conflitos em torno do plantio do abacaxi revelavam uma interferência direta nas possibilidades de apropriação de meios de vida pelos lavradores: “*Quando descobriram o pessoal tendo abacaxi na mão pra chupar, apelaram*” para a criminalização daquela prática – “*esse povo tá roubando nosso abacaxi*” – como meio da sua proibição.

A subordinação de agregados e posseiros avizinados aos fazendeiros aparece representada diferentemente na narrativa de Marciano Soares²²⁵ sobre a formação da antiga Fazenda Alagadiço, localizada igualmente em Minas Novas (cf. seção 1.6 dessa tese). O lavrador afirmava que na fazenda “*tinha escravos sim. O velho meu pai trabalhava tipo um escravo lá. Ele tinha que dar conta do serviço e a única coisa que a gente recebia era isso aí, eram as porcentagens de ¼ de um bezerro: quando nasciam quatro bezerros, ganhava um. Sim, dinheiro mesmo não, essas coisas assim*”. Para o lavrador, a ausência de uma remuneração não evidenciava a inexistência de vínculos relativamente permanentes de trabalho “para os outros”, sugerida na argumentação de Domingos. Ao contrário, uma relação bastante clara aparecia colocada, pois o pai de Marciano trabalhava e “*tinha que dar conta do serviço*”, porém, como não recebia uma remuneração monetária, ocupava uma posição que,

²²⁵ Marciano tem 71 anos. MARCIANO SOARES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

do ponto de vista das possibilidades atuais de inserção nas relações de trabalho, poderia ser assemelhada a de um escravo.

O regime de “quarteação” que remunerava o vaqueiro, contudo, como vimos anteriormente, prestava-se justamente a conservar os trabalhadores livres atrelados às fazendas em razão de suas expectativas de ganho. Além disso, no tempo em que Zé de Tiolino, o pai de Marciano, trabalhava com a criação no domínio estabelecido por Hermenegildo Pimenta, não era mais a escravidão que pautava a inserção dos homens livres nas fazendas²²⁶. Naquelas circunstâncias, aquele regime de pagamento permanecera possivelmente como um recurso que permitia diferenciar a atividade dos vaqueiros do conjunto dos agregados, posseiros e parceiros, do “*povo da fazenda*”, como os nomeava Marciano, dada a sua importância na pecuária, sem necessariamente recorrer a relações salariais.

Apesar dessa diferença na caracterização, a articulação entre o processo de mobilização do trabalho e determinada forma de apropriação fundiária, conjugando a territorialização daquelas relações regionais de produção, era igualmente reiterada na narrativa do lavrador. O vaqueiro não era remunerado, mas, da “quarteação” do gado que recompensava seus serviços, resultava um rebanho que podia ser criado conjuntamente à produção da fazenda: “*Criava tudo junto lá, porque não tinha como separar não, nesse cerradão. As criações ficavam soltas nesse mato aí*”. A existência de capim nativo nas chapadas, que não exigia plantio de “mangas” – “*não, ninguém tratava de campo, não*” – permitia inclusive a criação de porcos “na larga”: “*Nós criávamos muito gado por aqui e também criava porco que andava por tudo quanto é canto aí, sabe, até achar dava trabalho*”.

Diferentemente do histórico de ocupação das terras na comunidade rural de Jabuticaba, a fazenda estabelecida por Hermenegildo Pimenta foi sendo dividida pela comercialização das suas terras com Zé da Silva, Zé de Tiolino e Honorato Costa, conforme vimos anteriormente. O fazendeiro aceitava como pagamento tanto mantimentos como animais de criação, pois possuía tropas de comercialização, além de outras terras, onde podia engordar o gado obtido, antes de revendê-lo. Depois de estarem livres das dívidas com Tima, pagas muito lentamente, os lavradores teriam passado a “*trabalhar para si próprios*”: “*Olha, uai, a gente fazia assim, porque a gente colhe alguma coisa e sobra. Você vende, que nem o feijão, nós tiramos o que, a gente tem noção do que a gente gasta, da despesa. E o resto a*

²²⁶ No ano de 2012, quando realizamos essa entrevista com Marciano Soares, seu pai havia completado 96 anos: “*Meu pai é nascido nessa região, ele está com 96 anos, fez 96 anos, ele é uma pessoa que nasceu aqui na região, na região aqui mesmo*”.

gente vende e assim por diante. A gente vendia... Hora que a gente faz farinha, vende uai, hora que a gente... Lá vocês conhecem por saco, mas aqui a gente fala alqueire, aí a gente vendia um alqueire de farinha, a gente sempre criava galinha, você vende um ovo, você vende um frango e é assim, a gente vai assim, né? É que nem um bezerro, quando você desmama o bezerro, você pega e vende é assim”.

Essa condição de reprodução mais independente aparecia bem definida no depoimento de Marciano, sobretudo por oposição aos casos em que os lavradores “*não podiam mexer só em suas coisas. Fazia agregado. Fulano é agregado, ele é obrigado a trabalhar para mim*”. Segundo sua explicação, essa situação se estabelecia quando os lavradores que não tinham suas próprias terras pediam morada nalguma fazenda: “*Porque sempre tinha essas pessoas que dava ao cara pra morar ali, mas o cara tinha que ficar trabalhando só pra ele. Era tipo de um escravo, né? Sim. E ele não tinha direito de nada, só tinha direito naquilo que ele trabalhasse no dia. Aí, uai, o povo trabalhava, [mas] ganhava um montinho de cana, pra poder tomar café, viver das ‘medidinhas’ das coisas*”. O próprio pai de Marciano já tinha sido agregado, antes de haver conseguido comprar sua parcela de terra: “*Era agregado, sim. Depois é que esse homem [Tima] foi uma pessoa que gostava muito dele. Deu uma oportunidade e disse: — ‘Eu tenho essa terra aí, você vai me pagando e não precisa ser em dinheiro, você vai produzindo aí e eu recebo coisa, milho, porco, até ovo de galinha da sua mão, pra você pagar até...’.* Aí pai comprou e foi metendo o cepo, trabalhando mais minha mãe, sim”. O lavrador dava inclusive o exemplo de um conhecido, chamado Adriano, que trabalhava conjuntamente com a esposa, Antônia, para uma “*velha que ficava colhendo muito café e arrumando ‘medidinhas’ das coisas. Arrumava uma medida de café para o camarada e falava assim: — ‘Vem pra mim na semana que entrar’.* E arrumava uma rapadura, meia rapadura para eles na semana que entrava: — ‘Arruma um pedaço de toicinho pra mim? [...] Ela mandava, eles criavam o porco, ela matava o porco, mandava matar um capado lá pra tratar desses camaradas. [...] Assim, porque lá fervia de gente. O pessoal ia trabalhar e ficava lá, porque tinha gente que morava longe e não ia embora todo dia. Ficava lá dormindo em cima de uma esteira, uma esteira feita dessa tal de banana. [...] Uns tinham cobertas e outros acendiam fogo e tinha uns barracões de folha de palmeira assim, eles faziam fogo e dormiam lá, faziam assim”.

Na narrativa do lavrador apareciam tanto agregados como camaradas recebendo igualmente as “medidinhas” de mantimentos em troca do trabalho que realizavam nas fazendas. Guardadas as diferenças entre a possibilidade de ter ou não acesso à terra, dentro ou fora dos domínios, sendo mais ou menos “fracos”, de modo a “necessitar da ajuda dos mais

‘fortes’ pra sobreviver e criar os filhos”, o que Marciano parecia buscar destacar era sobretudo a maior dependência daqueles lavradores que não “conseguiram progredir”, porque trabalhavam costumeiramente para os outros, quase sempre em troca dos meios de reprodução, tão somente. A autonomia reivindicada ligava-se, contudo, necessariamente ao mercado. A acumulação podia ser feita para si e para sua família, podendo inclusive viabilizar estratégias de reprodução diferentes daquelas que teriam permitido a sobrevivência dos mesmos, mas a mediação se impunha não tematizada: comercializar sua própria produção garantia condições que evitavam a obrigação de trabalharem nas fazendas, mas não podia mantê-los *independentes* do mercado, nem da própria posição social de lavradores, que cada vez mais passariam a ocupar naquela divisão do trabalho em formação, bastante marcada pela autonomização entre cidade e campo. Ana Beota²²⁷, também lavradora, casada com Marciano e participante da entrevista que realizamos em sua casa, destacava a importância da comercialização da produção agrícola, sobretudo como meio que os permitiu acessar dinheiro auxiliando-os na escolarização dos filhos: *“Tinha duas [filhas que estudavam]. Tinha vez que a outra chegava, todas as duas: — ‘Oh mãe, a gente tem que comprar isso, tem que comprar aquilo e o nosso dinheiro não dá’. O Marciano dava a Cida, que era a mais velha e eu dava a França, que era a mais nova, né? Vendíamos algumas coisas e comprava forro de cama, comprava isso, comprava aquilo. Ai eu dava pra elas e depois eu ia juntar meu dinheirinho, vendia galinha, vendia um ovo, fazia goma. Vendia... Que fala, polvilho, né? Tinha muita farinha, tinha um motor lá em cima que fazia farinha”*. Ao que Marciano completava: *“Esse Bolsa Família foi depois que entrou o Lula [...], mas, inclusive, eu não conheço isso, não. Porque quando nós estávamos criando nossos meninos não tinha isso e nós se virávamos. Minha menina estudou, ficava trabalhando no fórum de empregada e estudando, mas tinha vez que ela chegava aqui precisando de dinheiro”*.

Sem nos fazer recuar com relação ao reconhecimento da participação do dinheiro e da mediação do mercado na reprodução daquelas relações regionais de produção, as relações de trabalho existentes antes da venda da Fazenda Alagadiço para Oswaldo e o grupo de italianos (cf. seção 1.6 dessa tese) evidenciavam, entretanto, diferentes alternativas para a realização de trocas frente a uma escassez relativa de meio circulante: *“Naquele tempo a gente usava aquelas marombas. A gente fala maromba, nos outros lugares fala mutirão, né? Então a gente trabalhava desse jeito, porque dinheiro era o trem mais difícil que tinha. Agora, eu novo, nessa ocasião, a gente ia assim, um ajudando o outro. Começava assim, era marcado*

²²⁷ Ana Beota tem 73 anos. ANA BEOTA. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

assim, esse negócio de serviço de roça, você marcava tal dia na casa de fulano, tal dia na casa de sicrano. Não precisava nem de você falar: — ‘Fulano marcou pra dia quinze’. Todo mundo já sabia, dia quinze era capinar a roça de Antônio, aí todo mundo chegava ali. E capinava. Dia dezesseis é no Mané. Mas não era pra modo de receber dinheiro. Aquela coisa, né? [...] Tinha que por bastante coisa no fogo, porque juntava gente mesmo. Porque capinava tudo e era aquele negócio de estar olhando o sol, porque naquele tempo não tinha relógio pra você estar olhando que hora, que nada. [...] E se tivesse, assim, serviço, gastávamos dois ou três dias. E falava: — ‘Gente, vamos acabar isso aqui, pra amanhã a gente ir pra fulano pra não largar a roça do outro aqui. E nego trabalhava mesmo, viu? Naquele tempo nego trabalhava’.

O caráter comunitário das marombas e mutirões, sempre destacado em estudos dedicados às condições de reprodução camponesa (cf. Graziano e Graziano Neto, 1983; Moraes Silva, 1988 e Amaral, 1988), ficava igualmente evidenciado na narrativa do lavrador, tanto no trabalho, realizado coletivamente, como na alimentação fornecida, que devia atender toda aquela gente “que juntava”. O esforço e a dedicação, também assinalados por Marciano, revelariam ainda a reciprocidade implicada na cooperação: trabalhar bastante na roça de um devia garantir a qualidade do trabalho dos outros quando fosse executado na sua própria roça. Mas também evidenciavam a temporalidade própria da atividade desenvolvida, uma vez que demorar demasiado na execução de uma capina podia impedir ou atrapalhar a feitura de outras, em um tempo adequado para que todos pudessem semear seus roçados. Como exemplificado pela inexistência de relógio, a marcação do tempo não estava inteiramente ausente, sendo encarnada, no entanto, em outras formas de medir e equiparar o trabalho organizado naquelas atividades que dificilmente poderiam ser realizadas apenas por membros de uma família. A dificuldade em acessar dinheiro, apontada pelo lavrador, poderia indicar, naquele caso, o recurso ao mutirão como maneira de viabilizar uma conjunção de trabalhadores na execução de algumas tarefas, em condições nas quais a contratação de camaradas era inviável.

Marciano distinguia, todavia, uma melhora nas condições de reprodução dos lavradores na sua comunidade, que não esteve ligada necessariamente à autonomia reivindicada para descrever a circunstância em que os lavradores podiam trabalhar unicamente em benefício próprio: *“O povo não corria dinheiro e depois que entraram essas fazendas de café isso melhorou muito para o povo, porque tinha gente que passava fome aí, viu? Aqui tinha umas fazendas por aí afora que o povo... Sabe como é que o povo vivia aqui? Eles tiravam era palmito, esse palmito, eles cortavam e levavam lá para Capelinha para*

vender, uai. [...] Nós fazíamos isso também. Nós fazíamos. Tinha uma família aqui em cima, que eram os Tita Saludo, que cansavam de ir à Capelinha com uma carguinha de palmito para vender e para poder comprar as coisinhas lá e hoje [...] tenho até preguiça de mexer com aquilo, viu? Porque é difícil tirar demais”.

A melhora aparecia sobretudo relacionada com uma mudança concreta nas condições de trabalho, que teriam se modificado nas fazendas cafeicultoras, estabelecidas a partir da década de 1970 em comunidades rurais dos municípios de Minas Novas e Capelinha, justamente porque a remuneração havia deixado de consistir naquelas “medidinhas”, pagas pelos antigos fazendeiros. A extrema penúria que, em alguns casos, podia se confundir mesmo com a fome, enfrentada com recurso ao “trabalho para os outros”, principalmente por lavradores que não tinham suficiente acesso à terra para suprir a sobrevivência familiar, parecia não estar tão distante das condições de reprodução do próprio Marciano, que também vendera palmito na cidade de Capelinha, bem como o faziam as famílias que não tinham outro meio para obter o sustento. Olhada a partir do presente, com as condições de vida bastante modificadas, a atividade lhe parece demasiadamente exaustiva, a ponto de o lavrador afirmar não querer mais “mexer com aquilo”.

O modo como aparecem representadas vontade e necessidade, reiteradamente contornado pela experiência atual, somente a partir da qual se torna possível refazer memórias, narrando o passado, marcavam ainda a caracterização que Marciano fazia “do pessoal de antigamente”: “O pessoal fazia lavoura, mas tem muita gente aí que passava fome. Não sei por que. Esse povo, às vezes, era muito ‘descaprichoso’. Tinha gente que não tinha nem uma coisa plantada no quintal, olha, uai. O povo tomava café dentro de um... O café sai em tudo quanto é canto, ué. [...] Depois de uns anos pra cá que desenvolveu esse negócio de plantar café, plantar muda de laranja, plantar bananeira, não sei por que, que coisa, não?”. Apesar de dizer não saber interpretar o problema, na continuidade do depoimento, a insistência na questão da dependência para com os fazendeiros que exigiam continuamente o trabalho dos agregados e camaradas, que recebiam em troca apenas “medidinhas”, era sugerida como uma resposta àqueles “porquês”, apresentando as condições sociais de existência do “descapricho” na produção das próprias lavouras.

A dominação exercida “por aquelas famílias mais ‘fortes’ da região” aparecia igualmente na narrativa do lavrador sobre a política local e os recursos utilizados nas disputas entre os candidatos para conquistar o eleitorado: “Esses Pimenta atacavam aqui numa comunidade que agora é município, é o município de Angelândia, que de primeiro era Capelinha. Lá eu vi... Tinha um moleque dos Pimenta e tinha um tal de Mané ‘Réio’. Esse

Mané 'Réio' era da Capelinha e ele era vereador. Aí eles vinham, porque os Pimenta eram 'fortes' em Capelinha, aí esse Mané 'Réio' vinha e ficava lá na boca das estradas, escrevendo os nomes. Porque naquele tempo não eram as urnas eletrônicas, tinha que escrever lá, fazer coisa. Aí esse Mané 'Réio' sabia da onde o povo estava vindo da zona rural [...]. Então ele ia escrevendo com uma caneta, ia escrevendo os nomes na mão, para modo de a pessoa, indo lá, saber que nome que era pra por. Um dia esse moleque pulou nesse Mané 'Réio', quebrou a caneta e jogou na cara dele, viu? Sim. [...] Mas o povo votava, porque esse Mané 'Réio' fazia e acontecia a uma pessoa, punha no carro, levava. Ele conseguia cesta básica para aquele povo, porque o povo era muito pobre e o povo votava nele por causa disso”.

E mesmo nos casos em que a distinção das posições sociais não era necessariamente marcada pelo controle sobre os votos, pelo domínio da terra ou do trabalho dos lavradores, o dinheiro, “*trem mais difícil que tinha*” no arranjo da sobrevivência dos lavradores “mais fracos”, aparecia já como um importante fator de diferenciação: “*O homem mais 'forte' que tinha aí, ele chamava Adriano Rodrigo e tinha uma tropa. Ele ia nas fazendas. Ele saía daqui até Araçuaí para vender coisas, ele ia com os burros carregados e voltava com os burros carregados, então o que não tinha em Araçuaí ele levava daqui. E o que não tinha aqui ele trazia de lá, nos burros. Ele levava café para aqueles lados de lá, porque não tinha café, levava coco, levava paina, porque lá se mexia com sela, ele tirava paina aí e levava paina. Porque nesse tempo tinha paineira aí, por modo de que naquele lugar [em Araçuaí] tinha muita indústria, esse negócio de fazer sela e precisa de paina pra por no suador da sela, né? Então você já sabia que lá era assim. Ele levava língua, guardava capado [porco] e levava capado para lá. Sim. E trazia pra aqui, ele trazia coberta, que lá eles eram um lugar de tecer coberta, ele trazia pano de algodão, que hoje a gente quase não vê isso mais, porque o povo usava muita roupa de algodão nessa ocasião. Ele trazia sela, trazia farinha, como estava em falta farinha aqui, ele trazia farinha de mandioca, de milho, porque lá eles produziam muito para aquele lado de lá. Então você viu que ficava assim... Naquele tempo que usava duzentos contos, que falava 'conto', quem tinha duzentos contos no bolso aqui era esse homem, só que a camisa dele era de algodão, a calça era tingida de preto, sim, e as bolsas dele enrolava num lenço grandão assim ó. Eu num me esqueço disso. Era o homem que se a senhora chegasse assim: — 'Duzentos contos?'. Porque duzentos contos eram um dinheirão e tanto e ele tinha”.*

A posse do dinheiro diferenciava o tropeiro que ainda não tinha sua condição evidenciada pelas vestimentas que portava: mais do que roupas simples, feitas do tecido

rústico que hoje conhecemos como “panos de saco”, tingidas de preto com a coloração obtida a partir do “coração” da bananeira, eram equivalentes às utilizadas por qualquer lavrador pobre. A diferença não se estabelecia, portanto, necessariamente por meio do consumo de meios de vida distintos, podendo a reprodução, mesmo de fazendeiros, conforme muitas narrativas escutadas, passar pelas mesmas farinha, rapadura e aguardente, provavelmente com maior acesso à carne, sobretudo fresca, à posse de animais, que forneciam, além da carne e do leite, o único meio de transporte existente, possuindo habitações em melhor estado e acesso a outros bens, como mobiliários, sem falar das marcadas condições de convivência, em que possuíam um “nome”, reconhecido principalmente a partir do “conhecimento travado com as pessoas importantes”, que divulgava aquela determinada forma de riqueza em circunstâncias nas quais a monetarização era quase uma exceção, nas quais a desigualdade não se baseava simplesmente na quantidade de dinheiro possuída, mas no fato de alguns possuírem dinheiro quando praticamente ninguém mais o tinha.

Justamente esse aspecto do caráter do dinheiro vai se transformando com a generalização da sua mediação na reprodução social. Seu papel na possibilidade de escolarização dos filhos já apareceu diferenciado da mera interposição das mercadorias oferecidas em troca dos bens que não eram produzidos diretamente. Além do acesso à educação, a monetarização como uma constante vai marcando, como veremos, a autonomização de outras dimensões da sobrevivência, como permitem entrever os comentários de Marciano que apontam mudanças nas condições de vida anteriormente apresentadas: *“De primeiro você chegava lá na cidade e passava lá no açougue e você não tinha dinheiro para comprar um pedaço de carne. E hoje, graças a Deus, a gente pode comprar. Tem hora que estraga coisa aqui, que a gente... Que o congelador que tem ali tá cheio, que a gente matou um porco e fica aí. Tem hora que a gente dá até pra os outros coisa aqui, né? Dá roupa... De primeira a gente nem podia vestir direito, graças a Deus tenho roupa que aí que eu, que eu nem compro. É que a gente tem uns parentes fora. Tem uns parentes que moram lá em Dourados, que quando eles vêm eles trazem um ‘tantão’ de coisa assim, tem coisa ali que eu nunca vesti. De primeira, minha mulher tinha que remendar uma roupa, remendar minha roupa e lavar pra eu poder vestir a outra. Quando eu tinha só uma roupinha para eu sair, hoje eu chego lá no guarda roupa e fico caçando qual camisa eu vou sair. Graças a Deus, então hoje eu não sou rico, mas, graças a Deus, se eu ficar devendo mil reais eu dou o meu jeito e a gente paga e naquele tempo, Nossa Senhora, viu. [...] Eu nunca tive aquela ‘danura’ de querer ser rico, sabe? Pra que isso, eu canso de falar para o pessoal lá: — ‘Você tem que ter uma vida digna, porque você não pode pagar’. Que você tem que ter*

um dinheirinho ali para a hora que você precisar de um remédio, pra ir num doutor especial, porque hoje já tem esses tratamentos do SUS, né?”.

Simeão Rodrigues²²⁸, lavrador, morador da comunidade de Santiago de Baixo e o mais velho dos netos vivos de Honorato Costa (cf. seção 1.6 dessa tese) também retomou questões acerca das condições de reprodução camponesa e das relações de trabalho travadas nas fazendas locais. Segundo sua narrativa, havia duas fazendas nas proximidades daquelas comunidades, a Fazenda Cabeceira e a Fazenda Alagadiço: *“Os mais velhos contavam que aqui tinha uma fazendona, que era do Hermenegildo. [...] Uma casona de assoalho”*, dizia o lavrador, referindo-se à casa de sede, *“via-se muita gente morando por lá. Porque de ali gerou todos nós. [...] Terra de antigamente não tinha dono, não”*. Simeão insistia ainda na mesma referência de Marciano, afirmando que o velho Hermenegildo *“era dono de escravos. [...] De família rica, coisa de escravo. [...] Tinha condições, coisa que ninguém sabia, corria dinheiro”*.

As principais atividades do fazendeiro foram descritas assim: *“Ele trazia tropa, boiada, eram as coisas que ele mexia. Com criação, mexia com criação. As tropas ele trazia de lá, vinha para Chapada do Norte, andavam pelo sertão todo, ia pra lá e pra cá, eles trançavam esses transportes todos. Trazia de um canto, levava pra o outro, um lugar que tivesse mais preço, eles transportavam pra esses lugares melhor. Vinha tropeiro, vinha cargueiro. O Alagadiço era o lugar de pouso deles, de lá e de cá, ficava transando nesses meios. Engordava a criação na fazenda e depois transportava para outro canto”*. No depoimento, a fazenda aparecia articulando produção e comercialização. Hermenegildo mesmo parecia concorrer como tropeiro, além da fazenda servir de pouso para outros revendedores, que se abasteciam com seus produtos, e trocavam gado, de maneira a possibilitar a engorda dos animais: bezerros por vacas ou boi gordo ou vice-versa, dependendo das zonas que seriam abastecidas²²⁹. Além disso, Simeão indicava que o comércio realizado por tropeiros não apenas se aproveitava da variação nos produtos

²²⁸ Simeão tem 71 anos. SIMEÃO RODRIGUES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

²²⁹ Comentamos isso porque, apesar do depoimento de Simeão apontar a engorda de gado na Fazenda Alagadiço, tornando plausível a hipótese de que Hermenegildo Pimenta comprasse bezerros para depois revender os bois em ponto de corte ou mantivesse touros e vacas para recria e produção leiteira, existiam tropeiros que buscavam bezerros na zona velha e os levava para engorda em fazendas do município de Araçuaí ou localizadas Jequitinhonha abaixo.

existentes em cada localidade, como também da diferença de preços, buscando, assim, realizar lucro comercial: comprar barato para vender caro²³⁰.

A existência de agregados em domínios de Hermenegildo também foi comentada pelo lavrador: “*Depois o povo foi ficando. Juntava uma família num canto, outra noutra. Agregados. Agregado de fulano, agregado de sicrano, aí começou a criar posse. Ele [Hermenegildo] falava que vendia, mas, assim, às vezes, não tirava o seu gado dali e não fazia nada*”. Sem aprofundar o problema, o lavrador distinguia a possibilidade que “*aquele qualquer tantinho, que um dava para o outro*” não era o centro daquelas transações entendidas como venda, uma vez que os acordos não necessariamente alteravam as condições de reprodução dos rebanhos criados pelos fazendeiros, conforme vimos no exemplo fornecido por Domingos acerca dos domínios de Deodato.

Sustentava, todavia, que algumas das comunidades existentes atualmente haviam sido formadas a partir da compra de terras nas mãos de Hermenegildo. Segundo Simeão, as terras de Santiago, assim como as de São Pedro do Alagadiço, haviam sido igualmente compradas por seu avô Honorato Costa, apesar da contenda travada com relação ao domínio efetivo daquela posse: “*Essa parte aqui do Santiago ficou num rolo que tinha com um povo do velho Antônio de Almeida. Ele dizia que tinha comprado essa parte, teimavam com meu avô. Depois meu avô comprou na mão do velho Tima, mas quando ele chegou arrumaram uma briga. [...] O velho Antônio de Almeida queria que meu avô descesse mais pra baixo. Terra de antigamente, sabe como eles faziam extrema? Era um pau, um pontal, uma palmeira e águas vertentes. Não tinha medição. [...] Depois chamou quem vendeu e disse: — ‘A extrema é em tal lugar’. Então acabou com a briga. Porque ele disse a palavra de verdade. Aí acabou*”. Novamente a venda aparecia questionada como forma efetiva de apropriação fundiária, além de ser retomado seu apontamento anterior de que “terra de antigamente não tinha dono, não”. Tratando das terras em que foi assentada a comunidade de Santiago, Simeão assinalava conflitos advindos mesmo numa situação de apropriação disparada pela compra: a mesma terra parecia ter sido comercializada com compradores distintos (Antônio de Almeida e Honorato Costa). O lavrador afirmava, de qualquer modo, que o prosseguimento do conflito devia-se ao fato de não haver como precisar exatamente qual o limite entre as terras apropriadas por um e por outro. Na falta de medição tinha que haver um árbitro, cuja legitimidade era conferida justamente por ter sido o mesmo o vendedor das terras – conhecedor preciso, portanto, dos exatos limites de cada domínio. Simeão indicava,

²³⁰ “*Prima facie*, o lucro comercial puro e independente parece impossível enquanto produtos forem vendidos por seus valores. Comprar barato para vender caro é a lei do comércio” (Marx, 1988: 235).

entretanto, que a validade da decisão se assentava na “palavra de verdade” dita pelo fazendeiro, o que poderia distinguir, para além da probidade de caráter supostamente pessoal, uma posição social a partir da qual a justiça podia ser estabelecida.

Simeão também destacou as dificuldades que teve o avô para pagar as terras adquiridas: *“Meu avô, eles contam que foi sofrido. Vendeu o que ele tinha lá e foi pagando, pagando, até que pagou. Era difícil demais, era pouco dinheiro e como é que arrumava dinheiro? A pessoa mal fazia para comer... Ele pagou as prestações, foi vendendo criação. Vendeu gado, vaca, vendeu tudo para poder pagar a partinha que ele comprou”*. O pagamento a prazo e a venda de quase tudo o que possuía para conseguir o dinheiro necessário para liquidar as terras aparecem também em seu depoimento, embora o lavrador não tenha especificado se o comprador da criação, do gado e das vacas era o próprio Tima. Mais manifesto aparecia, todavia, o papel do comércio de animais na obtenção de recursos monetários, uma vez que seria difícil fazer dinheiro vendendo a produção da lavoura: *“A pessoa mal fazia para comer”*, quanto mais para vender. Se a fazenda de gado podia ser considerada uma forma potencial da existência do capital, adequada àquelas relações regionais de produção, o rebanho acabava funcionando como poupança, que podia ou não ser “capitalizada”, a depender das possibilidades de apropriação fundiária. Na trajetória de Honorato, teria sido consumida para aquisição de uma parcela familiar.

O lavrador explicitava ainda que Tima nunca havia retirado completamente seu gado das terras vendidas: *“[A família Pimenta] desistiu tudo. Eles venderam e saíram. Não ficou nenhum, não. Mas eles vinham, punha criação porque já sabia dos locais nos tempos de pasto. Eles punham fogo nessa chapada, criava criação na bruta pra lá, no meio do carrasco, do angico. Não tinha ‘manga’, não tinha nada, hora que brotava. Punha criação, tirava. O pasto acabava, ia lá para os lados de Setubinha. Depois que eles venderam, eles ainda ficaram acompanhando. O velho Tiolino era quem olhava. [...] Ele ganhava por causa disso: — ‘Nós vamos por criação, você olha a criação, eu te dou isso, te dou aquilo’. Zé Tiolino era que sempre fazia a correção dessa criação. Depois que eles venderam ele ficou assistindo. O velho Tima até pouco tempo mexia com essa criação. Depois foi apertando, depois que Zé da Silva vendeu para os paulistas, virou esse cambalacho aí”*. O depoimento proporcionava episódio análogo ao narrado por Domingos: a compra permitia acessar uma parcela familiar nas grotas e criar gado, no caso dos lavradores que possuíam criação, solto na chapada, misturado ao rebanho do fazendeiro, que não era retirado por ocasião da comercialização da terra. De um ponto de vista, o comprador de um terreno ficava em situação semelhante à de um agregado. Seu acesso à terra passava pela forma como o fazendeiro impunha seu domínio,

sobretudo com relação às chapadas e carrascos aproveitados para criação. Com referência às parcelas, a parceria exigida em alguns produtos ganhava outra forma, do pagamento que podia até ser feito em animais e mantimentos, ainda que sua efetivação em dinheiro revelasse o processo de autonomização implícito no desdobramento comercial daquela relação, cujo caráter de dependência não era, sem embargo, integralmente suprimido. Vide a chamada “ajuda”, requisitada pelos mais “fracos” para sustentarem as famílias, assim como a fidelidade política de que dependiam os mais “fortes” para se reproduzirem em posições sociais diferenciadas.

Na terra, a produção de lavouras era apresentada por Simeão como um trabalho despendido pelo avô Honorato “só para ele mesmo”: *“Ele plantava era milho, feijão, mexia com lavoura só de seu sustento mesmo. Plantava de tudo. Eu acompanhava meu avô. Eu era molequinho igual a esses que estão aí. Ele tinha a esposa dele era lá no Paredão. Aí eles arrumavam o cargueiro aqui, punha capoeira em cima da carga e ia vender lá na Caxeta. Vendia batata, feijão. Vendia essas coisas pra ir buscar o sal. Chegava lá e comprava um saco de sal. Um saco de sal eram três quartas. Aí o que fazia? Um burro não aguentava trazer, tinha que partir em dois burros para trazer um saco de sal, para poder passar as águas. O sal e as outras coisas. Eles plantavam para comer. [...] Fazia uma rocinha aqui, tinha umas lavourinhas lá no Paredão, pra cima de Setubinha, tinha uma partinha de terra lá que era da mulher dele. Ele era daqui de Quaresma. [...] Comprava aquele salão grosso, outras coisas de que precisava. Colocava o dinheiro pra negociar gado”*. Mesmo que a produção fosse destinada para a alimentação, voltada “só para o sustento mesmo”, a mediação do mercado emergia como necessária, que fosse para a obtenção do sal e “das outras coisas que precisavam”. A ideia de uma agricultura estritamente dedicada à subsistência, sustentada em algumas perspectivas acerca da reprodução camponesa que apresentamos, teria, assim, seu sentido questionado, de maneira comparável à crítica que dirigimos para a noção de *atividade subsidiária*, sustentada por Prado Jr. (1979): os roçados eram produzidos buscando prover a sobrevivência familiar, o que não significa que tivessem que consegui-los *diretamente*. A ideia de subsistência poderia ser empregada para discutir o problema, desde que o vender para comprar estivesse pressuposto na argumentação. E não apenas porque, ao menos o sal certamente não era obtido como produto do trabalho familiar, mas também porque os recursos obtidos com o comércio podiam permitir compra de gado, assim como a formação de poupança, ou seja, até mesmo alguma acumulação.

Com o reestabelecimento da Fazenda Alagadiço (cf. seção 1.6 dessa tese), as condições de reprodução naquelas comunidades se transformariam muito, sobretudo por

grande parte dos lavradores ter passado a trabalhar como assalariado, tendo inclusive carteira assinada. Simeão, que na época já morava em Santiago de Baixo, bem como Marciano, do Quilombo e seu irmão, Vitor Costa, de São Pedro do Alagadiço, entre diversos outros, se tornaram, todos, empregados da fazenda: *“Os japoneses eram quem plantava e a gente que colhia. [...] E no dia de colher, colhíamos quiabo, pimentão, jiló, tomate, esse tanto de coisa de verdura. [...] Eles tinham criação de gado, tinha coqueira, tirava leite, fazia queijo, requeijão, um tanto de coisa, plantava arroz, feijão. Aí eles vendiam nesses comércios vizinhos, agora coisa de horta vendiam mais era pra fora, pro CEASA, vendiam pra tudo quanto é canto. [...] Carteira assinada e tudo. Assinada! Eu tive nove anos de carteira assinada! Tinha máquina, eles plantavam arroz naquela chapada, vinha máquina, aquelas máquinas importadas. Eles mesmos deixavam as máquinas colhendo”*.

Apresentando as modificações em suas condições de vida, o lavrador apontava, dentre as diferentes proibições impostas pela gerência da fazenda, aquela que causou mudanças mais drásticas na apropriação dos meios de trabalho e reprodução: *“Eles não deixarem mexer na área, não. Eram eles que queriam construir. Nós não podíamos construir nada, não. Cada um não podia fazer sua própria lavoura. Não! Não podia, não. Isso aqui, ó. Para eu poder adquirir esse ‘quintalinho’ aqui... Porque toda vida eu gosto de ter um ‘quintalinho’, umas plantinhas. Eu vinha, fazia a cerca, quando a fazenda tava movimentando, eles vinham e desmanchavam. Aí foi indo, eu fui esparramando, eles foram largando, até que me deixou. Eles não deixavam, porque se eu tivesse trabalhando para mim, eu podia ou ganhar a terra ou não produzir nada para eles. Era obrigado a trabalhar pra eles. Trabalhava tudo, os mais velhos todos eram empregados da fazenda”*.

O reestabelecimento de Alagadiço aparecia no depoimento de Simeão como a própria modificação dos mecanismos de reprodução da fazenda: a permissão do acesso à terra para o plantio de roças era negada pela gerência como maneira de coibir que os lavradores trabalhassem para si próprios, mobilizando-os para as atividades do empreendimento. A afirmação de que “eram eles que queriam construir” e de que mais ninguém “podia construir nada, não” se relacionava ainda com aquela possibilidade de acumular, de criar o seu próprio rebanho, que ficava igualmente bloqueada. Seguramente as condições não eram mais idênticas às vividas por seu avô, Honorato. Ao menos com relação às possibilidades de apropriação fundiária: em duas gerações, o patrimônio adquirido das mãos de Tima tinha sido bastante repartido pela herança, mudança que muito possivelmente influenciou a decisão dos lavradores que tinham escolha, cujas terras não haviam sido vendidas para Oswaldo Montenegro, de passarem a trabalhar como empregados em Alagadiço. Inclusive as condições

para a criação “na larga”, do gado solto nas chapadas haviam sofrido mudanças: terras muito planas, foram aproveitadas com a mecanização da colheita do arroz.

Na trajetória de Simeão, todavia, a afirmação se relacionava também com as dificuldades que o lavrador teve para “adquirir seu quintalinho”. Honorato Costa fora o único a não vender suas terras para Oswaldo, preservando o patrimônio onde foi se estabelecendo a comunidade São Pedro do Alagadiço. Simeão morava, entretanto, em Santiago de Baixo. O mais velho da segunda geração subsequente à Honorato, havia posseado em terras que foram objeto de disputa entre Antônio de Almeida e seu avô, aliviando as condições em que se reproduzia com a sua família, diante da intensa fragmentação fundiária ocorrida na comunidade em que nasceu. Com a chegada dos italianos, contudo, Oswaldo afirmava que as terras ocupadas por Simeão haviam sido vendidas e que o lavrador devia por isso trabalhar necessariamente para a fazenda, abandonando seus próprios roçados. Mesmo trabalhando “fichado” por nove anos no Alagadiço, o lavrador “[terminou] saindo aqui como posseiro”, pois a fazenda “foi comprando de todos, mas comprava sem passar os documentos”, condição instituída após o encerramento das atividades da fazenda, inclusive pelos herdeiros daqueles lavradores que haviam vendido suas terras, como vimos anteriormente.

Tanto as relações sociais de produção que reproduziam as fazendas como as condições de reprodução camponesa apareceram de modo diferenciado na narrativa de Antônio Gomes²³¹, lavrador, morador da comunidade rural Córrego da Barriguda, localizada na Chapada do Lagoão em Araçuaí, que atua no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Araçuaí e como um dos coordenadores da APA Chapada do Lagoão. Comentando sua trajetória na infância, o lavrador assinalava as dificuldades enfrentadas ao lado de sua mãe, por terem sido, diversas vezes, obrigados a deixar as fazendas em que viviam, para procurar agrego em outros domínios: “A gente plantava na meia, né? Cultivava a terra, plantava ali, partindo na meia, o que quer dizer, assim, na metade, né? O que a gente colhia era partido na metade para o dono da terra e a metade para a gente. Quando não era partido na meia, a gente tinha que ‘empastar’ o terreno para o proprietário, deixar a pastagem, né? Aí a gente foi criado dessa forma. Aí, quando meu pai foi embora, que ele era diarista... O que é diarista? Ele trabalhava a dia de serviço para os outros. Hoje para uma pessoa, amanhã para outra e assim preenchia os cinco dias de serviço de uma semana. Naquela semana que ele trabalhava a gente tinha comida em casa, era só mesmo a quantia de manter aquele período, aqueles dias. Na outra semana, se ele não achasse serviço, a gente

²³¹ Antônio tem 65 anos. ANTÔNIO GOMES I E ANTÔNIO GOMES II. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

ficava com fome. [...] Eu, criança, trabalhava. O que eu podia fazer ajudando ela eu fazia. Mas ele não trabalhava no plantio, trabalhava dia de serviço para os outros, né? Era ela quem trabalhava. Ela era muito esforçada, mas, no final, rendia pouco. Eu também, criança. Todo dia eu estava junto ali com ela, mas não tinha como. [...] Era eu e minha mãe. Eu e minha mãe plantávamos o capim, empastávamos. [...] Ai vira e mexe nós morávamos em uma fazenda, aí o dono... Ficava aí um ano, dois... O dono da propriedade chegava ali e dizia: — ‘Desocupa a minha casa’. Ai a gente procurava outro fazendeiro ver se arrumava uma casa pra gente mudar. Porque, no caso, o serviço da mulher, não estou menosprezando as mulheres, certo? Mas o serviço braçal era pesado. A mulher para ir pra foice, cortar de machado, carpir, enxada. A gente abria... Como é que fala? As covas de enxadão, pra poder plantar a semente e germinar; que o serviço da mulher pra nós, na lavoura, era plantar. O homem vai abrindo as covas, aqueles buracos e elas vão pondo a semente, cobrindo de terra, né? Isso meu pai não fazia. Ela mesma tinha que fazer, então o serviço rendia pouco”.

As diferenças mencionadas entre o depoimento de Antônio e as narrativas de Domingos, Marciano e Simeão certamente se relacionam com o fato de o lavrador ter contado sua trajetória a partir das relações vividas ao lado de sua mãe. Aqueles três lavradores de Minas Novas haviam dado bastante destaque para histórias de seus avôs, remontando as relações experimentadas pelos mesmos à luz de uma comparação com vivências deles próprios. Diferenciavam-se, um pouco, as temporalidades daquelas trajetórias, tendo influenciado, ainda, definitivamente, a problemática de gênero, no modo como aquelas experiências foram vividas e na forma como foram representadas pelo lavrador. Atenhamo-nos, por enquanto, em outro ponto daquela narrativa: o pedido de morada, quase sempre ligado ao cumprimento de algum tipo de “prestação” para com o fazendeiro, aparecia relacionado com a necessidade de produzir lavouras a meia e/ou “empastar” o terreno para o fazendeiro. Ou seja, plantar o capim após a colheita do roçado, formando, como se diz localmente, aquela pastagem. Distinguindo-se da criação realizada predominantemente “na larga” em Minas Novas, ou seja, com o gado solto, aproveitando o capim nativo existente nas chapadas, a exigência de que os agregados formassem pastos revelava a necessidade do plantio de “mangas” naquele contexto de produção pecuária, cujas diferenças eram possivelmente inspiradas pela variação das condições de reprodução das fazendas na chamada zona velha e naqueles domínios resultantes do processo de ocupação das matas, que alcançou bastante precocemente Araçuaí.

Consideradas as diferenças concretas observadas na extração do mais-produto social, todas as suas formas de manifestação evidenciavam aquela *falta de aparência de autonomia*

entre trabalho necessário e trabalho excedente anteriormente apontada. O pagamento de uma espécie de renda em produtos (Marx, 1986: 253 e seguintes), mais autonomizada que a prestação de trabalhos para a manutenção da fazenda ou a criação de animais que ficavam “emprestados”, de “favor”, para “ajudar” na reprodução da família que, assim, “ajudava” na reprodução do rebanho, não invalidava a *fusão* (Oliveira, 1987) existente na forma como se articulavam as referidas condições de mobilização do trabalho²³². Em todos os casos apontados, o mecanismo de extração do mais-produto apropriado na reprodução das fazendas se baseava na articulação entre domínio da terra, propriedade dos rebanhos e legitimidade no exercício da dominação pessoal, sempre que necessário, violenta.

O mais-produto, desse modo, não correspondia à *moderna renda fundiária*, incorporação do sobrelucro definida pela propriedade da terra²³³, sem por isso estar estabelecido sobre qualquer tipo de poder com fundamento não-capitalista. Não foi das entranhas da crise do feudalismo, como vimos, que o capitalismo se desenvolveu na América Portuguesa. O sistema colonial territorializou relações cuja finalidade, determinada imediatamente pela acumulação absolutista-mercantilista, também se autonomizara em direção a um sentido tautológico imposto pela mediação da forma-mercadoria. Todos os expedientes que organizaram as formas de acumulação tanto compatíveis como possíveis nas condições estudadas – dos excedentes apropriados na circulação ao emprego da violência para impor e garantir domínios – não se assentavam exclusivamente no controle da terra como fundamento da mobilização do trabalho. O domínio fundiário, como ressaltou Faoro, operava como “garantia permanente do investimento agrícola” (2001: 152): capital e terra não se encontravam autonomizados, constituindo essa última meio por excelência de objetivação do capital.

O caráter do controle fundiário existente se afastava igualmente das relações feudais por configurar algo como uma *dominação de classe*: não se tratava simplesmente de uma

²³² Ainda que a ideia de fusão seja imprecisa para definir aquela forma de acumulação, à qual falta a consolidada aparência de autonomia entre as mediações que permitem mobilizar trabalho, justamente por projetar uma realidade já formada sobre seu processo de constituição, naturalizando-a, ao invés de tomar criticamente seu sentido teleológico.

²³³ A gênese da metamorfose do sobrelucro em renda fundiária, Marx (1986: cap. XLVII) atribuiu à acumulação primitiva, separação que liberou terra e capital como propriedades autonomizadas e, portanto, fontes de rendimento aparentemente díspares. O autor argumentava que, na Idade Média, a ‘indústria’ não podia ser entendida como atividade independente da ‘agricultura’ e que a separação de ambas apenas foi definida pela transformação das mesmas em setores da produção de mercadorias. Antes disso, o capital não executava “a função de forçar todo o mais-trabalho e, em primeira mão, de apropriar-se ele mesmo de toda a mais-valia”, por não ter “submetido a seu controle o trabalho social” ou o havê-lo feito apenas “esporadicamente” (Marx, 1986: 246). Assim, na sociedade feudal, o papel desempenhado pelo controle da terra não permite “sequer falar da renda no sentido moderno, da renda como excedente sobre o lucro médio” (Marx, 1986: 246).

forma de dominação direta, pois, apesar de carregadas de poder pessoal, tais relações eram mediadas por coisas. No entanto, conforme ressaltou Toledo, discutindo o processo de constituição de relações regionais de produção, aquela forma de dominação não se encerrava na relação de classe, submetendo “os próprios dominadores regionais” (2008: 200), o que pode ser entendido no âmbito imediato da sujeição dos mesmos ao comércio internacional, mas igualmente no que tange à mediação abstrata inescapável por meio da qual se reproduziam.

Localizado em Araçuaí, Antônio descreveu assim o lugar em que nasceu: “*Os Verdes, chamava-se assim. Um lugar lá na mata que se chamava os Verdes*”. Numa direção diferente da mata em que os tropeiros iam trocar café, segundo lembranças de Domingos, os Verdes ficavam depois da barra do rio Araçuaí, Jequitinhonha abaixo. Já naquele momento, Antônio morava, “*assim, de favor. A gente não tinha nossa casa própria, a gente morava de favor. Como se fosse... Hoje é alugado, mas nesse tempo não chamava alugado. Nós morávamos em fazenda. Pai, mãe, mais duas irmãs minhas*”. Após a família ter deixado de morar com o pai, suas duas irmãs, que eram mais velhas, “*sairam para trabalhar em casa de família*”, enquanto o lavrador, com a sua mãe, se mudavam para “*um lugar que tinha um nome por Lagoa da Lapa*”, onde passariam a trabalhar “*na fazenda de um padrinho meu [de Antônio], que era o Serafim Franco*”. Segundo seu depoimento, “*o pessoal lá dos Franco falava pra mim assim: — ‘Moço, larga a sua mãe, vai pra casa que você vai morrer de fome aí mais sua mãe’. Aí eu dizia pra eles: — ‘Aonde minha mãe morrer de fome eu vou morrer junto com ela. Porque naquele tempo a gente não tinha Bolsa Família, não tinha Bolsa Escola, não tinha nada, né? E ela, como meu pai nos abandonou, ficou sendo o homem e a mulher e não tinha uma profissão, trabalhava mesmo na lavoura. Mas eu pequeno, com idade de sete anos, ela mulher, pra pegar na foice, pra roçar, né? Pra poder preparar a terra para o plantio, ela não tinha condições. Então, pra complementar, ela fiava algodão, né? Pra poder pagar o sustento. Qual era o sustento nosso naquela época? Era abóbora. Comprava abóbora e a gente comia com sal, não tinha gordura, não tinha farinha, não tinha nem nada. A gente comia com sal. Então a gente foi vivendo assim. Aí tinha um fazendeiro lá que se chamava Valdemar Gonçalves, esse fazendeiro foi, abaixo de Deus, que salvou a situação da gente. Porque ele... Minha mãe chamava Maria Gomes da Cruz. Ele falava: — ‘Oh, Maria, cê vai lá em casa e você vai limpar arroz, que era pilar arroz no pilão e você leva Antônio com você’. Aí ela ia, né? Limpava o arroz pra ele, pilava, soprava e ele dava pra gente o almoço, dava a janta. Quando ia pra casa ele dava um litro de leite, um pedaço de requeijão. Tem um trem que é chamado soro manso, que é tirado do leite, usado pra engordar porco, ele dava pra*

gente levar. Um pouquinho de açúcar, um pouquinho de café. Pagava o dia e ainda dava as coisas ainda. No dia que a minha mãe não ia lá, que a gente ficava com vergonha de todo dia estar ali pedindo um litro de leite, ele pegava e colocava esse leite num alforje, colocava na garupa do cavalo e ia lá em casa levar: — ‘Maria, vim trazer o leite porque você não foi buscar’. E ela falava: — ‘Oh Valdemar, porque eu estou com vergonha de todo dia estar perturbando. E ele dizia: — ‘Não. Enquanto eu tiver vaca, o leite pode estar na vasilha de coalhar, mas eu tiro pra você’”.

Diversas relações de trabalho garantindo, às vezes bastante precariamente, as condições de sobrevivência de Antônio e seus familiares aparecem mescladas em sua narrativa. Moradores de “favor” até a sua maturidade, Antônio e sua mãe Maria trabalhavam plantando lavouras a meia e/ou formando pastos, dependendo do tipo de atividade que era desenvolvido em cada fazenda: “*Tanto se fazia pasto como trabalhava na meia. É que muitas vezes as pessoas, ele, o proprietário, ele é criador de animais. Aí quer mais o pasto, a pastagem pra manter suas criações. Já tinha proprietário que não... Que não mexia com gado, mas com criatório de galinha, de porco. Esses já gostavam da meia pra poder pegar o milho pra tratar da engorda*”. Mesmo no período em que ainda viviam conjuntamente com o seu pai, trabalhavam sozinhos naquelas atividades, porque esse último já era diarista: “*Ele era uma pessoa assim, que não tinha essa vocação de plantar, colher, ele não tinha. O caso dele era diarista mesmo. Era a tradição que ele tinha, né? [...] Mas a renda da diária só dava conta dos dias que ele trabalhava. O diarista, vamos supor... Nessa época eu nem sei como chamava o dinheiro... Vamos supor que fosse como hoje, o real, né? Vamos supor que um dia de serviço hoje são trinta reais. Lá pra nós é trinta reais o dia de serviço. Aí ele trabalhava o dia para ganhar aqueles trinta reais. Na semana que ele trabalhava, ele tinha aquele dinheiro, dava pra comprar coisa pra trazer a sustentabilidade da família daquela semana, mas se ele ficasse uma semana parado, naquela semana não teria o que comer em casa porque não achou serviço, ficou parado, se não tinha reserva em casa*”.

A periodicidade na obtenção de trabalho, descrita inicialmente, se revelava, assim, hipotética: os cinco dias da semana podiam ser preenchidos com tarefas numa mesma ou em diferentes fazendas ou o pai podia “não achar serviço”. Contratação e pagamento na diária não asseguravam a manutenção da família no longo prazo o que resultava em situações de penúria, sempre que não havia “reserva”. Sobreviviam “improvisando” uma alimentação que se baseava também em animais e plantas nativas, extraídas para compensar as necessidades: “*Qual era a alimentação da gente naquela época? Era milho, socava o milho, punha de molho, socava no pilão. Daquele milho a gente fazia o ‘arroz’ e a farinha. O feijão como era,*

assim, coisa muito difícil da gente arrumar, mas arrumava um pouquinho de feijão, colocava para cozinhar e colocava olho de mutamba junto, que é uma planta que tem lá, nativa, a gente pegava e cortava para poder colocar no meio do feijão para o feijão render, engrossar um pouco. Ele é tipo um quiabo, né? Aquela baba igual quiabo pra poder engrossar o feijão. Que que a gente comia nessa época? Era olho de mutamba, rabo de soim [animais semelhantes aos saguis], uma tal de malva do vaqueiro, folha de batata, imbigo de banana”. O pai de Antônio trabalhava em uma condição semelhante a do assalariamento, mas, recebendo um pagamento cuja sobrevivência proporcionada praticamente não alcançava mais que o próprio dia remunerado, sem contar a instabilidade na oferta de emprego nos dias subsequentes àqueles efetivamente trabalhados, torna-se difícil argumentar que a reprodução da sua família havia se autonomizado tanto das práticas “extrativas” como do recebimento de donativos, articulados àquele sistema de favorecimento e contraprestação que reproduziam as próprias fazendas.

Na trajetória vivida pela mãe depois da sua separação, essa questão aparecia claramente. Com dificuldades para manter lavouras capazes de causar interesse nos fazendeiros em tê-los agregados, foram morar na fazenda de um padrinho de Antônio, passando sua mãe a trabalhar, também ela, como uma espécie de diarista. Limpava arroz, fiava algodão, entre outras atividades, a depender dos “convites”, que podiam ser inconstantes. De permanente mesmo apenas a “ajuda” do fazendeiro que lhes oferecia “presentes” como complementos para aquela reprodução, cuja dimensão completamente deteriorada ficava assim elucidada. A opção do pai em persistir na sua vocação/tradição de diarista, assim, seguramente dependia da existência da família, cuja esposa obtinha algumas reservas, fosse produzindo alguma lavoura, mesmo que mínima, fosse estabelecendo relações que os possibilitava recorrer aos mais “fortes”.

Diárias, agregos, moradia ou parceria conviviam no esforço de sobreviver, em condições aparentemente dificultadas pelo fato de a mãe não ter profissão, “trabalhando mesmo na lavoura”. Não obstante, as restrições impostas para o acesso da família de Antônio à terra revelavam que a “vocação” de seu pai para diarista não o escusava da necessidade de trabalhar na lavoura: *“Diária, ele só plantava para os outros. Pois é. E aí ele ia lá para a casa do proprietário e trabalhava um dia, talvez, cultivando a terra ou plantando ou colhendo, mas não era pra ele que ele plantava, só recebia seu dinheiro no final”.* Assim como mostravam que a mãe, apesar de lavradora, por não garantir a sobrevivência familiar trabalhando a meia, tinha que assumir a profissão de fiandeira, complementando o sustento “pagando” aquilo que ela não conseguia obter produzindo diretamente.

Segundo a narrativa de Antônio, somente depois de ter atingido certa idade, a produção alcançada por ele e sua mãe os permitia levar alguns artigos para as feiras, garantindo, assim, sua sobrevivência a partir do roçado: *“Olha, naquela época, a gente... Depois que eu fui crescendo, fui chegando numa idade e comecei a desenvolver mais no serviço. Quando eu estava lá pra idade de 14 ou 15 anos, aí já sobrava uma coisinha para trazer na feira, mas antes disso era pro consumo de casa mesmo, porque a metade ficava agarrada. Fazia a meia também com o meu padrinho Serafim. [...] Trazia milho, feijão, mandioca. E aí, pra gente trazer pra feira naquela época... Hoje tem um transporte, um carro, um ônibus e naquela época não tinha transporte. A gente trazia no lombo de burro, quando tinha, trazia nas costas, trazia pra cidade, vendia, comprava outras coisa e levava, nas costas de novo, pra roça”*.

Mas o próprio Antônio também teve que trabalhar na diária, conhecendo, entretanto, uma forma modificada daquela relação: *“Eu trabalhei muito para os outros, assim... Eu comprava as coisas, quando eu comecei a trabalhar mesmo, eu trabalhava para a pessoa e já comprava, por exemplo, uma alimentação. A farinha, o feijão, o arroz e pagava a troco de dia de serviço. Como eu não tinha o dinheiro para pagar, aí eu ia com a minha enxada, minha foice e trabalhava para eles para pagar aquele mantimento que eu comprei na mão deles. [...] Comprava dos fazendeiros, lá na roça mesmo. [...] Ficava devendo a diária para eles, devendo a diária, aí eu ia lá, por exemplo, fazer a feira. Comprava o feijão, a farinha, o arroz, a gordura, comprava deles. Aí trazia para casa para minha mãe me alimentar e aí eu ia trabalhar pra eles, fazer o valor do dia de serviço, o valor das coisas, trabalhando até pagar. [...] Era assim, a semana: de seis dias de segunda à sábado, quatro dias eu trabalhava pra pagar a alimentação e dois dias eu cuidava da minha lavoura. E desses dois dias de lavoura, metade ficava na meia. [...] Quando não tinha outro recurso de fazer a feira, era assim, dividia a semana, o dia para pagar o que ele pegou e outro para cuidar da lavoura dele, quando tinha”*.

A inexistência de uma aparência de autonomia naquela relação de trabalho que se assemelhava ao assalariamento ficava mais marcante na narrativa do lavrador sobre sua própria trajetória. A possibilidade de encontrar no mercado a subsistência com recursos obtidos na realização de diárias era antecipada pela necessidade de pagar dívidas estabelecidas na aquisição dos alimentos, única alternativa de sobrevivência *“quando não tinha outra saída”*. O dinheiro, momento que abstrai todas as relações, impondo definitivamente o processo de autonomização, nem sequer entrava naquele circuito, evidenciando na diária, muito além do recebimento daquilo que nem chegava a ser

propriamente um salário, a manutenção de uma relação de dependência, não obstante mediada por coisas, reificada²³⁴.

No sétimo dia que restava daquela semana descrita por Antônio Gomes, a possibilidade de descanso, apresentada sem embargo envolta em uma confusão entre trabalho e não-trabalho, bastante alegórica da maneira como a narrativa do passado vai sendo permeada por um ponto de vista instituído necessariamente a partir do presente, envolvido, nesse caso, no processo em que a reprodução foi se tornando cada vez mais *dependente* da venda do seu trabalho, da comercialização de produtos nas feiras, do dinheiro e das coisas compradas, fazendo com que o trabalho despendido “para si próprio” pudesse aparecer como descanso²³⁵: “*A gente descansava um pouco, ia para o mato, passeava, ia buscar... Até eu ia com o estilingue, na época florestal não perturbava muito, depois espingarda, matar passarinho, coisas assim. Pra descansar a gente ia pro mato. Também tinha outra coisa naquela época... A gente... A minha mãe fazia sabão. Como é que era o sabão daquela época, que eles faziam? Naquela época não tinha potássio, não tinha soda. Eles faziam a ‘decoada’. O que era isso? A gente fazia um negócio com nome de banguê, fazia de cipó, ia para o mato, cortava o sabugueiro, que era a árvore preferida para eles fazerem a decoada, né? Que servia no lugar do potássio. A gente cortava, fazia fogueira do sabugueiro, aí pegava a cinza do sabugueiro e fazia aquele negócio de cipó, que chamava, na época, banguê. [...] Aí fazia, colocava a cinza, molhava a cinza, ‘carcava’ bem ela e colocava numa árvore, numa forquilha ali pra poder estar pingando. Aquela água que a gente ia molhando, que passava pela cinza e pingava numa vasilha, a gente chamava de tiquara. Muitas vezes eu ia no domingo mais minha mãe para o mato fazer essa cinza para tirar tiquara pra fazer sabão. Era aquele bolo de sabão preto”.*

O domingo representado como descanso, a ida para o mato igualmente assim representada, continham atividades que participavam da reprodução familiar, apenas parcialmente obtida com o trabalho nas “diárias” ou com a apropriação da produção das

²³⁴ Nesse sentido é que a chamada dependência pessoal que, como vimos, implicava o recurso a formas de dominação fundadas na violência, também pressupunha certo “poder difuso” da mercadoria de comandar trabalho alheio. A busca pelo caráter voluntário daquela troca provavelmente não encontraria a liberdade do sujeito moderno plenamente estabelecida, mas poderia ajudar a perceber a violência naturalizada no estabelecimento do mercado como mediação geral entre produtores cada vez mais especializados, que dependem uns das *coisas* produzidas pelos outros para se reproduzirem. Nas palavras de Marx, “a divisão social do trabalho torna tão unilateral seu trabalho quanto multilateral suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto [passa a servir-lhe] apenas como valor de troca” (Marx, 1983: 95).

²³⁵ Novamente ressaltamos aqui o fato de não termos a intenção, de modo algum, de desqualificar o depoimento, nem colocar o lavrador em contradição consigo mesmo. Apontamos, ao contrário, como a dita “confusão” entre as diferentes temporalidades dos diversos processos discutidos caracteriza sobretudo as circunstâncias atuais de reprodução social a partir das quais significamos as memórias.

lavouras, restringida pela obrigação da meia. E, nesse sentido, eram, socialmente, *trabalho*, integrando em determinadas relações de produção as condições de reprodução dos camponeses e das fazendas. O acesso à terra, por sua vez, restrito, em algumas circunstâncias, pela “prestação” da parceria ou da formação de pastos, conforme o depoimento de Antônio, parecia mais acessível naqueles matos que, assim como as chapadas, aparentavam ser de uso comum, evidenciando, no interior dos domínios, determinada dinâmica de ocupação condicionada pela renda da terra e pela inserção da produção no mercado. O que se podia e não se podia ter acesso, sem estar forçado a aquinhoar a produção com o fazendeiro, passava, desse modo, por qual terra era aproveitada em sua produção. Formulação que obriga a considerar, por um lado, que uma *terra* nunca é sempre a mesma, narrando, os lavradores, frequentemente, como utilizavam as chapadas, como e para que se formava, com fogo, uma capoeira, como certas coisas só podiam ser obtidas nas matas. Enquanto, por outro, sugere que, além dessa diferenciação qualitativa, as terras também se diferenciavam “quantitativamente” na medida em que se prestavam em maior ou em menor escala às “atividades principais desenvolvidas pelos donos das terras”. A exigência de mais-produto regulando o acesso, bem como o volume de sua extração variava, portanto, segundo a terra empregada na produção: era diferente nas matas, nas chapadas, a depender se nelas havia ou não criação de gado, nas terras das grotas, propícias para o plantio de roças de mantimentos²³⁶.

²³⁶ Nesse caso não podemos tratar da renda da terra em sua acepção moderna, como um pagamento de transferência da classe capitalista àquela dos proprietários fundiários pelas propriedades originais e indestrutíveis do solo (Smith, 1986), somente mediante o qual esses últimos disponibilizariam seu monopólio para ser incorporado ao processo de produção social da riqueza (Marx, 1986: cap. XXXVII). Nem, tampouco, tratá-la como uma soma de dinheiro correspondente ao diferencial de produtividade que um trabalho produz se empregado em uma terra com características – de fertilidade ou de localização – que possibilitam uma elevação da lucratividade do capital aplicado às melhores terras acima da taxa média de lucro, formando com isso um sobrelucro pago ao proprietário pela quebra provisória do seu monopólio (Marx, 1986: cap. XXXVII). Diferentemente, quando acessamos a noção de renda da terra nos referimos ao processo de subordinação dos lavradores por meio da cobrança de meias ou terças, que materializava, em relações simbolicamente representadas como “favorecimentos”, o reconhecimento implícito que se tinha “patrão” e que foi este que liberou o acesso à terra – o que pode ser pensado como uma espécie de renda em produto. Assim como nos referimos sobretudo à existência, à qualidade e ao volume das restrições que cerceiam o acesso dos lavradores a cada terra, que podem sinalizar a completa inexistência de renda em alguns casos, não necessariamente por aquela estar enquadrada entre as piores terras, mas somente pelo fato de ali não se produzir nada que intermedie a intrincada reprodução das fazendas, das famílias da casa de sede e dos lavradores; como também sua existência, porém sempre relativa ao modo como cada produto integrava a reprodução daquelas relações de produção de maneira mais ou menos autonomizada. Nesse sentido, foram sempre bastante frequentes as menções à exigência de meia nas lavouras de milho, cujo produto se prestava à engorda de animais posteriormente comercializados ou consumidos para prover a subsistência do “povo da casa de sede”, enquanto outras lavouras passavam incólumes àquelas cobranças. A possibilidade de a fazenda concentrar em seu interior a reprodução conjunta de ambos esses momentos da produção regional era que guardava, finalmente, o sentido da noção de renda acessada: enquanto a expansão da fazenda permitia a manutenção da produção pecuária e da produção direta dos meios de vida sem que ambos tivessem que “concorrer” pelas terras dentro de determinadas fronteiras,

Invertendo a apresentação daquelas condições de vida como pobreza, o lavrador narrou, ainda, formas de produção de uma série de outros meios de vida, não apenas cujos meios de produção podiam ser acessados, não diretamente, porque a partir de determinadas relações de mediação, mas também cujo *saber-fazer* (Bourdieu, 1992) ainda não havia sido totalmente autonomizado como técnica objetivada na produção industrial²³⁷: *“Pegava no mato pinhão pra fazer sabão, aqui em Araçuaí a gente pegava sebo, quando matava rês, pegava aquele sebo, também para estar cozinhando. Botava um pedaço de couro dentro do sabão quando estava dando o ponto, um pedaço de mandacaru, para poder dar aquela liga, embolar o sabão pra ele não ficar muito solto. [...] Fazia óleo de mamona pra alumiar com candeeiro. Fazia banco, que naquele tempo a gente não conhecia o que era cadeira, não. Era banco. Aquela tábua com as pernas. Colocava aqui as perninhas na tábua para a gente sentar. E as camas eram de vara, não era de ripa, não. A gente fincava as forquilha, quatro forquilha, colocava um pau em cima que a gente chamava travessa e ali colocava as varas. Ali eu fazia a esteira, amarrada de palha de banana, e, quando numa certa altura, a gente veio a conhecer o colchão, fazia de palha de milho. Comprava o pano e enchia de palha de milho e palha de banana. Tinha hora que a gente tava deitado e as casotinhas do milho mexendo lá dentro pra descosturar e se soltar. [...] Minha mãe tinha o fuso, tomava o algodão na meia e depois dava o fio, também na meia, pra tecelona fazer o pano, o cobertor. Tinha também um saco de pano, vinha com açúcar, aquele saco a gente comprava para fazer camisas, calça de algodão. Não era igual a hoje que, às vezes, a pessoa ganha uma roupa já usada, a pessoa hoje, ela pode comprar. Naquela época até as mulheres faziam saias de pano de algodão, o có da saia ficava dessa grossura assim, olha, aqui em cima e tinha um cordão, elas davam um jeito de enfiar um cordão ali dentro para segurar na cintura. [...] Naquele tempo, sei lá, para mim eu achava melhor do que hoje. Não tinha aquele negócio, eu vou numa missa, eu vou ter que comprar um sapato novo, eu vou ter que comprar uma calça nova, a gente já sabia que não tinha condições, a gente ia limpo, pra mostrar respeito. A gente, quando, a gente possuía uma calça que não era de pano de algodão, a calça rasgava e*

consolidadas, não se autonomizavam nem os camponeses da terra, nem a personificação do capital da personificação da propriedade fundiária: não se estabeleciam, portanto, enquanto tal, as três classes sem as quais seria impossível falar em renda fundiária (Smith, 1986).

²³⁷ Como momento daquele acirramento da divisão do trabalho derivado da reprodução do capital como processo de autonomização das suas relações sociais de produção, compreendemos também, assim como Bourdieu (1992), a eficácia da violência simbólica exercida pela escola sobre as camadas dominadas, não simplesmente na imposição da perda da cultura comunitária e familiar e na inculcação de uma cultura dita exógena, mas, sobretudo na criação das condições para o reconhecimento, por parte dos membros daquela camada, da superioridade e da legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduziria no menosprezo do saber e do saber-fazer assim chamados tradicionais, porque não autonomizados, nem especializados como forças produtivas (técnica, tecnologia, ciência) em favor do saber e do saber-fazer socialmente legitimados.

a gente colocava um remendo, quando rasgava, colocava outro remendo, aí ela virava só remendo de vez, não sabia nem qual o pano onde que era o principal”.

Assim como a narrativa de Marciano, o depoimento de Antônio sugeria que a diferenciação social não estava totalmente organizada pela possibilidade de consumo de determinados meios de vida, como roupas e sapatos novos. Não que o acesso a alguns produtos não fosse mesmo desigual – dependendo da “fraqueza” ou da “força” de lavradores e fazendeiros, representações das distintas posições sociais a partir das quais as terras eram apropriadas num mesmo processo de reprodução social – como demonstravam as condições de vida da família de Domingos, que dependia do “empréstimo” das vacas de Deodato para conseguirem “comer o leite”. Ou mesmo o encadeamento da narrativa em que Antônio sugeria que os membros da família “iam limpos”, justamente sabendo “que não tinham outras condições” para representar o “respeito” devotado ao encontro religioso.

Assim, longe de indicarmos que as condições de consumo não estavam estabelecidas de maneira desigual e que consumo e representação das distintas posições sociais produzidas naquele processo de reprodução social não estariam articulados, buscamos assinalar que essa forma de manifestação dessas últimas se encontra profundamente relacionada com o aprofundamento do processo de autonomização, de maneira que a importância do consumo na definição das posições sociais vai sendo reforçada *pari passu* ao processo de generalização da mediação do dinheiro. Assim, referências distintas organizavam as formas de representação naquelas condições de reprodução regionais, evidenciando, por exemplo, que poder, entre outros distintivos hierárquicos, ainda que o fosse igualmente, não se restringia ao *poder de compra*²³⁸. Autoridade e mando, bem como as condições para exercê-los, como a legitimidade conferida pelo Estado em formação, dominavam terras e mobilizavam homens, num processo em que a prevalência do dinheiro estava em gestação e que as *máscaras de caráter* (cf. Marx, 1983: 74) sugeriam uma personificação comum de terra, capital e violência²³⁹.

²³⁸ Numa perspectiva francamente liberal, Adam Smith (1986) indicava o poder de compra como forma de manifestação do poder, por excelência, na sociedade capitalista. Qualificava, em verdade, o poder conferido pela riqueza, pois os poderes político e militar não se trocam *necessariamente* por dinheiro: “A observação de Smith é feita como uma crítica à associação de riqueza e poder enunciada por Hobbes em um momento histórico em que a violência autonomizava-se processualmente na passagem do Estado absolutista para o Estado nacional” (Toledo, 2008: 222). Situado muito além da abordagem microeconômica que atualmente impera em grande parte das análises econômicas, o autor não circunscrevia o poder de compra à capacidade de adquirir bens e serviços com determinada unidade monetária, notando a capacidade do dinheiro de “comandar trabalho” (1986: cap. V). Assim, o fator decisivo de diferenciação social, num contexto em que a monopolização da violência pelo Estado estivesse pressuposta, seria a possibilidade de satisfazer suas necessidades e desejos com base no trabalho de outrem, por meio da divisão do trabalho.

²³⁹ Mesmo que a divisão do trabalho, pressuposta no conceito “smithiano” de poder de compra, ainda não estivesse generalizada de modo a restringir totalmente o exercício do poder “pessoal” à possibilidade de satisfação das necessidades e desejos por meio do comando do trabalho de outrem, os pedidos ordenanças e

Modificar-se-ia a forma de exercício do poder no processo de territorialização do capital com a transformação das condições para a mobilização do trabalho, fazendo emergir distinta forma de reprodução do capital, fundada em relações de produção igualmente distintas, em que as representações da diferenciação social também se alterariam bastante. Observando as relações de trabalho e as condições de apropriação fundiária apresentadas, em sua variedade, poderíamos inclusive supor determinado desenvolvimento que, consideradas as particularidades de cada contexto memorado, sugerissem uma progressão da reprodução daquelas formas regionais até sua crise. A trajetória de Antônio Gomes, poderia ela mesma servir como exemplo, evidenciando a constituição das diárias em meio às relações de agregação que, posteriormente, se generalizariam com o fim do velho costume de ceder morada nas fazendas. Esse procedimento, contudo, nos levaria possivelmente a perder de vista os conflitos e as alternativas que podem ter existido e aos quais se impôs a homogeneização de relações dominantes que não podem ser tratadas simplesmente como se nunca tivesse havido outra coisa que não a sua expansão, sempre previsível²⁴⁰. Buscando não incorrer nessa teleologia, cuja reprodução no nível da ciência deriva da naturalização do caráter identitário da forma abstrata de mediação social, tomamos, em lugar daquele desenvolvimento linear, algumas representações sobre as mudanças ocorridas naquelas relações de produção

patentes travados entre particulares e autoridades, primeiro coloniais, depois provinciais, quase sempre iam acompanhados da solicitação também de *auxílios*, como exemplificou a petição de José Pereira Freire de Moura (cf. seção 2.3 dessa tese), que requisitava “munições de arma e de boca”, mostrando que o emprego da violência tampouco podia prescindir do poder de compra. Para além dos recursos necessários para acionar os móveis de ação pressupostos ao exercício da violência e da imperativa subordinação dos particulares ao poder do Estado em formação, que lhes outorgava autoridade, os próprios padrões de exercício do poder particular, como vimos, operavam como meios da acumulação do capital e não como uma finalidade. A violência seria “ela mesma uma potência econômica” (Marx, 1984: 286), por permitir conjugar processos de domínio da terra e mobilização do trabalho que, se não podiam prescindir do dinheiro, tampouco se bastavam nele mesmo. Nesse contexto em que a violência ainda não se encontrava estritamente monopolizada pelo Estado, a diferenciação social na escala hierárquica de acesso ao poder não ficava restrita à possibilidade de empregar dinheiro para satisfazer necessidades e desejos, mediada também por outras formas mais imediatas de comando do trabalho alheio. As *máscaras de caráter* sugeridas passavam, portanto, do autoritarismo ao compadrio, do favorecimento e da ajuda à violência direta, configurando aquela complexa teia de relações em que o fazendeiro agia simultaneamente personificando domínio da terra, mobilização do trabalho e emprego da violência, inclusive econômica.

²⁴⁰ Considerando o problema da marginalização de determinadas relações com referência àquilo que se estabeleceu como núcleo da sociedade colonial brasileira, Boechat (2013) sugeria a importância de “evitar simplesmente uma aceitação da marginalização efetivamente imposta às formas que não se puseram como centrais na organização social do processo em si de colonização, criticando uma similar ‘marginalização’ no nível da ciência. Mariza Correa (1982) parece criticar a subordinação direta, por exemplo, de outras formas de ser da família à centralidade da família patriarcal no período colonial, na obra de alguns dos cânones acadêmicos: ‘Essa maneira de olhar achata todas as possibilidades imaginadas e tentadas, reduzindo-as a extensões de um núcleo homogêneo que não teria feito mais do que se expandir e progredir através do tempo e do espaço, vindo afinal a ocupar o lugar que sempre lhe esteve reservado. Escamoteando as alternativas, tornando-as invisíveis, este olhar alinha-se ao lado do modelo dominante, ignorando que foi através de uma luta suja, de infinitos pequenos conflitos e manipulações, e da violência, que este modelo, afinal, impôs-se’” (2013: 120).

informadas pela posição social e pelas condições atuais de “fazendeiros” que não contam mais com as mesmas para viabilizar sua forma de reprodução²⁴¹.

José Otoni Alves Campos²⁴², pecuarista em Araçuaí, distinguindo o declínio da “exportação” de produtos agropecuários do município até mesmo para outros estados afirmava que *“no final dos anos oitenta a decadência veio de vez. Aqui chegou a ter cento e vinte mil rezes. Para você ter uma ideia, aqui saía, por semana, caminhões para Pernambuco. De requeijão, queijo, frango, ovos, feijão, farinha. Vendia para outros estados e hoje Araçuaí não está mais exportando nada. Tudo é importado. Antes tinha produção de farinha, feijão, milho... Produção agrícola. Hoje praticamente acabou. Com essa lei que veio. Principalmente essa lei trabalhista. Fazenda que tinha cinquenta pessoas produzindo, hoje não tem ninguém. Essa lei trabalhista, porque é o seguinte... Você não consegue cobrar do produtor rural, quem mora na fazenda, o aluguel da casa. Você trabalha na cidade, você ganha salário mínimo, você paga água, luz, você paga aluguel. E ali, normalmente, o pessoal morava no meio rural. Não pagava nada e tinha o emprego deles ali mesmo, pertinho. Ganhava casa, tudo. E aí veio essa lei e colocou todo mundo no mesmo direito, trabalhador da cidade e do campo. Aí, quando acontece qualquer coisa e o sujeito quer sair ele já sai dizendo: — ‘Mas e a minha parte?’ Com isso, nós produtores rurais viramos uma classe discriminada. O produtor rural aqui está discriminado, principalmente nessa região nossa, porque foi empobrecendo. Só pra você ter uma ideia, aqui chegou a ter cento e vinte mil rezes, hoje tem trinta”*²⁴³.

²⁴¹ As narrativas são exclusivamente de produtores pecuários de Araçuaí. Ainda que as transformações mencionadas tenham diminuído de maneira considerável a produção tanto nesse município como em Minas Novas, as fazendas localizadas em Araçuaí se mantiveram, enquanto em Minas Novas as chapadas foram ocupadas predominantemente com eucaliptos, tendo quase deixado de existir a figura do fazendeiro. Atualmente, a pecuária retorna em algumas terras, implantada sobretudo por empresas que praticam a modalidade silvo-pastoril. Voltaremos a essas questões posteriormente.

²⁴² José tem 67 anos. JOSÉ OTONI ALVES CAMPOS. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências. O produtor foi o único dos entrevistados que não era natural de Araçuaí, tendo chegado à cidade como técnico da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em 1970 para *“prestar assistência na área de agropecuária, especificamente bovinocultura de corte e de leite”*. Casou-se em 1973, tendo iniciado sua produção em terras herdadas pelo pai da esposa: *“O pai da minha esposa tinha um imóvel que não produzia nada. Eu técnico, um imóvel herdado na beira do rio. Aí eu resolvi mexer”*. A ACAR foi fundada em 1948 e correspondeu à primeira experiência brasileira de extensionismo rural voltado para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia familiar, desenvolvidas sobretudo nos centros universitários de ensino e pesquisa. Em 1974 o serviço foi estatizado, surgindo a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) como órgão responsável pela coordenação de todas as Empresas de Assistência Técnica e Extensão rural do Estado de Minas (EMATER).

²⁴³ O produtor se referia ao Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214, promulgada no ano de 1963.

O problema da decadência da produção apareceu também na narrativa de José Antônio Martins²⁴⁴, pecuarista em Araçuaí, herdeiro de uma fazenda estabelecida pelo padrao da sua avó, baiano, em conjunto com uma leva de ocupantes cujo trajeto era invertido com relação às primeiras entradas nas matas e que apagou os rastros dos pioneiros: *“Essa pessoa, ele era fazendeiro, era baiano, ele casou com a irmã da mãe da minha mãe, que criou ela. Depois ela foi tomar conta das fazendas, tudo. Já trabalhava com gado pra corte. Aqui a destinação era sempre engordar o gado. Comprava um bezerro e mandava para o Nordeste do Brasil. Sempre era Alagoas, Pernambuco, para ser abatido lá. Naquela época não havia carne congelada, empacotada. Era tudo boi transportado pelo Brasil todo. Hoje esse tipo de comércio quase não tem. Porque cada região tem seus frigoríficos. Acabou tudo”*.

Expondo as dificuldades em obter retorno para seus investimentos, o produtor afirmava que *“se a coisa vai bem por um ano, depois você volta a perder tudo que você ganhou em pecuária. Por falta de assistência, de amadorismo. Mas eu queria te dizer que nós assistimos os fazendeiros da região... Eles tinham muita mata virgem, aroeira. Eles tombavam a mata ou davam até na meia, como a gente fala. Eles diziam, olha, vou te dar essa mata, você joga ela no chão, roça ela. E eu vou te dar na meia, você planta milho e depois capim para mim. E aí foi acabando com a região. Porque eles derrubavam a mata, aroeira de mais de cem anos, riscavam o fósforo, eles nem aproveitavam a madeira. Deitavam essa madeira, riscavam o fósforo e queimavam pra abrir pastagem. Aí o trabalhador braçal plantava milho pra ele e o fazendeiro, por comodismo, dizia, você planta o capim pra mim. Quer dizer, o fazendeiro não queria gastar. Não queria investir na fazenda para fazer pastagem, não aproveitava madeira, queria só ganhar a mão de obra pra plantar capim. Aí o que é que você fazia? Derrubava esse ano quarenta hectares, aí isso a gente sabe, aqui na região que isso aí virava capoeira, a terra enfraquecia, virava pastagem, vinha o período seco, acabava, colocava muito gado”*.

Mas não seria apenas o esgotamento ambiental, segundo a perspectiva de José Antônio, o responsável por desestruturar a reprodução da pecuária: *“Eu penso que nessa região, esses fazendeiros dessa cultura, eles empobreceram porque hoje eles não conseguem mais essa parceria para desmatar. Ninguém quer fazer nada na parceira mais. O pessoal vai atrás de ganhar hoje. Ou os fazendeiros tiveram que investir em máquina ou saiu do mercado. A maioria saiu do mercado. Eles estão vivos aí, mas não tem mais nada. O seu Nozinho ali da Esplanada é vivo ainda. Ele tem até uma doença também. É bem velhinho, ele*

²⁴⁴ José Antônio tem 61 anos. JOSÉ ANTÔNIO MARTINS. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

tinha mil cabeças de gado aqui. Hoje não tem praticamente nada. [...] Esses fazendeiros que tinham grandes propriedades, os filhos não deram sequência, foram estudar fora. Eles continuam com a terra, mas não tem condição. Porque não tem mais ‘braçal’ por aqui. Existia porque, naquela época, todo mundo tinha muito filho e os filhos sempre estavam próximos dos pais. Aí veio o período da independência, os filhos começaram a sair, começou uma forte migração daqui para os canaviais de São Paulo. Essa migração atrás de salário, de melhores condições de vida”.

A dificuldade para conseguir trabalhadores apareceu nos apontamentos de José Otoni, relacionada com as obrigações trabalhistas impostas pelo Estatuto do Trabalhador Rural, que teriam desestruturado as condições de agregação, esvaziando as fazendas e aniquilando sua produção. Assim também, nos de José Antônio, que vinculou a falta de trabalhadores com a dificuldade de encontrar “braçais” que “quisessem fazer algo na parceira”, num contexto em que os trabalhadores procuravam melhorar suas condições de vida migrando para se estabelecer, mesmo que temporariamente, em empregos com perspectiva de ganho salarial. A busca de melhores condições de vida foi destacada igualmente por Geraldo da Cunha Melo Filho e Joazina Miranda Neiva Melo²⁴⁵ como justificativa para o esvaziamento das fazendas, um dos motivos, segundo o casal de pecuaristas, da decadência da produção agropecuária no município: *“Antigamente o comércio estava garantido. Esse era um dos pontos. Toda a produção do rebanho aqui, quem comprava eram pessoas do Nordeste. Então eram os frigoríficos do Nordeste que compravam. Hoje, nós temos que produzir o boi pra quem? Pros açougues daqui, não te pagam um preço justo, mas você é obrigado a entregar. Outro problema é que antigamente nós tínhamos uma mão de obra, como se diz? Era grande a mão de obra na zona rural. Porque com esses incentivos. Hoje todo mundo está vindo para a zona urbana, não está ficando ninguém na zona rural. E os que ficam realmente não querem trabalhar em roça. Alguns procuram mineração, outros estão aposentados. O marido é aposentado, a mulher é aposentada. Chega a ter três, quatro aposentados em casa. Eles preferem não trabalhar e ficar comendo o salário da aposentadoria que gira em torno do mínimo. Para a zona rural, junta dois ou três aposentados e uma família vive maravilhosamente bem. Eles não tem, não almejam mais do que isso. Isso para eles está excelente, eles tem o que comer e beber. Infelizmente, não é Joazina?”* (Geraldo). *“Tinha um incentivo, quando não se tinha a carteira assinada. Trabalhador nenhum tinha carteira assinada, nada. Ele era parceiro do fazendeiro. Cada um fazia um acordo. De cada dez*

²⁴⁵ GERALDO DA CUNHA MELO e JOAZINA MIRANDA NEIVA MELO. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

bezerros, um era do vaqueiro e criava junto no mesmo também com o fazendeiro. No mesmo pasto. Então também tinha essa porcentagem toda. No final, na venda do gado, ele vendia o dele separado, tinha mais esse dinheiro. Com a carteira assinada, o que aconteceu? Eu pago só o mínimo e pronto. Minha obrigação trabalhista. Naquela época tinha muita gente nas fazendas. Então o que acontece? Um dos pontos foi o fator da mulher. Não estava inserida no trabalho. Ela não se via valorizada naquilo que fazia, junto com o marido: — ‘Eu quero ir para a cidade! Quero estudar os filhos, quero outras condições de vida, progredir’ (Joazina).

Aparentemente, formas antagônicas foram mobilizadas nessas narrativas para representar a desestruturação daquelas relações regionais de produção. José Antônio preconizava um “desejo de melhorar de vida” cada vez mais relacionado com a possibilidade dos trabalhadores obterem ganhos monetários: “Ninguém quer fazer nada na parceria mais”. Joazina Miranda, por sua vez, parecia sugerir exatamente o contrário, argumentando que o fim da parceria, desencadeado pela “exigência de carteira assinada, décimo terceiro, férias”, com o que a produtora se refere à mesma legislação trabalhista mencionada por José Otoni, tornava a ocupação na roça desinteressante, porque os trabalhadores deixariam de “participar” dos ganhos da fazenda, tendo que restringir sua reprodução a uma remuneração pré-estabelecida, quase sempre não mais que um salário mínimo.

Os pontos de vista podem ser contrapostos, tendo como referência de fundo a sugestão de José Antônio de que muitos daqueles trabalhadores que buscavam melhores salários tornaram-se *migrantes temporários*, muitas vezes cortadores de cana. Nos canaviais, a possibilidade de remuneração por produtividade prometia exceder os ganhos contratados na cidade de Araçuaí, quase sempre por volta de “um salário”, conforme assinalou o produtor; bem como a da zona rural, em que quase todos os serviços, com exclusão do vaqueiro, frequentemente também “gerente” das fazendas, são atualmente realizados por diaristas, cuja base salarial gira em torno de trinta reais o dia de serviço: “*Pra você achar fazenda que tem administrador aqui você pode contar, não tem. E as que têm, também não vão bem, não. Na minha fazenda como na maioria, a gente só tem um vaqueiro. Se eu tenho que mexer com manejo de gado, vacinação, aí eu chamo outra pessoa pra ajudar esse vaqueiro, eu contrato por alguns dias, porque poucas vezes no ano tem que fazer vacinação. O resto, o vaqueiro faz. Põe sal no cocho, vai lá. Se eu tenho que roçar uma ‘manga’, hoje eu faço de trator. Alugo o trator e contrato o tratorista*”.

Por sua vez, a possibilidade de participar do ganho dos fazendeiros, projeção da *última ratio* da crise do trabalho contemporânea (Kurz, 2002), a noção/relação de “colaborador”, que procura ocultar a completa desestruturação das relações salariais, pode não parecer mais tão

atrativa, desestimulando atualmente a parceria, justamente em função da deterioração do comércio do gado, apontada por Joazina. Os termos quantitativos da abordagem apagariam, contudo, a redução daquela relação de apropriação da terra, pressuposta à divisão da produção, a mera divisão dos “lucros”, exemplificada, inclusive, por uma “quarteação” bastante deteriorada com relação às descrições que encontramos nas narrativas sobre o processo regional de constituição das fazendas: um bezerro para cada *dez* nascidos vivos, ao invés dos antigos *quatro*, que nomeavam a relação de trabalho.

Essa supressão do qualitativo, presente na comparação entre a parceria como relação regional de produção e as possibilidades atuais de participação nos ganhos do empreendimento, apareceria também em todas as menções ao Estatuto do Trabalhador Rural. Todos perdem, segundo a explicação dada pelos fazendeiros: os gastos dos contratantes aumentam tanto que eles diminuem seu número de funcionários que, por sua vez, passam a receber salários menores, deixando ainda de “participar” das receitas de uma fazenda cuja produção também diminuiu muito. A fazenda se esvazia, perde gente. Os trabalhadores vão para as cidades, vilarejos, se contentam com aposentadoria e outros benefícios que lhes proporciona a comida e a bebida. Infelizmente, ao que parece, da perspectiva dos fazendeiros. A única *coisa* que não parece ter sido perdida, uma vez que o ponto de vista dos lavradores expropriados não entra nem sequer em questão nas narrativas discutidas, é a terra. Por isso, também não parece ter sido ganha enquanto propriedade autonomizada que produz renda. Para que o sentido do processo ficasse evidenciado, faltaria sempre o contraponto, o trabalhador também autonomizado, definitivamente atado à dependência reificada para reproduzir a si e sua família, os que conseguirem “salvar a pele” inserindo-se num mercado de trabalho deteriorado. Assim, único resultado possível, a fazenda aparece projetada como, desde sempre, a mesma propriedade da terra, herdada por longos anos no seio das famílias mais tradicionais, embora a fazenda tenha se esvaziado e as antigas patentes passadas de pai para filho não tenham mais sentido para os filhos que atualmente “*vão estudar fora e não dão mais sequência*”, num contexto em que a institucionalização e a especialização das carreiras universitárias superaram em muito o antigo bacharelismo (cf. uma revisão do debate em Boechat, 2013).

Assim, também as atuais estratégias para “melhorar as condições de vida” não poderiam ser entendidas se circunscritas ao seu aspecto quantitativo. Ganhar mais, como permitem antever os comentários apontados, não se restringe à dimensão salarial. As estratégias envolvem a escolarização, a urbanização das formas de vida e das práticas cotidianas, a mudança na forma de inserção em âmbitos organizados pelo Estado – da

cidadania e do direito, por exemplo – que também se transformou, consolidando-se no processo de modernização sugerido. Uma discussão aprofundada sobre o caráter dessas estratégias exigir-nos-ia, por seu lado, confrontar representações acerca de um certo “comodismo”, insinuada na narrativa dos fazendeiros, entre outras, com a experiência concreta desses trabalhadores, cuja mobilidade passaria a estar baseada na sua *dupla liberdade* (Gaudemar, 1977), e com seus modos de representar o processo, o que faremos posteriormente, buscando problematizar as configurações do quadro, por ora, somente anunciado.

A perspectiva de que o processo de autonomização transforma as condições de reprodução social e, com as mesmas, as formas de articulação entre personificação e subjetivação, preconizamos reivindicando a historicidade das categorias modernas de mediação social, cuja constituição investigamos a partir do processo de colonização desdobrado pela imposição do sentido tautológico da modernização, todavia, em suas particularidades, isto é, observando sua *não-simultaneidade* (Kurz, 2002) com relação ao desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, apesar de ambos terem sido postos conjuntamente pelo mesmo processo de acumulação primitiva²⁴⁶. Assim, procuramos considerar o desenvolvimento histórico concreto em que se articularam determinadas condições de apropriação fundiária e de mobilização do trabalho num processo de territorialização do capital que tinha como sentido a produção de mercadorias.

O referido desenvolvimento conformou não somente determinadas relações de produção em que se fundavam formas de reprodução do capital, mas, igualmente, personificações particulares, como o *fazendeiro*, amiúde caracterizado por destoar das relações propriamente capitalistas, justamente em razão das condições de reprodução

²⁴⁶ “A estrutura espacial das particularidades nacionais reciprocamente demarcadas estava também encadeada a uma estrutura temporal de etapas do desenvolvimento capitalista reciprocamente delimitadas. O universo das nações era um universo de não-simultaneidade histórica. Visto que o moderno sistema produtor de mercadorias só gradativamente havia se alastrado a partir da Europa, nos séculos 19 e 20 as diversas idades do capitalismo encontravam-se imediatamente umas ao lado das outras. O que ainda era futuro para uns era para outros o presente ou já mesmo o passado. Esse desnível do tempo histórico produziu como por si só o paradigma do ‘desenvolvimento’, que nas categorias capitalistas se apresentava como corrida de recuperação dos retardatários históricos. Diante da Grã-Bretanha, a Alemanha e outros países continentais europeus passaram no século 19 por uma semelhante ‘modernização recuperadora’; no século 20, perante o Ocidente, a Rússia, a China e os ex-países coloniais do sul global se limitaram a repetir a mesma coisa. A nação se converteu aqui no espaço específico da não-simultaneidade histórica” (Kurz, 2004b: 1). “A não-simultaneidade no seio da moderna ontologia produziu um declive do desenvolvimento em termos geográficos ou no próprio interior da sociedade, que reclamava um posicionamento tanto da crítica aparentemente radical como da crítica liberal e do esclarecimento. O movimento dos trabalhadores dos países ocidentais, as revoluções do Leste e os movimentos de libertação do hemisfério sul representam apenas variantes distintas de uma ‘modernização recuperadora’ no contexto dessa desigualdade. Tratava-se de ascender ao sistema de produção de mercadorias, e não de sair dessa ontologia histórica. Essa opção podia ser positivamente ocupada pelas noções de ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’, enquanto o sistema mundial como um todo dava espaço para uma subsequente ‘modernização da modernidade’” (Kurz, 2007a: 165).

encarnadas pelo mesmo não poderem prescindir do exercício da violência e dominação pessoal para forçar um mais-produto social em que renda da terra e trabalho excedente pareciam estar “fundidos” (Oliveira, 1987). Ou os *camponeses*, cuja reprodução foi vulgarmente interpretada como apartada do capitalismo ou, ainda, como sendo o *outro* daquele sistema, reservas, sempre repostas, de acumulação primitiva, que manteriam uma dimensão extensiva como momento da reprodução ampliada, por não participarem diretamente de um processo de exploração, em termos propriamente capitalistas.

Com a perspectiva assumida – apesar de termos criticado as abordagens que privilegiaram as referidas conceituações das relações de produção por meio das quais se reproduziam fazendeiros e camponeses – não deixamos de considerar a pertinência dessas mesmas personificações, reivindicando, contudo, sua historicidade, que relacionamos especialmente com as configurações de classe emergidas para responder ao processo de modernização brasileiro (cf. seção 1.4 dessa tese), que sofrera inflexões decisivas a partir de meados do século XX: a consolidação da propriedade privada da terra, os processos de expropriação, a luta pela terra e a formação dos movimentos camponeses.

2.5. A reprodução camponesa das relações regionais de produção numa perspectiva de gênero

Embora tenhamos partido das personificações emergidas para responder a determinados conflitos desdobrados do processo de modernização brasileiro, quando apresentamos as relações regionais de produção existentes no Vale do Jequitinhonha procuramos articular um conjunto de narrativas acerca das mesmas que nos possibilitasse criticar não apenas as posições de classe referidas e o processo de dominação articulado em torno delas, mas sobretudo a *forma social* que subordinava também os próprios dominadores/exploradores regionais, generalizando-se como mediação abstrata. Por isso, a maneira como procuramos acessar a *totalidade concreta* (Scholz, 2009) passou nomeadamente pela investigação de formas de representação daquelas relações sociais de produção que, confrontadas, poderiam sugerir abordagem diferente, que não uma mera classificação tipológica das relações de trabalho e das formas de apropriação da terra.

Isso por acreditarmos que, apesar do marxismo comumente referir-se a planos concretos em sua crítica da dominação capitalista, esses se mantiveram quase sempre

associados à oposição de classes. Roswitha Scholz (2009), no estudo *Forma social e totalidade concreta* formulou sua crítica considerando esse problema, a partir de uma discussão do modo como “alguns ‘antepassados’ ou clássicos da crítica do valor” (2009: 2), entre eles Lukács, Adorno e Postone, recorreram aos planos concretos como momento necessário da crítica do capitalismo. Para a autora, o problema da “oposição das classes [constituir] a charneira com a totalidade concreta no marxismo tradicional” consistia justamente no fato daquelas análises amiúde desconsiderarem modificações na própria realidade social que teriam de ser incorporadas pela teoria.

Assim, para que “a relação com a totalidade concreta e o recurso ao plano sociológico” (Scholz, 2009: 1) passassem a integrar a elaboração teórica com a qual a autora argumentava, teriam que ser incorporados em meio a uma crítica do “modo de proceder ele próprio meramente sociologista” (2009: 1), que discutisse os contextos sociológicos conjuntamente à forma social, inclusive porque “a categoria classe não poderia em princípio ser imaginada fora da forma social do valor” (2010: 1). Essa perspectiva, derivada de um longo processo de elaboração teórica coletiva, inicialmente referido ao grupo de estudiosos alemães reunidos em torno da *Revista Krisis* e, posteriormente, da *Revista Exit!*, que incluía também Robert Kurz, dirigiu sua crítica fundamentalmente a duas abordagens internas ao marxismo. A primeira tratava das posições do chamado marxismo tradicional, “que recorriam ahistoricamente a hipóteses [...] da sociologia das classes, ao que contrapunha, desde logo, a fundação social com base na relação de valor” (Scholz, 2009: 1). Enquanto a segunda correspondia já a uma crítica da primeira, identificada como “crítica do valor”, que teria passado a explicar de maneira dedutiva os planos concretos e a empiria, considerados como momentos secundários da análise²⁴⁷.

A proposição teórica consistiria, por sua vez, numa discussão “da forma social fundamental, considerando-a, contudo, no seu desenvolvimento enquanto *totalidade concreta* e na dinâmica histórica a que está associada, ou seja, na mediação com análises concretas” (Scholz, 2009: 1, grifo no original). Conforme a mesma, não se poderia tomar o *valor* pelo conjunto da totalidade, porque essa teria os seus próprios pressupostos: “Ao registrar o conceito de totalidade, é preciso fazer notar que não é só o valor e o que habitualmente é entendido por ele, a economia, que são constitutivos da totalidade, mas que a totalidade é

²⁴⁷ “Na história da teoria crítica, a referência à ‘totalidade concreta’ em geral e as correspondentes análises nunca foram, no fundo, alheias à abordagem da crítica do valor, pelo contrário, foi precisamente a esta que se ligaram em determinado aspecto. Este contato só se perdeu onde uma crítica do valor truncada contrapôs a determinação de uma forma abstrata à empiria, ou jogou uma contra a outra, e/ou onde o conceito de totalidade foi distorcido com adoções sem mediação do cotidiano vulgar e fenomenológicas” (Scholz, 2010: 2).

mais abrangente [...]. A sociedade é mais que o conjunto de um contexto econômico e que este sempre foi o entendimento adotado no conceito de fetiche” (Scholz, 2009: 2). Assim como, não se poderia tomar a realidade de maneira positivista, tendo a mesma de “estar sempre ligada à terra, no concreto histórico dos conteúdos, sem contudo se deixar ficar por aí” (Scholz, 2009: 2).

Avançando a perspectiva de que a noção de totalidade, a partir da crítica do fetichismo, faria referência ao processo de *reprodução total* da sociedade, mediado fantasmagoricamente, a autora apontava ainda a existência de relações cuja lógica de reprodução não seria simplesmente identificável ao valor, embora fundamentassem a socialização capitalista, entre as quais destacou a relação entre os gêneros. O ponto de fuga estabelecido, que ultrapassava a recusa da lógica dedutiva num campo meramente epistemológico em direção à crítica da lógica identitária, imanente à forma-mercadoria, exigia, assim sendo, ao contrário da frequente renúncia “pós-moderna” ao conceito de totalidade (cf. Kurz, 2004a), a consideração da mesma a partir do seu estatuto social *fragmentário*. O que não significava a somatória de duas lógicas, a saber, do valor e da relação entre os gêneros, mas a crítica do valor em seu caráter *cindido* e não como uma totalidade encerrada na “lógica da dedução” da mercadoria. Scholz (2009) passava, desse modo, da crítica do valor à perspectiva que se tornou conhecida como *crítica do valor-dissociação*²⁴⁸ (Scholz, 1996, 2000, 2004 e 2009).

Esse desvio tinha como referência uma crítica à conceituação androcêntrica do valor. Para além das abordagens nas quais se tomava o valor positivamente, como mero objeto da sociedade humana, sem pressupostos e de maneira ahistórica, mesmo quando foi criticado como expressão de uma relação social fetichista, seu estatuto permaneceu quase sempre indiferente à relação entre os gêneros: valor e trabalho abstrato são tomados de modo sexualmente neutro pela teoria e “continua a não se ter em conta que no sistema produtor de

²⁴⁸ Desejamos destacar, ainda, de modo a precisar a posição da autora, a partir de suas próprias palavras, “que a teoria do valor-dissociação não serve apenas, de modo algum, para tematizar a relação assimétrica entre os sexos, mas, a partir da definição do valor-dissociação como forma social fundamental, igualmente serve para tematizar o racismo, o antissemitismo e as disparidades materiais; e de tal modo que estes não ficam reduzidos a meras contradições colaterais” (Scholz, 2004: 1). Ainda que não deixemos de considerar em nossa análise a existência desses âmbitos, não pudemos apresentar uma discussão aprofundada sobre cada um dos mesmos, lacuna que não pretendemos preencher com uma exposição geral sobre o conceito de valor-dissociação, o que, em si mesmo, não faz nenhum sentido. Cada momento da dissociação se desdobrou a partir de um processo histórico concreto e apenas pode ser entendido com relação a ele, assim, não existe um conceito geral, abstrato, do dissociado, como é possível pensar no conceito de valor, tempo de trabalho socialmente necessário, que se refere ao apagamento fantasmagoricamente objetivo da dimensão concreta do trabalho que produz mercadorias, reduzido a mero dispêndio de energia humana em geral. Embora os âmbitos dissociados tenham se formado conjuntamente ao valor, sua forma abstrata de reprodução não consegue suprimi-los totalmente, visto serem imprescindíveis à socialização capitalista. Os mantém, ainda assim, sob a sua sombra.

mercadorias também tem que ser feita a lida da casa, tem que se educar e cuidar dos filhos etc., tarefas que habitualmente são atribuídas às mulheres (mesmo se elas têm atividade remunerada)” (Scholz, 2000: 4). O conjunto das relações sociais no capitalismo não se determina, portanto, exclusivamente pelo auto-movimento do dinheiro e pelo caráter em si mesmo do trabalho abstrato. Ao contrário, verifica-se uma dissociação especificada sexualmente e mediada dialeticamente com o valor. Essa dimensão cindida com relação ao valor não seria, entretanto, nenhuma espécie de “subsistema” dessa forma, mas fundamental e coconstitutiva da relação social total²⁴⁹.

Essa perspectiva de que as dimensões dissociadas não podem ser compreendidas simplesmente como redutíveis ao valor desmente a pretensão totalitária de totalidade da forma: as atividades de reprodução, representando o reverso do trabalho abstrato, não poderiam ser “cobertas” por aquele conceito²⁵⁰, pois compreendem também o afeto, a assistência e o cuidado, assim como o erotismo, a sexualidade, os sentimentos e as emoções, todos eles contrapostos à racionalidade da ‘economia empresarial’ vigente no âmbito do trabalho, mas que todavia não estão “completamente livres de momentos da racionalidade do ‘objetivo’ e das normas protestantes” (Scholz, 2000: 5).

Para a autora, na modernidade, que assim se definiria também por seu caráter *patriarcal*, são delegadas, atribuídas e projetadas na mulher, portanto, sentimentos e características derivados eles próprios da separação fundamental entre as dimensões do privado e do público, ainda que a relação entre os gêneros nunca se assente de maneira estática em uma identificação estereotipada daqueles domínios²⁵¹. Assim sendo, a sensibilidade, além dos outros atributos de gênero aqui mencionados, apenas podem ser entendidos em seu caráter historicamente determinado²⁵²: “Isto é válido não só para as

²⁴⁹ Isso quer dizer “que não há nenhuma ‘relação de derivação’ lógica imanente entre o valor e a dissociação. A dissociação é o valor e o valor é a dissociação. Cada um está contido no outro, sem ser idêntico a ele. Trata-se de ambos os momentos centrais essenciais da mesma relação social em si contraditória e quebrada, que devem ser compreendidos no mesmo nível de abstração” (Scholz, 2000: 4). O que não significa que a dissociação do feminino seja, de modo algum, coincidente com o “não-idêntico” em Adorno, mal entendido frequente na recepção crítica das formulações da autora: “Em vez disso, essa dissociação representa o reverso sombrio (sombrio para a consciência androcêntrica e universalista) do próprio valor. Com isso, porém, a dissociação como princípio estrutural geral constituiu uma condição prévia para que o que é próprio do mundo da vida, o contingente, o não analítico, e mesmo o que não pode ser conceitualmente compreendido tivesse que ser negligenciado, tendo permanecido, na modernidade, em grande medida à sombra, face às áreas masculinas do domínio da ciência, da economia, da política” (Scholz, 2004: 5).

²⁵⁰ “Como faz frequentemente o feminismo, que em grande medida tomou do marxismo do movimento operário a categoria positiva trabalho” (Scholz, 2000: 4).

²⁵¹ “Sempre houve mulheres também na esfera pública, sobretudo na esfera da atividade capitalista remunerada, mas a dissociação simplesmente prossegue mesmo no interior dessa esfera” (Scholz, 2000: 7).

²⁵² Reivindicar a historicidade da relação não implica em “dizer que não haja antecedentes. Contudo, a relação entre os gêneros adquire na modernidade produtora de mercadorias uma qualidade completamente nova, que é

atividades das mulheres na reprodução (preparação dos bens de consumo, amor, cuidados, afeto, etc.), que apenas surgiram no século XVIII com a diferenciação entre um setor de trabalho pago capitalista, por um lado, e um setor de reprodução privado-doméstico, por outro, mas também para a constituição da necessidade em geral” (Scholz, 2000: 6).

Ainda que fizesse referência à generalização do trabalho assalariado, Scholz não estabelecia como premissa da sua abordagem a existência de um trabalho ontológico, pressuposto e oposto à transformação do trabalho em mercadoria, desdobrada pela modernização capitalista. Ao contrário, para a autora, o *trabalho*, como âmbito da socialização abstrata, do tanto faz desde que resulte em dinheiro, apenas poderia surgir expurgando para fora da sua realização as dimensões não redutíveis à sua lógica da maximização, concorrencial e eficiente. Assim, a autora não estaria a criticar a falta de reconhecimento das atividades domésticas e de cuidado enquanto trabalho, como se fez frequentemente entre intelectuais e movimentos feministas. O trabalho e sua imposição necessariamente associados ao processo de dissociação das dimensões mencionadas constituiriam eles próprios a forma social de dominação vigente, fazendo do capitalismo muito mais que um sistema econômico, sobretudo um modelo civilizacional (Scholz, 2004: 4).

Sua crítica exigiria, portanto, ultrapassar a noção de uma exploração capitalista do trabalho, pois não seria a mais-valia, como possibilidade de dispor privadamente de uma riqueza socialmente produzida que constituiria o maior escândalo da moderna forma de socialização, mas o caráter tautológico da produção de mercadorias por meio do trabalho abstrato²⁵³. Ao mesmo tempo em que não permite positivar o âmbito doméstico, os sentimentos ou as qualidades atribuídas ao feminino como âmbitos, em tese, livres das

preciso ter em conta teórica e analiticamente” (Scholz, 2000: 8). Por outro lado, a transformação histórica interna ao patriarcado produtor de mercadorias também não pode ser entendida de maneira indeterminada, como querem algumas interpretações pós-modernas: “Como já se deu a entender, há que verificar a codificação fundamental, no sentido da dissociação-valor, e a correspondente hierarquização sexual, tanto antes como depois, em todas as suas fragmentações, diversificações, inversões de polos, transformações e supra-formações, reacoplagens e diferenciações pós-modernas; na existência da mulher de carreira ou do homem doméstico, [etc.]. [...] chega-se, [contudo], não só às referidas transformações [...], mas, na onda da crise estruturalmente condicionada do sistema capitalista que cobre todo o mundo, também a um ‘asselvajamento’ do patriarcado produtor de mercadorias à escala global. Nas violentas rupturas sociais da crise mundial, as mulheres (e hoje mesmo na sua imagem ideal, ao contrário do que acontecia até à fase fordista) são responsabilizadas já não só pela esfera da reprodução, mas, ao contrário dos homens, são responsabilizadas em igual medida pela lida da casa e pelo ganha-pão, sendo que se mantém o seu menosprezo, apesar ou talvez por causa disso. Assim se cobrem de ridículo aquelas apreciações otimistas que desde meados dos anos oitenta consideravam a emancipação das mulheres já realizada, ou que continuam mesmo agora a afirmá-lo” (Scholz, 2000: 10).

²⁵³ “É um fato que sem mais-valia não é possível qualquer socialização sob a forma do valor, mas, para podermos entender essa socialização, a mais-valia tem de ser definida como movimento de fim-em-si-mesmo do próprio valor e não como mera apropriação subjetiva da riqueza, já que nesse caso o caráter abstrato de fim-em-si do valor é ofuscado e apresenta-se como um meio socialmente neutro” (Scholz, 2004: 4).

imposições capitalistas. A dominação capitalista consistiria exatamente na quebra dessas dimensões, que, não podendo se reproduzir de um modo completamente abstrato, são inferiorizadas.

Certamente essa inferiorização se desdobra em uma hierarquia entre os gêneros, pois o âmbito racional do valor se torna atributo central masculino, enquanto “qualidades, atitudes e sentimentos avaliados como menores (sensualidade, emocionalidade, fraqueza de caráter e de entendimento, etc.) são projetados sobre ‘a mulher’ e dissociados pelo sujeito masculino que se constrói como forte, realizador, eficiente e por aí afora” (Scholz, 2004: 4). A crítica mobilizada, sem embargo, não se basta no reconhecimento de que tais atributos não são naturais, nem pretende culpabilizar subjetivamente “os homens” pela inferiorização ou dominação das mulheres. Seu sentido é criticar a constituição das diferenças como fundamento da reprodução de uma forma de vida, toda ela sem sentido, da qual não escapariam nem o âmbito feminino, porque sua aparente pureza resulta apenas da naturalização da dissociação. Nem escapariam “os homens”, como teses simplistas acerca da dominação poderiam levar a crer. Se os mesmos personificam uma posição “superior” naquela hierarquia, submetem-se também eles, de maneira sexualmente especificada, ao patriarcado produtor de mercadorias como forma social. Sugerir que a dominação social capitalista, além de fetichista e abstrata, seja patriarcal, não significa sugerir, portanto que os homens sejam sujeitos do processo. O melhor seria afirmar que estão sujeitos ao processo, pois a própria formação do sujeito seria desdobramento daquela forma inconsciente de sujeição social.

Completando o plano de referências que compõe o argumento da autora, sem pretender exauri-lo, é claro, faltaria ainda comentar que a posição a partir da qual “as mulheres” se socializam, enquanto tais, por meio do valor-dissociação como forma social, sendo igualmente especificada sexualmente, ultrapassa seus próprios limites não se circunscrevendo ao feminino. As mulheres tornam-se assim “duplamente socializadas”, segundo o linguajar conceitual consagrado pelo feminismo. Ou seja, passam a ser “responsáveis tanto pela família como pela profissão” (Scholz, 2004: 5). Sugerindo que as mesmas tornam-se ou passam a ser socializadas a partir dos dois campos não desconsideramos a antiga presença das mulheres no espaço da socialização pelo valor que nunca foi reservado apenas para os homens. Apenas destacamos que sua inserção mesmo preexistente passou também por transformações no bojo do processo pós-moderno de individualização, assim como provocadas pela constante autonomização de atividades reprodutivas que são alçadas ao âmbito da reprodução do valor, realizando-se

inexoravelmente como trabalho *improdutivo* (cf. Kurz, 1995a e 2014), quase sempre desempenhado por mulheres.

A perspectiva apresentada faz com que traduzamos assim “o problema das diferenças” (Scholz, 2004), até o momento referido como uma crítica à apresentação “modelar” das relações sociais que se assenta sobretudo numa abordagem sociológica do antagonismo de classes, que procuramos contrapor a partir daquela totalidade concreta acessada nas formas de representação das relações de produção discutidas, postas em confronto de maneira a proporcionar uma “confusão” na sua classificação meramente tipológica. Assim, não apenas camponeses e fazendeiros, ou melhor, latifundiários, para reivindicar o correlato correspondente ao processo histórico em que o campesinato teria emergido na disputa pelo produto social que se autonomizava, teriam seu processo de constituição esboçado, como também algumas questões clássicas, concernentes às suas condições de reprodução, poderiam ser referidos criticamente ao desenvolvimento do capitalismo não como mera expansão, mas enquanto forma social em processo de autonomização.

Essas questões tratavam, retomando-as sinteticamente, da forma de produção/circulação que reproduzia aquelas condições de vida e de como a mesma, interpretada da perspectiva da existência de uma *produção de valores de uso* e uma *circulação simples*, parecia independe da reprodução social capitalista, que apenas estabeleceria contato com as mesmas dominando-as, segundo aquelas análises, extensivamente e a partir de fora. Essa problemática tinha como ponto de partida da sua definição as formas não especificamente capitalistas de produção/extração de mais-produto social, da qual se derivava o imperativo de considerar a existência de outra classe explorada/dominada que não o proletariado, além da persistência daquelas reservas de acumulação primitiva, que apontariam a necessidade constante do capitalismo recorrer a dinâmicas de expropriação, não podendo ficar restrita à exploração inerente ao seu desenvolvimento, sua reprodução ampliada.

No nível em que discutimos as particularidades daquelas condições sociais de reprodução, procuramos de início fazer frente a esse modelo analítico, confrontando dicotomias como aquelas estabelecidas entre trabalho capitalista e trabalho não especificamente capitalista, mercadorias e valores de uso, de modo a discutir, naqueles momentos que não pareciam imediatamente identificáveis a determinada “definição” de capitalismo, pressuposta à crítica da distribuição, aspectos do capital como processo de autonomização que desdobra a socialização como dependência reificada, porque

abstratamente mediada. A crítica proposta por Scholz (2009) exigiria investigar, todavia, outra dimensão da forma particular como se estabelecem relações que, por não serem imediatamente redutíveis à lógica identitária do valor, nem por isso deixam de compor a totalidade da reprodução social. Como a referida “insubordinação” não se processa de maneira neutra, ficando aqueles âmbitos da socialização à sombra do valor como universalidade androcêntrica, não simplesmente ocultados, mas sujeitos a operarem como atributos de disparidade, uma vez que “o valor é o homem” (Scholz, 1996), a crítica formulada exigiria, portanto, mais que reconhecer a existência do processo social de diferenciação de gênero, relacionar a emergência daquelas diferenças como a forma de dominação social que procuramos criticar.

E não de maneira “dedutiva”, ou seja, não de modo a aparecer o processo de constituição daquelas disparidades enquanto mero resultado ou produto da socialização mediada pelo valor, mas, ao contrário, buscando perceber como a dissociação e as disparidades inerentes à mesma são pressupostos daquela forma de reprodução social. Inicialmente problematizamos naquelas condições sociais de reprodução aparentemente autônomas que caracterizariam o campesinato a forma do capital se reproduzir em seu processo de autonomização regional. Retornar à análise das mesmas, buscando nelas o processo de diferenciação entre os gêneros e a maneira como essas disparidades operam em sua reprodução constituiria igualmente um momento central de desenvolvimento da crítica pretendida. Antes de fazê-lo desejamos, sem embargo, assinalar outro aspecto da problemática, que nos deve permitir precisar a forma particular como concebemos a dissociação suposta à reprodução capitalista num contexto de acumulação regional.

Estudando as relações sociais de produção e a forma regional de acumulação do capital no garimpo diamantífero das chamadas lavras baianas, Toledo (2008) sugeria que a formação do trabalho livre constituiu a autonomização do trabalho da *propriedade* do capital e que um pressuposto para o desdobramento daquele processo teria sido o estabelecimento da família regional. Imprescindível para que o abastecimento de trabalhadores fosse regionalmente “internalizado”, a reprodução familiar teria assegurado sua autonomização da anterior dependência imperativa do tráfico de escravos. A maneira de tratar o problema pretendia conferir historicidade para a formação regional, encarando também esse papel chave desempenhado pela família como resultado de um desenvolvimento histórico. Assim, recusava a concepção de que a família existisse em qualquer contexto, sugerindo que a reposição do trabalho no escravismo colonial não reservava espaço para as famílias, ou ao

menos não conforme o papel que viriam a desempenhar posteriormente (cf. Toledo, 2008: cap. V).

Que a família pressuposta à reprodução regional fosse resultado do processo de autonomização, não significava, entretanto, a inexistência da disparidade de gênero no escravismo, ressaltadas aqui a violência sexual entre as diversas formas de exercício da violência empregadas na manutenção daquela forma de mobilização do trabalho. Sem embargo, a própria ideia de disparidade parece inadequada para aquele contexto, pois se assenta sobre a instauração de uma igualdade abstrata entre os sujeitos livres e progressivamente juridificados que não podia ser pressuposta na reprodução daquela instituição colonial. A ordem patriarcal estava em processo, mas a diferenciação entre as relações estabelecidas com homens e mulheres escravizados tinha como seu ponto de referência nomeadamente a família do proprietário. Com a inauguração da família como âmbito regional da reprodução do trabalho, as disparidades seriam levadas igualmente ao nível da relação entre homens e mulheres mobilizados como trabalhadores.

A família aparecia como momento necessário da reprodução daquelas relações, revelando-se, mesmo naquelas condições regionais de acumulação, a *face oculta* do capital (cf. Giavarotti, 2012: cap. I). Assim como o trabalho, não seria, contudo, uma dimensão ontológica da socialização humana *sans phrase*, simplesmente subsumida à dominação capitalista. Esse tratamento, amiúde presente nas interpretações sobre a reprodução camponesa (cf. Graziano e Graziano Neto, 1983; Moraes Silva, 1988; Amaral, 1988; Maia, 2004) teria que ser revisto, do ponto de vista de crítica proposta, como modo de proceder do individualismo metodológico, em favor de uma abordagem histórica que considerasse o processo de formação da família²⁵⁴.

²⁵⁴ Uma abordagem diferente, portanto, da perspectiva “chayanoviana” de Graziano e Graziano Neto (1983) em que o caráter da família parecia emanar de uma “lógica camponesa”, que qualificaria o sentido da sua reprodução, independentemente das mediações que a fundamentariam efetivamente, encaradas sempre de maneira neutra, sem nenhuma historicidade. Para os autores, a família seria a unidade básica das condições de reprodução camponesa, concentrando, por um lado, produção, distribuição e consumo e, por outro, todo o controle sobre a ação social, religiosa e política, como se o desdobramento dessas mediações não tivesse nada que ver com a constituição da relação social capitalista, que afinal, aparecia apenas na exploração dessas dimensões em um nível “econômico” e da sua dominação, no âmbito do “poder”. Uma espécie de “micro-sociedade” autônoma, apesar de fundada em todas as categorias da reprodução total capitalista. Não seria essa maneira de explicar o problema a realização do próprio *método da economia política* (Marx, 1987)? A família, como todas as outras categorias cuja reprodução ela concentrava, ficava parecida com uma caixa “vazia” onde se depositavam conteúdos, naquele caso, não-capitalistas. Nenhuma concepção de forma social subsistia naquela abordagem. A divisão sexual do trabalho era apresentada, para dar apenas um exemplo, com base na dissociação de atributos da constituição da totalidade fragmentária das relações mediadas pelo valor e pela dissociação (de acordo com os autores, tarefas consideradas ‘maneiras’ da casa e adjacências eram destinadas às mulheres e as tarefas ‘pesadas’ da roça, aos homens). Para Graziano e Graziano Neto, contudo, o fato de existir uma constante redefinição dos papéis de maneira a viabilizar a reprodução, uma plasticidade organizada pela *precisão* (cf.

Antes de retornarmos ao exposto, caberia dizer ainda que a problemática da dissociação, por concernir a âmbitos distintos da reprodução social, poderia ser abordada igualmente a partir das esferas da produção ou da reprodução, ambas orientadas por especificações de gênero. A discussão apresentada revelava, contudo, condições de reprodução social em que produção e reprodução não haviam ganhado uma completa aparência de autonomia, por exemplo, não se distinguindo espacialmente, como posteriormente seria possível verificar com a constituição/generalização do processo de urbanização. E que eram marcadas pela produção direta dos meios de vida, questão justamente a partir da qual foi inaugurado o debate acerca do caráter das relações mencionadas, sem depender, desse modo, absolutamente da mediação do mercado que consolidaria a aparência de autonomia. Assim, ainda que partamos imediatamente de discussões sobre a forma de reprodução daquelas relações regionais de produção, poderemos encontrar a família como seu momento, mas sempre sombreada pelo âmbito androcêntrico. Os desníveis entre o aprofundamento com que encaramos a questão da dissociação em uma e outra dimensão surgem daí e não pretendem repor qualquer “marginalização” do âmbito familiar no nível da discussão crítica.

Logo no começo do seu depoimento, a primeira referência à família feita por Domingos Pereira dos Santos²⁵⁵ aparecia já vinculada ao problema da produção direta dos meios de vida. O lavrador afirmava que trabalham “*toda vida em regime de economia familiar*” de modo a obter uma “*produção agrícola voltada para subsistência*”. O âmbito familiar aparece enquanto unidade econômica (fundamentando interpretações como a de Graziano e Graziano Neto, 1983, por exemplo), pois nele se desdobrariam tanto a produção como o consumo dos meios de sobrevivência familiares, ainda que o acesso aos mesmos não

Moraes Silva, 1988), que se sobreporia à divisão rígida entre os gêneros, a lógica camponesa parecia se impor e a disparidade de gênero parecia não precisar se tornar alvo da crítica, pois assegurava condições de reprodução consideradas aprioristicamente positivas, por que não operariam segundo ditames do capital. Pior ainda ocorria em Maia (2004), que considerava a necessidade de compreender a diferenciação de gênero de uma perspectiva relacional, observando sua constituição social, e o patriarcado como fundamento da reprodução camponesa, contra uma abordagem teórica que naturalizaria os papéis sexuais, sem parecer, contudo, minimamente preocupada em criticar a naturalização real, fantasmagoricamente objetiva, desses papéis no desdobramento das relações sociais. Apontava claramente que a diferenciação entre os gêneros persistia apesar da chamada plasticidade, argumentando, por exemplo, que o dia de trabalho da mulher ficava sempre inferiorizado com relação ao do homem (cf. Maia, 2004, por exemplo, na página 169), mas aceitava-a, porque seus fundamentos eram socialmente relativos à lógica do campesinato e não à dominação de ordem econômica capitalista (cf., Maia, 2004, por exemplo, na página 39). Os objetos da sua crítica eram, portanto, a dominação capitalista vinda desde fora e as teorias que naturalizavam os atributos de gênero. O próprio patriarcado realmente existente como fundamento da reprodução camponesa era apenas constatado, em meio à positivação geral daquela reprodução, justificada por sua relativa independência.

²⁵⁵ Domingos tem 67 anos. DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

precisasse passar por trocas de equivalentes, como nas relações travadas por meio do mercado, articulando-se com referência a critérios que não aparecem imediatamente evidenciados na narrativa do lavrador.

A interpretação da família como unidade econômica teria levado, entretanto, as análises acerca da reprodução camponesa, sobretudo as de orientação “chayanoviana”, frequentemente a ficarem restritas aos termos quantitativos do problema da diferenciação entre os gêneros. A hipótese costumeiramente empregada do chamado “balanço trabalho-consumo” (cf. Chayanov, 1974), embora considere a interferência etária e de gênero na maneira como a composição familiar impactaria nas condições de sobrevivência dos camponeses, parece se ater apenas a definição de um padrão ótimo de distribuição dos integrantes da família, que permitiria assegurar, da melhor maneira, a reprodução das unidades. Restrito a uma abordagem quantitativa, ficava igualmente o problema da desigualdade, lembrado especialmente no destaque dado para as remunerações amiúde inferiores recebidas pela mulheres tanto no pagamento de diárias, na contratação de camaradas a dia, como nas trocas de dias, em que o dia de uma mulher chegaria a valer metade que o despendido por um homem (cf. Moraes Silva, 1988; Amaral, 1988 e Maia, 2004).

Não que esse âmbito da disparidade não exista, mas não pode ser tomado em consideração exclusivamente, como se a desigualdade de gênero consistisse apenas na “desvalorização” do trabalho feminino. A perspectiva da dissociação, ao contrário, nos exigiria abandonar uma abordagem estritamente quantitativa da divisão sexual do trabalho nas unidades familiares, verificando a imposição de determinada hierarquia também na dissociação de determinadas atividades imputadas ao feminino justamente por serem inferiorizadas do ponto de vista da reprodução capitalista. Ou seja, mais que investigar disparidades na remuneração ou na equivalência entre os dias de trabalho dependidos na lavoura, exigiria considerar, por exemplo, a existência de atividades, como o preparo dos alimentos, os tratos com casa e quintal ou o cuidado com crianças e velhos, que nem chegavam a ser executadas pelos homens, ficando o problema da quantificação necessariamente em segundo plano.

Assim, as disparidades entre os gêneros teriam uma dimensão qualitativa na reprodução daqueles lavradores e não apenas do ponto de vista das atividades predominantemente exercidas por mulheres. Ainda que a economia fosse familiar, como sugeriu Domingos, era o pai quem “*criava*” a família. Mesmo nos casos em que não conseguia se responsabilizar sozinho pela sobrevivência familiar, sobretudo por ser

especialmente “fraco” e precisar de “ajuda” para sustentar os filhos, sendo o “*chefe da família*”, passavam pelo pai quaisquer negociações estabelecidas com os “fortes”. A perspectiva de que o pai apenas recebia uma “ajuda” para, ele mesmo, criar sua própria família autorizaria ainda indicar uma relativa autonomização da família camponesa com relação ao fazendeiro e seu grupo familiar, distinguindo inteiramente as condições de reprodução do trabalho assentadas sobre a formação das famílias regionais daquelas encontradas no escravismo. Enquanto a reprodução dos escravos seria de inteira responsabilidade do seu proprietário, a obrigação imediata de reproduzir mulher e filhos aparecia, no depoimento de Domingos, como sendo do “*chefe da família*”. Por sua vez, passava a ser do chefe também o controle sobre aquelas condições de produção, autonomizado o trabalho da sua propriedade imediata pelo capital, de modo que o lavrador podia representar seu grupo familiar como “*a família de meu pai*”.

Que a autonomização entre a reprodução do grupo familiar que personificava o trabalho e daquele que personificava o capital estivesse em processo não significava, entretanto, que as relações entre camponeses e fazendeiros guardavam uma completa aparência de autonomia como demonstravam as menções de Domingos ao fato de os moradores da fazenda serem “*tidos por parentes*” do velho Deodato. Frequentemente interpretado como resultado de um processo de repartição dos espólios, que teria transformado antigas fazendas em comunidades camponesas minifundizadas, onde as famílias são “aparentadas” umas com as outras (cf., por exemplo, Ribeiro, 1997), o parentesco assinalado por Domingos parecia fazer referência, antes, ao processo de mobilização do trabalho dos lavradores, marcado por “ajudas” recebidas e pela “amizade” travada com os fazendeiros, estando, portanto, mais próximo dos termos em que se travavam as chamadas relações de compadrio que da existência efetiva de vínculos familiares em sentido consanguíneo. Se Ribeiro (1997) destacava a constância daqueles processos de minifundização sobretudo na chamada zona velha do vale do rio Araçuaí, sua problematização sobre a dinâmica das entradas nas matas evidenciaria como ambas as hipóteses indicadas não seriam necessariamente excludentes. O processo de imposição do trabalho aos grupos indígenas, que o autor considerou em termos da instauração de uma dinâmica populacional de ocupação do Jequitinhonha abaixo e Mucuri, abrangia tanto a iniciativa dos pioneiros de botarem índios para trabalhar em seus roçados como a de colocarem índias nas suas camas (cf. Ribeiro, 1997: cap. II): subordinação do trabalho e formação de laços consanguíneos forçados estiveram juntos na imposição de relações civilizatórias de dominação.

A falta de aparência de autonomia evidenciada pela constituição de famílias camponesas a partir da violência sexual imposta por pioneiros na sujeição dos grupos indígenas se perderia progressivamente em estratégias de reprodução familiar que possibilitariam consolidar uma oposição bastante definida entre as posições sociais personificadas por lavradores e por fazendeiros, naquele processo de reprodução de determinadas relações de produção regionais. Se na fronteira essa distinção seria quase imperceptível, como assinalou Ribeiro (1997), nas zonas de ocupação mais antiga se faria bastante presente, por exemplo, com a progressiva escolarização, completamente restrita, de início, às famílias mais “fortes”. Essa diferenciação apareceria inclusive nos grupos que personificavam as condições de mobilização do trabalho. Assim como Deodato, o Major José Benício também dominava terras, mas, segundo a narrativa de Domingos, o fato de ser “*farmacêutico formado*” acabava lhe servindo como um diferencial para “*mexer com política*” e “*ser tirado a coronel*”: “*Tratava todo povo da região*” deixando aos lavradores, como melhor alternativa para retribuir os cuidados que prestava, a “ajuda” nas eleições.

Se as estratégias de reprodução das famílias “fortes” e “fracas” tinham se autonomizado, não por isso deixariam de se constituir com relação a objetivos bastante paralelos, como evidenciava, por exemplo, a importância atribuída por Ana Beota²⁵⁶, companheira de Marciano²⁵⁷, à escolarização. Conforme seus depoimentos, ambos se esforçavam para incrementar o sustento das filhas, que haviam ido para a cidade “*estudar*”. Diferentemente do que sugerem amiúde as análises acerca da reprodução camponesa, que apontam casamento e escolarização sobretudo de filhas mulheres como mecanismos que procuram assegurar a indivisibilidade da unidade familiar, garantindo condições de reprodução ao menos para um dos herdeiros (cf., por exemplo, Graziano e Graziano Neto, 1983 e Amaral, 1988), com a estratégia adotada, os lavradores não pretenderam viabilizar sua sucessão por filhos igualmente camponeses: todos os seus herdeiros partiram para a cidade e embora o casal afirmasse ser exaustivo “*continuar tocando a lavoura sozinhos*”, parecia agradar a Marciano e Ana Beota que nenhum dos filhos precisasse mais “*fazer um trabalho tão pesado*”.

Mesmo quando a escolarização ainda não havia se constituído uma opção de reprodução familiar para os lavradores, as estratégias que os mesmos estabeleciam,

²⁵⁶ Ana Beota tem 73 anos. ANA BEOTA. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

²⁵⁷ Marciano tem 71 anos. MARCIANO SOARES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

procurando separar a reprodução da sua família da autoridade dos fazendeiros, se encontravam presentes. Como vimos anteriormente, a possibilidade de incrementar sua autonomia relativa com relação ao domínio fundiário, de acordo com o depoimento de Marciano, teria incentivado seu pai a comprar um pedaço de terra. Sua mãe aparecia unicamente “ajudando” Zé de Tiolino a pagar as terras adquiridas, trabalhando juntamente com o marido: *“Aí pai comprou e foi metendo o cepo, trabalhando mais minha mãe, sim”*. Embora a compra de uma terra estivesse mais próxima das relações contratuais que os “favores” solicitados aos mais “fortes” por chefes com dificuldades para garantir a sobrevivência da sua família, continuava, assim como naquelas circunstâncias, predominantemente atribuída ao “homem” a condução das estratégias de reprodução familiares.

Esse não parecia ser, entretanto, o único papel desempenhado por mulheres na reprodução daquelas relações regionais de produção, pois apareciam ainda em outras posições, como no exemplo da *“velha que ficava colhendo muito café e arrumando medidinhas das coisas”* para os camaradas que trabalhavam em sua fazenda. Naquela circunstância era uma mulher quem personificava as condições de mobilização do trabalho, embora, muito possivelmente, não tenha sido a mesma a responsável pela instituição do domínio em que estavam assentadas. Como Joana Guedes de Brito e, posteriormente, Joazina Miranda, embora atualmente a mobilização do trabalho não mais aparente depender do domínio fundiário, servindo a propriedade especialmente como fundamento da extração de determinados rendimentos, eram todas *herdeiras*. Se a constituição das fazendas, bem como as negociações estabelecidas entre lavradores e fazendeiros eram momentos da reprodução daquelas relações de produção de caráter fundamentalmente masculino, a herança parecia autorizar desvios nesse padrão, possibilitando às mulheres que também personificassem papéis ordinariamente desempenhados por homens.

As relações com os camaradas mobilizadas pela *“velha que colhia muito café”* permitiam igualmente evidenciar a compra de terras pelo pai de Marciano como uma estratégia de autonomização da reprodução da sua família, de maneira a assegurar sua posição como chefe. Nos domínios instituídos por Hermenegildo Pimenta, a família de Marciano havia trabalhado como agregada. No entanto, seu pai teria buscado viabilizar condições de pagar pela possibilidade de cultivar lavouras apenas para a sua própria sobrevivência. Sem meios para tanto, os camaradas que trabalhavam com Adriano e sua mulher, Antônia, para *“a velha”* recebiam somente aquelas *“medidinhas das coisas”*, reiterando sua necessidade de ter sempre que tornar a se empregar na fazenda, onde, inúmeras vezes, tinham inclusive que

dormir, de maneira a se pouparem dos longos percursos de volta até suas casas, ficando, com isso, afastados da convivência com suas famílias.

As mencionadas disparidades das atividades desempenhadas internamente à reprodução da chamada economia familiar de subsistência e não apenas com relação às diferentes posições ocupadas por lavradores e lavradoras mediante as imposições personificadas por fazendeiros e herdeiras, apareciam igualmente no depoimento de Marciano. Nas marombas comunitárias em que vizinhos se reuniam para trabalhar nas lavouras uns dos outros, quem colocava “*bastante coisa no fogo, porque juntava gente mesmo*” eram sobretudo as mulheres. Conforme o lavrador, os mutirões serviam para conjugar o trabalho de muitos na execução das tarefas mais “pesadas” de preparação do roçado. Não que mulheres não integrassem, eventualmente, a equipe, dependendo da tarefa solicitada pelo lavrador que convidara os vizinhos. Contudo, frente aos atributos sociais de gênero personificados pelos homens, como maior força e capacidade para o trabalho “pesado”, nenhum lavrador homem deixaria de roçar ou carpir para assumir a preparação da comida. Se do ponto de vista do trânsito das mulheres entre diferentes tarefas, as mesmas parecem intercambiáveis, quando se trata de pensarmos a inserção masculina, se evidencia a diferenciação de gênero que fundamenta, inclusive, que o trabalho feminino no roçado seja frequentemente apreendido, segundo as próprias representações sociais dos lavradores, como supérfluo ou como mera “ajuda” (cf., por exemplo, Maia, 2004 e Moraes Silva, 2013).

Tais bloqueios a uma total plasticidade no intercâmbio de homens e mulheres no desempenho das funções necessárias à reprodução apareciam também, embora de modo distinto, nas trocas de dias, quando o trabalho feminino ficaria “desvalorizado” no desempenho de certas atividades. Assim como apareciam na remuneração diferenciada recebida por mulheres quando da execução de tarefas cujas características faziam-nas atribuíveis ao gênero feminino, como no caso da função da “torradeira”, na produção da farinha de mandioca (cf., por exemplo, Mota Silva, 2008). No pagamento diferenciado ou na inequívoca contratação de mulheres, uma vez que os homens não seriam considerados competentes para sua execução. Como o apontamento de Antônio Gomes²⁵⁸ citado abaixo permite compreender, essas atividades seriam tomadas por tarefas para as quais se remunerava um valor diferente das diárias pagas para um camarada convencional, nem chegando a integrarem sistemas de trocas de dias por serem consideradas especializadas e preferencialmente realizadas por mulheres: “*Nesse negócio de trocar dia, vale o dia de um*

²⁵⁸ Antônio tem 65 anos. ANTÔNIO GOMES I E ANTÔNIO GOMES II. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

pelo dia do outro, né? Mas no trabalho de roça, geralmente o dia de um homem é mais valorizado que o dia de uma mulher. Tem lugar que chega a valer só metade o dia de uma mulher. Mas dependendo do serviço, né? Dependendo até vale mais. Por exemplo, torrar massa [na preparação da farinha] mesmo... Bater tacho também [na preparação da rapadura]. O trabalho da mulher fica mais valorizado. Mas essas coisas geralmente nem troca dia, porque é tarefa, né? Tarefa é quando tem aquelas coisas que só umas pessoas sabem fazer ou fazem melhor que as outras. E nesse caso já são as mulheres, não são os homens. Aí não troca dia, né? Porque um dia trabalhado em uma tarefa não é um dia qualquer, não é o dia do camarada qualquer. Porque pra torrar uma massa é só quem sabe fazer. Você não chama qualquer um, né. O valor que se paga é maior que uma diária e geralmente você chama uma mulher, né? Porque elas são bem mais habilidosas que os homens, sabem fazer melhor. Então você nem chama um homem, né? E nesse caso as mulheres são mais valorizadas”.

Ainda que tanto o preparo da comida como a função de “torradeira” fossem identificados ao feminino, a distinção central entre ambos aparecia marcada pela autonomização. Atividades intercambiáveis por trabalho em geral manifestavam sua atribuição de gênero sobretudo na quantificação diferente do trabalho de homens e de mulheres, conforme as atividades fossem consideradas mais “masculinas” ou mais “femininas”. Atividades cindidas do âmbito da circulação do trabalho, onde o mesmo “ganhava medida” por se apresentar intercambiável por outros, não precisavam de quantificação inferior para se apresentarem como atributos de gênero. Eram atividades necessariamente femininas, como femininos eram também os espaços em que eram desempenhadas: a casa, o jardim o quintal. Comumente interpretados como âmbito do exercício da autonomia das mulheres com relação à autoridade patriarcal exercida no comando da unidade familiar camponesa (cf., por exemplo, Amaral, 1988; Maia, 2004 e Moraes Silva, 2013), insistimos na conceituação daquelas atividades enquanto momentos da reprodução social fundada na dissociação. Assim como a autonomia da própria unidade familiar, a independência feminina nos seus espaços e atividades apenas poderia ser considerada se não ignorássemos a forma geral da reprodução social. Se as mulheres conseguiam ter controle sobre determinadas decisões nas atividades “femininas” isso acontecia somente em função da dissociação das mesmas como atributos de diferenciação de gênero, organizada pela reprodução patriarcal daquelas relações sociais de produção. O patriarcado produtor de mercadorias determina a separação dos domínios feminino e masculino mediando a reprodução de ambos, como uma relação que se estabelece *entre* os

gêneros, sem ficar restrito, portanto, ao âmbito exclusivo de exercício da autoridade masculina.

Se os camaradas que trabalhavam para “*a velha que colhia muito café*” frequentemente tinham que dormir separados de suas famílias por não conseguirem se autonomizar da reiterada sujeição imposta por uma remuneração fundada “*naquelas medidinhas das coisas*”, no caso da estratégia de reprodução familiar encampada por Honorato, o avô de Simeão, seu afastamento da família não parecia reiteração da dependência, mas constituição de uma autonomia relativa que asseguraria aos mesmos trabalharem somente para si próprios. Segundo Simeão Rodrigues²⁵⁹, Honorato havia se mudado para São Pedro do Alagadiço por ter comprado terras na fazenda de Hermenegildo Pimenta, mas “*tinha a esposa dele era lá no Paredão*”. Sua estratégia era diferente daquela adotada por Zé de Tiolino, que “*metia o cepo*” em conjunto com a mãe, mas seu sentido era semelhante: produzir o máximo possível que lhes permitisse pagar as terras adquiridas, onde a autonomia estaria mais preservada. A diferença fundamental se relacionava com a possibilidade da família Costa ter acesso a terras, herdadas pela esposa de Honorato, também em outra comunidade, que podiam ser conjugadas de modo a viabilizar aquela estratégia de reprodução familiar.

Assim como os pedidos de “ajuda” remetidos aos mais “fortes” e a negociação de terras com os fazendeiros, o pedido de agregação, que sinalizava a mais completa inexistência de qualquer aparência de autonomia considerada do ponto de vista das estratégias de reprodução familiares, em geral, também tinha que ser consumado por homens. Sem embargo, a trajetória de Antônio e sua mãe Maria Gomes da Cruz evidenciaria outra dimensão do processo de autonomização diferenciado da separação dos lavradores da reprodução da família dos fazendeiros. Após o pai de Antônio ter deixado a família, a responsável pelos pedidos de morada nas fazendas se tornara sua mãe, que desempenhava, nesse sentido, um papel costumeiramente atribuído aos homens, o realizando sempre numa condição inferiorizada, como revelaram as dificuldades de sobrevivência encontradas por ambos e narradas por Antônio.

“*Rendendo muito pouco*” do ponto de vista dos fazendeiros, o trabalho conjunto despendido por Antônio e sua mãe frequentemente não conseguia atingir o “mínimo” estipulado para manter os agregados “favorecidos” pela possibilidade de morarem nas fazendas. Assim, a inserção da mãe na posição de quem fazia o pedido de agregação, embora

²⁵⁹ Simeão tem 71 anos. SIMEÃO RODRIGUES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

fosse possível, parecia se desdobrar apenas de maneira muito precária. Nem Antônio, por ser criança, nem a sua mãe, por ser uma mulher, conseguiam exercer efetivamente o papel do “chefe” que “criava” a família. Um “ajudava” o outro na execução dos trabalhos, que, sem embargo, nem sempre rendiam o necessário para o sustento: “*Todo dia eu estava junto ali com ela, mas não tinha como. [...] Era eu e minha mãe*”²⁶⁰.

Apresentando o problema, Antônio afirmava em sua narrativa não querer “*menosprezar as mulheres*”. Angustiava-se ao perceber alguma objetividade que teria dificultado enormemente suas condições de reprodução ao lado da sua mãe, buscando relacioná-la, mesmo acreditando que não devia haver hierarquia entre as capacidades possuídas de maneira diferente por homens e mulheres, com uma incapacidade quase fisiológica de ambos, sozinhos, suportarem um desempenho suficiente na execução de trabalhos muito pesados. Essa objetividade que certamente transcendia o ponto de vista crítico forjado pelo lavrador desde as experiências vividas na infância, consolidadas, posteriormente, numa trajetória de militância sindical, social e ambiental, sugerimos problematizá-la nomeadamente a partir do caráter fantasmagórico de uma forma de socialização pautada pela produção de riqueza abstrata, assim como pela dissociação de tudo aquilo não pode ser diretamente redutível àquela tautologia.

Como a “ajuda” das irmãs dificilmente conseguiria assegurar um rendimento suficiente para o trabalho despendido pela família, do ponto de vista do critério

²⁶⁰ Em seu trabalho *A família operária: consciência e ideologia*, publicado originalmente no ano de 1980, Eunice Durham (2004) busca se contrapor às perspectivas que atribuem ao desenvolvimento capitalista um esvanecimento da família, enquanto unidade produtiva, que culminaria no processo de individualização. Ao contrário, a autora sugere que uma investigação acerca dos mecanismos de reprodução da força de trabalho se mostraria capaz de identificar o lugar de significação assumido pela família na sociedade capitalista. Justamente porque a família se realiza, por meio do consumo, como o *locus* de reposição da energia consumida pela exploração capitalista, sendo ainda uma unidade de produção, na medida em que as mercadorias têm que ser transformadas, por exemplo, no caso do cozimento dos alimentos, de modo a possibilitar sua ingestão. Assim, a abordagem da autora transita entre uma análise da valorização da família pelas classes populares, na qual sugere que a mesma se baseia no fato do núcleo familiar representar o âmbito coletivo da socialização, da liberdade proporcionada pelas opções de consumo e da satisfação das necessidades. E uma discussão da funcionalidade e das formas de reprodução da mesma, donde assinala desde logo que, apesar do padrão familiar pressupor a existência de um “provedor masculino estável” (2004: 241), a existência da família prescinde do mesmo, operando em última instância como uma “unidade de rendimentos” (2004: 243). Essa forma de apresentar o problema nos permitiria discutir às condições de reprodução de Antônio e sua mãe, considerado, obviamente, o fato dos mesmos não serem, naquelas circunstâncias, trabalhadores assalariados. Mesmo tendo perdido o provedor masculino, ambos trabalhavam em conjunto, se “ajudando”, de modo a compor uma unidade de dispêndio de trabalho que lhes proporcionasse a subsistência. Ainda que seja possível considerá-los, e não apenas dessa perspectiva, uma família, insistimos na necessidade de considerar que a ausência do provedor masculino não destitui, contudo, a vigência do seu papel. A mãe de Antônio teria, portanto, sempre que se relacionar com aquela falta de modo a ocupar posições nas quais socialmente não era possível de adequar completamente. Com isso sugerimos que a relação patriarcal como forma de mediação social possui uma vigência que extrapola mesmo a existência imediata de uma presença masculina, desdobrando-se, diferentemente, mas não só, em torno de atributos e posições de gênero.

fantasmagórico que fazia valer a pena aos fazendeiros ceder morada, as mesmas teriam “*saído para trabalhar em casa de família*”. Mudando-se poderiam chegar a ter “*sorte diferente*”, tendo chance de vir a estudar, possibilidade que não deixava de informar o imaginário da estratégia de reprodução, embora, diferentemente da família de Marciano, Antônio e sua mãe não tivessem nenhuma condição para amparar financeiramente suas irmãs. O lavrador, por sua vez, mesmo sem conseguir se realizar como chefe daquela família, cuja narração acerca das inúmeras dificuldades de reprodução foram anteriormente apresentadas, não haveria nunca de deixar sozinha a sua mãe. Sem desconsiderarmos os vínculos afetivos existentes entre ambos, sugerimos que a possibilidade de Antônio se tornar “homem” quando crescesse, assegurava-lhe a oportunidade de vir a ser chefe da família de modo a tentar contornar as deterioradas condições de sobrevivência que haviam sempre sido enfrentadas.

Autonomizada do pai, mas não da necessidade de se mediar com papéis predominantemente masculinos, a família de Antônio não estava separada, todavia, das relações com outros “*parentes*”. Moraram, não à toa, nas terras de Serafim Franco, apresentado como padrinho do lavrador. As principais referências a uma relação de compadrio provinham, entretanto, da “ajuda” oferecida por Valdemar Gonçalves, que assegurou para Antônio memória positiva a seu respeito, sobretudo por nunca haver “*destratado*” sua mãe, pagando sempre o seu dia trabalhado, além de auxiliá-la com “*presentes*” que complementavam a sobrevivência familiar de modo a compensar as dificuldades advindas dos desníveis de remuneração.

Apesar das diferenças dos papéis personificados em processo, evidenciadas pela possibilidade de Antônio vir a se tornar o “chefe da família”, diferentemente das suas irmãs e também da mãe, seu espantoso conhecimento sobre atividades atribuídas ao “feminino”, que apareceu em diversos momentos da sua narrativa que apresentamos anteriormente, como na descrição das plantas nativas propícias para a alimentação, incluindo a sua forma de preparo, por exemplo, revelaria que não somente a sua mãe personificava papéis atribuídos ao gênero oposto, em condições muito adversas, como também o lavrador deve ter partilhado com a mesma as atividades que garantiam a reprodução da família. A autonomização possível quando se tornou mais velho, indo ele próprio trabalhar na diária ou, posteriormente, levando produtos para serem comercializados nas feiras das pequenas cidades, recolocava, contudo, os papéis não superados pelo trânsito necessário experimentado por aquela família entre os domínios cindidos com base em atributos de gênero: “*Comprava o feijão, a farinha, o arroz, a gordura, comprava deles. Aí trazia para casa para minha mãe me alimentar*”.

Tendo experimentado condições muito diferentes de sobrevivência, ainda que estabelecidas pela mesma dinâmica de reprodução regional daquelas relações sociais de produção, as trajetórias dessas famílias de lavradores revelam a importância da autonomização na mudança das personificações das distintas posições resultantes do processo de diferenciação entre os gêneros. Contudo, ainda que se possam notar características muito diferentes, por exemplo, no papel assumido pelo chefe da família conforme a reprodução da mesma, depois de autonomizada da propriedade do capital, adquiria maior autonomia, a apresentação reiterada da família como sendo “deles” evidenciava a preservação de uma dimensão importante do patriarcado, mesmo que modificada sua forma concreta. Assim também com o processo de autonomização de determinadas atividades expulsas do âmbito estritamente privado para a produção de mercadorias: mudando a esfera em que se reproduziam, continuavam permeadas por atribuições de gênero, mesmo que a forma de reprodução das mesmas se alterasse, se tornando tanto mais quantitativa quanto mais referida estivesse à dimensão do trabalho abstrato. Dessa perspectiva, identificamos, portanto, a dissociação como momento constitutivo da socialização capitalista que produz diferenciações permanentes, que não se extinguem em seu processo de modernização.

Trazendo a tona o “problema das diferenças” (Scholz, 2004), não pretendemos, portanto, apartar das imposições da socialização capitalista atividades ou qualidades referidas ao âmbito feminino, resguardando-as, com recurso ao procedimento do individualismo metodológico, em planos com lógica independentes do processo de dominação social patriarcal e fetichista que procuramos criticar. Nem reivindicar “reconhecimento” para determinadas atividades atribuídas ao feminino a partir do estabelecimento de uma identidade positiva entre as mesmas e o chamado “trabalho produtivo” como almeja determinada crítica feminista²⁶¹. Como evidenciamos, nossa perspectiva não se restringe à crítica da exploração capitalista da riqueza socialmente produzida, constituindo-se a imposição e a naturalização do trabalho como momentos fundamentais da reprodução tautológica do patriarcado produtor de mercadorias como modelo civilizacional. Não faria sentido, portanto, tomarmos essa relação de dominação social fetichista como referência para caracterizar os atributos femininos cindidos pretendendo, assim, livrá-los da invisibilidade e da inferiorização.

²⁶¹ Um exemplo dessa posição pode ser visto em Paulilo, que sintetiza o problema com o qual nos estamos contrapondo: “A exclusão das mulheres rurais da herança em terras e o significado dado ao casamento têm como fundamento a noção de ‘trabalho’. Apesar das críticas que o marxismo fez à economia de mercado, foi baseado em seus princípios que cunhou as expressões trabalho “produtivo” e “improdutivo”. Esta dicotomia reforçou a desvalorização do trabalho doméstico já presente na antiguidade, considerando-o como improdutivo e hierarquicamente inferior ao produtivo [...]. Daí deriva a visão do trabalho das mulheres nos campos apenas como ‘ajuda’ ao dos homens” (Paulilo, 2005).

Além disso, assinalamos, por fim, que, apesar da existência como trabalho diretamente produtor de mercadorias de determinadas atividades que aparecem representadas sendo “mais bem” realizadas por mulheres, como no caso da função de “torradeira”, e apesar da transformação de determinadas atividades, dissociadas para o âmbito feminino, em serviços, a autonomização das mesmas não supera sua condição estruturalmente cindida a partir da qual se estabelecem reproduzindo inserções hierarquicamente desiguais para homens e mulheres. Não bastam, portanto, políticas afirmativas de superação daquele processo de diferenciação de gênero, conduzidas internamente aos mecanismos da socialização capitalista, pois que os mesmos se fundamentam no patriarcado. A superação do processo de inferiorização dos atributos referidos ao feminino, assim como de todas as outras formas de dominação relativas ao gênero, apenas podem ser pensados conjuntamente com a superação do valor, por integrarem, coconstitutivamente, a mesma, ainda que fragmentária, totalidade social.

CAPÍTULO 3

DE COMO A FORMAÇÃO DA “REGIÃO” PÔS FIM AOS CAMPONESES REGIONAIS

3.1. Crise da reprodução regional ou emergência de uma “região”?

Os pecuaristas José Otoni Alves Campos, José Antônio Martins, Geraldo da Cunha Melo Filho e Joazina Miranda Neiva Melo apresentaram em seus depoimentos explicações para a ruptura das relações de produção que faziam da fazenda a forma possível de acumulação de capital naquele contexto de reprodução regional. As transformações estabelecidas pelo Estado, sobretudo a extensão de direitos aos trabalhadores do campo, conforme aparecia a promulgação do ETR para fazendeiros que passavam à condição de empregadores, teriam dificultado a manutenção da grande quantidade de trabalhadores existentes antes nas fazendas, em razão do aumento dos custos com o pagamento dos benefícios exigidos, além de inviabilizarem o acesso dos trabalhadores à moradia dentro daquelas terras, pois aluguéis teriam de ser cobrados de modo a garantir que não se configurasse nenhuma relação legítima de posse da terra (sobre o processo que transformou conflitos fundiários em conflitos trabalhistas culminando na invasão e na expulsão de antigos posseiros e agregados, cf. seções 1.3 e 1.4 dessa tese).

Apesar do cunho ideológico do ponto de vista assumido, que reduz a uma transformação nos custos a ruptura das condições de reprodução daquelas relações de produção, assim como caracteriza a generalização da migração temporária e do chamado êxodo rural como resultados da “aspiração” dos trabalhadores a aumentarem seus níveis salariais, as explicações daqueles pecuaristas estabelecem pontos de contato com as interpretações acadêmicas sobre aquelas mudanças, discutidas no capítulo anterior. O problema do aumento dos custos de remuneração do trabalhador e o desejo do mesmo aumentar seu padrão salarial e de consumo, ambos podem ser remetidos ao processo de integração do Vale do Jequitinhonha ao mercado nacional em unificação, apontado por Martins (1986), Amaral (1988), Ferreira Ribeiro (1993) e Ribeiro (1997).

Tanto no sentido mencionado pelos pecuaristas José Otoni e José Antônio, que destacaram as dificuldades em remunerar com dinheiro os salários e outros benefícios trabalhistas, sobretudo frente ao baixo retorno obtido com a comercialização das suas mercadorias (principalmente o gado para corte), cujos preços, afirmavam os mesmos, deterioravam-se na concorrência com produtos de outras regiões (da carne congelada e

empacotada, por exemplo), inviabilizando a possibilidade de liquidação dos custos de produção do gado e reprodução das fazendas, especialmente se a obrigatoriedade da regulamentação trabalhista viesse a integrá-los, aumentando-os. A manutenção de, no máximo, um vaqueiro de modo permanente e a contratação eventual de diaristas para execução de outras tarefas, corresponderiam ambos, da perspectiva dos pecuaristas, à necessidade de “*enxugar os custos*” para viabilizar a “*sobrevivência dos negócios*”, ainda assim precariamente.

Como no sentido apontado por Joazina Miranda, que percebia na integração dos mercados não somente a chegada dos inúmeros produtos industriais que provocavam o “desejo” de consumo dos trabalhadores, como também a possibilidade deles próprios circularem como mercadorias, rumo à zona urbana ou para regiões onde pudessem obter melhores remunerações frente à oportunidade de ganho bastante limitada nas fazendas, porque quase que completamente circunscrita à possibilidade de se empregarem como diaristas.

Além dos processos indicados, percebidos mais imediatamente pelos produtores pecuários, os autores mencionados alargavam a observação do impacto resultante da integração dos mercados para além das modificações nas relações sociais de produção vigentes nas fazendas. Consideravam também a deterioração dos preços dos excedentes agrícolas que os lavradores levavam ao mercado. A perspectiva de que a comercialização seria apenas momento da reprodução das condições de vida dos lavradores se perdia, entretanto, na medida em que os autores pareciam naturalizar a ruptura das relações anteriormente estabelecidas com as fazendas, que ocorrera quase simultaneamente ou precedera toda produção acadêmica sobre o Vale do Jequitinhonha que vimos discutindo, projetando sobre o passado a imagem homogênea de um camponês autônomo, cuja sobrevivência nunca teria dependido da reprodução das relações sociais de produção estabelecidas no âmbito dos domínios fundiários, inclusive. A deterioração dos preços de excedentes agrícolas e a redução das próprias condições de produção dos lavradores, modificadas frente à destruição da *copropriedade*, para usarmos a expressão de Moura (1988), imposta pela modernização das fazendas, confundiam-se, ficando evidenciada geralmente a primeira em detrimento da última. Assinalar a existência do conjunto de processos que concorriam para a degradação das condições de reprodução daqueles lavradores não significa deixarmos de considerar, ainda assim, que os prejuízos para a inserção dos mesmos no mercado, desdobrados do acirramento da concorrência com a produção agrícola

de outras regiões, teriam efetivamente fragilizado a reprodução das famílias, empurrando muitos camponeses, inclusive, para a migração temporária.

A perspectiva de que a integração dos mercados teria provocado mudanças nas condições de reprodução camponesa, assumida pelos autores referidos²⁶², estabelecia uma articulação entre aquelas interpretações que identificavam as rupturas ocorridas como desdobramentos *da crise de um sistema* e as análises que as atribuíam à intervenção externa, do Estado ou da chamada expansão do desenvolvimento capitalista (uma síntese crítica dessas análises pode ser cf. nas seções 1.2 e 1.3 dessa tese). Ao menos nesse aspecto, alguns dos autores aludidos reconheciam a inserção daquelas transformações regionais em um contexto nacional de modernização, sem, entretanto, com exceção de Martins (1986), abandonarem a concepção de que a suposta crise da economia de subsistência teria como fundamento limites internos à reprodução, desdobrados do esgotamento ecológico (cf. Ribeiro, 1997) ou da minifundização das terras repartidas excessivamente como espólio até o limite de inviabilizar a reprodução camponesa (cf. Voll, 1984 e Amaral, 1988).

Considerando, diversamente, as modificações naquelas condições de reprodução camponesa como o resultado de um processo imposto desde fora, as análises que se concentraram na problematização da *chegada do estranho*, desconsideraram possíveis desdobramentos críticos originados da própria dinâmica de reprodução camponesa, principalmente por considerá-la bastante estável e equilibrada (essa sugestão pode ser identificada nas interpretações de Graziano e Graziano Neto, 1983; Moraes Silva, 1988 e 1999; Pinheiro, 1988; Muls, 1989 e Maia, 2004). Mas não podem ser acusadas de não terem conferido a devida atenção aos processos que asseguraram a implantação das chamadas empresas capitalistas no Vale do Jequitinhonha, analisando com bastante profundidade sobretudo os esforços estatais estabelecidos com essa finalidade.

Entre esses esforços, os autores destacaram a cessão de crédito subsidiado para a implantação de uma cafeicultura comercial e de larga escala, para a produção de florestas homogêneas, assim como para a modernização da produção pecuária. O oferecimento de linhas de crédito, além dos inúmeros incentivos fiscais, tinha volume e características

²⁶² Os autores discutidos tomaram como seu objeto de discussão a reprodução camponesa sem atentarem necessariamente para a deterioração nas condições de reprodução das fazendas, que procuramos evidenciar a partir do ponto de vista assumido pelos pecuaristas sobre o processo de modificação das relações sociais de produção. Diferentemente das análises referidas, buscamos articular à discussão as representações desses últimos, por considerarmos que a reprodução camponesa teria de ser criticada enquanto um momento da reprodução da forma de acumulação do capital que se territorializara regionalmente, da qual a fazenda era somente expressão de um conjunto de relações que procuramos problematizar. Essa perspectiva justifica o enunciado que intitula o capítulo 2.4, de que existe uma reprodução camponesa de relações regionais de produção.

diferenciadas para o fomento de cada uma das culturas mencionadas, mas também conforme os municípios onde seriam investidos. Extensionismo rural e outras formas de assistência técnica se articulariam aos incentivos fiscais no caso dos investimentos empresariais, mas passariam também a ser oferecidos em conjunto com linhas de crédito específicas para lavradores que, dentro dessa perspectiva, poderiam melhorar seu desempenho tornando-se “pequenos produtores”, segundo a terminologia empregada em programas como o MGII. Outra ação fundamental, pressuposto inclusive para todas as intervenções assinaladas, foi realizada pela Ruralminas, que atuou regulamentando a ocupação de terras, assim tomadas como devolutas, por empresas apoiadas pelo Estado, segundo o padrão produtivo que se buscava estabelecer (a discussão minuciosa dessas intervenções pode ser cf. na seção 1.2 dessa tese).

A diferenciação dos municípios que receberiam ou não cada uma daquelas intervenções teria passado, contudo, quase que despercebida da maioria dos autores discutidos. Voll (1984) e Pinheiro (1988) observaram a concentração dos subsídios à cafeicultura em Capelinha, Novo Cruzeiro, Pedra Azul e áreas do entorno, enquanto o reflorestamento era incentivado principalmente no Alto Jequitinhonha, nomenclatura de diferenciação regional que ambas empregavam, legitimando sem questionar os termos do planejamento. Além delas, apenas Moraes Silva (1999) teria notado determinada espacialização diferenciada dos incentivos, anunciado a demarcação de um *distrito florestal* pela Ruralminas, em terras consideradas desocupadas e inaproveitadas, que deveriam ser destinadas prioritariamente à produção florestal.

Os distritos florestais, segundo se pode observar no documento *Projeto de distritos florestais para Minas Gerais: estudos básicos*²⁶³, correspondiam a grupos de municípios demarcados para receberem incentivos fiscais, subsídios creditícios e serem objetos de políticas de regularização fundiária a partir da avaliação do seu “potencial” para a implantação de reflorestamento²⁶⁴. Tendo como critério básico para a sua definição a

²⁶³ O documento foi produzido pelo governo de Minas Gerais, sob a responsabilidade de Aureliano Chaves, conjuntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura, o Sistema Operacional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SOAPA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), contando ainda com a participação da Ruralminas, criada para “integrar ao resto de Minas e do país”, “regiões” consideradas como “um vazio econômico e social”, segundo a terminologia utilizada no documento (cf. IEF, v. I, 1975: 59).

²⁶⁴ Essa política integrava o conjunto de esforços estatais voltados para a industrialização, traçados no Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPV) e no Plano Siderúrgico Nacional à Carvão Vegetal (PSNCV). Partindo do déficit de abastecimento dessas matérias primas que se fazia presente nas indústrias então implantadas, além de uma projeção de sua demanda para a ampliação de ambos os setores, os programas estimulavam incentivos fiscais, creditícios e fundiários para a produção de florestas, cuja madeira fosse empregada na fabricação de papel e celulose e como carvão vegetal na siderurgia. Um histórico tanto da produção siderúrgica como da produção florestal voltada para o abastecimento da indústria no Brasil e do processo que fez com que ambas se

localização da produção das matérias primas com referência ao *lôcus* do seu consumo industrial, de modo a reduzir o custeio com seu transporte, a “vocaço florestal” dos municpios, segundo a terminologia utilizada no projeto, era justificada, contudo, nomeadamente a partir da “aptido natural” dos mesmos²⁶⁵. Como deixava entrever o documento, efetivamente determinantes pareciam ser, para alm da existncia de determinados “recursos naturais”, por exemplo, terras, com dimenses e caractersticas propcias para a produo de florestas, as condies de apropriao daqueles meios de produo no produzidos: “A disponibilidade de terras livres, pronta e imediatamente utilizveis dentro de reas e polgonos com caractersticas ecolgicas favorveis ao rpido desenvolvimento das florestas, com ndices de incremento anual de alta compatibilidade e orientao estimuladora, como ocorre em Minas Gerais, levou o Governo Federal, com acerto, a assentar programa setorial de investimento que atenda autossuficincia interna de produo a mdio prazo. Ainda mais com a mo de obra tambm disponvel, e em condies de ser rapidamente formada e treinada [...]. O esforo brasileiro para a autossuficincia e

tornassem objeto do fomento estatal, no mbito do processo de modernizao retardatria, realizamos no segundo captulo da segunda seo de nossa dissertao de mestrado (cf. Leite, 2010). De modo a amparar a discusso agora sugerida, apontamos apenas o programa federal de incentivos fiscais para o reflorestamento criado em 1966, assumindo as orientaes definidas na *Segunda Conferncia Mundial do Eucalipto*, promovida pela Organizao das Naes Unidas para Agricultura e Alimentao (FAO) no Brasil, em 1961. O estmulo fiscal da lei consistia na possibilidade do abatimento das “importncias empregadas em florestamento e reflorestamento” (Artigo 1), “de at 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto” (Artigo 1, 3), ou seja, “das declaraes de rendimento de pessoas fsicas ou jurdicas” (Artigo 1), com base no “ano de exerccio financeiro em que o imposto for devido” (Artigo 1, 3). Em 1974, a criao do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), viria ajustar a poltica de incentivos fiscais “execuo das metas consignadas no ‘Programa Nacional de Papel e Celulose’ e no ‘Plano de Carvo Vegetal para a Siderurgia’” (FAO, 2002), direcionando os investimentos para as reas consideradas prioritrias para a realizao do reflorestamento, sobretudo obedecendo necessidade de rebaixamento dos custos com o transporte das matrias primas para as usinas onde seriam beneficiadas.

²⁶⁵ E no somente a “vocao” dos municpios seria justificada dessa maneira. Apesar do programa de incentivos fiscais ter sido estabelecido pelo governo federal, a justificativa empregada pelo rgo responsvel pela sua concesso para a criao dos distritos florestais em Minas Gerais se assentava em torno da “expressividade territorial” do estado, alm do seu “clima e solo propcios” para o reflorestamento (cf. IEF, v. I, 1975: 3-4), ocultando o fato de que Minas Gerais concentrava grande parte das indstrias consumidoras das matrias primas florestais, sobretudo inmeras siderrgicas estabelecidas no chamado Vale do Ao, em Sete Lagoas e outras cidades do entorno. Os depsitos de minrios de ferro existentes naqueles municpios teria estimulado a implantao de siderrgicas, que consumiam quase exclusivamente carvo vegetal produzido a partir de madeira nativa como redutor na fabricao de ferro gusa. Com a extino das florestas nativas existentes nas proximidades das indstrias, o preo do carvo vegetal vinha aumentando consideravelmente, empurrado pelos gastos com o seu transporte desde locais cada vez mais distantes, onde era possvel obter madeira para a produo daquela matria prima, devendo o programa de incentivos estabelecido servir para tornar o plantio de florestas homogneas e a produo de carvo vegetal a partir de madeira reflorestada menos custoso para as siderrgicas que a compra daquela matria prima produzida a partir de madeira nativa. Assinalamos a influncia dos gastos com o seu transporte at as indstrias onde era consumido sobre o preo final pelo qual o carvo vegetal era vendido por ser o motivo mais diretamente relacionado com o estabelecimento dos distritos florestais nas proximidades das siderrgicas existentes. Uma anlise mais aprofundada da viabilidade econmica da substituio das matas nativas pelas florestas plantadas, principalmente com eucalipto, teria de considerar ainda, alm dos subsdios estatais a reduzir os custos da produo, o melhor desempenho industrial do carvo produzido a partir de madeira reflorestada (cf., por exemplo, Coutinho, 1985 e Gonalves, 2006).

exportação passou a contar com forte estímulo depois da criação dos Distritos Florestais, etapa básica de uma correta política florestal” (IEF, v. I, 1975: 4).

Não bastaria, portanto, a existência de características ecológicas favoráveis ao desenvolvimento florestal se não houvessem “terras livres, pronta e imediatamente utilizáveis” nos municípios agrupados em distritos florestais, que deveriam receber os subsídios assinalados. Inclusive porque, contraposto aos gastos com transporte, que encareciam o carvão vegetal feito com madeira nativa, o preço das terras que seriam empregadas no reflorestamento poderia inviabilizar o rebaixamento dos custos com a produção daquela matéria prima (cf. Gonçalves, 2006), tornando a existência de terras devolutas um critério central na avaliação do “potencial” dos municípios eleitos para integrarem os distritos florestais: “Com base no Zoneamento Econômico Florestal para Minas Gerais, feito pelo IBDF em 1973, o Estado definiu as novas áreas de reflorestamento visando ao aproveitamento industrial. O mais grave problema para sua localização foi resolvido através da definição governamental de destinar as terras devolutas, situadas em regiões aconselhadas pelo Zoneamento Econômico Florestal, a um arrojado programa de reflorestamento” (IEF, v. I, 1975: 15-16).

A existência de terras devolutas e livres, pronta e imediatamente utilizáveis, que parecia ser um dado preexistente, uma característica quase “natural” que justificava a implantação do projeto em determinados municípios não teria prescindido, todavia, da intervenção estatal tanto em seu “levantamento” como em sua “destinação” ao reflorestamento, segundo os próprios termos utilizados no projeto, faltando apenas a concretização da concessão das mesmas para as empresas, o que o Estado já estaria em condições de concretizar²⁶⁶.

Apesar de legitimar a “vocação florestal” dos municípios que integrariam os distritos florestais sobretudo com base numa caracterização que, como vimos, não tinha caráter tão “natural” como o documento pretendia levar a crer, especialmente em suas primeiras páginas (cf. apresentação e introdução do projeto), foram assinalados também outros atributos, ainda que grande parte deles somente enumerados, sem qualquer apresentação mais exaustiva das suas implicações, a serem aproveitados para a produção florestal: “A privilegiada posição geográfica em relação aos centros consumidores internos, a existência de uma ponderável

²⁶⁶ “Hoje, com o Programa Nacional de Papel e Celulose [e o Plano de Carvão Vegetal para a Siderurgia] em implantação, Minas já pode oferecer condições adequadas a contribuir decisivamente para a concretização [da produção de grandes maciços florestais destinados à industrialização], como: grandes áreas de terras devolutas levantadas e já destinadas ao reflorestamento, [que podem ser cedidas] através de contratos de ocupação irreversíveis com grandes empresas reflorestadoras” (IEF, v. I, 1975: 15-16).

infraestrutura de serviços, a eficácia de um sistema voltado para as questões florestais – instituições de ensino e treinamento, pesquisas e experimentação, extensão e serviços, órgão de suporte financeiro e promotor de empreendimentos industriais com integração horizontal e vertical – a irreprimível decisão do Governo Estadual de se conduzir harmonicamente com as diretrizes do Governo Federal e ser o fator do somatório de esforços das Municipalidades, a existência de homens e empresários de porte internacional e, mais, um povo generoso, ordeiro, com aspirações e trabalhador, tudo isso dá ao estado excepcionais condições para arremeter com decisão indispensável, ainda mais nos assuntos e negócios florestais” (IEF, v. I, 1975: 48).

Todos os atributos destacados pareciam se articular, contudo, apesar de serem descritos de maneira claramente voltada a atrair empresas para a consecução daqueles objetivos, em torno de um projeto estatal apresentado como a “interiorização do desenvolvimento” (IEF, v. I, 1975: 6) em Minas Gerais. Nos trechos do documento destinados à análise das potencialidades particulares dos municípios demarcados sob a denominação Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha (cf. Estudos Cartográficos, Apêndice A), essa abordagem apareceria abertamente, sobretudo por não haver nenhum grande desenvolvimento prévio nem institucional, nem com relação à infraestrutura implantada nos mesmos²⁶⁷, que pudesse legitimar sua “aptidão” para a produção de florestas homogêneas: “Tendo em vista a necessidade de integrar o Vale do Jequitinhonha aos objetivos de desenvolvimento socioeconômicos do Estado, o Governo vem-se empenhando em desenvolver programas específicos para esta região. Tais programas pretendem basicamente o incremento de renda e emprego, através do incentivo, da coordenação e do planejamento para melhor aproveitamento da área” (IEF, v. II, 1975: 108).

A necessidade de “melhor aproveitamento da área”, de maneira a integrá-la aos “objetivos de desenvolvimento” estatal, seria justificada pela “baixa utilização dos solos agrícolas com grande excesso de mão de obra” (IEF, v. I, 1975: 73), sem contar a existência de diversas “áreas ocupadas com pecuária de corte muito extensiva, com escassa ocupação de mão de obra” (IEF, v. I, 1975: 73), ambas as modalidades “predominantes” de utilização das terras, “latifúndio pecuário e minifúndio de subsistência, com agudos problemas sociais”

²⁶⁷ A infraestrutura básica aparece mais do ponto de vista das suas carências, ressaltada a “deficiência [no abastecimento] de energia elétrica” e a “comunicação com a BR-116” como via quase exclusiva de vinculação regional, mas também são apontadas perspectivas para sua ampliação, como o “projeto hidrelétrico Salto da Divisa”, que permitiria “solucionar problemas” com a expansão dos *quilowatts produzidos*, e a “construção da BR-251 e 367”, que possibilitaria “ligação a portos do Sul da Bahia, facilitando exportação” (IEF, v. I, 1975: 74).

(IEF, v. I, 1975: 73, grifo no original). De maneira a promover o “desenvolvimento socioeconômico” por meio do “incremento de renda e emprego”, a principal ação proposta no projeto de implantação do distrito do Vale do Jequitinhonha aparece descrita assim: “Neste sentido é que promove o encaminhamento, até ela [a região], de grandes firmas reflorestadoras, inclusive de outros Estados. Todas elas se localizam em terras devolutas, pertencentes ao Estado e atingem consideráveis extensões. Elas são de baixo preço devido mesmo ao seu caráter devoluto e ao fato de serem mais aconselháveis a projetos florestais. Já se encontram instaladas ou em fase de instalação 18 empresas reflorestadoras” (IEF, v. II, 1975: 108, grifo no original).

Sobretudo contraposto aos termos em que o desenvolvimento foi descrito em momentos anteriores do documento, quando apareciam referências gerais aos impactos pretendidos pela implantação dos distritos florestais em Minas Gerais²⁶⁸, o sentido do processo buscado com a alocação de subsídios à produção florestal, para além do abastecimento assegurado e do barateamento das matérias primas que efetivamente beneficiariam uma intensificação no processo de industrialização nacional, ficava evidenciado: as condições de reprodução do capital deviam ser mudadas, mesmo se a implantação de indústrias não viesse a ocorrer, diretamente, em cada um dos distritos florestais estabelecidos. Os incentivos privilegiavam, para tanto, “alternativas” que se pretendiam mais “produtivas” do ponto de vista do emprego da terra e do trabalho apresentados como “disponíveis”, que deveriam passar a ser conjugados na produção mercantil segundo uma “combinação ótima” dos fatores de produção.

A caracterização que o projeto fazia do Vale do Jequitinhonha como “região” de intervenção, assim como as propostas sugeridas para o desenvolvimento da mesma, retomavam, desse modo, termos que se tornaram muito utilizados para representá-la, sobretudo a partir de meados do século XX, conforme discutimos anteriormente (cf. seção 1.1 dessa tese). A pobreza ou a miséria, frequentemente mencionadas nas notícias de jornal, reapareciam no projeto discutido como os agudos problemas sociais, resultantes da muita pequena possibilidade de incorporação dos trabalhadores pelas atividades econômicas desenvolvidas, caracterizadas por sua pouca expressividade econômica.

²⁶⁸ Um exemplo pode ser visto nessas passagens, em que alguns objetivos do projeto são pontuados: “Como vem sendo entendido, o ‘Distrito Florestal’ caracteriza-se por área geográfica, dimensionada em função do desenvolvimento integrado dos empreendimentos florestais e industriais, dentro do objetivo de alcançar a combinação ótima de todos os fatores envolvidos, minimizando, assim, os custos de produção”, possuindo ainda “o alto sentido de postular e definir rumos que levarão a economia florestal brasileira aos seus objetivos, dentro de uma política de desenvolvimento regional e nacional”. Além disso, “o Distrito Florestal traz na sua concepção [...] introduzir alternativas do uso da terra” (IEF, v. I, 1975: 20).

A própria concepção de que haveria uma unidade regional, assentada naqueles atributos, mas também na sua diferenciação com relação a zonas mais “desenvolvidas” existentes, em tese, tanto em Minas Gerais como no restante do país, também retomava os termos naturalizados com que o Vale do Jequitinhonha fora sistematicamente referido não apenas nos meios de comunicação. O projeto mencionado compunha igualmente a enxurrada de fontes e referências acerca da região, que mencionamos anteriormente (cf. seção 1.1 dessa tese). A diferença consistia no fato desse documento estabelecer, propriamente, indo além da simples menção, o agrupamento daqueles determinados municípios como espaço de intervenção estatal, com vistas ao desenvolvimento das atividades econômicas, que deveriam se tornar mais produtivas e competitivas²⁶⁹. Essa percepção, somente implícita nos autores (cf. Voll, 1984; Pinheiro, 1988 e Moraes Silva, 1999) que notaram a existência de uma espacialização diferenciada na alocação dos incentivos por municípios, sugere a possibilidade de pensarmos na *definição* do Vale do Jequitinhonha como uma “região”, tanto em termos do estabelecimento da sua unidade, em torno dos supostos “atraso” e pobreza que a caracterizariam, como da definição de um “recorte espacial” que demarcaria determinado processo de intervenção estatal, desnaturalizando sua existência, que deve ser tomada em perspectiva histórica, além de permitir contrapor sua existência pretensamente “objetiva”.

No breve histórico formulado acerca dos programas de desenvolvimento rural promovidos no chamado Alto Jequitinhonha, Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, em conjunto com outros autores, apontou para o mesmo problema que viemos destacando, afirmando que “o método usado então era este: estudos para planejamento recortavam regiões, identificavam desníveis socioeconômicos e elegiam prioridades que fundamentavam os programas e a negociação dos recursos. O clamor objetivo dos dados – que mostravam participação modesta na produção e indicadores sociais abaixo da média mineira – sugeria intervenções e definia uma vocação produtiva para modernizar essa economia estagnada. (...). Mas não foram apenas os dados desfavoráveis, (...) que alicerçaram a construção dessa avaliação negativa. Antes, os dados deram suporte para a comparabilidade no estado, e diferenças se transformavam em problemas que deveriam ser eliminados para equalizar produtividade e renda nas diversas regiões” (Ribeiro *et al.*, 2007: 1082).

Aqueles autores não teriam sido os únicos a atentarem para essa questão. O trabalho de Servilha (2012) tomava-a precisamente como seu foco, além de haver se dedicado a

²⁶⁹ A região apenas anunciada naquelas notícias (cf. seção 1.1 dessa tese) vinha a ter nesse, e em outros documentos e projetos de intervenção estatal, produzidos sobretudo a partir da segunda metade do século XX, seu efetivo processo de instituição.

discutir posterior ressignificação daquela identidade regional que emergira da intervenção estatal: “O que particularizava e individualizava o Vale do Jequitinhonha para que possamos considerá-lo, no século XIX, uma região? A problematização do ‘mito do isolamento’ do Vale do Jequitinhonha não nos permite a ponderação de que o mesmo se encontrava inserido numa teia de relações econômicas, sociais e culturais com outros espaços, inclusive não somente do estado de Minas Gerais? Uma bacia hidrográfica, a bacia do rio Jequitinhonha, nos permite classificá-la enquanto uma região geográfica? Em suma, o Vale do Jequitinhonha, enquanto região governamental e região identitária (temas analisados à frente), pode ser considerado uma região antes mesmo de que tais processos sociais e políticos ocorram? Tratamos aqui, antes de tudo, da emergência de uma região. Não debatemos aqui as transformações que levaram essa região a ser novamente visibilizada; nem tampouco analisamos aqui uma região que sofre modificações ao longo do processo de modernização do estado de Minas Gerais; nem sequer uma região que, após ser ‘descoberta’ por diagnósticos estatais e meios de comunicação, torna-se nacionalmente conhecida por sua miséria. Debatemos aqui a emergência de um novo recorte regional. Analisamos aqui a ‘invenção’ de uma região” (Servilha, 2012: 43).

A perspectiva de que aquela “região” teria emergido, não bastaria, todavia, para contrapor a concepção bastante presente nos estudos sobre o Vale do Jequitinhonha, problematizada ao longo de toda a nossa argumentação, de que a expansão do desenvolvimento capitalista teria sido imposta desde fora²⁷⁰. Mesmo relacioná-la predominantemente à criação de determinados programas de intervenção estatal, como viemos fazendo na argumentação precedente e podemos observar nas interpretações de Ribeiro *et al.* (2007) e Servilha (2012) e, igualmente, na discussão proposta em nossa dissertação de mestrado (cf. especialmente o segundo capítulo da segunda seção, Leite, 2010), poderia contribuir para confirmar essa perspectiva, que procuramos criticar. Se a chegada das empresas ocorrida a partir das décadas de 1960 e 1970, que marcaria o processo expansivo de desenvolvimento capitalista, segundo as teses clássicas sobre a questão, fora beneficiada pelos incentivos estatais, isso parecia confirmar tanto a perspectiva de que o processo tinha sido movido desde “fora” da “região”, tendo se originado com intervenções estatais que procuravam transformar as condições de reprodução do capital existente em alguma “região”

²⁷⁰ Ainda que, como indicamos anteriormente (cf. seções 1.2 e 1.3 dessa tese), a maioria dos trabalhos discutidos permita antever uma espécie de confusão sobre a questão de se eram as condições de reprodução camponesa ou o próprio “Vale do Jequitinhonha” o objeto da invasão, desde fora, pela expansão do desenvolvimento capitalista.

diagnosticadas, de maneira a “interiorizar” o desenvolvimento no país, como a concepção de que uma reprodução efetivamente capitalista apenas teria atingido o Vale do Jequitinhonha a partir daquele período.

Como procuramos demonstrar, contudo, mesmo em determinadas condições de reprodução que identificamos como regionais, o processo de territorialização do capital ocorria, assentado em formas particulares de mobilização do trabalho e de apropriação fundiária, desencadeado ao menos desde a imposição do sistema colonial, conforme o mesmo fora instituindo sua formação territorial. Mas não somente o processo de acumulação que territorializara a pecuária, inicialmente nos sertões do rio São Francisco, assim como a extração aurífera na zona velha do vale do rio Araçuaí e as posteriores entradas pioneiras nas matas existentes Jequitinhonha e Mucuri abaixo tinha vindo se desdobrando desde bem antes daquele processo de intervenção estatal. Ainda que a concentração de projetos naquele período e o efetivo avanço das empresas, sobre terras consideradas devolutas por órgãos estatais, sinalizem as décadas de 1960 e 1970 como momentos-chave para se interpretar a questão, desde antes, determinadas perspectivas modernizadoras sugeriam a existência de uma “estagnação” econômica e de relações “atrasadas” a serem combatidas, não necessariamente apenas naqueles municípios que posteriormente seriam recortados segundo uma caracterização homogênea de modo a se tornarem objeto da intervenção estatal. Alguns dos prognósticos e iniciativas que se desdobraram daquelas perspectivas modernizadoras teriam, inclusive, sido formulados “internamente” ao Vale do Jequitinhonha, ou melhor, em alguns dos municípios que viriam a integrá-lo posteriormente, em momentos nos quais a “projeção” da existência daquela “região” nos faria certamente incorrer num anacronismo.

3.2. Modernização como perspectiva

O livro *A terra, o pão, a justiça social* (Figueiredo *et al.*, 2010) publicado para divulgar ações reunidas sob o subtítulo *A importante participação da Igreja nas políticas públicas no Brasil*, nos permite ilustrar com alguns exemplos o problema que estamos levantando. Em 1955, vinte anos antes da articulação de subsídios para empresas reflorestadoras em torno da instituição dos distritos florestais em Minas Gerais, José Newton de Almeida Baptista, bispo de Diamantina realizou a *I Semana Ruralista* daquela arquidiocese. Na preleção proferida no dia 10 de maio daquele mesmo ano, quando o bispo apresentou o caráter do evento que ocorreria entre os dias 12 e 19 de junho, Dom José

destacava que “o empreendimento surge de encontro aos problemas básicos de nossa gente, que devido a fatores históricos administrativos, jaz em situação social das mais graves e preocupantes” (Figueiredo *et al.*, 2010: 70).

“A pobreza e a doença”, segundo os termos utilizados pelo bispo em seu discurso, seriam provocadas por alguns fatores, entre os quais ele distinguia o baixo nível técnico costumeiramente empregado nos diferentes setores produtivos existentes “nos quarenta municípios por que se estende o arcebispado diamantinense”, na medida em que, naturalmente, o “território [seria] favorecido por clima e por terra que encerram tesouros incalculáveis e ilimitadas possibilidades agrícolas”: “A agricultura, a pecuária, a mineração não podem deixar de ser precárias, praticadas por métodos rotineiros e desorganizados [...]. O fogo devora a riqueza das matas, que estão desaparecendo, e calcina a terra que é caluniada de ‘pobre’ ou ‘cansada’... O arado não existe, menos ainda o adubo químico, a formicida, a irrigação” (Figueiredo *et al.*, 2010: 70-71). Pontuava, além disso, uma situação que considerava igualmente precária no setor de saúde, onde imperavam as endemias rurais e a mortalidade infantil, e na educação, prejudicada pela ausência de escolas e meios de comunicação. Diante daquele quadro, Dom José afirmava que “a Semana Ruralista de Diamantina quer ser um grito de esperança e de otimismo, e um brado de alarma e de apelo às Autoridades responsáveis” (Figueiredo *et al.*, 2010: 71).

Certo é que o evento promovido pelo bispo havia sido inspirado nas *Semanas Ruralistas* idealizadas pelo Ministério de Agricultura, segundo afirmaram os autores do trabalho discutido. Seria o Serviço de Informação Agrícola (SIA) o órgão investido de apoiar a realização de projetos de educação especializada, entre os mesmos a *Semana Ruralista*. O engajamento eclesial na proposta teria sido uma opção para viabilizar a realização do projeto, nas muitas “zonas produtoras” (Figueiredo *et al.*, 2010: 64) que se vislumbrava alcançar, em especial, de acordo com os autores, nos “aglomerados que se encontravam inteiramente à margem da civilização, em que eram desenvolvidas atividades muito primitivas, utilizando-se processos de aproveitamento da terra muito empíricos e atrasadíssimos” (Figueiredo *et al.*, 2010: 63). Membros do clero engajados na execução do projeto seriam preparados por técnicos municipais, estaduais e federais, recebendo um treinamento na *Semana Ruralista para o Clero*.

Como sua primeira iniciativa para enfrentar o “nível material de vida pobre” da população, atribuído por Dom José, desde *Carta Pastoral de saudação à Igreja de Diamantina*, com que deu início ao seu bispado em 1955, ao atraso técnico, ao pouco rendimento e fraco retorno do trabalho braçal, à má aplicação dos recursos existentes e à

ignorância técnica, entre outros (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 66), a *I Semana Ruralista* da arquidiocese deveria ter um caráter sobretudo investigativo. Por isso, a preparação dos responsáveis pelas quarenta paróquias submetidas ao seu bispado se baseou em um treinamento voltado a capacitá-los para a produção de um diagnóstico dos “problemas sociais” existentes naqueles municípios, com foco em três eixos: saúde, alimentação e agricultura.

“O resultado desse inquérito”, produzido por cada uma das paróquias sob a responsabilidade da arquidiocese entre os meses de março e maio de 1955, deveria fornecer, segundo os autores do livro, “elementos suficientes para serem apreciados e analisados nos aspectos técnico-agronômico, econômico-social e apostólico”, de modo a subsidiar que a *I Semana Ruralista*, marcada para o mês de junho daquele mesmo ano, pudesse, “pela primeira vez”, abordar temas como “insumos agrícolas ou sobre valores nutritivos da soja, planejamento familiar e outros assuntos para um enorme contingente de pessoas” (Figueiredo *et al.*, 2010: 70). O caráter das perguntas também sinalizava que a perspectiva do desenvolvimento técnico como solução para os problemas sociais e econômicos da população estava o tempo todo pressuposto na organização do evento. Ainda que houvessem no questionário, além de questões referentes a métodos e padrão técnico empregado na agricultura local, perguntas sobre o tamanho e a legitimidade das posses existentes, assim como sobre a presença de terras devolutas nas comunidades investigadas. Aquela concepção, bastante divulgada durante debates e aulas teóricas e práticas ministradas pelos técnicos convidados, fora sintetizada ainda pelo concurso promovido para recompensar os melhores motes “contra as queimadas”, do qual foi vencedora a frase: “Queimar florestas é semear desertos” (Figueiredo *et al.*, 2010: 72).

Entre os principais reflexos da *I Semana Ruralista*, os autores destacaram o estabelecimento do Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência, com comissões especializadas nos eixos educação e saúde, alimentação e agricultura e imigração e colonização. Além disso, afirmaram ainda que inúmeros elementos oferecidos por aquele evento teriam fundamentado a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, recém-empossado, já no primeiro semestre de 1956: “Criado para reunir todos os serviços nacionais de doenças endêmicas em um departamento único”, como umas das suas primeiras ações, “o DNERu enviou um carregamento de BHC (inseticida usado na época) para Diamantina, destinado ao combate do barbeiro, inseto que propaga a doença de chagas, e que existia em abundância em quase toda a

região dos vales do Jequitinhonha, Mucuri, Doce e São Francisco, situados na Arquidiocese de Diamantina” (Figueiredo *et al.*, 2010: 75-76).

Dom José Newton não teria sido o único bispo com perspectivas modernizadoras naquela cidade. João Antônio dos Santos, primeiro bispo a assumir a Diocese de Diamantina criada no ano de 1864, como decorrência da reforma clerical iniciada em Mariana, sob as diretrizes “do nascimento e da consolidação do pensamento conservador” (Figueiredo *et al.*, 2010: 21), foi mencionado, no livro *A terra, o pão, a justiça social*, como importante abolicionista. Formado como especialista em física e química pela Universidade de Paris, entre seu retorno da Europa e o início do bispado foi reitor do Seminário de Mariana e fundou o Colégio Ateneu de São Vicente de Paulo na cidade de Diamantina. Como suas principais ações na administração diocesana, os autores destacaram a fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores cuja formação seria voltada especialmente para mulheres. Além da fundação da fábrica de tecidos do Biribiri, conjuntamente com os seus irmãos, que deveria “proteger [...] da ociosidade [...] que certamente levaria à perdição” (Figueiredo *et al.*, 2010: 24) não apenas as meninas desamparadas e órfãs atendidas pelo colégio, como também os negros libertados, cuja alforria era conseguida diretamente pelo bispo: “Muito antes da vigência das leis do Império para a libertação dos escravos, ele já havia conseguido, em Diamantina, a Carta de Alforria para a maioria dos negros em regime de escravatura. Ia pessoalmente, de porta em porta dos senhores de escravos para comprar a Carta de Alforria. Os negros passavam à condição de empregados, recebendo um salário semanal pelos seus serviços” (Figueiredo *et al.*, 2010: 25).

Seu sucessor, Dom Joaquim Silvério de Souza, depois de ter estudado Teologia e Filosofia no Seminário do Caraça e sido professor naquela mesma instituição, assumiu a diocese em 1903. Entre as principais obras destacadas pelos autores estava a criação de instituições educacionais voltadas para o ensino técnico de crianças órfãs e desamparadas, além da realização de um mapeamento minucioso do estado em que se encontravam as paróquias e freguesias submetidas à sua autoridade, que fundamentaria a criação de dois outros bispados sucedâneos em Araçuaí e Montes Claros. Situando a atuação de Dom Joaquim no contexto da Primeira República (1889 – 1930), os autores assinalaram que o bispo fora o primeiro a se preocupar com a “miséria rural”, tendo constatado que os problemas sociais que o ocupavam advinham “da profunda falta de informação, analfabetismo, hábitos de higiene precários, ausência de saneamento básico e de costumes rudimentares para tratar a terra, disseminados no meio rural brasileiro”, o que criava a “necessidade de [um] envolvimento direto do clero na agricultura” (Figueiredo *et al.*, 2010:

39). De acordo o terceiro sínodo da arquidiocese, publicado em 1927, essas precárias condições de vida vinham causando o “contínuo processo de esvaziamento do campo”, estimulado igualmente pela urbanização e industrialização. Frente ao mesmo, a ação clerical deveria voltar-se para o desencorajamento da população migrante e a contenção do aliciamento feito por “turmeiros” (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 40). O texto do sínodo continha, ainda, dois artigos com diretrizes voltadas para enfrentar os problemas mencionados. Um deles sugeria aos religiosos que se opusessem, nas pregações, ao “costume pernicioso, que se vai generalizando, de abandonarem os homens os centros ruraes em procura das cidades, com grande prejuízo da lavoura e, por conseguinte, da economia nacional”. Enquanto o outro sugeria que “não [deixassem] de fallar contra a emigração para outros estados, promovida pelos chamados turmeiros, que visam com este offício fazer fortuna a custa dos incautos, dando-lhes minguados salários, que, não obstante fallazzes promessas feitas antes não bastam nem para elles, quanto mais para as pobres famílias, que ficam na miséria material e moral, pois não raro, durante a prolongada ausência dos chefes, entra-lhes nos lares a deshonra” (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 40).

Como meio para financiar as obras sociais da diocese e buscando oferecer um exemplo para os produtores rurais locais, o Bispo teria ainda empreendido a expansão do plantio de parreiras em terras da Igreja, de modo a aumentar a produção vinícola, anteriormente realizada em pequena escala, que chegaria à marca das 40.000 garrafas no final da primeira década do século XX. Sua ação tinha sido incentivada por políticas realizadas pelo estado de Minas Gerais a partir de 1893, que buscavam a prevenção de doenças e o aumento da produtividade, por meio do monitoramento sanitário e da importação de cepas mais resistentes e fecundas. Como resposta aos incentivos governamentais teria surgido não apenas o projeto modelo do bispo, como também um movimento para estimular a produção de uvas, encabeçado pelas “elites políticas locais”, que passaram a publicar diretrizes para o setor no jornal *O Município*. Sugeriam ser “a videira, em somma, o nosso futuro, e por um trabalho persistente racional e tenacíssimo, pretendemos graduá-lo em perfeição e quantidade a fazer de nosso município um grande centro de indústria vinícola” (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 44).

Nas diferentes experiências conduzidas no âmbito daquela diocese, não apenas determinadas ações, cuja emergência, ao menos em certas “regiões” brasileiras, como o Vale do Jequitinhonha, costuma-se identificar, frequentemente, como desdobramento da instituição do regime ditatorial militar no país, mas também algumas perspectivas com orientação francamente modernizadora, ainda que consideravelmente diferentes entre si, estavam sendo

formuladas e desenvolvidas. O extensionismo rural ensaiado pela Semana Ruralista continha os traços fundamentais da proposta da ACAR, primeiro serviço de extensão rural implantado no Brasil, em Minas Gerais, em 1948²⁷¹. Contudo, o projeto apoiado pelo SIA teria sido inspirado por ações que, antes mesmo do processo de institucionalização daquele serviço, vinham sendo desenvolvidas, como as Semanas do Fazendeiro, realizadas, desde 1929, pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Essa instituição, após se transformar na Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG), também em 1948, teria, inclusive, um papel determinante, ao lado da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), na formação da quase totalidade daqueles profissionais contratados pela ACAR (cf. Gomes, 2013).

Certa preocupação com o desenvolvimento técnico da agricultura era até mesmo anterior a isso, aparecendo como um problema já para Dom Joaquim, que justificava sua atuação com o temor do esvaziamento do campo, em prejuízo da lavoura e da economia nacional. Antes que a migração de lavradores para os centros urbanos começasse a ser colocada como uma questão a ser resolvida pelo desenvolvimento técnico agrícola, num contexto em que o escravismo quase não deixava margens para a mobilidade social ou migratória, Dom João Antônio ocupava-se, ele próprio, com desenvolvimento fabril e campanhas abolicionistas, vislumbrando não apenas a consecução daquela decisiva aspiração liberal, como a garantia da possibilidade de dispor de trabalhadores para a produção têxtil iniciada.

Aceitando uma sugestão de José Murilo de Carvalho (2005), seria possível aproximar o caráter das perspectivas representadas, respectivamente, pelas iniciativas realizadas em Diamantina por Dom João Antônio dos Santos, na segunda metade do século XIX, Dom Joaquim Silvério de Souza, durante a República Velha, e Dom José Newton, exatamente um ano antes de Juscelino Kubitschek deixar o governo de Minas Gerais para se tornar presidente do país, com cada uma das “três vozes marcantes [que existiram] ao longo da história

²⁷¹ Buscando estabelecer em bases permanentes o serviço de extensão rural cooperativo desenvolvido inicialmente como um projeto piloto em Santa Rita do Passa Quatro, no estado de São Paulo, a American International Association for Economic e Social Development (AIA), conjuntamente com a Fundação Rockefeller, fazem um acordo com o governo de Minas Gerais para a criação da ACAR. A perspectiva de que a implantação de melhorias técnicas promoveriam as bases do desenvolvimento econômico e social no campo justificava a iniciativa e a associação que, além de fomentar, serviria para financiar o consumo dos pacotes tecnológicos disponíveis, que incluíam maquinários, insumos, defensivos e sementes modificadas, entre outros. O debate a respeito costuma destacar que o surgimento da extensão rural aconteceu nos Estados Unidos, desde fins do século XIX, como uma necessidade para divulgar e distribuir entre os produtores rurais os resultados de pesquisas realizadas nos Centros de Experimentação e Colégios Agrícolas, com a finalidade de melhorar seu desempenho no mercado. As críticas relacionam-se predominantemente com o caráter “difusionista” da iniciativa, que não levaria em conta aspectos culturais sociais e ambientais das comunidades interceptadas (cf. Freire, 1971; Costa, 2001; Coelho, 2005 e Caporal, 2006). Questões como essas serão retomadas na exposição do processo discutido nesse capítulo.

[mineira]” (2005: 55). De acordo com o autor, essas vozes refletiriam diferentes tipos de economia e de sociedade, sem que fossem produtos automáticos das mesmas.

A abordagem proposta por Carvalho (2005) se diferenciava daquela de Alceu Amoroso Lima, que afirmava ter havido “uma voz de Minas”, e de Antonio Candido, que se debruçara sobre as dissonâncias regionais e a discriminação sofrida pelos “mineiros da periferia” (cf. Carvalho, 2005). Para o autor, as referidas vozes, “apenas em parte se [prenderiam] a regiões” (2005: 55), se diferenciando, antes, de acordo com o processo histórico que teria feito emergir os contextos, econômicos e sociais, em que foram forjadas: “A primeira voz era a da sociedade marcada pela economia do ouro. Era a voz da Minas mineradora, urbana, caótica, rebelde. A Minas do sonho e da liberdade. A segunda era a voz da sociedade dominada pela economia agrícola e pecuária. Era a voz da Minas rural, conservadora, ordeira, equilibrada, familística [...]. A terceira era a do estado sacudido pela economia do ferro, das grandes siderúrgicas, da indústria pesada, das cidades industriais. Era a voz da Minas preocupada com a industrialização, a tecnologia, com o progresso econômico, anunciada desde a Inconfidência, esboçada no século XIX com a Escola de Minas de Ouro Preto, realizada a partir da segunda metade do século XX”. (Carvalho, 2005: 56).

Perseguindo os significados e o processo de formação daquelas vozes, o autor assinalava o caráter volátil da estratificação social e a quase completa inexistência de condições para a “formação de famílias regulares” que teriam caracterizado a época mineradora, sobretudo comparada à sociedade formada a partir da fazenda, onde se consolidaria “a tradicional família mineira, grande, morigerada, conservadora, vista como uma instituição típica do Estado” (Carvalho, 2005: 57). Diferenciando-a da significativa ruptura forjada entre a economia mineradora e aquela que se manteria ligada à terra, Carvalho argumentava sobre a existência de certa continuidade entre a voz do ferro, progressista e a voz inconfidente que emergira à época da mineração: “A independência buscada pelos inconfidentes baseava-se na aspiração da liberdade com relação ao domínio colonial [...]. A aspiração de progresso e de promoção da educação aparecia na proposta de criação de uma universidade e de estabelecimento de fábricas de ferro” (Carvalho, 2005: 59).

Corroborando com o vínculo apontado, o autor recordava uma tese de Azevedo Amaral, em que o jornalista e ideólogo estadonovista defendia que “no final do século XVIII, Minas estava preparada para um salto industrializante, barrado, no entanto, pela proibição pela Coroa da implantação de uma indústria têxtil na capitania e pela derrota da Inconfidência” (2005: 59). Apesar do exagero que Carvalho distinguia na formulação, retomava-a por revelar “a possibilidade de combinação do ouro e do ferro” (2005: 59).

Contudo, para utilizar as palavras do autor, a crise da economia mineradora, predominantemente urbana, teria culminado numa sociedade agrária. Procurando os ecos deixados pelas vozes do ouro nos tempos da tradição, o autor apontava a figura de Teófilo Otoni, um dos colonizadores do Mucuri. Depois de ter trabalhado ajudando o pai na condução de tropas, aquele descendente de imigrantes, nascido na cidade do Serro, mudara-se para a capital do Império onde, além de cursar engenharia mecânica, passara também a ler Jefferson, por orientação dos seus professores. De volta a Minas, fundou o jornal *Sentinella do Serro*, de oposição a D. Pedro I, organizou levantes em apoio a D. Pedro II, pegou em armas na revolta liberal de São Paulo e Minas, contra o que se imaginava ser o perigo de um monopólio conservador no poder, para depois fundar a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri, com o arrojado plano de possibilitar a ligação comercial de Minas com o mar e introduzir colonos europeus, de maneira a viabilizar o desenvolvimento agrícola naquela terra inóspita, palco de um sem número de conflitos entre colonos e indígenas.

Apesar dos ecos, Carvalho identificou na Minas rural que fora se formando, uma sociedade mais tradicional e imóvel. Sobretudo porque as fazendas mineiras, por se dedicarem à produção de alimentos para o mercado interno, nunca teriam o dinamismo encontrado na *plantation* nordestina, vinculada diretamente ao comércio internacional²⁷². Instaurada a república, a voz produzida desde as fazendas ganhava um lugar, cuja estabilidade foi conferida pela fundação do Partido Republicano Mineiro (PRM), que conseguiu equilibrar as distintas oligarquias, mantendo por muito tempo os coronéis no poder. Não apenas a política, mas igualmente a mentalidade conservadora, o autor sintetizou enunciando uma frase ouvida por Joaquim de Salles de um veterano seu, quando, novato no colégio Caraça, tentava entender o ambiente escolar: “‘Aqui nada se cria, nada se muda e nada se transforma’. O Caraça [havia sido] o local por excelência da formação dos homens da Minas da terra” (2005: 65), em oposição às tendências mais progressistas da Escola de Minas.

Essa última teria, inclusive, sofrido um golpe com a transferência da capital de Ouro Preto para o arraial de Curral Del-Rei, depois Cidade de Minas, antes de tornar-se Belo Horizonte. À primeira vista, a mudança parecia registrar uma diminuição na importância política da zona mineradora, contraposta pela emergência das elites do Sul e da Mata. Entretanto, o principal promotor da ideia tinha sido João Pinheiro, que havia se tornado

²⁷² “Esses agricultores dedicavam-se à produção de cereais e laticínios para o mercado interno, em proporções muitas vezes modestas, com número limitado de escravos por unidade produtiva. [...] Ao lado dos fazendeiros, combinando muitas vezes as duas atividades, estavam os tropeiros, pacientemente levando aos mercados, sobretudo do Rio de Janeiro, os produtos da terra. Nem fazendeiros, nem tropeiros exibiam a opulência dos senhores de engenho, nem sua arrogância e prepotência” (Carvalho, 2005: 62).

presidente do estado em 1890. Segundo Carvalho, o personagem “representava uma ponte entre a Minas do ouro e a do ferro. Em sua visão, a nova capital deveria representar antes a renovação econômica do que a consolidação do domínio rural. Ao aderir a ideias de mudança da capital, a Minas da terra anulou Ouro Preto, mas acabou contribuindo para introduzir um cavalo de Tróia moderno dentro de seu reino conservador” (2005: 64).

Aquele golpe não teria anulado, sem dúvida, o papel central na introdução da chamada “mentalidade desenvolvimentista” (2005: 66) que, de acordo com Carvalho, a Escola de Minas viria a desempenhar: “Enquanto os mineiros abandonavam as faisqueiras esgotadas e deixavam as cidades em busca de alternativa econômica na agricultura, enquanto aos poucos se elevava a voz da Minas da terra e se apagava a voz da Minas do ouro, uma instituição veio dar sobrevida à última e fazer a ponte entre ela e a futura Minas do ferro. Criada em 1876 por iniciativa do Imperador D. Pedro II, a Escola de Minas de Ouro Preto, dirigida por cientistas franceses, era uma instituição modernizadora. [...] O espírito de Gorceix, fundador e diretor da Escola até o final do Império, consistia em enfatizar o ensino técnico e a pesquisa como reação ao bacharelismo predominante, em orientar a ciência para as necessidades do desenvolvimento econômico, sobretudo pela exploração dos recursos minerais abundantes na província. Na visão do próprio Gorceix, o tipo de ensino e filosofia adotado na escola representava o oposto daquela dos lazaristas do Caraça” (2005: 66).

Para o autor, as duas principais escolas mineiras até o final do século XIX, ambas dirigidas por franceses, o Caraça pelos padres lazaristas e a Escola de Minas de Ouro Preto por engenheiros e cientistas, representavam tendências opostas: “Talvez se possa dizer que as duas escolas representam até hoje os dois polos que marcam a cultura mineira, o do progresso e o da conservação” (Carvalho, 2005: 67). Os religiosos enfatizavam uma educação humanista e conservadora, que teria formado inúmeros e ilustres políticos mineiros, como o presidente da república Artur Bernardes, bastante adequada ao tradicionalismo da Minas da terra. Os professores da Escola de Minas, ao contrário, herdeiros que eram das reformas napoleônicas na educação, trouxeram para o Brasil a mentalidade e os métodos de pesquisa científica, ausentes nas instituições nacionais, completamente adequados tanto para a Minas do ouro como para a Minas do ferro, possibilitando inclusive o estabelecimento de uma ponte entre ambas.

Uma representação daquela ponte, para usar a expressão de Carvalho, João Pinheiro tinha sido aluno da Escola de Minas, onde passou dois anos antes de sair para cursar a tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo o autor, “a passagem pela Escola marcou-o profundamente. [...] Em parte graças a sua formação mista e a traços positivistas

absorvidos em São Paulo, João Pinheiro era adepto fervoroso do progresso, a ser atingido, sobretudo, pela educação técnica, a modernização agrícola e a pequena propriedade rural. Além de sua participação ativa na fundação de Belo Horizonte, foi ativo participante do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, organizado pelo governo mineiro em 1903, [...] [que] teve por finalidade discutir as alternativas econômicas do estado frente à perda de dinamismo econômico que se verificava desde 1897” (2005: 67).

Apesar de alguns ecos do passado anteciparem perspectivas futuras, permitindo emergir uma ponte entre aquelas vozes, para Carvalho, o timbre da Minas da terra teria vigorado pelo menos até o final do Estado Novo. Não que não houvessem perspectivas políticas radicalmente novas na Aliança Liberal, representadas, por exemplo, pelo tenentismo. Não existiam, contudo, não à toa, segundo o autor, tenentes mineiros. Os integrantes da Aliança no estado seriam todos “representantes da velha Minas”, “uma substituição de gerações, [e] não uma política radicalmente nova” (2005: 68). Mesmo considerando as permanências, Carvalho não deixava de notar, entretanto, que, “novas ideias, novas propostas, novas instituições e novos movimentos políticos pulularam” (2005: 69).

Como resposta aos conflitos armados que abalaram o país no ano de 1932, a escolha de Benedito Valadares por Getúlio Vargas, como o interventor para o estado, evidenciava para o autor a ambiguidade mencionada: “Na interventoria, Benedito revelou-se um político complexo. Levou quase a caricatura certos traços negativos do estilo político da Minas rural. [...] Era um mestre da política do cochicho, dos bastidores, do conchavo. [...] Negando suas origens, o interventor foi responsável, em matéria de política econômica, pelo início de uma virada definitiva em Minas em direção à industrialização. Como em 1897, o motor da mudança foi a situação de crise econômica e fiscal provocada pela quebra da bolsa americana, 1929. O estado viu a necessidade de buscar novas fontes de riqueza, a mesma preocupação de João Pinheiro ao organizar, em 1903, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial” (2005: 69).

Situadas no cenário mineiro desenhado por Carvalho (2005), as iniciativas empreendidas pelos bispos no âmbito da Diocese de Diamantina pareciam adequar-se razoavelmente ao tom predominante de cada uma daquelas vozes de Minas. Dom João Antonio encarnava os ideias de liberdade da Minas do Ouro com seu abolicionismo e contribuía diretamente para estabelecer as condições para que o salto industrializante imaginado por Azevedo Amaral no final do século XVIII pudesse um dia ser dado. Seu arrojado, sua formação em física e química na Universidade de Paris, além da grande importância conferida ao desenvolvimento técnico, evidenciada pelo seu incentivo à criação

de escolas de capacitação nos autorizariam a conectá-lo com a perspectiva assumida por Dom José Newton, que também imaginava na educação técnica, naquele momento bastante mais amparada por projetos estatais, uma solução para os antigos problemas que represavam o desenvolvimento, sobretudo entre aqueles que jaziam em situação social das mais graves, como ele caracterizou “a sua gente” ou “o povo” da arquidiocese pela qual havia se responsabilizado (Figueiredo *et al.*, 2010: 70), devido a fatores históricos administrativos.

Além da ponte, sugerida por Carvalho (2005), entre aquelas duas tendências progressistas, também a voz da Minas da terra apareceu representada na trajetória de um dos bispos a conduzir aquela diocese. Dom Joaquim não apenas havia estudado como sido professor no Colégio do Caraça, mais importante instituição de formação dos filhos das oligarquias da chamada Minas da terra. Reconhecia como uma necessidade que o clero se ocupasse diretamente com os negócios relacionados à agricultura e se preocupava com os impactos negativos que tanto urbanização como industrialização estariam a provocar na lavoura, incentivando que os trabalhadores se tornassem migrantes. Ao lado da “atração” produzida pelas cidades e da ação perniciosa dos “turmeiros”, responsabilizados pelo aliciamento dos lavradores, o bispo identificava ainda o que chamou de “miséria rural” como outro fator responsável pela migração. O modo como Dom Joaquim definiu a referida miséria, levava-o, não obstante, a um diagnóstico análogo àquele que teria incentivado Dom José Newton a encampar a educação técnica como solução: em sua perspectiva, os problemas sociais que o ocupavam advinham de costumes rudimentares disseminados no meio rural.

Apesar de a sua trajetória parecer mais adequada ao tradicionalismo que teria caracterizado a Minas da terra que a de João Pinheiro, cuja justificativa para o arrojo, evidenciado, por exemplo, pela realização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, Carvalho encontraria nas marcas deixadas por sua passagem pela Escola de Minas, as iniciativas de Dom Joaquim não pareciam, igualmente, ser completamente identificáveis com a voz conservadora e ordeira da Minas rural ou o sentido dessa última não deveria ser tão uníssono quanto à abordagem do autor do artigo *Ouro, terra e ferro: vozes de Minas* poderia sugerir.

Considerada essa dificuldade para enfrentar a questão, a perspectiva de Carvalho, tendo notado não apenas a importância de alguns mineiros ilustres na consolidação de uma perspectiva desenvolvimentista, mas também de determinadas instituições, sobretudo educacionais no estado, cuja formação interferiu diretamente nas trajetórias dos primeiros, corroborava totalmente com a crítica da qual partimos, à concepção de que o processo de modernização desencadeado no Vale do Jequitinhonha pudesse ter sido imposto desde fora.

3.3. Conservadorismo como perspectiva e modernização como processo

Uma contraposição entre a trajetória de Francisco Badaró, integrante de uma tradicional família oligárquica do município de Minas Novas e outros personagens importantes da sua geração, que teriam, inclusive, partilhado com o mesmo alguns momentos da sua formação e atuação política, nos autoriza igualmente a estabelecer, assim como muitos exemplo utilizados por Carvalho (2005), um contraponto para a abordagem mencionada, possibilitando-nos, ainda, verificar mais detidamente, se é que existiam, qual o sentido das dissonâncias que se insinuavam na voz que emanava da Minas da terra. Embora tenhamos afirmado anteriormente que o poder oligárquico personificado por Francisco não se relacionava diretamente com o domínio da terra, confirmando a tese de Leticia Canêdo (1994), que distinguia a importância dos laços familiares na possibilidade de inserção política, naquele caso, conquistada como uma decorrência da união instituída, por meio do casamento, com a família Nogueira Góes, o bacharel chegado em Minas Novas era oriundo de uma família proprietária da Fazenda Liberdade, localizada no município de Piranga, também em Minas Gerais.

Situada, nas palavras de Murilo Badaró (2008), neto de Francisco, que escreveu um romance histórico-biográfico sobre o avô²⁷³, numa zona limdeira entre a chamada Zona Metalúrgica e a Zona da Mata mineira, Piranga havia tido em seu passado a exploração aurífera como atividade principal. A propriedade, segundo o autor, era num acidentado terreno de tamanho médio, “em sua maior parte um vale estreito [...] que se prestava a agricultura de subsistência. Nada com capacidade de tornar ricos ou prósperos seus proprietários, que dela sobreviviam modestamente” (Badaró, 2008: 17). O nome que recebera lhe foi devido à homenagem prestada, com o batismo da fazenda, para Libero Badaró, depois de sua morte no reinado de D. Pedro I. A afinidade de Francisco Coelho Duarte, avô de Francisco Badaró, com “ideias do mais amplo liberalismo” (2008: 18) defendidas pelo jornalista italiano fizeram-no, inclusive, a mudar o próprio nome, oficializando a alcunha de “badarosista”: foi ao cartório de registro civil e acrescentou aquele sobrenome.

Sua perspectiva liberal o havia levado ainda a se aproximar da família Ayres Gomes, estabelecida no município de Borda do Campo, da qual tomara Francisca Cândida de Lima

²⁷³ O livro *Memórias Póstumas de Francisco Badaró* (2008), de Murilo Badaró é apresentado por seu autor como um “romance histórico-biográfico”. Nele, Murilo, neto de Francisco narra a trajetória de seu avô, entrecortada por referências à história brasileira, como se fosse o próprio, assumindo sua voz em primeira pessoa, como a referência ao título de Machado de Assis permite supor.

em casamento. Era uma neta de José Ayres Gomes, negociante, fazendeiro e apoiador dos incondidentes. Amiúde tinha sua pousada visitada por Tiradentes, de cuja doutrina foi sendo convencido a ponto de se tornar participante da revolta e ser, posteriormente, julgado, condenado e enviado para o degredo, em Moçambique. O passado evocado parecia ter se perdido, entretanto, nos rumos seguidos pelos pais de Francisco Badaró. Segundo o autor, apesar do “elevado nível cultural de meu avô, não herdado por meu pai, de sua boa convivência com os mais destacados elementos do município de Piranga de seu tempo, a circunstância de serem fazendeiros os meus genitores [...] certamente a mim prognosticava continuar a vida na fazenda, com sérios impedimentos a voos mais altos” (2008: 22).

Não fora esse, todavia, o destino de Francisco Badaró. Batizado pelo Bispo Dom Viçoso logo que da sua chegada ao Brasil, antes desse assumir a direção do Colégio dos padres lazaristas do Caraça, Murilo Badaró atribuía a trajetória vivida por seu avô posteriormente ao “misterioso vínculo” que o ligaria definitivamente à Igreja Católica (cf. 2008: 22-23). Dom Viçoso fora o bispo responsável por deflagrar a aludida reforma clerical conservadora iniciada em Mariana, buscando se opor àquilo que considerava o “estado lastimável do clero de Mariana”, cujas causas eram atribuídas sobretudo à “prolongada vacância [daquela] diocese; a escravidão; a situação política; a ingerência do poder civil nos negócios eclesiásticos” (Camello, 1986: 221). Com a atribuição de empreender a reforma, o bispo viajava por diferentes partes da Diocese de Mariana, calhando, uma de suas visitas a Piranga, com a necessidade encontrada pela família de batizar Francisco²⁷⁴.

Depois de haver iniciado os estudos a cargo de sua tia e aos mesmos ter dado prosseguimento com preceptores identificados como lendas do “ensino mineiro”, responsáveis por formar “gerações ilustres” (Badaró, 2008: 27-28), Francisco iria complementar sua formação no Colégio do Caraça, nas palavras de Carvalho (2005), instituição educacional por excelência dos homens da Minas da terra, perspectiva confirmada por Murilo Badaró: “O destino de qualquer jovem das famílias mineiras daquela época era o Colégio do Caraça, estabelecimento de ensino cuja boa fama ganhara sólido prestígio em todo país” (2008: 28). Sem a expectativa de ingressar numa vida sacerdotal, Francisco abandonou o colégio depois de dezoito meses de internato, tendo partido rumo a Ouro Preto, onde aprendeu latim, além de concluir os estudos básicos no Colégio Mineiro.

²⁷⁴ “No curso de minha vida, em momentos de dificuldades, sempre me vinha à lembrança aquele incidente religioso, recebido por mim com o sinal de uma predestinação que me colocou, quando adulto, a serviço da Igreja no Brasil, defendendo-a das agressões contra ela organizadas” (Badaró, 2008: 27).

Sobre a experiência vivida pelo avô na capital da província, Murilo Badaró destacaria ainda o ambiente político fervilhante da cidade e a importância da criação da Escola de Minas de Ouro Preto, voltada à formação de especialistas de engenharia e mineração, sob a responsabilidade do engenheiro e professor francês Henri Gorceix. Não parecia ser essa, contudo, a “vocação” que o neto procurava representar, desejando conferir coerência à trajetória de Francisco. Por isso, ressaltava ainda a amizade estabelecida com o escritor e abolicionista Bernardo Guimarães, com quem teve formação literária e política, em certo sentido, passando a se “dedicar ao problema da escravidão no Brasil” (Badaró, 2008: 34). Essas ideias²⁷⁵, mas sobretudo a circunstância de ainda não haver possibilidade de realizar a formação pretendida naquela província, levariam Francisco ao Largo de São Francisco²⁷⁶.

Rigorosamente, uma problematização da perspectiva de Murilo, que atribuía às escolhas do avô uma “vocação”, teria de levar em conta que a orientação seguida por Francisco dava continuidade, em grande medida, para a estratégia de reprodução que anteriormente já vinha sendo adotada por sua família. Segundo o próprio Murilo, “filho de modesto fazendeiro, cujas posses se limitavam a uma gleba de terra às margens do rio Piranga, no município de mesmo nome, minha família participava das camadas superiores daquela sociedade fechada e escravocrata simplesmente pelos pecúlios adquiridos da educação. Seus títulos de nobreza descendia dos troncos familiares de Borda do Campo ou das escolas frequentadas. Nunca da fortuna de bens materiais. Tendo recebido por decreto imperial o título de membro da Guarda Nacional, honraria com a qual o imperador e seus seguidores angariavam apoio político para governar, meu pai [de Francisco Badaró] não escapava do destino comum àquelas pessoas em sociedades fechadas. Foi eleito vereador à Câmara Municipal de Piranga” (2008: 41).

Como no restante da família, seria a educação a possibilitar-lhe reconhecimento nas camadas superiores e possibilidade de inserção na vida política. Diferenciava-se, todavia, do pai, que se manteve, mais modestamente, se reproduzindo como fazendeiro médio, inserido na política municipal: “Meu destino era a Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudavam as principais figuras do cenário político e intelectual brasileiro. Muitos foram os formandos

²⁷⁵ “Levava comigo, fervilhando em meus pensamentos, as ideias que o grande poeta e escritor semeara, especialmente aquelas com as quais deitou achegas para início do grande incêndio que começava a consumir a escravidão no Brasil e com ela o próprio sistema imperial” (Badaró, 2008: 34).

²⁷⁶ “Não apenas pela orientação e influência intelectual e literária de Bernardo Guimarães [...] eu tomara a decisão, devidamente estimulada por meus pais, de seguir para São Paulo ou Rio de Janeiro a fim de prosseguir em meus estudos, especialmente nas áreas jurídicas e literárias a que eu estava vocacionado. Outra alternativa seria a Universidade de Coimbra, em Portugal, somente possível àqueles mais afortunados ou filhos de famílias abastadas. No tempo do Império não eram muitos os favorecidos com a sorte de ir estudar no exterior” (Badaró, 2008: 41).

daquela célebre escola que, voltando aos seus estados ou permanecendo na capital do Império, ganharam expressão nas atividades políticas e intelectuais” (Badaró, 2008: 42). Os anseios sobre os quais se assentaram a trajetória de Francisco, Murilo vinculava-os sobretudo a influências deixadas por Francisco Coelho Duarte, de quem o neto teria herdado a disposição em elevar seu nível cultural, além do engajamento na defesa de algumas perspectivas liberais, especialmente abolicionistas²⁷⁷. Apesar do destaque dado para as influências que recebeu do avô, a narrativa de Murilo sugeria igualmente que as posições assumidas por Francisco Badaró eram bastante hegemônicas naquela Faculdade de Direito, sendo pregadas em sociedade estudantis, discursos, entre outras investidas: “Participei intensamente dos movimentos contra a escravidão. Era assunto obrigatório nas conversas entre estudantes e tema de empolgantes e empolgados discursos dos jovens bacharelandos que estavam se preparando para a carreira” (Badaró, 2008: 50).

Depois de terminado o curso na faculdade, em 1883, e ter se tornado promotor de justiça da comarca de Minas Novas, por meio de um concurso público realizado no ano seguinte, Francisco acabaria por iniciar sua carreira política em função da aliança estabelecida com a família Nogueira Góes. Como afirmamos anteriormente, seria o matrimônio com Sinhazinha Luíza, filha do coronel Zebentinho e neta do tenente-coronel Zebentão, autoridades de destaque naquele município²⁷⁸, que lhe proporcionariam a possibilidade de se tornar um continuador da chefia exercida pelos mesmos na política regional: “Falei claramente com Sinhazinha sobre a possibilidade de nos casarmos, constituir família e seguir adiante com a carreira na magistratura estadual. Até aquele momento a atividade partidária ainda não havia entrado em minhas cogitações, não obstante a dimensão política de Minas Novas sugerir, a todo momento, tal possibilidade” (Badaró, 2008: 85).

No trabalho como promotor de justiça em Minas Novas, assim como na aliança estabelecida com a oligarquia regional, as perspectivas liberais assumidas por Francisco

²⁷⁷ Além da fluência em diversos idiomas como o latim, o italiano, o inglês e o francês, Murilo Badaró ressaltava a excelência adquirida pelo avô no campo jurídico, em que exerceu a magistratura antes e no intervalo das atividades políticas. E no literário, em que leu os principais autores brasileiros e estrangeiros, além de se dedicar igualmente à criação, tendo escrito seu primeiro romance, *Fantina*, editado no ano de 1881, como instrumento de denúncia, nas palavras de Murilo “de cenas da escravidão das muitas que vi com repugnância naquela sociedade desigual de meu tempo” (Badaró, 2008: 34).

²⁷⁸ Quando arriscou uma descrição dos traços de Sinhazinha que teriam bem impressionado seu avô, estimulando-o a pedir-lhe em casamento, Murilo destacou também a importância da posição ocupada por sua família na escolha adotada: “Houve algo que despertou minha atenção na jovem Sinhazinha: sua capacidade de emitir voz de comando nas atividades domésticas e sua intensa participação quando os assuntos desbordavam para a atividade política. Afinal, era neta e filha de políticos e sua mãe, dona Cândida Pinheiro Torres, apelidada de dona Candicha, provinha de um clã fortemente inserido na vida política do distrito de Piedade, hoje conhecido como Turmalina, com sólidas ramificações no partido antes dirigido por Zebentão e na época sob o comando de seu filho Zebentinho” (Badaró, 2008: 84).

Badaró nos tempos do bacharelado não saíam completamente de cena, de acordo com a narrativa de Murilo, mas seriam recuperadas sobretudo para auxiliar seus interlocutores regionais a compreenderem que determinadas condições históricas haviam mudado. Nas palavras do autor: “O movimento abolicionista ganhava corpo, e minha participação em São Paulo e na literatura pelo romance *Fantina* colocava-me na condição de emitir juízos pessoais ou processuais opostos a toda tentativa de aumentar o sofrimento dos cativos, para libertá-los sempre que possível através de medidas judiciais. [...] O ano de 1888 prometia grande agitação com o recrudescimento da campanha abolicionista, vitoriosa dia 13 de maio com a promulgação da Lei Áurea [...]. Em Minas Novas não foi diferente, apesar das tímidas reações de alguns escravocratas empedernidos” (2008: 86-87). “Apenas lhe direi que, na distante e longínqua Minas Novas, chegaram bem calorosos os anseios republicanos, despertando as forças políticas regionais para a necessidade de se prepararem para o novo tempo que fatalmente surgiria. Imediatamente, procurei descortinar para meus interlocutores a inevitabilidade da queda do regime imperial, apesar da estima e do apreço que o povo brasileiro tinha pelo imperador” (2008: 88).

Com “o grau de autonomia política que já obtivera” e a completa “adesão familiar” (Badaró, 2008: 89), Francisco Badaró começara então a preparar sua candidatura como deputado federal para a Constituinte convocada para o ano de 1890, responsável pela legislação máxima do Brasil republicano, por meio da qual procurava “servir ao fortalecimento da política clânica, vigorosa em Minas Novas e no Vale do rio Jequitinhonha, igualmente em voga em todo o Brasil ao tempo do Império e continuada na República” (Badaró, 2008: 89). As condições para que o apoio pretendido viesse efetivamente a ocorrer seriam dadas, todavia, pela manutenção do sistema distrital para captação dos votos²⁷⁹, herdado desde o período imperial e que fornecia o alicerce imprescindível para a estabilidade mantida pelo PRM entre as distintas oligarquias, possibilitando, por muito tempo, a reprodução da política coronelista, conforme havia sugerido Carvalho (2005).

Embora a posição assumida por Murilo em sua narrativa corroborasse com a perspectiva de Carvalho (2005), afirmando também o primeiro que pouca diferença

²⁷⁹ “Para Minas Gerais ficou determinada a eleição de 37 parlamentares federais, mantido o sistema distrital [...]. Indicados pelos partidos, dois para cada distrito, o eleitorado ficava confinado apenas a duas opções de candidatura, sendo-lhes negada qualquer possibilidade de desviar a votação para candidatos de outro distrito. Todavia, não era vedada a indicação do mesmo candidato por mais de um distrito. Quando da implantação no Brasil do sistema de votação por distritos eleitorais fechados, o senador Nabuco de Araújo respondeu às críticas de que o sistema traria para a Câmara as ‘celebridades de aldeia’, dizendo preferi-las aos ‘deputados de enxurrada’ que desaguiariam nas torrentes do voto incontrolado e não raro submetido a processos fraudulentos para sua obtenção” (Badaró, 2008: 90-91).

efetivamente se mantinha entre liberais e conservadores, “sempre unidos nos pontos de interesse nacional”, cujo discurso “de uns, poderia perfeitamente ser subscrito pelos partidários dos outros” (Badaró, 2008: 91), na descrição feita sobre a participação de Francisco na Constituinte, seu neto primou sobretudo por destacar determinado tipo de intervenção que lhe permitiria emendar o argumento “vocacional” que o mesmo havia proposto desde o início do seu romance histórico-biográfico. Além de mencionar a manutenção de uma perspectiva antiescravocrata na conduta de Francisco, expressa, por exemplo, no repúdio do mesmo à determinação do Governo Provisório de que toda a documentação referente à escravidão fosse incinerada, de modo a bloquear possíveis iniciativas de ações judiciais contra senhores de escravos em busca de indenização, preocupado que era com as condições “para escrever com exatidão a História do Brasil no futuro” (Badaró, 2008: 94), Murilo destacou o engajamento do avô na defesa do estabelecimento de uma relação próxima entre Estado e Igreja no país, vínculo que os preceitos republicanos positivistas se prontificavam a encerrar, com a instauração da mais completa laicidade²⁸⁰.

A atuação de Francisco em defesa dos interesses da Igreja no país se tornaria determinante para amparar as modificações que ocorreriam em sua trajetória, provocadas pela dissolução da assembleia no ano de 1891, que revogou àqueles deputados sua participação na Constituinte: acabaria convidado para assumir o posto de embaixador brasileiro no Vaticano, tarefa assumida em 1893²⁸¹. Sínteses possíveis das perspectivas políticas do avô, Murilo assinalava a resposta dada por Francisco, em um dos debates travados em torno da relação entre Estado e Igreja, durante a Constituinte, quando inquirido pelo deputado Almeida Pernambuco se teria sido eleito por ser católico: “Fui eleito por ser republicano, e de crenças notoriamente conhecidas na minha província. Para todos os cargos, Minas prefere os homens moderados e religiosos aos demagogos e inimigos da liberdade bem entendida” (Badaró, 2008: 106).

Apesar do liberalismo recuperado das posições do avô, a trajetória de Francisco Badaró parecia inequivocamente resolvida nos termos evocados por Carvalho para caracterizar a Minas da terra: “Reconhecidamente conservador, tradicional, [...] religioso,

²⁸⁰ “Aprestei-me para o combate com a firme convicção de que cumpria meu dever com minha terra, minha gente e meus eleitores ao discursar criticamente contra as restrições impostas pelo projeto de Constituição aos interesses da Igreja Católica no Brasil” (Badaró, 2008: 99).

²⁸¹ “Somente em julho de 1893 estava em condições de viajar para a Itália, não sem naturais preocupações por deixar vazio o amplo espaço político que ocupava em Minas Gerais. Se alguns entendiam como sinal de prestígio a nomeação, outros viam na aceitação alta taxa de risco para o futuro de minha carreira política, especialmente por abandonar o terreno de luta por quatro anos” (Badaró, 2008: 143).

voltado para a família” (2005: 62). Suas perspectivas liberais abolicionistas teriam se acomodado ao envolvimento numa oligarquia regional, auxiliando-a inclusive em sua transição para a nova conjuntura instaurada pela república, de cuja reprodução Francisco se distanciara apenas circunstancialmente, em favor de sua nomeação para um posto que confirmava sua posição conservadora. Concepções antiescravocratas não se contrapunham afinal tão frontalmente com a perspectiva da Igreja, preocupada com possibilidades de sublevação popular que o prolongamento do escravismo poderia desencadear²⁸².

Embora reproduzisse certo “liberalismo moderado”, para nos aproveitarmos novamente da caracterização feita por Carvalho (2005: 62), nas perspectivas e posições políticas que consolidou, na trajetória trilhada no Colégio do Caraça, em Ouro Preto, na Faculdade do Largo de São Francisco, como integrante da assembleia responsável pela primeira Constituinte da República, Francisco Badaró teria convivido com personagens, formados como ele, apesar das diferenças sempre presentes nas histórias pessoais, cujas posições fariam coro contra o uníssono aparentemente identificável na voz ordeira e conservadora da Minas da terra. Uma dessas figuras chamava-se David Campista. Na narrativa feita por Murilo, à menção aquele que teria se tornado amigo do avô aparece somente uma vez: “Outro colega da faculdade [de Direito, cursada no Largo de São Francisco] a quem me liguei por laços de grande estima foi David Moretzsohn Campista. Quem dele se aproximou perceberia num relance sua destinação ao exercício de relevantes funções públicas. Inteligente, sagaz, discreto, humilde e sempre com elevadas manifestações de espírito, David Campista foi logo após a formatura nomeado secretário da Fazenda em Minas Gerais e em seguida elevado ao posto de ministro da Fazenda” (Badaró, 2008: 48).

David Campista se tornara conhecido por ter realizado, em 1893, a que viria a ser conhecida mais tarde como *Enquete Campista (Questionário enviado aos municípios mineiros em 1893)*. As políticas de aumento de produtividade e de controle sanitário que viriam a impactar na produção vinícola encampada no município de Diamantina pela arquidiocese, sob o comando do Bispo Dom Joaquim, também decorriam da gestão de Campista na Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerais, na qual também teria

²⁸² A narrativa de Murilo acerca da conversa ocorrida por ocasião do encontro de seu avô com o Papa Leão XIII, quando Francisco foi tomar posse do cargo, oferece elementos para pensar no problema: “Seu nível de informação sobre meu país era de grande amplitude. Indagava sobre a situação dos operários, dos resultados da abolição e se a extensão do decreto da princesa Isabel havia alcançado todo o país. Comentou que a posição brasileira a respeito da escravidão foi de grande importância internacional, pelo fato de sua repercussão haver atingido os países africanos que ainda experimentavam os rigores do colonialismo explorador. Manifestou-se preocupado com a situação social no Brasil em face das grandes desigualdades existentes na vastidão territorial do país, para assinalar o importante papel que caberia à Igreja desempenhar como ponto de equilíbrio moral e espiritual” (Badaró, 2008: 147).

incentivado o ensino profissional, a criação dos Institutos Zootécnicos de Uberaba e Campanha e dos Institutos Agrônômicos de Itabira e Leopoldina. Tendo assumido posteriormente a superintendência do Serviço de Imigração, durante o governo de Bias Fortes (1894 – 1898), foi responsável pela ingresso de 50 mil imigrantes estrangeiros no estado (cf. APM, 2005: 3).

Em sua apresentação da *Enquete Campista*, Ribeiro descreveu-a como “um vasto questionário, com dezenas de perguntas, subdivididas entre muitas tantas outras, [...] enviado aos distritos, que deveriam informar sobre agricultura, força de trabalho, terra, produtos, estradas, capitais, indústrias, recursos naturais, monumentos, fontes, jornais, prédios públicos, mineiros ilustres e dezenas de outros assuntos” (1997: 75). Apesar da perspectiva bastante crítica assumida pelo autor com relação ao tamanho, dispersão e abrangência do questionário, o que atrapalhava o esforço de David Campista, em sua concepção, era sobretudo a abordagem reformista que embasava a sua enquete. Essa supunha completamente “um campo regido por comércio e trocas: preços, mercados, contratos e vendas. Os respondedores, no distrito, raramente percebiam o alcance das perguntas e usavam respostas desculpadas: nosso distrito não planta uvas, terras aqui não são vendidas, ninguém investe em novas lavouras, enfim, ainda estamos muito atrasados nesse ponto e etc.” (1997: 75). Outro tropeço do questionário de Campista seria sua homogeneidade excessiva, segundo o autor, “com perguntas centradas num elenco de questões que julgava problemáticas, e estes problemas acreditava-os gerais. Por exemplo, propunha muito pouco discretamente que a força de trabalho era escassa, que os preços agrícolas praticados eram ruins para o lavrador, que o gado lanígero era um admirável progresso” (Ribeiro, 1997: 75).

Condenável que fosse a concepção reformista suposta na enquete, bem como a excessiva homogeneidade da mesma, Ribeiro parecia se voltar contra a abrangência e dispersão do questionário, sobretudo por prejudicarem a possibilidade de capturar as “enormes particularidades locais” (1997: 75) que teriam se imposto nas respostas, para as quais o autor conferia importância decisiva, acreditando serem os localismos que organizavam, no varejo, a economia das fazendas. O autor recusava, assim, qualquer validade aos resultados do questionário, sugerindo que suas constatações acerca dos potenciais inexplorados da terra, da falta de mão de obra e da desatenção dos governos seriam “respostas encontráveis em qualquer pesquisa patronal rural de qualquer época, governo e lugar” (Ribeiro, 1997: 76).

Ainda que concordemos com o caráter “culturalmente óbvio” (Ribeiro, 1997: 76) daquelas constatações, não tomamo-las, contudo, como um “diagnóstico” meramente

genérico. Se não devem ser consideradas, motivo pelo qual Ribeiro critica estudiosos do período que basearam suas análises naquelas constatações, como uma “prova sólida do impacto abolicionista e resultado positivo da investigação de Campista” (1997: 76), podem evidenciar, por exemplo, a concepção de que havia falta de mão de obra no meio rural, a resposta que a Minas da terra articulava, inclusive politicamente, ao fim do escravismo e não apenas o que funcionário da Secretaria da Agricultura “julgava ser o imaginário do empresariado rural seu contemporâneo” (Ribeiro, 1997: 76).

Sem dúvida, ainda assim, muito da enquete realizada por David Campista se fundamentava numa perspectiva modernizadora que, na medida em que destoava da concepção uníssona sugerida por Carvalho (2005) da voz da Minas rural, não podia ser atribuída apenas a especificidades da trajetória do mesmo. Não somente por terem compartilhado sua formação na mesma instituição para, posteriormente, abraçarem-se a perspectivas aparentemente opostas, por exemplo, Francisco Badaró e David Moretzsohn Campista, mas principalmente por terem, muitos dos filhos da chamada Minas da terra, encampado posições, ao menos aparentemente, dissonantes com relação àquela voz. Ribeiro (1997) sugeria problemática semelhante, dando destaque para o fato de quase todos os governos e seus funcionários pensarem o meio rural, naquele fim e começo de séculos, com uma concepção reformista: “Do final do século XIX, parece que mais acentuadamente depois dos anos 1870, até por volta dos anos 1920, quase todos os funcionários públicos ligados ao campo pregavam reformas. Foi costume, então, criticar a organização predatória da fazenda, o uso do fogo, a rusticidade do trabalhador, a concentração da terra, os lucros magros e os negócios poucos; David Campista e sua *Enquete* devem ser compreendidos nesse cenário reformista. Para ele – ao lado de Daniel de Carvalho, Carlos Prates, Affonso Penna, Carlos Dayrell Júnior, Carlos Carvalho e, o mais celebrado de todos, João Pinheiro – o reformismo era a grande bandeira intelectual e política para o campo” (Ribeiro, 1997: 76). Para o autor, o que teria preenchido a imprensa e os relatórios públicos com essas ideias teriam sido as marcantes crises da cafeicultura no período, a reforma da escravidão e a influência dos debates travados na agricultura dos EUA (cf. Ribeiro, 1997: 76).

Também João Pinheiro, o mais ilustre entre aqueles reformistas, teria cruzado o caminho de Francisco Badaró, em sua passagem pela Assembleia Constituinte, onde, conforme a narrativa de Murilo, seu avô teria reconhecido, “com admiração, figuras como João Barbalho, Epitácio Pessoa, Campos Salles, Cesário Alvim, João Pinheiro, entre outras tantas personalidades importantes que teriam notória influência nos acontecimentos” (Badaró, 2008: 93). O autor se referia à disputa que teria culminado no mencionado fechamento da

assembleia, mas que continuaria vigorando durante toda a chamada República Velha, forçando inclusive sua posterior passagem ao Estado Novo. Sem desconsiderar os muitos meandros da mesma, podemos apresentá-la de uma maneira simplificada fazendo referência ao liberalismo que embasava a perspectiva republicana defendida pelos representantes políticos da classe dominante das principais províncias – Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, preocupados em assegurar, com uma república federativa, um grau considerável de autonomia às unidades regionais. Como também à perspectiva que aproximava em um ponto fundamental os diversos grupos existentes no interior do Exército, apesar da profunda rivalidade entre os mesmos, estabelecida em torno da ideia de que a República devia ser dotada de um poder executivo forte, concepção que não expressava imediatamente interesses de classe, como no caso dos defensores da república liberal, mas se divulgava pelos porta-vozes de uma instituição que era aparelho do Estado²⁸³ (cf., por exemplo, Sodré, 1968; Leal, 1976; Faoro, 2001 e Castro, 1995).

Além da coincidente participação na Assembleia Constituinte, João Pinheiro e Francisco Badaró também tinham, ambos, se bacharelado em direito no Largo de São Francisco, tendo, o primeiro, iniciado seu curso em 1883, mesmo ano em que o último deixava a instituição. As perspectivas republicanas de João Pinheiro são frequentemente referidas ao seu papel na fundação do Clube Republicano, em 1888, organização que deu origem ao Partido Republicano Mineiro, no exercício interino do governo de Minas Gerais, primeiro como vice e depois como presidente, antes de ter sido eleito deputado federal à Constituinte, e, por fim, novamente no governo de Minas Gerais, dessa vez como presidente eleito, em 1906, oportunidade em que realizou a primeira grande reforma do ensino no estado, antes do seu falecimento, ocorrido em 1908, impedi-lo de concluir o mandato. Igualmente lembradas para caracterizar sua trajetória são a sua atuação como industrial, no município mineiro de Caeté, desde o ano de 1894, quando colocou em funcionamento a Cerâmica Nacional e a coordenação, em 1903, do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, a partir do qual sua análise da crise e suas perspectivas modernizadoras ganharam repercussão (cf. Gomes, 2005 e Dulci, 2005).

Nas duas entrevistas concedidas para o jornal *O paiz*, em 1906, (publicadas em Gomes, 2005), logo depois de assumir a presidência do estado mineiro, João Pinheiro

²⁸³ No debate a respeito do problema, se costuma mencionar ainda, comumente, a perspectiva progressista do Exército, para o qual “progresso significava a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do industrialismo, da expansão das comunicações”, enquanto que a “autonomia das províncias [parecia ter para os mesmos] um sentido suspeito, não só por servir aos interesses dos grandes proprietários rurais como por envolver o risco de fragmentar o país” (Fausto, 2002: 140).

comentou algumas daquelas perspectivas. No que se refere à “organização econômica”, afirmava não ser a questão industrial o “fato principal”, mas, sim, a agrícola (cf. Gomes, 2005: 12-13). Apresentava-se como um “partidário decidido da proteção do Estado à indústria”, especialmente enquanto aquela não se achasse “bastante forte para lutar com vantagens com as indústrias estrangeiras, melhor aparelhadas” (Gomes, 2005: 13)²⁸⁴. Se tratando, o problema, de “reorganizar o trabalho com base na fortuna política” (Gomes, 2005: 13), a agricultura se imporia por representar a maior parte daquela fortuna, por integrar o maior número de trabalhadores, além de fornecer “ao País em geral, os efeitos precisos às suas necessidades mais imediatas” (Gomes, 2005: 13).

Para João Pinheiro, as duas principais questões relacionadas ao desenvolvimento agrícola seriam a “fixação do trabalhador ao solo” e a “educação profissional do agricultor” (Gomes, 2005: 17). Em sua exposição sobre o problema era possível notar a conexão entre ambas, preocupando-se o presidente sobretudo com o efeito da produção agrícola realizada em fazendas sem limites instituídos entre os lotes ocupados por cada lavrador, que, portanto, adotavam como prática frequente derrubada e queimada, saltando de terra em terra a exaurir o melhor dos atributos naturais de cada parcela, especialmente, de acordo com sua concepção, por não possuírem capacidade técnica para atuarem de maneira diferente²⁸⁵. Procurando solucionar sobretudo um problema que imaginava de fronteira, João Pinheiro sugeria a necessidade de regulamentação da propriedade privada parcelar e, para que a mesma ocorresse com mais frequência, do barateamento dos procedimentos judiciais necessários a sua legitimação. Se a proposta parecia remeter para a necessidade de divisão das grandes

²⁸⁴ “Penso que a indústria deve ser protegida decididamente, mas como um fato transitório, enquanto não está aparelhada para lutar com a concorrência dos mais fortes. Há em meu protecionismo uma contradição aparente com os meus princípios sobre a liberdade. Eu sou partidário da absoluta liberdade em suas diversas formas, inclusive a liberdade econômica; afirmo a liberdade de trabalho, com uma necessidade de aperfeiçoamento e um propulsor do progresso; mas no nosso caso atual, a ausência de proteção não seria a liberdade, seria um delito; é como se dessem a uma criança a liberdade de ir lutar com um atleta. A liberdade industrial só se pode praticar em relatividade de condições; aqui a proteção é uma necessidade de defesa, ainda que temporária. Na Inglaterra eu seria livre-cambista. No dia em que estivermos aparelhados para lutar, sim; até aí a proteção não é ao industrial, é à nossa independência econômica, é ao nosso trabalho”. Trecho da entrevista com João Pinheiro publicada em Gomes (2005: 16).

²⁸⁵ “No primeiro caso, uma das soluções é facilitar a divisão do solo possuído em comum, visto que a agricultura nos *terrenos pro indiviso* é perfeitamente nômade e traz consigo todas as más consequências desta situação. Aqui tem você um fato muito comum: uma só família trabalha numa fazenda indivisa, até que o chefe morre um dia; os filhos, os herdeiros, passam a trabalhar todos na mesma fazenda, cada um por si, mas sem uma divisão regular das terras. A primeira consequência é a devastação da terra; não tendo fixidez legal, eles a saltar de trato em trato da terra, ora lavrando aqui, ora acolá, em busca do melhor talho, do que lhes dê mais pronta produção com menos trabalho; e como não tem educação agrícola necessária, como não conhecem os meios de tornar a terra proveitosa e preferem o processo rotineiro e mais simples, o que eles fazem é devastá-la pela derrubada e pela queimada, esterilizando os melhores talhos de terra, que abandonam sucessivamente à medida que vão se tornando menos produtivos”. Trecho da entrevista com João Pinheiro publicada em Gomes (2005: 17, grifo no original).

propriedades, o presidente se contrapunha prontamente a essa perspectiva, sugerindo que a distribuição da herança, naqueles casos, poderia conduzir à ruína e que deveria ser preservada as capacidades produtivas das grandes fazendas, escolhendo o pai o filho mais capaz de conduzir a propriedade²⁸⁶.

A necessidade de uma escolarização profissional agrícola, o presidente do estado mineiro afirmava justificando-a principalmente em razão da “ignorância do agricultor” (Gomes, 2005: 19). Incapacitado de manejar o moderno maquinário que lhe poderia proporcionar serviços de modo eficiente, o lavrador acabava convencido que os processos antigos a que se achava acostumado eram preferíveis a todas as inovações. A educação técnica, assim, não precisaria convencê-lo, com teorias, da superioridade dos recursos ensinados. Bastava ensinar os agricultores a utilizá-la, sendo a percepção do progresso autoevidente (cf. Gomes, 2005: 19-20). Ministrada em duas frentes, o ensino devia estar voltado tanto para a formação “dos operários rurais de amanhã” como para o “próprio lavrador pela constituição de pequenas fazendas-modelo” (Gomes, 2005: 19). Aos primeiros, escola primária, na qual as noções básicas seriam ministradas de maneira completamente prática²⁸⁷. Aos segundos, ensino técnico secundarista oferecido aos que demonstrarem maior aptidão, durante o curso primário²⁸⁸.

Analogamente a David Campista, João Pinheiro centrava suas perspectivas progressistas em um ideário que, apesar de “bastante disperso” como um “programa”, conforme com a abordagem de Ribeiro (1997: 77), referia-se quase sempre a algumas reformas que deveriam ser conduzidas: “Quase sempre vinha em primeiro lugar o tema da técnica e da máquina: o nosso agricultor poderia imitar o europeu e norte-americano, utilizar maquinário e equipamentos sofisticados, barateadores da produção, poupadores de trabalho; em segundo lugar vinha a divisão da terra concentrada nas mãos de uma classe – que muitas

²⁸⁶ “Morto o dono, a divisão traz a ruína, porque, não se podendo dividir aparelhos que funcionam harmonicamente, não se podendo dividir a água que move esses aparelhos, não tendo meio um dos herdeiros de comprar a parte dos outros, não se aproximando eles de um acordo para a exploração da fazenda, fica um com aparelhos inúteis para a capacidade do retalho que lhe coube, e os outros com terras sem as máquinas para o beneficiamento. [...] A solução é a liberdade de testar. O pai fica com o direito de escolher dos filhos o mais capaz e de entregar a ele o futuro da propriedade”. Trecho da entrevista com João Pinheiro publicada em Gomes (2005: 18).

²⁸⁷ “Para isso instituirei um ensino técnico-primário, ministrado nas escolas públicas, de modo concreto, sem teorias, paralelamente ao ensino da leitura, da escrita e da aritmética. O menino da roça, no tempo em que aprende a ler, a escrever e a contar, aprende praticamente todas as coisas que se fazem mister para que ele seja amanhã um inteligente operário rural”. Trecho da entrevista com João Pinheiro publicada em Gomes (2005: 19).

²⁸⁸ “Este será dado nas pequenas fazendas-modelo, do que lhe falei ainda a pouco, fazendas providas de todos os aparelhos aperfeiçoados, dirigidas por técnicos experientes, onde se praticarão os novos processos de cultura e onde completam a sua aprendizagem profissional rapazes de 15 a 17 anos, tirados, de preferência, dentre os que demonstrarem maior aptidão e aproveitamento nas escolas técnico-primárias”. Trecho da entrevista com João Pinheiro publicada em Gomes (2005: 20).

vezes definiam pela palavra ‘feudal’ – conservadora, ciosa do seu poder e avessa às melhorias; depois vinha povoamento e colonização, com famílias bem educadas nas artes agrícolas, e, por fim, uma modificação nas mentalidades gerenciais, empresariando as atividades rurais, diversificando a pauta produtiva e procurando inserção em novos mercados” (Ribeiro, 1997: 77).

Com ênfase distinta em cada questão, a problemática inventariada pelo autor aparecia não apenas nas perspectivas de David Campista e João Pinheiro, mas também naquelas que orientavam a atuação de Dom Joaquim, no município de Diamantina. O “conservacionismo” ou “ambientalismo agrícola”, para nos utilizarmos das expressões de Ribeiro (1997) era elemento de fundo em todos os casos: estava suposto na crítica às queimadas e derrubadas feita explicitamente por João Pinheiro, mas organizava, de fundo, todo aquele pensamento reformista que pretendia, com suas promessas de eficiência, “economizar” trabalho, mas também “poupar” a natureza, gasta inadequadamente pela rusticidade dos métodos. Essa preocupação ocupava igualmente a Dom Joaquim, que pretendia corrigir a miséria rural com a criação de instituições educacionais voltadas à educação técnica. Escrevendo naquele mesmo período, em que vivia no município de Araçuaí, Leopoldo Pereira (1969) assumiu uma perspectiva análoga, divulgando o que considerava serem os malefícios provocados pelos caboclos²⁸⁹. Mais claramente que na descrição feita por João Pinheiro, o texto de Pereira possibilitava vislumbrar não uma hipotética condição de apropriação indivisa da terra, mas insinuava a própria forma de reprodução regional das fazendas.

O problema da concentração da terra emergia de maneira menos evidente. Em Campista, o interesse em diagnosticar condições de uso e ocupação da terra, observando inclusive o tamanho das parcelas apropriadas, teria como seu alicerce a perspectiva de melhorar a gestão dos recursos empregados na produção agrícola, o que podia acabar sugerindo intervenções em direção àquela otimização, cuja efetivação dependeria, sem embargo, de inúmeros outros fatores. Em João Pinheiro, ainda que a questão fosse

²⁸⁹ Investigando as circunstâncias responsáveis, entre elas a devastação das florestas, pelo que o autor identificou como a diminuição das águas do norte de Minas, problemática para a qual dedicou o quinto capítulo de seu livro, a perspectiva mencionada aparecia francamente na exposição de Leopoldo Pereira: “O sertanejo é inconscientemente bárbaro no modo de trabalhar, destruindo, arrasando sem necessidade as matas. Porque os terrenos ensombrados por florestas são por via de regra mais férteis, o lavrador vai de preferência abrir sua roça nesses lugares, que deviam ser pelo próprio interesse deles respeitados. Em toda a região de que aqui me ocupo, as matas virgens estão já reduzidas a um décimo se tanto, do que eram há 50 anos. Há já grandes fazendas que não têm, há muito, madeiras para construção. O mato que não cai sob o machado do lavrador, arraza-o o fogo das queimadas. Não há mato algum que resista a duas queimas, principalmente nas catingas, onde a folhagem caída na seca alimenta a destruidora labareda. Estas queimas se dão cada ano, propagadas dos roçados; e frequentemente é o próprio fazendeiro quem manda praticá-las para fazer pastagens. ‘Abrir’ uma fazenda na linguagem popular, quer dizer destruir os matos, pôr tudo em campo para a criação” (Pereira, 1969: 46).

apresentada muito claramente, aparecia como situação a exigir intervenção apenas pontualmente: o barateamento dos procedimentos jurídicos necessários à legitimação fundiária, em um caso, e a partição da herança, em outro, operariam reduzindo a concentração, enquanto a otimização produtiva das fazendas indivisas poderia ser garantida pelos pais, confiando sua gestão para o filho mais apto. Nessa abordagem, se interpunha ao problema da concentração da terra, mesmo que de modo implícito, a possibilidade da sua correção por meio de uma modificação nas mentalidades gerenciais.

Acerca da imigração, Ribeiro sugeria que “fica muito claro, em todos os autores mineiros, que nunca pensaram em reproduzir o modelo imigrante-fazenda-colônia de São Paulo. Na concepção deles imigração estava ligada a povoamento, educação rural, propriedade familiar, reforma agrária, redução do espaço e poder do latifúndio” (1997: 77). Embora as perspectivas apresentadas pudessem ser bastante distintas daquilo que efetivamente seria colocado em prática, não parece confirmar essa interpretação a caracterização que João Pinheiro fazia das razões que o levaram a propor um modelo de colonização para a iniciativa particular: “Essa colônia, que considero a colônia-modelo, penso que seria o tipo a adotar pela iniciativa dos nossos agricultores, como o meio de corrigir as dificuldades que premem uma parte da grande lavoura, colocada, já o disse, em uma situação especial depois de extinto o trabalho escravo. Porque, é preciso dizer, a crise do fazendeiro não é somente a baixa do café; é a impraticabilidade da lavoura com o trabalhador assalariado [...], a quem não se pode determinar o número, a força, a profundidade das enxadadas que deve dar, nem a quantidade de produção a conseguir e que recebe a mesma paga, seja qual for o resultado da lavoura” (Gomes, 2005: 26-27). Num contexto completamente diferente, o problema do abastecimento de trabalhadores, que parecia motivar a criação daquela proposta por João Pinheiro, ocupava também Dom Joaquim, que via na migração dos trabalhadores para os centros urbanos, o prejuízo da lavoura local e economia nacional. O emprego da sua autoridade na prescrição de uma conduta para os trabalhadores, ainda que integrasse o conjunto de condições, amiúde interpretadas como coronelistas e clientelistas, que manteriam o lavrador submetido às fazendas, diferia muito da proposta de Pinheiro, na qual o endividamento imposto pela aquisição da parcela mobilizaria o agricultor a entregar parte da sua produção a ser comercializada pela administração da colônia, garantindo o meio circulante que o possibilitaria quitar o pagamento devido (cf. trecho da entrevista publicada em Gomes, 2005: 24-28).

A perspectiva progressista que viemos identificando, ou a “concepção reformista”, para usar a expressão de Ribeiro (1997), parecia ter presença mais constante no seio da Minas

da terra do que a análise de Carvalho (2005) acabava por sugerir. Seguindo o raciocínio desse último, poderíamos atribuir o caráter mais vanguardista das posições de alguns políticos, funcionários públicos, ou mesmo de homens do clero, às suas trajetórias pessoais. Assim, para o autor, a passagem de João Pinheiro pela Escola de Minas fora determinante em última instância para que o futuro presidente do estado se tornasse um fervoroso adepto do progresso. Observando, contudo, mais detidamente as trajetórias das quais nos aproximamos, encontramos o Bispo Dom Joaquim, que teria estudado e sido professor no Caraça, colégio conservador por excelência, donde emergia em coro a voz ruralista, adotando atitudes afins com aquela “concepção reformista” assumida pelos progressistas. Por seu lado, Francisco Badaró, que também havia recebido formação no Caraça, cujas influências revelar-se-iam, de maneira bem expressiva, no conservadorismo progressivamente assumido na condição de representante político de uma oligarquia fundiária, não teria deixado, ainda assim, de percorrer caminhos que conectariam sua trajetória, chegando inclusive a travar amizade com aqueles que assumiriam posição antagônica com relação à sua. Não apenas com David Campista, mas com outros ainda, igualmente mencionados nas memórias narradas por seu neto. Outro exemplo de um personagem próximo de Francisco Badaró, cuja perspectiva seria marcada pelo progressismo, foi Augusto de Lima, a quem o primeiro atribuía à ideia originária da transferência de capital para fora de Ouro Preto²⁹⁰.

Independente da atribuição para Augusto de Lima ou João Pinheiro do papel principal como proponente ou realizador da ideia, o importante, tomando em conta a interpretação de Carvalho (2005) sobre o episódio da mudança da capital mineira, seria perceber como a própria escolarização dos filhos da classe dominante agrária, da Minas ligada à terra, constituía, ela própria, o “cavalo de Tróia” que desestruturaria seu reino conservador. Se uma ligação, uma ponte, como afirmou Carvalho (2005), poderia ser encontrada entre as perspectivas progressistas de homens como João Pinheiro, que antecipavam a Minas do ferro e os antigos ideias liberais que subjaziam da Minas da mineração, a passagem por entre esses dois momentos dependeria definitivamente da reprodução das relações que fundamentavam a Minas da terra para ocorrer. A oligarquia agrária teve que custear a formação dos seus filhos

²⁹⁰ “Apenas um pouco mais velho do que eu, Augusto de Lima se matriculara na faculdade no ano que cheguei a São Paulo e prontamente conseguiu reunir em torno de sua pessoa o que de melhor havia entre mineiros e patrícios de outras províncias. Tornamo-nos amigos. Fez rápida carreira após a diplomação, iniciada como promotor do termo de Leopoldina, nomeado logo a seguir juiz municipal e, nas divagações a que nos entregávamos nos momentos de descontração e lazer, ouvia-o falar com entusiasmo da necessidade de transferir de Ouro Preto a capital da província. Seu conhecimento das coisas era tão percuciente que chegou mesmo a indicar o Curral Del Rey como o local indicado para a construção da nova capital. Quis o destino que ele mesmo, como presidente do estado, iniciasse o processo de mudança, enviando para o Congresso Constituinte o assunto para ser debatido, num ato de modéstia a dividir com outros o sucesso da empreitada” (Badaró, 2008: 47).

como parte da sua estratégia de reprodução, ainda que nesse processo a perspectiva assumida pelos mesmos pudesse se modificar a ponto de sugerir transformações que abalariam as condições em que se sustentava o poderio das suas próprias famílias. A fragilidade da interpretação de Carvalho (2005) consistiria justamente no fato de o autor não levar em conta, para a transmissão de determinados “ideais”, a necessidade do estabelecimento “efetivo” de relações que se alojariam necessariamente na reprodução do grupo social para o qual a história tinha dado assumir a posição dominante. Fossem qual fossem suas perspectivas, homogêneas ou não, seria a oligarquia rural a responsável por formar, num processo progressivo de escolarização dos seus membros, ou por reproduzir, por meio do estabelecimento de alianças com integrantes escolarizados de outras famílias, mesmo os homens de “vanguarda”. Se Carvalho (2005) procurava uma continuidade entre a Minas mineradora e aquela industrializante, do “futuro”, essa busca não poderia ficar restrita aos traços comuns identificados nas perspectivas que prevaleceram num e noutro tempo. Em Minas, poderíamos dizer, parafraseando o título do livro em que foi publicado o mencionado trabalho de Carvalho, *os fundamentos do Brasil moderno* não estariam exclusivamente nos ecos liberais dos tempos do ouro, mas teriam sido sobretudo estabelecidos pela reprodução oligárquica das instituições e dos homens que vieram a ocupá-las.

3.4. Reprodução regional, bacharelismo e autonomização do Estado

Em uma conferência realizada no ano de 1956, no segundo *Seminário de Estudos Mineiros*, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, Cid Rebelo Horta abordaria essa, dentre outras questões, procurando construir um panorama acerca das *Famílias governamentais de Minas Gerais*, trabalho posteriormente publicado em 1986. Assumindo como um provocativo problema de pesquisa o comando da política mineira pelo mesmo grupo reduzido de famílias, do século XVIII ao momento em que escreveu o trabalho, que se revezam no poder, Horta se dedicaria a pensar nos mecanismos que possibilitavam, em cada diferente momento histórico, a “transferência” de poder que asseguraria àquelas famílias sua perpetuação “na vida pública – no mundo político, na proeminência econômica e financeira e até nas artes”, como escreveu posteriormente Francisco Iglésias, em texto de abertura para a reedição da aludida conferência (Iglésias, 1986: 111).

Partindo das relações instituídas com a mineração, Horta (1986) apresentava a formação do que chamou de uma “mediania social”, que não fazia daquela uma sociedade

fechada estritamente na oposição entre senhores e escravos, ainda que pudesse ser caracterizada sobretudo por sua dependência com relação àqueles polos²⁹¹. Isso ocorreria em razão do poder político pertencer exclusivamente, para usar as palavras do autor, ao “senhorio da terra” (1986: 114). Na medida em que “sem recursos para administrar efetivamente a capitania, davam-se a esses ‘homens bons’, em troca de pagamento de impostos e do fornecimento de armas e soldados, na colônia, e em troca de votos, depois da independência, cartas de sesmarias, patentes de oficiais da Milícia de Ordenanças, assim como um arbítrio policial e judiciário que atingia o extremo” (Horta, 1986: 118). O argumento utilizado pelo autor retoma os termos com que apresentamos, antes, a questão, dando, contudo, mais destaque para a condução da empresa colonial “pelo braço e pela espada do particular” (Freyre, 1987: 4), que para a atenção mantida pelo rei sobre seu “negócio” (Faoro, 2001: 162) ou ainda, o que não receberia sequer tratamento na interpretação do autor, para o “sentido da colonização” (Prado Jr, 1979). Assim, inevitavelmente, o processo conduziria à chamada “hipertrofia do poder privado”, que se torna o principal o objeto da discussão (cf. Horta, 1986: 117-118). Tal abordagem se fundamenta, todavia, como indicamos anteriormente (cf. seção 2.3 dessa tese), em uma crítica à incursão privada no domínio que, em tese, deveria ser público. Não considera, assim, que a constituição do poder público, enquanto tal, nunca poderia prescindir do processo de formação do Estado burguês²⁹².

Essa forma de acesso ao poder político – que na colônia restringia aos “homens bons” a possibilidade de eleger ou integrar “as Câmaras de Vereança, instituição representativa de tamanha amplitude no tempo colonial, única, aliás, que entre nós existiu até o advento da Independência” (Horta, 1986: 114) – persistiria com a emancipação política. Aquele compromisso de natureza patrimonialista se reproduziria, com o sistema eleitoral estabelecido, por meio de um compromisso tácito entre os chefes locais e o governo

²⁹¹ “E sem embargo dos progressos, bem lentos de resto, que assinalariam a trajetória da classe média, entre nós, o certo é que, já no final do Império, Nabuco de Araújo poderia proclamar, como ênfase, no Senado, que no Brasil, ‘entre os senhores e os escravos, a classe intermediária e absolutamente dependente’” (Horta, 1986: 114).

²⁹² Francisco Iglésias, no referido texto de abertura ao trabalho de Horta (1986), fundamentaria sua argumentação justamente nesse pressuposto, que antes encontramos embasando a interpretação sobre o coronelismo feita por Leal (1976). A análise do primeiro revelava, ainda, outros procedimentos bastante problemáticos, sobretudo o caráter quase antropológico atribuído para o fenômeno que o autor chamou de familismo: “Não é apenas chefe de clã natural, mas também político, dono da economia – fazendeiro ou empresário –, subjugando direta ou indiretamente os chefes religiosos, que também se acolham sob o seu manto. É uma antiga forma de organização social, que abrange a plenitude no mundo hebreu antigo ou na época feudal. Pelo frágil poder político, inteiramente atomizado, enfraquece-se a ação do Estado e ganha realce o poder privado, que se traduz sobretudo nos clãs familiares. Enquanto o poder público se atrofia, hipertrofia-se o poder privado, levando ao familismo viçoso. O fato é conhecido na história do mundo e verifica-se aqui, não só na Colônia, mas também no Império e até na República. As dimensões continentais do país, dominado por um colonizador de rala população [...] levavam a uma ordem política em que muito do poder político tinha de ser dado ao agente particular. Daí o privatismo [...]”. (Iglésias, 1986: 112).

centralizado, que garantia perfeitamente o *status* político do patriciado rural dominante: “Distinguiam-se nesse sistema os votantes dos eleitores. Nas assembleias paroquiais, os votantes escolhiam os eleitores que iriam, depois, eleger os deputados e senadores. Dos votantes se exigiam renda mínima anual e requisitos pessoais e profissionais que permitiam uma participação apreciável da classe média. Para ser eleitor, entretanto, a renda mínima indispensável era o dobro da anterior; para ser deputado era preciso o dobro da renda do eleitor” (Horta, 1986: 118). Assim, como antes, o acesso ao poder político, continuava definido pelo cabedal, circunscrito, portanto, às antigas famílias constituídas, desde a colonização, em torno dos “homens bons”, com a diferença que os mesmos viriam, progressivamente, a se tornarem os próprios administradores e representantes políticos imperiais.

Mudança mais brusca ocorreria com o rompimento da exigência de “rendas progressivas” para tarefas de representação e chefia política. De acordo com o autor, aconteceram sucessivas reformas do sistema eleitoral, mas determinante de fato foi a instauração daquela que ficou conhecida como Lei dos Círculos. Segundo a mesma, “as províncias eram divididas em tantos distritos eleitorais quantos eram os representantes que tinham na Câmara Geral. Temia-se que uma reforma desse tipo acabasse por excluir da representação as pessoas notáveis, ‘bastante conhecidas para serem aceitas por uma província inteira’, substituindo-as pelas ‘notabilidades de aldeias, pelos empregados subalternos, pelos protegidos de alguma influência local’” (Horta, 1986: 118).

O sistema eleitoral inaugurado, chamado distrital, havia sido mencionado nas memórias de Francisco Badaró, precisamente por tê-lo permitido eleger-se como uma daquelas celebridades de aldeia²⁹³. Seria o segredo do equilíbrio entre as diferentes oligarquias, sobretudo depois de eliminada qualquer tutela do poder central, com a instauração da república²⁹⁴. O compromisso político se modificaria, sem deixar, não obstante,

²⁹³ “Eu era uma das ‘celebridades de aldeia’ a que se referiam os críticos do sistema distrital, em meio a algumas figuras de escol da vida brasileira daquele tempo, mas também de um sem número de tabaréus procedentes das mais distantes regiões do Brasil” (Badaró, 2008: 93).

²⁹⁴ “No Império [...] o poder central se resumia, em última análise, no poder moderador do imperante, que podia demitir e nomear os presidentes das províncias, descartar-se quando quisesse dos seus ministros. Era o imperador, personalidade acima das contingências locais e regionais, acima mesmo das vicissitudes das lutas políticas, que no final das contas, dava a vitória a essas ou àquela facção [...]. O sistema centralista do Império animaria o sentimento liberal, muito sensibilizado ainda pela proximidade da luta contra o absolutismo, a se concentrar, ao longo de todo o Século XIX, numa linha de aspiração federalista. [...] O poder local queria libertar-se da tutela do poder central. [...] A grande linha distintiva do regime republicano seria o federalismo que estabeleceu. O poder, que antes se congregava no centro, refluía para a periferia. A grande força política não era mais a administração central corporificada na União Federal; fora atribuída aos Estados-Membros” (Horta, 1986: 119-120).

de ser patrimonial. Travado, à época do Império, “entre o poder local e o poder central”, passaria, segundo Horta, com o advento republicano, “a ser feito entre o poder local e o poder regional, personificado no governador ou presidente do estado. Este seria o personagem político principal na Primeira República. Estava praticamente acima do chefe da Nação, do presidente da república, porque esse não passava de um seu mandatário, uma vez que o controle do eleitorado lhe pertencia inteiramente. [...] O herdeiro do poder moderador na Velha República não foi qualquer personagem político, por mais influente que possa ter sido, mas, sim, uma instituição, que o regime originaria – *a política dos governadores*” (Horta, 1986: 120, grifo no original).

Diminuída a exclusividade dos poucos notáveis que, antes do sistema distrital, conseguiam se candidatar, a oligarquia rural adquiria a faculdade de se representar diretamente. Se não havia se transformado, também nesse caso, como indicou Horta, o fundamento do acesso ao poder político, ainda circunscrito às famílias que detinham o controle fundiário, a maior abertura imposta pela Lei dos Círculos ia exigindo outros mecanismos de seleção, configurando um campo diferente de exigências, de onde teria emergido o bacharelismo. A posse de um diploma podia justificar a elegibilidade de determinados candidatos, antes ainda, a sua própria candidatura, frente a de outros, igualmente “tabaréus”, mas, entretanto, sem aquele distintivo. Nas palavras do autor, “a eleição por distrito tornaria, sem dúvida, a representação do senhorio rural mais autêntica: esta já podia mandar à Corte o seu filho doutor, não precisava mais eleger somente os notáveis que vinham do funcionalismo civil, eclesiástico e militar do tempo do Brasil-Reino. A Câmara se renovou com a eleição distrital. Daí por diante – escreveria Pedro II, que foi o animador de todas as reformas eleitorais havidas – não houve mais, na Câmara, só patrulhas, mas minorias” (1986: 118-119).

Aquela valorização dos bacharéis parecia ter se iniciado concomitantemente à necessidade de institucionalização da burocracia ainda no Império, que, “instalada em seus prédios novos, confirmava, para a percepção do povo, o novo prestígio do bacharel ou do doutor, sobretudo nos meios urbanos” (Boechat, 2013: 291). Outra análise bastante frequente costuma assinalar, ainda, que a importância do bacharel teria surgido simultaneamente à progressiva instituição do Estado como âmbito mediador dos conflitos existentes internamente à chamada classe dominante. De acordo com essa perspectiva, a gradual extinção do escravismo marcaria a emergência um conjunto de questões cuja forma de resolução não podia ficar completamente restrita aos interesses regionais (cf. Alencastro, 2000). O processo demandaria a institucionalização de uma burocracia que podia, enfim,

passar a se reproduzir internamente, com a implantação de cursos superiores no país, enquanto se tornava uma opção de reprodução das classes dominantes, sobretudo em função da ampliação da demanda por funcionários, que começava a exceder o estreito círculo que anteriormente conseguia se formar nas universidades estrangeiras (Adorno, 1988). Nesse contexto, as faculdades de direito tomariam a dianteira, por conduzirem um processo de identificação com o Estado, promovendo uma espécie de homogeneização ideológica capaz de conter o aprofundamento dos conflitos mencionados (cf. Adorno, 1988 e Carvalho, 2008).

Assim, o problema das perspectivas políticas assumidas parecia ganhar outra dimensão. Como destacou Horta (1986), por um lado, “liberais e conservadores [...] representavam, afinal, a mesma classe dominante do patriciado rural. A rigor não havia Partido Conservador ou Partido Liberal, o que existiam eram famílias liberais e famílias conservadoras, que dominavam nesse ou naquele distrito” (1986: 119). Por outro, sem embargo, Carvalho (2008) apontava distinções assentadas, por exemplo, na composição prevaiente em cada um dos partidos. Senhores de terras da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, cuja produção era destinada nomeadamente para o mercado exterior, integravam quase sempre o Partido Conservador, enquanto os fazendeiros de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul reivindicavam maior autonomia para as províncias, agrupando-se majoritariamente no Partido Liberal. Segundo Faoro (1974), ainda que os liberais tivessem reivindicado a descentralização completa no federalismo, deixando o rei sem governo e administração e, contrariamente, a bandeira conservadora tenha pregado a centralização parlamentar pelo poder moderador, não seria possível afirmar, entretanto, que os conservadores, quando chamados ao poder, não acabavam por realizar perspectivas liberais e vice-versa. Nesse contexto em que a ideia de uma administração pública ia se autonomizando da disputa estrita entre diferentes concepções políticas, o discurso autorizado do bacharel passava a ganhar importância.

O “cavalo de Tróia” identificado por Carvalho (2005) não parecia se restringir, portanto, aos ecos progressistas que a oligarquia rural permitira emergirem, apesar de ameaçarem seu reino conservador. Correspondia, mais que isso, a uma mudança nas condições de acesso ao poder político e de reprodução da classe dominante, conforme assinalou Horta (1986), que evidenciava, com a emergência da escolarização e a institucionalização da burocracia, o próprio processo de autonomização do Estado. Considerando esse processo do ponto de vista da mudança instaurada, Freyre (2006) distinguia um processo de ascensão política dos filhos, principalmente bacharéis, que impunha o declínio do patriarcalismo. O advento do “homem fino da cidade” e o seu ingresso

nos cargos públicos, a constituição de uma “aristocracia da toga” (Freyre, 2006: 714), composta de brasileiros natos, teriam sido responsáveis por destruir quase de todo a antiga mística do capitão-mor velho (Freyre, 2006: 713). Exteriorizava-se, como sugeriu Boechat (2013: 292), a oposição entre senhores e escravos, com a emergência do filho bacharel, branco, mas por vezes, também mulato²⁹⁵, que personificava o processo de urbanização e burocratização da antiga sociedade rural, escravagista e patriarcal e o processo parcial de democratização do seu poder político. Mais que uma ruptura, sem embargo, o que estava em jogo era uma acomodação daquelas novas figuras na ordem instaurada, ao passo que a emergência das mesmas parecia indicar, ainda assim, uma transformação interna daquela mesma ordem²⁹⁶.

Holanda (1995) identificaria igualmente o processo, considerando-o, menos que Freyre (2006), todavia, uma ruptura. Apesar de atribuir à escolarização a possibilidade dos jovens se libertarem “progressivamente dos velhos laços caseiros”, isso aconteceria de maneira totalmente desequilibrada, uma vez que não teria deixado de prevalecer o “tipo primitivo da família patriarcal” (Holanda, 1995: 144-145). Assim, a “praga do bacharelismo”, que o autor discernia, acabava por se relacionar mais diretamente com a possibilidade de obter cargos políticos do que com o treinamento das vocações ou habilidades²⁹⁷. O autor parecia sugerir, portanto, como indicou Boechat (2013), uma supressão apenas parcial da ordem familiar na formação do Estado republicano²⁹⁸, aparecendo, para Holanda, a democracia como um “lamentável mal-entendido” (1995: 160).

²⁹⁵ “Prestígio que, sem dúvida, dependia da cor e da linhagem familiar, e que colocava barreiras ao bacharel mulato, que buscou, por exemplo, recorrer a casamentos com mulheres ricas para confirmar a sua ascensão, embora Freyre ressalte antes o movimento como de ascensão dos filhos ao poder. Outro meio, não obstante isso, de ascensão do mulato teria sido pela Escola Militar ou pela Escola Politécnica e seu encaminhamento para o Exército em formação, na figura dos ‘bacharéis-militares’. As milícias da Guarda Nacional, com muitos oficiais mulatos, representavam, segundo Freyre, uma possibilidade de ‘arianizar’ o sangue. Enfim, uma abertura à ascensão” (Boechat, 2013: 291).

²⁹⁶ “Com muitos exemplos de situações da vida cotidiana, portanto, Freyre parece sugerir um movimento tanto de acomodação do mulato, do jovem em geral e do bacharel à ordem estabelecida, como também um movimento de transformação interna dessa mesma ordem, que se expressa em passagens como: ‘A ascensão do mestiço e do bacharel como influência revolucionariamente poderosa no sentido daquela desintegração’ (Freyre, 1961, II: 618). Ao fazê-lo minimiza as interpretações correntes de uma ascensão abrupta nos processos culminando de maneira quase direta na abolição e na República, como marcas da ruptura instaurada por uma geração erguendo-se contra a anterior. Reforça a interpretação da ocorrência [de um] processo longo, embora concluísse de modo diferente, em capítulo anterior, que o resultado era de uma oposição geracional de fato” (Boechat, 2013: 291).

²⁹⁷ “Percebi que, exceção de algumas personalidades dotadas de real preparo intelectual, a grande maioria me fazia lembrar a famosa crônica de Machado de Assis sobre o Senado, em que ele viu seus componentes ‘risonhos, familiares, gracejando entre si e com os outros, tomando juntos café e rapé’ (Badaró, 2008: 96).

²⁹⁸ “A suposta ‘geração parricida’ de Luís Martins acabaria por preservar o ‘teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional’ (Holanda, 1995: 164), porque primava por um pendor ao talento (sobretudo representado socialmente) ao invés do esforço [...] e mergulhava num alheamento ao mundo, sobretudo pela incorporação de traços de autodignificação acima dos mortais, típico de um romantismo exacerbado. Por tudo isso, Holanda os chama de ‘aristocracia do espírito’ (Holanda, 1995: 164)” (Boechat, 2013: 295).

O questionamento, presente nas análises de Gilberto Freyre (2006) e de Sérgio Buarque de Holanda (1995), acerca da efetividade da superação que a emergência dos bacharéis instaurava, ainda que o ponto de vista dos autores nos pareça marcado excessivamente por suas perspectivas do que deveria ser a “verdadeira” modernização nacional, pode nos conduzir novamente ao problema que vínhamos identificando na interpretação feita por Ribeiro (1997) sobre a *Enquete Campista*. Por considerá-la culturalmente óbvia, como assinalamos anteriormente, o autor desconsiderou qualquer validade para a inferência de David Campista acerca de uma possível escassez de trabalhadores. Pensava nessa constatação como suspeita, pois a organização daquele questionário o predispunha a captar essa exatamente resposta (Ribeiro, 1997: 79). Além de criticar sua enquete, portanto, de um ponto de vista, em certo sentido, metodológico, Ribeiro acusava Campista, assim como todos os outros expoentes daquela concepção reformista que o mesmo endossava, de um completo “desconhecimento de roça [...] das técnicas empregadas e seus resultados” (1997: 78). Sua posição, o autor sustentava na perspectiva de que “os reformistas, em sua maior parte, desconheciam completamente o campo, que era na melhor das hipóteses sua vaga origem, e falavam dele como exilados. Os funcionários públicos e os membros do governo [...] eram homens da máquina pública ou profissionais liberais, raramente ligados diretamente à terra” (1997: 78).

Analizando esse aspecto da questão, Ribeiro (1997) parecia esquecer, de modo análogo a Carvalho (2005), como apontamos antes, que aqueles “homens da máquina pública” foram formados num processo em que o próprio Estado se encontrava em constituição. Funcionários públicos ou profissionais liberais, tendo se “urbanizado” no transcurso de suas trajetórias, muitos deles eram filhos das oligarquias que muito possivelmente lhes financiaram os estudos²⁹⁹. Não significa que progressivamente não tivessem também se diferenciado das posições da mesma, mas a ambiguidade na transformação enxergada por Freyre (2006) e Holanda (1995) indicam exatamente a existência de vínculos com a reprodução daquela sociedade rural, escravocrata e patriarcal que *ainda* (e nesse ainda se evidenciava o dualismo presente na interpretação dos autores

²⁹⁹ Cobrando as Academias anuidades, ainda que o corpo discente revelasse certa heterogeneidade social, para José Murilo de Carvalho (2008), o fato expressava somente que havia diferentes setores da elite econômica dos quais provinham aqueles estudantes, para cuja formação havia ainda de ser custeada a manutenção dos mesmos, visto que a grande maioria vinha de fora das cidades de São Paulo e Recife. Assim, seria pouco provável, conforme o argumento do autor, que esse grupo fosse recrutado exclusivamente nos setores não dominantes da sociedade ou que quisesse dirigir o Estado contra os interesses dominantes, entre os quais destacava aqueles das oligarquias rurais (Carvalho, 2008: 35). Para o autor, como apontamos antes, o que permitia aos mesmos que se afastassem cada vez mais de interesses estritamente familiares e sobretudo oligárquicos era o estabelecimento de uma identidade com o Estado, mobilizada como fundamento daquele processo de formação.

mencionados) não haviam sido rompidos. Não argumentamos nesse sentido, de maneira nenhuma, para defender, nem técnica empregada, nem os resultados obtidos por David Campista em sua enquete, a partir de uma perspectiva que pressupõem a objetividade das formas como o processo social vai sendo representado. Entendendo, ao contrário, que qualquer objetividade apenas pode se reproduzir de maneira fantasmagórica numa sociabilidade organizada de maneira fetichista, sugerimos apenas que, apesar da institucionalização progressiva das formas de representação válidas politicamente, as perspectivas reproduzidas no grupo familiar de onde provieram aqueles filhos bacharéis certamente não deixava de informar-lhes as concepções. Ou seja, ainda que o emprego da enquete para fundamentar a formulação de determinadas políticas revele o processo de autonomização, amparado pela emergência de métodos e técnicas, entre os interesses imediatos de determinado grupo social e aqueles interesses cuja representação mais homogênea se assenta justamente na instituição do Estado, a reprodução daqueles funcionários e políticos não se encontrava, ainda assim, completamente apartada das condições de reprodução oligárquicas das suas famílias, que lhes informava as posições políticas.

Com isso, não queremos dizer, de nenhum modo, que os interesses cuja homogeneidade vai sendo respaldada pela legitimidade dos discursos técnicos que os produzem se descolem daqueles outros interesses que se apresentam, de maneira mais imediata, como interesses de classe, fazendo referência efetiva ao que poderíamos provisoriamente chamar de o conjunto da nação ou da população. A representação de interesses nacionais, assim como a própria ideia de população não deixa de escamotear diferenças e contradições entre os diferentes grupos sociais que integram o Estado e seu território, crítica que não pode ser desconsiderada. Contudo, a perspectiva de que os mesmos cumprem o importante papel ideológico de ressaltar a “unidade patriótica” (cf. Lacoste, 2005) ou mesmo a de que se atem ainda aos mesmos interesses de classe imediatamente produzidos pelos grupos dominantes deixa amiúde de tomar em conta o processo fetichista e tautológico de reprodução social, que não se restringe ao exercício da dominação para a satisfação de um grupo, na medida em que coloca mesmo aqueles que personificam determinadas condições de dominação numa sociedade como meros objetos daquele fim em si mesmo. Todavia, ainda que a noção de “interesse” possa e tenha que ser, em última instância, reduzida ao fetichismo, numa crítica da reprodução capitalista como *sujeito automático*, não deixa de ser pertinente observar a importância da emergência da legitimidade dos discursos especializados e técnicos como momento do processo de autonomização de determinadas condições de reprodução do

capital, que os funcionários públicos passaram a gerir, do foro mais imediato da acumulação privada. Perseguindo elementos desse processo de autonomização, não deixamos de notar, contudo, que determinados momentos da formação dos portadores daqueles discursos de autoridade dependem ainda das famílias patriarcais e oligárquicas cuja reprodução não adquiriu aparência de autonomia com relação à própria reprodução das condições regionais de acumulação do capital que elas personificam. Nesse sentido, o processo que observamos remete para a autonomização entre o capital e os seus gestores, como também os administradores da máquina pública, a partir da qual também a classe dominante vai se estabelecendo como “trabalhadora”, mas, como veremos, por fim, de um tipo muito específico.

Não por acaso, justamente no aspecto relativo ao problema do abastecimento de trabalhadores, a resposta aventada por Campista e os esforços do Bispo Dom Joaquim pareciam coincidir perfeitamente. Do mesmo modo que o bacharelismo indicava uma exteriorização da oposição entre senhores e escravos, segundo a perspectiva de Gilberto Freyre (2005), outras possibilidades daquilo que aparece como um processo de mobilidade social instauravam-se com a gestação de uma sociedade urbana. Não sendo mais, rigorosamente, escravos, a migração se apresentava como estratégia plausível para que os trabalhadores buscassem o que acreditavam serem melhores condições de reprodução, divulgadas pela experiência de outros ou no caso contra o qual se posicionava o bispo diamantinense mesmo por “turmeiros”, os quais o religioso julgava as promessas por mentirosas. Embora existissem condições que permitiam a reprodução regional do abastecimento de trabalhadores, como discutimos anteriormente, a chamada “atração” produzida pelas cidades não deixava de ser uma ameaça a ser combatida como momento fundamental da manutenção daquele “fechamento” regional oligárquico ao qual se referiu Francisco de Oliveira (1987). Ocorre que na iniciativa do bispo o caráter imanente do problema ficava muito mais manifesto que no caso da resposta à enquete, obtida por Campista. Para esse último, sobretudo porque sua atuação se encontrava autonomizada da reprodução imediata do capital regional, a escassez de trabalhadores se apresentava, antes, como objeto da sua gestão, podendo ser resolvida, inclusive, em termos de ampliação da produtividade do trabalho com a introdução de maquinarias como prescreveria qualquer manual técnico que informava as perspectivas de modernização agrícola aventadas pelos reformistas. Que uma modernização desse tipo unicamente pudesse acontecer em detrimento

daquela forma regional de territorialização do capital não era algo que se evidenciasse aos portadores dos diversos pontos de vista em que se representava o processo³⁰⁰.

Sem tomar em conta essa dimensão contraditória do programa e das atuações reformistas, Ribeiro denunciava aquela concepção, sobretudo por ter movido uma crítica cultural e ética, mas ao mesmo tempo política, ao sistema de produção assentado na coivara ou na roça de tocos: “É preciso reparar, então, que esses autores, inclusive João Pinheiro, reclamavam do atraso destrutivo da lavoura, não do diferencial dos resultados. Sua crítica não é racional e estritamente econômica no sentido de perdas de renda. Esta questão não existiu para eles. Mas havia outra, um atraso técnico manifesto no uso de práticas predatórias, rústicas, vergonhosas, antiprogressistas. Era, portanto, uma crítica cultural e ética à agricultura. Eles foram os primeiros a destacar a exuberância e a fartura do meio, só que também ressaltavam a fatalidade do seu fim, porque a fertilidade natural e a exploração irracional da natureza exuberante tinham limites. Era uma visão racionalista da natureza, uma ideia interativa e respeitosa, mas apenas vagamente econômica. Era, por fim, uma crítica política dirigida à agricultura, que ficava solta no ar. Somente referida ao que se pensava na época ganha sentido porque revela, por oposição, um político e um rural contrapostos” (1997: 79).

Como argumentamos com relação ao abastecimento de trabalhadores, aquelas perspectivas políticas não eram tão contrapostas ao rural como sugeria a abordagem de Ribeiro. Igualmente não nos pareciam apenas vagamente econômicas. Procurando uma racionalidade inerente àquele sistema produtivo, ao mesmo tempo em que acusava os funcionários reformistas por fazê-lo³⁰¹, o autor parecia se esquecer de que a lavoura de coivara, mais que uma técnica produtiva, era momento da reprodução de determinadas relações de produção que asseguravam a territorialização regional do capital. Ou seja, embora de um ponto de vista exclusivamente técnico o sistema produtivo parecesse não demandar mais “trabalhadores”, do ponto de vista da reprodução daquela forma de mobilização, “fechar” a região (Oliveira, 1987) era condição para acumulação do capital. Assim como fazia ignorar que, embora a racionalidade econômica parecia ter que estar relacionada diretamente

³⁰⁰ “As tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas das suas formas de manifestação” (Marx, 1983: 251-252).

³⁰¹ Argumentava que “os funcionários reclamavam das lavouras, mas suas críticas diziam respeito aos métodos: nunca aos resultados” (Ribeiro, 1997: 79) e perguntava-se “qual racionalidade econômica existia em poupar uma mata abundante e adversa? Qual interesse em aumentar o trabalho se pouco esforço criava muita abundância? Qual vantagem em introduzir maquinário se o trabalho produtivo era o mínimo? [...] As críticas dos funcionários baseavam-se nos métodos empregados na produção, mas qual era a racionalidade desses métodos, desses produtores, desses mercados?” (Ribeiro, 1997: 78).

com a otimização dos processos produtivos, dizendo respeito estritamente aos mesmos, ponto de vista a partir do qual a introdução de máquinas não parecia fazer sentido algum, do ponto de vista da “racionalidade” fantasmagórica da reprodução total da sociedade, as diretrizes que organizavam as referidas perspectivas técnicas eram também informadas pela necessidade prática de realizar no consumo determinadas escolhas que haviam sido assumidas na produção³⁰².

Não à toa muito da chamada concepção reformista fora aprendida nos EUA. Vanguarda da produção industrial de maquinário agrícola destinado a aumentar a produtividade no campo, seus institutos foram pioneiros não somente no ensino das técnicas³⁰³, mas igualmente na formação de uma técnica de divulgação da perspectiva progressista³⁰⁴. O vínculo assinalado por Ribeiro, entre o modelo de João Pinheiro e o extensionismo rural que emerge nos anos 1940, embora apareça em sua argumentação unicamente de um ponto de vista ideológico³⁰⁵, teria assim, bases mais profundas. Diferenciam-se porque, mesmo a racionalidade reformista sendo já influenciada pela

³⁰² Tomando em conta todas as mediações analíticas necessárias para nos deslocarmos no plano histórico concreto em que reconhecemos essas determinações para o plano abstrato no qual podemos evidenciar a *reprodução social total* como produto do capitalismo entendido ainda, portanto, como um modo de produção, mas em sentido bastante amplo, sugerimos como base para o aprofundamento e generalização de nossa consideração, inicialmente pontual e restrita, a perspectiva de que “compreendido em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante de sociedade. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha. Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo também é a *presença permanente* desta justificativa, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna” (Debord, 1997: 14-15, aforismo 6, grifos no original).

³⁰³ “Verá o que é uma máquina agrícola, o que se obtém com ela; ensinar-lhe-ão, não por teoria, mas com modelos de madeira que se armam e desarmam, como se pratica na Argentina e nos Estados Unidos”. Trecho da entrevista com João Pinheiro publicada em Gomes (2005: 19).

³⁰⁴ Grande parte dos estudos que enfocam a extensão rural a partir de uma abordagem crítica aos seus procedimentos educacionais destaca o humanismo assistencialista que organizou essa prática em seus primórdios, antes mesmo que fosse institucionalizada. Como modalidade informal e integral de educação, deveria “libertar” do tradicionalismo os agricultores, para que aceitassem novas ideias, hábitos e atitudes que pudessem melhorar suas condições de vida, por meio do aumento da produtividade. A orientação pedagógica central era “ensinar a fazer fazendo” e os resultados que se visava obter eram ligados ao aumento da rentabilidade e à possibilidade de liberação de uma parte do trabalho familiar. Ainda que contivesse os seus germes, esse momento não teria conhecido ainda intensificação e sistematização desse processo com a emergência do que ficou conhecido como difusionismo produtivista. Além de buscar introduzir práticas modernizadas na agricultura, era responsável direto pela introdução dos pacotes tecnológicos com máquinas e insumos industrializados de todos os tipos. Por isso, quase sempre, os escritórios de extensão rural se transformaram também em cooperativas de crédito agrícola (cf. Gomes, 2013; Costa, 2001; Coelho, 2005 e Caporal, 2006).

³⁰⁵ “O modelo de João Pinheiro foi o precursor das escolas de agronomia e da ação reformadora da extensão rural nos anos 1940. Ele ordenou a crítica feita aos sistemas agrícolas e ensaiou a breve experiência dos campos de demonstração em fazendas-modelo difusoras de técnicas de plantio e do cooperativismo rural com prêmios em dinheiro” (Ribeiro, 1997: 78).

dinâmica de acumulação industrial mundial, as condições para sua efetivação ainda não estavam colocadas na mesma forma como haveriam de ser, posteriormente, com a generalização do conhecido processo de “exportação de capitais”, o qual a crítica desenvolvida por Lênin (1990) consagrou³⁰⁶.

Depois de buscar uma racionalidade interna à coivara, reduzida a mero sistema produtivo, e de criticar os reformistas por não a terem reconhecido, recusando os seus métodos, mas nunca verificando seus resultados, ou seja, depois de o próprio autor fundamentar numa perspectiva tecnocrática sua análise sobre a “eficiência” da roça de tocos, Ribeiro admitia que a concepção em debate não se restringiu, afinal, somente a condenar o sistema de produção. Questionava, em verdade, uma ordem “assentada em relações de apropriação e mando, extração e autonomia”, ainda que apenas conseguissem alcançar as manifestações mais exteriores do conservadorismo: “Educar agricultores ou reprimir queimadas eram os pingos do reformismo no mar estável dos sistemas rurais” (Ribeiro, 1997: 80). Para o autor, portanto, se mais o governo não fazia era porque, principalmente, “não havia o que fazer” (1997: 80). Em sua perspectiva, igualmente o governo “era parte dessa ordem de coisas, produto também da roça de tocos. Embalado no reformismo, o funcionário soava crítico. Mas era ilusória boa parte daquela distância” (Ribeiro, 1997: 80).

Estando por alcançar a dimensão contraditória do programa e da intervenção reformista, assim como da própria posição social ocupada pelos seus “portadores”, o autor, por fim, recuava. Percebia que os funcionários, políticos e autores naquele contexto unicamente poderiam ser produtos daquelas condições regionais de acumulação do capital, mas, por isso, acabava encarando o questionamento da ordem estabelecida como mera externalidade, como uma intenção “de fundo” somente, pois sua crítica não conseguia ultrapassar as manifestações mais superficiais daquele “conservadorismo rural de alicerce firme, ao mesmo tempo fluido e onipresente” (Ribeiro, 1997: 80), afinal, não havia se afastado suficientemente do mesmo. Assim, ficava o esforço reformista reduzidamente caracterizado e criticado por sua “inutilidade” (Ribeiro, 1997: 80), enquanto o autor continuava sem perceber que sua “eficácia” não pode ser compreendida de um modo

³⁰⁶ Com relação à modernização da agricultura no Brasil, pode ser conferido Ianni (1984) e, com uma perspectiva bastante diferente do primeiro, Graziano da Silva (1980 e 1982), em que podemos contar, sobretudo com o histórico do processo referido. Um balanço geral acerca da modernização e da industrialização do país, consideradas as suas relações com o desenvolvimento industrial mundial, pode ser encontrada em Oliveira e Mazzucchelli (1977), Belluzo e Coutinho (1983). Uma crítica à perspectiva nacionalista presente em todos os trabalhos anteriormente aludidos, na medida em que argumentam ser produto da dominação imperialista o processo de exportação de capitais para a periferia, apesar do mesmo resultar, em última análise, da crise de superprodução do capital ocorrida no capitalismo central, pode ser lida em Alfredo (2008).

pretensamente objetivo. Aquele reformismo progressista realizava-se, enfim, contraditoriamente, tanto se ocupando da manutenção das condições regionais de territorialização do capital, no que a preocupação com a escassez de trabalhadores e a imigração evidenciam o sentido daquele processo, como instituindo, mesmo sem, imediatamente, desejar, as bases para a superação daquela “ordem” rural e patriarcal, resultado, para começar, do próprio processo de escolarização/profissionalização dos seus filhos.

Assim, também ou, quiçá, especialmente nesse sentido devem ser criticadas as abordagens que tomam as intervenções estatais modernizadoras de que partimos para investigar o problema como um processo que desde “fora” viria para romper aquelas condições de reprodução camponesas ou regionais, a depender da interpretação em questão. Isso porque, além da formulação de perspectivas, o que também se pode efetivamente observar, por exemplo, em Leopoldo Pereira, e da existência de ações e intervenções fundamentadas naquela concepção reformista, como as muitas que mencionamos, realizadas por bispos da Diocese de Diamantina, o que estavam sendo formados no processo de reprodução regional do capital eram as posições técnicas e burocráticas que, posteriormente, assumidas por outros *quadros*, produzidos de maneira muito especializada e institucionalizada, permitiriam conduzir a uma ruptura daquelas condições regionais de territorialização. Interessa observar, portanto, que não estando qualquer “região” posta antes do seu processo técnico burocrático de “invenção”, não poderíamos asseverar que existiam processos de modernização a se desenvolver “internamente” ao Vale do Jequitinhonha. Ao contrário, sugerimos que a ordem que viabilizaria posteriormente a emergência do planejamento regional se gestava como um momento da própria reprodução daquela forma regional de acumulação. Como viemos cogitando, seria a escolarização/profissionalização dos filhos uma das expressões determinantes da autonomização do Estado e da política com relação à reprodução do capital, processo que desdobrava também esse tipo especial de “trabalhadores” como personificações das novas condições de acumulação que se imporiam.

3.5. Burocracia técnica e institucionalização do bacharelismo

Entre a formação recebida na Escola de Minas e posteriormente no Largo de São Francisco, que teria sugerido a João Pinheiro o seu modelo, e a institucionalização da extensão rural e do ensino técnico científico da agronomia, apontados por Ribeiro (1997), haveria ocorrido, portanto, um longo processo de autonomização que incluiu também as instituições ligadas à formação universitária no país. Contextualizando o surgimento das escolas de engenharia na chamada República dos bacharéis, Lidiany Barbosa (2004) distinguia o papel assumido pelas mesmas na construção duma “feição institucional-educacional” (2004: 29) no ensino superior brasileiro. Desejando poder ter se atido principalmente ao aparecimento das escolas de Engenharia, em suas mais diversas ramificações, a autora afirmava que essa discussão não poderia ser levada a cabo sem, necessariamente, passar por constantes referências aos centros dedicados à formação em ciências jurídicas, “uma vez que a afirmação do profissional engenheiro, fez-se em contraposição ao profissional que gozava de maior prestígio no Brasil, o bacharel [...], marcada pela efetiva contraposição a tudo que ele representava” (2004: 29). Passando, inclusive, por distintivos de caracterização pejorativa³⁰⁷, a disputa mencionada foi estabelecida com relação ao saber específico de cada disciplina: “Contra a *retórica* dos bacharéis, os engenheiros lançavam mão do *conhecimento científico* que argumentavam receber em seus centros de formação. Uma disputa notadamente política usou os núcleos de conhecimento de cada profissão como veículo de ação. Contrapondo-se à consolidada cultura bacharelesca, os engenheiros lançaram todo o arsenal científico que argumentavam possuir” (Barbosa, 2004: 29, grifos no original).

Por conhecimento bacharelesco se toma primeiramente o ensino jesuítico, que conformaria, desde a sua instituição, a distinção de um grupo social de destaque (Castro, 1995). Para Barbosa (2004), seria, todavia, no século XIX que os bacharéis passariam definitivamente a usufruir de um prestígio social proporcionado pelo diploma, tendo o processo culminado, em sua perspectiva, bastante amparada em Gilberto Freyre, com a “transferência do poder da nobreza rural para a burguesia intelectual” (2004: 30). Considerando as circunstâncias em que teria ocorrido aquela transferência, embora não tivesse mencionado a importância do diploma como possibilidade de acesso ao poder político

³⁰⁷ Dentre os muitos epítetos que emergiram das escolas de engenharia para designar pejorativamente os bacharéis, Castro (1995) destacou o “inciência togada”, cunhado pelos estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha.

num contexto de institucionalização do Estado, a autora apontava seu papel determinante para as famílias arruinadas em consequência do encerramento do tráfico negreiro. Para a autora, contudo, a formação do bacharelismo como uma “cultura” característica teria dependido não apenas daquele determinado “padrão social” que se reproduzia, mas também do estabelecimento de um “padrão de ensino”, o que se fez maiormente por oposição “às ciências experimentais, marcado pelo elogio às letras e à retórica” (Barbosa, 2004: 32).

A perspectiva de que os filhos do Império decadente se tornavam bacharéis unicamente por *status* social apareceria mais fortemente na República, no conjunto das insatisfações com aquele processo político de mudança que, afinal, parecia não ter transformado nada³⁰⁸. Embora as críticas direcionadas para o conjunto não proviessem exclusivamente de outros setores profissionais, ressaltando Barbosa (2004) inclusive a frequência com que apareceu na literatura, por exemplo, de Lima Barreto e de Tobias Monteiro, os engenheiros conformavam o grupo no interior do qual aqueles juízos apareceriam com mais sistematicidade e sobretudo de maneira voltada diretamente a questionar o caráter daquela formação: “Balizaram-se na formação técnica que possuíam como a principal arma de combate à cultura bacharelesca. Os engenheiros argumentavam possuir conhecimento objetivo, que poderia desvendar os princípios que conduziam a realidade e ‘fornecer conhecimentos úteis e com aplicação direta aos problemas prementes da vida social’. Argumentavam, tenazmente, na existência de inconsistência no conhecimento do grupo intelectual predominante” (2004: 32) e que seria impossível conduzir a pretensão conhecer a sociedade “sem conhecer sequer noções básicas das leis naturais” (2004: 33).

Barbosa argumentava que aquele conflito não podia ser reduzido à “disputa por lugares de atuação profissional *strictu sensu*, pois os grupos não pertenciam a áreas de conhecimento afins” (2004: 33), sugerindo, antes, que se organizava em torno da possibilidade “de alcançar e operar em espaços de trabalho significativos, mas, principalmente, intervir e gerir, de formas bastante distintas, a ordem social” (2004: 33). Sua sugestão, se desconsiderava, por um lado, o ínfimo nível de especialização entre as formações universitárias no país, projetando uma ideia de que haveriam áreas de conhecimento mais afinadas, por exemplo, com determinados cargos, quando o mesmo processo se encontrava

³⁰⁸ “Não era essa a República dos meus sonhos” seria uma das frases que expressa esse sentimento e que poderia ser rastreada na obra de diversos republicanos célebres (cf. Boechat, 2013: 295). Com conteúdo transformado apenas por uma disposição que não parecia se revelar tão claramente nos outros momentos investigados da trajetória de seu autor, a frase apareceria igualmente nas memórias de Francisco Badaró, narradas por seu neto: “Era republicano desde o Império, com a mesma convicção com que lutei em favor do abolicionismo. Mas a República dos meus sonhos seria uma instituição inteiramente nascida das raízes populares, e não mero devaneio de sonhos e pensamentos positivistas” (Badaró, 2008: 112).

ainda em curso, por outro, conseguia tomar em conta o sentido do conflito, notando como estava pressuposta uma disputa especialmente em torno da legitimidade para operar os postos do Estado. No conflito, engenheiros reivindicavam seu apuro técnico, relacionando-o com a própria ordem burocrática que emergia, em contraposição à carência de racionalidade, atribuída para a antiga sociedade agrária (cf. Barbosa, 2004: 33-34).

Partindo de uma problematização do nível discursivo do problema, a autora encontrava também outros fatores que teriam desencadeado o processo que levaria os engenheiros da sua condição quase incógnita a uma situação de proeminência política e profissional, destacando entre os mesmos sobretudo “a criação de centros de ensino de engenharia no Brasil; a exclusão de pessoas que proviam, até então, a sociedade dos mesmos serviços e produtos oferecidos pelos formados nas escolas de engenharia; o papel desempenhado pelo Estado e o conveniente contexto inaugurado pela Revolução de 1930” (Barbosa, 2004: 34). Sua argumentação permitia entrever, portanto, que o apuro técnico reivindicado pelos engenheiros não bastaria para sustentar a disputa sem a progressiva institucionalização daquela carreira. Num sentido, esse processo ocorria de maneira a ultrapassar certos aspectos do bacharelismo que haviam se mantido no ensino de engenharia³⁰⁹. Noutro, era marcado pela regulamentação da profissão³¹⁰ e progressiva especialização ocorrida na carreira³¹¹.

³⁰⁹ Referindo-se aos padrões de ensino praticados na Escola Central, primeira instituição de ensino de engenharia estabelecida no país, a partir da Academia Militar do Rio de Janeiro, Barbosa assinalava como algumas características do bacharelismo haviam se mantido presentes: “Embora os alunos das escolas de engenharia reiterassem, constantemente, a diferença do ensino que recebiam do ensino dos bacharéis, pouco do que era realmente ensinado nos cursos de engenharia fugia da *retórica bacharelesca*. Era escasso, no aclamado ensino científico, aprendizado realmente prático, especializado e embasado na experimentação, já que boa parte do curso era dedicada às Ciências Gerais. Além disso, ao formando era conferido o título de Doutor, recebido pelo aluno no final do curso. Somatória de fatores que, ironicamente, atestam o vigor da cultura bacharelesca” (Barbosa, 2004: 35-36, grifo no original). Opondo-se justamente a essas características, Gorceix, o engenheiro francês responsável pela organização da Escola de Minas de Ouro Preto instituiria “trabalhos práticos em laboratório, [privilegiando] a compreensão, o alargamento da inventividade e do espírito de investigação, em detrimento da simples memorização. [...] Informado pelo modelo de sua escola de origem, voltou-se contra a retórica vazia das escolas de direito e contra o ensino teórico dominante no ensino de engenharia” (Barbosa, 2004: 36).

³¹⁰ “As instituições de ensino, que desempenharam papel crucial na criação do monopólio profissional, passaram a emitir o crivo de quem pertencia a determinado grupo profissional. Com a nova legislação, as escolas de Engenharia passaram a ser responsáveis pela emissão dos títulos profissionais. Assim, com as reformas educacionais houve o estabelecimento do nexo entre educação e direitos profissionais, a consequente garantia dos privilégios profissionais e a valorização dos técnicos passou a ser realidade” (Barbosa, 2004: 42).

³¹¹ Segundo Barbosa, foi ocorrendo também um “adensamento do processo de profissionalização, no que toca a especialização de funções. Os engenheiros cuja especialização se centrava nas obras infraestruturais como rodovias, ferrovias, portos marítimos, hidrelétricas, saneamento, se reuniram no Ministério da Viação e Obras Públicas. Ao passo que os engenheiros-agrônomo estavam vinculados ao Ministério da Agricultura” (Barbosa, 2004: 42).

Ao mesmo tempo, a análise da autora sugeria que a inserção progressiva dos engenheiros na burocracia estatal era determinada também pela própria transformação daquela instituição. Para Barbosa, inicialmente, os engenheiros recorriam aos cargos no Estado por evitarem qualquer tipo de ofício considerado “manual”, inteiramente estigmatizados naquela sociedade formada sobre bases escravistas³¹². Posteriormente, algumas inovações técnicas acontecidas na indústria da construção civil, entre o final do século XIX e o começo do XX, como a introdução do concreto armado, passariam a demandar a presença dos engenheiros em campo, em condições muito diferenciadas, entretanto, dos mestres de obras e outros profissionais práticos, que não podiam se responsabilizar pelos sofisticados cálculos exigidos na utilização daqueles recursos construtivos. Finalmente, mediante as exigências do processo de urbanização e industrialização e as grandes obras de modernização nacional, os engenheiros deixariam definitivamente de serem funcionários quaisquer, para se tornarem os principais responsáveis pela racionalização da gestão estatal: “A inserção desse profissional nas áreas decisórias do Estado, passou, ano após ano, a se configurar como tendência. Após 1930, o engenheiro desempenhou funções de consultor e formulador de políticas nas várias comissões e conselhos estatais, não só como técnico, mas também gerenciando e executando as obras das empresas que foram se formando. Graças ao conhecimento que possuíam, os engenheiros mostraram-se como potencializadores do grau técnico das deliberações políticas. Embasando opções prementes, em áreas tecnologicamente novas, e em contexto em que o planejamento ganhava importância e que inexistia outro profissional que pudesse viabilizá-lo. O engenheiro, dessa forma, passou a ocupar inúmeros cargos” (Barbosa, 2004: 40).

Com esse processo fechar-se-ia, para a autora, o vínculo que inicialmente teria unido os técnicos e a política: “Formou-se aliança impulsionada em grande medida pela crença que caberia ao técnico produzir informações seguras que dariam suporte as novas tendências do Estado e da sociedade. A certeza de que a ciência indicaria os melhores caminhos para a sociedade brasileira, nutriu a crença de que, sem ela, a sociedade nunca desfrutaria o desenvolvimento político, social e econômico. Portanto, nesse ambiente, aqueles que falavam pela ciência dotavam-se de poder peculiar, distinto da autoridade política tradicional. [...] Consolidou-se um conjunto de ideias que afirmava que a sociedade deveria pautar-se pelo

³¹² “Por esse motivo, não trabalhavam diretamente ou pessoalmente nos escassos canteiros de obras, como faziam, por exemplo, os engenheiros americanos e ingleses. Optavam, preferencialmente, por analisar contratos, escrever pareceres e fiscalizar obras” (Barbosa, 2004: 37).

modelo técnico, calcado na organização, no qual as imprevisíveis e corruptíveis vontades políticas seriam excluídas” (Barbosa, 2004: 43).

Ao identificar a cisão daquele vínculo, a autora conseguia se aproximar da proeminência assumida pela técnica na reprodução estatal em oposição à autoridade política tradicional. Quando afirmou, sem embargo, que se encerrava a ligação que inicialmente teria unido os técnicos e a política, acabava por hipostasiar a existência dos primeiros, se esquecendo de que os mesmos somente puderam emergir enquanto tal contrapondo-se aos bacharéis que passaram a personificar a autoridade política depois de tê-la disputado com os velhos patriarcas capitães-mores. Ou seja, aos primeiros políticos formados por universidades, nem mesmo poderíamos chamá-los técnicos, não por preciosismo no emprego da nomenclatura, mas, apenas, sob a pena de ocultar que a emergência dos mesmos dependeu do processo de institucionalização das carreiras de profissionalização universitária e da correlata burocratização do Estado.

Apesar disso, a argumentação de Barbosa permitia entrever o longo processo de transição do padrão de exercício da política assentado em condições regionais de territorialização do capital em direção àquele que predominaria com o processo de constituição do Estado no país, no qual o bacharelismo aparecia como uma forma antediluviana, fadada a acabar, em certo sentido, mediante a institucionalização e a especialização das próprias carreiras universitárias. Embora a personificação do Estado nacional por seus profissionais implicasse em uma ruptura decisiva com relação ao coronelismo, isso não significava de maneira nenhuma que alguns personagens internos àquela ordem não pudessem assumir posições modernizadoras, como procuramos anteriormente mostrar. A proeminência assumida pela técnica na condução dos negócios públicos assinalou, portanto, mais do que uma transformação nas posições políticas em questão, como a análise de Barbosa (2004), assim como a de Carvalho (2005), poderia sugerir. Indicava sobretudo a emergência e a generalização da técnica como a forma necessária de realização da política. Uma transformação que dizia respeito, conseqüentemente, à forma de mediação social. De maneira análoga, a certeza de que a ciência indicaria os caminhos para a sociedade somente poderia ser vista como “crença”, conforme sugeriu a autora, se alargássemos a compreensão que temos daquele termo, transpondo uma interpretação da mesma como mero “conjunto de ideias” para compreendê-la como o *fetichismo real* inseparável da reprodução social fundada na forma-mercadoria inclusive quando do desdobramento daquela forma de mediação social enquanto *técnica*.

Como argumentamos anteriormente, mais do que mera referência aos ecos progressistas, o “cavalo de Tróia” identificado por Carvalho (2005) correspondia a uma transformação nas condições de acesso ao poder político e de reprodução da classe dominante, que evidenciava o próprio processo de autonomização do Estado na institucionalização da sua burocracia e na progressiva ruptura das formas oligárquicas coronelistas de exercício do poder. A identificação da técnica como mediação da administração estatal estabelece, não obstante, um necessário aprofundamento dessa perspectiva. Tratamos da formação de um tipo especial de “trabalhadores” que personificariam as novas condições de acumulação impostas naquele processo de modernização. Marx chamou o trabalho realizado pelos mesmos de *trabalho complexo*, referindo-se sobretudo ao processo de autonomização da gerência do capital perante sua propriedade (cf. Marx, 1988, especialmente o capítulo XXIII) conquanto alarguemos o sentido atribuído ao termo para discutir igualmente a autonomização da administração estatal com relação à propriedade do capital. Como gestores ou administradores, os trabalhadores complexos passam a personificar ainda o processo de tecnificação e cientificização da reprodução social, precisamente por conformarem o grupo social autonomizado como responsável exclusivamente pelo questionamento dos processos de produção – e não por sua efetiva realização – de modo a torná-los mais produtivos. A profissionalização desses trabalhadores evidencia a tendência necessária ao aprofundamento progressivo dos esforços de racionalização das relações de produção, buscando sempre torná-las mais eficientes do ponto de vista do incremento material possibilitado. Na produção, tecnificação e cientificização se expressam de maneira predominante na progressiva mecanização dos processos produtivos, o aumento da composição orgânica do capital. A racionalização não ocorre, todavia, unicamente na produção, abarcando todo o conjunto da reprodução social, inclusive os momentos autonomizados da reprodução privada do capital, compreendidos pela administração estatal.

Marcado inicialmente pela emergência dos bacharéis e posteriormente pela institucionalização e especialização das carreiras universitárias, esse desdobramento contraditório da reprodução oligárquica fundamentaria o próprio desenvolvimento da intervenção estatal modernizadora, assim como dos profissionais que passariam a personificar o processo de racionalização perante as formas regionais de reprodução do capital. A caracterização dessas últimas como atrasadas ou estagnadas se assentaria nomeadamente sobre a necessidade tautológica e fantasmagórica de aumento da produtividade dos processos de produção. A invenção de “regiões” como objetos da intervenção seria amparada ainda por

diagnósticos e dados produzidos de maneira a possibilitar a comparabilidade com outras “regiões” caracterizadas por contraposição às primeiras como mais desenvolvidas. Não somente a intervenção como a própria caracterização do atraso regional que subsidiou a emergência de “regiões” dependeria, portanto, da constituição da tecnocracia estatal que emergiria como desdobramento contraditório das próprias condições de reprodução regional mediante o processo de autonomização do Estado para personificar crise e ruptura das mesmas.

Em Minas Gerais seriam sobretudo engenheiros a personificar as perspectivas modernizadoras que vinham sendo sistematizadas, como vimos, pelo menos desde o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, realizado em 1903, por iniciativa de João Pinheiro. Sem embargo, embora a “economia regional [fosse] compreendida em situação de atraso relativo pela elite política e econômica mineira desde o princípio do século XX”, para Barbosa e Barbosa (2010: 113), somente a generalização de quadros técnicos como aqueles formados nas escolas de engenharia possibilitariam a efetivação de um programa modernizador³¹³. Num certo sentido, a abordagem mobilizada no artigo *Elites técnicas, estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais*, escrito por Lidiany Barbosa conjuntamente com Daniel Henrique Diniz Barbosa (2010), retomava algumas dificuldades igualmente presentes na dissertação de mestrado da primeira (cf. Barbosa, 2004). Novamente, a emergência dos processos investigados aparecia sobretudo atrelada à formulação de determinados “discursos” e “conceitos”, cujo movimento de constituição era apresentado de maneira quase independente da autonomização das condições sobre as quais se assentaria o seu estabelecimento.

Dessa perspectiva evidenciada nos trabalhos de Barbosa (2004) e de Barbosa e Barbosa (2010) partem a quase totalidade dos autores cujas interpretações viemos perseguindo nesse momento de nossa exposição, o que poderia dar a impressão de que

³¹³ “No caso do Brasil, a tradição burocrática, caracterizada pela cultura bacharelesca, foi contraponto importante quando se formulou outro conceito de administração no Estado Novo. Essa oposição, por sinal, em muito repercutiu na ordem burocrática que se instituiu e subsidiou o novo, autoritário e intervencionista papel reservado ao poder público na realidade política e administrativa em formação. Uma nova ordem burocrática, composta por corpo técnico academicamente próximo do ideal científico e racional procurava se impor. [...] O engenheiro foi, a partir da década de 1930, o profissional de corte ideal para os desígnios estatais. De tal sorte que, de um modo geral, pode-se perceber, na organização do serviço público e na formulação dos órgãos deliberativos e consultivos definidores de políticas públicas de desenvolvimento econômico, a expressiva inserção dessa categoria a partir de então (Dias, 1994). Importante frisar, por decorrência, que esse cenário pode ser desenhado para a questão nacional bem como para realidades regionais mais específicas. É o caso de Minas Gerais, que assiste, na década em questão, à emergência e consolidação de corpo técnico predominantemente formado por engenheiros na órbita do poder público regional (Diniz, 1981). Assim, a categoria profissional do engenheiro será, no caso mineiro de um modo muito específico, a portadora de um discurso ‘modernizante’” (Barbosa e Barbosa, 2010: 113).

teríamos passado a tratar de uma espécie de história das ideias. Buscando evitar essa compreensão errônea do diálogo estabelecido com os autores, interrompemos nossa argumentação para evidenciar as divergências de ponto de vista a partir das quais a incorporação de momentos das pesquisas realizadas pelos mesmos pode e deve ser apreendida. Insistimos assim, de maneira a deixar bem clara nossa abordagem, que o processo de formação das ideias, das instituições em que são produzidas e colocadas em prática, onde também são formados os profissionais que as personificam, pode ser compreendido apenas se tivermos em conta o conjunto do processo de modernização investigado até o momento. Portanto, o Estado Novo não pode ser visto como mera consequência da emergência de outro conceito de administração estatal. Ao contrário, o processo a partir do qual a racionalização técnica do Estado se desdobrou em uma administração centralizadora e intervencionista foi o mesmo que possibilitou a própria autonomização do Estado com relação ao capital, cujo fundamento encontramos nos resultados contraditórios da acumulação de capital regional. Atenhamo-nos, por ora, à formação dos trabalhadores complexos que tendo emergido da reprodução regional personificariam as medidas estatais intervencionistas que buscavam promover a desestruturação da mesma, sem perder de vista, entretanto, que emergiam também trabalhadores simples “acumulados” no processo de mobilização do trabalho e territorialização regional do capital, embora “fechados” dentro daquela forma de reprodução. Sua existência veio sendo mencionada tanto nas preocupações de alguns funcionários com o abastecimento de trabalhadores como na atuação do bispo da Arquidiocese de Diamantina, Dom Joaquim, contra as migrações que iam se tornando corriqueiras. Mais abertamente aparecia, enfim, no processo de instituição do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, como objeto da intervenção estatal que devia ser mobilizado de maneira a “otimizar sua alocação”.

Conforme argumentaram Barbosa e Barbosa (2010) e era possível entrever nas entrevistas concedidas por João Pinheiro, que comentamos anteriormente, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial estabelecia a modernização da agricultura e da siderurgia como as pedras de toque do desenvolvimento mineiro³¹⁴. Essas diretrizes seriam recuperadas pelo estado sobretudo nas políticas de desenvolvimento regional implementadas depois de 1930, quando duas instituições de ensino tornar-se-iam fundamentais na formação da maior

³¹⁴ “Já em 1903, quando da realização do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, a elite mineira havia traçado um projeto de desenvolvimento econômico que superasse o atraso (ou percepção do), pautado por política de diversificação produtiva, modernização agrária e política mineral arrojada (Dulci, 1999). Esse projeto, contudo, ganhou efetividade apenas parcial e, a partir dos anos 1930, ascende à posição central no quadro da concepção e implementação de políticas de desenvolvimento regional” (Barbosa e Barbosa, 2010).

parte dos técnicos responsáveis pela execução das mesmas: a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV)³¹⁵. Ambos os grupos de engenheiros se congregaram, primordialmente, na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Trabalho, Viação e Obras Públicas, presidida, entre os anos de 1933 e 1942, pelo emopiano Israel Pinheiro, filho do antigo presidente da província e idealizador do aludido Congresso.

Mesmo antes de 1930, os emopianos já vinham ocupando postos decisivos para colocação daquele projeto de desenvolvimento da siderurgia em ação. Na administração federal tinham sido os principais incentivadores da criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, além de muitos deles terem partido igualmente “para o serviço privado, fundando siderúrgicas ou atuando em outras cujos proprietários não possuíam formação técnica, além de uma parcela que se dedicou ao serviço ferroviário” (Barbosa e Barbosa, 2010: 115). Na década de 1930, todavia, aproximadamente “45% dos técnicos alojados em funções estatais, exercendo papéis estritamente técnicos, eram emopianos” (2010: 116). Para os autores, coube a eles, inclusive, pautar, no interior do projeto desenvolvimentista de industrialização pesada, a constituição de um parque siderúrgico nacional no estado de Minas Gerais, o que inicialmente “não [respondia] aos anseios imediatos das elites mineiras” (Barbosa e Barbosa, 2010: 116).

As justificativas para a criação dos distritos florestais, em Minas Gerais, assemelhavam-se muito aos argumentos utilizados pelos egressos da EMOP, que então destacavam, além da expressividade territorial do estado, também a existência de uma cobertura vegetal abundante que poderia ser utilizada na produção siderúrgica assim implantada nas proximidades das maiores jazidas de ferro do país³¹⁶. Outro argumento

³¹⁵ “Aos *esavianos* deveria ser de competência a necessária modernização agrária, priorizando ação individual em relação ao homem do campo. Já aos *emopianos* deveria caber o projeto estatal de desenvolvimento siderúrgico” (Barbosa e Barbosa, 2010, grifos no original).

³¹⁶ “A discussão assim se impunha por responder a dois elementos específicos, quais sejam: a alimentação dos altos fornos siderúrgicos e o transporte do ferro gusa e do aço produzidos no Brasil. No primeiro caso, quanto à alimentação dos altos fornos, o corpo técnico mineiro argumentava a viabilidade da utilização do coque vegetal, abundante em Minas Gerais, em detrimento do coque mineral, que, para ser consumido em grande quantidade, teria de ser importado. Escolher o coque vegetal era, portanto, na opinião dos *emopianos*, fazer a opção mais lógica, sendo que desligava a produção nacional dos interesses externos. O corpo técnico vinculado ao Governo Federal, entretanto, desacreditava da possibilidade de se utilizar o coque vegetal em larga escala para a implantação da indústria siderúrgica, preferindo o mineral (importado). Na leitura procedida pelo corpo técnico mineiro “A imensa extensão [...] coberta de mata virgem e densa, próxima das melhores jazidas de minério de ferro e ao lado das melhores cachoeiras do Rio Doce, dá-nos a convicção de que ali se encontra a solução para o futuro de nossa siderurgia” (Vianna, 1938). Eleger o carvão vegetal como fonte de alimentação dos altos fornos coincidia com a escolha de Minas como região primordial para a implantação da grande siderurgia nacional porque também, segundo os estudos dos engenheiros mineiros, o minério de ferro de Minas Gerais era um dos melhores do mundo. Reduzi-lo, regionalmente, a ferro gusa e, posteriormente, beneficiá-lo (o transformando em

bastante utilizado na disputa pela alocação dos incentivos estatais de fomento ao desenvolvimento era o de que apenas Minas “possuía corpo técnico competentemente formado para o trabalho com a grande siderurgia” (Barbosa e Barbosa, 2010: 117). A disputa aventada continha inúmeros outros elementos, especialmente relativos ao papel reservado para o financiamento e o consumo de matérias primas estrangeiras, recusado frontalmente pelos emopianos, que previam o completo financiamento da instalação siderúrgica pelo Banco do Brasil, além do suprimento da produção exclusivamente com subsídios nacionais. A perda do projeto siderúrgico nacional, em 1941, quando o Rio de Janeiro foi escolhido para receber a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional³¹⁷, acabaria provocando, contudo, a transformação das perspectivas emopianas em um paradigma, posteriormente mobilizado, nas intervenções estatais que buscavam o desenvolvimento regional no estado, sobretudo pelo regime ditatorial militar – nesse momento já excluídas, como sabemos, as perspectivas que sugeriam a restrição do financiamento do processo de industrialização aos recursos nacionais, assim como a participação efetiva, conforme assinalaram Barbosa e Barbosa (2010), dos próprios emopianos³¹⁸.

O campo de questões em que os esavianos teriam sua inserção, como vimos anteriormente, foi pautado, no início, sobretudo pelo problema do abastecimento de trabalhadores perante o qual o ensino agrícola ganharia preponderância³¹⁹. A própria constituição da ESAV teria sido, assim, um resultado daquelas políticas³²⁰. Como sua

ação), com carvão vegetal (abundante na região) era a base do projeto siderúrgico do corpo técnico mineiro” (Barbosa e Barbosa, 2010).

³¹⁷ “Fato é que, em 1941, após estudos da Comissão Preparatória do Projeto Siderúrgico, presidida pelo ex-aluno da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Edmundo de Macedo de Soares e Silva, a grande siderurgia nacional começa a se instalar no Rio de Janeiro, reduzindo minério de ferro com coque estrangeiro e, saliente-se, bancada em grande parte por capital norte-americano, por meio de empréstimo de 20 milhões de dólares concedido pelo Eximbank (empréstimo, inclusive, negociado pelo próprio Edmundo Macedo). Era o início da Companhia Siderúrgica Nacional” (Barbosa e Barbosa, 2010: 118).

³¹⁸ “A perda do projeto siderúrgico nacional foi, para a elite técnica mineira, fator importante no que concerne à sua disposição frente à dianteira decisória regional (Diniz, 1981; Dulci, 1999). Aos *emopianos*, principais articuladores da referida estratégia, pouco espaço decisório sobrou quando, outra vez, Minas Gerais necessitou reordenar suas preocupações visando à superação do atraso econômico” (Barbosa e Barbosa, 2010: 118).

³¹⁹ “Inicialmente, as atenções voltaram-se para a questão da força de trabalho no campo, ponto que, no período, inquietava os produtores, graças às repercussões da transição do trabalho escravo para o trabalho livre (Faria Filho, 1990). Os produtores passaram a demandar soluções estatais que pudessem alterar tal panorama, e a educação emergiu como uma das possibilidades de retenção e organização da mão de obra no meio rural (Faria Filho, 1990). Para que pudesse cumprir tais funções, o ensino agrícola foi estruturado em dois níveis: um ensino profissional realizado em escolas, e outro de instrução prática voltado para trabalhadores adultos (Faria, 1992). Somente após tais iniciativas foi que as atenções se voltaram para o ensino médio e o superior. As ações realizadas por Arthur Bernardes, durante sua gestão como presidente do estado, marcaram o início dessa outra etapa. Desse modo, entre 1918 e 1922, moveu recursos para incentivar o ensino médio e o superior agrícola, ambos, até então, deixados nas mãos da iniciativa privada” (Barbosa e Barbosa, 2010: 119).

³²⁰ “No que toca ao ensino superior [...] a novidade trazida pela iniciativa de Arthur Bernardes não foi a sua introdução no estado, uma vez que já havia escolas privadas que desempenhavam essa função, mas o fato de a

instauração se concretizaria apenas em 1926, portanto pouco antes de 1930, tendo sua primeira turma de engenheiros agrônomos se graduado no ano de 1931, ou seja, conjuntamente com a emergência de um processo de centralização estatal cujo intervencionismo modernizador confrontou diretamente as perspectivas oligárquicas, a instituição sofreria um forte impacto com vistas ao redirecionamento do sentido da sua atuação³²¹. Embora as modificações no padrão de acumulação desencadeadas pela consolidação do Estado nacional no país desencadeassem rupturas determinantes, desdobradas num longo processo de modernização nacional que se desenrolaria, com mudanças significativas em cada um de seus momentos, ao menos até fins do regime ditatorial militar³²², a maneira como os *esavianos* desenvolveram suas perspectivas de

primeira iniciativa estatal ‘ter sido planejada como base para um grande salto para a modernização do campo, pretendida pelo projeto de diversificação produtiva’ (Dulci, 1999: 52). Destarte, a construção da Escola Superior de Agronomia e Veterinária (ESAV), na cidade de Viçosa, revela traços importantes para a modernização que a elite mineira da 1ª República almejava, uma vez que ‘a escola estava ancorada numa premissa de ordem e mudança e através de lá se tentou introduzir um novo paradigma de ensino agrícola’ (Dulci, 1999: 52)” (Barbosa e Barbosa, 2010: 119).

³²¹ “A neófito Escola Superior de Agricultura e Veterinária, concebida graças a projeto específico e notoriamente identificada com um grupo político e um setor econômico, teve sua primeira turma de engenheiros-agrônomos graduada [...] quando o movimento de ideias e projetos, típico da Primeira República, sofreu forte inflexão em virtude da conjuntura inaugurada pela Revolução de 1930. Momento, inclusive, em que as elites agrárias não mais usufruíam de exclusividade na arena política (Martins, 1980), perdendo, consequentemente, o monopólio na consecução de seus projetos. Se, no contexto específico da República Velha, estava reservada à ESAV a função de intervir e dinamizar a complexa estrutura agropastoril de Minas, por meio dos diletos ‘gestores do mundo rural’, a conjuntura inaugurada no pós-1930 incidiu decisivamente sobre tal perspectiva. Assim, se, por um lado, o contexto nacional significou novos caminhos para atuação definitiva dos profissionais possuidores de conhecimentos que pudessem gerenciar as novas demandas do setor urbano-industrial, com repercussões relativamente menores para o engenheiro-agrônomo *esaviano*, no contexto regional, por outro lado, e no mesmo período, a política de desenvolvimento econômico adotada pelo Governo de Minas Gerais privilegiava a diversificação econômica, com a agricultura ocupando lugar de destaque (Dulci, 1999). Levando em conta o rearranjo político decorrente da Revolução de Outubro (Fausto, 1981), a rearticulação da economia imposta pela crise de 1929 (Cohn, 1974) e os contornos da política econômica regional, é importante identificar como os *esavianos* reagiram a essa somatória de acontecimentos que incidiram sobre as funções que, inicialmente, lhes haviam sido reservadas” (Barbosa e Barbosa, 2010: 120-121, grifos no original).

³²² No que se refere à forma como se estabeleceram incentivos para a industrialização nacional, cf. especialmente Oliveira e Mazzucchelli (1977). Os autores analisam o período de 1930 a 1976, apontando a existência de três momentos distintos do processo de industrialização. No primeiro, suas formas de financiamento se fundariam especialmente na política cambial e de confisco cambial, que permitiam a transferência de excedentes do setor agroexportador para o industrial, financiando o Departamento de bens de consumo, e pela nacionalização dos setores básicos do Departamento I, especialmente os produtores de bens intermediários. Nesse período, não havia se tornado preponderante o recurso ao endividamento externo para viabilizar a acumulação, ainda que os autores ressaltassem sua utilização para compensar saldos negativos da conta de transações correntes, o que promoveu o crescimento da dívida externa entre os anos de 1950 e 1955. As mudanças que inaugurariam o período seguinte, instituindo um padrão de acumulação completamente distinto, teriam sido marcadas por uma redefinição no papel do Estado e sua relação com a sociedade civil, a ponto de liquidar a correlação de forças que teria sido a base da montagem do governo Kubitschek, determinada por três ordens de fatores e pela imbricação dos mesmos: em primeiro lugar, a formação de um excedente nas mãos do setor privado da economia, determinado pelo padrão de acumulação anterior, que teria levado a modificações no perfil da demanda que não se materializava devido à inexistência de produção no país; em segundo lugar, a redefinição da divisão internacional do trabalho que possibilitava que a industrialização das economias periféricas participasse como uma nova forma de expansão desse sistema, marcada pela exportação de capitais, principalmente na forma de investimentos diretos sem cobertura cambial; por último, certa fetichização do Estado pelas classes populares

modernização estabelecia um vínculo direto com o reformismo dos funcionários anteriormente discutido, evidenciando que tais concepções quando levadas a cabo contribuiriam para desarticular as formas regionais de acumulação do capital. Tendo assumido como seu mote “melhorar o homem, o animal e a semente”, os esavianos se dedicariam sobretudo à pesquisa em torno do melhoramento das raças, da seleção de sementes, das técnicas de conservação e recuperação da terra, concentrando esforços

que permitiam que as empresas estatais seguissem no papel de potenciadoras da acumulação privada sem nenhum questionamento classista. Essa conjuntura permitiria uma expansão sem precedentes do Departamento III, fundado de golpe nos cinco anos referidos pelo slogan “cinquenta anos em cinco”. A viabilidade da expansão teria sido assegurada uma vez que o reservatório de força de trabalho sobrando ainda não tinha se esgotado, cumprindo o papel de garantir baixos salários. Ao contrário, as transformações em processo no campo incrementariam aquele contingente relativo de reserva de trabalhadores. As consequências daquele padrão de acumulação teriam sido especialmente uma atrofia do Departamento I, cuja implantação almejada pelo segundo governo Vargas teria sido cumprida apenas parcialmente, que continuava alojado nos países capitalistas do centro, além de certa crise fiscal provocada pela inviabilidade do governo captar parte do excedente produzido nos setores implantados, pois os mesmos estavam ainda em fase de maturação. Somar-se-ia aos mesmos, por fim, uma crise recorrente da balança de pagamentos, incrementada pela necessidade de importar bens de capital e outros bens de produção intermediários. A explosão da crise resultante de um padrão de acumulação fundado no Departamento III, com fracas bases internas do Departamento I, culminaria na recessão atravessada entre os anos de 1962 e 1967. O governo militar imposto por golpe levaria a crise as últimas consequências, praticando uma política de recessão que permite organizar o processo de centralização dos capitais que já vinha ocorrendo de maneira caótica. Como o padrão de acumulação continua fundado no Departamento III, a mudança radical que instaura o terceiro período referia-se sobretudo as formas de financiamento internas e externas que prosseguiriam a continuidade da acumulação. Um fator chave nesse processo seria a contenção salarial possibilitada pelo regime ditatorial, que aumentaria as margens da lucratividade, ao mesmo tempo em que prejudicaria o Departamento II, levando a uma série de quebras que presidiu sua centralização, ajudada ainda por uma severa política creditícia que estrangulou as empresas mais débeis. A formação dessa fase monopolista da acumulação, segundo a interpretação dos autores, fora proporcionada ainda pela reforma fiscal que proporcionou o surgimento de novas formas de capital financeiro controladas pelo Estado, como os incentivos fiscais e a comercialização de letras e títulos da Dívida Pública brasileira no mercado de capitais. A partir desse momento, o sistema financeiro se tornaria definitivamente o pressuposto da acumulação nos setores diretamente produtivos. Conjuntamente com isso, os empréstimos externos voltaram a ser tomados como tentativa de saldar as dívidas da importação e permitirem a renegociação da dívida externa. A exportação de capitais se mantém como fundamento do financiamento, sendo cada vez mais auxiliados, sem embargo, pela poupança forçada interna e pelo capital financeiro operado diretamente pelo Estado. No momento em que redigiram o texto a crise agravava-se outra vez levando os autores a identificar como única solução possível para reequilibrar a balança de pagamentos tanto o investimento no setor de bens de produção intermediários como a intensificação da exportação de bens agropecuários, políticas que se tornariam o fundamento do II PND. Nesse contexto se definiram os novos ciclos de expansão da siderurgia e de modernização da agricultura, que fundamentaram a criação dos distritos florestais em Minas Gerais. Uma análise detalhada sobre o problema, realizamos no primeiro capítulo da segunda seção de nossa dissertação de mestrado (cf. Leite, 2010), contrapondo-nos com a argumentação de Oliveira e Mazzucchelli (1977) especialmente pelos mesmos concentrarem suas críticas no processo de “estatização dos prejuízos”, que garantiria a acumulação do capital privado, inclusive internacional. Segundo a abordagem dos autores, o posicionamento da burguesia nacional teria transformado o processo de modernização, que poderia ter possibilitado uma revolução econômica da burguesia nacional, em uma contrarrevolução, sobretudo no que se refere à sua submissão à burguesia internacional e ao processo de reprodução do capital predominantemente financeiro. Esse procedimento analítico oculta que as determinações do desenvolvimento do capitalismo brasileiro assim como do próprio capitalismo mundial se estabelecem, conforme viemos apontando, para além das estratégias de ampliação irrestritas dos ganhos de classe. Assim, nos dedicamos antes de mais nada a articular as determinações do processo de modernização nacional ao seu caráter retardatário, que imporia circunstâncias especiais para a consolidação da indústria nacional frente à concorrência internacional e os padrões altíssimos de produtividade, alcançados pelo capital estrangeiro, e às contradições da própria acumulação internacional, cujo limite atingido pela capacidade de remuneração da produtividade dos capitais no centro culminaria com a necessidade de exportar capitais para a periferia do capitalismo mundial.

igualmente na produção científica que pregava a mecanização do processo produtivo, sobretudo pelo emprego de tratores de tração mecânica, e a racionalização da gestão empresarial que teria como foco a utilização da contabilidade rural.

Com o caminho percorrido buscamos oferecer elementos para problematizar a perspectiva que credita a uma intervenção modernizadora, ocorrida desde “fora”, a desestruturação da reprodução regional. Assim, procuramos no próprio processo de acumulação regional de capital algumas das contradições que se desdobrariam na autonomização do Estado, assim como na institucionalização e na especialização técnica da sua burocracia. Se as mesmas não foram condições suficientes para a emergência do planejamento regional no país, não deixariam de integrar o processo de formação das condições necessárias para o estabelecimento do mesmo. Sua crítica permitiu, ainda, distinguir a constituição da técnica como mediação necessária da autonomização da administração estatal com relação à reprodução do capital, assim como da gerência do mesmo mediante a sua propriedade, ou seja, nos possibilitou traçar um quadro do aparecimento do trabalho complexo em Minas Gerais, processo cuja problematização retomaremos posteriormente por ser momento fundamental das novas condições da territorialização do capital que possibilitam a reprodução camponesa, dessa vez, sem embargo, em bases nacionais – e não mais regionais.

3.6. Intervenção estatal e reprodução regional

Assim, poderíamos retornar para a discussão acerca da instituição dos distritos florestais, fazendo notar inclusive que muitas das justificativas para a sua implantação vinham sendo articuladas no longo processo de formação da tecnocracia estatal e dos discursos que a mesma personificou, do qual analisamos alguns momentos, não apenas buscando compreender a formação de determinados profissionais, instituições e seus discursos no cerne da reprodução coronelista, mas especialmente apreendendo-a como momento determinante da autonomização do capital, que asseguraria um sentido transformado para a reprodução social, ao mesmo tempo em que seria possibilitado precisamente pela emergência daquele novo sentido. Além de voltar sobretudo para o estabelecimento do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha e para a maneira como aquele processo facilitou a entrada de empresas reflorestadoras tendo culminado no abrangente processo de expropriação apresentado antes

(cf. capítulo 1 dessa tese), fundamento da desarticulação das relações regionais de produção que viabilizavam a reprodução do campesinato.

O processo de invenção da “região” do Vale do Jequitinhonha não teria, sem embargo, sido encetado unicamente pela instituição daquele distrito florestal, como instrumento de *mobilização* da terra e do trabalho regionalmente “represados”, que deveriam ser mais bem aproveitados em alternativas mais produtivas (cf. IEF, 1975). Anteriormente, mais precisamente no ano de 1964, o então deputado estadual em Minas Gerais, Murilo Badaró, neto do bacharel Francisco Badaró, apresentou uma Emenda Constitucional na Assembleia Legislativa criando a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), a primeira agência de desenvolvimento regional a ser implantada instituindo aquela “região”.

Segundo o próprio Murilo Badaró, em entrevista concedida para Dalva Maria de Oliveira Silva e publicada no trabalho *A arte de viver: riqueza e pobreza no médio Jequitinhonha, de 1970 a 1990* (2007), a redação da emenda fora estimulada pelas informações produzidas anteriormente pelo Grupo de Trabalho para a Pecuária (GTP), coordenado por Fidelcino Vianna, que convidou o professor Alisson P. Guimarães para produzir um estudo geográfico sobre a “região”, publicado no ano de 1960, com a denominação *Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha*³²³. Uma crise teria devastado, durante a década de 1950, os rebanhos daquele boi conhecido como “tipo Jequitinhonha”, tendo sido o Grupo de Trabalho para a Pecuária organizado pelo então governador do estado Minas Gerais, Bias Fortes³²⁴, com a finalidade de apontar causas e soluções para a mencionada crise.

Nesse momento, o Vale do Jequitinhonha ainda não figurava como uma “região” delimitada político-administrativamente, aparecendo unicamente referências à bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha na primeira divisão do território brasileiro em “zonas fisiográficas”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³²⁵, em 1941: “As

³²³ “O Fidelcino Viana comandou esse chamado Grupo de Trabalho da Pecuária. E esse Grupo de Trabalho da Pecuária, ele acabou esquadrinhando o Vale do Jequitinhonha, que era uma região que possuía uma pecuária extensiva. Era, as terras lá, eram conhecidas pela qualidade do boi, o chamado boi tipo Jequitinhonha. Porque a terra teria propriedades especiais que fornecia ao gado um estado sanitário muito interessante, o boi desenvolvia muito, né? Então esse GTP, além de fazer os estudos especificamente sobre a pecuária, acabou também por revelar os dados socioeconômicos da região, principalmente do Médio Baixo Jequitinhonha ou de Médio, é, do Médio para baixo, que era só ir pra baixo até Salto da Divisa, né?” Trecho da entrevista com Murilo Badaró publicada em Silva (2007: 164-165).

³²⁴ José Francisco Bias Fortes, governador do estado de Minas Gerais entre 1956 e 1961, filho de Crispim Jacques Bias Fortes, no governo do qual David Campista foi superintendente do Serviço de Imigração entre os anos de 1894 e 1898.

³²⁵ “Em meados do século XX, destaca-se a atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, fundado em 1938, no trabalho de conhecer, diagnosticar e mapear as diferenças sócio espaciais do território brasileiro. De acordo com Penha *apud* Batella e Diniz (2005), a criação do IBGE refletia dois aspectos

zonas fisiográficas eram definidas a partir de critérios socioeconômicos e, entre as 17 produzidas pelo IBGE no estado de Minas Gerais, encontramos, pela primeira vez, as microrregiões do ‘Alto Jequitinhonha’, do ‘Médio Jequitinhonha’ e do ‘Baixo Jequitinhonha’. Não há, ainda nesse momento, a ‘revelação’ do Vale do Jequitinhonha enquanto uma região única diagnosticada, pelo contrário, a sua bacia é apresentada em cinco diferentes zonas. Além das três referidas acima, áreas da bacia se inserem na zona fisiográfica de ‘Montes Claros’, assim como na de ‘Itacambira’ (isso sem mencionar a parte baiana da bacia)” (Servilha, 2012: 50).

Procurando problematizar os trabalhos do GTP, Servilha sugeria partir da “necessidade de compreendermos o processo através do qual um diagnóstico objetivando encontrar as causas de uma crise bovina tornou-se um estudo geográfico regional” (2012: 52). A equipe escolhida para realização do estudo era composta por um engenheiro, um botânico e cinco geógrafos, o que o autor relaciona com a inexistência de diagnósticos produzidos anteriormente sobre a área estudada, apontada pelo próprio Fidelcino Vianna, secretário executivo do GTP³²⁶. Para Servilha (2012), essa circunstância exigiria a organização de uma equipe adequada para se “‘embrenhar’ em localidades longínquas, distantes da capital, ainda bastante desconhecidas, pelos olhares da capital, para além dos seus poucos produtos e produtores que atingiam mercados mais distantes (em especial através do ‘boi tipo Jequitinhonha’)” (2012: 52), produzindo o estudo de referência que posteriormente poderia ser adotado como base para as outras equipes que realizariam levantamentos, como apontado pelo secretário executivo.

Embora essa exigência pudesse ser depreendida do texto da apresentação, por exemplo, nos destaques dados por Fidelcino Viana ao deslocamento da equipe “para o Nordeste, para o campo, de onde retirou os fundamentos do trabalho que ora se publica”

principais: ‘De um lado a importância que os levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica poderiam desempenhar na administração do imenso território brasileiro em processo de integração socioespacial; e de outro, a necessidade de atender às demandas por uma rigorosa sistematização de informações geográficas do território brasileiro, exigida para o desenvolvimento industrial’ (2005: 63). A busca de unidade revela fragmentações, visibiliza diferenças, aponta obstáculos para uma integração desejada. “Descobrir” o Brasil perpassava, nesse sentido, pela compreensão da diversidade socioespacial brasileira, tanto quanto pela sua sistematização de forma a propiciar condições reais para a construção de um projeto nacional” (Servilha, 2012: 49).

³²⁶ Nas palavras de Fidelcino Viana Araújo Filho, na apresentação do *Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha*, “quando o Governador Bias Fortes se decidiu a conjurar a crise que devastou o rebanho bovino do Nordeste de Minas, em 1957, criou o Grupo de Trabalho para a Pecuária, dando-lhe a incumbência de apontar causas e soluções. O G. T. P. verificou de início que não existiam estudos ou levantamentos técnico-científicos sistematizados referentes ao problema a enfrentar. Resolvem então executar vários trabalhos de profundidade que haveriam de compor o embasamento de suas conclusões. Dentre eles, deu-se relevo ao estudo geográfico” (Araújo Filho, 1960: 1).

(Araújo Filho, 1960: 1), outros apontamentos do secretário pareciam fazer referência a determinados aspectos “de método” da própria disciplina escolhida para orientar a investigação: “Esta é uma obra séria, rica de informes. Contém quadros do cotidiano do Médio Jequitinhonha antes não suspeitados pelos que não o conheciam. As feiras aos sábados e a condução das boiadas a pé são descritas com tal fidelidade que nós outros, os nordestinos, nos vemos aí retratados” (Araújo Filho, 1960: 1).

Além de Fidelcino Vianna assinalar o acuramento descritivo da disciplina geográfica, o secretário executivo apontava ainda que “é a geografia física, humana e econômica que comparece na equação dos problemas” (1960: 1). Ou seja, não apenas a geografia era apresentada em condições de descrever de maneira extraordinária as dificuldades que emergiram com a crise dos rebanhos como também se mostrava em condições, por meio das suas diferentes “especialidades”, de oferecer respostas para as mesmas. A abordagem utilizada parece remeter, assim, diretamente para determinada capacidade de resolver os “problemas” que, como vimos, foi sendo atribuída progressivamente para ciência e técnica tão logo elas se estabeleciam como forma de mediação da administração pública. Aquela capacidade e o papel a ser assumido pelos técnicos em decorrência da mesma também aparecem sugeridos no texto daquela apresentação: “Foram feitas sem o apetite do ganho financeiro, mas com a mística e o ela dos estudiosos que pleiteiam legitimamente lugar de destaque na paisagem da técnica e da ciência no Brasil” (1960: 1).

Ficava assinalado, inclusive, que o papel assumido pelos técnicos, cujo reconhecimento social no domínio privado deveria passar pelo “ganho financeiro”, no domínio público se distinguiria pelo “lugar de destaque” ocupado entre os quadros nacionais da ciência e da técnica³²⁷. Alisson Pereira Guimarães parecia ocupar posição destacada, sendo o geógrafo chefe da Seção de Estudos Geográficos do Departamento Geográfico do Estado, criado no ano de 1939, com a desvinculação do antigo Serviço Geográfico da Secretaria da Agricultura³²⁸. Além de ocupar a cadeira de professor de Geografia Humana da Faculdade de

³²⁷ “Mas a lógica da nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do título –nobiliário, escolar, profissional –, capital simbólico, social e até mesmo juridicamente garantido”. [...] O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor e, se bem que se trate de um nome comum, funciona à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens que não é possível adquirir diretamente com a moeda)” (Bourdieu, 1989: 148-149)

³²⁸ Igualmente submetido àquela Secretaria, a Comissão Estadual de Exploração Geographica, tinha sido criada em 1891, fruto de uma extensa reforma administrativa empreendida com o advento da República, com o objetivos de proceder ao levantamento de uma Carta Geral do Estado, bem como aos estudos dos cursos de água e dos aspectos climáticos de Minas Gerais. Seu primeiro quadro de funcionários, incluindo a chefia da

Filosofia da Universidade de Minas Gerais, cargo acumulado posteriormente, tendo o geógrafo iniciado sua carreira no Departamento. No parecer em que o Departamento Administrativo do Serviço Público aprovou a aludida acumulação de cargos públicos por Alisson Pereira Guimarães apareceram extratos do requerimento enviado pelo mesmo, em que justificava a pertinência da reunião das competências de geógrafo e professor argumentando sobretudo que entre os cargos reivindicados existe uma relação necessária, uma vez que o exercício do magistério se constitui em fonte de sugestões permanentes para a realização das tarefas objetivas do Departamento³²⁹. Além da sua perspectiva sobre a relação entre a produção geográfica científica e a aplicação técnica daqueles conhecimentos na administração

instituição, foi quase que completamente composto por engenheiros de minas. Em 1892, as atribuições da comissão seriam ampliadas de modo a encarregá-la também dos estudos geológicos e, em 1894, a encarregá-la dos estudos relativos aos limites municipais e interestaduais. Em 1896, foi publicada a primeira carta topográfica elaborada por um órgão público estadual. Em 1898, a comissão foi extinta por falta de recursos, mantendo-se apenas os quadros responsáveis por solucionar questões relativas aos limites na Secretaria de Agricultura. Paralisados durante 22 anos, os serviços de levantamento e publicação da Carta Geral foram retomados em 1920, coordenados ainda por um engenheiro, até sua reestruturação em 1939, quando os setores responsáveis por estudos geológicos e meteorológicos foram desmembrados, passando a serem realizados por diferentes órgãos autônomos. Todos eles seriam novamente reunidos na década de 1970, sob a denominação de Instituto de Geociências Aplicadas, inicialmente subordinados à pasta da Secretaria do Planejamento e, posteriormente, àquela da Secretaria de Ciência e Tecnologia. As principais realizações do órgão ocorreram na produção cartográfica, na demarcação dos limites interestaduais, na elaboração de uma divisão do estado em Zonas Geográficas para fins escolares em 1940, posteriormente adotada como subsídio para a definição das Zonas Fisiográficas pelo IBGE, além de estudos geográficos diversos, encomendados por outros órgãos estaduais, como aquele dirigido por Alisson Guimarães (cf. Histórico do órgão geográfico, cartográfico e geológico oficial do estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.iga.br/SitelGA/mapas/cgi/IGA_09_Historico.php>. Acesso em: 16 agosto 2014). Desse breve histórico de modificações pelas quais passou o órgão, destacamos especialmente o fato de ter sido criado vinculado à Secretaria da Agricultura, tendo depois se separado da mesma, para integrar primeiramente a Secretaria de Planejamento e em seguida a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Mais que mera reestruturação administrativa, identificamos esse processo como momento da especialização dos próprios conhecimentos mobilizados nas funções desempenhadas pelos órgãos. Subordinado inicialmente à Secretaria da Agricultura, realizava estudos climáticos e dos cursos de água, diretamente relacionados com os objetos da gestão da secretaria. O preenchimento quase completo de seus quadros técnicos com engenheiros revela a proeminência daquela carreira no processo de institucionalização da ciência no país. No período em que Alisson Guimarães orientou o estudo geográfico encomendado pelo GTP, a existência de diferentes profissionais envolvidos em sua equipe evidenciava a progressiva especialização das carreiras universitárias no país. Paralela a essa especialização poderíamos identificar ainda certa autonomização do próprio objeto do trabalho desenvolvido. Se inicialmente ele poderia ser identificado mais próximo aos problemas relativos à “terra”, como a identificação de cursos de água ou a definição de fronteiras, progressivamente passaria a se relacionar, antes de mais nada, com a identificação, a caracterização e o mapeamento e a *produção* das “áreas”, tarefa para qual a disciplina geográfica seria definitivamente mobilizada. No texto do Projeto de distritos florestais, com essa autonomização já bastante consolidada, a nomenclatura predominante trata da definição ou do estabelecimento de “áreas”, aparecendo o termo “terra” quase que exclusivamente quando o documento faz menção à existência de terras devolutas disponíveis para serem utilizadas por empresas.

³²⁹ “a) que entre o cargo de Geógrafo, que ocupa, e a cadeira de Geografia Humana, para a qual foi proposta a sua nomeação, há uma relação necessária, permanente, essencial e recíproca (fls. 3); b) que, para o provimento do cargo de Geógrafo é exigido o título de bacharel em Geografia e História (fls. 3); c) que o exercício do magistério, da cadeira para a qual foi proposto, constitui-se em fonte de sugestões permanentes para a realização das tarefas objetivas da Divisão de Geografia do Departamento Geográfico (fls. 4)” (DASP, 1955: 280).

pública, o documento revelava o próprio reconhecimento social daquele vínculo, pressuposto na argumentação de Fidelcino Vianna, e legitimado pela aprovação do pedido³³⁰.

Essa perspectiva, naturalizada mesmo em meros trâmites burocráticos como o apresentado acima, seria pormenorizada no decorrer da argumentação daquele estudo orientado por Guimarães (1960). Servilha discutiu alguns dos seus aspectos buscando especialmente contrapor algumas observações do estudo a “teorias epistemológicas da geografia” (2012: 53). Depois de indicar a ausência de qualquer menção ao Vale do Jequitinhonha como uma “região”, o autor passava à identificação das referências bibliográficas que teriam subsidiado a pesquisa, dentre as quais destaca a presença de inúmeros estudos corográficos. Identificava, ainda, a própria estruturação daquela investigação como a de um “estudo regional ‘clássico’” (2012: 55), principalmente por apresentar a análise de diferentes temáticas “sintetizadas a partir de um recorte regional” (2012: 58). Apesar de o estudo incluir dados estatísticos, para Servilha, tomaria esse “instrumento metodológico de forma complementar a abordagem clássica” (2012: 58), expressa, por exemplo, na utilização do conceito de gênero de vida³³¹. Com relação à utilização desse conceito no *Estudo Geográfico*, o autor criticou a incapacidade de seus autores notarem a existência de sobreposições entre os gêneros recortados, ressaltando, contudo, que o essencial era “compreender a lógica interpretativa produzida nesse estudo acerca da realidade regional apresentada como rural” (2012: 59).

Procurando corroborar sua apreensão do problema, Servilha argumentava que as cidades tinham sido apresentadas no estudo de maneira subalterna ao campo e que seus autores, ancorados numa “leitura ruralista” das referências lablacheanas (2012: 60), não

³³⁰ Trecho da resposta para a solicitação, que acompanha o documento: “Examinando o assunto, verifica-se: I. Quanto à correlação de matérias: a) que o confronto entre as atribuições do cargo técnico-científico de que o interessado é ocupante (fls. 6) e o programa da cadeira de Geografia Humana (fls. 8), para a qual é proposta a sua nomeação interina, demonstra a existência de relação imediata e recíproca entre os conhecimentos específicos necessários aos dois cargos” (DASP, 1955: 280).

³³¹ “De acordo com os gêneros de vida observados na região, concluímos que a maioria da população se divide em: *Fazendeiros*: grandes ou médios proprietários, constituindo classe dominante social e economicamente; *Vaqueiros*: encarregados das fazendas de gado ou contratados para serviços auxiliares da pecuária; *Condutores*: que fazem o deslocamento dos rebanhos até as invernadas; *Agregados e meeiros*: que vivem nas propriedades dos fazendeiros, ‘tocando’ pequenas roças ou auxiliando nos trabalhos de criação em certas épocas; *Tropeiros*: fazendo o transporte, com as tropas entre a zona rural e o ‘comércio’ ou as cidades para onde levam produtos da lavoura e trazendo de volta sal, querosene, etc.; *Feirantes*: que oferecem, nas feiras semanais os produtos do campo, levando-os às costas, ou em animais; *Mineiros e garimpeiros*: vivendo da extração de pedras coradas ou semipreciosas, especialmente na parte Oeste do Vale do Jequitinhonha, ou dedicando-se à garimpagem; *Balseiros*: que fazem o transporte, em balsas, de passageiros e mercadorias, no rio Jequitinhonha” (Guimarães, 1960: 122-123).

teriam se dedicado à caracterização de gêneros de vida referentes ao urbano³³². Assim, emergia um quadro no qual o “homem rural” se tornava o alicerce tipológico, que referenciava “a busca por um tipo característico de personagem: o ‘homem da região’” (Servilha, 2012: 61). O autor criticava também essa abordagem que fundamentava a investigação orientada por Guimarães, por estar baseada numa perspectiva urbana e urbanizadora da realidade³³³, que se evidenciava especialmente num diagnóstico sobre a “cultura” regional, descrita como pouco muito diferenciada e “marcada pelo atraso tecnológico” (Servilha, 2012: 61-62)³³⁴. Para Servilha, tal concepção, que nos remete diretamente à perspectiva dos funcionários reformistas, era evidenciada, enfim, com a identificação daquelas condições sociais ao subdesenvolvimento³³⁵.

Em sua retomada das “teorias epistemológicas da geografia”, Servilha começa caracterizando a Geografia Tradicional sobretudo por sua ênfase no conceito de região, relacionada com a produção de estudos integradores ou de síntese, em que se pretende destacar o específico ou singular por meio da descrição idiográfica: “Uma geografia que buscava compreender as diferenciações do espaço possíveis a partir das diferentes possibilidades humanas de relação ou intervenção no meio, a partir de estudos empiristas, valorizava sobretudo os conceitos de região (partes do todo) e paisagem (visibilidade das diferenciações). Para muitos, a ciência geográfica seria uma ciência corológica” (Servilha, 2012: 56)³³⁶. O autor partia, então, para uma problematização dos objetivos do GTP ao realizar um estudo geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha: “Buscava encontrar um

³³² “À luz da geografia humana, talvez a maior parte das cidades mencionadas não possam ser consideradas como tais. Faltam-lhe certas características geográficas, tais como o predomínio de gêneros de vida tipicamente urbanos e até a ‘vida ativa de relações’, de que nos fala Max. Sorre” (Guimarães, 85-86).

³³³ “Não nos parece ilegítimo ressaltarmos que este estudo, produzido em meio ao governo JK, já mencionado, faça parte de um grupo significativo de diagnósticos produzidos através de uma perspectiva urbana e urbanizadora da realidade. Não há como analisarmos este diagnóstico sem a percepção de que o mesmo fala em nome do olhar de determinados grupos sociais, tais como cientistas e fazendeiros, com reflexões em torno do presente que apontam projeções acerca de desejos e projetos futuros” (Servilha, 2012: 64).

³³⁴ “Apesar dos melhoramentos técnicos que, lentamente, vem recebendo a região em foco, os aspectos físicos da paisagem ainda guiam o planejamento econômico. No estado atual da economia a atividade humana se dirige mais no sentido de aproveitar, primariamente, o que a natureza lhe oferece, que de transformar ou beneficiar seus produtos” (Guimarães, 1960: 63).

³³⁵ “Num país subdesenvolvido, a quase totalidade da população ativa exerce atividades primárias. Num país de desenvolvimento incipiente, verifica-se uma passagem progressiva da mão de obra das atividades primárias para atividades secundárias e terciárias. Nos países desenvolvidos, o pessoal deste último setor é especialmente desenvolvido. É aliás, comum, medir o desenvolvimento de um país, segundo a taxa mais ou menos elevada da mão de obra terciária” (Lebret *apud* Guimarães, 1960: 128).

³³⁶ Apesar de traçar esse panorama geral, Servilha não ignorava as diferenças existentes entre as diferentes correntes da geografia, as quais distribuía com uma menção ao trabalho de Haesbaert: “Enquanto La Blache, pelo menos na fase que se tornou mais difundida de seu trabalho, via a região como ‘algo vivo’, uma ‘individualidade’, ou mesmo uma ‘personalidade geográfica’, Hartshorne a percebia mais como um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar (inclusive em suas delimitações) de acordo com os objetivos do pesquisador” (Haesbaert, 2010: 32 *apud* Servilha, 2012: 57).

espaço isolado e/ou uma ‘individualidade’? O mito do isolamento explicaria especificidades de uma região a ser descoberta pelos pesquisadores? A própria equipe explicita o critério de recorte espacial assim como relativiza as possibilidades de utilização futura deste estudo ao demonstrar suas limitações ao realizar o trabalho” (Servilha, 2012: 57). Os critérios mencionados seriam a bovinocultura e os limites do orçamento que inviabilizava que percorressem todas as cidades indicadas pelo GTP.

Inicialmente, o autor argumentaria, então, que a composição de uma equipe predominantemente com geógrafos seria justificada “pela crença de que tal ciência, tal saber, se constitui em torno do que hoje muitos denominam ‘interdisciplinaridade’, outros ‘saber holístico’. A ‘geografia-saber-síntese’ seria, a partir dessa ótica, suficiente para a compreensão da complexidade da realidade” (Servilha, 2012: 58). O uso do conceito de gênero de vida parecia em certa medida corroborar com essa perspectiva, sustentando interpretações acerca de uma vocação regional, a saber, a pecuária³³⁷. Contudo, não possibilitava a identificação de “exclusividade regional” para aqueles modos de vida identificados no estudo (2012: 61). Acabava assim por pressupor homogeneidade e especificidade de caráter regional, “naturalizando fronteiras estabelecidas em torno de uma pesquisa de campo determinada segundo dois critérios já citados: bovinocultura e limites de orçamento” (2012: 63). A síntese malfadada daquelas perspectivas metodológicas e procedimentos apontados teria levado o estudo, segundo Servilha, a invisibilizar “a complexidade dos sujeitos e conflitos sociais das áreas, analisando superficialmente a história da formação populacional regional tanto quanto seus saberes e anseios” (2012: 65), enquanto algumas “potencialidades ‘geográficas’ do interior ainda pouco diagnosticado oficialmente” (2012: 53) eram agrupadas em torno de reivindicações que permitiriam efetivamente transformá-las em potencialidades econômicas³³⁸.

³³⁷ “Enquanto um estudo objetivado como subsídio para ‘debelar a crise’ bovina, o ‘Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha’ não apresenta outras alternativas socioeconômicas para a região diagnosticada, pelo contrário, tem como função maior, perpetuar tal modelo de organização socioespacial: a ‘cultura do boi’. Desta forma, mitos em torno das tradicionalmente nomeadas ‘vocações regionais’ ganham status de realidade incontestável. A partir de estudos científicos, pode-se inferir que a resolução dos ‘problemas regionais’ está na minimização de impactos sobre determinado arranjo produtivo e que, desta forma, estaríamos por difundir benefícios para toda a ‘população regional’” (Servilha, 2012: 63).

³³⁸ “Necessita-se de melhores estradas, pois há potencial agrícola regional. ‘As possibilidades agrícolas apresentadas por certas áreas encontram o obstáculo da impossibilidade de escoamento’ (Guimarães, 1960: 268). Por se tratar de um estudo com fins de minimização de uma crise pecuária, são apontadas alternativas para potencializar a economia rural da área, como o beneficiamento regional da carne (para fins de agregação de valor) e alternativas para escoamento produtivo. Ressaltamos que nesta obra encontramos, pela primeira vez, em textos a que tivemos acesso, o termo ‘monocultura’ para caracterizar a produção regional. Ainda não percebemos em tal diagnóstico, entretanto, a proposição da incorporação econômica de ‘potencialidades regionais’ por parte

Concordamos com a perspectiva de Servilha, quando ele sugere que o caráter de ciência de síntese atribuído à geografia fundamentaria sua escolha como uma ciência adequada para permitir investigar as causas da crise dos rebanhos que o GTP procurava contornar. Essa justificativa aparece inclusive abertamente em algumas passagens do documento: “A criação do citado Grupo de Trabalho resultou de uma crise observada nos rebanhos do Nordeste de Minas. Em alguns municípios a mortandade alcançou índices alarmantes, sem que se pudesse apontar, de imediato, uma causa que fosse, por si só, responsável pela lamentável ocorrência. Adotou a direção do G.T.P. uma orientação realmente científica, procurando efetuar [...] um estudo sistemático abrangente e o mais completo possível das condições ecológicas, físicas, humanas e econômicas, das zonas atingidas nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce [...] Julgava, assim, o G.T.P., acertadamente, que a crise não derivava de uma causa simples, mas de um complexo de causas, atuando direta ou indiretamente, imediata ou remotamente. Impunha-se, portanto, a realização de um amplo trabalho de pesquisa regional, que pudesse revelar a complexidade das causas atuantes” (Guimarães, 1960: 11). A geografia permitiria a construção desse panorama geral “verificando as relações entre o homem e o meio no quadro regional assinalado” (1960: 14).

Uma única ressalva, fariamos à concepção de que o caráter atribuído à disciplina geográfica seria apenas uma “crença” (Servilha, 2012: 58), na medida em que essa perspectiva nos afasta da percepção de que as próprias teorias produzidas no campo autonomizado da ciência relacionam-se com seu processo de especialização e de institucionalização na condição de forma de mediação privilegiada para a resolução de “problemas”, maneira como quaisquer questionamentos emergem no campo da gestão, levando em conta o seu papel premente de racionalização dos processos de trabalho, conforme vimos anteriormente, não exclusivamente os processos produtivos em sentido estrito. Assim, as competências metodológicas da geografia enquanto uma “ciência de síntese” ganhavam coerência inclusive num campo em que os “problemas” a serem enfrentados pela administração apareciam como advindos de um conjunto de causas relativamente integradas. Isso por um lado.

Por outro, reconhecemos igualmente o aspecto ambíguo da incorporação de concepções geográficas bastante diferenciadas na investigação encomendada pelo GTP. Como muito precisamente apontou Servilha (2012), pareciam conviver paralelamente no

de empreendimentos urbano-industriais externos como forma de promoção do desenvolvimento regional. Isso acontecerá mais tarde, em futuros capítulos dessa história” (Servilha, 2012: 65).

diagnóstico tanto uma perspectiva urbana e urbanizadora da realidade, que conforme afirmamos anteriormente, nos remete mesmo às diversas concepções modernizadoras apresentadas na análise, como uma abordagem “ruralista”, como insinuou o autor, não somente por tomar como base quase exclusiva da caracterização regional as relações existentes no campo, mas também por propor soluções que reiterariam aquele mesmo contexto econômico responsável por reproduzi-las, indicando frente ao mesmo apenas determinados “ajustes”. Apesar da ambiguidade, assim como no caso das concepções reformistas que pregavam discursos modernizadores, embora preocupadas com o abastecimento regional de trabalhadores, a perspectiva mobilizada por aquele *Estudo Geográfico* poderia ser mais bem compreendida no processo de transformação da reprodução regional. Uma análise mais detida da atuação da Codevale pode nos permitir retomar o problema.

A família Badaró havia prosseguido na política, posteriormente à atuação de Francisco. Seu filho, Francisco Badaró Junior, tornou-se deputado estadual pelo PSD em Minas Gerais, entre 1927 e 1937, tendo sido, em seguida, prefeito do município de Minas Novas, até 1945, para depois voltar à Assembleia Legislativa em 1947, como deputado constituinte, ao lado de Fidelcino Vianna de Araújo Filho, o coordenador do Grupo de Trabalho para a Pecuária, esse último, entretanto, antigetulista e filiado à UDN. Francisco Badaró Júnior foi o pai de Murilo Badaró. Formado em Direito, como o avô, não tinha necessitado partir para São Paulo para estudar, pois já havia sido institucionalizada a Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais³³⁹. Iniciou sua trajetória política igualmente como deputado estadual, mas em 1958, tendo sido reeleito em 1962. Posteriormente, atuaria como secretário de governo de Israel Pinheiro, entre 1966 e 1971, senador biônico, indicado por João Figueiredo, no ano de 1979 e ministro da Indústria e Comércio, entre 1984 e 1985, atuando decisivamente para salvar a Açominas, que beirava a falência. O getulismo pessedista, apoiado por seu pai, já havia se desdobrado, com a extinção do PSD, após a instauração do regime ditatorial militar, passando a ocupar, seus antigos membros, sobretudo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido apoiador do regime, do qual Murilo Badaró foi membro.

Como deputado estadual, durante o seu segundo mandato, Murilo apresentaria a Emenda Constitucional n. 9, em fevereiro de 1964, criando a Codevale. Segundo suas

³³⁹ Surgiu como Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1892, criada por advogados e juristas, entre eles Afonso Pena, mantendo total autonomia didática, disciplinar, econômica e administrativa até 1927, quando foi integrada à Universidade de Minas Gerais, federalizada em 1949.

próprias palavras, tornara-se evidente, depois da produção daquele estudo pelo GTP, coordenar investimentos para a recuperação da capacidade produtiva da bovinocultura regional: “Bom, daí então em 64 eu tomei essas informações e o conhecimento que eu tinha, e o Vale do Jequitinhonha era um Vale com uma dinâmica quase de paralisia total, não é? Quer dizer havia uma, era um estágio de subdesenvolvimento muito mais do que crônico, era agudo e crônico ao mesmo tempo! E não havia na região um estado de alma da população capaz de acionar lideranças e comandos capazes de mudar esse quadro. Então, imaginava eu, que uma instituição como essa, para qual a emenda constitucional vinculou meio por cento do orçamento estadual, é uma massa de dinheiro grande, quer dizer, seriam recursos suficientes para dar um choque, um choque econômico no Vale, econômico e cultural” (trecho da entrevista com Murilo Badaró publicada em Silva, 2007: 166).

Em 1960, ano da publicação do *Estudo Geográfico*, havia sido criado o Grupo de Trabalho do Jequitinhonha por Juscelino Kubitschek, natural de Diamantina, que havia inclusive estudado no Seminário da Arquidiocese, no período em que esteve sob a responsabilidade do bispo Dom Joaquim. Atendendo a reivindicações de políticos da “região”, as justificativas para a criação do grupo pareciam sistematizar os resultados inicialmente obtidos com o diagnóstico do GTP, propondo medidas necessárias ao desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha³⁴⁰. Para Servilha, o Grupo de Trabalho do Jequitinhonha teria representado uma “transição entre um recorte regional natural (a bacia do rio Jequitinhonha), ainda utilizado como referência espacial, e uma região estatal para fins de desenvolvimento regional” (Servilha, 2012: 66). Esse significado o autor derivava nomeadamente da sua compreensão do grupo no contexto da emergência do nacional-desenvolvimentismo: “Como relatamos anteriormente, não é possível a compreensão da emergência do Vale do Jequitinhonha enquanto uma região geográfica sem contextualizar tal processo no projeto nacional-desenvolvimentista iniciado na década de 1930 e impulsionado nas décadas de 1950 e 1960. A busca pela modernização-urbanização-industrialização-integração nacional é o alicerce conjuntural para que determinados atores e espaços sociais ganhem visibilidade e novos olhares. O desenvolvimento nacional desejado, que fique claro, o desenvolvimento industrial capitalista, só poderia ser alcançado com a incorporação de todo o

³⁴⁰ “Considerando a situação de subdesenvolvimento em que se encontra a região da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, nos Estados da Bahia e Minas Gerais; considerando que a valorização econômica daquela área é indispensável para corrigir o desequilíbrio que apresenta o desenvolvimento econômico do País. Considerando que o Governo se acha empenhado em acelerar, por todos os meios o desenvolvimento econômico do País, através de medidas e iniciativas que importem para a valorização crescente e efetiva de todas as áreas que compõe o território nacional” (GTJ, s/d *apud* Servilha, 2012: 66).

território brasileiro a uma nova divisão territorial do trabalho. Tal grupo de trabalho é constituído com o objetivo de ampliar os conhecimentos do Estado acerca da bacia do rio Jequitinhonha, não se limitando, inclusive, às fronteiras do estado de Minas Gerais” (Servilha, 2012: 66).

Tendo a Codevale estabelecido um plano regional de desenvolvimento socioeconômico, instituía a própria “região” do Vale do Jequitinhonha, nos termos apresentados por Servilha (2012). Organizada segundo o molde das agências de desenvolvimento recém-criadas pelo governo federal, a criação da Codevale atendia igualmente reivindicações de representantes políticos dos municípios que não foram incorporados à SUDENE, descontentes com aquela exclusão (Ferreira Ribeiro, 1993)³⁴¹. Murilo Badaró sugeria também que “estava na moda a criação de agências de desenvolvimento regional. O exemplo do *Tennessee Valley Authority* (TVA), criado pelo Presidente Roosevelt, contaminou o mundo inteiro, quer em países desenvolvidos, quer nos em vias de desenvolvimento” (Badaró, 1984: 211). A perspectiva com que o então deputado estadual procurava justificar sua proposta de criação daquela agência oscilavam entre o reconhecimento da miséria e da pobreza regional, por um lado, e das potencialidades econômicas da “região”, por outro³⁴². Sua formulação remetia à aludida ambiguidade existente no *Estudo Geográfico* orientado por Guimarães (1960), com a diferença que nessa abordagem, os gêneros de vida diferenciados apareciam claramente apresentados como símbolos da miséria e da pobreza regional.

Murilo Badaró destacava ainda a coalizão de posições necessárias para o estabelecimento da agência, que congregou o apoio do bispado da Arquidiocese de Diamantina, identificado como mais conservador, e o do município de Araçuaí, mais

³⁴¹ Um depoimento de Murilo Badaró, publicado num documento comemorativo do 10º aniversário de instituição da Codevale transmite um pouco do contexto assinalado acima: “Quando surgiu a necessidade de se criar uma agência de desenvolvimento para atender às crises cíclicas da economia do Nordeste brasileiro, o debate em torno da lei que criou a SUDENE teve ativa participação dos representantes mineiros. Várias foram as emendas apresentadas ao projeto de criação daquela Superintendência, tendentes todas a incluir a região do Jequitinhonha e do Mucuri na área a ser beneficiada pelo órgão. Os representantes nordestinos, mais agressivos, impediram que obtivessem êxito tais tentativas, logrando aprovação apenas de emenda que mandava incluir parte do norte de Minas” (Badaró, 1984: 211).

³⁴² “À medida em que ia exercendo o mandato, viajava constantemente para o Jequitinhonha, cada vez mais angustiado com o espetáculo de pobreza e sofrimento da população. Sentia a necessidade de se fazer alguma coisa além do simples paliativo de medidas administrativas, de alcance reduzido e de duvidosa eficiência. A ideia de uma agência de desenvolvimento começava a tomar conta do meu espírito. Iniciei estudos dos diversos aspectos socioeconômicos da região e passei a coletar dados. Analisei-os demoradamente e concluí que as potencialidades da região justificavam a iniciativa. Bastava apenas acionar energias até então adormecidas. Não demoraria a surgir a CODEVALE e, com ela, uma nova aurora para a sofrida gente do Vale do Jequitinhonha (Badaró, 1984: 211).

progressista³⁴³. A aprovação daquela emenda ocorreria apenas no final do ano de 1965, conforme Murilo Badaró, quando “entrou o Israel [Pinheiro] e o Israel chamou, para primeiro presidente da Codevale, o Fidelcino Vianna” (trecho da entrevista com Murilo Badaró publicada em Silva, 2007: 166) que, no posto de coordenador da agência, teria dado “uma organização muito boa no órgão, que não era até então cabide de emprego, foi um órgão muito bem estruturado. E, apesar de tudo isso, havia uma resistência surda, no sentido da não prevalência do meio por cento da vinculação orçamentária, quer dizer, nunca a vinculação orçamentária foi cumprida para o Vale do Jequitinhonha, porque aquela era a alavanca, era o instrumento, pra poder fazer injeções maciças de recursos no Vale pra movimentar a economia regional, né?” (trecho da entrevista com Murilo Badaró publicada em Silva, 2007: 167).

Servilha (2012) também confere importância ao não cumprimento da referida vinculação orçamentária, argumentando que as mudanças ocorridas no ano de 1967 na Constituição Estadual modificaram os rumos daquele órgão, por terem impossibilitado qualquer tipo de vinculação³⁴⁴. Além da questão do não cumprimento da vinculação orçamentária, outros fatores apareceram na argumentação de autores que apontaram a “ineficiência” da agência no cumprimento das ações que justificavam sua criação. Silva (2007) constatou que depois de 14 anos de existência da Codevale, o *Plano geral de aproveitamento do Vale do Jequitinhonha*, prometido desde a criação da mesma como principal subsídio para embasar sua atuação, ainda não havia sido realizado, tendo sido produzidos apenas alguns diagnósticos e estudos, como o *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha*, que discutimos anteriormente, em nossa dissertação de mestrado (cf. o segundo capítulo da segunda seção, Leite, 2010).

Com relação ao mencionado *Pré-diagnóstico*, os pontos fundamentais a serem destacados trataram da identificação de deficiências na infraestrutura da “região”. Sua

³⁴³ “Tinha um grande acesso à imprensa (...) era uma presença muito forte na Assembleia (...) eu coloquei do lado do projeto Dom Geraldo Proença Sigaud, que era o Arcebispo de Diamantina, que era considerado um homem de direita, né? E da mesma forma coloquei o Dom José Maria Pires, que por sua vez era considerado um bispo de esquerda de Araçuaí (...) foi um acontecimento realmente muito auspicioso” Trecho da entrevista com Murilo Badaró publicada em Silva (2007: 166).

³⁴⁴ “A vinculação orçamentária estabelecida na Emenda Constitucional nº 9, consagrada na Lei Constitucional nº 12 processo que daria à CODEVALE condições de programar e mesmo de executar seus planos na região, jamais foi cumprida ao tempo de sua vigência, tendo sofrido substancial transformação como novas diretrizes da Constituição de 1967, impedidas de quaisquer vinculação. A Constituição Mineira de 1967, no seu artigo 249, manteve o sentido de permanência da CODEVALE, estabelecendo prioridade para a inclusão de recursos a ela destinados nos orçamentos plurianuais de investimentos. Entre a letra da lei e o seu cumprimento houve sempre uma considerável distância, e a CODEVALE viveu, por todos estes [10] anos, na mais extrema penúria” (Badaró, 1984: 209-210).

situação energética foi caracterizada pela precariedade³⁴⁵, tanto mediante os níveis de consumo então existentes como em face da “diversificação da estrutura econômica”, pretendida pela agência. No que toca à existência de estradas e vias de circulação, o diagnóstico foi semelhante, tendo sido a “região” caracterizada como um “vazio” de rodovias³⁴⁶. Argumentando não possuir a agência nenhuma autonomia orçamentária, o documento propunha a necessidade de estabelecer convênios para o suprimento desses déficits e oferecia uma estimativa das demandas viárias e de energia, além de um levantamento do mercado de energia.

O *Pré-diagnostico* afirmava ainda, a esse respeito, que havia sido firmado, em 1967, um convênio entre a Codevale, a ELETROBRÁS, o DAEEMG, o BDMG e a CEMIG, “objetivando o desenvolvimento industrial e agropecuário daquela região do Estado” (Codevale, v. I, s/d: 59), que deveria examinar as “oportunidades econômicas futuras”, procurando incrementar o mercado de consumo de energia elétrica, rural e urbano. Além disso, com o financiamento proporcionado pelo *Fundo Especial* e pelo *Programa de Assistência das Nações Unidas* foi realizado, em parte pela CEMIG, o levantamento do potencial hidrelétrico de inúmeros rios do Centro-Sul do país, entre os mesmos o Jequitinhonha, onde foram inventariados 15 pontos privilegiados para a implantação de usinas, dentre os quais, dois deles tiveram seus estudos preliminares imediatamente realizados. Sem embargo, o documento apresentava críticas ao fato de que todas as concessões para o aproveitamento hidrelétrico na “região” eram monopolizadas pela ELETROBRÁS, que não havia se feito “presente no sentido de proporcionar solução adequada para o problema da energia elétrica na região, [alegando] não existir demanda a justificar seus investimentos na área” (Codevale, v. I, s/d: 66).

³⁴⁵ As conclusões obtidas no levantamento da situação energética foram identificadas como “sombrias” (Codevale, v. I, s/d: 50), caracterizada sua estrutura de abastecimento como comparável apenas “à dos mais atrasados países do continente africano” (Codevale, v. I, s/d: 53). O diagnóstico conclui que, perante a “indisfarçável imagem dinâmica de marcha-à-ré no processo sócio econômico da área” a única solução possível consiste na “implantação de um programa tecnológico de produção e produtividade [...], capaz de melhorar as condições de vida de sua gente”, fundado inicialmente na instalação e na ampliação do suporte energético, uma vez que “a eletricidade se constitui no principal fator componente da base infraestrutural que serve de sustentação a qualquer programa de desenvolvimento regional” (Codevale, v. I, s/d: 54).

³⁴⁶ Afora as rodovias federais, que permitiam a ligação de alguns municípios do Vale do Jequitinhonha aos centros do Sudeste e Nordeste, sobretudo Rio de Janeiro e Bahia, pela BR-116, a totalidade das rodovias existentes na “região” tinham leito de terra e serviam-na apenas parcialmente, com exclusão da MG-2 que possibilitava a integração viária de alguns municípios: “A observação de um cartograma representativo do Plano Estadual, mostra claramente que existe um vazio de estradas de rodagem no Vale do Jequitinhonha. Sobressaindo a MG-2 que parece concentrar em si todo o intercâmbio comercial da região, as outras estradas estaduais são quase sempre precárias e não fornecem condições normais de tráfego” (Codevale, v. I, s/d: 74).

Por motivos análogos, o diagnóstico sugeria ser impossível justificar “economicamente” a implantação de novos trechos e rodovias e a melhoria daquelas existentes, uma vez que os critérios oferecidos pelo DER se fundamentavam quase que exclusivamente na quantidade de “fluxos de produção, fluxo de consumo e fluxo de transporte” (Codevale, v. I, s/d: 75). Não obstante as restrições assinaladas, em razão da existência de “um forte argumento social” (Codevale, v. I, s/d: 75), a Codevale acabaria estabelecendo um convênio com o DER, para a elaboração de Planos Rodoviários Municipais que permitissem alavancar recursos internacionais para promover obras de melhoria e ampliação (cf. Codevale, v. I, s/d: 76).

Atendendo às preocupações da Codevale com a elevação da produtividade na agricultura, o diagnóstico apresentava ainda um “programa de difusão em larga escala de métodos de racionalização da atividade agrícola” (Codevale, v. II, s/d: 77), fundado na contratação de um convênio com a ACAR, que viabilizava o aumento do número de escritórios de extensão rural, a melhoria do desempenho dos mesmos, por meio da contratação de mais funcionários, e a ampliação da cobertura creditícia, de maneira a possibilitar que a “região” saísse do “estágio de economia da troca e autoconsumo para a plenitude da economia de mercado” (Codevale, v. II, s/d: 81, grifo no original).

Segundo Silva (2007), entretanto, poucos programas desses tiveram execução, se prestando somente a “divulgar a pobreza e justificar a criação de novos órgãos, com o pretexto de combatê-la” e “para anunciar promessas como [se fossem] realizações, produzindo expectativas quase nunca cumpridas e, quando cumpridas, normalmente bem abaixo das expectativas anunciadas” (Silva, 2007: 168). Disposição semelhante sobre a atuação da Codevale encontraríamos em alguns outros trabalhos que discutiram a problemática (cf. especialmente Ribeiro *et al.*, 2004; Ribeiro *et al.*, 2006a; Ribeiro *et al.*, 2006b e Ribeiro *et al.*, 2007). Alegavam sobretudo que “o fracasso da Codevale foi exemplar, perdida entre a inanição de recursos públicos e o apetite de políticos” (Ribeiro *et al.*, 2007: 1081) e que a agência “perdeu-se nos meandros da política local e nunca deslanchou – os moradores gostam de dizer que a Codevale ‘nem aCODE [ninguém], nem VALE [nada]’” (Ribeiro *et al.*, 2004: 11).

Outras interpretações sobre o desempenho da agência (cf., por exemplo, Botelho, 1999; Maia, 2004 e Ramalho e Doula, 2009) assinalaram, contudo, seu papel como “facilitadora da atuação das empresas produtoras de eucalipto” (Ramalho e Doula, 2009: 2). Silva (2007), inclusive, embora tivesse dado destaque para a “ineficiência” do órgão, sustentaria argumento semelhante, apresentando uma reportagem publicada no jornal *O*

Estado de São Paulo, mencionada anteriormente (cf. seção 1.1 dessa tese) em que o jornalista Ricardo Kotscho afirmava que a Codevale teria resolvido atrair para o Vale do Jequitinhonha grandes companhias reflorestadoras, estatais e privadas, “*em troca de determinadas facilidades*” (cf. Silva, 2007: 177, grifo no original). Silva indicava, sem embargo, que facilidades como a cessão de terras devolutas, de crédito subsidiado e incentivos fiscais foram outorgadas principalmente pela Ruralminas entre outros órgãos estatais (2007: 177).

Trechos das entrevistas realizadas pela autora com Murilo Badaró sugeriam uma origem distinta para “a ideia de reflorestar o Vale” (2007: 178): “O Dom Sigaud [Dom Geraldo Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina] que era um homem muito combatido pela, pelos agrupamentos esquerdistas, né? Por causa da sua posição marcadamente favorável aos militares em 64. O Dom Sigaud teve a ideia genial, de ele próprio, pela Diocese dele, criar uma empresa destinada a reflorestar o Vale, aproveitar as áreas, os grandes vazios demográficos do vale do Jequitinhonha, aqueles enormes chapadões e foi ele quem começou. [...] E com isso aconteceu uma coisa curiosa, (...) quando o Jafet Abrão, que (...) é um homem de esquerda, (...) foi para Acesita, ele reconheceu isso no documento oficial da Acesita. O exemplo de Dom Sigaud despertou a Acesita, despertou outras empresas, a Vale do Rio Doce, a Suzano em São Paulo e várias empresas reflorestadoras foram pro Vale” (trecho da entrevista com Murilo Badaró publicada em Silva, 2007: 178).

O livro *A terra, o pão, a justiça social* (Figueiredo *et al.*, 2010) trazia outras informações sobre a criação de uma reflorestadora por Dom Sigaud. O bispo assumiu a Arquidiocese em 1960, depois de Dom José Newton deixar o cargo. Como uma das atribuições mais importantes a que se teria se proposto, criou a Reflorestadora do Alto Jequitinhonha (REFLORALJE) em 1972, prevendo a criação de uma grande indústria madeireira voltada para beneficiar os 70 milhões de eucaliptos a serem plantados, com o apoio do Banco Denasa³⁴⁷, até 1980 (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 120-121). Num artigo publicado no *Jornal Estado de Minas*, do qual trechos foram reproduzidos no livro

³⁴⁷ “Ultimamente o reflorestamento vinha se aproximando do Jequitinhonha. A Mannesman lançou-se com garra no reflorestamento do Vale do rio das Velhas, em Curvelo. A lança precipitou-se sobre o Vale do S. Francisco, na região de Pirapora. A Suvale descobriu as margens da represa de Três Marias. Mas em 1972, um grande banco de Investimentos, o Denasa, que até a pouco não captara incentivos fiscais para o reflorestamento, resolveu entrar em campo. Estudou, examinou, comparou e resolveu: a região ideal para o reflorestamento no Brasil é o Alto Jequitinhonha. Lá existem dez mil quilômetros quadrados de chapada contínua de terra de cerrado bom, profunda, mecanizável, rasgada pela magnífica estrada Belo Horizonte – Salto da Divisa – Porto Seguro, que cruza a Rio – Bahia, próxima do centro siderúrgico de Ipatinga, Usiminas e Itabira, servida de perto pela MG-2 que será asfaltada ainda no governo Rondon Pacheco. E com ótimo regime de chuvas em época certa: outubro a março, 1200 mm por ano. Clima ameno. Dá pra fazer uma floresta contínua de quinhentos milhões de árvores” Artigo *Vale da Esperança 2*, de Dom Geraldo de Proença Sigaud, publicado pelo jornal *Estado de Minas* no dia 24 de setembro de 1972 (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 127).

mentado acima³⁴⁸, o bispo afirmava ter obtido empréstimos tanto no Banco do Brasil como no Banco Real para reflorestar com 5 milhões de árvores a Fazenda do Poço D'água, localizada a 100 km de Diamantina, além de aguardar que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal liberasse o “dinheiro destinado pelas empresas ao reflorestamento da Fazenda” (Figueiredo *et al.*, 2010: 120).

Após a fundação da reflorestadora, Dom Sigaud receberia ainda uma visita de Juscelino Kubitschek, por ocasião do seu Jubileu, em 1972, na qual o ex-presidente ofereceu-lhe “o mais prestimoso apoio, não só apoio moral, mas também financeiro” (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 122). Poucos meses depois daquela visita, um editorial do jornal *Estado de Minas*³⁴⁹ dava notícias do “início oficial do reflorestamento no Vale do Jequitinhonha” (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 122), cuja solenidade fora presidida pelo governador Rondon Pacheco, além de ter contado com autoridades do IBDF, do IEF e do Banco de Investimentos. A ideia de implantar uma indústria madeireira já não era mencionada, enquanto o texto afirmava que “o maquinário para o cultivo já foi adquirido, para entrega imediata e consta com cinco tratores pequenos e seis tratores pesados, de esteira. Em seu trabalho inicial, a REFLORALJE está produzindo carvão vegetal, com o aproveitamento do cerrado vegetal, com o aproveitamento do cerrado da região, onde será feito o reflorestamento” (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 122). Em outro artigo, dessa vez publicado no jornal *Estrela Polar*³⁵⁰, do município de Diamantina, Dom Sigaud deixava entrever, inclusive, que, já no ano de 1972, o IBDF ensaiava a concessão de incentivos fiscais³⁵¹.

A dificuldade em obter recursos, justificada por Figueiredo *et al.* em função de “muitos o [considerarem] um idealista” (2010: 126) teria feito, contudo, com que Dom Geraldo Sigaud entregasse, em 1977, a Fazenda Poço D'água, adquirida através de empréstimos, “por meio de uma venda simbólica, a uma firma de São Paulo, integrada à sociedade dos investidores” (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 126). Independente do fato de Juscelino Kubitschek não ter conseguido alavancar recursos no exterior e dos outros

³⁴⁸ Artigo *Vale da Esperança* 6, de Dom Geraldo de Proença Sigaud, publicado pelo jornal *Estado de Minas* no dia 3 de outubro de 1972 (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 118).

³⁴⁹ Editorial publicado pelo jornal *Estado de Minas* no dia 5 de novembro de 1972 (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 122).

³⁵⁰ Artigo *Vale da Esperança*, de Dom Geraldo de Proença Sigaud, publicado pelo jornal *Estrela Polar* no dia 29 de outubro de 1972 (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 124).

³⁵¹ “O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF - a quem devemos o milagre do reflorestamento galopante do Brasil, sabiamente determina que se plante, obrigatoriamente, 1% das árvores com espécie nacional, em cada reflorestamento. Se conseguirmos captar os cinco milhões de cruzeiros de incentivos fiscais, em 1972 a REFLORALJE plantará 4.950.000 pés de eucalipto e cinquenta faveiros” (cf. Figueiredo *et al.*, 2010: 122).

investimentos, como os prometidos pelo Denasa, não terem sido liberados antes da transferência, fazendo com que a REFLORALJE não durasse mais de cinco anos sob a custódia da Arquidiocese, parecia que Murilo Badaró estava correto em sua avaliação, anteriormente referida. Se as informações fornecidas por Figueiredo *et al.* (2010) não revelaram nada sobre a implantação de outras empresas, além da companhia criada pelo bispo, evidenciam o seu importante papel como divulgador do reflorestamento e dos “potenciais da região”. Além disso, como deu notícias o próprio documento *Projeto de distritos florestais* (1975), na época de sua publicação, 18 empresas já se encontravam instaladas ou estavam em fase de instalação³⁵².

Parecia, portanto, que o processo progressivo de instauração das empresas mencionadas teria sido desencadeado pelos incentivos fiscais e subsídios creditícios, oferecidos desde 1966. Todavia, sobretudo depois que a criação do Fiset, em 1974, direcionou os investimentos para áreas consideradas prioritárias para a realização de reflorestamento, como uma política, o *Projeto de distritos florestais para Minas Gerais*, produzido pelo IEF, como vimos, apenas se institucionalizou. A equipe, composta por engenheiros agrícolas, especialmente, e por um advogado³⁵³, ofereceria as justificativas técnicas que buscavam demonstrar a necessidade de investimentos para alavancar o desenvolvimento nas “regiões” instituídas, ao passo que asseguravam sua viabilidade,

³⁵² Na pesquisa que realizamos durante o mestrado, recolhemos algumas informações sobre aquelas companhias, sobretudo em boletins técnicos sobre a cadeia produtiva florestal. Entre as 18 empresas mencionadas que participaram daquele programa de incentivos fiscais estavam a Florestal Acesita S/A, a Mannesman e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (cf. Guerra, 1995), além da Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara (CAFSB), a Florestas Rio Doce S/A (FRDSA) e a Planejamento, Técnica e Administração de Reflorestamento (PLANTAR) (cf. IPEF, 1980). De acordo com Guerra (1995), no ano de 1982, 40% das terras plantadas com eucalipto em Minas Gerais localizavam-se no Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha: com “as alterações introduzidas na legislação de incentivos fiscais e com a disponibilidade de glebas de grandes extensões a preços reduzidos, o reflorestamento caminhou e se estabeleceu rapidamente” (IPEF, 1980: 12). Nos municípios de Minas Novas, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Turmalina, Francisco Badaró e Itamarandiba, a CAFSB, a Florestal Acesita e a Companhia Suzano de Papel e Celulose ocuparam juntas 200.000 ha. Além dessas empresas, foram implantadas nos mesmos municípios a “SADA Bioenergética, a Ferroeste, a CBI, a LIASA (Ligas de Alumínio S/A), que desenvolvem atividades em áreas da Suzano por meio de um ‘compromisso particular de venda e compra de madeira em pé’, além de pequenas empreiteiras que prestam atividades terceirizadas para as empresas maiores” (Calixto, 2006: 60). Em 1986, 500.000 ha de terra estavam ocupados com reflorestamento no Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha (INDI, 1997), promovido por cerca de trinta empresas que usufruíram tanto dos incentivos fiscais como da cessão de terras devolutas (Moraes Silva, 1999: 39). Dessa área total, 100.000 ha foram reflorestados pela Florestal Acesita S/A, nos municípios de Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina, no período em que a empresa ainda pertencia ao Estado (INDI, 1997). Um panorama da ocupação das terras pelas companhias reflorestadoras, até o final dos anos 1980, pode ser observado no Anexo.

³⁵³ O engenheiro agrônomo Flamarion Ferreira foi responsável pela coordenação técnica da elaboração do documento *Projeto de Distritos Florestais para Minas Gerais: estudos básicos* (IEF, 1975), além dele, assinaram como responsáveis a diretoria do Instituto Estadual de Florestas, que tinha então como presidente o engenheiro agrônomo José do Carmo Neves, como diretor administrativo o advogado Raimundo Mendes e como diretor de desenvolvimento florestal o mesmo Flamarion Ferreira que coordenou a elaboração do documento.

justamente em função daquelas “regiões” terem sido estabelecidas para direcionar os subsídios estatais, compatibilizando-os, ainda, com a cessão de terras devolutas que a Ruralminas coordenava para facilitar a reprodução das companhias reflorestadoras implantadas.

3.7. De como a modernização nacional se desdobrou do processo de reprodução regional

Nas circunstâncias colocadas, qual teria sido afinal o papel desempenhado pela Codevale? Poderia ter colaborado para atrair as companhias reflorestadoras para a sua “região”, bem como fizera o bispo Dom Sigaud, da Arquidiocese de Diamantina. Mas, efetivamente, quem coordenava o oferecimento daquelas *determinadas vantagens* eram a Ruralminas, o Fiset e o IBDF. Assim que a atuação da Codevale parecia mesmo simplesmente ter ficado “perdida”, conforme a sugestão antes destacada, em meio à deficiência de recursos públicos e os meandros da política local, que parecia incluir igualmente o apetite dos políticos, nunca tendo, de fato, deslanchado. Sem embargo, o contexto da chegada das reflorestadoras vinha sendo antecipado por mudanças que impactaram as condições de vida nos municípios que receberam as companhias, como vimos, antes mesmo da chegada das mesmas (cf. seções 1.1, 1.2 e 1.3 dessa tese).

Maia (2004) destacou a abertura da estrada estadual de rodagem MG-2 e a pavimentação da rodovia BR-116, conhecida como Rio-Bahia, sem contar com o estabelecimento de numerosos órgãos e serviços públicos, de uma rede de instituições bancárias e creditícias. Em suas memórias, muitos lavradores ou antigos lavradores mencionaram essas transformações, lembrando-se, por exemplo, de familiares e outros conhecidos que se empregaram nas obras de construção das estradas. Maria das Dores da Silva³⁵⁴, integrante da Associação Comunitária do Bairro Porto Alegre (Acobapa), onde trabalhou na cooperativa de moagem, torrefação e comercialização de café, moradora da cidade de Itinga, por onde passa a BR-116, se lembrava de que seu pai tinha deixado a fazenda em que era agregado para trabalhar no DER: “*Eu nasci em Araçuaí, na roça, num lugar que chama Cachoeira. Meu pai nunca teve sítio, não. Sempre trabalhou em fazenda dos*

³⁵⁴ MARIA DAS DORES DA SILVA. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

outros. Mas sempre mexia só com roça, né? Depois ele empregou no DER aí quando vieram fazer esse asfalto aí, trabalhava pro DER, aposentou no DER. Eu cresci foi na fazenda de um moço chamado... Deixa ver, gente... Germano. Meu pai plantava de tudo, milho, feijão, as coisas assim... Tudo. Plantava pra nós mesmos, porque pro dono da fazenda ele só plantava o capim. Mas nós fomos criados lá, toda a vida, de lá eu vim porque todo mundo foi crescendo, né? Aí tinha que estudar. Aí nós fomos morar na cidade. Meu pai se empregou no DER, né? E a gente não teve mais que morar na roça”.

O pai de Eliana Silva Neres³⁵⁵, outra integrante da Acobapa, que havia trabalhado sobretudo na cooperativa de panificação daquela associação, também havia ido com sua família para Itinga em função do emprego conseguido no DER: *“Eu nasci em Espírito Santo, mas moro aqui desde os dez anos. Vim pra cá porque meus pais eram pessoas que trabalhavam na fazenda dos outros, sabe? Lá no Espírito Santo. Então, como aqui estava tendo mais facilidade pra isso, eles vieram pra Jequitinhonha, que era a terra de minha mãe. Então nós mudamos. Primeiro de Jequitinhonha pro Espírito Santo e depois, de volta. Era uma vida difícil, eles saíram aventurando, procurando um jeito lá de poder sobreviver melhor. Eu já nasci no Espírito Santo, fui pro Jequitinhonha e de Jequitinhonha nós fomos pra Campo Queimado, que é um povoadinho que tem aqui perto de Itinga. Mas quando nós mudamos para Campo Queimado, meu pai já veio pra trabalhar no DER, que é uma companhia, que constrói as rodagens. Aí nós ficamos em Campo Queimado e meus pais me levaram pra outro lugar, um tal de Coqueiro Novo. Lá, sempre pegavam os maridos pra construir estradas e deixavam as mulheres e elas tinham que conseguir uma maneira pra sobreviver, porque eles iam pra longe, passava tempos sem encontrar. Aí minha mãe quase perdeu os dedos da mão, ficaram todos aleijados de panariz, de socar café pros outros, fazer sabão de mamona, apanhar lenha pra vender, lavar roupa pros outros, aquela coisa difícil, né? Depois que deu o problema nas mãos, nós mudamos de vez para Araçuaí”.*

Entre os muitos meandros que apareciam dando sentido à mudança para a cidade, nessas lembranças a possibilidade dos pais se empregarem no DER foi narrada como um dos fatores que teria contribuído com as escolhas tomadas. A construção e pavimentação de estradas e rodovias não reconfigurava, contudo, apenas as novas oportunidades de trabalho que se abriam para aqueles antigos lavradores. Impactaria diretamente também naquele processo que ficou conhecido como *expansão da renda fundiária* (cf. seção 1.3 dessa tese). No livro *O Capital*, Marx (1986: seção VI) interpretaria a renda fundiária como o mecanismo

³⁵⁵ ELIANA SILVA NERES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

de valorização daquele monopólio assentado sobre a propriedade da terra na base da produção capitalista (Marx, 1986: 125). Trata-se de uma quantia em dinheiro, fixada contratualmente, que o arrendatário tem que pagar em prazos determinados para o proprietário da terra. Essa soma corresponderia propriamente à renda da terra, quando se refere ao diferencial de produtividade que um trabalho pode produzir se empregado numa terra com características de fertilidade ou localização que permitam uma elevação da lucratividade daquele capital acima da taxa média que remunera os investimentos em geral, formando um sobrelucro que tem que ser pago ao proprietário pela cessão do seu monopólio fundiário. Esse diferencial não se confunde com “os juros pelo capital incorporado à terra e as melhorias que ela assim recebe como instrumento de produção”, mas constitui “a renda fundiária propriamente dita, que é paga pelo uso do solo enquanto tal, quer ele se encontre em estado natural, quer seja cultivado” (Marx, 1986: 126).

Aquele diferencial de produtividade que possibilita a formação do sobrelucro e o pagamento da renda fundiária opera como o fundamento sobre o qual se forma o preço da terra. Esse preço não passa de uma “capitalização” à qual “toda receita determinada de dinheiro” pode ser submetida, de maneira a extrair da mesma os “juros de um capital imaginário” (Marx, 1986: 129). Consequentemente, o preço da terra corresponderia ao sobrelucro que a utilização da mesma proporciona, e é pago na forma de renda, mas capitalizado a taxa de juros corrente. Portanto, o preço das terras que se encontram monopolizadas como propriedade privada refere-se justamente à soma de renda que as mesmas proporcionam. Contudo, esse preço se autonomiza da propriedade e passa a ser considerado como a própria justificativa para a existência daquela forma de monopólio fundiário: “A circunstância de a renda fundiária capitalizada se apresentar como preço ou valor da terra, e de a terra, por conseguinte, ser comprada e vendida como qualquer outra mercadoria, é considerada por alguns apologetas como justificativa para a propriedade fundiária, já que o comprador teria pago por ela, como qualquer outra mercadoria, um equivalente, e a maior parte das propriedades fundiárias teria mudado de mãos desse modo. Querer deduzir da compra e venda da renda fundiária a justificativa de sua existência significa justificar sua existência a partir de sua existência” (Marx, 1986: 130). O desenvolvimento histórico da renda fundiária e da autonomização fetichista do seu preço teria como seu pressuposto imprescindível, sem embargo, a formação da propriedade fundiária. Antes de passarmos a esse problema, detenhamo-nos mais um pouco em outros fatores que teriam culminado com um aumento do preço das terras naquela “região”.

Embora a Codevale não tivesse podido efetivamente contar com a vinculação orçamentária prevista quando da sua criação, os convênios estabelecidos pela agência produziram resultados semelhantes àqueles que foram desencadeados pela construção e pavimentação das estradas naquela “região”. Conforme mencionamos anteriormente, o programa de eletrificação elaborado pela Codevale seria implementado em todos os municípios sob a sua atuação, entre os anos de 1971 e 1975, intervalo no qual Rondon Pacheco foi governador de Minas Gerais (cf. seção 1.1 dessa tese), enquanto o inventário hidrelétrico realizado pela CEMIG para aquela agência apenas passaria a ser utilizado mais recentemente³⁵⁶.

A elevação do preço da terra, proveniente da incorporação dos diferenciais produzidos, no caso que observamos, mediante transformações nas características de localização das terras, não poderia deixar de passar, não obstante, pela constituição da propriedade privada, o que tem de ser colocado em questão, para que o processo de expansão da renda fundiária no país possa ser mais bem problematizado. Antes de pensarmos em um aumento do preço das terras, teríamos que levar em conta, necessariamente, portanto, a inserção das mesmas num mercado em que as terras são oferecidas como meio para a valorização do capital. Ou seja, num mercado de meios de produção, tomando em consideração, todavia, que terras *não* são meios de produção produzidos (cf. Marx, 1986: cap. XLVIII). Nesse mercado, as terras seriam vendidas, arrendadas ou diretamente aproveitadas por seus proprietários para a produção de mercadorias, na qual os diferenciais de produtividade do trabalho empregado, quando permitissem a elevação da lucratividade do capital acima da sua taxa social média de remuneração em função de características da própria terra, possibilitariam a auferição de sobrelucro e o pagamento da renda como um rendimento autonomizado.

Como vimos, contudo, as condições regionais de territorialização do capital que constituíram a fazenda como garantia permanente do investimento agrícola e como fundamento de um processo de mobilização do trabalho em que ainda não era possível prescindir do acesso dos lavradores à terra como mecanismo para forçar a produção e a extração de mais-produto, não permitiam a autonomização nem entre terra e trabalho, nem entre terra e capital, assim como não possibilitavam, portanto, a autonomização dos

³⁵⁶ “Mas a Codevale, ela agia de uma maneira muito interessante, primeiro planejando o Vale. (...) Fez, contratou o perfil energético do rio Jequitinhonha, que hoje permite à Cemig construir a usina, a usina de Irapé, a usina de Santa Maria, de Araçuaí, no rio Araçuaí, a usina de Setubal e tantas outras usinas, tudo isso foi um estudo da Codevale” Trecho da entrevista com Murilo Badaró publicada em Silva (2007: 167).

rendimentos relativos a cada um daqueles fatores de produção, justamente em razão dos mesmos não terem se tornado, ainda, rigorosamente, fatores de produção. Para que as fazendas pudessem vir a integrar um mercado, na condição de “terras” apenas, seria necessário a sua separação tanto do trabalho como do capital, viabilizada e viabilizando, simultaneamente, a instauração de novas condições de territorialização do capital e, com as mesmas, de uma forma transformada de mobilização do trabalho em que a terra, mas sobretudo a sua *propriedade*, passaria a operar como fundamento da dupla liberdade do trabalhador, sujeitado a ter que ir e vir como momento da realização de sua condição de expropriado, “a condição de exercício da sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital” (Gaudemar, 1977: 190). Nesses termos, Gaudemar apresentaria a formação da própria mobilidade do trabalho, autonomizada já daqueles processos *explicitamente* forçados de mobilização³⁵⁷.

De acordo com o que argumentou Moura (1988), todavia, conforme discutimos anteriormente, a percepção das reflorestadoras como agentes exclusivas do processo de expropriação poderia prestar-se à absolvição dos fazendeiros locais de qualquer responsabilidade sobre as transformações em curso, fazendo escapar às consciências as múltiplas dimensões do fenômeno da perda das condições de produção sofrida pelos camponeses³⁵⁸. O reconhecimento da autora acerca do papel central desempenhado pelas fazendas naquele processo de expropriação, por meio das invasões e das expulsões promovidas (cf. seção 1.4 dessa tese) faria com que considerássemos sua interpretação como uma das únicas, entre aquelas que pudemos problematizar, que conseguiria romper, embora não totalmente, com a concepção de que o cerco do capital avançava desde “fora” de modo a se expandir sobre a dinâmica de reprodução regional camponesa.

Se a ruptura daquelas condições regionais de territorialização do capital era personificada, em determinadas circunstâncias, pelos próprios fazendeiros, isso não

³⁵⁷ “No seu aspecto positivo, a ‘liberdade’ conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho, assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos a força de trabalho deve ser móvel, quer dizer, apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem para reforçar essa tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório” (Gaudemar, 1977: 191).

³⁵⁸ Sugerimos inclusive que a perda das condições de produção sofrida pelos camponeses no processo de transformação das condições regionais de reprodução das fazendas possa ter levado a família de Eliana Silva Neres a deixar Jequitinhonha em busca de agregação em fazendas do Espírito Santo, onde se encontravam, segundo Ribeiro (1997), algumas das últimas fronteiras em que se reproduziu a relação posse – formação do domínio – agregação no país.

significava que fosse alheia, todavia, ao processo geral de transformação da forma de acumulação de capital no país. Alcançado novamente esse problema, nesse ponto da discussão em que nos encontramos, torna-se possível apresentarmos mais claramente a perspectiva que procuramos assumir ao longo do percurso de interpretação que viemos expondo e a crítica àquele procedimento que identificamos como individualismo metodológico. Num sentido, certamente o processo de autonomização do capital parecia desdobrar-se desde fora do Vale do Jequitinhonha. Inúmeras instituições do Estado alcançavam a “região”, inserindo nas suas condições de reprodução os elementos responsáveis por subvertê-la: da possibilidade de obtenção de crédito que passaria a se insinuar para que os próprios fazendeiros regionais modernizassem suas condições de produção, passando pela cessão de terras devolutas e de incentivos fiscais, que atraíam consigo as companhias reflorestadoras e chegando mesmo aos investimentos em infraestrutura, como a eletrificação ou a construção de estradas e seu impacto direto na elevação da renda da terra.

Não obstante, uma abordagem do problema sob essa perspectiva nos levaria a pressupor a existência tanto do Estado como daquela forma autonomizada de territorialização do capital, formados enquanto tal, por assim dizer, fora do Vale do Jequitinhonha, de onde chegariam para modernizá-lo. O que também certamente nos afastaria de uma compreensão da autonomização do Estado e do capital como momentos *resultantes* do próprio processo de acumulação regional discutido. Acontece que, rigorosamente, a formação das condições para a ocorrência daquele processo de autonomização nunca resultariam, estritamente, da acumulação produzida *apenas* pelo processo de territorialização regional que viemos investigando.

Comprendemos o processo como a própria constituição do Estado justamente por isso. Antes dela, a reprodução do capital tornava-se possível quase que exclusivamente mediante diversas dinâmicas coronelistas de “fechamento” regional, sendo essa a forma de territorialização que assegurou a autonomização daquele antigo território colonial do seu monopólio pela metrópole. Desde então, a formação de um território nacional seria um longo processo, traduzível como “internalização da metrópole” (cf. Dias, 2005), consolidado pela formação do Estado e por sua intervenção constante rumo ao que apologeticamente ficou conhecido como integração nacional. Por isso o destaque dado ao advento dos “bacharéus-filhos”, para o estabelecimento das instituições que os mesmos viriam a personificar e para o processo reiterado de institucionalização das mesmas. Emergiriam todos, como vimos, da própria reprodução regional. Assim também, considerado o fato de que aquele processo de

territorialização do capital se constituiu num contexto de ausência de uma superpopulação relativa, teriam se acumulado a partir das próprias dinâmicas regionais de dominação fundiária, trabalhadores e o fechamento da fronteira que possibilitaria a liberação dos mesmos, para que entregues à própria sorte pudessem procurar as condições de comercialização da sua força de trabalho que lhes parecessem mais adequadas.

Nesse sentido, o processo de expropriação ocorrido no Vale do Jequitinhonha, marcado pela cessão de terras, tomadas pelo Estado como terras devolutas, para as companhias reflorestadoras, por inúmeros casos de “grilagem” e retificação cartorial da documentação das terras, pela formação da propriedade privada sobre as terras das fazendas, por meio de consecutivas expulsões de agregados e invasões de posseiros (cf. capítulo 1 dessa tese), embora possa ser considerado especialmente a partir da violência extraeconômica responsável por movê-lo, não poderia ser completamente identificado com o processo inglês de acumulação primitiva³⁵⁹. Como vimos ao longo da exposição, a constituição das relações de produção, reproduzidas e que reproduziam, simultaneamente, o campesinato regional estabelecido, resultava do processo de territorialização do capital desencadeado pela instauração do sistema colonial, sendo momento, portanto, ela própria, da acumulação primitiva descrita por Marx como um processo mundial ou, ainda melhor, de *mundialização*. Com a perspectiva adotada para problematizar a expropriação, procuramos, assim, apresentá-la como momento da autonomização do capital, entendido enquanto uma relação social abrangente, que investigamos não apenas no que se refere à formação do trabalhador *livre* naqueles dois sentidos identificados por Gaudemar (1977), mas, também, debruçando-nos sobre a emergência de uma diferenciação entre o trabalho simples e o trabalho complexo e a respectiva separação entre o capital e a terra como fontes de rendimentos aparentemente autônomos.

Aquela autonomização, assim descrita de uma tacada só, não se processaria, entretanto, sem descompassos. A não-simultaneidade da territorialização do capital, que mencionamos com relação ao desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, se desdobraria também internamente com relação aos diversos contextos regionais que participaram da constituição de um território nacional. Apenas se tornariam manifestas, contudo, com a progressiva confrontação dos produtos regionais, considerados aqui num

³⁵⁹ Um exemplo dessa interpretação, encontramos em Moraes Silva: “Pelas características prevaletentes do processo de expropriação nesta região, pode-se afirmar que ele guarda grandes semelhanças com o processo de acumulação primitiva, analisado por Marx, na Inglaterra. Neste país, a transformação do camponês em operário levou séculos para se consolidar” (Moraes Silva, 1999: 28).

sentido abrangente, em mercados integrados, nos quais poderiam passar a circular *nacionalmente*. Fazendo um aparte, para depois voltarmos ao problema dos chamados descompassos, o processo revela, portanto, levada em conta, sem dúvida, a importância determinante da centralização do monopólio da violência por parte do Estado, que a formação de um território nacional corresponderia precisamente à constituição de um *mercado nacional*.

Antes mesmo que a desigualdade regional se expressasse em diferentes níveis regionais de produtividade contrapostos administradamente por um tecnocracia em constituição, que não tardaria a apresentá-la enquanto desníveis socioeconômicos e de renda que deveriam ser equalizados pelo desenvolvimento homogeneizador das forças produtivas numa escala nacional, a existência do referido descompasso acenaria, por exemplo, nas primeiras migrações desencadeadas pelo processo de urbanização e industrialização, com que se ocupavam aqueles “gestores” regionais do trabalho oligarquicamente mobilizado, preocupados com possíveis déficits no provimento regional de trabalhadores, com o “esvaziamento do campo” e seus prejuízos tanto para a lavoura como para a economia nacional.

O “costume pernicioso” que ia se generalizando, temido e combatido por Dom Joaquim em seus sermões religiosos, de abandonarem os homens os centros rurais, evidenciava as novas possibilidades de reprodução que se abriam na cidade para os trabalhadores. Sobretudo em São Paulo, onde, como denunciou o grande contingente de migrantes que posteriormente partiria em sua direção, o processo de urbanização e industrialização parecia se desenrolar a passos mais largos que no restante do país. Manifestações do mencionado descompasso, a emergência da urbanização e da industrialização justamente em São Paulo evidenciava a não-simultaneidade inerente ao caráter regional do processo de territorialização do capital como até então vinha se desdobrando. Em certo ponto, o resultado da acumulação de capital promovida pela cafeicultura paulista contradizia os próprios termos da reprodução daquelas condições regionais de mobilização do trabalho. Antecipava, contudo, em outro, o sentido da transformação das relações sociais de produção que fundamentaria o processo de modernização nacional.

Por isso, o processo ‘regional’ de acumulação parecia ter alcançado um maior ‘sucesso’ em São Paulo que em outras regiões brasileiras. Como assinalou Boechat, entretanto, discutindo exatamente os resultados diferenciais do processo regional de modernização ocorrido no país, a apreensão daquele ‘sucesso’ em um sentido estrito

implicaria certamente num obscurecimento do processo de autonomização como consequência da acumulação, no conjunto das formas regionais de territorialização, de condições para a formação da mobilidade do trabalho em escala nacional: “Essa política ‘regional’, aqui explicitada para o caso de São Paulo, deu-se de maneiras distintas para outras regiões brasileiras, apesar de, talvez apenas no curto ciclo de exploração da borracha na Amazônia, na virada do século XIX para o XX, nenhuma ter tido o mesmo ‘sucesso’ da região cafeeira do Oeste Paulista, no cumprimento do sentido de acumulação de capital. ‘Sucesso’ esse que pode ser de pronto, questionado pelas sucessivas crises que ele mesmo gerou, mas que foi continuamente exaltado como certo ‘progresso’. Este ‘sucesso’ pode trazer um obscurecimento à análise. De fato, não se poderia compreender o processo sem discutir a acumulação na produção cafeeira, mas a industrialização como um todo não se fez sem que cada um dos processos ‘regionais’ fosse acumulando capital, e, portanto, condições nacionais de expropriação. Assim, a mineração em Minas Gerais e na Bahia, o cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste e a produção pecuária em todo o interior do país foram formas variadas de acumular capital que tinham em comum a violência concentrada na mão dos fazendeiros e coronéis locais. Uma efetiva centralização do poder estatal e, com ela, uma articulação nacional dessas diversas formas regionais de acumular capital só seria vislumbrada a partir da chamada Revolução de 1930” (2013: 180).

Embora cada um daqueles processos regionais de acumulação tenha de ser considerado, portanto, como momento da formação das condições para emergência da industrialização, as “políticas” de modernização regional empreendidas pelo capital cafeeiro paulista³⁶⁰ teriam alcançado, sem embargo, determinada expressão que se desdobraria em uma “cisão” daquela “região cafeeira das demais, instaurando uma polarização que posteriormente indicaria, pela formação dos pressupostos, o centro onde se daria o processo de industrialização no país, relegando às demais regiões uma aparência de atraso” (Boechat, 2013: 180).

Constituem-se como evidências significativas da existência do mencionado descompasso que o processo de industrialização e urbanização tenha se desdobrado fundamentado, ainda que não unicamente, sobre a acumulação resultante da reprodução regional do capital cafeeiro paulista. Sem embargo, tanto urbanização como

³⁶⁰ Apresentamos, anteriormente, sobretudo a política de imigração estabelecida como mecanismo de reprodução daquele capital cafeeiro paulista (cf. seção 2.3 dessa tese). Outras medidas correlatas, relacionadas com o crédito, a construção de ferrovias, a proteção cambial do preço do café etc., podem ser conferidas em Boechat (2013).

industrialização apenas ocorreram efetivamente mediante o conhecido mecanismo de transferência de excedentes do setor agroexportador para o industrial. Ao contrário de inúmeros outros mecanismos de reprodução das formas regionais de acumulação que mencionamos anteriormente, aquela *política* nacional confrontaria decisivamente o fundamento da acumulação cafeeicultora oligárquica e agroexportadora. Sua existência dependeria, portanto, da autonomização entre Estado e as personificações do capital, deflagrada violentamente com a chamada Revolução de 1930, que começou por suprimir a possibilidade de acesso à violência por parte das oligarquias, tornado-a exclusivamente monopólio de Estado.

O processo que possibilitou a formação do Estado implicaria igualmente na emergência de determinado *projeto* de Estado, personificado por sua tecnocracia em consolidação e voltado principalmente para superação da sua posição quase que exclusivamente agroexportadora ocupada na divisão internacional do trabalho e para “otimização” do desempenho da produtividade e da produção nacionais perante a concorrência mundial. O passo decisivo seria a industrialização, mas o processo traria consigo, além disso, a sempre “sonhada” complexificação do mercado interno, a generalização do trabalho assalariado e das condições urbanas para sua reprodução, a separação definitiva entre terra, trabalho e capital, todos reduzidos a meros fatores de produção que circulariam independentemente nos seus mercados particulares em busca de rendimentos aparentemente autônomos.

Sob um ponto de vista, portanto, o processo de emergência do Estado esteve fundamentado em certa continuidade com a acumulação regional. Sob outro, contudo, assentado no rompimento com a mesma, inclusive de maneira a instaurar bases completamente antagônicas àquelas condições de reprodução do capital anteriormente existentes. Não por outro motivo, Francisco de Oliveira tomaria a forma institucional da SUDENE como “uma espécie de Revolução de 30, defasada de pelo menos duas décadas” (1978: 37). Contudo, entre o desdobramento do processo de industrialização nacional em São Paulo e a criação daquela agência de desenvolvimento as rupturas pretendidas se tornariam preponderantes sobre quaisquer vestígios da mencionada continuidade e a superação dos padrões de reprodução regional se tornaria, ela própria, *projeto* de Estado, encarnado sob os conhecidos motes da “integração nacional”, da “interiorização do desenvolvimento” e da “superação do atraso regional”.

Assim, a SUDENE viria impor, no Nordeste brasileiro, processo análogo ao deflagrado em São Paulo a partir da revolução ocorrida em 1930, mas a mencionada

defasagem de quase duas décadas mudaria decisivamente os mecanismos daquela intervenção. Como ressaltou Oliveira (1978), o planejamento regional emergiria como a *forma* específica de mediação das relações entre Estado e sociedade, opondo-se a um “padrão”, por assim dizer, “espontâneo” de condução ou orientação das atividades econômicas (cf. 1987: 23). Com relação ao processo de criação da SUDENE, o autor destacaria ainda determinada vinculação entre aquela modificação de padrão e a forma assumida pelo conflito de classes naquele contexto histórico, assim como o seu grau de tensão, que envolveu uma série de agentes sociais, econômicos e políticos.

Com isso, o autor buscava revelar que o planejamento regional, apesar de personificado por uma burocracia técnica que viria justificá-lo como a forma mais racionalizada de alocação dos chamados recursos e fatores de produção, em sendo desdobramento daquele mesmo projeto de Estado, se estabeleceria como a forma tecnicamente modulada de sua condução. Ou seja, como a forma, por excelência, de formação, manutenção e expansão da separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Sua eficácia não consistiria, portanto, em nenhuma medida, na “promoção do desenvolvimento” como quer o discurso que fornece subsídios a sua intervenção, mas na imposição de uma forma determinada de desenvolvimento, que poderia viabilizar a reprodução daquilo que Oliveira identificou como as “formas mais adiantadas” de acumulação do capital. Como resultado e agente do desenvolvimento capitalista, o planejamento unicamente poderia atuar como homogeneizador das relações sociais de produção, conduzindo, em última análise, ao fim da existência das regiões, naquele sentido que lhe viemos atribuindo, enquanto formas particulares da territorialização do capital.

Assim sendo, a emergência do *planejamento regional* como forma técnica de condução daquele projeto de Estado permitiria revelá-lo, da perspectiva do autor, verdadeiramente, enquanto um projeto do capital monopolista, ou seja, presidido pela hegemonia dos setores mais avançados da produção capitalista e presidindo a sua homogeneização (cf. Oliveira, 1987: 26). Sem embargo, para Oliveira, a instauração da SUDENE teria comportado uma disputa central entre dois e distintos projetos de desenvolvimento para o Brasil³⁶¹. Mais que uma agência de promoção do planejamento

³⁶¹ “A SUDENE *não* foi uma farsa: precisamente porque foi um embate de raras proporções na história nacional, travado pelo tipo de forças sociais que o travaram, a SUDENE foi um empreendimento de uma audácia inédita na história nacional. Ela anunciava um dos dois *novos*: se os vencedores tivessem sido as forças populares, o Nordeste e o Brasil de hoje seriam muito diferentes; tendo sido vencedoras as forças do capitalismo monopolista, chamadas a socorrer combalidos latifundiários e barões do açúcar, essa vitória também mudou o curso da

regional, ela teria se estabelecido como um espaço institucional que foi tomado pela realização da luta de classes. Para o autor estava colocada, assim, a possibilidade da SUDENE, se apropriada pelas “forças populares”, confrontar as formas regionais de dominação do trabalho, marcadas pela superexploração e pela produção de acumulação primitiva, inclusive para o “capitalismo avançado” que no Centro-Sul vinha se desenvolvendo. Na medida em que foi apropriada por esse último, ou seja, o capital monopolista, também coube a ela solapar a reprodução regional, mas dessa vez para estabelecer no Nordeste os padrões de acumulação capitalista da hegemonia burguesa do Centro-Sul³⁶².

A “correia transportadora” daquela hegemonia burguesa do Centro-Sul teria se fundamentado, para Oliveira (1987), na capacidade do Estado intervir no modo como os pressupostos da produção capitalista retornam ao início do ciclo produtivo. Assim, o planejamento não seria mais que uma forma técnica de racionalização da reprodução ampliada do capital. No caso da SUDENE, o mecanismo utilizado se assemelhava integralmente àquele que viria a fundamentar a transferência, especialmente das reflorestadoras para o Vale do Jequitinhonha, nos conduzindo justamente de volta ao problema dos subsídios coordenados pela implantação dos distritos florestais em Minas Gerais. O referido “sistema 34/18” fazia com que os impostos, a parte da mais-valia diretamente gerida pelo Estado, retornasse sob o controle da burguesia como *capital*, precisamente como no caso das políticas setoriais promovidas pelo IBDF e Fiset, nomeadamente por meio da concessão de *incentivos fiscais*³⁶³.

história. A SUDENE, na sua ambiguidade, anunciava as duas possibilidades” (Oliveira, 1987: 18, grifos no original).

³⁶² “Apesar das intenções, não era absolutamente certo que a SUDENE, por exemplo, chegasse a ser a forma da transferência da hegemonia da burguesia do Centro-Sul para o Nordeste; esse resultado somente se deu – adiantando-se um pouco na matéria – tendo em vista o caráter desigual da luta de classes e do conflito social no Nordeste *em relação* ao que se passava no Centro-Sul. A própria SUDENE, em suas formulações iniciais, pensava mais num fortalecimento e expansão da burguesia regional *que se somaria* às demais frações das burguesias nacional e internacional no processo de expansão capitalista em todo o país. Por outro lado, o projeto inicial da SUDENE, apesar de sua flamante retórica, provavelmente esgotar-se-ia num esforço de coordenação – de duvidosa eficácia, segundo a experiência dessa categoria de planejamento – se não se lhe tivesse a tarefa de ser a ‘correia transportadora’ da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste, pela via dos incentivos fiscais do sistema 34/18” (Oliveira, 1987: 26, grifos no original).

³⁶³ “[O planejamento] pode operar, exatamente nesse sentido, *na mudança da forma* da mais-valia que deve ser reposta para a continuidade do ciclo; para dar um exemplo, que cabe como uma luva no caso do planejamento regional para o Nordeste do Brasil, desde que foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia *como capital*, o Estado tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo” (Oliveira, 1987: 24, grifos no original). “A SUDENE anuncia, por ironia da História, através especialmente do mecanismo de incentivos fiscais conhecidos como 34/18, uma das formas de financiamento da expansão monopolista no Brasil pós-64. Não é por acaso, mas por uma exigência das leis de reprodução do capitalismo monopolista, que a ‘invenção’ do 34/18 é copiada para propiciar a expansão monopolista em outras ‘regiões’ e setores da atividade econômica em escala nacional: os

Para que aquela parcela da mais-valia sob a forma de impostos, que o Estado fazia retornar ao início do ciclo produtivo do capital por meio dos incentivos fiscais, pudesse funcionar efetivamente como capital, teria que corresponder, de acordo com o autor, entretanto, “à base real dada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas [...]: se não houver força de trabalho para ser comprada, se não houver capital sob a forma de trabalho morto cristalizado em máquinas, instrumentos e processos para serem postos em produção, os limites de transformação da mais-valia logo aparecerão. São eles os limites do capital enquanto relação social” (Oliveira, 1987: 24). No caso examinado por Oliveira, do planejamento regional para o Nordeste do Brasil, esses limites lhe apareciam bastante elásticos, maiormente em função de o autor considerar que a região Centro-Sul poderia fornecer os chamados “elementos do capital”, enquanto o próprio Nordeste forneceria os “elementos da força de trabalho”.

Não seria diferente o processo ocorrido com o planejamento regional do Vale do Jequitinhonha, devendo ser acentuado, além disso, o fato de que os incentivos fiscais ao reflorestamento nunca teriam se efetivado como “correia transportadora” daquelas companhias se a cessão de terras devolutas não tivesse, não apenas *mobilizado* a base fundiária para a implantação das mesmas, como também realizado aquela mobilização enquanto mais um tipo de subsídio para a homogeneização daquela forma ampliada de reprodução do capital na “região”. Exatamente nesse aspecto o Estado intervinha mais diretamente no rompimento da forma de reprodução regional coronelista que viemos problematizando: o subsídio estatal não apenas atuava facilitando a reprodução de determinada forma de acumulação em detrimento de outra, “menos avançada” para empregarmos a terminologia sugerida por Oliveira (1987), como no caso da cessão dos incentivos fiscais, mas confrontava diretamente a reprodução da última ao retirar de seu domínio “terras” que passariam a ser geridas como devolutas para serem entregues a concessionárias daquela hegemonia do Centro-Sul, em alguns casos, permitindo que as mesmas “economizassem” quaisquer custos com o pagamento da renda da terra³⁶⁴.

incentivos foram primeiramente estendidos à Amazônia, logo em seguida à pesca, ao reflorestamento, ao turismo” (Oliveira, 1987: 125).

³⁶⁴ Referimos-nos especialmente à cessão de terras em regime de comodato por prazos que variavam entre 20 e 30 anos de utilização (cf. Calixto, 2006) e à cessão especial de terra graças à resolução criada pelo Senado: “Outrossim, um ofício encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, em abril de 1976, pelo então senador José de Magalhães Pinto, determina o cumprimento da seguinte resolução em 1º de abril de 1976, por intermédio da Resolução n. 01, de 1976, publicada no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional (Seção II), no dia 2 de abril de 1976, foi autorizado pelo governo do Estado de Minas Gerais alienar à Acesita área de 143.200 ha de terras públicas!” (Moraes Silva, 1999: 52).

Oliveira assinalava ainda que para muitos estudiosos do Nordeste brasileiro a intervenção estatal no combate às secas poderia ser considerada como a “primeira manifestação do planejamento da atividade governamental *para* resolver os problemas da economia nacional” (1987: 50, grifo no original). Fazia referência especialmente às interpretações acerca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), instituído sob a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), na primeira década do século XX. De acordo com o autor, entretanto, embora aquele órgão tivesse representado, em grande medida, um esforço *racionalizador*³⁶⁵, não teria intervindo efetivamente como planejamento regional por não ter se voltado a operar a reposição transformada dos pressupostos da produção em benefício da reprodução do capital monopolista: “O DNOCS dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas ‘culturas de subsistência’ de várzeas, assim chamadas as ribeiras das barragens. O investimento do DNOCS reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do ‘fundo de acumulação’ próprio dessa estrutura, representado pelas ‘culturas de subsistência’ dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes. O caso da perfuração de poços é semelhante: mediante acordos com os grandes proprietários, o DNOCS perfurou para encontrar água, que se destinava sobretudo à sustentação dos rebanhos. Não há, que a literatura registre, casos de poços públicos perfurados pelo DNOCS em todo o sertão nordestino, a não ser em algumas cidades, para fins de abastecimento d’água potável” (Oliveira, 1987: 54).

Além de inúmeros fatores, como o fato do DNOCS ter sido criado como um departamento *nacional* e o fato de que ainda não existia uma teoria *capitalista* do planejamento (cf. Oliveira, 1987: 51), a referida intervenção não teria se desdobrado em termos de planejamento pois, do ponto de vista de uma transformação na forma da acumulação, não bastava que houvesse investimento estatal como os representados pelos

³⁶⁵ “É notável, mesmo nos seus primórdios, o esforço despendido no estudo da ecologia regional, recrutando até especialistas estrangeiros que, ao lado de alguns nacionais, formaram uma excelente equipe de engenheiros, agrônomos, botânicos, pedologistas, geólogos, hidrólogos; sob a batuta de Miguel Arrojado Lisboa, no nível mais alto, e a condução científica de José Augusto Trindade, cuja tradição foi continuada por José Guimarães Duque, avançou-se muito no conhecimento físico do Nordeste semiárido, de suas potencialidades e limites de solo, água, botânica, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies” (Oliveira, 1987: 51).

gastos do departamento: “O planejamento num sistema capitalista é sobretudo, conforme sugerido na introdução deste trabalho, uma forma de reposição transformada dos pressupostos da produção; isto é, uma forma transformada da mais-valia que se repõe no processo produtivo: a ação do Estado, para ser planejada, deve ocorrer essencialmente na passagem entre os resultados do produto e a reposição do ciclo produtivo. Ora, ainda que se aceite que os gastos do DNOCS eram investimentos do Estado, não significavam eles em absoluto transformação das formas do ciclo produtivo; não tiveram, sob nenhuma circunstância, o condão de transformar as condições da produção social do Nordeste algodoeiro-pecuário. Significaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação” (Oliveira, 1987: 52).

Na mesma medida em que a criação da SUDENE teria antecipado a utilização generalizada daquele mecanismo de incentivos fiscais, presente, como vimos, no planejamento da “região” do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, sobretudo em consórcio com a cessão de terras devolutas pela Ruralminas, representando a própria emergência daquela forma técnica de mediação contraposta ao padrão “espontâneo” de condução das atividades econômicas, uma analogia entre a intervenção do DNOCS e da Codevale pode ser tentada. Assim como no processo discutido por Oliveira (1987), poderíamos encontrar certas características de racionalização não apenas na atuação da Codevale, mas, como vimos, antes mesmo de sua criação, na intervenção pretendida primeiramente pelo GTP e, em seguida, pelo GTJ.

Que da mencionada racionalização não tivesse efetivamente se desdobrado, sem embargo, uma transformação na forma de acumulação do capital em detrimento da reprodução regional, oferece esse fato uma possibilidade para problematizarmos a ambiguidade identificada por Servilha (2012) em análises como o *Estudo Geográfico*: paralelamente a uma perspectiva modernizadora ou urbanizadora da realidade, para utilizarmos os termos do autor, mantinha-se uma abordagem “ruralista”, voltada especialmente para propor soluções que reiteravam o mesmo contexto econômico de reprodução regional, cujas dificuldades os referidos grupos de trabalho tinham sido convocados a resolver. O rompimento com certo predomínio daquela perspectiva epistemológica dos “estudos regionais ‘clássicos’”, ocorrido na disciplina geográfica, conforme argumentou Servilha, sobretudo com a emergência da geografia teórico-quantitativa, de cunho neopositivista, que teria criticado a primeira “por sua pouca cientificidade em função do seu perfil corológico [...], [além da] supervalorização do conceito de ‘região-síntese’ frente a outras possibilidades de analisar e recortar o espaço” (2012: 63),

poderia inclusive ser relacionada com a instituição do planejamento como mediação privilegiada da intervenção estatal. Longe de sugerirmos uma relação de determinação direta entre ambos, importa perceber como a perspectiva regional mais tradicional perde força a partir da segunda metade do século XX, enquanto a geografia quantitativa parecia se adequar perfeitamente a determinadas necessidades do planejamento³⁶⁶.

Assim como no caso do DNOCS, a ação da Codevale, embora a base de sua conceituação tivesse transposto a abordagem dos estudos regionais em favor daquela reeferente aos desequilíbrios regionais³⁶⁷, teria resultado sobretudo como socorro aos combalidos fazendeiros e pecuaristas da “região” do Vale do Jequitinhonha, então estabelecida. Caberia evidenciar, portanto, ultrapassando, por nossa vez, uma perspectiva também ela *neutra* de “desenvolvimento” que, ao contrário do que argumentou a maior parcela dos estudos feitos sobre a agência, sua atuação não teria sido simplesmente “ineficiente”. Os diagnósticos técnicos que fundamentaram a intervenção da Codevale identificariam certos “padrões” de reprodução regional a serem superados, criticados especialmente pelo seu “baixo nível de desenvolvimento técnico” (cf., por exemplo, Codevale, v. II, s/d: 38 e 77-82); “capturada”, contudo, pela oligarquia regional, para empregarmos a expressão de Oliveira (1987), os recursos monetários e técnicos, sem nenhuma dúvida modestos, mobilizados pela agência notadamente na produção de infraestrutura, se dirigiam à sua incorporação como acréscimos na renda fundiária das

³⁶⁶ Sobretudo por fundamentar-se na enunciação de leis gerais, passíveis de verificação, que ofereceriam “premissas claras, limitadas e precisas”, além da necessária “objetividade nos processos de investigação” (Lencioni, 1999: 134). A perspectiva de que existiria uma ordem subjacente ao espaço fundamentava ainda a possibilidade do estabelecimento de projeções, embasando um procedimento de análise que acabaria por aproximar a geografia teórica do planejamento, enquanto o conceito de região era reduzido a simples instrumental técnico-operacional: levantamentos e indicadores permitiam identificar características de determinada área, assim como compará-las com aos padrões de desenvolvimento estabelecidos. Aqueles indicadores de “eficiência e desempenho regionais” (Lencioni, 1999: 135) também eram produzidos nas universidades, sempre com a mesma aparência de neutralidade e objetividade científica que caracterizavam aquela perspectiva geográfica, cujas teorias tiveram importante papel ideológico na legitimação do intervencionismo estatal modernizador.

³⁶⁷ “O enfoque tradicional [dos desequilíbrios regionais] [...], que continuam a informar as políticas de desenvolvimento regional no Brasil e alhures, é não somente um enfoque que parte de uma base estática, tomando como dados uma certa situação da divisão regional do trabalho para então desdobrar-se na medição de ‘desvios’, como é sobretudo uma abordagem que se centra sobre os resultados dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, e não sobre o processo de constituição desses diferenciais. A sua base teórica, ainda quando permeada pela tradição estruturalista do pensamento econômico latino-americano, é de inegável extração neoclássica: constitui a ótica da alocação ótima de fatores, dos desequilíbrios na função de produção regional, de que os diagnósticos do desemprego e da inadequação da economia [...] são os exemplos mais conspícuos” (Oliveira, 1987: 25).

fazendas regionais, conforme as mesmas se desdobravam em “terras” inseridas autonomizadamente no mercado nacional que ia se estabelecendo³⁶⁸.

Assinalamos essa “eficácia” da intervenção da Codevale da perspectiva da sua “captura” pelas oligarquias regionais buscando confrontar determinada abordagem que acusava a agência de nada haver realizado efetivamente em favor do chamado desenvolvimento regional, sem nem mesmo conseguir questionar que o referido “desenvolvimento” teria que se impor não em resultados expressos nos índices de desempenho da produção regional, mas sobretudo em termos da instauração de um novo padrão de divisão regional do trabalho. Ou seja, confrontamos aquela perspectiva precisamente em função da mesma pressupor naturalizadamente a existência de certas relações das quais o planejamento se ocuparia apenas para promover seu desenvolvimento: nada mais nada menos que a ótica dos desequilíbrios regionais e da alocação ótima dos fatores de produção. Deem-se as voltas que se derem, encontramos naquela cobrança à atuação da Codevale a mesma orientação de extração inegavelmente neoclássica cuja premissa é a existência naturalizada das relações enquanto fatores de produção. Uma abordagem que se pretendia crítica ao denunciar a falta de eficácia do planejamento, mas, justamente ao fazê-lo, perdia potência para percebê-lo não como mediação técnica para o “desenvolvimento”, entendido em termos abstratos, mas como *forma* de constituição, manutenção e expansão da expropriação, cujo sentido Oliveira (1987) apontou de maneira muito pertinente.

Para o autor, portanto, a emergência do planejamento não representava mera substituição dos antigos subsídios oferecidos para guarnecer formas oligárquicas já combalidas de reprodução do capital, como a Codevale, no Vale do Jequitinhonha, o DNOCS, no “Nordeste algodoeiro-pecuário” ou mesmo as conhecidas políticas de subvenção da cafeicultura paulista nos anos anteriores a 1930, na medida em que se transformavam não apenas as personificações do capital beneficiadas pelo incentivo estatal – das oligarquias regionais ao capital monopolista que penetrava nas “regiões” instituídas pelo Estado – mas,

³⁶⁸ Ricardo Ferreira Ribeiro (1993) foi um dos únicos a dar importância a esse aspecto da atuação da Codevale, não reconhecendo, sem embargo, maiores desdobramentos para a mesma no momento em que o padrão de acumulação do capital na “região” passou efetivamente a ser modificado: “Embora a Codevale tenha desempenhado na primeira metade dos anos 1970, um papel importante na coordenação de ações do Estado voltadas para a implantação de uma infraestrutura para a região e na gestão de alguns planos de desenvolvimento regional, ela não teve participação mais ativa na gestão das grandes mudanças econômicas que se processaram no Vale do Jequitinhonha, a partir da segunda metade daquela década. Sem recursos, sem possuir sequer um escritório instalado na região até o início dos anos 1980, entregue à sua manipulação por políticos locais com vistas à promoção pessoal, a Codevale foi sendo esvaziada como agência de desenvolvimento regional, restando-lhe um papel secundário de atender de forma precária, algumas carências sociais mais emergentes da população pobre do Vale, o que acabou resultando no adágio popular muito conhecido na região – ‘Codevale: não acode, nem vale’” (Ferreira Ribeiro, 1993: 93-94).

sobretudo mudava a forma de acumulação em favor da reprodução ampliada do capital e da constante racionalização da extração de mais-valia.

Retomamos a abordagem de Oliveira sobretudo na medida em que nos permitiu problematizar certa “religião do planejamento neutro” (1987: 18). Embora desse ponto de vista concordemos com o autor, consideramos, contudo, outros problemas em sua interpretação uma vez que o mesmo não pareceu estender semelhante procedimento ao considerar em sua discussão o Estado de uma perspectiva que nos pareceu bastante indeterminada. Segundo o autor, o padrão planejado *emergiria* em determinado contexto como forma específica de condução das atividades econômicas, por oposição ao “espontâneo”. Se nesse movimento da sua análise era possível percebermos o caráter nitidamente processual do argumento, quando Oliveira se referia ao *locus* no qual a transformação aludida ocorria, mencionava-o de maneira inteiramente *pressuposta*, abordagem denunciada, por exemplo, pela própria concepção de “captura” do Estado, utilizada sistematicamente pelo autor para diferenciar seu gerenciamento no contexto da reprodução oligárquica do capital daquele que seria posteriormente promovido com a emergência da burguesia que personificava o capital monopolista³⁶⁹. Se a perspectiva dos “desequilíbrios regionais” seria responsável por escamotear, para Oliveira, a passagem ocorrida no país de um Estado “capturado” por oligarquias tradicionais para um Estado “capturado” por formas “mais adiantadas” de reprodução do capital (cf., por exemplo, 1987: 29-30), a naturalização do Estado como equipamento de gestão ocultaria seu processo de autonomização a partir da própria reprodução do capital, cobrindo-o inclusive com uma concepção bastante neutra de administração.

Essa concepção poderia ser verificada na argumentação do autor acerca das implicações da referida modificação nas classes que teriam “capturado” o Estado em diferentes momentos: mudavam as políticas econômicas que o mesmo seria levado a implementar, podiam se transformar inclusive os seus instrumentos de implementação, processo evidenciado, por exemplo, pela emergência do planejamento como a forma específica daquela mediação – no que Oliveira se aproximava, todavia, sem acessá-la

³⁶⁹ “[...] a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital [...]” (Oliveira, 1987: 28). “O Estado foi capturado por esse ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário [...]” (Oliveira, 1987: 53). “Claro está que esse movimento não é puramente econômico [...]; sem o correspondente movimento na estrutura do poder, sem a captura do Estado pela nova coligação de forças que reproduzem o capital de forma agora diferente, a lei do valor não se impõe sozinha” (Oliveira, 1987: 76). “[...] uma burguesia industrial cujos interesses de reprodução do seu capital, de forma geral, não podiam ser mais confundidos com a forma de reprodução do capital controlado pelas oligarquias, e que, por isso mesmo, havia capturado o Estado levando-o a implementar sistematicamente políticas econômicas cujos objetivos eram o reforço da acumulação industrial (Oliveira, 1987: 83).

completamente, da crítica da modernização como processo de autonomização do capital – enquanto o caráter de mera *gestão* ou *administração* atribuído ao Estado continuava pressuposto. O mencionado caráter fundamentaria igualmente a própria concepção do autor acerca do papel a ser assumido pelo Estado em uma sociedade socialista, levando, Oliveira, do nosso ponto de vista, aquela neutralidade às últimas consequências: o caráter de gestão permanece pressuposto, modificando-se o Estado *unicamente* por se transformar o “fundamento social” gerido pelo mesmo, a saber, “a separação entre meios de produção e trabalhadores” ou “a relação dialética entre gestão e propriedade coletiva dos meios de produção” (Oliveira, 1987: 16).

Mudança maior resultaria, para o autor, da realização do Estado como *Nação* possibilitada pelo socialismo. Apresentando seu intrincado argumento em linhas gerais, Oliveira sugeria que na fase imperialista que teria marcado a constituição dos Estados terceiro-mundistas, a “captura” do Estado pela burguesia nacional dificilmente permitiria ultrapassar seu caráter de mero mecanismo de “nacionalização” de interesses do capital internacional. Segundo o autor, ao contrário do período colonial, que permitiu o aparecimento de uma classe dominante local em contradição com o capital internacional, colocando como uma possibilidade o *vir a ser* da Nação, no período imperialista os interesses de ambos tornaram-se coincidentes, deixando para as classes dominantes locais oportunidades cada vez mais reduzidas de assumirem uma posição verdadeiramente antagônica perante a divisão internacional do trabalho estabelecida³⁷⁰. Para Oliveira, portanto, “a Nação na periferia do mundo capitalista somente [poderia] ser construída pelas classes populares, e seu vir-a-ser [seria] o socialismo” (1987: 28).

³⁷⁰ “Essa dupla face do imperialismo, e principalmente de suas relações com as ‘regiões’, não tem o significado que a teorização sobre o Terceiro Mundo confere às relações centro-periferia. É certo que na etapa do capitalismo mercantil a criação das colônias deu lugar ao posterior surgimento das nações; mas a diferença significativa entre as formas de expansão internacional do capital no período colonial e no período imperialista é, precisamente, o fato de que no período imperialista, sob as determinações da própria reprodução do capital, essas classes dominantes locais que emergiram em contradição com o capital internacional têm interesses coincidentes, agora, com a forma de reprodução do capital internacional; mais: essas classes sociais dominantes locais são absolutamente necessárias para a ‘nacionalização’ do capital, sem o que o capital internacional não existiria senão como abstração. Assim, a teorização terceiro-mundista mais corrente não dá conta dessa dimensão da ‘heterogeneidade’ externa do imperialismo; a oposição entre nações mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, no contexto do sistema capitalista em escala internacional, que é o núcleo da teorização terceiro-mundista, deveria, para ser correta, demonstrar que persistem conflitos de interesses entre o imperialismo e as classes sociais dominantes locais, conflitos cuja raiz deve ser buscada nas formas de reprodução do capital. No atual estado da divisão internacional do trabalho do capitalismo, a possibilidade desses conflitos resultarem antagônicos é cada vez mais reduzida. A recuperação possível da noção de conflito entre nações no sistema capitalista somente pode ser viável quando se incorporam os interesses populares como se opondo à coalizão imperialismo-classes dominantes locais” (Oliveira, 1987: 28).

Mas o que guardaria a emergência da Nação, segundo a abordagem do autor, represada pelo imperialismo? A mesma possibilidade de “desenvolvimento nacional” imaginada por aquela “teorização terceiro-mundista”, corrigido, sem embargo, o erro da mesma quando atribui excessiva potência para a burguesia nacional na possibilidade de superação da sua dominação pelo capital internacional? Ou, mais que isso, uma dupla superação da Nação, da exploração burguesa e da dominação imperialista, e seu desenvolvimento em bases socialistas? Mesmo nesse último caso, que parecia ser declaradamente a posição assumida por Oliveira, o mesmo acabava deixando de considerar que o Estado, como desdobramento do processo de autonomização entre propriedade e gestão do capital, apenas poderia ser o “portador”, como vimos, de determinada forma de gerência forjada como realização necessária do processo de racionalização inerente ao capital. Deixava de considerar, assim, que a constituição do trabalho complexo ou do “trabalho improdutivo que comanda o trabalho produtivo” (Oliveira, 1987: 16), para tomarmos do autor as suas referências, correspondia não meramente ao processo de autonomização de uma parte da sociedade enquanto seu corpo gestor – como se o objeto da gestão fosse indiferente ao seu próprio caráter – mas a emergência de uma mediação técnica como um “poder separado” cujas determinações resultam do movimento automático e progressivo de desenvolvimento das forças produtivas. A perspectiva, sugerida na interpretação de Oliveira, de uma necessária manutenção da gestão técnica independentemente do chamado modo de produção em vigência, embora o autor ressaltasse a mudança do seu caráter em novas condições de reprodução social³⁷¹, permitiria revelar que mesmo a crítica que assume o socialismo como vir a ser de uma pretensa emancipação, naturaliza o processo de objetivação inseparável da produção de coisas enquanto *mercadorias*. Confronta apenas, como não deixaremos de reiterar, a divisão desigual da riqueza social e em nenhuma medida sua produção tautológica.

³⁷¹ Um debate sobre a permanência da gestão técnica no socialismo, entendida do ponto de vista da sua mudança de papel pode ser encontrado sobretudo na introdução do livro, como na seguinte passagem, por exemplo: “Denominar burocrata, por exemplo, o procedimento de um técnico num sistema capitalista, que no aparelho do Estado fixa preços, e igualmente denominar burocrata o procedimento de um técnico num sistema socialista, que não apenas ao nível do aparelho de Estado, mas no conjunto das forças produtivas também fixa preços, é chamar pelo mesmo nome duas relações sociais radicalmente distintas: no primeiro caso o chão social da fixação dos preços pelo lápis ou computador do burocrata, é, em primeiro lugar, a separação entre produtores e meios de produção, em segundo, o processo de extração da mais-valia, a margem que ela oferece à elevação ou rebaixamento dos preços, e nesta medida é alterada sua distribuição entre as várias formas do capital; no segundo caso, o chão social do planejador de uma economia socialista é, em primeiro lugar, a unidade entre produtores e meios de produção e, em segundo, a unidade de trabalho socialmente necessário despendida no processo de produção, e a sua necessidade de preservação que não pode ser dilapidada. As margens de manobra são, neste caso, muito mais estreitas que num sistema capitalista. Isto é denominado frequentemente de rigidez burocrática, o que revelaria a incapacidade de uma economia socialista ser flexível. Essa confusão, quando não há má-fé, revela total incapacidade para conhecer a especificidade da relação social que funda um e outro sistema” (Oliveira, 1987: 16-17).

Anular-se-ia, com o advento do socialismo, a concorrência, fundamento daquela reiteração automática e fetichista do desenvolvimento das forças produtivas, mas, pelo que pudemos deduzir da argumentação de Oliveira, não seu sentido de *sujeito automático*³⁷².

Assim, do nosso ponto de vista, faltaria para a “teorização sobre o caráter do Estado”, que, de acordo com Oliveira, então ainda estava por ser feita (cf. 1987: 16), reconhecê-lo como momento necessário daquele fim em si mesmo da produção de mercadorias, da sua racionalização e de tudo o mais que sua reprodução capitalista externalizou, como a necessária juridificação de uma sociedade essencialmente “contratual” fundada no intercâmbio de mercadorias, os chamados custos sociais e ambientais e mesmo aqueles imediatamente relacionados com a reprodução do capital, como o suprimento de infraestrutura, por exemplo (uma análise detalhada do processo estrutural de expansão da atividade do Estado pode ser cf. em Kurz, 1995a). Mas reconhecê-lo nomeadamente na historicidade de sua constituição, coincidente com a autonomização do capital em processo e sua necessidade inerente de externalização de cada um dos momentos antes referidos. Ou seja, o Estado deve ser considerado como momento intrínseco ao sistema produtor de mercadorias, mas, simultaneamente, como desdobramento histórico de suas condições particulares de reprodução.

Assim, se a nossa argumentação acerca da emergência do planejamento como momento da autonomização do Estado, considerado esse último, por sua vez, enquanto momento do processo de autonomização do capital nos obriga a incorrer em uma teleologia³⁷³, essa teria que ser atribuída antes ao sentido inerente do processo de modernização que propriamente a uma deficiência da análise realizada, embora não desconsideremos as deficiências que a nossa crítica possa conter. Ao considerar que a SUDENE esteve em disputa e que os rumos impostos para atuação da agência foram definidos pela luta de classes, Oliveira (1987) conseguia escapar ao finalismo por ele

³⁷² Uma crítica excelente ao socialismo como sistema produtor de mercadorias e a *concorrência negativa* que passa a imperar em função da pretensa substituição das leis da concorrência pelo planejamento de Estado pode ser encontrada em Kurz (2002).

³⁷³ Ao menos no que se refere à acepção de teleologia ou finalismo mobilizada por Oliveira (1987) para problematizar o contexto que levou à criação da SUDENE: “O extenso discurso anterior aos propósitos de identificar a nova natureza das relações ‘regionais’ no Brasil, sob a égide da expansão capitalista que se opera a partir do Centro-Sul; poderia ser entendido como ‘causas remotas’ da criação da SUDENE. Um posicionamento desse tipo poderia, entretanto, levar a leituras do tipo ‘evolucionista’, de que a criação da SUDENE estava inscrita desde o momento em que se fundaram as diversas ‘regiões’ econômico-políticas no território nacional. Nada mais longe da pretensão metodológica deste trabalho: se é verdade que a criação da SUDENE não pode ser entendida sem a tentativa de retrospecto que se fez, verdade mais elementar é que esse mesmo retrospecto busca apenas definir as situações concretas do sistema socioeconômico de geração de valor da economia brasileira; nenhum determinismo cego pode ajudar na pré-visão do que ocorreria depois: a criação da SUDENE não estava inscrita ‘desde siempre y para siempre’” (Oliveira, 1987: 99).

metodologicamente recusado, mas à custa de reproduzir uma concepção neutra sobre a administração do Estado e das suas instituições, precisamente a que viemos procurando criticar: a apropriação da agência pelo capital monopolista teria sido responsável por estabelecer a execução do planejamento como mediação técnica para hegemonizar as condições de reprodução das formas “mais avançadas” de reprodução capitalista; diversamente, segundo o autor, “se os vencedores tivessem sido as forças populares, o Nordeste e o Brasil de hoje seriam muito diferentes” (1987: 18).

Com o questionamento apontado acima, não pretendemos encobrir o conflito de classes efetivamente existente em torno da apropriação da SUDENE, cujas disputas e transformações na correlação de forças foi descrita com maestria por Oliveira (cf. especialmente o capítulo 6.3). Sugerimos apenas que certas determinações do caráter da agência, conforme argumentamos anteriormente, ultrapassavam estruturalmente as perspectivas ou o devir da classe que conseguiria realizar a sua “captura”. O que não invalida o destaque conferido pelo autor para a enorme diferença existente entre as possibilidades colocadas para a “liberação” do campesinato regional da dominação coronelista: sua mobilização, processo que o transformaria no “elemento da força de trabalho” que seria fornecido pelo Nordeste de maneira a viabilizar a acumulação monopolista, ou a superação da sua condição subordinada por meio da luta pela terra promovida pelas Ligas Camponesas³⁷⁴.

Apenas ressaltamos a crítica necessária mesmo ao planejamento socialista que, como vimos, ao ocupar-se da racionalização da produção, distribuição e consumo, embora em uma sociedade definida pela unidade entre os produtores e os meios de produção, pressupõe “a unidade de trabalho socialmente necessário despendida no processo de produção e a sua necessidade de preservação” (Oliveira, 1987: 16) e, portanto, o valor, como condição quase ontológica da reprodução social. Ou seja, assinalamos uma crítica que permita encontrar tanto dominação como exploração de classe como momentos da forma de dominação impessoal da produção tautológica de riqueza abstrata, presente, por exemplo, no socialismo soviético enquanto sistema produtor de mercadorias (Kurz, 2002) ou mesmo em condições de reprodução camponesa pretensamente autônomas sobre as quais nos debruçaremos de

³⁷⁴ “É a reforma agrária contida pela liquidação das Ligas Camponesas, agora transformando-se em oposição entre o capital e o trabalho, este crescendo na mesma medida em que aquela foi contida; são os sindicatos de trabalhadores, destruídos para dar lugar a mais impiedosa acumulação de capital, mas todo o país transformando-se numa imensa força operária, na mesma medida em que cresce a acumulação de capital. É o velho Nordeste dos ‘coronéis’ e da burguesia açucareira, convocando as forças da burguesia internacional-associada e do imperialismo para liquidar as classes populares que lhes roubavam a hegemonia política, mas desaparecendo agora, como classes sociais com poder econômico e político, submergidas pela força avassaladora do grande capital monopolista” (Oliveira, 1987: 15).

maneira mais detida posteriormente, buscando discutir como o processo de modernização não homogeneizou o assalariamento no Vale do Jequitinhonha como forma exclusiva de mobilização do trabalho.

Com nosso questionamento à concepção neutra mobilizada por Oliveira (1987) acerca do Estado e sua gestão, expressa nas “duas possibilidades” que a SUDENE anunciava “em sua ambiguidade” (1987: 18), esperamos ainda discutir como o autor reforçava uma interpretação sobre o rompimento da forma de acumulação regional do capital como se o mesmo tivesse sido imposto simplesmente a partir de “fora”. Embora Oliveira considerasse a reprodução regional como um desdobramento das leis do desenvolvimento desigual e combinado do capital, a ruptura da mesma aparecia em sua análise sobretudo como resultado da expansão da hegemonia do capital monopolista do Centro-Sul. Ganhava maior evidência, assim, a superação daquelas classes dominantes regionais em seu papel de mediação no processo de apropriação do valor produzido internamente às “regiões” pela Inglaterra, potência imperialista que articulava a reprodução do “arquipélago” (cf. Oliveira, 1987: 33-34), ficando de escanteio qualquer participação da acumulação regional no processo que forjou a emergência das classes dominantes nacionais que vieram a suplantá-las. Sem discordarmos do papel determinante atribuído pelo autor para a extração de excedentes, ressaltamos ainda a importância da acumulação interna, como viemos assinalando, no que tange ao processo de autonomização do capital enquanto uma relação social. Assim, tanto formação dos trabalhadores complexos como instauração da mobilidade dos trabalhadores simples corresponderiam a momentos desdobrados contraditoriamente a partir da reprodução regional, ainda que para superá-la. O completo antagonismo entre essa última e a reprodução do capital monopolista, que podemos deduzir da interpretação sugerida por Oliveira, teria que ser, assim, da nossa perspectiva, questionado.

A perspectiva de que a acumulação regional teria criado as bases para a sua “superação” no movimento mais geral de autonomização do capital, nos obrigaria, igualmente, a rever o antagonismo que tomamos da argumentação de Oliveira para caracterizar a oposição entre a intervenção da Codevale e a posterior chegada das reflorestadoras subvencionadas por incentivos fiscais e cessão de terras devolutas, estabelecendo uma analogia com a diferenciação proposta pelo autor entre a ação do DNOCS e da SUDENE. O confronto entre os mecanismos de intervenção estatal mencionados, tanto no caso do Vale do Jequitinhonha como do Nordeste, permite assinalarmos o processo de institucionalização da técnica como forma de mediação privilegiada da ação modernizadora do Estado. Nesse sentido, seguramente a análise desenvolvida anteriormente tem a sua

importância. Não pode nos levar a crer, sem embargo, que os desdobramentos da atuação da Codevale enquanto “socorro” para a oligarquia regional debilitada ficariam restritos à reprodução da mesma, com o que perderíamos de vista seu caráter contraditório que viemos reivindicando³⁷⁵. Certa consolidação do planejamento regional consorciada pelo estabelecimento dos distritos florestais teria papel determinante inteligível, de um ponto de vista, como momento necessário do rompimento da forma regional de acumulação de capital, confrontada pelo Estado ao instituir o Vale do Jequitinhonha como “região” objeto da sua intervenção modernizadora. Não obstante, como vimos, também a expansão da renda fundiária, sozinha, e até mesmo antes dos processos de expropriação movidos pelas empresas reflorestadoras, acabou por culminar frequentemente na consolidação da propriedade fundiária das fazendas regionais, implicando tanto a expulsão dos agregados como a invasão dos posseiros, que discutimos anteriormente.

Ou seja, a própria ação da Codevale convergiria, contraditoriamente, para o questionamento das relações sociais de produção que esteavam a forma regional de acumulação do capital, não se reduzindo em nenhuma medida apenas em auxiliar a reprodução da oligarquia regional. Embora consideremos que essa última acabou efetivamente beneficiada com a expansão da renda da terra, para a qual concorreu a intervenção da Codevale, quando da mobilização das fazendas regionais em “terras” inseridas no mercado que se estabelecia nacionalmente, autorizando a extração de rendimentos autonomizados, interessa sobretudo notarmos como esse subsídio ou financiamento, por assim dizer, de “classe”, modificava totalmente as condições de reprodução da mesma em sua posição “dominante”, na medida em que integrava um processo mais geral de modificação da forma de acumulação do capital e modernização nacional.

Bem retido esse ponto da argumentação, partimos para a volta derradeira no parafuso que viemos apertando. Quando dizemos que a modernização emergiu contraditoriamente do processo de acumulação do capital regional não nos referimos exclusivamente a um momento separado ou independente da territorialização regional do capital, mas ao “conjunto”, só reconhecível *a posteriori*, de processos a partir do qual emergiria o que veio a se estabelecer como o Estado nacional, autonomizado como momento de uma forma de acumulação que já não dependia imediatamente da possibilidade de exercício direto da violência, cuja gerência também se autonomizara, deixando de depender daquele “braço do particular” que personificava diretamente a propriedade do capital. Como procuramos explicitar, assim, o

³⁷⁵ Com uma crítica, ressaltamos que foi essa a interpretação que adotamos em grande medida em nossa dissertação de mestrado (cf. Leite, 2010, sobretudo o segundo capítulo da segunda seção).

processo que viemos descrevendo não emergiria apenas da reprodução oligárquica do capital nas fazendas regionais estudadas.

Certo está que o capital mobilizado na reprodução das reflorestadoras que se implantavam na “região” não havia sido acumulado “internamente”, mesmo quando administrado por *personas* que emergiam imediatamente do processo de reprodução regional, como no caso do bispo Dom José Newton, da Diocese de Diamantina, que precisou recorrer ao financiamento e aos incentivos fiscais capitalizados por bancos “externos” ao Vale do Jequitinhonha. Ainda que o mesmo tivesse podido realizar o investimento a partir de uma poupança, por assim dizer, “local”, para a aquisição do capital constante tecnificado (máquinas e outros insumos) necessário ao reflorestamento, certamente teria que recorrer a indústrias nacionais e sobretudo internacionais. Quando tratamos de pensar, todavia, na modernização do capital enquanto uma relação social, os limites entre “fora” e “dentro” perdem o sentido não apenas por reconhecermos a historicidade da instituição do Vale do Jequitinhonha como um “recorte”, objeto da intervenção estatal; mas antes de tudo por tomarmos como o fundamento da nossa interpretação a perspectiva de que tanto a forma de reprodução regional como as mais avançadas formas de reprodução do capital do “centro” em sua existência nacional e internacional se estabeleceram como momentos simultâneos e desdobrados do mesmo processo de acumulação primitiva do capitalismo mundial. Consequentemente, não teria sentido atribuímos a ruptura daquela forma de acumulação regional, como afirmamos anteriormente, o *status* de uma acumulação primitiva, sendo possível e, quiçá, mais apropriado caracterizá-la como um processo de *modernização retardatária* (cf. Kurz, 2002) na medida em que pretendia “atualizar” a mencionada não-simultaneidade nacional, resultante do seu próprio desenvolvimento capitalista, mediante níveis de acumulação competitivos do ponto de vista da concorrência internacional, ou seja, não promovia propriamente a instauração do capitalismo.

O sujeito dessa “atualização” aparecia como o Estado, agindo desde “fora” da reprodução regional, instituindo a “região” e ditando a industrialização como forma de acumulação a ser perseguida como meio para otimização do desempenho nacional na concorrência mundial. Como vimos, no Vale do Jequitinhonha essa política apareceria sobretudo como incentivos à produção de mercadorias articuladas com a reprodução daquele capital urbano-industrial, dentre as quais teve lugar o reflorestamento que devia fornecer matérias primas tanto para indústrias siderúrgicas como de papel e celulose. Contudo, aquele sujeito não apenas era objeto da necessidade tautológica e fetichista imposta pela concorrência, como também era um resultado contraditório, enquanto administrador

autonomizado daquele *projeto* de Estado, daquela forma de acumulação regional que o mesmo buscava superar.

Nossa última menção ao ponto de vista que distinguia a chegada do capital na “região” desde “fora” pode parecer caricatural, mas considerada em sua relação com o processo de acumulação interno, sobretudo de trabalhadores, que se poderiam se tornar elementos do capital variável quando o “fechamento” regional que lhes represava a mobilidade fosse rompido, permite retomar a questão dos descompassos a que fizemos referência anteriormente. Enquanto na “região” do Vale do Jequitinhonha, a intervenção estatal desencadeava, por exemplo, a cessão de chapadas em benefício das companhias reflorestadoras, prejudicando não apenas, como vimos, as condições de reprodução camponesa, mas também a própria forma de acumulação daquelas fazendas de criação pecuária que combinavam gado mantido e reproduzido “na larga” sob o cuidado dos moradores com a cobrança de uma espécie de renda sobre a produção agrícola desses últimos, nacionalmente já se encontravam estabelecidas uma série de políticas modernizadoras para as quais o marco correntemente aceito fica em torno de meados da década de 1960, quando da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural. Ou seja, as políticas regionais de modernização procuravam estender para as “regiões defasadas”, “integrando-as” nacionalmente, subsídios para a modernização das suas condições de produção que vinham se estabelecendo pelo menos desde a centralização do Estado e a adoção de um papel abertamente intervencionista a partir de 1930.

A concessão de crédito rural público já acontecia desde essa última data, mas Delgado (1985) insistiu naquela periodização antes apontada: “O final dos anos sessenta marca um momento de transição entre duas fases do desenvolvimento rural” (1985: 20). Sobre tudo porque a instauração do SNCR permitira que grandes volumes de crédito passassem a ser oferecidos por intermédio de um sistema bancário que se ia institucionalizando e ocupando o lugar das fontes usurárias tradicionais, ligadas ao capital comercial³⁷⁶. O autor distinguia a

³⁷⁶ O SNCR torna-se o “principal veículo articulador dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador” (Delgado, 1985: 20). “É evidente que o crédito rural institucional é anterior à constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965 (SNCR). É também verdade que a modernização da agricultura, medida genericamente em termos dos indicadores de tratorização e consumo de NPK, já se observa nos anos cinquenta (...). Mas as políticas agrícolas anteriores ao SNCR, explicitam-se, basicamente, por intermédio dos institutos isolados de produto – Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool e Comissão especial da Lavoura Cacaueira. O objetivo maior dessas políticas consistia na mediação dos interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais e urbanos. Essa política não abrangia o conjunto do setor agrícola, mas unicamente os setores ligados ao modelo primário-exportador. Ademais, não se buscava, pela política agrícola, fixar nexos de relações interindustriais com a agricultura e a indústria interna. Buscava-se, predominantemente, compatibilizar o crescimento industrial, em plena ênfase na década de cinquenta e parte dos sessenta, com a obtenção de divisas a partir das exportações agrícolas para

emergência daquele projeto de desenvolvimento modernizador do Estado como uma estratégia para sustentar os níveis da acumulação nacional: era necessário evitar o aumento do coeficiente salarial, que poderia ser desencadeado pela intensa urbanização, causadora de pressões sobre a demanda de produtos agrícolas; assim como contribuir para manter certo equilíbrio na balança de pagamentos, com base na “integração e na diversificação das exportações agrícolas” (Delgado, 1985: 20) de modo a permitir as frequentes importações de produtos do Departamento I; além de amortizar os custos com o fornecimento de matérias primas agrícolas para o desenvolvimento de certos ramos industriais. Conjuntamente ao estabelecimento daquele projeto de cunho modernizador e como fundamento da sua viabilidade, Delgado assinalava ainda a intensificação na modificação da *base técnica* agrícola como marco definitivo da instauração daquela nova fase do desenvolvimento brasileiro rural: uma maior articulação entre a agricultura, a indústria processadora de produtos naturais e a indústria produtora de insumos e bens de capital teria levado à constituição dos chamados *complexos agroindustriais*³⁷⁷.

Antes mesmo daquela periodização proposta pelo autor, que se concentrava na definição de um projeto estatal modernizador, evidenciado ainda nas políticas de desenvolvimento e difusão de tecnologia agrícola, levadas a cabo tanto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a emergência de um novo padrão estatal de regulação das relações sociais no campo brasileiro vinha ganhando corpo. Foi assinalada comumente com bastante destaque tanto a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, como a do Estatuto da Terra, no ano de 1964. O primeiro estabelecia uma legislação comum para os trabalhadores da cidade e do campo e foi

viabilizar o processo de substituição de importações, assim como para abastecer o mercado interno de alimentos e de algumas matérias-primas industriais” (Delgado, 1985: 20-21).

³⁷⁷ O autor afirmava que, “em linhas gerais, a mudança na base técnica da agricultura significa que a sua reprodução ampliada passa a depender menos da dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral, sobressaindo tratores e colhedoras etc.), que cumpriria, a grosso modo, o papel do Departamento de Meios de Produção da indústria para a agricultura” (Delgado, 1985: 20). Essa perspectiva de uma emancipação da agricultura do laboratório natural, definida por sua vinculação sobretudo à produção industrial de insumos foi defendida também por José Graziano da Silva, quando ele afirmou que a agricultura deixava de ser uma “esperança ao sabor da natureza, para tornar-se uma certeza sob o comando do capital” (Graziano da Silva, 1980: 57). Kageyama (1990) corroborou igualmente com aquela periodização em torno da constituição dos CAI. Para a autora, embora o antigo “complexo rural” estivesse em crise desde fins do século XIX, em função da expansão urbana, da introdução do trabalho livre, da externalização daquele setor artesanal, antes fundamentalmente interno às fazendas, de produção de equipamentos e de máquinas agrícolas e, finalmente, da integração nacional dos mercados, seria a “industrialização da agricultura”, ou seja, sua integração com a indústria a montante e a jusante, a dar o golpe final naquela antiga maneira de produzir, inicialmente com a importação de maquinários e equipamentos altamente tecnificados e, posteriormente, produzidos no próprio país.

determinante para a consolidação de um mercado de trabalho de abrangência nacional, impactando diretamente sobre as antigas relações regionais de produção, como vimos, sobretudo por transformar progressivamente em custos a contratação de empregados e trabalhadores para as fazendas. O último, por sua vez, promoveria a substituição do empreendimento agropecuário antigo pelo que a legislação passou a denominar como “empresa rural”: “Visava-se, prioritariamente, à modernização do campo, por meio do aumento da produção e da produtividade” (Moraes Silva, 1999: 35).

Cada uma dessas políticas impactaria diferentemente nas “regiões” brasileiras instituídas pelo Estado como momento daquele seu programa de “atualização” da modernização nacional, mas também na produção agrícola que já vinha sofrendo modificações na antiga rota da expansão cafeeira cujo valor produzido se realizava diretamente nos circuitos de produção e apropriação do valor estabelecidos pelo imperialismo inglês, “que avançava desde o Vale do Paraíba até o Oeste Paulista” (cf. Oliveira, 1987: 34-35). Com a diferença que essa “homogeneizando-se internamente e diferenciando-se da outra ‘região’”, indicava Oliveira (1987: 35) fazendo referência ao “Nordeste”, tinha se tornado epicentro do desenvolvimento econômico politicamente centralizado depois de 1930, se impondo como parâmetro a ser perseguido com a modernização das outras “regiões”. O destaque frequentemente conferido para a industrialização da agricultura e formação dos CAI (cf. Graziano da Silva, 1980; Delgado, 1985 e Kageyama, 1990) que certamente tomava como base o incremento em produtividade e na tecnificação da produção na “região” do desenvolvimento e sua expansão para outras “regiões” do país, “defasadas” sobretudo em oposição àquela, teria um histórico de descompassos a ser levado em conta. Certa ênfase naquele processo não seria todavia descabida visto que o mesmo revela a pressão tautológica da concorrência sobre a produtividade como o próprio *sentido da modernização*, além da não-simultaneidade nacional/internacional a ser necessariamente considerada como momento central na compreensão como um *programa sujeito* a determinações gerais, entre as quais assinalamos a exportação de capitais antes aludida, a partir do “centro” do chamado capitalismo desenvolvido.

O planejamento regional, conseqüentemente, apenas ganha sentido nesse conjunto maior de processos expressos politicamente. Que fique claro, não seria o mesmo a “promover” a modernização como processo, sendo ele, diversamente, igualmente um momento da mesma. O processo de autonomização e institucionalização do Estado e o estabelecimento do projeto referido enquanto resultados contraditórios da acumulação regional, por um lado, e, por outro, a exportação de capitais como momento também

contraditório da reprodução crítica da acumulação internacional, seriam condições necessárias, mas não suficientes, para que a “abertura” das “regiões” pudesse se tornar efetiva. Como vimos discutindo anteriormente, a disponibilidade de dinheiro, meios de produção, máquinas, crédito, não chega a fazer de ninguém capitalista se lhe falta o complemento, o trabalhador, aquela outra pessoa obrigada a vender a si própria voluntariamente. Como não deixaremos de reiterar, o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas. Assim, se a ausência de uma superpopulação relativa seria decisiva na constituição dos arranjos regionais de territorialização do capital no país, seria a sua constituição determinante na ruptura modernizadora dos mesmos. Novamente, afirmando que o estabelecimento de uma superpopulação relativa nacional foi um resultado contraditório do processo regional de acumulação, não fazemos referência à acumulação ocorrida em uma “região” nacional, exclusivamente, muito menos aludimos principalmente ao processo de instauração das fazendas que viemos estudando. Não que o progressivo fechamento da fronteira, que sugerimos sem intenção de afirmá-lo, ainda hoje, inequivocamente exaurido, não tenha cumprido papel determinante, mas teria que ser considerado seu desenvolvimento concomitante, ainda que não de maneira idêntica, em cada um dos processos de territorialização regional sobre os quais a reprodução do capital esteve assentada no Brasil. Sem contar as políticas imigrantistas de colonização sistemática, promovidas igualmente em Minas Gerais, como vimos no caso da atuação de David Campista na superintendência do Serviço de Imigração, quando foram trazidos 50 mil imigrantes estrangeiros para o referido estado, no intervalo entre os anos de 1894 e 1898. Sem desejarmos dar a entender que processos como os mencionados não teriam tido impacto nenhum na constituição nacional da superpopulação relativa, apontamos apenas que a centralidade que São Paulo viria a assumir no processo nacional de urbanização e industrialização sugere diretamente a maior “eficácia” da acumulação cafeeira mediante as outras “regiões”. Contudo, ainda que um descompasso de base possa ser assinalado igualmente nesse aspecto, a manutenção dos níveis nacionais de acumulação do capital dependeria, como vimos, sistematicamente daquelas políticas de “abertura” das “regiões” também serventes para mobilizar a força de trabalho “represada” ou – embora nossa formulação acabe guardando alguma teleologia, pois “pré-vê” o câmbio daqueles trabalhadores em assalariados – a superpopulação relativa até então somente *latente* (cf. Marx, 1984: cap. XXIII).

Considerados esses descompassos no processo de modernização nacional, como também os limites da perspectiva que reconhecia nos resultados da atuação estatal

modernizadora na “região” do Vale do Jequitinhonha uma acumulação primitiva, consideramos, por fim, que a compreensão da ruptura das condições de reprodução camponesa, que correspondiam, como vimos, a determinadas relações regionais de produção sobre as quais se assentava uma forma regional de acumulação, não pode se limitar ao processo de expropriação imediatamente movido pelas fazendas locais ou reflorestadoras que se instalavam na “região”. Conforme discutimos anteriormente (cf. sobretudo as seções 1.5, 1.6 e 1.7 dessa tese) não foram em todos os casos processos integrais de expropriação os responsáveis imediatos pela constituição da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) ou, em outras palavras, pela autonomização entre terra e trabalho, que não obstante ocorria.

Não que a anulação da copropriedade identificada por Moura (1988) não tenha alcançado papel determinante na modernização das fazendas que se esvaziavam de agregados num processo em que os próprios fazendeiros tornavam-se frequentemente absenteístas, entregando a gerência das mesmas por vezes a um vaqueiro e não mais. Entretanto, o fim da agregação foi um processo gradual, que “não aconteceu de uma vez, nem de forma igual”, como ressaltou Ribeiro (1997)³⁷⁸. A consolidação da propriedade privada da terra foi sem dúvida seu fundamento, expresso sobretudo nos conflitos mais diretos, como os litígios de expulsão e invasão analisados por Moura (1988). Mas a deterioração nas condições de reprodução dentro das fazendas também teria que ser considerada para pensar o problema: algumas vezes não seria a expulsão a desencadear diretamente o desagregado, mas certa “precarização” evidenciada pela intensificação da cobrança de “condição”, pelo seu aumento ou pela transformação na forma da “renda” exigida, como revelou a formação da fazenda em Mato Grande e São Mateus, segundo narrativa de Vicente Nica, que discutimos anteriormente (cf. seção 1.4 dessa tese). Mediante pioras nas condições de sobrevivência nas fazendas, a “motivação” daqueles agregados que saíam teria que ser entendida, ainda, na “comparação” com outras possibilidades de reprodução social que se abriam no mercado de trabalho urbano ou trabalhos outros, com remuneração, que pareciam “compensar” perante as circunstâncias vividas nas fazendas em transformação.

³⁷⁸ “Foi mais rapidamente liquidado nuns que noutros lugares, acabando em alguns locais, resistente noutros. Em geral nas áreas de menos negócios de terra sobreviveu mais: partes do alto Jequitinhonha, alto Mucuri. Nas áreas de extinção rápida da floresta e valorização da terra o agregado sumiu também rápido: baixo Mucuri, Pampã. Nas derradeiras áreas de posses ele sumiu ligeiro e nem uma memória mais firma deixou, tão rápido surgiu e acabou: Sul da Bahia, baixo São Mateus. Nas zonas mais antigas de afazendamento resistiu mais: baixo Jequitinhonha, Gravatá” (Ribeiro, 1997: 241).

Ribeiro (1997) conferiu um bom destaque para o problema³⁷⁹, assumindo, sem embargo, uma concepção de motivação que nada contribuía para destacar certo caráter sempre forçado da mobilização do trabalho: as expulsões diretas apareciam como uma qualidade de “motivação” substancialmente diferente de outras opções “almejadas” por aqueles lavradores. A dificuldade consiste em não pensar ambas as circunstâncias como momentos de uma mesma unidade contraditória, a mencionada *dupla liberdade*, em constituição. Essa dificuldade também aparecia quando o autor argumentava sobre o desagregamento, mas da perspectiva das fazendas³⁸⁰. O golpe recebido em suas condições de reprodução, bastante assinalado nos depoimentos dos pecuaristas que analisamos anteriormente ganhava tanta proeminência na argumentação do autor que escondia completamente que a expulsão pode ter sido estratégia adotada em casos nos quais o fazendeiro, por exemplo, desejava negociar suas terras (cf., também aqui, a formação da fazenda em Mato Grande e São Miguel, na seção 1.4 dessa tese).

Assim também, a ocupação das chapadas por reflorestadoras, onde ocorreu, desencadeou conflitos de terra e fez degradar as condições de reprodução daquele campesinato ali instalado. Diferente do que costuma se considerar na maioria das apresentações discutidas, sobretudo aquelas que consideraram algumas partes do Jequitinhonha, como o chamado alto Jequitinhonha, onde ficou estabelecida a quase totalidade das companhias em função dos incentivos fiscais cedidos na relação com a demarcação do distrito florestal, hegemonicamente camponesa, também a reprodução da fazenda ficou prejudicada. Como vimos no caso da criação pecuária de Deodato em Jabuticaba, parte do gado até continuou sendo criado “na larga” entre os eucaliptais implantados, contudo, num volume bastante reduzido (cf. seção 1.5 dessa tese).

³⁷⁹ “Saíram das fazendas primeiro os filhos de agregados: os insatisfeitos com a fartura decadente, sem terrenos de plantio e alternativas de outras terras, seduzidos pelo mercado urbano de trabalho, empurrados pelas ofertas minguadas do fazendeiro, tocados pela nova norma de uso que ia se impondo. Antes desse passo definitivo muitos jovens tentaram agregação noutras fazendas, porém isso já não era mais possível e pouco restou. José Pedro, de Jequitinhonha, conta que era costume os filhos morarem juntos com o pai, na mesma fazenda, emendando quintais como um arruado; mas dos seus filhos nenhum pode casar e ficar, tiveram que sair. Assim filhos foram levando irmãos, alguns até buscando definitivamente os pais, num movimento rápido de despovoamento dos campos nos anos 1970 e até 1980. Um fazendeiro do Jequitinhonha disse que ‘Eles foram saindo caladinhos...’ E isto, exatamente porque saída confundia-se com atração urbana, e fora os raros casos límpidos, é difícil determinar uma motivação única” (Ribeiro, 1997: 241).

³⁸⁰ “Essa saída de trabalhadores golpeou duramente a fazenda. [...] A dissolução do agregado dissolveu também esse controle, desfez combinações locais de aliciamento de força de trabalho, liberou o trabalhador para voos largos. Essas saídas da terra, no entendimento do fazendeiro, corresponderam a um ônus, porque a fazenda perdeu aquele pessoal que garantia sua reprodução estável, oferta tranquila de trabalho e autonomia diante dos mercados de bens de produção e insumos. Acabou, assim, a possibilidade de produzir sem custos” (Ribeiro, 1997: 242).

Fazendo parte do processo de modernização ocorrido em escala mais geral, como discutimos anteriormente, a expropriação seria um momento relevante, mas nem seria completa, nem aconteceria homogênea em todas as fazendas, posses ou sítios existentes naquela “região”. A ocupação das chapadas foi um caso em que parte das condições de reprodução se perdiam, a caça e a coleta de frutos e raízes, mas também a relação com a fazenda que emendava momentos daquela sobrevivência chamada camponesa. Se fazendeiros não mais podiam soltar “na larga” seus animais, igualmente não poderiam oferecê-los para que os mais “fracos” pudessem comer o leite, assim como a poupança construída como fruto da criação do gado de outrem, o regime de “quarteação” seria um exemplo, não poderia mais ser engordada solta em pastos naturais, sendo as “mangas” do terreno frequentemente apertadas para manter uma criação maior. Houveram, assim, circunstâncias nas quais ficaram os lotes, mas não de uma maneira suficiente para dar o sustento para a família, especialmente em um contexto em que os próprios padrões de reprodução se modificavam bastante.

Assim, não pretendemos minorar ou ocultar certo “enxugamento” nos meios de sobrevivência dos lavradores naquela “região” em modernização, retomaremos esse ponto inclusive quando apresentarmos as perspectivas dos lavradores acerca das suas atuais condições de reprodução, sempre confrontada com antes, permitindo revelar o que permaneceu e o que se perdeu. Apenas pensamos que o estabelecimento da mobilidade do trabalho não pode ser entendido de uma forma pontual, como se estivesse apenas e estritamente ligado à perda imediata da terra. Com a formação do mercado nacional de trabalhadores, com a “abertura” da “região” que dá à força de trabalho “represada” a possibilidade de circulação, com a autonomização da terra como fonte de rendimento autonomizado, que permitia posses e sítios aparecerem como oportunidade de negócios também para os camponeses, os trabalhadores passariam a se mobilizar inclusive nas situações em que não foram imediatamente expropriados. Não pretendemos, com isso, sugerir qualquer perspectiva de “atração” desencadeada pelas oportunidades de trabalho urbano ou maiores salários obtidos em outras bandas do país. A liberdade de ir e vir e escolher onde trabalhar não existe separada do seu momento necessário que é a autonomização entre trabalhadores e meios de produção. Sobre esse problema nos dedicaremos posteriormente a aprofundar uma distinção entre a expropriação e a autonomização: mesmo nos casos onde a primeira não acontece diretamente, a relativa separação instaurada transforma a posse da terra enquanto meio de produção em uma entre outras possibilidades de realização da mobilidade e inserção na divisão social do trabalho, não oferecendo uma alternativa de reprodução alheia à mediação social da forma-mercadoria generalizada.

Do confronto possibilitado pela circulação no mercado nacional dos trabalhadores surgiriam comparações. Trabalho em São Paulo, na construção civil, no corte da cana e lavouras comerciais do chamado sudeste forneciam remunerações promissoras se confrontadas com as “mixarias” recebidas nas fazendas que nem salário valiam como relembram inúmeros lavradores migrantes³⁸¹. O aumento do ganho em dinheiro aparecia positivamente mas não poderia ser restrito a um caráter puramente quantitativo. No ano de 1988, no primeiro número da *Revista Travessia*, Martins publicava um texto intitulado *Migrações temporárias: problema para quem?*, voltado para discutir determinadas perspectivas da Igreja que viam na migração somente desagregação social, separação da família, aumento dos chamados problemas urbanos. Mobilidade para aqueles lavradores também podia ser libertação, escapava-se ao mando do fazendeiro, assim como a uma sociedade de posições bem definidas e aparentemente quase imutáveis: na cidade o ocultamento e a indiferença das mercadorias aparecia também como a superação da dominação pessoal, da “fraqueza” atribuída como que de costume a certas famílias, independente de possíveis melhoras em suas condições de vida³⁸². Superavam vergonha e preconceito, alguns apenas, mas somente em função de certa invisibilidade social. Precisamente por isso o autor destacava entre todas as mercadorias urbanas desejadas por migrantes os óculos escuros: uma máscara.

Mas como diferenças não desapareceriam, embora se transformassem os fundamentos da estratificação social, também as estratégias de reprodução que foram assumidas pelos lavradores, com as quais pretendiam dar aos filhos condições de vida diferentes daquelas que tiveram, tem que ser levadas em conta como um fator que determinava muitas vezes a saída das fazendas e roças: a busca pela possibilidade de escolarizar os filhos foi frequentemente subjetivada como um motivo que fez lavradores partirem com a família para as cidades,

³⁸¹ Ribeiro também identificou, à sua maneira, essa questão, de como relações de produção diferenciadas, quando confrontadas no mercado, comparavam-se quantitativamente em função do ordenado: “O migrante dos anos 1970 encontrou serviço, boas oportunidades e, frente aos salários pagos no Sudeste, os pagamentos do Nordeste de Minas foram considerados baixos. Os ordenados e o serviço das fazendas eram comparados com salário mínimo e jornada de trabalho de 8 horas. As reclamações dos trabalhadores sobre o pequeno valor do pagamento – considerado uma ‘mixaria’, como disse o vaqueiro Zeca Figueiredo, ou que às vezes nem era salário, conforme contou Natalino Martins, de Águas Formosas – têm que ser vistas dentro dessa revolução provocada pelo mercado regular de trabalho urbano. O lavrador precisava comparar aqueles benefícios do mercado urbano com os pagamentos pequenos e os benefícios da natureza oferecidos pela fazenda. Então, o Nordeste de Minas quase sempre perdia” (Ribeiro, 1997: 243).

³⁸² O problema também em Ribeiro, embora sem tanta atenção dada para a dimensão da invisibilidade: “Além dos ganhos em dinheiro fornecia melhores condições de trabalho, autonomia, independência pessoal. O agregado que migrou encontrou uma liberdade de escolha de serviço e pagamento que não conhecia; para muitos, então, sair do campo foi uma libertação: escapou da canga do fazendeiro, da perpétua escassez de bens de consumo e dinheiro, [...] conquistou uma diversidade de opções de trabalho que o mundo da fazenda não permitia sequer sonhar” (Ribeiro, 1997: 243).

sobretudo quando a existência das escolas rurais não era tão disseminada como hoje e obrigava os jovens de comunidades afastadas a caminharem quilômetros para cursarem séries posteriores ao primário. Como narraram Marciano e Ana Beota, moradores do Quilombo, no Alagadiço (cf. seção 2.4 dessa tese), estudar os filhos tornava-se uma estratégia na medida em que permitia afastar da “escravidão” do trabalho pesado, duma vida enclausurada na roça, sem contato com o universo da cidade. Além disso, possibilitava amiúde um aumento na remuneração, especialmente nos casos em que os pais nunca tiveram um ordenado, vivendo da comercialização em feiras, nem sempre regular ou das diversas relações possíveis estabelecidas com fazendeiros, remuneradas mais irregularmente ainda. Por último, a escolarização proporcionava uma perspectiva de “ascensão social” que não passava exclusivamente pelo ganho salarial e o seu valor. Abria possibilidades de trabalho que poderiam livrar lavradores, mas sobretudo seus filhos, de uma condição totalmente subordinada, até humilhada, conforme sugerido por Ana Beota: *“Porque uma pessoa estudada, uma professora, você vê o trabalho dela, o trabalho dela é aquilo que ela tem que fazer, foi paga pra isso, mas não aquilo que outra pessoa fica mandando, fica te ‘empurrando’ só por humilhação, pra dizer quem manda. Não acho que as meninas nos escritórios da cidade levam vida boa, mas sei bem a diferença de trabalhar em casa de família”*. Muitos pais se tornariam “peões”, com a perspectiva de dar aos filhos a oportunidade de estudarem na cidade, em busca de posições mais “qualificadas”. Como discutiremos adiante, essa possibilidade de “ascensão social” passava justamente pela autonomização do trabalho complexo, tornando alcançáveis posições de “mando” ou gerência, mesmo para os filhos de não proprietários.

Depois disso e por fim uma cesta nova de possibilidades de consumo que se apresentava. A inserção dos lavradores em uma divisão social do trabalho “maior”, ampliada mesmo pela industrialização nacional e pela consolidação do mercado interno no país, participava igualmente das suas condições de mobilização. A “atração” dos trabalhadores pelas mercadorias que timidamente iam se divulgando na “região”, nomeadamente conhecidas pelas mãos dos migrantes que primeiro traziam-nas das grandes cidades deve ser adiante mais problematizada: não em termos de aumento de opções de consumo, mas de dependência reificada. Por enquanto basta destacarmos que concomitantemente a todas as transformações observadas, ao lado de palavras como migração, emprego, São Paulo, que iam se tornando cotidianas, também o desejo por consumir certas coisas foi muito frequente: as vedetes inicialmente foram os rádios, as bicicletas, os relógios, os óculos escuros. Nos últimos anos, quem esteve no Vale do Jequitinhonha tomou conhecimento da importância central dada às

motocicletas, principalmente pelos jovens. De qualquer forma, frente àquela quase única muda de roupas ou par de sapatos, quando se tinha, comentados anteriormente nas narrativas dos lavradores, o consumo da cidade abriu um mundo novo. Mas não apenas com relação a possibilidades futuras de aquisição de mercadorias adquiridas mediante o salário, mas igualmente na medida em que impactou decisivamente nos preços alcançados pela produção regional, então também ela inserida naquele mercado que se universalizava, perdendo importância tanto pelo decréscimo do montante recebido em troca daqueles produtos, que então passavam a concorrer com preços frequentemente mais baixos da produção de outras “regiões”, como pela diminuição relativa da participação dos mesmos na cesta de produtos consumida pelas famílias³⁸³.

Não se pretende outra explicação, como dissemos, que substitua o caráter determinante do processo de expropriação na transformação radical das condições de sobrevivência dos lavradores do Vale do Jequitinhonha, muitos dos quais se tornaram migrantes enquanto outros não, como veremos. Apenas um destaque necessário que possibilita-nos localizar melhor aquela modernização que foi da “região”, mas tendo sido igualmente nacional refletia seus impactos na vida local mesmo das mudanças que aconteciam a quilômetros de distância. Os meios de comunicação tomaram parte nesse processo, dando notícias da cidade, de um mundo maior que se estabelecia, por isso a aspiração insistente em consumir rádios: continham promessas de uma vida melhor. Incontáveis perdas ocorreram naquele processo (da terra, dos meios de sobrevivência, das condições de produção) mas sua subjetivação pelos lavradores contém outros elementos narrados frequentemente como possibilidades. Cabe tê-los em conta. O quadro esboçado, contudo, é provisório, apenas inaugura o conjunto de questões aos quais em seguida nos debruçaremos perseguindo trajetórias de quem saiu e quem ficou. Mantemos assim a problematização da mobilidade do trabalho e suas formas, bem como da mobilidade do trabalho enquanto forma. Instauravam-se diferentes condições de territorialização do capital “regionalmente”, mas apenas porque *nacionalmente*, que modificavam as condições de reprodução do trabalho.

³⁸³ “Os preços ganharam presença amidiada no cotidiano: decresceu o valor dos bens produzidos com o esforço da família e, ao mesmo, o consumo diversificou-se. O resultado, entendido muitos aos poucos, foi a brutal perda de importância da produção de mantimentos – e então já se pode denominar competitividade – refletindo na depressão de renda e exclusão dos lavradores da negociação dos valores de importância, pois o mercado cresceu, misturou-se, e os preços ganharam firmeza, mas não para o lavourista, que não aumentou renda ou fortuna. Essas diferenças de produtividade e custos de produção de alimentos rebateram importantes sobre a agricultura da lavoura de tocos; não a ponto de destruí-la, conforme se diz mais ou menos frequentemente, mas principalmente porque a unificação nacional de mercado eliminou os pequenos mercados locais onde eram possível produzir sem custo e vender sem sistematicidade” (Ribeiro, 1997: 233).

Mais do que tatear contornos de uma possível “atração” daqueles camponeses regionais do Vale do Jequitinhonha, desencadeadas pelas novas “oportunidades” de reprodução que se apresentavam para os mesmos no processo de constituição de um mercado de trabalho nacional no Brasil, contrapondo-a à expropriação dos antigos lavradores, agregados, posseiros e sitiantes na modernização da mencionada “região”, procuramos enfrentar os desdobramentos do processo ocorrido para além da mera supressão, parcial ou completa, do acesso desses últimos às terras nas quais eles se reproduziam. Não que em muitos casos a supressão não tenha realmente ocorrido. Ao contrário. Agregados foram expulsos, posseiros invadidos, sitiantes “grilados”, tendo sobretudo perdido acesso às terras das chapadas onde se implantaram uma série de companhias reflorestadoras. Como vimos anteriormente, esse processo teve expressão diferenciada em cada um dos municípios daquela “região” instituída como o Vale do Jequitinhonha, quiçá até mesmo em cada uma das comunidades rurais existentes nos mesmos. O reflorestamento penetrou, articulado ao oferecimento territorializado dos incentivos fiscais e da cessão de terras, subsídios para a cafeicultura desencadearam a implantação ou modernização de antigas fazendas, principalmente em Novo Cruzeiro, Capelinha e Pedra Azul, fazendas regionais tornaram-se empreendimentos pecuários, precariamente modernizados, na maioria dos casos, do ponto de vista que restringe modernização ao mero progresso técnico na produção, mas sobretudo tornaram-se propriedades privadas. Para deixar de ser o antigo domínio, a “terra”, enquanto tal, foi autonomizada como uma fonte de rendimentos aparentemente separada do capital e do trabalho, assim como da possibilidade do acesso à violência, antes controlada pelos fazendeiros mais diretamente, mas que vinha sendo centralizada pelo Estado nacional brasileiro pelo menos desde 1930, processo no qual a extinção da Guarda Nacional foi fenômeno marcante. Consideradas as diferenças mencionadas em cada município ou comunidade, o processo pode ser encarado em sua totalidade justamente em razão da autonomização ter sido seu sentido geral.

Por isso sugerimos que a expropriação dos camponeses ocorrida no Vale do Jequitinhonha possa ser discutida para além da mera perda do acesso à terra. Se a autonomização do capital ocorrida na “região” impôs a destruição dos antigos domínios fundiários, os camponeses perderam, mais do que acesso à terra, o conjunto de relações regionais de produção em que se inseriam de modo a se reproduzirem *como camponeses*. Foram expropriados, sem nenhuma dúvida, mas expropriados não somente da “terra”, entendida em si mesma. “Terra” ainda não existia dessa forma como a conhecemos atualmente naquelas condições regionais de territorialização do capital. Em virtude da

inteireza da expropriação desdobrada é que podemos sugerir inclusive que aqueles camponeses se “libertaram” ou foram “liberados”: também do jugo e das peias das antigas fazendas regionais. Se esse é um dos sentidos da liberdade formada no referido processo de expropriação, daquelas relações de produção em que terra e trabalhadores não haviam adquirido sua atual aparência de autonomia, não podemos, todavia, perder de vista o seu duplo caráter: perderam também outros meios de se reproduzir que não pelo comércio exclusivo, ao que parecia, da sua força de trabalho separada como a mercadoria que lhes restou.